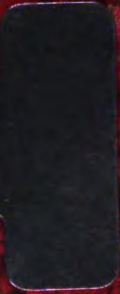


A 833,883

MADES
NOVA

V





PROPERTY OF
*University of
Michigan
Libraries*
19817

ARTES SCIENTIA VERITAS

453,800



CRÓNICAS E MEMÓRIAS

MONSTRUOSIDADES
DO
TEMPO E DA FORTUNA

VOLUME I

Depositários:
F. MACHADO & C.A
Carmelitas, 15—Pôrto

541
1/2 an
e/c.

**MONSTRUOSIDADES
DO TEMPO
E DA FORTUNA**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO ———
COMPANHIA EDITORA DO MINHO
BARCELOS ———

Paixão, Alexandre.

MONSTRUOSIDADES

DO

TEMPO E DA FORTUNA

Nova edição publicada sob a direcção de

DAMIÃO PERES

Professor da Universidade de Coimbra

VOLUME I

(1662-1669)

PÔRTO — 1938

DP
225
175
1738
v.1-4

OBSERVAÇÃO PREAMBULAR

A^S MONSTRUOSIDADES DO TEMPO E DA FORTUNA *constituem uma interessantíssima crónica, coeva dos reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II. Embora repassada de animosidade contra aquêles, não deixa de constituir valiosa fonte para o conhecimento da época. Pareceu-nos útil reeditá-la, o que fazemos em reprodução completa, alterando apenas a grafia, que por evidente conveniência foi modernizada, e a pontuação, modificada de harmonia com o sentido do texto.*

D. P.

Advertência Preliminar (1)

QUANDO se finou o erudito escritor Graça Barreto estava já quasi a terminar a impressão do volume a que se dá agora publicidade. Reproduz-se nêle um manuscrito que tem sido geralmente attribuído a fr. Alexandre da Paixão. Este manuscrito faz parte do importantíssimo depósito de inéditos existentes na real biblioteca da Ajuda.

O sr. Graça Barreto estudara-o com a solícitude de um esmerado cultor das letras pátrias e sério investigador de assuntos históricos; e prometera-nos escrever uma longa introdução, em que não só esboçava o carácter do autor das memórias e demonstrava a autoridade que êle podia ter ao registrar as minúcias de uma época povoada de intrigas e de malefícios, como foi a do infeliz rei D. Afonso VI e a de seu irmão e sucessor, mas pretendia entrar no exame severo e implacável dessa mesma época.

Era obra de largo fôlego, e para a qual procurava incessantemente nas bibliotecas públicas e particulares os indispensáveis materiais.

Não pôde todavia cumprir a sua promessa. A doença minava-o. Êle sentia-se em extremo cansado. Pouco a pouco foi deixando os estudos predilectos, e caíu emfim na cama, donde o levantaram cadáver para a sepultura.

A benevolência da viúva dêsse estimável malgrado escritor, devemos os primeiros quartos da advertência prometida, encontrados entre grande cópia de manuscritos e apontamentos, que não se referiam ao nosso livro.

Tais como foram encontrados, autógrafos, dão-mos em seguida :

(1) Da edição de 1888.

«Por exigente que seja a curiosidade pública em procurar conhecer tôdas as circunstâncias biográficas de um escritor que se lhe apresenta pela primeira vez, mormente se elle foi revocado do olvido dos tempos, essa curiosidade contudo não tem comparação por nenhuma forma com a que devora o individuo que primeiro encontrou ou adivinhou êsse confrade ignorado, que o amou até prescrutar todos os seus vestígios, até se identificar com todos os pensamentos, ou por ventura ainda mais com tôdas as suas mágoas, até fazer de um mero nome uma entidade moral, que levanta do sepulcro para lhe dar fala e voto no juízo dos homens hodiernos, quando êstes pretendam sentenciar as acções dos contemporâneos dêsse fantasma. Porventura é tam solene êste acto, que dir-se-ia que um poder occulto e ciumento suscita furioso contra elle os contratempos mais insuperáveis, e recrudescer de sonho encastelando as nuvens mais densas: é uma luta incessante em que o peito do homem arqueja sob as forças do demónio dos tempos, espírito cruel e zombeteiro, ainda menos impenetrável no seu silêncio, do que nas contradicções e negaças com que inutiliza as pesquisas mais tenazes e as investigações mais bem elaboradas.

«O escritor, cujo livro se imprime hoje póstumo ao fim de duzentos anos contados, fr. Alexandre da Paixão, é um dos mais frisantes exemplos da escuridão indicada. Vulgarizam-se apógrafos diferentes desta relação nos melhores repositórios literários do tempo, tanto porventura nas livrarias da sua Ordem Benedictina, como principalmente nas de outras Congregações, mais interessadas em conhecer a apreciação dos manejos políticos em que intervieram mais assíduas, como os Jesuítas; é de supor, até indubitável, que alguma das famílias opulentas ou nobres, cujas intimidades e fraquezas elle mais de uma vez denunciou, procurasse com empenho um transunto da narrativa, que apregoava quer a audácia e as aventuras de algum dos seus membros, quer as misérias e nódoas de uma casa rival ou contrária; e contudo não há uma memória coetânea que cite de passagem o seu nome, e muito menos uma circunstância só da sua existência; tôdas as cópias que temos observado conservam na escrita primitiva um anónimo rigoroso, sem uma inicial sequer; conhece-se que o nome foi apenas adicionado mais tarde pela indicação feita pelo Abade de Sever na sua Bibliotheca Lusitana, sendo a declaração nos transuntos mais antigos escrita por letra diversa da que copiara o livro, e às vezes em papel colado ou ajuntado ao da relação; o texto

da anotação é invariavelmente o mesmo (1), e quando muito reporta-se a um original anterior, o exemplar do colégio da Companhia, de Evora.

«Diogo Barbosa Machado é pois a quem se deve a noticia pública de fr. Alexandre da Paixão, que certamente não encontrou mencionada nos dez autores de bibliografia beneditina citados na prefacção da sua obra, e ainda menos nas tentativas inéditas de bibliografia portugueza de João Soares de Brito e do padre Francisco da Cruz, que todos examinámos, bem como a História Literária da Ordem de S. Bento, de Magnoaldo Ziegelbaner, publicada por Dom Legipont posteriormente, muda de igual modo a seu respeito.

«À primeira vista denunciam-se logo, porém, os apontamentos de Barbosa como muito incompletos, procedentes apenas do testemunho de algum religioso da mesma ordem que Paixão, e talvez no mesmo convento, que na tradição da casa e no assentamento da profissão achasse o fio para as suas buscas; da mesma confissão que faz Barbosa, sobre os subsídios que recebera de vários indivíduos das famílias religiosas com respeito às suas congregações, pode-se inferir que as informações em questão fôsse[m] devidas ao monge fr. Marcelino da Ascensão» (2).

Como se vê, estes apontamentos eram apenas o começo de um trabalho de maior importância.

Privados, contudo, de tam erudita colaboração, não podemos privar o leitor do conhecimento de um livro,

(1) Este livro, segundo o Abade Diogo Barbosa Machado, na sua Bibliotheca Lusitana, foi composto por fr. Alexandre da Paixão, Monge Benedictino e Geral da sua Congregação.

(2) «Depois de examinados com escrupulosa observação, não sòmente os nossos livros históricos, mas grande parte dos estranhos, e extraídas d'elles as noticias pertencentes a esta Bibliotheca, as procurei com desvêlo em várias livrarias que eram depósitos de muitos escriptores Portuguezes, cujas obras malograram beneficio da luz pública, onde colhi copioso fruto, como também de pessoas eruditas, que zelosas da imortal fama da Nação Portugueza se interessaram em tam illustre empresa.

«Seria justamente acusado do feio crime de ingrato, se não confessasse publicamente quanto esta obra é devedora às incansáveis diligências dos Reverendos Padres fr. Marcelino da Ascensão, Monge Benedictino, e fr. Manuel dos Santos, Monge Cisterciense, Cronista d'este Reino . . . os quais, atendendo igualmente pela glória da Pátria e da sua religião, se empenharam com louvável emulação a comunicar-me ben'volamente as noticias dos Religiosos que nos seus claustros foram vigilantes cultores das sciências, cujo erudito esquadro, pelo número e qualidade, serviu de majestoso ornato a esta Bibliotheca». Prefacção da *Bibl. Lusit.*, tomo I.

que tem igualmente a recomendá-lo o seu carácter de memórias íntimas, e por isso decidimos não adiar por mais tempo a sua publicação.

De fr. Alexandre da Paixão, ou não, existem neste manuscrito alguns elementos históricos de subido valor, que podem ser útilmente aproveitados para os que estudarem de futuro, com maior felicidade, o reinado de D. Afonso VI e os personagens que o cercaram e concorreram para a sua desgraça.

O EDITOR

Monstruosidades do tempo e da fortuna

Não são diferentes as idades porque as alterem os tempos; são diferentes as idades porque as desigualam a fortuna. Fado lhe chamou a antiguidade cega. Providência divina a confessa a filosofia ilustrada, pois é de fé que tudo pela vontade de Deus se governa; dela se aparta a malícia dos mortais, livre para obrar pelas leis da vontade, como rebelde aos dictames da razão. Devia esta ser senhora; e pervertida a ordem da natureza, a fazem os homens escrava, seguindo o que querem e não o que devem; e vêm a ser as obras dos mortais monstruosas, como partos adulterados. Não falta àquêles a divina justiça com os castigos, fabricando os homens com suas mãos suas próprias ruínas, e destas mesmas os mesmos homens suas maiores fortunas; vendo-se ao mesmo tempo, uns caídos, outros levantados, servindo igualmente ao suplício o infortúnio que derriba e a ventura que levanta; e são estas as notas por que se conhece a diferença dos tempos, estas as que em todo o tempo farão prodigiosa a presente idade neste Reino de Portugal.

Entrou Luiz de Sousa, Conde de Castel Melhor, ao serviço de S. M. D. Afonso o 6.º, dando-lho a Rainha mãe por seu camarista, quando lhe deu casa, e ao Infante D. Pedro. Procedeu aquella diligência maternal e cristã de querer ir à mão a seu filho em algumas demasias indecorosas a um Príncipe e mal permitidas a um particular, até àquê tempo desculpadas com a idade, e já então mal sofridas pelas consequências. Sabia que tudo eram efeitos de ilhargas que pervertiam a obrigação, encaminhando seus particulares pelo desencaminhado do Príncipe, tanto em defraudo da pessoa real como do Reino, que desgostado esperava a emenda só por meio duma pública demonstração. Na manhã de 16 de Junho de 1662 entrou em Palácio, para o quarto de El-Rei, D. Nuno Álvares Pereira, Duque de Cadaval, Luiz de Melo, Porteiro mor, e seu filho Manoel de Melo, e o Doutor Duarte Vaz de Orta, Corregedor da Côrte; e como António de Conti trazia já algumas suspeitas incertas, entrando para a segunda casa se fechou nela, e querendo o Duque abrir a porta com a chave que trazia, não pôde; e por mais que bateram, êle e Luiz de Melo, lhes não respondeu. E entendendo-se que o negócio se perderia, se Conti se passasse ao quarto da Rainha, foi Manoel de Melo pôr-se naquela casa que forçosamente havia de demandar, e saúdo o Duque ao eirado que fica sôbre a Casa da Índia viu que êle tinha metido a cabeça pela grade da janela, e não a podendo recolher lhe pegou pelas guedelhas; e preguntando que era o que queriam, o Duque lhe respondeu que El-Rei o mandava prender. Pediu então que o largassem, que abriria a porta. Largando-o, mudou de parecer, dizendo que se não havia de matar por suas próprias mãos. Vendo o Duque e

Luiz de Melo que tóda a dilação era nociva para o que intentavam, disseram a André de Leiro, Guarda da tapeçaria do Paço, que fôsse à Ribeira das Naus e trouxesse alguns machados. Viu Conti, da janela em que estava, que chegavam os machados, e dizendo-lhe o Duque que qualquer lasca das portas lhe havia de custar muitas feridas, e que, se abrisse, lhe dariam a vida, se resolveu abrir a porta, e o prendeu o Corregedor, e a Baltazar de Matos, e os mandou a um navio que estava de vêrga-de-alto para passar ao Estado do Brasil. No mesmo tempo prenderam a João de Conti, João de Matos e fr. Bernardo Taveira, expulso da Religião dos Eremitas de S. Agostinho; porém destes cinco foram somente António de Conti, e seu irmão João de Conti, e João de Matos. Baltazar de Matos Rodrigues foi tirado do navio, por menos culpado; Fr. Bernardo, fugindo à prisão, se maltratou de sorte nuns despenhadeiros, que o não puderam passar à embarcação que ia já de largo.

Esperava a Rainha D. Luísa Francisca de Gusmão aviso do que se tinham obrado; e sabendo como as prisões estavam feitas, mandou entrar os Conselhos e Tribunais; e na presença del-Rei e de todos leu um papel Pedro Vieira, Secretário de Estado, que tudo se pode ver mais claramente no autor de *Catástrofe*, fol. 60.

Resultou desta prática opor-se o Conde de Castel Melhor ao intento, querendo desviar o remédio com o amparo da ruina, pondo-se muito da parte de António de Conti; e se não conseguiu o intento, conseguiu o desígnio, introduzindo-se por este meio no valimento com El-Rei, que sem dúvida foi seu principal negócio; pois pelo tempo adiante desterrou dos olhos do Príncipe o mesmo António de Conti, aprovando deste modo

as suspeitas de muitos, que se persuadiram antes que obrava a ambição e não o zelo.

Ao domingo à noite, 17 de Junho, ordenou o Rei ao Conde de Castel Melhor que continuasse outra semana de Camarista.

Na segunda-feira passou El-Rei a Alcântara, acompanhado de mais fidalgos do que costumava ir. Na terça-feira esteve tudo em sossego; porém à quarta pelo meio dia se meteu El-Rei numa liteira, e levando consigo o Conde de Castel Melhor, ou, como mais certo é, levando o Conde consigo a El-Rei, se foram furtivamente para Alcântara, sem o fazerem saber mais que a D. Hierónimo de Ataíde, Conde de Atouguia; e chegando à quinta, chamaram a si a Sebastião César de Menezes e por escritos da parte del-Rei mandaram chamar algumas pessoas de sua maior confiança, e últimamente tôda a nobreza da Côrte, fazendo aviso a tôdas as fortalezas como el-Rei tinha tomado posse do Govêrno.

Dáí em diante mostrou o Conde de Castel Melhor que obrava nêle a ambição. Conformou a verdade com a evidência, afastando da graça do Rei os mesmos que foram parciais em a alcançar, e poderá ser que principais em a possuir; e a todos que conheceu com prendas para válidos afastou de si, temeroso dos braços que o subiram a ser tam bem visto do seu Rei. Pôs em execução todos os meios lícitos e ilícitos da sua conversação com pretextos tam mal sofridos, que os publicava o escândalo, quando mais os dissuadia a indústria.

Persuadiu a S. M. que a Rainha mãe, na cátholica diligência que havia feito, lhe queria tirar a coroa e dá-la ao Infante D. Pedro, seu irmão; e conseguiu dois fins com êste meio, que foi meter desconfianças entre o Rei para com a

mãe e para com o irmão, neste considerando a cabeça em que sua coroa se determinava pôr, naquela a mão que lha queria tirar da própria; e por desmentir tôda a razão da diligência, e dar fôrças à presunção, pôs em prática que a Rainha, por se perpetuar no govérno, o queria dar ao filho que por falta de anos o não podia exercitar, tirando-o àquêle a quem já tinha chamado a idade para reger. Logrou-se a indústria de sorte, que dela resultou faltar El-Rei a sua mãe não só com o que devia aos preceitos da Natureza, senão também às leis da cortesia; e a seu Irmão, suposto que não faltou nas aparências à cortesia, atalhou nos desvios a confiança com que lhe poderia dizer o mal que fazia em não buscar a sua Mãe, que com tal ódio apartou de si, e do Paço, que nunca mais a viu (recolhendo-se num Mosteiro, que edificava em Xabregas, da Ordem de S. Agostinho de descalças, a 17 de Março de 1663), pondo por êste modo à Rainha e a S. A. em estado que em tudo dependessem do Valido.

Caluniou o haver-se dado casa a S. A., e conservou-lha como causa de viver apartado de S. M., tam observante em tôdas suas acções, que nenhum movimento fazia o Infante de que o Conde não tivesse notícia, referindo-as a S. M. com a côr que lhe dava sua ambição. Levou Deus a Rainha mãe, com mais desgostos que achaques, em ocasião que estavam os filhos em Salvaterra, a 28 de Fevereiro de 1666, escrevendo alguns dias antes estas duas cartas para os filhos:

Para El-Rei — «Filho: fico em tal estado, que duvidam os médicos da minha vida, e eu com êles sinto que não posso durar muito. Resolvi-me fazer a V. M. êste aviso porque não

sei se o tempo dará lugar a outra prevenção. No apêrto desta hora só lembra o remédio da alma, e achando-me eu impossibilitada para o descargo dela, só de vós, como meu filho, posso fazer esta confiança; tudo vos digo lembrando-vos que sou vossa mãe, e tudo espero de vós quando reconheçais as obrigações com que nascestes. Aqui espero a morte entre as lágrimas daqueles a que falto, sendo meu maior sentimento o seu desamparo. Peço-vos que, depois de fazer o que deveis pela minha alma, pagueis por mim o muito que eu devo aos que me acompanharam, e, juntamente, que nas minhas fundações acabeis de fazer o que eu não pude, pois Deus assim o quer. E se êle permitir que eu acabe sem que vos veja, só a minha bênção vos deixo, porque só esta tenho que deixar-vos, advertindo que me não há Deus de pedir conta de não tratar sempre a V. M. como filho. Xabregas, 16 de Fevereiro de 1666».

Para o Infante — «Filho: o tempo que me pode durar a vida é tam pouco, que por instantes me vejo acabar. Sou vossa mãe, e estando de caminho para a sepultura não vos quero deixar sem a minha bênção; nessa vos encomendo sempre o temor de Deus e a obediência de vosso Irmão, em que vos fica tudo; e, últimamente, que depois de minha morte vos lembreis de minha alma, que tudo deveis a meu amor. Xabregas, 16 de Fevereiro de 1666».

Acabando de lhe tirar a vida o íntimo pezar de se não despedir de seus filhos (suposto que chegaram uma hora antes de expirar), estorvados de quem sabia que os conselhos daquela hora, como mais desenganados, são mais fielmente queridos e ficam na memória mais estampados (que se imprime vivamente na lembrança o que

dita a piedade e ouve a dor), animou-se a malícia (ficavam-lhe unidas as forças para uma empresa que repartia por dias), e com demasiado atrevimento tratou de encontrar o gosto de S. A. em tudo, por que não criasse asas sua real grandeza. Limitou-lhe a renda, desviou-lhe o serviço, não havia despacho para nenhum criado seu. O servi-lo era demérito; o assistir-lhe, culpa; o amá-lo, ofensa; o desprezá-lo, adulação.

A 17 de Março de 665 chegou a Lisboa D. Francisco de Melo, Marquês de Sande, de França, quasi com o casamento concluído entre El-Rei e a Princesa de Nemours, Maria Francisca Isabel de Sabóia, e praticado o casamento para S. A. com Mademoiselle de Bouillon, filha do Duque de Bouillon, Marechal de Turena. Não se lhe deu parte a S. A. do intento senão depois de feito o contrato; tam insolente estava já o valido, que já se não contentava com governar o Reino à sua vontade, senão que queria, fora da sua, nenhuma vontade tivessem seus Príncipes. Deu-se conta a S. A. de como estava casado, e estranhou a novidade, repreendendo o atrevimento, abominou a desigualdade, não consentiu no concluído, tam realmente resoluto, que nem carícias nem ameaças, com todo o género de diligências que se chegaram a fazer, o puderam reduzir.

Tirou-lhe o valido a S. A. aquéles criados que lhe pareceram mais zelosos de seu serviço, negociando com destreza, e com fortuna, que seu irmão Simão de Vasconcelos e Sousa governasse a casa de S. A., lugar que, sôbre mal inclinado, o fêz insofrível aos mais Senhores que o serviam; e assim se despediram do serviço D. Diogo de Meneses, Rui de Figueiredo e D. Fernando de Meneses, Conde da Ericeira.

Em lugar destes pediu S. A. D. Luiz da Silveira, Conde das Sarzedas, D. Vasco Lobo, Barão de Alvito, Miguel Carlos e D. Lourenço de Lencastre. Negaram-lhos; sentiu-se, como era razão, e como não era razão o tomou S. M. muito mal, sendo-lhe persuadido que o Infante os pedia para seu serviço porque não eram affectos ao del-Rei e que tudo eram disposições para usurpar-lhe a coroa. Insistia S. A. em que lhe dessem quem o servisse, fôsse quem fôsse, mas não teve efeito; e queixando-se um dia S. A. a Simão de Vasconcelos de que o não ter quem o servisse não era por falta del-Rei, senão de seu irmão, e que se não fiasse no seu valimento, porque lhe mandaria tirar a vida, o Vasconcelos, cego e arrojado, lhe respondeu que, se o Conde o soubesse, o havia de descompor até o matar se pudesse. Fêz crível o delito, porque o relatava o próprio sangue; e não podia com esta maldade achar bons olhos no Infante (que lhe dava a tolice de Simão de Vasconcelos muitos), o descompôs e deitou fora de sua casa. E se, estando nela, tinha feito maus officios a seu irmão para com S. A., fora dela os fêz muito piores a S. A. para com seu irmão, sustentando-se as desconfianças duma parte na razão que enfurecia e da outra na culpa que intimidava.

Safu à luz neste tempo um livro, cuja matéria é das preeminências do officio de Escrivão da Puridade, autor um religioso Carmelita Descalço, tam alheio de sua profissão, como de tôda a modéstia; sem ela consentiu o Conde que se publicasse, sendo a Marquesa, sua mãe, D. Mariana da Câmara, a que pagou a impressão e a que deu ao autor o argumento; dêle tirou o Conde por consequência deitar de si a dissimulação e declarar a altiveza, algum tempo escondido.

dida e mal dissimulada, não querendo que ninguém o tratasse pela Senhoria que tinha, senão pelo senhorio a que aspirava, usurpando o título absoluto de Excelência, e com elle absorvendo em si a superioridade de todos os Ministros e ainda o exercício. Acabaram os Presidentes dos Conselhos os três anos de suas presidências; reconduziu o Conde a António de Mendonça na da Consciência; a Rui Fernandes de Almada na da Câmara; e deixou suspensa a Presidência do Paço, intentando (como se suspeitou) embebê-la em si, a título de dizer o livro acima referido que pertencia ao officio de Escrivão da Puridade. Passados alguns meses a deu a D. João da Silva, Marquês de Gouveia, tirando-a a D. Rodrigo de Meneses, que por ser criado de S. A. experimentou a má vontade que o Conde lhe tinha, cegando-o de maneira a privança, que, senhoreado do Rei, se animava a medir o braço com um Infante.

Neste tempo saíu um curioso com uma obra acomodando-a aos sujeitos da Corte, com os títulos das comédias que andam impressas, com galantaria e acerto na forma seguinte:

MEMORIA DE LAS MAS FAMOSAS COMÉDIAS QUE HASTA AORA HAN SALIDO EN ESPAÑA, COM LOS NOMBRES DE LOS AUTORES, ECHA POR EL REVERENDO SACHRISTAN DE SAN TROCAS. PRIMERA PARTE. SI AGRA-DAR SALDRÁ COM LA SEGUNDA PARTE.

Aprended flores de mi, do Duque de Cadaval. *La obediencia laureada*, do mesmo. *Un bobo hace ciento*, do Marquês de Marialva. *El Marquês de Saganates*, do Marquês de Cascais. *Cazarse por vengarse*, do Conde de Monsanto. *El Marquês tonto y Príncipe de buena noche*, do Marquês de Fontes. *El Príncipe ignorante*, do Marquês de Gouveia. *Cata Francia y Montesinhos*, do

Marquês de Sande. *Mas vale tarde que nunca*, do Conde de Aveiras, Regedor. *Amar por solo amar*, do Conde de Vimioso. *El valor todo lo allana*, do Conde de S. João. *El Perfecto Caballero*, do mesmo. *El Principe de los montes*, do Conde de Unhão. *El Conde de Irtos*, do Conde de Sabugal. *El yerro del entendido*, do Marquês de Cascais. *Quien todo lo quiere, todo lo pierde*, do Conde de Castel Melhor. *A un tiempo Rei y vasallo*, do mesmo. *La mayor hazafia*, do Conde de Vila Flor. *El ejemplo mayor de su desdicha*, do mesmo. *El Español Olandês*, do Conde de Miranda. *Un gusto trae mill disgustos*, do Conde de Vila Franca. *D. Florisel de Niquea*, do Conde da Torre. *La ocasion hace el ladron*, do Conde de Óbidos. *Los encantos de Medea*, da Rainha que se espera. *La mas constante mujer*, de D. Maria de Água de Lupe. *La Princesa de los montes*, da Condessa da Vila da Feira. *La madrata mas honrada*, da Condessa viúva de Vila Nova. *La ventura de la fea*, da Condessa de Santa Cruz. *El valor de las mujeres*, da Marquesa de Castel Melhor. *Los privilegios de las mujeres*, das Calcanhares. *Tiempo, lugar y ventura*, do Bispo de Targa. *El príncipe mas constante*, de D. Pedro de Lencastre. *Monstruo de la fortuna*, de Sebastião César de Meneses. *Madrid por de dentro*, de António de Mendonça. *El mayor monstruo del mundo*, de Pedro Fernandes Monteiro. *Las columnas de la Iglesia*, de Fr. Pedro, e Fr. Luiz de Sousa, e Fr. Filipe, Mercenário. *Los dos Canónigos de Barcelona*, de João Falcão e Luiz de Matos. *El demonio predicador*, de Fr. António Barrabás, da Ordem dos Prêgadores. *Mas vale fingir, que amar*, de Rui de Moura Teles. *Quien tal pensara*, de Luiz Fernandes de Almada. *Correr para mas fortuna*, dos sebastianistas. *El feudo de las cien donzelas*, de Henrique Henriques de Miranda. *Por el mal me viene el bien*, do mesmo Henriques. *Mas pesan barras que culpas*, de Salvador Correia de Sá. *Adonde hay valor, hay honor*, do Almirante Luiz Vélho. *Primera y segunda parte de Fernão Mendes Pinto*, de D. Manoel de Sousa. *El caballero de la bella imagen*, de D. Luiz de Meneses. *Por el esfuerzo la dicha*, de Francisco Barreto, Governador do Brasil. *Dos agravios sin vengança*, de Fernão Mascarenhas. *Otro Demonio tenemos*, de António de Sousa Macedo. *Ventura te dé Dios, hijo, que el saber poco te basta*, de Luiz Gonçalo de Sousa, seu filho. *Lo que son juicios del Cielo*, de Gaspar de Faria Severim. *Lances de amor y fortuna*, de D. Francisco Manoel. *El médico de su honor*, de Heitor Mendes de Brito.

Engañar a quien engaña, do maltês Nicolau de Pises, francês. *De fuera vendrá*, do Encoberto. *El encantado*, de António Cavide. *La horca para su dueño*, de António Conti. *Ventura y atrevimiento*, de João de Castanheira. *Penar por culpas ajenas*, do escrivão João da Guerra. *El filósofo soldado*, de Diogo Gomes de Figueiredo. *El Padre del Antecristo*, de Luiz de Sousa. *Los amantes de Teruel*, de Perico César. *Los trabajos de Job*, de Diogo Gomes Carneiro. *Cumplir con su obligación*, de Manoel de Miranda. *San Pedro de Alcantara*, de Gaspar de Abreu de Freitas. *No intente el que no es dichoso*, de Afonso Furtado de Mendonça. *El Astrólogo fingido*, de Luiz Serrão Pimentel. *La traicion busca el castigo*, de D. Pedro, o Pecinga, napolitano. *El engañarse engañado*, de António de Andrade, o Entrega. *El villano en su rincón*, de D. António da Cunha. *Tanto veo, tanto quero*, de Jorge Furtado. *El Bruto de Babilonia*, de D. João de Noronha, o Tolo. *Para un uso son los dos*, de Simão de Vasconcelos e o Conde das Sarzedas. *Abrir el ojo*, de D. Francisco de Meneses, o Torto. *Diceme con quien andas*, de el-Rei D. Afonso e dos Príncipes do tempo. *Entre lobos anda el*, de João Mendes da Cunha, Calharizes, Almada, Elvas, e Cavide. *El Parecido*, do Marquês de Niza e Visconde de Vila Nova de Cerveira. *Mdritres de Cordova*, do povo todo. *Ofender con las finezas*, dos zelosos verdadeiros. *Peor está do que estaba*, do govêrno en geral. *Callar hasta la ocasion*, de todos os discretos. *Del monte sale quien el monte quiere*, dos Ministros grandes. *Pellgrar con los remedios*, dos médicos do tempo. *Todo se sabe*, do Conselho. *El dichoso soldado*, de Pedro Jaques de Magalhães. *El aparecido*, de João Nunes da Cunha. *La ventura sin buscarla*, do Conde Schomberg, francês. *El Purgatório de S. Patricio*, de D. Gaspar Cisneros, de Sevilha. *Cada uno para sí*, de todos os Ministros. *Del mal el menos*, dos traidores declarados. *Tarde, mal e nunca*, da Mesa da Consciência. *No pagar obligaciones*, de todos os Fidalgos. *Tambien hay duelo en las Damas*, dos criados de Cavide e Elvas. *Los tres mejores prodigios*, das patrulhas Picantes e Pettiscantes. *No hay quien entienda la dicha*, dos valentes desbarbados. *Palacio confuso*, o de Lisboa. *Silva confusa*, de tôda a República. *Mirad a quien alabats*, dos lisongeiros. *Querer la propria desdicha*, dos ambiciosos. *Los encantos de Circe*, da armada francesa. *La fuerza lastimosa*, o eclesiástico sôbre as décimas.

Outro papel saíu sôbre as aposentadorias, em que acomodavam os sujeitos de Lisboa conforme o nome das ruas e becos da mesma cidade, pelo estilo do que temos escrito; mas, por passar de sátira, se mandou recolher, com gravíssimas penas a quem fôsse achado, fazendo-se tôdas as diligências por se saber o autor duma e outra obra; porém não se conseguiu o desejo.

Chegou a Rainha, que Deus guarde, a tomar pôrto neste Reino a 2 de Agôsto de 1666. Quis o Marquês de Ruvigny, general da armada, beijar a mão a S. A., para o que lhe mandou pedir licença. Achava-se a sua casa naquela ocasião só com D. Rodrigo de Meneses, porque Cristóvão de Almada estava em sua casa com certo impedimento. Não deixou S. A. de ter muito sentimento de ver a sua casa em tam pouca autoridade; e tomada a falta em que se vira por ocasião para tornar a pedir a el-Rei gentishomens que lhe negava, mandou por João de Roxas de Azevedo, seu Secretário, dizer ao valido que significasse a S. M. de lhe dar os fidalgos que lhe propusera. Deu o secretário o recado ao valido, e lhe trouxe uma resposta tam desabrida, que tornou S. A. a pedi-los em pessoa a el-Rei; e lhe respondeu que, pois era teimoso, êle o estava também. Pediu então licença S. A. para se sair da Côrte, pois lhe não davam ajuda do custo para galas e librés de seus criados, querendo luzir na entrada da Rainha como convinha a sua pessoa, nem tinha com que publicar o affecto e a razão de mais empenhado em festejar o casamento de Suas Majestades; mas nada se lhe concedeu. Porém, para satisfazer de algum modo a sua petição, lhe mandaram dizer que escolhesse outros; com que nomeou então a D. João de Mascarenhas, Conde da Tôrre, a Luiz Álvares de

Távora, Conde de S. João, Manuel Teles da Silva, Conde de Vilar Maior, e Luiz da Silva Telo, Conde de Aveiras; com que lhos concederam todos, deixando-lhe ainda para seu serviço a Cristóvão de Almada, este mais para espia que para criado. Porém elle, discreto e honrado, se despediu logo do serviço, porque nelle, nem determinava satisfazer ao Conde valido, nem podia agradecer a S. A., a quem se não podiam esconder os perversos ardis do privado.

Em Sua Majestade eram já tantas as desconfianças (resultadas das diligências do Conde) que não podia ver ao Infante, e algumas vezes que os serviços públicos forçavam a comunicação chegou a má vontade a manifestar-se de modo, que se viu trocado o amor em fastio e o respeito em ameaças, sendo tanta a prudência de S. A. que vencia a paixão de S. M. O Conde, que no princípio de seu governo era para o povo ídolo, esquecido de que com as mesmas artes de subir se havia de conservar, veio a ser para todos o maior escândalo: de nenhuma consulta fazia caso, despachando tudo por cima, sendo elle o Datário dos postos, comendas, officios e tenças, e sua vontade era tôda a razão para dar e tirar despachos, que, como cega, ou do ódio ou do amor, nem via serviços, nem incapacidades, regulando tudo por seu querer e pelo parecer de dois Bacharéis do estêrco do Pombal. O povo sofria e murmurava; a nobreza murmurava, porém não podia sofrer que vassalo governasse o Reino, absoluto no exercício, e tanto, que seu Príncipe natural o era só no nome, sujeito em tudo ao privado.

Ao mesmo tempo que o valido publicava exaustos os bens da Coroa, consumidas as rendas do Reino, comprava tôda quanta fazenda havia,

obrigando aos donos às vendas, ou com promessas ou com ameaças ou em dar por elas excessivos preços. Sem estas diligências tomava as terras da Coroa e se despachava nelas. Levantou edifícios e gastou tanta fazenda em uma e outra coisa, que só num ano se afirma despendeu 70.000 cruzados em seus úteis. A seus irmãos deu os melhores benefícios do Reino; aos seus aliados, os melhores postos. Todos os officios da Casa da Rainha deu a seus confidentes, tanto que mais pareciam carcereiros que servos, pois lhe pôs Camareira a Marquesa sua mãe, por Secretário a Pedro de Almeida, todo seu, e até o Confessor, que era de seu gosto, lhe queria tirar e dar-lho da sua mão, com que fôsse seu tio Fr. Luiz de Sousa, religioso de S. Bernardo. Adulava os patrulhas com vileza, para os ter confidentes e auxiliares de sua conservação; a este fim favorecia um motivo escandaloso por tôdas as razões, com o qual divertia a S. M. da comunicação da Rainha, que industriosamente solicitava para afastar del-Rei tôdas aquelas pessoas que podiam ter confiança para lhe dizer que abrisse os olhos e acudisse à reputação de sua pessoa, à conservação de sua Coroa e ao governo de seu Reino, queixoso com razão de sua inércia e desatenção. Assim como o dispôs, o conseguiu, chegando a ver-se a Rainha tam esquecida del-Rei, que chegou a ver-se desprezada de seus Ministros, tanto que se lhe atreveu o Secretário António de Sousa de Macedo com tanta demasia, quanta adiante se dirá; desestimação que tinha bebido no interior do Conde.

Sabia o Conde os cargos de que o acusavam, e fiado de que com o poder atropelaria a queixa, fazia motivo de vingança o que devera de ser

causa para a emenda, e cada dia se mostrava mais insolente. Todos estranhavam o excesso e nenhum se atrevia a opor-se às demasias.

S. A. (que Deus guarde), conhecendo a pressa com que o Reino se arruinava e com que a injustiça crescia, informado do que o valido maquinava contra sua real pessoa (caminho para o facilitar a fazer o mesmo contra a pessoa de S. M.), pelo Natal de 1666 estava deliberado a matar o Conde em qualquer parte que se lhe oferecesse ocasião; resolução que Deus desviou então de se fazer com sangue, podendo-se conseguir sem ferro, pois não era necessária para dar morte política a este homem. Pactuaram-se alianças entre este Reino com o de França contra o parecer dos votos mais advertidos, concluindo-as mais a conveniência do Conde, que do Reino. Veio de Madrid D. Roberto, Enviado del-Rei de Inglaterra, Carlos 2.º, com poderes e ordem para oferecer tréguas por quarenta anos entre Portugal e Castela; mal foi ouvido, quando foi repulsado, resolvendo poucos, em breves horas, o que deviam considerar muitos, em muito tempo; que matérias importantes pedem deliberações maduras. Publicava o dito D. Roberto como Castela oferecia pazes a Portugal e que Portugal as enjeitava. Inquietou-se o povo, temeu-se a culpa, mandou-se ao dito Enviado que não abrisse mais a bôca; obedeceu a razão à fôrça e aumentou no povo a indignação com a diligência; cresceu no valido com o Demónio o atrevimento, e com dissimulação o mal.

Chegou-se o tempo de fazer a Cidade de Lisboa festa a Santo António com os costumados touros; e aos primeiros, que foram a 23 de Agosto de 1667, assistiram Suas Majestades e S. A. Acabado o dia, soube a Rainha que numa

janela do Paço estivera vendo a festa uma mulher, conhecida tanto pelo nome como pela vida, celebrada pelo alcunha de Calcanhares, sustentada para feitiço de S. M. Sentiu tanto a Rainha o desprezo; que apaixonada se manifestou achacosa, sendo seu desgosto a suspensão da festa. Sôbre negócios de sua casa, a que o Secretário de Estado acudia não só remisso mas descuidado, o mandou chamar a Rainha, e na prática andou o Secretário tam descomposto, que, sem lhe falar com a devida reverência, se atreveu a levantar as vozes e a pegar-lhe das roupas, acção tam censurada, que dentro dos términos da limitação se lhe não achava desculpa. A Rainha, como discreta e Senhora, o deixou com as palavras na bôca, e lhe virou as costas; e logo escreveu a el-Rei referindo o desacato e pedindo castigo para o atrevimento, com demonstração que a deixasse satisfeita, desterrando da Côrte a quem não sabia como se guardavam os respeitos dela. Foi a queixa à mão do Conde, e respondeu-se à Rainha que um Secretário se não desterrava por causa tam leve. Segundou a Rainha a queixa, falsificou-se-lhe a proposta, e, lida em Conselho de Estado, se assentou, ainda assim, que, por satisfazer a Rainha, se fôsse António de Sousa por alguns dias para a sua quinta, duas léguas da Cidade, o que se executou com tanta zombaria, que o Secretário estava em sua casa e ia tôdas as noites ao Paço, visitado de muitos e visto de todos; a tanto desprezo dos Ministros tinha chegado o respeito devido a uma pessoa real, e Rainha de Portugal, onde se veneram os Príncipes com adorações.

Faziam-se diligências com a Rainha que perdoasse ao Secretário; ela, valerosa, insistia no

castigo, muito longe de perdoar. No Paço, inquieto e dividido em opiniões, umas que acusavam, outras que absolviam, ferviam as cizânias, carregavam-se tôdas as culpas ao valido, o qual, acusado de sua consciência, e informado mal de que havia tomado o caso S. A., fêz dobrar as guardas de archeiros e dobrar as companhias de infantaria, mandando as tropas e têrcos pagos para se aquartelarem no Terreiro do Paço, onde os palanques lhes serviam de fortificação; dando por razão a el-Rei que a êle o queriam matar, e a S. M. tirar a Coroa. Vendo S. A. tanta novidade, sem se lhe dar nenhuma conta, nem fazerem dêle caso, considerando-se no desprezo com que se tratava a Rainha, sem S. M. acudir a nada, seguindo as disposições do privado, escreveu a el-Rei esta carta na forma seguinte:

«Com grande sentimento meu, prostrado aos pés de V. M. (a quem venero como meu Rei e Senhor, e respeito com o amor de Irmão), me obriga a exorbitância do Conde de Castel Melhor a dizer a V. M. que havendo êle esgotado todos os meios que a sua malícia excogitou em dano de minha vida, como me constou por ministros de tôda a autoridade e zêlo, que a minha cautela e prevenção evitou, passou agora a sua insolência a armar o próprio Paço de V. M., como a persuadir que eu intentava violar o sagrado dêle, podendo inferir-se bem dos antecedentes que o seu intento seria atrever-se-me. Espero eu da justiça de V. M. que, por êste atrevimento, execute um tal castigo, apartando de si êste vassalo, que me não ponha em necessidade de ir buscar Reinos estranhos em que passe a vida, como me será forçoso, em caso que não experimente em V. M. nesta ocasião aquêle amor que sempre soube e saberei mere-

cer a V. M. em tôda a parte, cuja Real Pessoa guarde Deus, como desejo e hei mister. Escrita em Lisboa, a 2 de Setembro de 1667. O Infante ».

Respondeu S. M. que aquella matéria era muito grave, que a não podia resolver sem a propor a seu Conselho de Estado, resposta que ditou o Conde, persuadido de que todo o Conselho teria por si. Este foi o primeiro passo do despenho do Conde, porque, se discorrera como entendido, vira que a opposição o perdia, que só o retiro o salvara; mas a ninguém deixou nunca discursar. Com negociação de votos se chamou o Conselho de Estado, nêle se deram tais côres à proposta do Infante, que quasi todos os votos assentaram que se não devia desterrar um valido por uma culpa leve, antes de provada; que se provasse, e que então se castigasse pelo mercimento do delicto. Divulgou-se a queixa e o assunto; declarou-se a Côrte contra o Conde (sendo os primeiros os seus mais obrigados), seguida de todo o povo, que, inquieto, se enfurecia de ver que um vassalo se atrevia a fazer opposição com S. A.

Mandou el-Rei a D. António Luiz de Menezes, Marquês de Marialva, que levasse a resolução tomada no Conselho de Estado ao Infante. Respondeu que não havia sido proposta a sua queixa na forma em que a dera; e entregando-a outra vez escrita de sua mão ao Marquês, escreveu também a S. M. significando-lhe a importância do negócio e advertindo-lhe que, por uma suspeita que o Conde tivera de que o queriam matar, desterrou S. M. da Côrte a todos quantos quis dizer que entravam na conspiração; e que, havendo tanta distância entre um caso e o outro, entre uma e outra pessoa, não era possível que seu Conselho tomasse assento tam injusto, se-

não porque se falsificara a proposta ; que ali a mandava, e pedia que se tornasse a propor a todos os Conselhos, e que estaria pelo que determinassem ; e que de novo estava notavelmente agravado das armas que o Conde havia metido no Paço, tanto em ofensa da sua pessoa e da sua reputação. Começou a Fidalguia a continuar a causa de S. A. ; o povo, defendendo sua causa, ameaçando castigar quem acusava sua queixa ; o Rei a chamar Fidalgos, títulos e prelados, persuadindo-os por todos os modos a favorecerem o Conde, diligência de que só tirou o desengano de que todos estavam prontos para pôr a vida por seu Rei e por seu Infante, e a tirá-la a quem os ofendesse, declarando-se muitos por mortais inimigos do Conde. A favor seu, escreveu el-Rei ao Infante dizendo que as armas do Paço éle as chamara e que ali estava para fazer justiça e que de novo tornava a mandar propor a sua queixa, mas sempre apaixonado pelo Conde, cujas partes fazia ; com que se resolveu o Infante a mandar-lhe pedir licença para seguir o exercício das armas na Província de Trás-os-Montes, ou para Vila Real, pois não queria estar onde corria risco sua vida.

Alguns dias se passaram sem que el-Rei respondesse ou deferisse ao papel de S. A., e no fim dêles veio a resposta seguinte :

« Muito honrado e muito amado Irmão. Eu el-Rei vos envio muito saüdar, como aquêlê que muito amo e prezo. Vi a carta que me escrevestes de 9 do corrente, e sempre tenho que agradecer-vos no acomodardes-vos à minha resolução, ficando-me o conhecimento de que entendeis que aquêles que eu tomo são sempre os que mais convêm a mim e a vós. Amo-vos como filho, e, quando não houvera mais que esta razão,

poderosa fôra para vos desejar o que melhor vos estivesse. Sôbre êste particular de que me escrevestes, já vos mandei declarar que estava prestes para fazer justiça logo que os documentos, por onde a havia de fazer, me chegassem; e quanto à outra parte, de intentardes vosso retiro, quero que troqueis esta resolução e venhais a mim, onde achareis sempre os braços abertos para vos receber nêles com aquêlê amor que pede a razão de vos ter por irmão, por amigo, e por filho e sucessor dêstes Reinos enquanto Deus mos não der; e na falta de os ter, me hei-de consolar muito permita o mesmo Senhor que sejais vós quem os possua, quando sua Divina Majestade fôr servido. Rei».

Com esta carta se resolveu escrever S. A. a tôdas Câmaras do Reino e ao Juiz do Povo e Vinte e Quatro de Lisboa, dando-lhes conta do que determinava, da causa por que o fazia, do fim por que o intentava. Veio logo o Juiz do Povo com os Vinte e Quatro falar a el-Rei, e com liberdade fiel lhe pediram que fôsse servido deferir a queixa de S. A., cuja ausência o povo não havia de consentir; e que de contrário se seguiria grande motim e ruina. Com alguma alteração ouviu el-Rei ao Juiz do Povo; mas, melhor aconselhado, resolveu que segunda vez se viesse à razão da queixa de S. A. em todos os Tribunais, e que lhe dissessem o que se devia fazer. Assim se fêz, e todos resolveram (tirando alguns poucos e mal avaliados) que o Conde se mandasse para fora da Côrte, enquanto pelos artigos de S. A. se devassava dêle. Com êste acôrdo se achou el-Rei sobressaltado; e buscando-lhe ainda remédio, o não achou.

Pôsto o negócio neste estado, aconselhavam ao Conde seus maiores amigos que pairasse a

tempestade, e não quisesse navegar na tormenta, porque tanto mais se perdia, quanto mais forcejava. Entendeu-se que Henrique Henriques de Miranda fomentava em el-Rei o favor do Conde e as desconfianças para com S. A., e foi-lhe dado um aviso, que se não queria ir para a outra vida, que buscasse outra parte onde viver e não entrasse mais em Palácio. Bebeu esta purga, e de sorte lhe alterou os humores, que lhe deu um acidente, mortal nas aparências, porém leve na duração, porque se preparou para morrer, mas convalesceu dentro de cinco dias. Fêz seu testamento, e o mandou com uma carta ao Duque de Cadaval, pedindo-lhe pelas Chagas de Jesus Cristo que quisesse ser seu testamenteiro e aceitar por seu criado a seu filho, debaixo de cujo amparo entendia que deixava segura sua vida sua honra e sua fazenda. João da Castanheira e outros criados, bem vistos de el-Rei, lhe aconselharam que obedecesse ao tempo e deitasse de si ao Conde; que convinha antes, que o povo enfurecido entrasse no Paço e o deitasse por uma janela; que neste caso nem S. M. se podia dar por seguro, quanto mais seus Ministros e criados.

Viu-se el-Rei forçado por tôdas as partes, puxou pelo assento dos Conselhos, a tempo que por outra parte o persuadiam que na conservação do Conde consistia a de sua Coroa, que lha queria tirar da cabeça quem procurava tirar-lhe o Conde da ilharga; sempre arrimado a este falso pretexto, que o não deixava cair, e com saber que tinha tudo contra si, ainda se persuadia que sua ventura havia de contrastar tôda a fôrça da razão e do poder. Desenganou-o o successo, porque S. M. o mandou chamar uma quinta-feira à noite, em 9 de Setembro de 667, e lhe disse

quanto sentia não lhe poder valer, porque ainda que o desejava não o podia só, tendo contra si a nobreza e o povo; que se ausentasse para uma jornada fora da Côrte; que o tempo, que agora o perseguia, o favoreceria com suas mudanças, e que para diminuir a inveja era melhor remédio tirar-lhe dos olhos o motivo. Aqui esmoreceu o Conde, não podendo com o pêsso do golpe continuar no valor que affectava, porque se viu desanimado da coluna que o sustinha, entendendo bem (mas tarde) que maior inimigo tinham suas coisas na ausência, que na desgraça. Preparou com a brevidade que pôde sua jornada; sabia de algum dinheiro que estava destinado para o Alentejo e levou 25:000 cruzados que pedia para a ajuda do custo, que foi selar com o sêlo da publicidade a murmuração de pirata. Propôs a S. M. para o Govêrno, emquanto êle faltasse, a Nuno de Mendonça, Conde de Val de Reis, e seu tio António de Mendonça e Rui de Moura Teles, por Secretário das Mercês a Pedro Sanches Farinha, não advertindo que aumentava com esta disposição o mal que experimentava; e despedido del-Rei, se partiu no sábadó pelas duas depois da meia noite, acompanhado de alguns poucos criados, confidentes seus, deixando ordenado que à porta de sua casa, e da de sua mulher, estivesse corpo de guarda, porque o povo se lhe não atrevesse, e se foi para Tôrres Vedras, sete léguas da Côrte, onde se recolheu num mosteirinho de Arrábidos, que está meia légua fora da Vila.

Reteve consigo a gente que levou para sua guarda; desmandou-se esta, levantou-se o povo, e fêz-lhe refrear os atrevimentos dos seus, e humilhar a presunção do Conde, considerando que era mui diverso o estado de dominar a to-

dos, do de obedecer a quatro lavradores. Publicou-se, com a manhã de sábado, a ausência do Conde; correu a nova nas azas do ódio, e este subiu no ânimo de muitos, de sorte que, caminhando D. Fernando Forjaz Pereira, Conde da Feira, da Côrte para o seu Condado, ao passar pela Vila do Cartaxo, ouviram os moradores que passava o Conde e levantou-se um motim com a voz de *morra*, que foi necessário ao da Feira saltar da liteira e mostrar-se para escapar do martírio, deixando pelas custas um macho morto, acautelando-se para os mais lugares para mandar precursor adiante, que era o que passava o Conde da Feira e não o de Castel Melhor.

Tanto que na Côrte se soube que o Conde era ido fora dela, se davam os parabens uns aos outros; estes porque os assegurava do motim que temiam, outros porque viam princípio ao bem que desejavam; e todos porque viam movida a pedra do escândalo e de tôda a divisão, em que se ia fundando e temendo a mais crua e desatinada guerra civil. Soube-se logo das pessoas que deixara nomeadas para governarem em sua ausência, e agouou-se o gôsto daqueles que penetravam no segredo e sabiam que os mesmos que no princípio da aclamação foram presos por inconfidentes ficavam agora como confidentes do Conde, dando nisto motivo para subir a murmuração; que parece que de tropel e à redea solta se acumulavam os erros para descompor este homem, fabricando nos meios que escolhia para seu remédio sua maior ruina, condição dos que tomam por conta sua desgraça, que a diligência do desvio os leva mais depressa ao despenho.

Na segunda-feira de manhã foi o Infante ao Paço para beijar a mão a S. M. Falou-lhe, porém

el-Rei o recebeu com senho, e dizem lhe não respondeu uma só palavra. Foi beijar a mão à Rainha, que o recebeu com agasalho e afabilidade devida a tal pessoa e tal defensor. Convalecido Henrique Henriques, safu a falar a el-Rei, com capa de compor as coisas e abrandá-lo; porém, de sua ida resultou o mandar S. M. a António de Sousa de Macedo para o Paço, a continuar com seu officio, o qual veio logo ajudado duma carta do Conde, que de sua assisténcia animava a confiança de ser brevemente restituído a seu lugar, e, quando menos, quis fazer experiéncia, em cabeça alheia, de como se tomava o voltar do destérro para o Paço, porque, se o Secretário vencesse os mares, também o Conde voltando cortaria as ondas, e tomaria pôrto seguro a-pesar da tormenta. Novo incentivo teve a inquietação do povo com a volta do Secretário, e começou a tumultuar mais furioso que nunca e a esperar de S. A. que continuasse com os meios da tranquillidade que se esperava.

Por ordem de S. M. mandou dizer a Rainha a S. A. que não viesse ao Paço sem éle lhe mandar recado, com o que se confirmou a intelligéncia de que nêle havia quem aconselhasse a el-Rei a volta do Conde e lhe persuadia a infidelidade no Infante, com o que tornou o negócio muito atrás, encruando-se de novo os humores e se puseram as coisas em térmos duma fatal ruina, porque já se encomendava à fôrça o que não obrava a razão. Descobre-se a causa do mal, e fê-lo a si mesmo quem o ocasionou, porque se avisou a Henrique Henriques que dentro de doze horas despejasse da Côrte ou lhe tirariam a vida, que lha não havia de assegurar nem todo o amparo del-Rei; e logo o buscaram, mas éle se salvou a unha de cavalo, deixando suas

casas despejadas e abertas, por que a resistência das portas não provocasse o furor do povo. Da falta deste homem tomaram ocasião alguns inconsiderados da Câmara de S. M. para lhe fazerem crer que tudo se encaminhava a o destruir, querendo por este modo perdê-lo e perderem-se. Persuadiram-no que prendesse e castigasse sem diferença de pessoas, que o povo era uma nuvem de mosquitos, que quatro lagostas e um odre de vinho o aquietava; conselho verdadeiramente da desesperação, que obra fechando os olhos às conseqüências. Levado da primeira tenção, aceitou el-Rei o conselho e se resolveu em fazer algumas prisões e castigos. Sucedeu que na noite de 3 para 4 de Outubro morreu o Esmoler-mor, Fr. Luiz de Sousa, religioso de S. Bernardo, tio do Conde de Castel Melhor, mais apressadamente do que se imaginava; e sua morte menos sentida foi que sua doença, porque tiveram diferentes tempos sua doença e sua morte. Persuadiram a el-Rei seus confidentes que o desgosto o matara, e não a doença, pois não podia deixar de matar, aos que desejavam o real serviço, verem fora dele o mais fiel vassalo como era o Conde.

Na noite de 4 para 5 de Outubro, passou António de Sousa três decretos para se prender a D. Sancho Manuel, Conde de Vila Flor, Luiz de Mendonça Furtado e Gil Vaz Lopo, com ordem que, presos e confessados, os matassem logo. O modo assentado havia de ser sair-se na quarta-feira el-Rei do Paço, acompanhado dos tёрços e das tropas, para Alcántara; e de lá mandar fazer estas prisões. Pelas onze horas da noite teve S. A. aviso, e considerando que podia o caso ser motivo da última ruina de todos, na mesma quarta-feira de manhã, prevenido tudo o que se po-

dia temer, mandou aviso a todos os Conselheiros de Estado que das 8 para as 9 horas se achassem no Paço, que importava assim ao serviço de S. M. e do Reino; e ao mesmo tempo saiu de sua casa o Infante, com tudo quanto havia de títulos e senhores na Côrte, todos armados secretamente para o que pudesse succeder (que como o mal era apertado, pudera ser violento o remédio), e entrou pelo Paço, onde nesta ocasião se acharam 1.400 homens, a flor da nobreza da Côrte, que logo repartidos ocuparam tôdas as salas e corredores, sem haver quem o impedisse, porque o capitão da guarda tinha mandado aos archeiros que a ninguém negassem a entrada, e aos cabos das companhias, que ordinariamente estão no terreiro, lhes tinham dado ordem que de nenhum modo se alterassem nem bulissem consigo; tudo disposição de S. A., tam errados como isto obravam os que, confiados na malícia, imaginavam sair com os intentos da malícia.

Já a este tempo estava o Terreiro do Paço cheio de povo, chamado da curiosidade e do amor a S. A. e fidelidade a seu Rei, a quem desejavam ver livres de ruíns ilhargas. Entrou S. A. pela Câmara del-Rei, que, quando o viu, sobressaltado, fora do que imaginava, disse: «Na minha câmara, sem minha ordem, e eu sem espada! Deem-me a minha espada!». Ao que nenhum dos poucos que lhe assistiam se moveu, porque os tinha a todos estátuas o medo, e a alguns a culpa. E S. A. disse: «Senhor, aqui está a minha espada aos pés de V. M., e enquanto eu tiver vida para a menear a terei para servir, e defender com ela, meu Rei e senhor». «Pois que é isto?» — disse o Rei. «É — tornou o Infante a prosseguir — defender a coroa e estado de V. M. e acudir por sua reputação». Porfiou el-Rei, colé-

rico, e venceu S. A., prudente e sossegado. A este tempo safu do seu aposento a Rainha, sem aquella compostura que dá o seguro, obrigada do tumulto que ouvia e do amor del-Rei, o qual, vendo-a, apaixonado ainda, lhe disse que se recolhesse (porque todos com a devida reverência lhe fizeram caminho para a câmara real); o que ouvido, D. Álvaro Pires de Castro, Marquês de Cascais, disse com linda graça: «Como o touro não amansa à vista, está mais assanhado do natural»—tam pacatos estavam os ânimos de todos. O Rei, já mais brando, perguntou: «Pois que querem?». «Que V. M. (lhe responderam) se sirva de assistir com a Rainha e S. A. ao Conselho de Estado». Assim se fêz, e nêle se assentou que convinha ao serviço de el-Rei, e bem do Reino, que o Secretário fôsse logo desterrado da Côrte. E logo o Duque de Cadaval (que parece que sua inocência e bom zêlo o trouxe de seu desterro para a Côrte, para ver desterrados dela os que tam portiadamente dilataram o seu desterro), com Manuel de Melo, foram buscar a António de Sousa Macedo, a quem o mêdo tinha fechado num dos beliches do expediente; e tanto que não queria abrir, mas obrigaram-no com outro mêdo maior, e safu mais morto do que vivo, mal tornando em si com seguro que lhe deu o Duque de sua vida, se não desviasse da sua ordem. Tanto que apareceu o Sousa, queriam muitos que o deitassem da janela do Paço (como outro Vasconcelos na Aclamação), mas defendeu-o o Duque, e dali o levaram para onde se não soubesse dêle em muitos dias. Um Manuel Antunes, a quem a natureza assinalou perverso, dando-lhe um olho branco e outro negro, acusado de sua consciência, desapareceu e deu consigo em Vila Viçosa; a este lhe acharam róis pelos

quais se viu que S. M., por sua mão dêle, tinha despedido em quatro anos 560.000 cruzados.

Começava a inquietar-se o povo no Terreiro do Paço, e para sossegá-lo foi necessário que Suas Magestades e S. A. saíssem às janelas do Paço, onde estiveram meia hora, ouvindo vivas de todos. Apareceu também Salvador Correia junto com Miguel Carlos, irmão do Conde de S. João, e o povo lhe pediu que deitasse o traidor de Salvador Correia, que mal satisfeito da petição se sumiu dali e se meteu em casa, donde não saíu muitos dias. S. M., cobrado do seu engano, conhecendo que não havia quem não desejasse seu serviço, tornou a Conselho de Estado, donde todos, com o zelo e a liberdade portugueza, lhe propuseram o que convinha a sua reputação e bem de seus vassallos, que El-Rei áceitou com rosto alegre, pedindo-lhe todos que os governasse como seu Rei que era, e não quisesse que obedecessem a quem não fôsse ou S. M. ou S. A., com que se recolheram a comer, que eram já três horas da tarde, S. M. e S. A. para a mesa Real, e a Rainha para seu quarto. Breve foi a detença, e saíu S. A. para sua casa acompanhado da nobreza e inumerável povo, que não descansava de lhe dar vivas, sabendo que a êle se devia acabar-se o negócio, que ameaçava muita ruina e efusão de sangue, sem o mínimo desmancho nem agravo.

Ao outro dia, que foram 6 de Outubro, fez S. M. grandes diligências por saber de António de Sousa, mandando decretos seus aos conventos, que o entregassem se o tivessem, mas todos sem fruto; as mesmas fez por seu moço da câmara, Manuel Antunes, imaginando os teriam mortos, mas desenganado que não apareciam, cessaram as diligências. Em 7 de Outubro foi

S. A. ao Palácio, donde S. M. o recebeu com estreitos abraços; e praticando no estado das cousas, lhe disse S. A. como as rendas da Coroa estavam exaustas e empenhadas até ao ano de 70; tratou-se do remédio para se acudir com remédio e dinheiro às fronteiras, criou-se uma Junta de cinco pessoas, inteligentes e fiéis para considerarem, suaves para se remediar a necessidade presente. Foram as pessoas o Duque de Cadaval, D. Vasco Luiz da Gama, Marquês de Nisa, o Marquês de Marialva, o Marquês de Sande, D. Diogo Lima, Visconde de Vila Nova de Cerveira, e por Secretário desta Junta Luiz Mendes de Elvas, com voto nela; dando-se a esta Junta dos Meios, superioridade sôbre todos os Tribunais, tesoureiros e almoxarifes, assim para tomar contas, como para receber, despender, e dispor de sorte, que nada se gaste nem receba sem ordem da dita Junta. O primeiro meio, e mais conveniente, que se dispôs, foi que se tomassem contas a todos e se puxasse pelos que com os bens da Coroa se haviam enriquecido, e empobrecido ao Reino, para o que era necessário se fizessem Côrtes. E para a necessidade presente ofereciam muitos senhores e homens de contrato o que era necessário.

Em lugar de António de Sousa fêz S. M. Secretário de Estado (que já o tinha sido del-Rei D. João o 4.º) a António de Cavide, que logo desempenhou a cozinha real e as estrebarias, tudo empenhado em grandes dívidas com opróbrio da grandeza real. Foi o tempo mostrando o que convinha ao sossêgo del-Rei e bem do Reino, e achando-se que necessitava tirar da Côte alguns sujeitos, deram aviso a Simão de Vasconcelos, Salvador Correia, Lourenço de Sousa, Rui Fernandes, António de Mendonça, ao Conde de

Val de Reis, e a outros entremetidos, que lhes convinha sairem-se da Cidade se queriam viver. Nenhum se persuadia o quanto lhe importava; uma noite o entenderam todos, sabendo como se deu uma assaltada a Rui Fernandes e a Salvador Correia, êste escapando com o ardil, aquêlê pagando com avanço, porque ficou mal ferido e moído, e ficara morto se não viera tam armado; muitos dias de cama lhe custou o desengano, e sem dúvida o mêdo lhe fêz tomar o conselho. O Salvador Correia se foi meter debaixo dum navio que se estava fazendo, não se dando por seguro em sua casa, e de madrugada se foi para S. Roque, mosteiro dos padres da Companhia, donde se dizia que pedia a santa roupeta, por não deixar de ser ladrão com outra capa. Os mais foram fazendo sua obrigação, como a fêz Simão de Vasconcelos, que logo se foi para onde estava seu irmão, o Conde, e dali marcharam ambos para Pombal, donde estavam mansos, ainda que não sem fel. Proveu a Junta dos Meios, com beneplácito de S. M., os lugares que tinha Henrique Henriques, dando a provedoria dos armazéns a Manuel Guedes Pereira, o pôsto de Tenente General da Artilharia a Manuel de Andrade, e se falava para Presidente em D. Pedro Castel Branco, Conde de Pombeiro.

Por diligências dos desterrados, soube S. M. como Manuel Antunes, seu moço da câmara, estava em Vila Viçosa, Henrique Henriques em Cós, e os mandou buscar; o Henriques escusou-se por doente, o Antunes o foi buscar Diogo Luiz Ribeiro, Tenente General da Cavalaria da Côrte; e neste tempo se lançou fama que mataram ao Antunes na Ponte da Silva, e ao Ribeiro muito mal ferido; e de propósito se espalhou pela Côrte para se experimentar o como o tomava

el-Rei. Chegou Diogo Luiz Ribeiro dizendo a S. M. que não aparecia, e tornando-o a mandar, voltou com a mesma resposta; e nem elle nem António de Sousa appareceram em muitos dias.

Na entrada do mês de Novembro se pôs um pasquim nos lugares públicos da Côrte, o qual dizia :

Três c c c. contém o libelo,
Côrtes, Contas e Cutelo.

Com o que movido o povo, ajudado de diligências dos grandes, foi por seus Misteres pedir a el-Rei Côrtes, levando um papel em o qual se apresentava a necessidade delas; respondeu el-Rei que veria o papel, então que deferiria. Foi dilatando a resolução muitos dias, e o povo apertando cada vez mais por elas, até que com outro papel, que era o resumo do primeiro, instaram com el-Rei, ao que respondeu que na segunda-feira seguinte, que foram 7 de Novembro, daria resposta. Passou-se a segunda-feira sem el-Rei resolver nada; na terça se juntou o Senado e se assentou nêle, por última conclusão, que o Juiz do Povo com seus companheiros fôsse dizer a el-Rei que haviam por levantados todos os tributos até S. M. deferir as Côrtes; fêz-se o protesto ao Marquês de Nisa, a quem el-Rei mandou tomar o recado (que duvidava dá-lo a el-Rei, mas à primeira palestra obedeceu e lho deu), e logo foram intimar o mesmo à Junta dos Três Estados. Forçado el-Rei da necessidade, e obrigado dos conselhos, concedeu Côrtes para o primeiro de Janeiro de 668.

Com facilidade se foi esquecendo el-Rei de todo o passado, assistindo a alguns despachos violentos e continuando em seus divertimentos, fazendo tam pouco caso da Rainha como se a

não houvera em Portugal, entendendo-se que ainda havia quem o distraía. A um Agostinho Nunes, que de cirurgião passou a ser alcoviteiro, e medrou de sorte que tinha 600.000 réis de renda, se deu recado que dentro de doze horas saísse da Côrte e se fôsse para o Pombal, donde mandasse certidão como ficava lá; e obedeceu pontualmente. Ao Conde de Val de Reis se avisou que fôsse para o seu govêrno do Algarve, e ao Visconde de Vila Nova de Cerveira que não falasse mais, e a outra muita gente; com o que se atalhou a muitas inquietações do Rei. Em sexta-feira, 18 de Novembro, houve touros, porfiando el-Rei em que não se desfizessem os palanques para êste fim: estavam publicados para a segunda-feira que se seguia; porém desviou-os a prudência dos Senadores da Câmara com representarem que não havia cavaleiros.

Sucedeu que havendo muitos dias que a Marquesa de Castel Melhor, obrigada de doente, se havia sangrado doze vezes, andando já convalescente, e não querendo a Rainha que entrasse na sua Câmara, lhe mandou dizer que, pois andava achacada, se fôsse para sua casa a título de convalescente, e que assim ficaria mais airosa que deitá-la publicamente de seu serviço. E a Marquesa, altiva e soberba, e por consequência cega, respondeu que não havia de ir se a não mandasse el-Rei, que era o que lhe dera o lugar; tam indiscreta é a presunção, que se atreve a medir os braços com o mais poderoso, imaginando valer-se das artes mais indecorosas. Foi a Marquesa fazer queixa a el-Rei, dizendo-lhe (como dizem) que a Rainha a queria fora de sua casa para ficar à sua vontade, porque sabia quanto vigilante ela era no serviço de S. M. Respondendo-lhe el-Rei que se lhe não desse

nada da *Brichota*, que fôsse e estivesse, e, se ela falasse, que lhe cortaria tal coisa com uma navalha. Estava a Rainha disposta (gastada a paciência, com que cresciam os agravos e desprezos), e pôs em execução o que havia muitos dias determinava, e se dizia pela côrte, que era anular o casamento, inválido pela impotência del-Rei.

Segunda feira, 21 de Novembro, saíu, acompanhada dos oficiais de sua casa, e de algumas damas que eram D. Antónia da Silva, D. Antónia Maurícia da Silva e D. Isabel Francisca da Silva; e vindo ao Mosteiro da Esperança, da Ordem de S. Francisco, tanto que entrou com elas para dentro, mandou fechar a portaria e tomou as chaves. Enviou seu Mordomo-mor a el-Rei com um recado por escrito, que dizia o seguinte:

« Deixei a pátria, a casa, os parentes, e vendi minha fazenda por vir acompanhar a V. M., com desejo de o fazer muito à sua satisfação, e tenho sentido muito a desgraça de o não poder conseguir, por mais que o procurei; e obrigada da minha consciência, me resolvi em tornar para França nos navios de guerra que aqui chegaram. Peço a V. M. me faça mercê de dar-me licença para isso e de me mandar entregar meu dote, pois que V. M. sabe muito bem que não estou casada com elle. Espero da grandeza de V. M. me mande fazer, assim entrega de meu dote, como em tudo o mais o favor que merece uma Princesa estrangeira e desamparada nestes Reinos, e que veio buscar a V. M. de tam longe ».

Foi D. João Mascarenhas, Conde de S. Cruz, Mordomo-mor da Rainha, com o recado a el-Rei, o qual, enfurecido e mal aconselhado, se veio ao Mosteiro às Ave-Marias e mandou às Religiosas

que lhe abrissem as portas, se não que as mandaria quebrar, ao que a Abadessa respondeu que não tinha chaves, que estavam em poder da Rainha. Estando nisto, chegou S. A., a quem haviam dado notícia do caso, e disse a el-Rei que seria coisa muito escandalosa profanar um mosteiro tam grave e perder o respeito a Deus e à Rainha, com aquela violência; que se chamasse o Provincial de S. Francisco, e que elle obrigaria as Religiosas com censuras para que entregassem a Rainha. Sossegou-se o Rei com estas razões, e, chamado o Provincial, obrou tanto com as censuras como el-Rei com os ameaços, e desenganado o levou S. A. a Palácio pelas dez da noite.

Na manhã de terça-feira mandou a Rainha uma carta ao Cabido, em que dizia assim :

« Apartei-me da companhia de S. M., que Deus guarde, por não haver tido efeito o matrimónio em que nos concertamos, e por não poder sofrer mais tempo os escrúpulos da minha consciência, que o amor que tenho e me merecem estes Reinos me fez dissimular até agora. E ao Cabido de Santa Sé desta Cidade, a quem por seus ministros toca o ser Juiz desta causa, rogo muito a queiram mandar abreviar quanto fôr possível, favorecendo em tudo o que fôr justo a uma estrangeira magoada da desgraça de não poder viver na terra que veio de tam longe buscar com tanto gosto. E pode muito confiadamente entender de mim o Cabido que em tôda a parte saberei reconhecer e agradecer a cortesia com que me tratar. Lisboa, vinte e dois de Novembro de 667.

Maria Francisca Isabel de Sabóia ».

Juntou-se o Cabido; e lida nêle a carta, respondeu a ela na seguinte forma que segue :

« Leu-se neste Cabido com grande sentimento a carta de V. M., escrita em 22 do corrente, por ficarmos entendendo a resolução que V. M. havia tomado de se recolher nesse convento com tenção de se voltar a França, desamparando a Portugal onde é tam amada e venerada, e de procurar se anule no juízo da Igreja o matrimonio contraído entre el-Rei e V. M. Os términos, Senhora, ordinários da justiça, que se permitem a qualquer pessoa particular, mal se podem negar a V. M. quando as coisas chegam a este estado; porém concorrem neste negócio tantas circunstâncias dignas de ponderação, que pedimos a V. M. licença para que, antes de entrar nêle, o encomendemos e façamos encomendar a Deus, para que se sirva de o encaminhar a seu santo serviço, bem universal dêste Reino, e conservação de V. M., a quem o mesmo Senhor guarde por felizes e largos anos, como todos lhe pedimos e desejamos ».

Nomeou o Cabido, por Juiz à causa, a Panteão Rodrigues Pacheco, Cónego da mesma Sé, Inquisidor e Bispo eleito de Elvas. Veio S. A. ao mosteiro da Esperança pelas dez horas da manhã, chamado da Rainha, e com licença de S. M. falou-lhe na grade da Igreja; persuadiu-a a que quisesse falar a el-Rei, o que foi fácil, porque determinava fazer-lhe confessar diante de testemunhas o que ela afirmava. Voltou S. A. ao Palácio, assentou com el-Rei o vir-lhe falar de tarde, e se recolheu; porém el-Rei faltou a tudo, tomando outro conselho que o acabou de perder.

Em quarta-feira, 23 de manhã, foi o Marquês de Cascais falar a S. M., que achou dormindo;

entrou na Câmara e arguiu a el-Rei de dormir tanto, e despertando-o lhe disse (metendo-lhe uma faca na mão) que lhe queria dizer uma verdade muito para o bem de sua consciência, e para o bem do Reino e de seu Estado; que, se depois lhe havia de dar, que lhe desse logo. Ao que el-Rei respondeu que viria com alguma das suas; que dissesse. E o Marquês, com liberdade portugueza, lhe disse: « Senhor, vós nascestes tolo, e o achaque que depois tivestes vos fêz mais incapaz; sois doente e cheio de enfermidades; não tendes. . . , nem sois para casado, e assim estais incapaz de terdes geração, razões tôlas pelas quais hão-de vir os Procuradores das Côrtes, e vos hão-de privar do Reino, e dar o govêrno dêle a vosso irmão. Dizei que o fazeis por vossos achaques; tomai meu conselho, que é de amigo vêlho: fazei por vossa vontade o que vos hão-de fazer quatro marotos; dai o govêrno a vosso irmão, e que trate de se casar para dar sucessores à Casa Real, pois vós sois incapaz de os dardes; e ficais como estáveis até agora, governando o Conde de Castel Melhor, e muito airoso dimitindo o govêrno por vossa vontade ». De tal sorte o persuadiu o Marquês com estas razões, que lhe disse el-Rei que logo o queria fazer assim; que chamasse a S. A. e aos Conselheiros de Estado. Deu-se recado a todos, que vieram sem dilação; gastou-se todo o dia em se ajustar o modo; fêz-se o papel, assinou-o el-Rei, e dizia assim:

« El-Rei nosso Senhor, tendo respeito ao estado em que o Reino se acha, e ao que em ordem a isso lhe representou o Conselho de Estado, e a outras muitas causas e razões que a isso obrigaram, de seu motu próprio, poder Real e absoluto, há por bem fazer desistência dêstes

seus Reinos, assim e da maneira que os possui, de hoje em diante, para todo sempre, em a pessoa do Senhor Infante D. Pedro, seu irmão, e em seus legítimos descendentes, com declaração que do melhor parado das rendas dêles reserva cem mil cruzados em cada um ano, dos quais poderá testar por sua morte por tempo de dez anos. E outrossim reserva a Casa de Bragança com tôdas suas pertenças. E em fé e verdade de S. M. assim o mandar cumprir e guardar, me mandou fazer este, e firmou. António Cavide o fêz, em Lisboa a 23 de Novembro de 1667. Rei ».

Logo se mandou chamar o Senado da Câmara, Juiz do Povo e Vinte e Quatro, e se lhes notificou o assentado, fazendo-se o mesmo a tôdas as Câmaras do Reino.

Tanto que S. A. teve o poder de Governador do Reino, chamou para seu Secretário de Estado a Pedro Vieira da Silva; e na mesma noite de 23 passou decreto a todos os Tribunais, Câmaras e almoxarifes do Reino que a nenhum papel, decreto, nem mandado, obedecessem, que não fôsse assinado por êle. Dormiu logo em Palácio, em quarto que cai sôbre a Ribeira das Naus, deixando a S. M. em prisão no mesmo onde vivia, dando-lhe seis criados, escolhidos entre todos os que o serviam, e António Cavide; e para lhe tirar o comércio com as patrulhas que o inquietavam, se mandou fechar de pedra e cal a serventia da Sala dos Tudescos para o forte, e só se deixou a escada do quarto da Rainha livre, que sobe da Secretaria de Estado para cima, de sorte que quem passar para o quarto de el-Rei ha-de ir forçosamente pelo do Infante.

Mandou a todos os Tribunais que se haviam de haver nas horas de despacho como em vida

do Senhor Rei D. João o 4.º; aos Capelães, que às nove horas da manhã em ponto tivessem cantado o Offício Divino, para cantarem a missa da terça, a que S. A. assistia infalivelmente todos os dias; aos seus manteeiros e moços da copa, que às onze em ponto havia de jantar sempre e cear às nove. Mandou pôr um edital em que ordenava a tôdas as suas Justiças, com cominação, que todo o homem culpado, ou criado de el-Rei ou seu, que tivesse crimes, o prendessem; e a êles, de qualquer qualidade que fôsem, se livrassem ordinariamente. A companhia dos patrulhas mandou logo marchar para Além-Tejo, com as mais da Câmara, que estavam na Côrte, e tôda a infantaria do Têrço da Armada, com que a deixou livre e limpa de finos e desavergonhados ladrões. Outro edital se pôs, em o qual S. A. havia por citados a todos os que nos seis anos do govêrno de el-Rei D. Afonso o 6.º tiveram despachos de lugares, postos, governos, comendas, officios, igrejas e benefícios, para que no Janeiro seguinte apparecessem a dar razão de como, ou porque serviços, lhos deram.

D. Pedro de Almeida, Provedor das valas de Santarém, ficou por valido de el-Rei, depois que se lhe tirou o Conde de Castel Melhor, mas com tam pouca fidalguia que era valido e espia. Na noite que el-Rei tinha dado o govêrno do Reino a S. A., apresentou o dito D. Pedro a S. M. uma petição em que lhe pedia 3.000 cruzados cada ano, em comendas, e o título de Conde em duas vidas. Despachou-o el-Rei como pedia. Na primeira audiêcia que deu S. A., apresentou a D. Pedro êste despacho, confiado no trato dobre com que havia servido, e não advertindo que os Príncipes tanto aborrecessem o traidor quanto estimam a traição. Safu com

uma rúbrica, que não valia nada a mercê, porque não fôra feita em tempo hábil e fôra alcançada subrepticamente.

Sucedeu neste mesmo tempo que o filho do Marquês de Cascais quis afrontar um valente soldado de fortuna, chamado José de Sousa Cid, Mestre de Campo actual do têtço de Cascais, e sargento-mor de batalha do Brasil, querendo lhe dar com pau, do qual se defendeu com uma faca, dando ao dito Conde uma cutilada pela cara, de sorte que lhe cortou um ôlho, e necessitou que levasse sete pontos a ferida, mas os criados do Conde, que estavam prevenidos, passaram com muitas estocadas ao Mestre de Campo, de que morreu dali a alguns dias; e o Conde esteve em notável risco de vida, e a tivera acabado no fogo que os soldados lhe queriam pôr; e o executaram, se naquela ocasião se não achara o Marquês de Marialva em Cascais.

Também D. João de Castro, pelo S. Martinho, matou um capitão da Chamusca, que achou doente na cama, e feriu a mulher e filhos, mas levando para esta facção tam luzida muita gente consigo (que estas são as valentias de alguns Fidalgos da Côrte). E êstes dois casos succederam em tempo que el-Rei governava, sem se fazer caso dêles; tanto que S. A. tomou o govêrno, mandou devassar de ambos; a Cascais o Doutor João Carneiro de Moraes, Desembargador do Paço, e à Golegã o Doutor Ribeiro de Macedo, para se fazer dos culpados recta justiça.

Muitos postos e lugares supernumerários que levavam ordenados excessivos, assim na milícia como no govêrno, e estavam providos em homens incapazes, só a fim de lhes darem de comer, se mandaram vagar; e se foi executando a ordem pelos maiores. Despacharam-se tropas para Cós

e para Pombal, para prenderem ao Conde de Castel Melhor e a Henrique Henriques, mas não se acharam. Mandou S. A. notificar ao Conde de Schomberg, Governador das Armas do Além-Tejo, como dali por diante havia de estar sujeito às suas ordens como Regente do Reino, ao que lhe respondeu que devia a homenagem do pôsto que tinha a el-Rei, e que sem que o Rei lhe levantasse o não podia fazer; que bem sabia S. A. que nisto fazia o que devia a quem era, e que o contrário lhe traria muita deshonra; que com ordem de S. M. o reconheceria por seu Príncipe Regente e Governador do Reino. Mas S. A., conhecendo a razão, tomou nisto o meio mais conveniente a todos.

Sexta-feira, 25 de Novembro, se fêz em S. António a eleição de Procuradores de Côrtes da Cidade de Lisboa, e saíram eleitos o Marquês de Marialva e o Doutor Pedro Fernandes Monteiro.

Sábado, 26, fêz a Rainha seus Procuradores o Duque de Cadaval e o Conde de S. Cruz, os quais no mesmo dia de tarde requereram ao Cabido desse juízes à causa da Rainha; e o Cabido, fora de Pantaleão Rodrigues Pacheco, deu mais por adjunto o Bispo de Targa, que com o Vigário Geral processassem a causa; e para a sentencarem os Desembargadores da Relação Eclesiástica, lhes nomeou por adjuntos quatro Cônegos letrados, a saber: Manuel de Saldanha, Antão de Faria, Pedro de Ataíde e Nuno da Cunha.

Com sossêgo foram correndo as coisas, ainda que S. M. pouco sossegado, por se ver destituído das liberdades que tanto mal lhe faziam; e tendo suas horas de fúria, se fêz tam insofrível que todos fugiam dêle, e com razão, porque deu com um sovelão num criado, chamado o Parada, e o

matara se o não defendera uma costela. Também atirou a dois homens com duas pistolas; com que lhe vieram a tirar as armas.

Passou-se decreto a todos os officiaes da Fazenda Real, que ajustassem contas para as darem em Côrtes, com o que todos andavam occupados e pensativos; e não sei se houve muitos quebrados, e sem funda, porque lhes faltou o fundamento em que se fundavam para gastar sem conta.

Neste estado estavam as coisas, quando segunda-feira 28 de Novembro, começou a entrar a frota, aguando o gôsto com as ruins novas da nau da Índia e de dezasseis embarcações que faltavam. Mas depois se soube que aquella tornara a arribar à Baía, e parte destas; e das outras, entraram sete em Setúbal e três no Algarve.

Em 7, véspera de N. S. da Conceição, succedeu um desastrado caso, com circumstâncias de mistério. Cantaram-se na Capela Real as matinas da Senhora, como as do Natal, pelas sete da noite. Assistiu S. A. na tribuna, e o melhor da Côrte; para a tribuna da mão esquerda ficaram os Condes da Torre e de Vila Maior, o Marquês de Sande, D. Francisco de Lima, e outros Fidalgos. Veio-se a tratar da entrega de Tânger em Africa, e Bombaim na Índia ao Inglês; disseram alguns destes Senhores que fôra coisa muito mal feita, tanto porque a Rainha mãe o não podia fazer, que era tutora e não Senhora do Reino, quanto porque se deram a hereges, em ofensa de Deus. Defendeu o Marquês de Sande, com razões de conveniência do casamento; refutaram-nas os de contrário parecer com a evidencia de que todos quantos entraram nesta entrega tinha Deus castigado, ou com mortes, ou com desgraças. Ao que impugnou o Marquês, dizem-

do que, sendo éle dos principais que andara neste contrato, havia sido sua casa muito venturosa e éle estava vivo. Acabou-se a prática com as matinas, meteu-se o Marquês na liteira de D. Francisco de Lima, e foram para suas casas.

Chegando à cruz do adro de S. Domingos, investiram a liteira quatro homens de cavallo e quatro de pé, e preguntaram aos lacaios qual era a liteira; responderam que de D. Francisco de Lima, com o que avançaram o melhor lugar dela, aonde ia o Marquês de Sande, e de nove estocadas o mataram, sem confissão, ficando D. Francisco de Lima no lugar dianteiro sem lhe tocarem. Conheceram-se entre os matadores criados de D. João de Castro, voou a nova a Palácio, sentiu S. A. e tôda a Côrte a morte do Marquês grandemente, e com razão, porque não tinha Portugal, nem homem mais ajustado, nem mais benquisto, nem mais noticioso, nem melhor afortunado nos negócios, nem mais conhecido dos Príncipes da Europa. Mandou S. A. prender a D. João de Castro; foram as Justiças a sua casa, escapou D. João metido debaixo do guardinfante de sua mulher e foram presos com algêmas todos seus criados para a enxovia. Pela confissão dêles se soube que o matador fôra o Conde de Mesquitela, para o que pedira a D. João de Castro seus criados, porquanto tratava o Marquês de casamento com a mãe do Conde. Verificou-se com o Conde se homisiar, e D. João, para a fronteira do Minho; e não se dando lá por seguros, se voltaram outra vez para Lisboa; fizeram-se grandes diligências para os prenderem; houve notícias de que se tinham retirado para o Mosteiro de Belém. Mandou S. A. cercar o Mosteiro com tropas de cavalaria e companhias de

infantaria, para que não embarcassem na armada francesa, que saíu daquele pôrto, que partia no mês de Novembro. Depois embarcaram para Itália, e passando pelo Estreito encontraram-se com duas naus de Turcos. Pelejaram-se; defendeu-se, e se retirou a Cádiz, já em tempo que este Reino tinha celebrado com Castela pazes. A D. João buscavam também, porque também se entendia foi culpado na morte. As tropas que foram buscar o Conde de Castel Melhor, e Henrique Henriques os não acharam porque eram fugidos; e se lhes confiscou tôda a fazenda de ambos, que veio na frota.

Prederam a Manuel de Miranda, irmão de Henrique Henriques. A causa direi: entre os criados de D. João de Castro prenderam um homisiado que se valia do seguro de sua casa, o qual tinha morto um soldado de pôsto; este confessou que Manuel de Miranda lho mandara matar. Prêso o dito Miranda, mostrou com evidência a falsidade da acusação do delinqüente, e logo foi sôlto; de sorte que o mesmo a quem se não atrevia a Justiça descompôs a sem-razão, tanta diferença faz o mundo entre uma e outra fortuna, que desconhece nas vezes dela as pessoas.

Chegou à Côrte o maltês António de Sousa Montenegro, chamado por el-Rei; viu, como entendido, o estado das coisas, e seguindo a conveniência, capeada com a razão, se ofereceu a S. A.; estimando o Infante o térmo e a pessoa, lhe concedeu que o Secretário António de Sousa de Macedo, pudesse vir para uma quinta sua duas léguas da Côrte, onde esteve três semanas; o que obrou não sei, que com novos motivos foi desterrado para fora da Côrte vinte léguas. Dizem que começava a inquietar e revol-

ver o estado das coisas; e assim seria, porque, neste tempo mesmo, se avivaram as diligências de buscarem ao Conde de Castel Melhor, para o prenderem, que andava no Reino, de mato em mato, só, sem criado algum, entendendo que na companhia de qualquer andava mais arriscado que na solidão. Ensinam os trabalhos o que não sabem ensinar as prosperidades: enfermou, de seguido e acompanhado; como entendido fia a saúde de contrário estilo.

Sôbre eleição de Procuradores de Côrtes houve inconvenientes e parcialidades em algumas Câmaras do Reino, que houveram mister tempo para se vencerem, razão por que as Côrtes, que estavam postas para o primeiro de Janeiro, se dilataram para os 20. Também se dilatou a causa da Rainha, em razão de que um dos três juizes da primeira instância, que era Pantaleão Rodrigues Pacheco, morreu, faltando-lhe primeiro a vida que lhe chegasse a resolução do negócio, que empatava com diferenças, mais que com dúvidas. Em seu lugar nomeou o Cabido a Antão de Faria, Deputado da Consciência e cônego da Sé de Lisboa, e logo começou a correr o negócio. Foi o prior de S. Marinha citar a el-Rei, que se deu por citado, com o que correu o negócio com mais fervor.

Em 7 de Janeiro de 1668 se passou decreto de desterro ao Bispo eleito de Angra, confessor de S. M., Fr. Pedro de Sousa, Religioso da ordem de S. Bento, tio do Conde de Castel Melhor, para vinte léguas fora da Côrte. Achou-o muito doente; e melhor informado S. A. de que inimigos, mais que causas, o tinham mal avaliado, suspendeu a ordem; mas o Bispo, cortado de tantos males e golpes, trocou o desterro pela Pátria, e o levou Deus em 14 de Janeiro pela

tarde, com todos os sacramentos, que pediu a seu tempo, mostrando bem sua morte o ajustado de sua vida.

Em 9 do mesmo entrou uma nau de Holanda, em que veio o secretário de Francisco de Melo, residente naqueles Estados. Deu por novas que todos os Príncipes do Norte se ligavam contra o Francês, fazendo-se-lhes odioso o poder e a vizinhança dos Estados de Flandres, de cuja maior parte se ia fazendo senhor.

O mesmo dia 9 entrou uma setia, que saíu dos Estados do Pontífice, o qual nela mandou um rico Relicário a S. M. com uma considerável partícula do Santo Lenho. À Rainha umas contas de pedra verde engastadas em ouro, com uma medalha de grandes indulgências. A S. A. outra jóia de muita estima. Chegou nestes dias um enviado de Castela a Badajoz para assentar pazes; mandou pedir licença para entrar em Portugal, que se deu. Trouxe cartas de el-Rei de Castela para o Marquês de Heliche, D. Gaspar de Haro Gusman y Aragon, prisioneiro em Lisboa, com um traslado das instruções das pazes, que foram fazerem-se como nós queríamos, ficando o Reino como no tempo del-Rei D. Sebastião, como mais largamente se deixa ver no tratado das pazes que se celebraram e se acabaram de concluir no convento de S. Eloi aos 13 de Fevereiro de 1668.

Propôs-se em Conselho de Estado, quinta-feira, 12 de Janeiro, e todos votaram, que se mandasse entrar o enviado e se aceitassem as pazes; somente cinco votaram contra, a saber: o Marquês de Marialva, o Visconde de Vila Nova de Cerveira, o Marquês de Nisa, Henrique de Sousa Tavares, Conde de Miranda, e outro fidalgo, não faltando um valente e ilustre Português (que foi

Luiz de Mendonça Furtado) que dissesse, descendo pelas escadas do Palácio, que com a espada defenderia que quem recusava as pazes não era fiel.

Saíu feito Juiz do Povo um correeiro, homem valente e rico, sôbre ser entendido; foram-lhe à porta doze homens de cavalo, de noite, e, chamado à janela, lhe disseram que se opusesse com todo o valor aos que queriam divertir as pazes, e que lhe seguravam 600 homens a seu lado daquele lote, o que lhe asseguravam com juramento. Ao que respondeu, valoroso, que descansassem, porque na demanda se havia de perder ou ganhar Lisboa. Andava o Assistente de França, Melchior de Harod, Barão de S. Romain, e Abade de Corbigny, fazendo diligências com os Senhores de Portugal para que se não celebrassem as pazes sem intervir nelas el-Rei Cristianíssimo. Foi o Juiz do Povo, e disse-lhe que olhasse o que fazia, que, se succedesse qualquer desvio ou demora nas pazes, o não poderia livrar de um incêndio. A mesma diligência fez com aquêles Senhores cujos interêsses os obrigavam ao desvio das pazes, com que andavam bem receosos de algum pesar.

Aos 16 saíu S. A. a cavalo a S. Engrácia, acompanhado de tôda a nobreza; assistiu ao sermão, e, de volta, o acompanharam *vivas* do povo, vozes de pazes, a que êle, benigno, tal vez tirando o chapéu, tal vez abaixando a cabeça e sorrindo-se, mostrava o agrado com que ouvia uma e outra coisa.

Aos 19 entrou o têrço da Câmara por casa de Rui Fernandes de Almada, e com desenvoltura e ameaços lhe pediu pagas; com submissão e promessas se livrou dêles; e pediu a S. A. lhe mandasse dar guarda para sua casa, que temia

lha queimassem, acção que meteu por dentro a muita gente.

Aos 22, de manhã, entrou na côrte Eduardo, Conde de Sandwich, Visconde de Hinchinbroke, Barão Montagu de São Neoto, e Vice Almirante de Inglaterra, que veio de Madrid a assentar as pazes. Acompanhou-o o Secretário de Estado, e o Mestre Sala, que o receberam ao desembarcar e o levaram a S. Sebastião da Pedreira e o aposentaram na quinta do Duque de Aveiro, seguido de rapazes que alternavam *vivas e pazes*.

Voltemos aqui ao Conde de Castel Melhor e a suas coisas. Houve notícias certas que se tinha recolhido ao Mosteiro do Bussaco; despacharam-se 200 soldados de cavalo que o buscassem e prendessem. Os Religiosos o esconderam na mata, que tem uma légua de circuito, muita distância para cerco. Determinaram as tropas pôr fogo à mata; impediram-no os Religiosos com tôdas as diligências. Porém escapou debaixo do altar-mor.

Despachou-se um aviso a França, que mandasse Plenipotenciário com tôda a pressa, porquanto o povo tumultuosamente acelerava a resolução das pazes com Castela, à qual se não podia resistir, nem era possível, para que o Rei entendesse que, se se faltasse à liga, não era vontade senão violência.

Em 24 teve o Conde de Sandwich audiência de S. A.; em 25 foi beijar a mão à Rainha, à Esperança, donde se mandou recado a todos os Senhores se achassem pelas três horas da tarde, mas o Inglês veio antes das duas e se encontrou com todos. Com grande eficácia apertou pelo ajustamento das condições, para o que se lhe nomearam o Duque de Cadaval, os Marqueses de Gouveia, Nisa e Marialva, e o Conde de

Miranda, para as conferências. O Residente de França porfiou em que se esperasse por Plenipotenciário de seu Rei, para entrar nas pazes. Foi avisado e ameaçado o Juiz do Povo, que se portasse advertido, e não parecesse suborno o que havia de ser diligência (1).

(1) Segue-se um enunciado da habitual disposição da sala em que se reüniam as Córtes, descrição evidentemente interpolada pois quebra o natural seguimento da narração e alude a uma figura de que seria a descrição. É do seguinte teor:

• Numa sala grande, ricamente armada, se levanta em parte superior um teatro de seis degraus, e altura de sete ou oito palmos, e na parte inferior arrimados às paredes uns bancos, e pelo meio trinta e seis. Junto dêles estão já esperando, em pé, as pessoas que se assentam, quando el-Rei, vestido em roupa roçagante de brocado, com cetro de ouro nas mãos, vem entrando trazendo-lhe a fralda o Camareiro-mor dêste Reino, e diante o Condestável com o estoque levantado, mais adiante o Alferes-mor com a bandeira real enrolada, e mais adiante os Reis de armas, Arautos, Passavantes, vestidos em cotas em que se vê bordado o escudo do Reino, e mais adiante os Porteiros com maças de prata, e detrás os grandes Títulos e Senhores, e, se o acto é de juramento, precedem a todos os atabales, trombetas, charamelas e minstreles, que em o de Córtes não os há. Chegado o Rei à cadeira, se acomodam todos em seus lugares, sinalados nesta forma, seguindo o número desta figura.

- 1 — A Cadeira real, aonde, com o cetro na mão, está sentado o Rei enquanto dura o acto.
- 2 — O Camareiro-mor, em pé, detrás do Rei.
- 3 — Sobre uma almofada, o sêlo real.
- 4 — O Secretário da Puridade, a cuja conta está aquêlê sêlo.
- 5 — O Guarda-mor da Pessoa Real, em pé.
- 6 — O Mordomo-mor, em pé.
- 7 — O Condestável, em pé, com o estoque levantado.
- 8 — O Meirinho-mor, em pé, com sua vara na mão.
- 9 — Na ponta do segundo degrau, o Prelado a quem se comete a prática da proposição das Córtes; e

Em 27 de Janeiro de 668, de tarde, se fêz a primeira sessão das Côrtes, feito um trono e paramentada a sala dos Tudescos, donde S. A. presidiu sem nenhuma insígnia real. Fêz a primeira prática D. Manuel de Noronha, Prior-mor de Palmela, da Ordem de S. Tiago, em nome

acabada, se torna a seu lugar dos Prelados, donde safu a falar.

- 10 — Os Duques, sentados em cadeiras rasas, com almofadas em cima, de terço-pelo.
- 11 — O Regedor da Casa da Suplicação.
- 12 — O Chancel-mor de todo o Reino.
- 13 — Os veadores da Fazenda.
- 14 — Desembargadores do Paço.
- 15 — Chancel-mor da Suplicação.
- 16 — Desembargadores dos Agravos.
- 17 — Corregedores do Crime, da Casa da Suplicação.
- 18 — Corregedores da Côte.
- 19 — Desembargadores extravagantes dessa Casa.
- 20 — Marqueses, em cadeiras rasas, com almofadas de terço-pelo negro.
- 21 — Condes.
- 22 — Dum e outro lado, pessoas do Conselho.
- 23 — Senhores de terras.
- 24 — Alcaldes-mores de Cidades e Vilas.
- 25 — Bispos e Prelados.
- 26 — Reis de Armas.
- 27 — Porteiros, com suas maçãs, todos em pé.

Nos bancos que se seguem assentam-se os dois Procuradores do Reino, de cada Cidade ou Vila: 28 — os de Lisboa, que sempre é um dos mais illustres Fidalgos dela, e o outro um Letrado que responde à prática ou proposição do Bispo; 29 — os de Évora; 30 — Pôrto; 31 — Coímbra; 32 — Santarém; 33 — Braga; 34 — Viseu; 35 — Guarda; 36 — Tavira; 37 — Lamego; 38 — Silves; 39 — Elvas; 40 — Beja; 41 — Leiria; 42 — Faro; 43 — Lagos; 44 — Guimarães; 45 — Estremoz; 46 — Oliveira; 47 — Montemor-o-Novo; 48 — Tomar; 49 — Bragança; 50 — Portalegre; 51 — Covilhã; 52 — Setúbal; 53 — Miranda; 54 — Vila Real; 55 — Viana de Lima; 56 — Ponte de Lima; 57 — Moura; 58 — Montemor-o-Velho; 59 — Alenquer; 60 — Tôrres Novas; 61 — Sintra; 62 — Óbidos; 63 — Al-

do Príncipe; e logo leu o Secretário de Estado a todos o que se havia de fazer, e foi que haviam de jurar a S. A. por Príncipe herdeiro do Reino em caso que S. M. não tivesse filhos. Assim se fez, assistindo a S. A. o Duque de Cadaval com o estoque na mão, fazendo officio de Condestável; o Conde de S. João, que era nesta semana Camarista, fez officio de Guarda-mor da Pessoa Real; os mais officios fizeram seus proprietários. Fez a segunda oração o Doutor Pedro Fernandes Monteiro, em nome dos Três Estados do Reino, principalmente do Povo. Para as conferências, nomearam três Mosteiros: S. Domingos para o Eclesiástico, S. Elói para a Nobreza, S. Francisco para o Povo; e se deu fim ao acto.

cácer do Sal; 64 — Almada; 65 — Tôrres Vedras; 66 — Nisa; 67 — Castelo Branco; 68 — Aveiro; 69 — Serpa; 70 — Mourão; 71 — Vila do Conde; 72 — Trancoso; 73 — Pinhel; 74 — Arronches; 75 — Avis; 76 — Abrantes; 77 — Loulé; 78 — Valença; 79 — Freixo; 80 — Alter do Chão; 81 — Monção; 82 — Alegrete; 83 — Penamacor; 84 — Castelo de Vide; 85 — Castelo Rodrigo; 86 — Marvão; 87 — Sertã; 88 — Monforte; 89 — Fronteira; 90 — Crato; 91 — Veiros; 92 — Campo Maior; 93 — Castro Marim; 94 — Torre de Moncorvo; 95 — Caminha; 96 — Palmela; 97 — Cabeço de Vide; 98 — Monsanto; 99 — Coruche; 100 — Barcelos; 101 — Gravão; 102 — Panóias; 103 — Ourém; 104 — Albufeira; 105 — Ourique; 106 — Arraiolos; 107 — Borba; 108 — Portel; 109 — Vila Viçosa; 110 — Monsarás; 111 — Atouguia; 112 — Palmela; 113 — S. Tiago de Cacém; 114 — Vila Nova de Cerveira; 115 — Viana de Évora; 116 — Pôrto de Mós; 117 — Pombal; 118 — Alvito; 119 — Mértola.

A cada uma destas Cidades, ou vilas, e a cada um dos Títulos, Conselheiros, Senhores de terras e Alcaldes, chama el-Rei a Córtes por carta sua; e os que têm impedimento para se não acharem nelas, nomeiam Procuradores, que assistam em seu nome.

Começaram os Três Estados do Reino a fazer suas assembleas: da Nobreza se nomearam trinta Fidalgos escolhidos, e se tratou de se examinar se S. A. estava com legítimo título governando estes Reinos e se a desistência que S. M. havia feito era legítima e se sua incapacidade era total; e se fez processo das acções del-Rei, que provaram sua incapacidade.

Neste meio tempo, Pedro Fernandes Monteiro fez ao povo um arrazoado de três fôlhas de papel, em que, com exemplo e razões políticas, persuadia ao povo que não somente se devia jurar ao Príncipe por legítimo Governador destes Reinos, senão que o deviam aclamar por Rei e dar-lhe a Coroa. Entre as razões mais eficazes, era uma que, ficando numa cabeça o Governo e noutra a Coroa, ficava o Reino um monstro de duas cabeças, cujo parto haviam de ser perpétuas guerras civis, havendo sempre descontentes que assoprassem o fogo duma e outra parte. Segunda, que não era capaz o Reino para sustentar duas Casas Reais com todos seus officios, uma para o título sem exercício, outra para o exercício sem o título. Terceira, que, coroando a S. A. por Rei, ficava o Reino desobrigado da liga que tinha feito em França (que era todo o impedimento das pazes com Castela), porque, sendo feita com el-Rei D. Afonso, não estava ratificada com D. Pedro. Quarta, que era impossível assentar-se paz segura com Castela, sendo feita com um Governador sem Coroa, ou com uma Coroa sem Governo. Pagou-se o povo tanto das razões, que, sem examinar a razão da consciência, deu fim ao acto com *vivas*.

Soube S. A. do caso, e se deu por ofendido de que com esta diligência se alterasse o povo (imaginando que o deixava adulado), protestan-

do que de nenhuma sorte havia de aceitar a Coroa, pois o não podia acabar com sua consciência; e quasi descompôs uma pessoa bem grande, donde sabia que nascia o intento. O braço Eclesiástico pela mesma razão se opôs à resolução dos Povos; a Nobreza quasi que se encostou ao Eclesiástico com que se resfriou o negócio entre muitos, que afirmavam podiam obrigar a S. A. por fôrça a que tomasse a Coroa.

Com as demasiadas diligências do Enviado de França, que com papéis, persuações e effectivos donativos de dinheiro tratava de que se não desse ouvidos à paz com Castela, houve muitos de seu voto; e foi tam sobejo que quis persuadir a Rainha ao mesmo, propondo-lhe o parentesco com França, e que advertisse que Castela oferecia casamento a S. A., ao que ella respondeu com ânimo português que com pretexto nunca iria contra o bem desta Coroa, nem seria de contrário voto às pazes. Houve logo muitos portugueses que com pretexto de se não quebrar a liga com França quizeram corar os particulares de se não fazer paz com Castela. De sorte que uma francesa foi portuguesa no voto, e muitos portugueses foram contra a Pátria como se nasceram e estiveram em França.

Grandes debates houve sôbre a matéria, e foram maiores se não corra voz que a todos que encontrassem a paz se havia de pôr o fogo. E o Juiz do Povo disse públicamente que tinha de seu 19.000 cruzados, que os 5 os havia de dar para tojo, e os 14.000 os queria para se ir regalar e ver o mundo. Emfim S. A. resolveu com seu Conselho de Estado que se tratasse de effectuar as pazes. Assentou-se que os cinco já nomeados atrás, com o Marquês de Heliche e o enviado de Castela e o Secretário de Estado,

ajustassem e conferissem como se haviam assentar, êstes propondo e aquêles examinando.

Chegou a nova ao Marquês de Heliche e ao enviado de Castela, e a celebraram com grandes demonstrações de gôsto; e logo o Heliche despachou um próprio à mulher, pelo qual a mandava chamar, para estar em sua companhia na Côrte de Lisboa enquanto as condições se ajustassem; mas não veio. Deu-se-lhe ao Marquês liberdade, sendo fiador el-Rei de Inglaterra, e se aposentou no Palácio da Madre de Deus; e sábadô, 4 de Fevereiro, de tarde, se ajuntaram os acima nomeados por Portugal e Castela em S. Elói, indo os castelhanos com luzidíssimo acompanhamento, e todos com *vivas*. Mostrou o Castelhanô os poderes que trazia da Rainha, amplíssimos; examinados, e a verdade dêles, saíram todos contentes da conferência.

Em a resolução que haviam tomado os Procuradores, de coroarem a S. A. por rei dêstes Reinos, houve dúvidas nos dois Estados da Nobreza e Eclesiástico; e em 3 de Fevereiro, de manhã, veio o Duque de Cadaval, e D. Francisco de Sousa, Conde do Prado, da ordem da Nobreza, a S. Francisco, e propuseram aos Procuradores do Reino como aquella matéria era de muita importância, e que, assim, pedia a Nobreza que nomeassem quatro comissários, e que a Nobreza nomearia outros quatro, para conferirem e resolverem o que se devia fazer; ao que responderam os Procuradores que lhe agradeciam muito o zêlo, que êles tomariam seu conselho e que fariam o mais conveniente; e logo assentaram que sem esperar nenhuma coisa mais saíssem de S. Francisco, apelidando «viva el-Rei D. Pedro», e seguidos da cidade o obrigassem a tomar a coroa. E pôsto o dia, os impediu a diligência de muitos,

aos quais acusava a própria consciência, temendo que, se houvesse aclamação, haveria motim do Povo, e que nêle pagariam o que deviam, estorvando as pazes e desviando o coração de S. A.

Foram continuando as conferências das pazes e a diligência de quem as não queria, que há gente que tem por vida o mal de todos; e em 8 de Fevereiro, de manhã, com requerimento de S. A., protestou o povo, e o Eclesiástico, que, se não se efectuavam as pazes, não havia de pagar um só real, nem de décimas, nem de dinheiro para a guerra. Propunha o Castelhana restituição de praças de parte a parte, exceptuando a praça de Ceuta, de que os reis de Portugal depois da Aclamação não chegaram nunca a tomar a posse; não queriam os interessados vir nesta condição, sendo que devia pedi-la esta Coroa, poupando o dispêndio de 250.000 cruzados cada ano e ficando com a segurança daquela Praça emquanto ao ofensivo, pois ficava em poder de católicos que a saberiam muito bem defender, e a graça era que os mesmos que largaram a posse de Tânger a hereges, sem escrúpulo, o tinham de ficar a Castela Ceuta, que estava em poder de castelhanos do tempo da Aclamação. Mais propunham os Castelhanos perdão de parte a parte, aos que se haviam passado dum Reino para o outro, e restituição de casas; também se lhes regateou esta proposta. Andava o particular a buscar pretextos para desviar bem tam comum; mas pode mais a razão de todos que a conveniência de alguns; venceu-se tôda a dúvida, e em sábadô, de tarde, 11 de Fevereiro, se concluíram os concertos, e se trasladaram as condições, tôdas honrosas para esta Coroa, e se assinaram terça-feira, 14 de Fevereiro, porque era o termo dado pela Rainha de Castela, e seus commissários,

o Marquês de Heliche com poderes de Embaixador, e o Conde de Sandwich, Plenipotenciário de Inglaterra e medianeiro entre as duas Coroas.

Nestes dias se suspendeu a aclamação de S. A., em que a Nobreza e o Eclesiástico não quiseram vir, este escrupuloso, aquela interessada, parecendo-lhe duro ficar sem ânimo para se encostar descontente, e com espada para temer demasiada, que se sofre mal um Rei donde todos o querem ser. Em noite de 7 para 8 de Fevereiro, deu um acidente a el-Rei D. Afonso, trôpego de gordo, de que tornou logo; imaginou-se ser de apoplexia, ocasionada de comer muito e não dormir menos; com que se divulgou naquele povo que era morto, não sei se por se alcançar com esta fama o como se tomava, se por se crer facilmente o que se desejava; e como el-Rei, depois que demitiu o govêrno, nem se deixava ver, nem comunicar, mais que daqueles poucos que o serviam e não saíam de seu quarto, corria a nova favorecida da suspeita, sem haver quem testemunhasse o contrário de vista; mas o tempo mostrou que fôra menos o mal do que o publicara a malícia.

Feita junta de Teólogos, Canonistas e Juristas, assentaram estes que de maneira nenhuma se podia escusar cargo de consciência a quem, contra o juramento que havia feito a D. Afonso, lhe quisesse tirar o honorífico — pois à sua incapacidade para o govêrno tinha acudido o direito dando-lhe tutor, como se vê nos morgados de sucessão, aos quais sendo incapazes só lhes dão tutor, porém não se lhes tira o morgado, nem pode passar a sucessor segundo em sua vida — e que cessava todo este escrúpulo, ou recorrendo a Roma, ou fazendo-se com el-Rei que, assim como desistiu do govêrno, renunciasse o cetro

em seu irmão. Disse então o Marquês de Marialva que este segundo parecer era mais fácil, e mais breve para se conseguir; e que em semelhante caso podia o Reino como juiz suprir os defeitos da renúncia, sendo feita sem liberdade nem compreensão do Rei; que se conseguisse, e que então procederia a coroação, sem se faltar a Deus nem aos homens. A todos venceu a razão, e com ela se atalhou o tumulto.

Alguns camaristas (sendo principal o Conde de Vilar Maior), considerando que perderiam o lugar se S. A. passasse à Majestade, lhe meteram muito em consciência o coroar-se; e o Príncipe, muito escrupuloso, facilmente se persuadiu às razões. Os braços do Povo e do Eclesiástico, e a maior parte do da Nobreza, obrigados de novas razões e pareceres, se resolveram em que convinha de todo o modo coroar a S. A., e lhe fizeram um papel representando-lhe a importância de empunhar o cetro, a que respondeu em 27 de Fevereiro que lhes agradecia a vontade, mas que o não podia acabar com seu escrúpulo. Replicaram com outro, com resolução que S. A. aceitasse a Coroa, quando não que o obrigariam por aclamação, pondo-o a todo o risco de algum motim, que caísse sobre os povos, que encontravam coisa tam necessária para o Reino e para a conservação de todos.

Em 27, à noite, chegou de Madrid o próprio que levou a nova das capitulações das pazes estarem concordadas, coisa que em toda a Castela se festejou; e se expôs o Senhor em todas as igrejas de Madrid pela conclusão da paz. Deu por novas este próprio que encontrara o que fôra assinar as capitulações quinze léguas antes de Madrid; e em 30 chegou o próprio com as pazes assinadas.

Continuaram-se as Côrtes, sendo nelas o ajustar-se como este Reino havia de lograr o fruto das pazes a coisa mais dificultosa, porque era dos interessados a mais porfiada; os povos, mais oprimidos e molestados de vexações da guerra, experimentados igualmente de inimigos e naturais, estes insolentes, aquêles vingativos, pugnavam por sacudir de seus ombros a pesada carga dos presídios, insuportável, vendo-se livres do temor com as pazes do inimigo, que os fazia sofridos. Os Governadores e Cabos, costumados a mandar e a viver da licença e do roubo, coravam seu particular com persuadir que importava ao comum sustentar os presídios, emquanto o tempo não assegurava os receios com a experiência de que de todo, e com tudo, se sujeitava à observância das capitulações, entendendo que se logo os deitassem dos postos nunca mais tornariam aos desejados postos; e como uma e outra parte tinham grandes valedores, topava a resolução em grandes dificuldades, para dar a entender como os da guerra tratavam de si e não do Reino. Apareceu na Côrte uma carta suposta, que quero referir, não só pelo que tem de galantaria, senão porque sendo suposta discorre verdadeira, não lhe faltando autoridade para confessar, ainda quando se lhe não acha autor para acreditar.

Carta de um soldado ao seu governador. — «Chegaram a esta terra as novas das pazes; recebidas foram como balas de peça, porque não houve soldado que lhe não caísse o coração aos pés, ouvindo as novas da paz, considerando todos que se com a guerra éramos soldados pagos, com a paz havemos de pagar o ser soldados; e logo o experimentamos, que a taberneira, que

nos dá o comer fiado, nos desafia pelo que temos comido; e tôdos achamos com os olhos trocados, pois os mesmos que nos olhavam como a quem os defendia, agora nos vêem como a ladrões que os roubavam; se queremos e falamos em fiar, as mulheres dão-nos rocas e os homens deitam-nos roncás; os Fidalgos, que como tais nos socorriam, agora como a galgos nos correm. Emfim, em vez de socorridos andamos corridos, e mais nos valem agora os pés do que no tempo passado as mãos. Veja V. S., quando a êste estado nos chega o incerto da fama, que faremos experimentando o certo da fome; só podemos apelar para morrer. O remédio era furtar; porém, se nos colhem, como já não temos Auditor, condenar-nos-ão a morrer com auditório; se formos a requerer, sabemos que serviços de soldados são mais para suplícios, que para súplicas, que primeiro havemos de sair despachados pelas mortes, que pelas mercês. V. S. veja se pode impedir esta paz, que para todos é peste; quando não, prepare-se connosco para passar êste trago, porque com estas pazes nos hão-de padejar como trigo, e contra nós se hão-de levantar as pedras, se se não levantam as pazes. Valença de nossa Caminha, que pela posta caminha a pôr-nos as vidas em balanço. Janeiro, 29, ficando todos aos 28. Não aponto o ano, por ser para os soldados o de pior novidade. Cativo dos mesmos que mandava, Fulano».

Os Procuradores do Reino diziam que, se o fruto da paz havia de ser ficarem com as opressões de maior guerra (qual havia de ser dos naturais, desembaraçados dos inimigos, empregando-se todos e em tudo em a fazer aos paisanos), maior conveniência tinham na guerra, porque as opressões dela se repartiam pelos contrários e pelos

amigos, e menos oprimiria o pêso multiplicando-se os ombros à carga ; e à carga cerrada os punham a que não haviam de ficar nas fronteiras, nem cavalos, nem infantaria, pois não seria mais que pagarem a ladrões de pé e de cavalo. Os militares punham tôdas suas fôrças em sustentar seu parecer, e nêle seu partido, porque se haviam de passar dum extrêmo ao outro. Tudo eram pareceres ; e a confusão não deixava abraçar nenhum parecer. Da mesma maneira procuravam e pediam a S. A. levantasse a décima e os mais tributos que se haviam deitado para sustentar a guerra ; faziam propostas sôbre uma e outra coisa, e de ambas se davam papéis ; eram as matérias de pêso e tratavam-se de espaço, e as fazia correr mais vagarosas quem para as desfazer fiava mais do tempo que do poder, imaginando que os Procuradores, de enfiados, ou desistissem ou se ausentassem ; porém, nem S. A. consentiu a ausência, nem êles desistiam da porfia : apadrinhava-os a razão, e, favorecidos do povo, não temiam o poder, antes intimidavam com valor.

Determinou-se que as pazes se publicassem domingo, 4.º da Quaresma, 11 de Março, em todo o Reino; e em todo êle se publicaram com notáveis excessos de alegria. Era em todos grande a razão, porque, fora de se considerarem livres de vinte e sete anos de pesares, os trazia suspensos o receio de que as pazes se não haviam de efectuar. Na Córte se apregoaram na segunda-feira, porque no sobredito domingo se celebrou auto da fé, em que se queimaram alguns judeus, fazendo vésperas com um auto da fé, a um dia da publicação das pazes, favorável auspício para se prometerem firmes. Com tôda a cerimónia de majestade se apregoaram nas partes mais

públicas da Côrte, seguindo-se três dias de luminárias e repiques de todos os sinos. O Marquês de Heliche mostrou os interesses de sua nação, com gentilezas de sua generosidade, dando de comer e beber francamente a todos os que de sua liberalidade se quizeram aproveitar; e como em gratificação a Deus, deu a todo o pobre meio tostão no terreiro de suas casas, donde a êste tempo se aposentava, que era no Terreiro da Graça, em umas moradas dos Abelhos; a todos os presos, que estavam por dívidas até 20\$ réis de quantia, livrou, pagando o que deviam.

Neste tempo se dava tôda a pressa para que se concluísse a causa que corria entre el-Rei e a Rainha; tiraram-se testemunhas, que buscou o poder, deitando mão de muitas pessoas a quem a fortuna tinha dado de pé nesta representação de sua constância, e se murmurava que se fazia com êles tal diligência, que juravam o que subornava a instância e não o que se devia à justiça. Mal satisfeitos os juizes, determinaram se tomasse o dito a el-Rei, a que procedeu um ardid da Parte, e foi persuadir-lhe que a causa de sua reclusão não era mais que o não querer êle dizer que nunca tivera acesso com a Rainha, o que confessado, ficaria logo em sua liberdade. Esta consequência facilitou tôda a dificuldade que podia ter aquêle pretexto, de modo que, entrando o vigário geral a tomar-lhe o depoimento, disse tudo o que passava e o que se pretendia. Chegava-se a Semana Santa, apertava-se pela sentença; pôde a fôrça mais que a razão, e como abortiva se deu em sábado, véspera de Ramos, 24 de Março, julgando a el-Rei por incapaz para mulher donzela, porém não para mulher corrupta, e dando o matrimónio por nulo *ex defectu potentiae viri*. Celebrou a adulação a palma, quando a

Religião festejava os Ramos; êstes porque os trouxe o tempo, aquella porque a cantava a força. Logo na terça-feira se espalhou uma voz: era chegada uma dispensa de Roma, *causa honestatis*, para que S. A. pudesse casar com a Rainha. Fêz-se crer verdadeira a nova com se dar a todos os Senhores e Grandes da Côrte, os quais, vencendo as dúvidas da verdade com as representações da alegria, davam uns aos outros os parabens, adiantando-se em todos a razão que publicavam na importância a tudo o que podia estorvar a consciência. Com a costumada largueza dela, confessou o bispo de Targa que lhe deram um pergaminho dobrado, que diziam que era a dispensação, mas que por ser já escuro o não pudera ler e que êste seria o intento de quem escolheu as horas que mais lhe embargavam a vista. Porém depois se soube como Luiz de Verjus trouxera de França o Breve da dispensação, que havia concedido o Ilustríssimo e Eminentíssimo Senhor Cardial Luiz, Duque de Vandoma, legado *a latere* do Sumo Pontífice Clemente IX a el-Rei Cristianíssimo; o que visto pelos juizes eclesiásticos que se nomearam, deram a sentença seguinte, a 24 de Março de 1668.

«Acordam em Relação feita em presença do Cabido, estando presentes, além dos Ministros dêle, os Juizes nomeados pelo Cabido para votar na causa: Que vistos êstes autos, libelo da Rainha N. S., Maria Francisca Isabel de Sabóia, que lhe foi recebido, contestação por negação do Promotor, em defeito da parte, na forma do estilo, e prova dada; mostra-se que a dita Senhora contraíu matrimónio de presente *in facie Ecclesiae* com o sereníssimo Senhor D. Afonso 6.º, Rei de Portugal, em 27 de Junho de 1666, na cidade da Rochella, Reino de França, donde a

dita Senhora veio a esta Cidade; e nela, no Palácio Real, os ditos Senhores viveram por espaço de dezasseis meses, fazendo neste tempo vida marital. Mostra-se que no espaço dêles, intentando ambos consumir o dito matrimónio, o não puderam fazer, applicando a diligência da impotência do dito Senhor, procedida da enfermidade que teve sendo menino, na dita idade incurável por arte humana. O que tudo se prova superabundantemente pelos meios aprovados por direito, com os quais o dito impedimento fica em termos de certeza, ao menos moral; nos quais termos se não requiere inspecção, nem experiência trienal ou de outro tempo arbitrário. O que tudo visto, com o mais dos autos, disposição de direito, julgam o dito matrimónio contraído entre os ditos Senhores por nulo, por ser contraído de facto e não de direito, e que os ditos Senhores poderão fazer de si o que bem lhes parecer, e que haja divisão de bens na forma de seus contratos».

Impaciente corria o desejo dos Príncipes e a diligência dos Grandes à conclusão do casamento entre S. A. e a Rainha, e concorria com elle o exterior dos Grandes, tam cegos da ambição, que se prometia mais valido o que nesta matéria obrava e se dizia mais apaixonado; todos se vestiam de gôsto alheio por conveniência própria, e com tal vileza que, transformados na vontade do Príncipe nas aparências, na realidade abominavam a disformidade do intento; com o que murmuravam acendiam o escândalo, e com o que aplaudiam canonizavam a culpa. Não faltou um valedor à verdade, que clara e abertamente estranhou a S. A. o inaudito da pretensão, dizendo-lhe na cara o quanto ofendia a católica modéstia e cristã singeleza dos Portugueses,

enquanto se ocasionava a ruína da opinião para com as nações estrangeiras, ao que o Príncipe respondeu que a impossibilidade do Reino para restituir o dote à Rainha era a total causa que o obrigava a sujeitar-se a semelhante matrimónio. Mas logo mostrou o successo que o arrastava mais o gosto próprio que a impossibilidade, porque, dizendo-lhe Luiz de Mendonça Furtado (este foi fiel vassallo e zeloso do crédito do Príncipe) que, se só topava no que dizia, fácil era de remediar a necessidade, que dentro em três dias daria 9.000 cruzados para se pagar o dote, fazendo-lhe consignação deles em dez anos. Eficaz era o remédio, mas não se aproveitou dele o Príncipe, porque só o casar-se era o remédio do seu achaque. Apartou-se este fidalgo da Corte, por que se conhecesse quanto apartado estava da opinião e do engano com que todos aprovavam a cegueira do Príncipe.

Propuseram-lhe que logo se recebesse com a Rainha por procuração, visto estar reclusa no mosteiro da Esperança, porque a sua se desse por satisfeita. Impedia o tempo, que era da Semana Santa, próprio mais da piedade e devoção, que de bodas; que cresceria o escândalo, vendo que, por não faltar até o mesmo tempo à sem razão do appetite, se recebiam, por palavras de presente, o Marquês de Marialva com procuração de S. A., e o Duque de Cadaval com procuração da Rainha (descendo a ficar Princesa), não reparando que, às mesmas horas que em toda a Corte se estavam fazendo os officios das Trevas, na quarta-feira de tarde, se representava o das bodas como fora de tempo, annunciando luto no consórcio; ao menos o comum assim discorria, que não são nunca entre pequenos censurados por pequenos erros os dos Grandes. Logo que-

riam os que assopravam ao gôsto dos Príncipes que no Sábado Santo se consumasse o matrimónio; porém pôde mais a murmuração do vulgo para o impedir, que tôda a adulação dos palacianos para o efectuar. Pôs-se dia para a primeira oitava da Páscoa, 2 de Abril, mandando-se recado a todos os que aprovaram e persuadiram o casamento, e à Esperança, donde saíu a Princesa, acompanhada de muitas Senhoras e rompendo por grande multidão de povo, que havia concorrido a ver com os olhos o que por estranho não podia crer proposto pelos ouvidos; e se foram aposentar na quinta que os Reis têm em Alcântara, sem se ouvir um *viva* daquele povo, tam pasmado ou tam doido o tinha a novidade do caso.

Tratou-se logo de mandar a França dar conta das pazes e do casamento. Foi o Doutor Duarte Ribeiro de Macedo, Desembargador da Suplicação, com promessa dos Agravos; fêz-se-lhe alegre recebimento, ouviu-se bem a conclusão das pazes, saboreada com a certeza do casamento. Em Inglaterra achou pior acolhida a nova dêle, sentindo a Rainha daquele Reino mais a censura dos herejes que a sensaboria dos Católicos. Não se falava em outra coisa na Côrte, e, por divertir a murmuração a outra parte, lhe deu matéria em que se ocupasse o conceder S. A. que se levantassem as décimas e todos os tributos que por causa da guerra se haviam pôsto; com o que, divertida a Côrte nos parabens da conveniência, se esqueceu de falar no casamento, que é politica divertir a murmuração do Govêrno com deitar a capa da própria comodidade nos olhos do povo. Também se concluíu que de todo se acabasse a opressão da guerra, assentando-se que nem houvesse Governadores, nem Cavalaria, nem mais Infantaria paga que a que fôsse

precisamente necessária para formar dois têrços da armada — um de Setúbal, outro de Peniche — e outro de Cascais; dando-se os cavalos a pessoas capazes de os sustentarem e se servirem d'êles, avaliados pelos preços ordinários, para que a qualquer hora pudessem dar conta d'êles.

Também se assentou (depois de multiplicas conferências) que se dessem a S. A. cada ano 400.000 cruzados, e êstes se arrecadassem pelo modo das décimas, pagando-se a três e meio por cento; mas não quiseram vir os povos em que para arrecadarem houvesse particulares ministros, senão que as Câmaras fizessem esta cobrança; isto por três anos, para ajuda do desempenho da Coroa, vencendo a muitos ministros, que, empenhados em sustentar criados, queriam eternizar os subsídios; e ocasião houve em que, debatendo sôbre esta matéria, se lhes disse no congresso dos Procuradores do Reino que o comum de nenhuma maneira havia de consentir que à sua custa se pagassem serviços particulares.

Safu das Côrtes uma pragmática sôbre os vestidos, atalhando a demasia e o escândalo dos trajés, tam excessivamente desmedido, encontrando o costume em tanta deshonestidade, que os homens andavam enfeitados como mulheres, e as mulheres nuas como maganas; o excesso facilitava o uso, vestindo o official e o mecânico tam custoso, que já se desprezavam os chamalotes e se tinha a sêda por grosseria; e o pior era que as rendas de prata e ouro se viam onde não havia ouro para prata, e o deshonesto dos trajés rendia para os trajés deshonestos, sustentando-se o brio muito à custa da honra, com tal devassidão, que já se não reparava em faltarem as mulheres em serem honradas, com que

se avançassem a saírem bem vestidas. Os que o pagavam, o pagavam do que não tinham; com o que nem havia fazenda segura, nem honra estimada, tendo-se por gala o furto e por bizzarria o deshonesto, crescendo ao passo das demasias humanas as ofensas divinas.

Neste tempo se murmurava de serem o Conde da Tôrre e o Conde de S. João todo o valimento do Príncipe, êste descomedido em querer para si tudo, aquêlle mais moderado em adquirir, porém não em governar. Os zelosos se lastimavam em ver o Príncipe enfêrmo das ilhargas, não reparando quanto importa à cabeça trazê-las sãs. Saíu um pasquim que se pôs nas partes mais públicas da Côrte, que dizia assim:

Se o Príncipe governar
Quiser com satisfação,
Meta o S. João na Tôrre,
E o Tôrre em S. Gião.

Sucedeu neste tempo que o Marquês de Heliche, desgostado de lhe regatearem as honras para se despedir em público de S. A., com decreto seu, tinha partido da Côrte na primeira oitava da Páscoa, de manhã, e estava recreando-se numa quinta de seus parentes, os Mendonças, no Alentejo, para se passar a Madrid. Advertiu-se que se ia sem entregar as Praças, conforme a um dos capítulos das pazes, e por um próprio lhe pediu S. A. as entregasse ao nosso General da Cavalaria, Diniz de Melo, ao que o Marquês respondeu, cortesão e entendido, que não pensava sair do Reino «sin satisfazer todas sus obligaciones; y como el satisfaser-se de agrabios era uma dellas, no avia de partirse sin entregar las Plaças para se vengar de los

Hidalgos Portuguezes, que sabia rabiavam con perder las esperanças de volver a la guerra». Entregaram de parte a parte as Praças, e foi-se o Marquês para Madrid, donde se nomeou para embaixador de Portugal o Barão de Botavila, cavalheiro de grande testa e experiência, tendo sido embaixador em Inglaterra, e de presente, em Madrid, Conselheiro de Estado.

Sobre o Marquês de Heliche ter partido, se chamou a Conselho de Estado em Lisboa. Propôs o Secretário Pedro Vieira o motivo, tomou-lho daqui o Conde de Miranda para o descompor, como fez, dizendo-lhe escandalosas liberdades; estava sentido do Secretário dar contas a S. A. de uma informação que se lhe havia feito, em que criminavam a Luiz de Sousa, irmão do Conde, de casos que havia cometido na cidade do Pôrto, ofendendo o profano e o divino, até se lhe provar que havia profanado um mosteiro de Religiosas, com pecaminoso fruto; procurava ocasião para se vingar, e qualquer bastava para o conseguir; mas o Secretário, pausado, lhe respondeu, comedido e enfadado, e acabado o Conselho se foi pedir a S. A. licença para se tirar do serviço. Estranhou o Príncipe a novidade; relatou-lhe o Secretário fielmente a causa, concluindo que sem dúvida estava incapaz por velho, pois lhe chamavam tonto. Sossegou-o com brandura S. A., e com aspereza mandou que dentro de vinte e quatro horas saísse da Córte o Conde; porém não teve efeito o castigo, porque o tempo que se lhe deu para se dispor serviu para o congraçar, e ficou na Córte.

Logo que S. A. foi com a Princesa para Alcântara, se tratou de que se lhe preparasse quarto em Palácio; e visto ocupar parte d'êles S. M., se assentou que se fizesse um passadiço

das casas do Marquês de Castel Rodrigo (apartamento de S. A.) até ao Palácio, para que se communicassem uns com os outros edificios; começou-se a pôr mão à obra, que não deixava de ser custosa, e a muitos pareceu escusado o dispendio; e foi um deles D. Rodrigo de Meneses, que com zelosa liberdade o disse ao Príncipe, trazendo-lhe à memória como a Rainha mãe, com duas Infantas, se aposentara no Paço, vivendo nêle el-Rei e o Príncipe.

É sempre arriscado o encontrar o gosto dos grandes; experimentou-o D. Rodrigo, cuja advertência repulsou S. A. com demasiada aspereza; e chegou êle a tanto, que obrigou a D. Rodrigo a pedir-lhe licença para se retirar para Cascais; e, como a pedia a cólera, a concedeu sem reparo da razão; mas caindo logo nela o Príncipe, o mandou chamar mais afável, do que o tinha despedido rigoroso.

Nomeou S. A. por embaixador para Castela o Marquês de Marialva, e para Roma o Conde do Prado; ambos pretenderam os postos, e ambos pediram mercês tam desmedidas, que com o excesso de pedir davam a entender que não fôra diligência sua o alcançar. Conheceu-se que o intento não era de servir, se não de medrar, e, por que não parecesse compra o que era graça, saíu nomeado por embaixador para Castela o Conde de Miranda, que mais comedido se dispôs apressado, e com grandiosa casa e estado partiu para Madrid em 22 de Junho de 1668. Mandou S. A. falar a D. Pedro de Lencastre, Duque de Aveiro, para ir a Roma, facilitando-lhe a jornada com as esperanças dum capêlo de Cardial; escusou-se com a idade e com a pobreza; e se com êste oferecimento se não tirou ao do Prado a missão, refrescou-se-lhe a ambi-

ção, tendo entendido que não era tanta a necessidade de sua pessoa, como o queria fazer a carestia de suas pretensões; e o imaginar que se quebraria a paz entre estas duas Coroas, e que tornaria a lograr os úteis da guerra (que para êle eram mais que os duma embaixada, e pouco menos que os duma Coroa), o fazia pedir coisas com que tácitamente se escusava.

Mandou S. A. a todos os Tribunais que o informassem de todos os sujeitos de letras e virtude, assim Clérigos como Religiosos, para dêles escolher os mais capazes para os Bispos; começou logo a negociar a ambição dos que todo o merecimento fiam à diligência, com tal empenho que se impedia o meio que se propunha para a eleição; de sorte que se impediu a resolução com a cópia dos pretendentes, sendo tal a caça que se dava às mitras, que se raparam barbas e saíram coroas, como fêz Luiz de Sousa, João Velho Barreto, D. Luiz de Sousa, e o queria fazer Pedro Fernandes Monteiro. Esta diziam era a causa de não ter praticado o Embaixador para Roma, suposto que os mais experimentados em negócios daquela Cúria recorriam a outro princípio, e era que esperava S. A. por aviso de lá, para saber como fôra tomado o casamento e em que forma se haviam de expedir as bulas dos Bispos.

Sucedeu que neste tempo tratavam as coroas de Castela e França de se ajustarem em concertos de pazes; nomeou-se lugar para conferenciar, ajuntaram-se os Plenipotenciários, e para o Francês tirar melhores partidos mandou sôbre a Corunha e sôbre Baiona uma armada, numerosa nas velas, porém não muito poderosa nos vasos, ainda que para a miséria em que Castela estava sobrado trazia o poder. Receou-se o Castelhanao

das manhas do Francês, e por assegurar as barras e refrear a fúria do inimigo, não só conservou a gente que tinha pelas nossas fronteiras, se não que na da província do Minho recolheu gente de novas conduções que fez. Tiveram ocasião os nossos cabos para mostrar seus desejos, e fazendo-se desentendidos da causa que o Castelhana tinha para ajuntar gente, já com a paz licenciada, publicaram receios para pretexto de frutos, e Fernão de Sousa Coutinho, General da Artilharia, mandou algumas tropas de cavalaria a reconduzir os soldados; e como saíam famintos e queixosos, obraram tais tiranias pelos povos, que nem Turcos as cometeriam com maior insolência. Foram a Guimarães, donde arrastaram Clérigos, desprezaram imagens, executando pelos arredores tôdas as maldades que se podiam imaginar, que na Vila não entraram por não o consentir o povo; antes, escandalizado e amotinado, os fez voltar dentro de dois dias, tam cortados do mêdo como da culpa. Tôdas as que cometeram se processaram, e se remeteram a S. A., que logo mandou se lhe levassem assim o dito Fernão de Sousa, que governava o Minho, como todos os Cabos das sobreditas tropas, presos em ferros, os quais avisados se adiantaram às ordens e foram-se meter no Límoeiro em Lisboa.

O Francês saiu, nas pazes que fez com o Castelhana, com ficar à sua parte com tudo o que tinha tomado em Flandres, logrando só a Cidade de Lille, com outras vilas de pouca consideração. Recolheu-se à sua armada, e D. João de Áustria embarcou tôda a gente que tinha pelas fronteiras para Flandres; e nelas se apregoaram as pazes entre as duas Coroas.

Em 26 de Abril fazia anos S. A., e por esta

razão se mudou com tôda a Corte para o Paço, celebrando-se os anos com missa solene na Capela Real; pregou D. Luiz de Sousa, irmão do Capitão da Guarda e lente de prima na Universidade de Coimbra. Grande foi o sermão pelo tempo, menor pela tèmpera; era sermão de Fidalgo, havia de ser cansado e enfadonho. Dêsde êste tempo começou a Princesa a dar alguns sinais de prenhada; continuaram êstes, e a malícia a discorrer errada, querendo que se antecipasse no tempo o vedado ao permitido; mas o mesmo tempo foi confundindo a errada opinião do vulgo, primeiro espalhada pela Nobreza. Ordenaram os médicos à Princesa que não saísse fora do Palácio, por que não desse ocasião a se malogrem as esperanças já certas de sucessão do Reino.

Continuava a prisão de S. M., agora impossibilitada sua liberdade, de sorte que o mesmo decreto de lha darem se embarçava nos receios de lha haverem tirado. Não sabia a razão de Estado como se assegurasse do perigo, fiando-se da pessoa; tudo eram meios, e tudo reprovação dêles. Já se resolvia que o pusessem em Tomar, já que em Peniche, muitos assentavam que ficaria bem em Bragança, e alguns que seguro ficaria em Lisboa; mas como em tôda a parte havia de lembrar o agravo, em nenhuma se formava o seguro. Ultimamente safu decretado que fôsse para Peniche, consignando-lhe no Ducado de Bragança 50.000 cruzados cada ano. Nomearam-lhe oficiais, criados, serviço, etc.; e quando parecia que tinha a resolução tomado assento, se assentou que não convinha a resolução, aumentando-se os inconvenientes com a tardança, porque a Nobreza e Povo, êste compadecido, aquela descontente, formavam séquito ao

Rei, que se fazia temer do Príncipe. Reforçou o médo uma carta que neste tempo escreveu de Sevilha o Conde de Castel Melhor a S. A., que com aparências de submissão se fazia temer, livre, com a opinião de poderoso e com a certeza de apaixonado e ofendido. Fizeram os povos uma consulta a S. A. em que lhe pediam a liberdade de S. M., valida neste tempo duma carta dos Reis de Inglaterra em que pediam o mesmo, esta estranhando a insolência, aquela advertindo a obrigação; nenhuma teve despacho, e a consulta dos povos nem ainda teve resposta.

Muito cuidado deu esta matéria, vendo o affecto e empenho, assim interno, como externo, e resultou dêle deitar-se outra amarra à nau do Govêrno, prevenida para a tempestade. Convocaram-se os Três Estados do Reino para a Sala dos Tudescos, e sábadó, 16 de Junho de 668, juraram a S. A. por Governador destes Reinos e curador de seu irmão, julgando-o assim tácitamente por incapaz da Coroa; e daqui por diante começaram-se a passar tôdas as provisões, sentenças, etc., em nome do Príncipe, dando morte política a S. M., que, ainda que vivo na pessoa, lhe tiraram tôda a vida que podia ter na memória. E porque se debateu sôbre o Príncipe se servir com os officiais da Casa Real, topando o escrúpulo, que não reparou em tragar elefantes, em tragar moscas, sem se descontentarem os interessados se satisfizeram os queixosos, dando o officio de Camaristas, demais dos que o eram, a D. Francisco de Sá, Marquês de Fontes, e a um irmão do Conde de S. João.

A Princesa lhe puseram casa logo que se desposou: camareira-mor a Marquesa de Marialva, que aceitou manhosa, pedindo por companheira no officio a sua filha, casada com

D. Rodrigo de Meneses, seu cunhado; approvando agora os mesmos em coisas suas, ambiciosos, as artes que afiaram no Valido, insofridos. Precedeu a este provimento o mandar S. A. oferecer o lugar de Camareira-mor a D. Mariana de Mendonça, filha do Monteiro-mor, viúva de D. Duarte de Castelo Branco, Conde de Redondo, que ela enjeitou, escusando-se, briososa e cortesã; e porque se sabia que havia de dar esta resposta, se lhe fez este oferecimento, intentando assim a indústria contentar de algum modo a família dos Mendonças, descontentes do Governo e retirados da Corte; e não se logrando por este meio o desígnio, nomeou S. A. ao Monteiro-mor, que aceitou. E por não ficar coisa do Conde valido, em que se refrescasse a memória de seu valimento, se tirou o lugar de Secretário da Rainha a Pedro de Almeida, e se deu a Belchior do Rêgo, que o havia servido no tempo da Rainha mãe, jogando a fortuna à pelota com uns e outros.

Neste tempo vieram novas de Madrid, em como o Conde de Castel Melhor estava naquela Corte, bem visto da Rainha, e não pouco assistido dos Ministros, conservando todos em sua vida a esperança de verem este Reino entre si dividido e assolado, para lograrem rendido o que não puderam conquistar oposto. Com estas novas começou o vulgo a publicar quimeras, ou bebidas ou imaginadas, prometendo-se na volta do Conde voltar ao Governo, que, se lhe agradou pela novidade, já o enfastia pela desatenção, considerando mudança só nas pessoas e não nas disposições, inclinando ao caído e oposto aos levantados, olhando estes como a superiores e aquêle como a dependente; e publicou-se que o Conde havia entrado em Lisboa e falara

em segredo com o Príncipe. Não examinei a verdade (sendo mentira), mas sei que levantou labaredas o fogo da inveja, tratando de apagá-lo com a tempestade da perseguição. Propôs-se em Conselho de Estado que se citasse o Conde de Castel Melhor, por carta de éditos, para que dentro de trinta dias viesse a dar as contas de como e em que havia dispendido o dinheiro que lhe achavam carregado, sob pena de que se puxaria por sua fazenda, tomando-se-lhe contas à revelia. Mandou a Mesa do Paço que se desse esta ordem a execução à da Fazenda, pois não pertencia ao seu Tribunal, como elles queriam, com o que se empatou o negócio; e teve lugar Simão de Vasconcelos de se oferecer a dar as ditas contas, para o que pediu licença para vir à Corte, duma quinta onde estava fora dela, dizendo que nenhuma coisa desejava mais o Conde que dar contas, para mostrar o como padecia inocente; e seria fácil, porque os gastos secretos podiam ser sem conta e não têm conta.

Ordenou S. A., aconselhado dos que querem dar que comer a seus aliados (com pretexto de se conservarem os cabos da milícia), que deles se fizesse uma companhia de 130 cavalos para sua guarda; estes se escolheram de todas as fronteiras, e se ajuntaram os da Beira, Trás-os-Montes e Minho em Coímbra, a 24 de Julho, e daí marcharam para a Corte, tomando ocasião os descontentes para afirmarem que crescia no séquito do Príncipe o medo, assim como se aumentava a guarda.

Determinou-se que, visto nas Cortes se ter averiguado as coisas de maior importância do Reino, para as de menor porte se nomeassem alguns comissários, que ficassem, e os mais procuradores que fôsem para suas terras. Assim

se fêz; e logo se murmurou que queriam com es poucos desfazer o que, como por fôrça, concederam a muitos; e isto com tanta inquietação e soltura, que dera occasião a um perigoso tumulto, se se pusera em prática tal intento.

Nos últimos de Junho de 668, entrou em Lisboa o embaixador de Inglaterra, Conde de Sandwich; desembarcou como enviado de seu Rei, e se aposentou no mosteiro das Religiosas do Bom Sucesso; oito dias esteve sem S. A. lhe dar audiência, sôbre que tumultuosamente se discorria que vinha a tratar da liberdade del-Rei; no que, não sei se obrando a verdade, se a destreza, se divulgou que vinha dar os parabens a S. A. do casamento e do Govêrno, e trazia as pazes assinadas por seu Rei, com cláusula que se declarava inimigo com qualquer parte que as quebrasse. No mesmo tempo amanhecera onze decretos de destêrro e prisões: a Salvador Correia levou prêso para a Tôrre de S. Gião o Corregedor da Côrte, donde depois lhe apertaram a prisão, tirando-lhe todos os criados de seu serviço; mais foi para a fortaleza de Outão, em Setúbal, Simão de Vasconcelos; a António de Vasconcelos, seu irmão, Deão de Lisboa, absolveu S. A. do officio de Sumilher da Cortina; aos filhos de Salvador Correia, a D. Manuel de Sousa, Clemente da Cunha, Rui Fernandes e outros de menos conta, desterraram trinta léguas fora da Côrte. A causa se publicou, que foram cartas do Conde de Castel Melhor para os dois prêsos, nas quais tratava da liberdade de seu Rei, suposto que os contemplativos inferiram que as cartas eram supostas de seus inimigos, que o temiam ausente e o receavam presente; e tiveram razão, vendo que logo se lhe pôs carta de éditas, chamando ao Conde que dentro de

brevíssimo tempo apparecesse a dar contas, diligências mais para a impossibilidade que para a averiguação.

Pediú S. A. mais 100.000 cruzados sôbre os 400.000 que lhe tinham oferecido, com pretexto de ser necessário ter as Praças guarnecidas. Repugnaram os povos o novo pedido, corroborou-se sua repugnância com vir nova carta das fronteiras, de como o Castelhana arrazava as fortificações, tinha descavalgado a artilharia das Praças e quebrado as carretas, com o que perderam os da milícia de todo as esperanças, e ficou livre o Reino dos receios, não dos Castelhanos, se não dos Portuguezes que tanto desejavam a guerra; porém os 100.000 cruzados se concederam para se pagarem dívidas aos assentistas.

Para Flandres embarcou D. João de Áustria tôda a gente militar que tinha pelas fronteiras, e as primeiras seis naus se lhe perderam nos bancos, com uma tormenta; querendo a Rainha de Castela se embarcasse, porém replicou à ida. Na Côrte de Madrid, não deixava de haver tumultos, insofridos os Grandes de que governasse tudo o confessor da Rainha, padre da Companhia, dando escandalosos motivos a seu valimento com a Rainha.

Apertou o Govêrno de Castela com D. João de Áustria que se embarcasse para Flandres a tôda a pressa, por haver aviso que o Francês, mais affecto à conveniência que à reputação, se preparava para romper a paz e seguir a fortuna da guerra, que o favoreceu o verão passado, e estava com desígnios de conquistar os Estados êste inverno. Recusou o Áustria, porque lhe não davam dinheiro ou por entender se tomava êste pretexto para o deitarem fora de Espanha; e disfarçando o que entendia com o que publicava,

se pôs a caminho para a Côrte de Madrid; de-
zasseis léguas lhe cortou antes o passo uma or-
dem real, que sob pena de caso maior fôsse
para Consuegra, donde não saísse sem expresso
mandado de S. M.

Não havia na Côrte de Portugal neste tempo
menos dissabores. Fêz o Marquês de Cascais
diligência com S. A. para que se lhe restituísse
o Governo das Armas da dita Vila; remeteu-o o
Príncipe ao Conselho de Estado, donde, apresen-
tando um memorial sôbre a matéria, safu es-
cuso. A pouca razão do Governo, a muita que
ao Marquês se lhe representava no que pedia,
o arrojou a ir a Palácio; e avistando a S. A.
tomou a própria espada e lha deitou aos pés,
com impulso tam colérico, que foi rodando até
encontrar com uma porta. Sentiu o Príncipe a
descompostura, e pegando-lhe da capa lhe disse
que, se não considerara que era um véelho tonto,
o deitara por uma janela abaixo; e teve des-
culpa, porque não só a acção foi livre, mas atre-
vidas as palavras, dizendo o Marquês que a es-
pada que não servia para defender o seu, a
mandasse S. A. dar a um laçao. Retiraram os
fidalgos ao Marquês, recolheu-se a sua casa,
e a ela lhe chegou um decreto em que o Prín-
cipe lhe ordenava que dentro em três dias saísse
da Côrte e fôsse para Pôrto de Moz, o que
fêz dentro em três horas.

Saíram duas pragmáticas, uma sôbre os tra-
jes, outra sôbre os desafios, ambas rigorosas e
com graves penas, que andam impressas; mas
não sei como se observaram, que bem antiga
lei é a que proíbe os desafios, e não se pôs em
execução, que bem disse o outro discreto que
as leis eram teias de aranha em que se pren-
diam moscas e nunca ficavam aves, porque es-

tas rompem a rêde, para elas fraca, e aquelas, que por fracas não rompem, ficam. As leis não valem mais por novas, senão por observadas; o acrescentá-las aumenta o desprezo; alma do respeito foi sempre a observância, porque emtanto dura o respeito, emquanto dura o mêdo.

Depois de grande opposição que fêz Valentim Feio à prelasia de Tomar, a deu el-Rei a Luiz de Távora, Chantre de Braga, valendo-lhe muito o parentesco que tinha com o Conde de Castel Melhor, suposto que teve contra si a Mesa da Consciência, esta vez com ela, que nunca quis consultar o dito Távora; o que então lhe valeu, agora o destruiu, que o ser parente do Conde foi a causa de lhe tirarem o lugar e darem-no ao Feio; coisa que nunca se viu, pois nunca dali saíu nenhum prelado senão subindo, êste despenhando-o.

Divulgou-se na Côrte que estava no Reino uma Senhora viúva, que vinha correndo tôda a Espanha, pouco acompanhada, porém com grande respeito assistida e servida em todos os lugares daquela Coroa por onde passava. Alguns diziam que era a Rainha mãe de Inglaterra, que vinha a visitar o corpo do Apóstolo Sant'Iago a Compostela, outros que a Duquesa de Orléans; e durou esta patarata muitos dias, até que o tempo desenganou que havia sido ardid dos que, por divertirem de si a murmuração do povo, lhe puseram êste alvo, a que atirasse sua ociosidade nas conversações, e quando se viesse a achar em branco já o mesmo tempo daria outras novidades para o assunto.

No fim de Agôsto escreveu o Conde de Miranda dum lugar duas léguas de Madrid, donde havia chegado, dizendo em como fôra visitado da parte da Rainha e de muitos Senhores, e

que esperava que de Madrid sáísse o Embaixador nomeado para Portugal para êle entrar; e a causa do de Castela se deter foi atravessar-se o Marquês de Heliche a pretender o lugar de Embaixador de Portugal.

Por causas urgentes, nomeou S. A. ao Doutor Gaspar de Abreu de Freitas, actualmente Corregedor da Côrte, para ir por Enviado a Inglaterra, mandando-o aviar com tôda a pressa; com a mesma ordenou que se preparasse o Conde do Prado para ir a Roma, sem até êste tempo se haverem nomeado sujeitos para os Bispados, fazendo-se os pretendentes estar no de suas pretensões: D. Teodósio de Bragança, irmão do Duque de Cadaval, com apresentar um alvará de Capelão-mor, de que lhe havia feito mercê a Rainha mãe; Luiz de Sousa, irmão do Conde de Miranda, empenhando-se em levar o Bispado de Coímbra, fazendo justiça do mesmo que lhe condenava a sem razão, pois sendo muita a com que pedia o mais rico bispado do Reino, justificava o intento com dizer que se lhe devia dar para assistir aos gastos de seu irmão em Madrid, ao qual se consignaram 2.000 cruzados de mesada cada ano; porém caía a fábrica pelo fundamento, pois se edificava sôbre um sujeito incapaz e condenado por idiota e por mal procedido, negociando o pregão da afronta com a pretensão da honra, castigo mui ordinário dos que com desmedidos intentos despertam as atenções para que se publiquem seus defeitos.

Tomou o povo, e tôda a Côrte, mui mal a companhia dos 150 cavalos, reformados, que S. A. convocara para guarda de sua pessoa, dizendo todos que fazia patrulha como a tivera el-Rei, para assolarem a Côrte com latrocínios e violências; empenhava-se o Conde de S. João

em sustentar seu arbítrio, porque nêle se livrava não só o remédio de seus apaixonados, senão também o seguro dos seus intentos; opôs-se-lhe o zêlo de alguns, e fêz com que o Príncipe deitasse de si e da Côrte a tôda esta gente, mandando dar a cada um 30 cruzados, para se voltarem para a sua terra. Deu-se o de S. João por queixoso, ou por ofendido, ou por desconfiado, ou por ambas as coisas, considerando que se lhe condenava, ou o conselho como errado, ou o desígnio como ambicioso, e pediu licença a S. A. para se sair da Côrte, que se lhe negou; o mesmo fêz D. Rodrigo de Meneses, dissaboreado de não manear todo o Govêrno, se bem que disfarçando as causas com honestas apêrências.

Mandou S. A. preparar as casas do Conde de Castel Melhor para aposento do Embaixador de Castela; e ao mesmo tempo mandou vir para a Côrte a Condessa, mulher do dito Conde, que estava desterrada na vila de Pombal; ordens que deram muito que falar e discorrer, principalmente divulgando-se que o Príncipe ordenava se fizesse notório ao Conde que se podia livrar dos encargos que lhe davam e das contas que lhe pediam, passando-se de Castela a Sabóia; notícias que fâcilmente desmaiaram aos que já consideravam valido o mesmo que perseguiram desterrado, ou porque os acusava a consciência ou porque os atormentava o ciume, temendo-se da negociação que o Conde podia fazer por meio do Embaixador de Castela com S. A., e que fôsse êste o meio de o verem restituído a Portugal, e o Príncipe seguro, tendo nêle um homem de quem tinha mais razão poder-se fiar o sossêgo de el-Rei, que das prisões e guardas de todos os mais.

Vieram novas de Castela que os islenhos de Sardenha mataram às punhaladas o Conde de Riba de Ave, seu Viso-Rei, e estavam levantados e postos em armas para se defenderem. Não menos alterado o Reino de Aragão, porque a um Grande d'êles mandou a Rainha dar garrote occultamente, porque (como se divulgou) havia falado com liberdade no familiar trato que a dita Rainha tinha o seu confessor. Com muita maior pedia a Justiça-maior de Aragão desse a Rainha as culpas porque mandou matar o dito Senhor, ao que respondeu que ao seu confessor as perguntassem, que êle as daria. Sôbre Castela-a-Vélha desceu uma praga duns pássaros pouco maiores que pardais, de várias côres, que tudo assolavam, não deixando nem nos campos nem nas árvores uma fôlha verde; com estas coisas se alteraram muito aquêles Reinos, e para remédio se chamou a Madrid D. João de Áustria, que estava detido em Consuegra, ou para que não fomentasse as alterações, ou para que não o inquietassem os alterados. Divulgou-se que nos alicerces dum edificio da cidade de Leão se achara uma lousa com estas letras C R T T A O F F T D R H R F I T C E H S, que êles explicam desta sorte: Carolus Regnans Totius Terrae Ambitum Occupabit; Francos Flandrem Tumultuante Destruet; Regnum Hispaniarum Robustum Faciet; Imperium Turcarum Conteret; Ecclesiae Hostes Subvertet. Quando seja verdade a aparição da lousa com as ditas letras, nenhuma tem a explicação, porque foi explicar e pintar com o querer; mas não há dúvida que as coisas referidas são muito notáveis e se podiam tomar por infaustos preságios.

No princípio de Setembro de 668 saíu S. A.

com as nomeações dos Bispos: de Braga, o Bispo de Targa; de Lisboa, António de Mendonça, Presidente da Consciência; de Évora, D. Pedro de Lencastre, Duque de Aveiro; de Coímbra, D. Manuel de Noronha, Prior-mor de Palmela; da Guarda, Diogo de Sousa, Inquisidor da Mesa Grande; de Lamego, Fr. Álvaro da Silva, Religioso da província de Santo António, irmão do Marquês de Gouveia; do Pôrto, Nicolau Monteiro, Prior de Cedofeita; de Portalegre, D. Luiz de Sousa, Lente de Prima da Universidade de Coímbra; de Leiria, Pedro Vieira da Silva, Secretário de Estado; de Elvas, Francisco Barreto, Inquisidor; do Algarve, Martim Afonso de Melo, Inquisidor de Évora; da Baía, Manuel Pereira, irmão do Bailio de Leça; de Goa, Fr. Gabriel da Silva, Religioso de S. Bernardo; Capelão-mor, com o título de Bispo de Martíria, Luiz de Sousa, irmão do Conde de Miranda; Presidente da Consciência, D. Teodósio de Bragança, irmão do Duque de Cadaval; Deão da Capela, José da Fonseca.

Tomaram-se as nomeações tam mal de todos, que muitos dos nomeados as enjeitaram, como foram os de Évora, Viseu, Guarda, Angra, Funchal e Baía, e verdadeiramente tiveram razão, pois sem nenhuma antepuseram as pessoas de menos qualidade, procedimento, serviço, letras e idade aos que em tudo lhes iam diante. Deu-se ocasião a que se publicasse enganado o Príncipe, culpadas as ilhargas, que nas informações, atropelando a razão e a verdade, trataram só de sair com intento de dar as mitras como hábitos da Coroa, não reparando em ofender nas mais qualificadas pessoas as mais illustres famílias, que queixosas publicaram em sentimento o agravo. D. Veríssimo de Lencastre, Inquisi-

dor, barrete em tudo ilustre, chegou com a queixa aos pés do Príncipe; animado de seu esclarecido sangue e pública virtude, lhe apresentou a razão de sua renúncia, pois nela ficavam menos ofendidas suas letras, seus serviços e procedimento. Convencido o Príncipe, lhe confessou que tinha muita razão. Ninguém pode negar que o sol é claro, sem cair na censura de cego.

Mandou S. A. recolher as nomeações, e a emenda foi mais escandalosa que o erro. Subiu Diogo de Sousa a Évora, Fr. Álvaro à Guarda, D. Luiz de Sousa a Lamego, porque Portalegre estava dado ao Padre Rosel, Clérigo Inglês, que foi Mestre da Rainha da Grão-Bretanha; a Martim Afonso de Melo, que havia aceitado o Algarve, e recebido parabens, o deixaram de fora, nomeando neste Bispado a Manuel de Saldanha. Sentiu como era razão a afronta, pois só o nomearam para a injúria. Queixou-se ao Príncipe, levou por resposta que ruins informações lhe tinham feito mal; e sem mais processo o condenou a paixão ao castigo de se ver despojado do próprio crédito. Pediu licença para sair da Corte e levar consigo uma sobrinha sua que estava por dama da Princesa, advertindo que onde fôsse menos visto viveria menos afrontado. Injusto se mostra o Príncipe que falta com o prémio ao merecimento; porém sôbre injusto, insensível, quando se não dói de ser tirano; porque o primeiro poderá parecer omissão, mas o segundo sempre condena a vontade. Saíu na segunda nomeação pôsto em Miranda o Cónego Nuno da Cunha, melhorando no lugar mas não na queixa, porque com a mesma o enjeitou, considerando que em nada o subia quem em todo o lugar o atrazava, pois lhe iam diante os

mesmos sujeitos; e sem olhar para o lugar que deixava, punha os olhos nos sujeitos que lhe precediam: só reparava na opinião quem de todo se esquecia da comodidade. Sairam estas segundas nomeações a 20 de Setembro de 1668.

Neste meio tempo veio nova de como o Conde de Miranda, Embaixador de Portugal, tinha feito embaixada na Córte de Madrid, com grande aplauso. Havia dias que Francisco de Brito tinha saído por cabo de algumas fragatas de guerra a correr a costa, e se recolheu a Lisboa neste Setembro a tomar mantimentos, quando chegou nova que o Mouro com numeroso exército se dispunha a vir cercar a praça de Mazagão. Dispôs o socorro de munições, mantimentos e 3.000 soldados infantes, e algumas caravelas, e se ordenou que o comboiassem as fragatas. Algumas de Mouros infestavam estes mares, e duas delas neste mês de Setembro deram caça a fragata dos Malheiros de Viana, que encontraram na altura do Porto, que lhes escapou nas rias de Baiona. Notável fortuna é a das nossas armadas, que nunca se encontraram com os inimigos; não sei se a diligência é sua, se nossa, sei que o que nelas se gasta nenhuma coisa aproveita, nem à reputação nem ao seguro.

Saíu de Lisboa um navio grande para o Rio de Janeiro, ao mesmo tempo que entravam quatro fragatas da Holanda. Tinham os mercadores notícias que a costa andava infestada de Mouros, deram 200\$00 réis a um navio inglês para que comboiasse o navio que saía, até o engolfar com o mar alto; a poucas horas de navegação vieram duas fragatas dos Turcos: em as vendo o Inglês, como que se obrigara a entregar o navio, o deixou nas mãos do inimigo, o qual depois de valiosa resistência o abordou.

Era o capitão Damião Pereira, natural de Viana; vendo que o abordavam, se quis pôr o fogo; impediram-lho os passageiros, dando-lhe a morte, e se entregaram. Verdadeiramente lastimoso successo, de sorte que nem as fragatas de Holanda que entraram, nem as de Portugal que saíram, encontraram nem viram ao Turco, e elle viu e tomou o nosso navio. Dá o successo ocasião a presumir que o Turco tinha aviso da hora em que havia de fazer a presa; sentiu-se muito a perda, porque afirmavam que ia o navio muito rico.

As fragatas de Holanda vieram a pedir quatro milhões, que nas pazes se lhe prometeram. Cobrou-se desses Estados o que lhe impuseram para pagamento, e do tributo que se pôs ao Brasil, e gastou o Conde de Castel Melhor no que lhe pareceu, deixando o Reino exposto a um perigoso apêrto, do qual se não poderia sair sem quebra, ou da reputação ou da fazenda. A ruína dos Reinos encontra-se em serem governados por homens que obram pela primeira tenção; nunca acerta de presente quem não traz os olhos no futuro, não cura com segurança quem não atende a que a chaga poderá cancerar-se, tratando só de vedar o sangue. Fatal foi este homem a errar, e mais fatal a fortuna em o favorecer. Pediu a Holanda renúncia do direito que tem Portugal às Praças que lhe tem tomado na Índia, e que neste caso se deviam por satisfeitos aquêles Estados com que Portugal lhe desse dois milhões logo. Convidava-nos com a maior offensa, tanto ao divino quanto ao humano (muito devem confiar de nossa miséria).

Em 18 de Setembro deste ano se expediram ordens às Câmaras do Reino, para se cobrarem dos povos, conforme a repartição às Câmaras,

os 500.000 cruzados, que as Côrtes concederam por três anos para o sustento dos presídios, e desempenho dos assentistas, com ordem que logo se cobrassem os dêste ano de 668.

Neste meio tempo, achando-se no pátio do Palácio do Côrte-Real, donde vivia a Princesa, o filho do Conde de Vila Flor, moço sisudo e o filho do Conde de Val de Reis, mal inclinado e perverso, não sei sôbre quê, puxaram pelas espadas, e foi na hora em que a Princesa estava dando audiência; assistia o Duque de Cadaval, seu Mordomo-mor; reparou a Princesa no eco das espadas (como andava pejada podera o sobresalto obrar a maior desgraça), porém o Duque com destreza atalhou o perigo, dizendo-lhe que eram uns lacaios que andavam para tomar um cavalo que se soltara; com que ela sossegada foi continuando na audiência, e os delinquentes foram logo prêsos.

O Duque de Aveiro, D. Pedro de Lencastre, vendo-se na segunda nomeação dos Bispados excluído, e desenganado (que a demasiada presunção nunca escarmenta senão em cabeça própria), pôs embargos à nomeação de Diogo de Sousa no Arcebispo de Évora, dizendo que el-Rei D. João 4.º o havia nomeado nêle, e que ninguém lhe podia tirar. Animou-se o Visconde de Vila Nova de Cerveira com o exemplo, e embargou a nomeação de António de Mendonça, saindo com um decreto del-Rei D. Afonso 6.º, em o qual lhe dava o Arcebispado de Lisboa, e ambos advertidos em que o Padre Rosel, que estava nomeado pela Rainha mãe no Bispado de Portalegre, embargando a nomeação que nêle fez S. A. em D. Luiz de Sousa, foi julgada por boa, e a D. Luiz nomearam em Lamego. Martim Afonso, que tinha saído da Côrte, foi chamado

a ela, desenganado o Príncipe de que falsamente o caluniaram, dizendo-lhe que o dito Martim Afonso tinha em sua própria casa quatro filhos, com escândalo público, sendo o certo que são sobrinhos seus, filhos de seu irmão. Coisas eram estas indignas de succederem numa aldeia, quanto mais numa Côrte; mas, Côrte donde os Padres da Companhia se metem no govêrno, ¿que pode succeder senão o que não succede numa aldeia? Govêrno em que muito se mexe, muito se erra; e não admite companhia, nem o amar, nem o reger. Monstro é um corpo com muitas cabeças, e monstruosidades são todos os partos dum Govêrno com muitas e de companhia.

Lastimados Jorge de Melo, e os mais irmãos e parentes, da injúria que se havia feito a seu irmão Martim Afonso, fiando a queixa, se não ao remédio, ao menos ao indício do autor da calúnia, foram à Secretaria de Estado, e, falando ao Secretário Pedro Vieira, lhe puseram às costas tôda a culpa do agravo; destreza de que se vale a suspeita para averiguar a verdade, porque na descarga se conhece facilmente a inocência ou a culpa, esta no desvio, aquela no seguro. Disse-lhe que a êle se imputavam as culpas dos erros que se cometiam, porque, tanto por razão do offício, como por obrigação do Estado, devia Pedro Vieira informar a S. A. da verdade, pois é certo que um Príncipe quando erra, o faz mal informado, e não vingativo. Respondeu Pedro Vieira que naquelas nomeações dos Bispados não tivera mais parte que darem-lhe as listas feitas para passar os decretos; e que, quanto ao senhor Martim Afonso, sabia Deus como, não uma, senão muitas vezes, tinha representado a S. A. os serviços, procedimentos, qualidade e letras de sua pessoa, e de como em nenhuma

cabeça assentaria tam dignamente uma mitra, como no dito Martim Afonso. Lê-se o ânimo no rosto de cada um ; as palavras formam o juízo, mas o rosto veste-se da vontade ; bem conheceram a de Pedro Vieira os exploradores dela, e lho deram a entender com lhe certificar que logo iam buscar a S. A. e pedir-lhe se informasse por inquirição ou por devassa do procedimento de Martim Afonso, para que, melhor informado, deixasse a má opinião que havia concebido e restituísse o crédito a quem tam injustamente se havia infamado. Com a mesma resolução com que se despediram do Secretário, se apresentaram diante do Príncipe. Ouviu-os S. A., e tanto que lhe disseram que naquelas matérias devia S. A. de fiar mais das informações do Secretário que das de todos, que, como tam desejoso e obrigado a seu serviço, não havia de faltar à verdade, e que êle lhes dissera que muitas vezes a tinha dito a S. A. em tôdas, mas muito particularmente nesta matéria, etc. Respondeu o Príncipe: ¿ O Secretário disse-vos isso ? — Sim, Senhor, responderam êles. — Vão chamar Pedro Vieira ! Chegou, e S. A. lhe disse: ¿ Disseste-me algum dia que Martim Afonso, por serviços, letras e procedimentos, era digno de que eu fizesse caso dêle ? Emudeceu, e confessou-se réu. — ¿ Disseste-me (continuou S. A.) que Martim Afonso era um clérigo mal procedido, indigno de que eu o occupasse em algum Bispado ? Nada respondeu e confessou-se autor. — Pois isto é (continuou o Príncipe) o que me disseste ; sois um mentiroso e enganais aos homens ; ide-vos para vossa casa. Foi-se Pedro Vieira, e de lá escreveu a S. A. que fôsse servido mandar ter conta com a Secretaria, pois êle não estava em idade para poder servir. Mandou-se a Pedro

Sanches Farinha que servisse de Secretário, emquanto se não dava a propriedade a um de três pretendentes, Francisco Correia, João de Rosas, e António Cavide, que não só não o pretendia mas estava bem longe de o querer ser, porque por experiência sabia que na maior vizinhança do fogo estava o maior perigo do incêndio, e que a melhor fortuna é a daquele que se não põe a tiro da desgraça.

Avisou o Conde de Miranda, de Madrid, em como se não resolvia o modo com que se lhe havia de dar audiência, considerando que era Embaixador de Príncipe e não de Rei. Fez-se sobre a matéria um outro Conselho de Estado, e não soube o estudo dar outra saída à dificuldade senão persuadindo ao Príncipe que tomasse a Coroa; porém recusou com a mesma porfia que sempre, com que não tomou pé em nada a resolução, sendo que era nociva a detença em assentar esta matéria; que, mandando el-Rei de França três fragatas de guerra para servirem a S. A. de amor em graça, lhe não escreveu, embaraçando a dúvida o crédito da fineza.

Em Madrid não andavam menos turvas as águas, que em Portugal. Com a demasia do Confessor da Rainha, cresceu o escândalo da Côrte, como crescia a opinião da malícia; não defino se bem ou mal fundada, mas sem dúvida persuadida de motivos mais nascidos da liberdade que da cautela, porque sem esta e com aquela estava o dito confessor muitas horas fechado com a Rainha; e uma ocasião procurada, de ordinário é uma culpa convencida. A título de confissão era o retiro, e para esta basta o dos ouvidos, não é necessário o dos olhos. Chegou ao Pontífice a notícia, e seria encarecida

com as hipérboles de que se vale a inveja. Mandou Sua Santidade chamar a Roma o dito Confessor, que, ou devia obedecer, ou perigar na repugnância; duma e outra sorte o havia de atormentar o medo, porque de ambas se via ameaçado do castigo, e não devia ceder o divino ao humano, principalmente quando o ódio tem ocasião para se apadrinhar o zelo.

A D. João de Áustria, a quem a Rainha, na nota de sua fama, considerava mais ofendido e temia mais poderoso (porque andava acompanhado de muitos Portugueses e Catalães, ou para viver seguro, ou para se fazer temido), ordenou que logo fôsse governar os estados de Flandres. Escusou-se da jornada. Mandaram-lhe, sob pena de caso maior, que se retirasse para o seu Priorado de Navarra; mas não teve efeito. Muitos Senhores lhe assistiam, que, por descontentes do Governo, esperavam Governo que os deixasse contentes. O Rei de Castela, como era de poucos anos, e nêles vivia com muitos achaques sem lhe valer o remédio de três fontes, mais parecia que o dispunha a Natureza para o túmulo que para o Trono, e como el-Rei Filipe em falta do Príncipe chamava para a Coroa a seu cunhado e sobrinho, se dividia em opiniões o séquito de Castela dos Grandes. Os que governavam justificavam sua parcialidade com dizerem que preponderava mais para governar o ser Príncipe legítimo, ainda que seja estrangeiro; os que andavam fora do governo justificavam sua parcialidade com dizer que importava pouco a D. João de Áustria o ser bastardo, importando tanto o ser natural; êstes valiam-se dos exemplos das crônicas, aquêles só do direito do testamento, e todos de pretextos para apadrinhar sua ambição, que era ser que nenhum particular

nestas matérias atentava tanto por alvo o bem comum senão o interesse próprio. Nenhuma desculpa tem o Príncipe, que, nascendo para o bem de seus vassallos, lhes deixa ocasião em sua morte para que arruinem o Reino; os testamentos servem para declarar a última vontade, mas sempre esta fica duvidosa quando os testamentos se fazem no último da vida, porque então as aflições do ânimo não deixam livre o discurso da razão, e mais pode o querer de quem persuade que o de quem atesta, porque este obedece e aquêle ordena; que na morte obra mais a obediência, que o império.

Correu neste tempo que o Conde de Castel Melhor se ausentara da Corte de Madrid, depois que viu nela o Embaixador de Portugal, ou por aviso ou conselho seu, ainda que também seria por próprio ditame, que o mais lerdo bruto sabe o que lhe está bem para sua conservação; e se de ordinário o acerta melhor o bruto que o racional, é que este, enganado de seus discursos com a ambição de medrar, erra os meios de viver, e aquêle acerta estes meios porque lhe faltam aquêles discursos.

Em Outubro d'este ano de 668 absolveu S. A. a Simão de Vasconcelos da prisão e do desterro, e veio viver com sua casa para Lisboa, e os mais desterrados (menos Salvador Correia e Henrique Henriques). Mostrou a brevidade do perdão o leve da culpa, o que na melhor opinião foi só suspeita, de que se aproveitou a calúnia; facilmente inclina a presunção donde acha disposta a credulidade, e o poder nunca está tam pronto para o prémio como para o castigo, porque o inquieta mais a ofensa que a obrigação. D'este perdão nasceu o dizer-se que, dando Deus à Princesa o parto que se esperava, perdoaria

S. A. a todos os desterrados, excluindo ao Castel Melhor—que verdadeiramente o ânimo do Príncipe é real, com mais de brandura que austeridade. E esperaria aquêlo tempo para apadrinhar a clemência e para assegurar a desconfiança, pois a ocasião com o festivo escusaria a nota, e com a sucessão o receio.

Estando as coisas neste estado, alegrou à Côrte a entrada de duas naus da Índia, acompanhadas de nove naus do Brasil, precedendo as novas que vieram por terra de que o Viso-Rei João Nunes da Cunha, Conde de S. Vicente, começava naqueles Estados a ressuscitar o valor e a fortuna portuguesa, fazendo entender àqueles bárbaros que a suspensão das armas portuguesas na Ásia não era porque lhe faltasse o valor, senão porque a embargava a necessidade na Europa. Alguns dias depois de chegarem as naus (seriam os que se gastaram em ler a residência), mandou S. A. prender a António de Melo, Viso-Rei que havia vindo da Índia, em a tórre do Outão; ao capitão de sua nau também o mandou prender. A causa diziam que era vir criminado de pouco fiel à fazenda real, assim aquêlo no govérno, como êste na navegação. Há homens que não podem com nenhuma fortuna; aquêlo em Portugal não podia com a de pobre, que o desterrou para a Índia; na Índia não podia com a de rico, que o trouxe condenado a Portugal. Livrou fàcilmente, que semelhantes culpas com a matéria da tentação se livram do castigo.

No princípio dêste Outubro saú a nomeação dos Bispos ultramarinos, que é a que segue: Arcebispo de Goa, Fr. Cristóvão da Silveira, Religioso dos Ermitas de S. Agostinho; Bispo da Baía, D. Estêvão dos Santos, Religioso dos Cónegos Regulares de S. Agostinho; de Angra,

Fr. Lourenço de Castro, Religioso de S. Domingos; da Madeira, Fr. Gabriel da Silva, Religioso de S. Bernardo; de Angola, Fr. Pedro Sanches, Religioso de Cristo; de S. Tomé, Fr. Manuel Sêco, Religioso de S. Jerónimo; de Cochim, Fr. Fabião dos Reis, Religioso do Carmo, calçado; de Malaca, Fr. António da Paz, Religioso de S. Bento; de Meliapor, Fr. António de S. Dionísio, Religioso de S. Francisco da Observância; de Cabo Verde, Fr. Francisco de S. Diogo, Religioso de S. Francisco da Província de Além Tejo; Arcebispo da Serra, o Padre António Pereira, da Companhia, e seu Coajdutor o Padre António de Azevedo, da Companhia; da China, o Padre Sebastião de Almeida, da Companhia. Bispos de anel: de Braga, com o título de Nicoméδιο, Fr. Luiz da Silva, Religioso da Trindade, com 120\$000 réis de ordenado; de Lisboa, Fr. Cristóvão de Almeida, Religioso dos Eremitas de S. Agostinho, com o título de Targa, com 120\$000 réis; de Évora, Fr. Filipe da Rocha, Religioso da Trindade, com o título de Medauro, com 200\$000 réis.

O Duque de Aveiro, que não quis o Arcebispado de Évora, rogado, quando se rogou para o ser, ficou excluído. Assim succede a quem não sabe que nada foge tam depressa dentre as mãos, que a ocasião e a fortuna. Não a teve melhor o Visconde de Vila Nova de Cerqueira, na interposição de seus embargos à nomeação de António de Mendonça, em Lisboa, que, como para a mercê, que dizia lhe tinha feito el-Rei D. Afonso, estava inhábil a pessoa dum secular para benefícios eclesiásticos, assim também estava inhábil a pessoa dum secular para se querer preferir nos benefícios eclesiásticos aos que o são.

O Conde do Prado, nomeado para Embaixador de Roma, se acomodou a aceitar 65.000 cruzados para ajuda do custo, a metade menos do que pedia; conheceu, pela repulsa, que não faltavam pessoas das quais neste particular se podia servir o Príncipe. Aceitou a embaixada, e não apartou os olhos do interesse, procurando novos meios pelos quais alcançasse o útil. Propôs a S. A., como os Bispos nomeados haviam de mandar vir suas letras por via de banqueiros, que indo elle a Roma podia fazer esta diligência e ficar-se com o que podiam interessar àqueles, e mais sobrado para se tratar em Roma luzido. Pareceu bem a proposta, e ofereceram os nomeados todos 50.000 cruzados pela diligência das Bulas, pagos depois de estarem de posse de seus Bispados. Com que alguns políticos presumiram que não partiria senão depois que Deus desse successão a este Reino, porque então tomaria S. A. a coroa e ficaria sem embaraço a embaixada.

Parece que devo nesta ocasião fazer memória do Rei; a sepultura política aparta os homens da lembrança, como a natural. Dizemos que se sepulta o sol quando se põe, porque falta à vista dos mortais; o que se não vê, se não acaba para a vida, acaba para a memória. El-Rei estava prêso como dantes, na mesma parte, e com o mesmo apêrto, tam cortado da sua fortuna, que lhe esqueceu o melhor dela; e se alguma hora lhe lembrava, se sossegava com lhe dizerem que importava seu retiro a sua mesma vida, que para a conservação dela era seguro, e não prisão, porquanto o povo o queria matar. Justificava-se que nunca ofendera o seu povo, queixava-se de quem o fêz casar por razão de Estado, tanto contra todo o estado da razão, pois a natureza o fizera incapaz

do matrimónio. Tinha-se esquecido de mulheres, valentias e prodigalidades, que nos desenganava agora o que foi antes. A gente que o acompanhava o fazia autor das demasias; e na verdade nunca foi mais que cúmplice nelas. A maior desgraça do Príncipe é pôr-se em estado que o criminoso faça dêle escudo para rebater o castigo, e amparo para cometer o excesso, porque sem o ser se faz autor do atrevimento e do insulto, dando tantos alentos ao escândalo, quantas mãos aplica ao motivo; pois tendo só duas mãos para ofender, ofende com quantos são os distraídos que à sua sombra vivem de pecar. El-Rei era um só homem, e os que o distraíam muitos; e excedia com muitos, sendo um só; e assim parece que dispôs o céu a vingança pelo modelo da ofensa, porque sendo um só pagava por muitos; mas nesta desgraça teve uma ventura, e era que conhecia que pagava o que devia, confessando que por seus pecados pagava o que devia.

Retirado D. João de Áustria a Consuegra, obediente às ordens da Rainha de Castela, porém não ao intento de o desviar do propósito de lhe tirar do lado ao Padre da Companhia seu confessor, o obrigou a maquinar contra êle, com intento de o condenar na opinião de todos, por rebelde à Coroa e pretendente ao cetro. Em ordem a êste fim, fêz com que a rainha mandasse prender um irmão do Secretário do Áustria, e outro criado seu, como se executou; e destas prisões nasceu o declarar-se que se mandava prender ao mesmo D. João de Áustria, o qual se avisou logo da Côrte; e determinado em Conselho de Estado, saíu-se da Consuegra, e se passou a Aragão; foi a Navarra, e achou êstes dois Reinos tanto à sua disposição, que, animado de seu dictamen e de sua fortuna, e que o fa-

vorecia a razão, escreveu à Rainha de Castela o seguinte :

«La execrable tirania del Padre Everardo, y la inexcusable maldad que he entendido ha machinado contra mi persona, aviendo preso a um hermano de mi Secretário, y hecho otras diligencias con dañado ánimo de perderme y esparcir en mi discredito abominables voces, me obliga a ponerme en seguridad ; y aunque esta accion a primera vista es de culpado, verdaderamente no es sino de finissimo vassallo del Rey mi Señor, por quien daré siempre toda la sangre de las venas ; y en prueba desto, declaro luego a V. M., y a quantos leieren esta carta, que el único y verdadero motivo que me detuvo de passar a Flandres fue de apartar del lado de V. M. essa fiera tan indigna, por toda razon, de lugar tan sagrado ; aviendome inspirado Dios a ello con una fuerça mas que natural, desde el punto que oí la horrible tirania de dar garrote a aquel inocente hombre, con tan escandalosas circunstancias, hasta cujo incidente estube con deliberado animo de passar a aquellos Estados (no obstante el conocimiento con que iba de lo que dexaba a las espaldas). Esta accion medité, y despresé, y pensava executarla, sin mas estruendo, ni violéncia, que la precisa para conseguir el intento, e no su muerte ; por que aun que segun la mia y toda razon, me dictava que podia y debia quitarle la vida, por las causas communes del bien desta Corona y particulares mias, y por no solo repetidas opiniones, sino continuas instancias de gravissimos Theologos, no he querido aventurar la perdicion de una alma que tan provablemente avia de ser arrebatada en mal estado, anteponiendo a los riesgos y trabajos de mi persona el deseo de hazer a Dios

este sacrificio, que espero en su infinita misericordia me pagará en dar feliz logro a mi justa intencion, que es y será la misma, hasta perder ultimo aliento de mi vida, por hacer a mi Rey y a mi Pátria este gran serviço. A este fin, Señora, voi a ponerme en paraje y postura donde, assegurado del traidor animo de esse vil hombre, puedan ser mas acendidas de V. M. mis humildes representaciones, que siempre seran encaminadas a la expulsion desta pestilencia, sin mas interés mio que el de livrar estos regnos della, y de las calamidades y trabajos que por su causa padecem los pobres y oprimidos vasallos; no queriendo encaminar-me a essa Côte, por que en la ligereza con que los pueblos se mueven y aprehenden las cosas, no sucediesse algun escandalo de irreparables inconvenientes al servicio de V. M. Suplico a V. M. de rodillas, y con lagrimas del coraçon, que me oiga, y no dexé llevar-se de los perversos consejos de esse empeçoñado basilisco, porque si peligrare la vida del hermano de mi Secretario, ó de otra qualquier persona que toque a mi ó a mis amigos, ó a dos que adelante se declaren por tales, ó si contra ellos se intentare perdones, o por escrito, o por accion, la menor violencia, o sinrazon, protesto a Dios, al Rey mi Señor, a V. M., y al mundo entero, que no corran por mi cuenta los daños que dello resultaren a la quietud publica de la satisfacion que será preciso tomar en semejantes casos, poniendo en accion lo que sin alguno destes motivos no pensaré ya mas executar. Y al contrario, si V. M. (como espero en la divina misericordia le inspire) suspendiere su juicio y sus deliberaciones, hasta recibir mejores noticias mias (que serán las verdaderas), es cierto que todo se dispondrá entera satisfa-

cion de V. M., y será con quietud y sociego a maior servicio de Dios, del Rey mi Señor, y bien de sus vassalos, cuja mira es y será la de todas mis deliberaciones; y la hora que el mas fiel amigo mio viere en mi mas leve muestra que desdiga desta obligacion, le exorto a que sea el primeiro a quitar-me la vida; la de V. M. guarde Dios con prospera salud, para bien destes Regnos. Consuegra, de Outubro 20 de 1668. Su mas humilde Criado y vassalo de V. M., D. Juan de Austria ».

Causou esta carta na côrte de Madrid vários efeitos; os desinteressados, considerando a resolução duma parte, a tenacidade da outra, posta em público uma e outra coisa, julgaram discretamente que de ambas se dispunha uma guerra civil, porque, não ficando lugar à razão para obrar, era fôrça que a violência o houvesse de concluir. D. João de Áustria se achava assistido da milícia que vive do sôlido, e havia de fomentar o rompimento por conseguir a conveniência. A Rainha assistida dos validos e dos interessados, que, temerosos de que se mudasse o Govêrno, acendiam o fogo da discórdia, paleando a ambição com o zêlo de que a todo o risco se conservasse a reputação da Majestade; e se da parte desta estava empenhado o gôsto, como da do Áustria o crédito, nem aquêle havia de ceder, nem esta o havia de dissimular, porque são extrêmos que se não deixam unir. Com esta porfia mandou a Rainha de Castela um enviado com dissimulação à côrte de Lisboa a justificar sua causa diante do Príncipe de Portugal. Ao mesmo tempo, e do mesmo modo, e para o mesmo fim, se afirmava que mandou outro D. João de Áustria, encontrando-se a diligência de ambos quási ao

mesmo tempo, que foi na entrada de Novembro de 668.

Publica a parcialidade da Rainha que o intento de D. João de Áustria era tirar-lhe o governo durante a menoridade del-Rei, estimulado de exemplo tam vizinho, tomando por meio apartar de seu lado seus mais confidentes Ministros. A do Áustria, pelo contrário, espalhando que só pretendia reformar-lhe alguns Ministros, sem que intentasse mudar-lhe o governo, apontando o Confessor, o Presidente de Castela, e o Secretário do despacho comum; com resolução que nem o ofendido nem o condenado se davam por satisfeitos senão com ruína duma das partes; e se tinha por sem dúvida que a este fim eram as diligências de ambos com Portugal, porque conheciam, por certo, que quem tivesse seu favor saíria com seu desígnio; se a coisa chegara a rompimento de armas, havia de ser mais o sangue que as vozes, e caminharía Espanha à sua última ruína, e não deixaria de alcançar o raio a Portugal, que adonde cai a braza, na vizinhança atemoriza.

Em 21 de Novembro de 668 teve S. A. recado do Embaixador de Castela, que de Aldeia Galega esperava ordem para partir à Côrte; mandou-se-lhe com advertência que viesse desembarcar ao Cais da Fundição, donde o foram esperar em 23 do mesmo muitos Fidalgos e cavaleiros da Côrte, coches e liteiras, para o acompanharem até às casas do Marechal, que ficam perto; e D. Pedro de Almeida passou a Aldeia Galega para vir com êle, porém o vento e a maré o dispôs de outra sorte, trazendo a barca ao Cais de S. Paulo, donde desembarcando o Embaixador foi numa liteira com pouco acompanhamento meter-se nas ditas casas. Ficou um

tanto desconfiado da pouca gente com que fora recebido, mas sabendo a causa se deu por satisfeito. Pediu dia para audiência; assinou-se-lhe para os 28 do mesmo mês, correndo êstes oito dias a mesa do Embaixador e de tôda a sua casa por conta da Casa Real, com notável magnificência, e continuação dos grandes Titulares, Cavaleiros e Ministros da Corte a buscá-lo e assisti-lo; devida correspondência à estimação com que na Côrte de Madrid foi recebido o Conde de Miranda.

Ao do Prado se dava tôda a pressa para partir para Roma, donde se entendia viera aviso que assim fôsse. Em tôdas as Côrtes do Mundo é grande a variedade, ou por a pouca subsistência dos Príncipes, ou porque o tempo e os casos fazem mudar os ditames, ou porque a voz do povo, sempre vaga, publica resoluções presumidas, que nunca foram nem imaginadas, discorre nas coisas sem saber a substância delas e define por conclusões como lhe parece que os assentos deviam ser e não como são. Novas vieram de Roma em como naquela Cúria estava muito mal tomado o casamento dos Príncipes de Portugal, e que por consequência não seria bem recebido o Embaixador. Passaram-se poucos dias, quando se dizia havia aviso e se esperava o Embaixador com grande benignidade para se lhe deferir a tudo; esta era a razão porque se lhe dava pressa; applicava-a a conveniência do Conde nomeado, que não ha asas que assim vão ligeiras, como as que forma a esperança, ou de aumentar a honra, ou de multiplicar a fazenda.

Afirmava-se que viera ao Confessor da Rainha de Castela segunda ordem de Roma, com termo preciso para que dentro dele saísse da Côrte de Madrid sessenta léguas, adonde espe-

rasse novas ordens para o que havia de fazer. Instavam as diligências dos expressos, e as ordens dos superiores embargavam-se; com que serviu a escusa de maior escândalo a quem com tanta contumácia sustentava a pedra dêle, pois mostrava que não sustentava o lugar de confessor, senão a particularidade de o ser tal homem. Nenhuma coisa cega mais a razão, que os affectos humanos, e os mais injustos são os que se opõem a ela mais protervos.

O Embaixador de Castela, por convenientes particulares, pediu licença a S. A. para se retirar, antes de lhe ir beijar a mão, para a quinta do Duque de Aveiro, que está a S. Sebastião da Pedreira, por alguns dias; quem sabia que era grande cabeça podia julgar que tinha a retirada grandes mistérios, e havia gente tam maligna que em tudo presume que os há; os que melhor sondam a razão parece que a tinham na causa que presumiam; e era que, como cada dia se esperava o parto da Rainha, queria o dito Embaixador com as mesmas galas e librés fazer a entrada e festejar o parto, que qualquer mediano juízo buscará traça para se escusar de duplicados gastos sem nota, quanto mais um homem a quem a assistência das côrtes tinha feito mestre de políticas.

Neste tempo foi S. A. caçar a Pancas, onde esteve cinco dias, deixando no palácio por Alcaide ao Duque de Cadaval. O pretexto foi assistir à Princesa como Mordomo seu, mas o intento guardar a el-Rei como emprêsa sua. A consciência errônea nunca se assegura, e o mesmo delito que acusa é o que intimida. Quiseram mostrar ao Castelhana a razão no seguro, e a incapacidade do prêso e sossêgo do povo, na ocasião que o Conde da Tôrre neste retiro tirou a más-

cara à dissimulação, saindo com o labéu de ambicioso, tratando com o Príncipe de ser seu Secretário da Puridade. O que nos cortesãos parece modéstia é hipocrisia; com a mira na maior pêsca, não lhe leva os olhos coisa de menos importância; mostra-os a cautela desinteressados, emquanto o tempo lhes trás à mão o que esperam fingidos; se alcançam ficam superiores à nota, e perdendo vão em opinião à censura, fazendo parecer a muitos que pretendeu zeloso quem sempre se mostrou desinteressado. Conheceu-se o intento do Conde e todos se opuseram à pretensão, experimentando que pode mais com os Príncipes a diligência para o serviço, que todo o favor para a mercê.

Chegaram aos ouvidos do Príncipe as opressões com que os povos gemiam tendo governadores perpétuos; o poder ali fomenta mais a tirania donde seguro no pôsto se vê mais isento de dar razão do que obra; quem teme o poder ofendido, não se atreve a queixar-se lastimado, porque sabe que há-de encontrar a ruína com as diligências de buscar o remédio. O grito do poderoso não deixa ouvir a voz do oprimido; viu-se esta verdade na cidade do Pôrto, tendo o governo dela o Conde de Miranda, avinculando-lho el-Rei D. Felipe à casa de seus ascendentes. ¿Que absoluto seria um governador perpétuo, quando os trienais se presumem régulos, sabendo que hão-de dar residência, e nela razão do que obraram? ¿Não veio o Conde de Óbidos prêsco da Índia por tirano? ¿Jerónimo de Mendonça expulsado do de Pernambuco por insofrível? ¿O filho do Conde de Santa Cruz banido por demasiado? Agora considere-se o abuso dum Reino que os admite perpétuos, quando os não acerta trienais. Advertiu-se em Côrtes; deferiu-se a re-

solução, encontrada pelo Conde de Miranda, que só a êste fim fêz com que a cidade do Pôrto elege-se a seu filho Diogo Lopes de Sousa e a Luiz Pereira Banhes por seus Procuradores. Conhecia-se o inconveniente, desejava-se-lhe o remédio, buscava-se-lhe ocasião; deu-a quem a impedia, oferecendo-se para ir a Madrid por Embaixador; e para assegurar os temores da ausência, nomeou S. A. quem nela poderia governar o pôsto, com a dependência de governar em seu nome, por que continuasse a propriedade na substituição. Propôs três de sua facção: D. Manuel da Cunha, Conde da Ribeira Grande; o Conde da Ericeira, e o Conde de Vila Verde. O primeiro por ausente ficou excluído; o segundo e o terceiro escusados porque não queriam ser nomeados pelo de Miranda, como igual, senão por S. A. como superior. Achou o desejo como queria a ocasião, e saíu nomeado, por Governador do Pôrto, D. Sancho Manuel, Conde de Vila Flor, com cláusula que o nomeava Governador do Pôrto em ausência do Conde de Miranda. Soube da nomeação Luiz de Sousa, irmão do de Miranda, e quis embarcá-la; o de Vila Flor recusou a palavra de governar em ausência do de Miranda; últimamente saíu decretado que S. A. nomeava ao de Vila Flor Governador do Pôrto e da província de Entre-Douro-e-Minho, por três anos, ajustando-se a proposta das Côrtes, e dando princípio a que fôsse trienal o govêrno da cidade. Nela foi festejada a nova dos oprimidos, e sentida dos opressores, que, desenganados de que o violento é o que menos dura, se prepararam para saírem da cidade e foram para a vila de Aveiro antes que chegasse o novo Governador. Quem ofende a muitos no lugar, fora dêle se teme ofendido de todos.

Poucos dias antes de chegar o Embaixador de Castela à Côrte, entrou nela D. António de Ataíde, Conde da Castanheira, que se ficou em Madrid desde o tempo da aclamação, e pelos capítulos das pazes vinha a comer o seu Condado. Com êle veio D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares, para o mesmo fim, e entrou na Côrte o mesmo fim de sua vida, morrendo de doença, e o deram à terra em 6 de Dezembro de 668. Viveu emquanto desterrado, e parece que só para morrer se viu restituído; vinha para sua terra comer o seu, e veio dar seu corpo para o comer a terra, encontrados fins do que os homens imaginam; não sabe cada um dos mortais o que lhe está melhor. Andou em campanha servindo a el-Rei de Castela, tendo a sua Pátria por inimiga, e mostrou-se-lhe inimiga a Pátria dando-lhe sepulcro; não sei se foi piedade, se castigo, considerando que com êle se sepultou o labéu que vivo o havia de acompanhar, fazendo-se ver ingrato à Pátria que lhe deu o berço, o que cobre o sepulcro com o esquecimento.

Por notícias que S. A. teve, ou de Florença, ou de Sabóia, de que o Príncipe de Florença vinha à Côrte de Lisboa a ver o Reino, com pretexto de ver a Princesa, com a qual tem razão de parentesco, se lhe mandou preparar em S. Bento da Saúde um quarto baixo, onde vivia o Bispo confessor. Quiseram os italianos tomar por sua conta o agasalho, porém S. A. o não permitiu, sabendo que o dito Príncipe fôra hospedado em Madrid por ordem da Rainha e tratado como tal. Grande política é a dos Senhores estrangeiros, em tomarem algum pretexto para enviarem seus filhos a ver Reinos estranhos. Não importa nascer Rei, importa sabê-lo

ser. A melhor ciência é a da prática, porque na experiência, como em espelho, se vê claramente a perfeição ou o defeito. Os Príncipes criados nos palácios onde nascem não conhecem a fortuna, porque a adulação não lhes deixa ver seus revezes, e aos peitos da ociosidade se cria a ambição. Os interessados acendem o fogo do desejo de mandar com a esperança de conseguir; nenhum affecto humano é menos sofrido que a ambição: compara-se ao fogo, que, em tendo matéria disposta, arde até consumir. O exemplo temos na nossa Espanha, e raras vezes o vemos nas outras Províncias, porque os sucessores, com o desejo de ver, occupam o cuidado e aprendem o respeito. Êste Príncipe (diziam) esperava o parto da Princesa para dar-nos parabens, causa justa à sua vinda; esperando-o está o dito aposento, preparado com real magnificência.

Neste tempo, que foram 6 de Dezembro, entrou a frota do Brasil, chegando a salvamento todos os navios, com os dois da Índia; sòmente faltou um patacho do Brasil, que, diziam, cativaram os Mouros. Com que o povo se alegrou, desassombrado dos vaticínios que os descontentes tinham publicado em castigo do casamento. O vulgo não faz silogismo, não sabe tirar a conclusão das premissas; avalia certas ou incertas as premissas pelas consequências, e assim os efeitos lhe canonizam ou reprovam as causas. Entrou neste tempo uma embarcação de Mazagão, onde estava o Conde de Santa Cruz governando, cercada ao largo dos Mouros, que, sem desistirem do cerco, cada dia engrossavam o poder; e como valoroso e advertido, mandou para Portugal a Condessa sua mulher, a qual trouxe esta embarcação. Resolução de soldado:

melhor se sabe arriscar quem menos tem que perder, ao último transe se oferece quem de todo o impedimento se desembaraça.

Nestes dias saiu a princesa a correr os templos da Virgem Senhora Nossa, tomando-a por madrinha no parto que sentia vizinho, pedindo o Príncipe a todos os conventos encomendassem a Deus o bom successo d'êle, diligência verdadeiramente de Príncipes católicos e piedosos, com que não só obrigam a Deus, senão que também atraem o amor dos vassallos. Os povos amam a seus Príncipes enquanto os vêem amigos de Deus, porque assim os consideram amigos da justiça. A Religião ensina o justo, e a opinião da boa consciência não deixa de conceber suspeitas de mau governo; tanto amam os Povos a seus Príncipes, quanto entendem que seus Príncipes temem a Deus, porque a conveniência dos vassallos não consiste em que o Príncipe pode, senão em que o Príncipe deve; o que deve o faz arrazoado: o que pode, absoluto.

Meiado de Dezembro, chegou um Enviado de Sabóia a negócios particulares; divulgou-se que trazia a Suas Altezas de como em Roma tinha o Pontífice dispensado com os defeitos do casamento. Não faltou quem publicasse que a nova em tudo era falsa; há homens tam namorados de seus discursos, que pelos fazerem verdadeiros se condenarão a desgraçados. Resultou da vinda d'êste Enviado nomear S. A. o Doutor João de Roxas de Azevedo, Desembargador dos Agravos, e que tinha sido seu Secretário quando Infante, para que com tôda a presteza se preparasse para ir a Roma, fazendo-lhe mercê do lugar de Desembargador do Paço, de que tomou posse.

Na noite dos Reis, 6 de Janeiro de 669, da uma para as duas horas, deu a Princesa a êste

Reino uma infanta, com feliz parto; foi grande a alegria da Córte, e na mesma hora repicou tôda a cidade, e de manhã se fêz na capela acção de graças; prêgou o padre António Vieira, da Companhia, a que assistiu tôda a Córte; houve luminárias três dias, e se prepararam festas para a primavera, mas não tiveram efeito. Em todo o Reino foi a nova festejada com as mesmas demonstrações de alegria; e com razão, pois era princípio de feliz sucessão de nossos Reis, que, se até agora não tínhamos mais que desejos certos e incertas esperanças, já agora sôbre esperanças certas temos seguros os desejos. A vida dos Reinos consiste na sucessão dos Príncipes, e esta se assegura na certeza dos partos, que parece se não podem duvidar, quando as árvores dão fruto a seu tempo. Aos nove meses no-lo deu a nossa Princesa. Logo S. A. mandou convidar el-Rei de França e a Rainha de Inglaterra para compadres.

Em sábadó, 12 do mesmo Janeiro, partiu o Desembargador João de Roxas para Roma, por terra, com ordem para dar conta a sua Santidade da nova Infanta, e levou procuração de todos os nomeados nos Bispados para expedir as letras e alhanar algumas dúvidas que se propuseram em Consistório sôbre a deposição do Rei, juramento do Príncipe, e processo e sentença do matrimónio, para o que se tinha mandado chamar de Roma o Bispo de Targá, como Provisor, que apparecesse naquela Cúria a dar razão de tudo. A escusá-lo, com anos e achaques, se mandou também êste Enviado, sendo os achaques e os anos os que menos escusam os erros. Obra como não deve quem se não lembra de que há-de morrer, e são os anos e os achaques contínuos despertadores da morte; porém é miséria

dos mortais que não medem a jornada pela distância do caminho, senão pelo engano do desejo; quem mais tem vivido, mais imagina que tem para viver. Ezequias, quando mais vizinho estava à morte, lhe parecia que estava no meio da vida: *In medio annorum meorum vadam ad portas inferi.*

Ficou-lhe ao Duque de Cadavel uma filha de sua mulher, filha de D. Francisco de Faro, Conde de Odemira, e com ela os morgados de Francisco Soares, da Cotovia, seu tio. Esta menina podia ter oito anos; esta levou Deus para si, e com sua morte perdeu a casa do Duque um bom golpe de fazenda, buscando os morgados os parentes que chama a instituição dêles. O que muitos querem que seja castigo de Deus, buscando em todos os sucessos a primeira causa, por fomentar o casamento do Príncipe; mas quem sabe que êle nesse particular não foi o mais culpado, também achava razão em não haver de ser o mais punido. O certo é que todos sentiram esta morte, porque o Duque é um príncipe muito afável, e muito bem querido. Se a censura dos homens bastara para formar culpa, ¿quem no mundo ficara inocente?

Em 12 de Fevereiro de 669 fêz o Embaixador de Castela sua entrada. Lançou cinco carroças e uma liteira, coisa que não pasmou; trinta lacaios vestidos de verde; doze pagens da mesma côr, mas a matéria veludo e ouro; seis escudeiros de prêto. Acompanharam-no até quarenta coches dos Senhores de Portugal. O Conde de Óbidos o conduziu. S. A. o recebeu no salão do forte. Deu sua embaixada; e detendo-se quási um quarto de hora, se voltou. Muito povo alegre, e alguns pensativos, que nem a golpes de desenganos perdiam as esperanças de que

ainda haviam de tornar à guerra, porque lhes fazia a paz quem lhes meteu em casa a fome.

Nestes dias chegou o Príncipe de Florença à Corte, onde foi recebido com as demonstrações que se lhe deviam. Não se aposentou no quarto que se tinha composto no mosteiro de S. Bento por ordem de S. A., senão numas casas, que diziam que por sua causa lhe prepararam os Italianos em Mocambo, as quais foram de Fernão Teles. O estado d'este Príncipe era como de quem andava correndo terras; trazia consigo quatro titulares, seus vassallos, e o seu capelão e médico e muita gente ordinária de seu serviço. Representava trinta e dois anos, bem apessoado; era casado e tinha já dois filhos. O enfado de esperar succeder necessita de grandes divertimentos. S. A. lhe mandou um real presente de peças de grande valor, uma faca com o cabo de diamantes, que se avaliou em 11.000 cruzados, duas ricas alcatifas, um docel de brocado da China e outras peças e jóias que se avaliaram ao todo em vinte mil e tantos cruzados. Começaram logo os Fidalgos de Portugal a pôr em questão como S. A. o havia de receber e tratar. Resolveram se procurasse na Secretaria exemplo que ensinasse; mal se achou, assentou-se no Conselho de Estado que o recebesse debaixo do docel, e S. A. saísse quatro passos fora d'ele, tratando-o nas primeiras saudações por Alteza e depois por vós. Assim andou a soberba portuguesa regateando agasalhos a um Príncipe soberano estrangeiro. Cuida o invejoso que tanto põe em si, quanto tira ou deseja tirar aos outros; e há soberbos tam bãrbaramente desvanecidos, que, por subir de seu vale, pretendem abaixar todos os montes, não se desenginando que, a-pesar-de tōda a sua diligência,

fazem os montes sombra aos vales. S. A., que Deus guarde, recebeu o assento que se fez para não fazer caso d'ele, porque ao de Florença saíu a receber ao meio da sala, e sempre tratou por Alteza, como se lhe devia; com que o Príncipe de Florença disse que não eram tais vassallos merecedores de tal Príncipe. Folgou muito de ver a cidade, o pôrto e a Côrte; admirou a multidão de gente, o clima do País, abundância e bondade dos mantimentos; fez algumas acções grandiosas, deu a quem da parte de S. A. lhe levou o presente 400 moedas de ouro, fez muitas esmolas grandes, etc. Teve tenção de se deter mais; porém, por aviso que teve de que na Corunha o esperavam quatro fragatas inglesas para passar a Inglaterra, se partiu da Côrte depois de meiado de Fevereiro, e veio a Santarém, Tomar, Coímbra, Pôrto, Viana, e passou-se à Galiza, sendo recebido em tôdas as partes com alegres demonstrações e regalos que lhe ofereciam as Câmaras, com o que foi muito pago, assim do Reino como dos naturais d'ele; viu com seus olhos os três campos de Elvas, Ameixial e Montes Claros, onde demos as três batalhas campais, vencendo nelas ao Castelhana.

Soube-se como, passando o dito Príncipe por Penela, onde estava desterrado António de Sousa Macedo, que este lhe veio falar e lhe pediu o quisesse levar consigo a Inglaterra. Andou o Príncipe como Príncipe, que o não é quem não sabe favorecer; deu-lhe palavra. Dispôs o Sousa a jornada tam bem, que primeiro se embarcou na Corunha, que o entendesse Portugal. Deixou uma carta escrita para S. A., breve no estilo e descomposta no modo, porque, sem deixar margem no papel nem pôr título na carta, dizia estas palavras:

« Vou-me dêste Reino fugindo à injustiça, e passo a Inglaterra a buscar justiça. António de Sousa Macedo ».

Tem para si os homens que tudo se lhes deve de justiça, ingratos ao favor que os levanta; enganados de sua presunção, querem que seja merecimento o que é dita, e tudo o que lhes tira a razão, avaliam por obra de tirania; motivos que os levam fàcilmente à queixa, e não descobrem que foi incapacidade sua a causa. Nenhum mais limitado que aquêlê cujo juízo não se lhe dá esfera do tempo presente, e de sua própria pessoa. A tôdas as de António Sousa, de sua obrigação, alcançou sua temeridade, porque lhe confiscaram a fazenda, prenderam o filho, e depois de estar alguns dias na casa do segrêdo experimentaram que lhe era mais própria a dos orates, e o soltaram por inocente.

Nos últimos dias de Fevereiro entrou na côrte de Lisboa o Geral dos franciscanos, com grande ostentação, estranhada porque de poucos vista, que há mais de quarenta anos que Portugal não viu outro Geral desta Ordem. Veio presidir aos Capítulos de tôdas as Províncias e prover-se de todo o bom de Portugal; assistiu ao Capítulo dos Observantes e Terceiros; e de Lisboa voltou para Andaluzia; e acabando de assistir a seus Capítulos, deve ir tomar posse do Bispado de Oviedo, em que está provido.

Em 9 de Março fêz sua entrada o Embaixador de França; conduziu-o o Marquês de Marialva; deitou duas carroças ordinárias, uma liteira, vinte lacaios ordinariamente vestidos, os pagens costumados, com o acostumado acompanhamento de coches de particulares. Saíu à uma hora da tarde; S. A. lhe tomou a embaixada na sala dos Tudescos; deu-lhe os parabens da filha

e apresentou-lhe carta del-Rei de França em que se agradecia o tomá-lo S. A. por compadre, e para no acto do Baptismo representar sua pessoa mandava ordem a seu embaixador. Dali desceu S. A. para a capela, acompanhado de tôda a côrte, a assistir ao baptismo, que se fêz com tôda a majestade. Os Marqueses levaram o saleiro, etc.; o Duque de Cadaval a menina. A rainha de Inglaterra não quis aceitar o ser madrinha; padrinho foi o de França. Puseram nome à Princesa de Isabel.

Neste tempo andou a Côrte inquieta com uma quadrilha de gente de cavalo, que de noite a inquietava, pondo pasquins ao Govérno e publicando que Sua Santidade mandava pôr em liberdade a el-Rei. Mandou S. A. reforçar as rondas, mas não atalhou a inquietação, o que não deixou de dar cuidado. O Rei, que fiava as esperanças de sua liberdade na festa do nascimento da Princesa e baptismo, viu sua confiança frustrada e não lhe ficava já para donde apelar. Os que imaginam que com inquietações fazem seu negócio, o perdem, porque aumentam o receio com as demonstrações, dando motivo a discursar o mêdo com maior mêdo; porque quem na prisão acha valedores, na liberdade claro está que lhe não faltará séquito; com que, a diligência e desejo de conseguir aumenta o cuidado de embarçar. Impossível coisa é que deixe de andar descontente quem no govérno se viu preferido ao que, agora, não pode ver, invejado; e, com as esperanças de melhorar de fortuna, pretende revolver o presente estado. Não houvera quem desejasse as voltas do mundo, se não presumisse que de volta se havia de ver subido. O Rei, com sua vida, não só a dava a desejos inquietos, senão também a esperanças ambiciosas; estas não

sei se lhas guardam, impedindo as resoluções que podia buscar o remédio, ou se lhas tiram obrigando a buscar-lhe o remédio na última resolução.

Em maior e mais perigosa tormenta se via a monarquia de Castela, com os desabrimentos entre D. João de Áustria e a Rainha; esta fazendo gosto da porfia de reter o padre confessor; êle, valimento, da teima de se não apartar da Rainha; D. João, crédito, da razão com que não desistia de procurar a vingança e o sossego duma e outra pessoa, dando-lhe tam diferentes intentos como cada qual desejava. Em Dezembro passado, de 668, correu D. João de Áustria o Reino de Aragão, onde experimentou grande affecto a suas coisas em todos, fazendo-lhes entender que por conservar seus foros abominava quem lhos fazia quebrar. É destreza de quem pretende atrair a si os ânimos, revestir-se das côres da sua pretensão. Agregaram-se ao Áustria todos os militares daquele reino, e com estas influências escreveu à Rainha segunda carta, que se servisse deitar de si ao confessor, ao Presidente de Castela e ao Secretário do expediente universal, porque, não o fazendo, iria êle em pessoa expulsá-los, por assim o pedir o bem do reino. Bem penetravam todos que o desígnio era de se introduzir no govêrno, mas dissimulavam o que penetravam, porque por êste meio se lhes representava que alcançariam o que determinavam, ou que navegariam com tôda a fortuna a dois bordos. Resultou desta carta fazer-se a Côrte de Madrid praça de armas, metendo nela perto de 5.000 homens de cavalo de guarnição; o que sabido pelo Áustria, com pretexto de ir em romaria a Nossa Senhora de Monserrate, se foi aos confins da Catalunha avistar com o Príncipe

de Condé; grande abalo fêz em Madrid esta nova. Assentou-se que ao Áustria se lhe fizessem correntes suas rendas, que estavam embargadas. Amotinou-se o povo; buscaram o Confessor para o queimarem, e, não o achando, o fizeram a uma figura sua no meio duma praça. Saíu o Confessor neste tempo com um manifesto, que por tôda a Espanha espalharam os seus, mas tam mal disposto, que mais o condenava que o absolvía, vendo-se nêle o mau ânimo daquele homem no pouco decôro com que falava naquêlê Príncipe, não podendo reprimir a paixão, nem ainda quando queria mostrar a inocência. Começaram-se a fazer por todo o Reino de Castela levas de gente, não se tendo por segura nenhuma, porque tôda a milícia inclinava para a parte donde podia acender a discórdia, para fomentar a duração da guerra, que para muita gente é vida.

Fêz-se Conselho de Estado em Madrid, para aquietar o povo; e convinha expulsar os Ministros, que pretendia D. João de Áustria. Como os votos eram mais da conveniência que da razão, cada qual votava conforme o ditame de sua conservação, e foram tam vários os votos como os intentos. Nada se concluiu. O povo manifestava a justiça, explicando-se com os pasquins a razão; appareceu um, em que falava uma pintura. Era um frasco de vinho, um prato de cal e outro de sal; e vinha a dizer na língua castelhana, sal, cal, viño. Noutra pintura o menino, Rei de Castela, deitado num berço, assistindo seu pai, mãe e Confessor, dizendo as palavras do berço: Mata Pa, Mata Ma—Mata o Padre, Mata a Madre. E outros muitos que declaravam o que diligências empenhadas não encobriam, antes provavam; que o naturalmente unido, sente como a morte o separado.

Vendo D. João de Áustria como a porfia de sustentar o Confessor acreditava em todos a suspeita do delicto, sem aproveitar a exortação com que o decôro houvera de acudir a atalhar o rumor, se deliberou em marchar para Madrid, como o fêz com a cavalaria e infantaria, e fêz alto num lugar cinco léguas de Madrid, alojando sua gente pelos lugares circunvizinhos, deixando consigo 6.000 cavalos de sua guarda; e mandou intimar a Rainha que, se logo deitasse de si os três homens que dizia, se voltaria para seu Priorado, manso e pacífico, quando não que os iria deitar e que tomaria a Deus por testemunha e Juiz dos danos que se seguissem. Foi tanto o mêdo, que logo os três saíram a unha de cavalo, porque o povo amotinado os começava a buscar, e achavam mais fácil o sair da Côrte que o deixar a vida; o que tudo succedeu nos princípios de Março de 669.

O Conde de Miranda, Embaixador de Portugal, que estava em Castela, mal achado naquela Côrte, donde o ódio natural à Nação e o pouco respeito à pessoa lhe ocasionou alguns dissabores, pediu, os tempos atrás, licença a S. A. para voltar para o Reino, e saiu escuso; não se deu por entendido, continuou porfiado, e foi-lhe respondido que, se não queria estar, se voltasse como e quando quisesse; o desabrido e isento da resposta o moderou na confiança, que a tenção com que cada um obra é o que melhor julga.

No meio desta Quaresma, pediu o Conde de S. João licença a S. A. para ir ver as suas terras; deu-se-lhe fàcilmente, e êle com vagares deu a entender que não estava bem com o despacho; imaginou que com a falta de sua pessoa se faria estimar e lhe negariam o retiro. Mas vendo que nisso se não fazia reparo, desenganou-

-se que, em se partir, elle era o que ficava de pior partido.

S. A., sendo este ano Juiz da festa de S. Bento, foi ao seu Mosteiro no seu dia, de tarde, acompanhado de toda a Corte; fez oração, beijou a relíquia, e voltou com grande aplauso do povo, que o via como a restaurador da paz e successão do Reino. E, verdadeiramente, que o natural do Príncipe é bellissimo; permita Deus que não haja quem o perverta.

Divulgou-se por este tempo na Corte que o Sumo Pontífice mandava que se desse liberdade a el-Rei, nova que como sem fundamento caíu logo; e os entendidos e experimentados conheciam que depois do Pontífice tomar conhecimento da causa, sem sentença não havia de inovar nada, e para a dar havia de ouvir primeiro as partes. As interessadas em que el-Rei governasse, não só o faziam sóto mas já aposentado em Ponte do Lima, para o que publicavam se havia mandado preparar em Barcelos o palácio dos Duques de Bragança; tudo mentira, que nem inquietou os ignorantes, nem deu cuidado aos entendidos.

Vieram novas de Madrid como o D. João de Áustria, tanto que soube da expulsão dos três que pedia, se retirou para Guadalaxara, para conseguir um dos dois fins: ou persuadir que sua tenção não passava a pretender mais que o que se havia conseguido, ou experimentar o animo dos Palacianos, se lhe pediam que se fôsse para a Corte e lhe davam alguma mão no governo, impedindo-lhe o retiro; porque de todo o modo ficava para o Mundo bem avaliado: retirando-se sem ser chamado, desenganava que nada mais pretendia que o bem da coroa e que o solicitara na expulsão daqueles Ministros; se

fôra chamado ao governo, que desculpava a ambição em se saber que foi pedido, e que governava não por se introduzir, senão por assim importar. Mas até ao fim de Março não teve mais avisos em público da Côrte; da Rainha teve um Enviado, pelo qual lhe advertia que, se seu intento não tinha outro fim mais que a expulsão dos três Ministros, o tinha conseguido, e que despedisse a gente de guerra que tinha consigo, pois tudo estava em paz. Ao que respondeu que aquella gente era de sua guarda e tôda para servir a S. M. em tudo o que importasse; e diziam que andara bem, porquanto o Confessor deixara industriada a Rainha que lhe pediss eontas dos milhões que se lhe entregaram, assim para as guerras de Portugal, como para as de Flandres, dos quais o Áustria as não podia dar muito boas. Os Senhores da Côrte, emquanto com seu braço queriam derribar os validos que não podiam tolerar, aproveitaram-se dêle como de instrumento; feita a obra, o deixaram, porque o recearam como intruso. Do mesmo sol que se busca no Inverno, porque aquece, foge-se no verão porque abrasa.

Na nossa côrte de Lisboa não andavam neste tempo os ânimos mais sossegados, ainda que não tam descobertos; nenhum se regulava pela razão, todos sim pela inveja; o valimento de alguns trazia queixosos a muitos; e aquella graça, que, ou a simpatia ou o zêlo, negociava nos olhos do Príncipe, era culpa nos da emulação. Nas repúblicas tanto têm os homens de descontentes, como de presumidos; imaginam que tudo se lhes deve e de nada se satisfazem. O Conde de S. João tratava de se retirar da côrte, e o Visconde de Vila Nova de Cerveira também; dissimulavam a causa, deixando-se ver por entre as diligências o motivo, mas como o intento era de dar a co-

nhecer a pretensão e conseguir o favor, como não aproveitou a arte, desistiram da treta. Emquanto as aves temem o espantelho que as engana, trata o hortelão de compor a figura; que, se vê que a não temem, éle mesmo é que desiste do artefacto. Viram estes Senhores que ninguém inquietava sua ausência, e acharam que só a si mesmos danava seu retiro; experimentaram à sua custa que fora das Côrtes mais facilmente se vive para o esquecimento, que para a lembrança, e que não é necessário fabricar a memória sepultura no retiro.

O Conde da Tôrre, cavaleiro de luzidas prendas e por elas bem visto do Príncipe, medindo uma e outra coisa por sua demasiada altiveza, perdido na sua mesma esfera, se não sabia achar senão fora dela; razão porque a soberba não só se ofende dos toques da confiança, senão também dos da inocência. Estava o Conde na Sala dos Tudescos; por descuido lhe tocou um homem de bem e de cabedal num pé (e não sei como, que o altivo não toma pé em nenhum lugar), e sem mais razão puxou pela espada e lhe deu algumas feridas; menos lhe pareceu violar o sagrado dum palácio, que sofrer um descuido dum desatento. Tam mal discorre quem presume; na vingança publicou o agravo, encontrando-se a si mesmo, porque, se como soberbo se persuadia que ninguém lhe podia chegar, como vingativo confessou que ainda o mais desatento o podia ofender. S. A. o mandou prender por um Corregedor da Côte. Escondeu-se; e o tempo, ajudado das modificações, compôs tudo facilmente, sendo melhor intercessão a do ânimo do Príncipe, que neste comenos teve causa para não ir ao fim com todo o rigor. E foi que amanheceram dois homens mortos na praia de S. Paulo,

sem ferida nem pisadura, só na garganta sinais de garrote. Conhecera-se por criados de certos Senhores, e se dizia que foram mortos para não revelarem segredos que se lhes haviam fiado. Ninguém quer ver a testemunha que pode acusar seu delito, e muito menos quando se considera cúmplice no crime; e nada tanto teme a consideração, como o descobrir-se segrêdo que revelou a confiança. Muito alterou a côrte este caso, e eram infinitos os discursos que sôbre o successo se faziam: onde se deve sempre se teme.

Entrou o mês de Maio, e com êle menos receios da pessoa de el-Rei, assim porque se tinham notícias confusas de que o determinava a razão, ajudada da fôrça, tirar da prisão, indícios que se colhiam de o ver com algum alvoroço, como também por haver entrado uma sumaca de Inglaterra com cartas para o mesmo Rei prêso e para S. A. Estas diziam em breves e resolutas razões que se desse liberdade a el-Rei; que se cumprissem as condições das pazes de Castela, no tocante a se restituírem os bens de confiscados e ausentes, pois era passado o têrmo, e ao inglês, como fiador delas, lhe competia fazê-las guardar; que se lhe acabasse de satisfazer o dote; e que se desse complemento à condição das pazes com Inglaterra, no tocante aos navios ingleses que haviam de ir ás Conquistas.

Fizeram-se Conselhos de Estado, e, não sei com que conselho, se respondeu que el-Rei estava retirado por seu gôsto, porque ninguém o tinha prêso; que estava prestes S. A. para dar os bens a quem de direito competissem, vindo em pessoas seus donos a comê-los ao Reino; que o dote estava satisfeito; e que os navios haviam de ir só em ocastão de frotas. E com estas côres mal pintadas satisfizeram as propostas,

como que se os accidentes puderam mudar-lhes a substância. Pediu o Enviado licença para falar a el-Rei, e entregar-lhe a carta do seu, pois estava livre e não prêso; e não se deu, com o que se encontrou o Conselho e a resolução, provando com o facto a mentira do dito; e o Enviado, sem se deter mais, passou a Castela, como o trazia por instrução, a dar a razão que achava, no tocante às queixas que aquêlê Reino por causa do Inglês fazia. Daqui resultou o murmurar-se que Castela mandava retirar o Embaixador da nossa Côrte, e despedia o nosso da sua; consideração que fazia o desejo de tornar à guerra quem morre de fome na paz. Nenhum tempo toma a sem-razão para responder, porque não busca razão para se justificar; não assim o desejo de não faltar, porque gasta tempo em descobrir os meios para satisfazer. Confiamos na fraqueza do contrário e não vemos a própria; e mal se arrima quem faz fôrça sôbre o bordão que quebra; e busca sepulcro nas ruínas, quem nas alheias põe tôda a confiança de próprias medras.

Fogoso andava o vulgo com estas notícias, asoprando-lhe as brasas os descontentes; o povo, como em tôdas as ocasiões é o que paga e o que mais teme, para o despenhar furioso é diligencia eficaz pintar-lhe tais fantasmas que o deixem espantado. Semearam-se pela Côrte e Reino várias novas. A primeira, que o Pontífice mandara despejar de Roma a João Roxas sem o querer ouvir; que o tinham inquieto novas heresias que se haviam levantado em Itália; que queria extinguir algumas Religiões, cuja regra não era das quatro principais; que o Turco tinha tomado a Ilha de Cândia. Tudo incentivos para desgostar e desunir; mas como as tomou o vento da mentira, logo se viu apagado o fogo que acende.

O mesmo ar que acende as brasas, apaga as candeias; com a imoderação se malogram os intentos; fecham-se à tempestade as janelas que se abrem à viração. Muito sossegou o povo a chegada dum Enviado de Inglaterra, que veio a dar os parabens a Suas Altezas, do parto, da parte daqueles Reis; que a demora ocasionava muitos e vários discursos, em tôda a diferença de ânimos e juízos.

Divulgou-se pela Côrte que S. A. fizera seu Secretário de Puridade ao Conde da Tôrre, lugar que tinha tido o Conde de Castelo Melhor; mas não tinha aquêle, na vontade do Príncipe, o lugar que êste teve na do Rei. Afirmou-se que tudo fôra negociado na vontade do Padre Confessor e do Padre António Vieira, despertando contra si tantos inimigos, quantos eram os pretendentes do offício, que, ofendidos da diligência, converteram a esperança em impaciência, e com ela descompuserem o Padre Vieira na opinião da Côrte, publicando que o Tribunal do Santo Offício o mandara recolher a cumprir a penitência que se lhe deu no Acto da Fé em que saíu na Cidade de Coímbra, e que o tinha privado de subir ao púlpito; o que tudo se desmentiu com a boa diligência que nisso pôs a Companhia, mas não deixou de atrasar aos ditos dois Padres no valimento; e se de todo se retiram do Palácio, mais bem vistos ficaram, no Mosteiro, que fora do seu lugar nada parece bem, e muito menos gente que entre todos só com parecer bem se faz largar.

Meiava-se o mês de Maio, e dava-se grande pressa ao Conde do Prado a que embarcasse para ir fazer a sua embaixada, aprestando-se as fragatas, e uma nau que fretaram alguns Senhores castelhanos, aos quais a Rainha de Castela

ocupou em lugares do Reino de Nápoles e no Ducado de Milão, pelos tirar da Côrte, e a D. João de Áustria a ocasião de os poder descompor, ofendido de lhe encontrarem clara e descobertamente seus desígnios. O respeito aos Príncipes conserva-se com a reputação; o temerário faz-se insolente se presume que o temem. Com os cargos honrou a Rainha de Castela a estes Senhores, e mostrou que não sabia temer, quem apartava do seu lado os confidentes para os honrar.

A maior sagacidade de quem governa consiste em vencer com a indústria o que não pode com a fôrça; airoosamente sai dum apêto quem sabe fazer gala do infortúnio. Sucedeu que estando no páteo das Comédias um filho do Conde do Prado, e D. Miguel, irmão do Marquês de Fontes, sentados debaixo dum camarote, estavam algumas senhoras, e da mão duma caíu uma rosa, ou acaso, ou de indústria. Sôbre qual dos dois a havia de levantar, querendo um e outro exceder na estimação da dita e no merecimento do favor, se descompuseram e se castigaram, ficando ambos feridos, e o pior tratado o filho do Prado; e foi ocasião para que o pai afrouxasse na partida, achando razão na paternal piedade para faltar com a dilação às apertadas ordens do Príncipe. Melhorou o filho, ausentou-se D. Miguel; e assim como cessou a causa, cessou a escusa, e embarcou o do Prado para fazer a sua viagem a Roma; dando-lhe maior pressa cartas que escreveu de Génova o Roxas neste tempo; e nelas dizia que dentro de pouco mais de doze dias estaria em Roma, donde esperava ser bem recebido, pelas inteligências que tinha, e pelas mesmas levava certezas de ser bem e brevemente despachado.

Em êste estado estavam as coisas, pôsto ao do Prado dia para partir em segunda-feira, 27 de Maio, quando, em noite de 24 do mesmo dêste ano de 669, pelas nove horas da noite, saíu à luz a mais notável resolução que podia conceber humano juízo; formou-a o mêdo, o segrêdo a dispôs, e a impiedade a executou. Já disse nesta relação o como no tocante à pessoa de S. M., depois de posta em prisão, era tam difficil o tirá-la dela, como foi fácil o tirar-lhe a liberdade; não havia meio que propusesse o cuidado, que não desfizesse o receio.

Agora, no dia e hora sobredita, se executou o que a tempos devia ter fulminado o desejo e conselho; e foi que se mandasse para a Ilha Terceira, onde o seguro daquela fortaleza livrava de todos os intentos estranhos; e, o tê-lo fora da Côrte, da inquietação dos naturais, sendo a ausência sepulcro comum da lembrança. Ao tempo dito, se ordenou ao Padre Confessor Manuel Fernandes (e havia de ser Padre da Companhia o executor desta resolução, ou porque professam dissimulação ou porque os fêz nossa desgraça fatal ruína de nossos Príncipes). Entrou êste no aposento del-Rei, e, com voz branda, semblante alegre e razões estudadas, lhe disse que já era chegado o tempo à liberdade de S. M., que S. A. lhe mandava perguntar se queria ir para Almeirim, onde estaria à sua vontade, e aliviaria a moléstia com o entretenimento da caça. Fácil é de persuadir o que se deseja. Alegrou-se el-Rei, e perguntou o quando; respondeu-lhe que havia de ser quando S. M. levasse em gósto; tornou el-Rei: «Pois seja logo». «Seja logo, — disse o Padre Confessor — e prepare-se V. M.». «Eu não tenho que preparar, se não é alguma roupa e vestidos». E passando das pa-

lavras às obras, o Padre confessor com dois criados do serviço del-Rei lhe concertaram o que elle ordenou, em dois cofres ou baús, cingindo elle a sua espada, que o Padre lhe queria estorvar (temeria o instrumento do castigo porque se conhecia culpado). Disse el-Rei ao reverendo Padre Confessor: «Como me não avisaste mais cedo, para não sair mos tam tarde»? Respondeu: «Senhor, porque esta é a melhor hora, que está este povo bárbaro recolhido, e tem tal ódio a V. M., que, se entender que sai daqui, cometerá algum insulto contra sua vida e pessoa». A mentira vestida de zelo tem muita semelhança com a verdade, porém quando o zelo é falso nada difere da aleivosia. Bem sei que haverá razões para a desculpa, mas nenhuma para escusar a hipocrisia.

Saíu el-Rei com aquella pouca companhia, trazendo-a tôda no Padre Confessor que lhe affirmava que tudo fora estava preparado; e na sua ante-câmara entrou um Titular (de propósito callarei o nome de todos os que cooperaram nesta facção, por que pela minha relação o não percam, porque se a obediência os justifica em sua opinião, há casos em que o desobedecer é virtude, e neste o veremos; e Cristo aconselha o retiro àquele que para padecer pela fé lhe faltar ânimo. Viu el-Rei a este Titular, e conhecendo-o lhe disse: «¿Conheceis-me a mim por vosso Rei»? Nada lhe respondeu. Repetiu el-Rei a pergunta, e continuou o respeito em lhe não dar resposta, se bem com a submissão do gesto confessava o que não dizia. Ao que el-Rei lhe disse: «Bem vos entendo, mas lembro-vos que assististes ao acto em que todos me juraram por Rei destes Reinos». A tudo isto dizem que estava presente o Príncipe, em parte donde via e ouvia,

sem ser visto, acompanhado de alguns Senhores que a adulação vestia das côres do agrado. Andando mais outro salão, e vendo que ninguém ali assistia, disse S. M. ao Padre Confessor que se queria despedir de S. A. Escusou-se-lhe a piedosa diligência em lhe dizerem que S. A. estava já recolhido. Entrou nos claustros da Capela e viu S. M. muita gente armada, e com alguma turbacão disse para o Padre confessor: «¿Que é isto, querem-me matar?» — «Não, Senhor; — lhe respondeu — antes esta gente é para acompanhar e assegurar a pessoa de V. M.» . E logo todos o foram acompanhando, chegando-se à sua pessoa aquêles que o haviam de levar à parte destinada.

Chegou abaixo, e na Capela se meteram numa carroça, para êste fim disposta; e marchando a todo o correr, guiaram para a fortaleza de S. Gião. E vendo que era muito diferente a jornada, perguntou: «¿A onde me levam? Êste caminho vai para Belém, e não para Almeirim!»! «Senhor — lhe disseram — se V. M. não vai para Almeirim, irá para a Ilha Terceira, onde estará com liberdade, e seguro de sua vida e pessoa, por o ter assim pedido a S. A. o Rei de Inglaterra e a Rainha, irmã de V. M.»; o que el-Rei ouviu com ânimo tam generoso, que só respondeu: «já que assim o querem, assim seja; seja Deus louvado!» . Chegou à fortaleza de S. Gião; e metido nela, entregue ao Cabo dela o deixaram e voltaram a Lisboa. Amanheceu o dia 25 de Maio, e sabendo el-Rei que se havia de embarcar nas fragatas que estavam na enseada de Paços de Arcos, pediu que se queria confessar; entrou numa falua, e de caminho foi ao Mosteiro de S. José, dos Arrábidos, onde os Religiosos o receberam com lágrimas e compaixão, e

êle se animava, e os persuadia a se ajustarem com a vontade de Deus. Ali achou confessor muito diferente, porque era muito diferente a Companhia; comungou, e embarcou na falua, que o levou à nau, onde o Conde do Prado desceu a recebê-lo, e a entregar-se de sua pessoa real. Beijou-lhe a mão e ofereceu-lhe o braço para o ajudar a subir, o que o Rei com a majestade estranhou, dizendo-lhe: «Andai, que os Reis não necessitam de ânimo, e quem tem o de Deus nada lhe falta». Quis o Prado persuadir-lhe que se desembaraçasse da espada; não o consentiu el-Rei, e com ligeireza subiu à nau, que aquêle grilhão, que com a liberdade coartou as demasias, lhe aumentou a saúde, tanto que parecia que em a falta da fortuna se desmentiam as da natureza.

A repreender a dureza e impiedade humana, parece que se apostaram os elementos, pois, apenas se embarcou, quando o mar embravecido e os ventos furiosos bramiram como sentidos, formando tal tempestade, que causava horror aos homens. Na fragata se ateou o fogo colérico, parece que contra a deshumanidade; que sabe o insensível repreender o racional em casos que estranha a mesma natureza. À tempestade não mudou el-Rei de rosto, e ao fogo se alterou, e puxando pela espada o fez apagar com diligência, dizendo: «Ah! traidores, ¿quereis-me abraçar? Não sabeis que é Deus o que me guarda a vida, e que êle sabe os porquês? Conde, (Conde disse para o do Prado) a vida dos Reis está na mão de Deus, e não no poder dos homens; e contra o que êle dispõe, importa pouco o que os homens ordenam».

Estava nomeado por Cabo das fragatas Francisco de Brito Freire (fidalgo até aqui bem

conhecido por suas obras, e daqui por diante muito mais por exemplo do valor, e da fidelidade), e, tanto que el-Rei foi entregue em S. Gião, mandou-se chamar ao Palácio, e deram-lhe uma ordem do que havia de fazer; leu e achou que lhe davam o govêrno da Ilha Terceira, perpétuo, e o título de Visconde, ordenando-lhe S. A. que nela havia de ficar com el-Rei, e o havia de ter prêso na fortaleza, com outras circunstâncias que até agora não descobriu o segredo, ainda que as deu a entender o excesso; porém eram tais, que, vendo nelas Francisco de Brito perigar sua fidalgaria e honra, desenganoado do que vem a ser tudo dêste mundo, sem dizer palavra, se foi direito ao Mosteiro dos Padres da Companhia, da Cotovia, com resolução de se amparar do Padre Confessor contra os golpes do castigo, que lhe havia de fulminar a desobediência, e pedir o hábito, mais acomodado à defesa que ao desengano. É Francisco de Brito rico e solteiro; fàcilmente o recolheu a conveniência, sem reparar no mal ou bem que o poderia tomar o Príncipe, a quem satisfariam com o entregar sem repugnância, e alegariam o serviço de que com o recebimento asseguravam a entrega. Foram logo dar-lhe conta, que nunca erram as da comodidade. Mandaram-se-lhe ao Brito sujeitos que o pudessem reduzir de seu propósito; nenhum o chegou a torcer de sua resolução, o que visto lhe despiram os Padres a roupeta e o entregaram aos Ministros da justiça, que por ordem do Príncipe o levaram à tôrre de Belém, e o meteram no mais áspero aposento dela, como ao maior criminoso, ouvindo-se-lhe repetir muitos vezes que quem temia a Deus não sabia ter mêdo aos homens. Chega-se à razão quem traz os olhos na dependência, e não

na observância, porque a ambição de medrar oferece aquella luz nas trevas, que ensina a discurrer. A vontade dos Príncipes é a lei dos Grandes, quando aspiram a ser maiores; e vendo-o inclinado a qualquer excesso, o fazem cair com o arrimo, quando deviam sustentá-lo com o conselho. O edificio inclinado sustenta-se com a opposição, e não com o favor. Quando a vontade dos homens se opõe à lei natural e à divina, deve a observância duma e outra coisa opor-se àquella vontade, por que se não despenhe com o péso do excesso. Soube entendê-lo assim Francisco de Brito, e soube executá-lo como entendido; e se teve a desgraça de ficar oprimido da ruína, por si terá sempre o aplauso de ser singular entre todos, em se sacrificar pelo remédio, corando-o aquella glória que fêz assunto da fama a muitos heróis, que por não faltarem à lei da razão se expuseram aos golpes da ira. Conseguíu-se o desterro del-Rei, viu-se desassombrado o poder, e não lhe negou a estimação e mandou-o ir tirar da prisão dentro de um mês. A virtude, ao mesmo que repreende, agrada; porque, se o vício a aborrece, a razão a estima.

Buscar-se novo Cabo para a Armada e novo Alcaide para a fortaleza, e continuar o tempo contrário à viagem, deteve a el-Rei, no mar, até aos 29 de Maio. O povo, ao qual com a luz da manhã de 25 amanheceu a notícia do desterro de el-Rei, que logo se divulgou por tôda a Côte, instigado do amor e do zêlo, compungia-se e alvo-roçava-se, e detinha-se embaraçado na consideração de que el-Rei e o Infante eram seus Príncipes naturais, e que a um se não podia favorecer mais que ao outro; e mitigado o furor, se entregou todo à diligência dos Vinte e Quatro, com seu Juiz do Povo, que de sua parte nestes dias pedi-

ram por vezes a S. A. não desterrasse a el-Rei para fora do Reino, expondo-o ao perigo dos mares e dos piratas, o que poderia ser ocasião de grandes quebras, assim da reputação, como da fazenda. Em todos saíu a petição sem despacho, e na última com áspera repulsa. Nomeou-se Cabo e Governador da Ilha Terceira a Luiz Vélho, e por Alcaide da Fortaleza a Manuel Nunes Leitão, Sargento-mor de batalha, que foi, da província do Minho; e melhorando o tempo, uma quinta-feira de manhã, 30 de Maio, levou ferro a Armada e saíu pela barra fora, acompanhando a el-Rei o affecto de muitos, a lástima de todos, e o desengano de alguns, de que nenhum tempo, nenhum pôsto e nenhum lugar está seguro das inconstâncias da fortuna, mas com aquêlê desatino dos mortais, que as não teme na própria, senão sempre na cabeça alheia.

Chegou nesta ocasião uma sumaca de Inglaterra, com carta do Inglês para S. A., em que lhe pedia que perdoasse a António de Sousa de Macedo, que se fôra valer do seu amparo, perseguido dos émulos que tinha no Reino, e que o restituísse a seu lugar; e quando não, que o occuparia em seu serviço. Desta carta resultou suspender-se a execução que se fazia nos bens do Macedo, confiscados por sentença, e dizer-se que S. A. lhe perdoava e o admitia no Reino. Erram os homens o conceito, quando o forma a paixão, porque como interessados sempre o fazem favorável. Imaginou António de Macedo que aquêlê Príncipe não só o favorecesse, senão também que o vingasse: há gente que faz do favor obrigação, e da razão comum a dívida própria. Aquêlê agrado, que achou António de Sousa naqueles Príncipes, por Ministro dos de Portugal, avaliou por dívida a seus próprios merecimentos;

e fiado em tam mau discurso, se atreveu a ofender a quem havia de pedir, como se entre Príncipes valera mais o affecto que a razão do Estado. Pairar à tempestade é o remédio que se acha na tormenta; o discreto sabe-se medir com a fortuna; quem a desconhece nem de si próprio sabe; não era este Fidalgo bom para namorado, porque sempre havia de andar perdido. À vista deste Enviado, se mandaram aprestar caravelas, para levarem a el-Rei carroças, recâmara e criados (deixando êle por recado seu muito encomendado ao Príncipe pusesse os olhos nos que o haviam servido); parou a diligência, porque só à demonstração se estendia o intento. Chorou César depois que viu apartada dos hombros a cabeça de Pompeio, desmentindo o gosto da vingança com a demonstração da piedade; mas se enganou nos olhos, não desenganou nos discursos.

Muitos e vários se fizeram na Côrte de Lisboa, saíndo diversas novas dêles, e nenhuma da verdade; os que queriam condenar a resolução, por tam inconsiderada que expunha o Rei a risco de ser prêsa de alguns corsários, publicaram que pelejara a nossa armada com uma esquadra de Turcos, com circunstâncias que condenavam a imprudência do conselho com a iminência do perigo. Outros, que desejavam que da privação da Pátria nascesse a el-Rei a restauração da Coroa, espalharam que, em saíndo de Cascais, se levantaram os soldados e marinheiros a favor del-Rei, e prêsos os cabos, e degolados alguns, navegaram para a Inglaterra. E suposto que o tempo, por haver poucos dias que el-Rei saíra do pôrto, não dava lugar a que o pudesse ter tomado na Ilha, afirmavam muitos que nela fôra el-Rei aclamado e obedecido, os cabos sentenciados, o povo levantado, e outras quimeras que

nem para sonhadas se faziam críveis; e sendo tudo encontrado à experiência e à verdade, atemorizou muito a Córte este rumor, naquelas considerações onde a consciência acusava o procedimento; e tanto mais crescia com elas a inquietação dos ânimos, quanto mais se dilatava o desengano dos avisos, e tardou este tanto, que verificava os sucessos com se computarem os tempos, achando-se que, saíndo de Cascais em 30 de Maio, nem tinha vindo aviso, nem voltado a armada até aos 15 de Julho, tempo não só para a navegação da Ilha bastante, mas ainda para a do Brasil; sendo certo que tomaram pôrto na Ilha em 21 de Junho, como depois se soube.

Em o princípio de Junho entrou uma nau da Itália, com cartas que escreveu de Roma João de Roxas, dando conta a S. A. de como fôra bem recebido e aposentado, e que na porta de seu palácio mandara o Pontifice pôr as armas de Portugal, com notável alegria do povo Romano, que por tradição sabia haver noventa anos que naquela Cúria se não haviam visto as quinas de Portugal livres das armas de Castela. Para o vulgo o dia duma novidade é o de seu maior entretenimento; e para o de Roma mais, aplaudida aquela em que se lhe representa utilidade nova, e julga se-lo a diminuição da Castelhana Potência. Mais dizia que tivera audiências de Sua Santidade, e que no primeiro consistório, que seria a 3 de Junho, esperava a confirmação dos Bispos.

Com o destêrro del-Rei, mudando-se a prática com a novidade (e com esta mais, porque a esperança de tantos tempos a fazia mais saborosa), succedeu que aquêle deleite que se acha no gôsto é o que mais fácilmente faz esquecer

a pena; e é próprio do coração humano, assim a propensão ao que recreia, como o aborrecimento ao que lastima.

D. Tomaz de Noronha, Conde dos Arcos, que estava enfêrmo, certificado do destêrro del-Rei, e do modo com que foi, chamou o confessor, e, tomados os Sacramentos, se despediu de seus filhos; e lendo-lhes uma lição dos desenganos do Mundo, deu a alma a Deus. Pode tanto nos Portuguezes o amor que têm a seus Príncipes, que vence todos os escândalos a que dão motivo, e não só sabem dar a vida em seu serviço e defesa, senão que lha sabem sacrificar; e viu-o o Mundo quando em África chorou a perda del-Rei D. Sebastião.

Nesta ocasião saú em Lisboa D. Teodósio de Bragança com um decreto da Rainha D. Luísa, que Deus tem, pelo qual lhe fêz mercê do lugar de Capelão-mor, para o tempo em que tivesse idade para o exercitar e para tomar ordens sacras. Determinava êste Fidalgo, em ordem à sucessão da casa (vendo que o Duque de Cadaval, seu irmão, não tinha mais que uma filha, sem esperanças de que a Duquesa continuasse os partos por se ver tísica), casar com a sobrinha, ficando por êste meio, como herdeira de sua mãe, tôda sua renda na casa; e dissimulava com a pretensão da mercê que lhe havia feito a Rainha. Morreu a Duquesa, e avivou-se mais esta pretensão, esperando só idade na menina para se efectuar o matrimónio. Foi Deus servido levá-la, e a morte destruiu quanto a conveniência edificou; e faltando-lhe a D. Teodósio o motivo da dissimulação, se publicou parte a Luiz de Sousa, irmão do Conde de Miranda, ao qual S. A. havia dado a capelania-mor dêste Reino. Apresentou o decreto, alegou a idade, propôs a

justiça, e, com as vantagens da qualidade da pessoa, subiu a grande contingência o pleito. Temeu-o Luiz de Sousa, e tratou de composição, que D. Teodósio não admitiu.

Ordenou S. A. que se mandasse vir o Conde de Castel Melhor para o Reino, consignando-lhe o Pombal para sua assistência. Diziam que fôra negociado do mesmo Conde, que se fôra valer e amparar dos Príncipes de Sabóia. Mas o melhor negócio foi elle mesmo, porque o motivo que o desterrou foi o que o admitiu, que, suposto que a indústria se valeu doutras razões, o tempo descobriu que a que então se disfarçou se manifestava agora; que não era outro mais que apartá-lo do lado del-Rei, o que se conseguiu andando fora do Reino quando el-Rei estava nêle, e trazê-lo para elle quando el-Rei estava fora do Reino; sendo uma, a mesma razão que o chamava agora e a que o perseguiu então, e a mais certa pagar por êste modo o que pecou por muitos. É Deus muito zeloso de sua justiça, e, suposto que como misericordioso dissimula com pecados particulares, não deixa sem castigo culpas comuns, por que veja o mundo com castigo aquêle ao qual murmurou com escândalo.

Deliberou-se S. A. em seguir no govêrno as máximas del-Rei D. João seu pai, sem se sujeitar a Secretário de Puridade; e assim, escolhendo sujeito para Secretário de Estado, lhe pareceu capaz Nuno da Cunha, Cónego doutoral da Sé de Lisboa. Chamou-o; escusou-se desculpando-se com a insuficiência. Pareceu-lhe ao Príncipe modéstia e instou, com o que reconheceu que era resolução de homem digno de maiores empregos; não continuou no rogo por lhe parecer que seria importuno. Trataram de o persuadir os parentes e amigos, levados de seus

interesses ; a tôda a diligência se negou, entendendo o fim, e tomando-o por causa para aceitar o pôsto, porque não podia acabar consigo faltar a seu Príncipe por assistir aos seus, e que antes os queria por amigos sem lugar, que ocupar o lugar para os ganhar por inimigos. Muito homem de conta é aquêle que assim faz em sua resolução, e dêstes sujeitos se haviam de ocupar os postos; porém os Príncipes querem nos lugares quem viva obrigado, e não quem obre independente.

No princípio de Junho saíu um livro intitulado *Catástrofe*, nome grego que quer dizer destruição; e se todo o livro fôra nesta língua menos destruição fôra para o Reino e crédito da Nação Portuguesa. Tal é o argumento, que não sai dos termos da sátira, e tam corrido o autor, que mudou de língua no estilo Tôda a matéria é publicar no teatro do Mundo aquelas faltas e defeitos del-Rei, que sabiam poucos do Reino; e a ruína com que a demasia de el-Rei ofendeu a poucos, estampada na relação, desautoriza a todos; nêle se accusam os delitos da natureza como se foram crimes de malícia, carregando sôbre uns sós hombros o que foi encargo de muitos. O ódio em nada acha desculpa quando se aposta em acumular delitos; os dos Príncipes, se os não dissimula o respeito, deve repeti-los a igualdade, porque ordinariamente são mais dos lados que do centro. Escrevem os homens para se fazerem famosos, e fêz-se afamado o que abrasou o templo de Diana, não lhe ficando mais nome que o de autor do incêndio: do mesmo modo o autor dêste livro, fiando o nome ao que abrasou a pena. Muitos têm para si que foi a disposição dum Religioso, condenado já pela temeridade de escrever; outros,

que fôsse um Eclesiástico secular, avaliado por modesto no exterior; o certo é que conheceu, qualquer que fôsse o autor, que o condenava a obra, pois saindo à luz se escondeu seu nome ao autor.

Depois de publicada, fêz S. A. seu Secretário de Estado a Fernando Correia Lacerda, que, de cavaleiro casado e viúvo, se fêz Eclesiástico; foi mestre de S. A., benemérito na opinião de todos; de maiores lugares, e dos de maior confiança o fêz capaz a experiência. Deu-se o Conde da Torre por ofendido da nomeação deste homem, porque, com êle em Secretário de Estado, ficava o dito Conde Escrivão da Puridade de título.

Desde este tempo começou a declinar o valimento do Padre Confessor e do P.^o António Vieira, ainda que menos. Tam impróprio é aos seculares o meterem-se no govêrno dos Religiosos, como aos Religiosos no dos seculares: não sei como diz que foge do Mundo quem se disfarça para ter mais entrada nêle. O estado do Religioso é fugir do Mundo com estudo, e não estudar como se poderá introduzir nas razões do Estado. Com galante censura o insinua o Marquês de Cascais, sempre discreto e sempre satírico. Desterrado da Côrte, com pouco pesar do destêrro veio para uma terra sua, quatro léguas de Coímbra, onde com um barrete de Padre da Companhia e uma cana na mão, bem provido de nóminas e verónicas, andava fazendo doutrina pelos lugares aos meninos; e motejado de que tomava o exercício aos Padres de Companhia, respondeu que, quando os Padres da Companhia se metiam a ser Conselheiros de Estado, não ficava aos do Conselho de Estado outro despique senão tomar o ofício e obriga-

ção de ensinar meninos aos Padres da Companhia, melhorada a sorte, tanto quanto se melhora quem deixa o mundo para servir a Deus, que quem deixar de servir a Deus para se meter a servir o Mundo.

Propôs-se em Conselho de Estado que se desse o lugar de Inquisidor Geral destes Reinos ao Arcebispo de Lans, tio da Princesa, que a acompanhou quando veio de França para este Reino.

Achou a proposta inclinado o Conselho, porque nunca nota a razão senão donde está independente a liberdade, e bastava ser o consultado tanto da obrigação dos Príncipes para levar em seu favor os votos da consulta. Contudo, Diogo de Sousa, nomeado Arcebispo de Évora, com zelo e liberdade portuguesa, fez uma oração em defesa do agravo que se fazia a tantos e tam beneméritos barretes como há em Portugal, ponderando a pureza da Religião, a superioridade do lugar nas matérias da fé, nunca fiado a sujeitos estrangeiros, notados de infestos, e o escândalo de Castela, vendo-o ocupado por um Alemão; tôdas razões concludentes para excluir o sujeito, mas nenhuma vale quando se empenha o poder. Saíu o Arcebispo de Lans, não só preferido, mas tam avantajado, que lhe avincularam ao lugar 80.000 cruzados de renda em cada ano, porfiando entre si os votos em mostrarem, no excesso, que todos pretendiam avantajarse no agrado do Príncipe, achaque de que nunca convalesceu o Mundo e de que enfermam todos os tribunais dêle.

Com grande instância procurou o Embaixador de Portugal, que estava em Madrid, licença de S. A. para voltar para o Reino; a principal causa, por pouca saúde, convalescido duma grave

doença que o tratou muito mal, e a muita carestia daquela Côrte, onde valia um arrátel de vaca 90 réis, de carneiro 130, um alqueire de cevada 400, tudo preços excessivos que obrigavam a demasiados gastos, e as alterações que ocasionava o D. João de Áustria, com as quais obrava a liberdade, perdido o respeito com a demasiada licença. As embaixadas não só querem grande talento, senão também grande coração; aquêlê para a disposição dos negócios, êste para a variedade dos tempos. O valor tem uma cara no favorável, e outra no adverso; tôda a fortuna se vence com o valor — um grande ânimo não se rende à miséria —, e não pode fazer com satisfação o officio de Embaixador quem leva o sentido em poupar, senão quem não repara em dispendêr, porque são muito diferentes os meios que conduzem aos fins de adquirir fazenda e de agenciáръ crédito.

Em 14 de Junho de 669 tomou pôrto em Cascais o Conde do Prado com as fragatas de sua conserva, onde achou ordem para não sair da nau, e para não subir para cima, nem para licenciar a desembarcação a pessoa alguma. Divulgou-se sua vinda e sua retenção, e deu-se o desejo a discorrer, não pelas certezas, senão pelas inferências, assentando cada qual consigo mesmo o que desejava, e não o que era. Correu logo pela Côrte que vinham fugidos da Ilha, que trincaram as amarras para facilitar o escape, que se impedia a comunicação por se não saber o successo, tudo fábricas da imaginação, que como sem fundamento as voou o ar da verdade com pouca mina. Fundaram-se as ordens que achou o Conde em que conservasse a gente do mar e de guerra para fazer viagem a Roma, e pela facilitar lhe proibiram subir para cima; e como se

não divulgou, se ocasionaram aquêles discursos. Com o estado das coisas se hão de consultar as ordens; as circunstâncias que hoje aprova uma determinação, amanhã as censura. Variam-se os ingredientes do medicamento assim como se variam os accidentes do achaque; quando são complicadas as doenças, cura-se a de maior perigo, porque, convescido desta o enférmo, fica fácil curar as de menor cuidado.

Achaques padece o corpo duma República, como o dum composto humano; num e outro, são vários os humores, e se alteram com o excesso; e deve ser como um médico esperto, um superior vigilante. Curava-se a alteração dos ânimos com se dizer a razão por que se ordenava que não subissem os navios.

Com as fragatas sobreditas entrou uma nau de Itália, com cartas de João de Roxas, nas quais avisava a S. A. como o Papa fizera consistório só a respeito de dar Bispos a Portugal, e nêle confirmara no Arcebispado de Braga e Lisboa os dois nomeados por S. A., e juntamente os bispos nomeados da Guarda e Leiria, e, dos ultramarinos, o da Baía e Funchal; e que no segundo consistório que fizesse viriam confirmados todos os do Reino e das Conquistas, porquanto as dúvidas dos que haviam de ser nomeados por deprecação e confirmação estavam alhanadas e correntes. E para que esta matéria fique mais clara, se há de saber que os bispos das Conquistas são dados por confirmação; apresentam os Reis e confirmam os Pontífices. Os daqueles Bispados que de novo criavam os Reis de Portugal no Reino, como Elvas, Miranda, Portalegre, Leiria, nomeiam os Reis e concede sua Santidade *ad instantiam Regis*; os mais nomeiam, e pedem os Reis aos Pontífices que

confirmem os nomeados *motu proprio*. Êste foi sempre o estilo que observou a Igreja Católica no modo de dar Bispos a êstes Reinos. E tôda a dúvida que houve no tempo das guerras encontrava nos Pontífices darem os Bispos de *motu proprio* absolutamente, sem nos Breves se nomear Rei de Portugal; e em os Reis de Portugal os não quererem aceitar sem serem, como Reis legítimos, nomeados nas bulas. Com as pazes ficou corrente a legitimidade dos Príncipes Portugueses, e foi fácil o ficá-lo também a concessão dos Bispos.

Deixámos a D. João de Áustria acautelado e introduzido, guiado da ambição e do receio, sem querer apartar de si a gente militar que o acompanhava; com esta assegurava sua pessoa e seu partido. Não faltavam na Côrte de Madrid ânímos descontentes que o chamavam, com o desejo de que, ou o mêdo dos do govérno os agregasse a si, ou a mudança dêle os melhorasse de fortuna; mas refreava-se o atrevimento com a prevenção, porque se convocaram tropas e esquadões, com que o partido da Rainha se fazia temer de todos. A gente do Áustria, com a demasiada licença, se dava a roubos, saqueando alguns lugares vizinhos de Toledo, cidade que dispunha a defesa com o cuidado de temer sôbre si o raio. Ameaçava a Monarquia a última ruína com o maior remédio, porque quanto maiores eram os aprestos, maiores se temiam os destroços, vendo-a a rompimento. Não faltavam zelosos do bem público e comum que entre êle e a Rainha de Castela se quisessem interpor, medianeiros da paz, reduzindo-os a algum honesto concérto.

Foi um dêstes o Arcebispo de Toledo, e trabalhou tanto, que, se não sossegou os ânímos, sus-

pendeu as iras e ficaram os Juízos mais livres para os discursos, considerando cada uma das partes que fiar o negócio ao transe duma batalha era deixá-lo todo nas mãos da fortuna, cujos são os sucessos da guerra; e o que não pôde compor a razão curou o receio duma e outra parte, e foram pondo as coisas em melhor estado.

Aos achaques que se reforçam com os remédios não lhes fica mais cura que a do tempo; este foi diminuindo os desígnios do Áustria, que mostrou satisfazer-se com que a Rainha deitasse da Côrte alguns Ministros confidentes seus; e como se não tivera outro intento, desistiu da opposição, dissimulando a ambição com as aparcências do zelo.

Os mais interessados, ou desinteressados em seus particulares, e que de fora viam melhor o que convinha à conservação do comum, puderam tanto, com a persuasão e com a inteireza, que fizeram entender aos que tinham mais entranhadas as mãos no govérno que a quietação do Áustria não era por desistir dos intentos, senão esperar a oportunidade para conseguir melhor os desígnios; que a vizinhança da Côrte havia de corromper muitos ânimos, e, ateadado o contágio, impossibilitaria o remédio; que o mais eficaz seria apartá-lo dela com qualquer matéria em que andasse sua ambição, sem consumir a Monarquia, cuja vida estava em apartar o veneno do coração. O que bem discorrido, se assentou que a Rainha fizesse a D. João de Áustria seu Governador, com o título de Vicário seu, dos Reinos de Aragão, Catalunha, Valença e Navarra.

Fêz-lhe a Rainha a mercê, e lhe mandou o decreto com palavras de estimação e confiança,

fazendo, do ladrão, fiel; indústria que obriga os ânimos grandes, que não sabem faltar ao que se lhes fia, assim como não podem sofrer o que se lhes nega.

Êste fim teve o incêndio, se a matéria não cevar mais o fogo; o que se cobre de cinzas, se dissimula, não acaba.

FIM DO TÔMO I

**MONSTRUOSIDADES
DO TEMPO
E DA FORTUNA**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO ———
COMPANHIA EDITORA DO MINHO
BARCELOS ———

MONSTRUOSIDADES
DO
TEMPO E DA FORTUNA

Nova edição publicada sob a direcção de

DAMIÃO PERES

Professor da Universidade de Coimbra

VOLUME II

(1669-1671)

PÓRTO — 1939

Monstruosidades do tempo e da fortuna

(Continuação)

NESTE Junho de 669 pretendeu o Duque de Cadaval o lugar de Presidente da Fazenda. Eram os Vedores dela os Marqueses de Niza e Marialva, o Conde de S. Lourenço, e Luis Mendes de Elvas. Soube-se; e opôs-se à pretensão, mais descoberto porque mais ofendido, o Marquês de Marialva, homem a quem os anos e os sucessos autorizavam a razão da queixa e da confiança. Falou a S. A., não só como queixoso, senão como Conselheiro, advertindo as obrigações da Coroa entre as do agravo que se fazia a tam grandes pessoas, desviando dêste modo o excesso do Duque e a inconsideração do Príncipe. Nenhum deixa de andar desatento quando, por satisfazer a um, não repara em ofender a muitos; principalmente atendendo mais a qualidades que a serviços, quando nestes há excessos, e naquelas pouca desigualdade. É o Príncipe, dócil e fácilmente, caíu na razão; com que se atalhou ao motivo, e se impediu o agravo, porém não o sentimento dos da Fazenda, de que o Duque os quisesse preferir, e ao Duque de que os da Fazenda o pudessem desviar; desco-

briu-se logo o encontro dos ânimos na divisão das parcialidades, passando a ofensa a desejos de vingança. O Padre confessor e o Padre Vieira se abandonaram, um pelo Duque outro pelo Marialva, ou levados da afeição ou da conveniência, esta mais certa, porque é mais própria; outros, e são os que melhor conhecem a política da Companhia, assentaram que fôra razão de Estado a divisão dos dois Padres, porque sempre um ficasse de dentro em qualquer fortuna; menos perigosa para os homens a adversa, que a favorável, porque esta faz esvaecidos, e aquela considerados; e mais facilmente leva o vento o vão que o sólido.

Ordenou-se ao Conde do Prado que partisse para Roma em 27 de Junho; pediu e instou a S. A. que perdoasse a seu filho e a seu genro, o Conde da Atalaia, o crime dos desafios, para que pudessem ficar na Côrte, e elle partir dela descansado, porém saú escusa sua diligência. Foram os primeiros que delinqüiram, depois que S. A. publicou os rigores com que, por lei mais ressuscitada que nascida, estabeleceu o castigo dos desafiados. As leis estabelecidas e não observadas, em vez de pôr freio ao excesso, o tiram ao temor; com este se conserva o respeito do Príncipe, e sendo o que promulga a lei, o desestima a pessoa que não venera o respeito. O desprezo das leis diz ordem à pessoa do legislador; e a malícia, que as atropela, primeiro faz o tiro a derribar a cabeça, que a descompor o corpo. Os Fidalgos de Portugal são tam esvaecidos, que de tôda a sujeição se imaginam isentos, e de puro voluntários se despenham presumidos; se o Príncipe lhes afrouxar as rédeas, é certo que lhes permitirá as rebeliões. A quem não doma a brandura, doma o rigor; viu-se neste

caso, em que nem o Conde porfiou, nem seu genro se atreveu a ficar na Córte.

Ordenou S. A. aos Sargentos-maiores das Comarcas que as visitassem, e tomassem conta das armas aos particulares, porquanto se dizia que todos se desfaziam delas, e que obrigassem os que as não tivessem a que dentro de certo tempo se armassem, e se exercitassem nelas, para que a ocasião os não achasse imperitos e desarmados; o mesmo a todos os que tiveram parte na repartição dos cavalos, que se fêz depois da guerra, para que em qualquer successo os tivessem prestes. Prevenção discreta, e acertada política, é preparar para a guerra por tempo da paz; esperar o successo para tratar da prevenção é descuido sem desculpa, e culpa de quem se quer perder, e não é de quem se quer reparar. O golpe repara-se quando ameaça, e não quando lastima, mas com o desconto dos ministros, que hão de assolar, e não hão de prevenir, convertendo-se a preparação em roubo, e a defesa comum em interêsse particular. Não faltou quem afirmasse que o arbítrio fôra dado por estes ministros, que de nenhum modo sofrem que se lhe tirem as ocasiões de roubar e oprimir aos pobres. A tenção dos Príncipes sempre é boa, e periga nas execuções dos ministros porque a adulteram, e nestas matérias sente-se a mão que obra e não a vontade que ordena.

Com o pretexto de conservarem as fortificações, as armas e os Cabos, trataram os senhores do Governo de introduzir os tributos, que nas Córtes se haviam levantado, senão em todo, em parte, estabelecendo perpétuos os 600.000 cruzados que se pediram para se pagarem dívidas a alguns credores. Tomaram as Câmaras e po-

vos muito ásperamente a determinação, alterando-se os ânimos com a representação das tribulações passadas, oprimidos os povos mais dos roubos dos próprios, que da hostilidade dos contrários. Temeu-se na Côrte alguma rebelião, se se insistisse no intento; não sabia desistir d'ele a conveniência dos particulares, e se assentou que a tôdas as Cabeças de Comarca se applicassem alguns lenitivos que abajassem os temores dos ânimos alterados, tendo para si que com o afago se domaria a ferocidade incapaz de castigo, e se ordenou ao Secretário de Estado que, como de *motu próprio*, escrevesse aos Provedores, o que fez na forma seguinte:

« Senhor Provedor da Comarca. Porque as novas de Roma são de tanto gôsto para o comum e para o particular do Reino, me pareceu conveniente avisar a V. M. que Sua Santidade tem preconizado os Arcebispos de Braga e Lisboa e os Bispos de Coimbra, Guarda, Pôrto, Viseu, Lamego, Funchal e Brasil; e diz o Doutor João de Roxas de Azevedo se vão continuando os mais, e que já se ficavam expedindo as bulas dos da Guarda, Leiria e Brasil, que poderão chegar aqui até aos 15 do mês presente, e ficarem sagrados êle acabado; em chegando, fará aviso a V. M. para que aí nos ajude a festejar o gôsto universal de nos vermos com Prelados, e com a consolação espiritual que tanto procuramos. O Conde do Prado chegou a Cascais, de volta da Ilha Terceira, e partiu para Roma; e com sua chegada, e embaixada de obediência, que Sua Santidade espera com grande contentamento, se disporão nossas coisas muito convenientemente. Para que V. M. lhe conste com certeza o successo da viagem del-Rei, e como foi recebido na Ilha, na conformidade das ordens

de S. A., remeto a V. M. a cópia das cartas do Conde, Câmara e Cabido e Governador da fortaleza. Da carta que escrevi a V. M. em companhia da de S. A. sôbre o real de água, terá V. M. entendido quanto procura e deseja conservar a paz, por aquêles meios que são mais próprios de a conseguir, como trabalhar nas fortificações, ter nelas presídios e munições, e todo o Reino armado, com aquela disposição e por aquêles meios mais próprios, mais possíveis e suaves a seus vassallos. Os Castelhanos estão em estado, que lhes fará Deus mercê, se compuserem os movimentos, que têm entre si, com D. João de Áustria das portas a dentro, e das portas a fora com todos os confinantes de seus domínios; e este é o tempo para nos prevenirmos. A correspondência que hoje têm os nossos Príncipes com os de Inglaterra é tam familiar como V. M. entenderá das cópias das cartas que lhe remeto. As dúvidas que havia em Holanda estarão, conforme os avisos que temos, compostas. França conserva a antiga amizade com tôda a boa correspondência; e com a Suécia temos a mesma. Tenho dado a V. M. novas de tudo o que se oferece, e como são tanto para alegrar, é justo que V. M. as saiba com tôda a certeza; e se eu em alguma coisa presto no serviço de V. M., o farei com grande gôsto. Deus guarde a V. M. muitos anos.

« Lisboa 3 de Agôsto de 669. *Fernando Correia de Lacerda.*

« Remeto a V. M. o livro que saíu, e se imprimiu aqui, para que depois que o ler, me diga o que lhe parece ».

Até aqui a cópia da carta.

O livro de que falo é o *Catástrofe*, de que acima fizemos menção, e a recomendação pu-

blica o Autor, suposto que o estilo o nega, mas bem pode ser dum o pano e do outro o posponto. As cópias das cartas de que faz menção se não tresladam, porque não têm coisa de substância; contudo direi o que continham em suma. A da Rainha de Inglaterra para S. A., com familiar estilo escrita, se resume em lhe fazer aviso que vinha para a nossa Côrte um Assistente daquele Reino, homem esperto e de cabeça, de quem fiava que com tôda a prudência trataria do ajuste nas dúvidas entre Portugal e Castela, sôbre o cumprimento das condições com que se assentaram as pazes. As cartas do Cabido e Câmara da Ilha Terceira, tôdas são significativas do ânimo e prontidão com que obedeceram às ordens e disposições de S. A. no modo de receberem a el-Rei na forma que se lhes mandou. A do Conde do Prado dá conta da viagem, feita em vinte e dois dias com próspero successo, da chegada ao pôrto, entrega del-Rei, pronta obediência da cidade e fortaleza às ordens do Príncipe. A carta do Governador relatava como, com tôda a sujeição, se escusava de continuar no govêrno da fortaleza, em razão de seus achaques lhe terem tirado o exercício de pés e mãos, e o renunciava nas mãos do Conde, que por então lhe parecia aceitaria a renúncia; resultou em dar o pôsto a Manuel Nunes Leitão, que levara do Reino para êste fim, porém que daí a três dias, melhor considerado, se resolvera em que convinha ao serviço de S. A. que o dito Sebastião Correia ficasse com o govêrno da fortaleza e guarda da pessoa del-Rei, ao que êle não podia deixar de obedecer como fiel vassalo seu. Esta é a substância das cópias das cartas de que na sua fêz menção o Secretário de Estado Fernando Correia de Lacerda,

atrás escrita. Publicaram-se; assim como se ouviram, se penetrou o artifício e intento desta diligência, guardando cada um para si o que entendia e comunicando-o só às pessoas de que se fiava.

O Senado da Câmara de Lisboa, lisonjeando a inclinação antiga do Príncipe, pediu licença para festejar Santo António com touros no Rossio; achou a súplica fácil o despacho, porque se encontrou com o juiz interessado na causa. Sempre os touros da Câmara se correram no Rossio, e os reais no Terreiro do Paço. Tomou o cetro el-Rei D. João o Quarto; e como a este entretenimento assistia com maior gosto que a outro nenhum (ou por natural inclinação, ou por artificiosa benevolência com que queria agradar aos seus), não consentiu nunca que os touros se corressem senão no Terreiro do Paço, mostrando-se mais que parcial na festa, porque se empenhava como se fôsse o autor dela, e tanto que arriscava a reputação própria, pois na opinião de muitos deixava de ser Príncipe por parecer toureiro. Há excessos que desculpam os tempos, e outros que em todos os tempos culpam; como há vícios também a que a Majestade tira o escândalo, e vícios que faz mais escandalosa a Majestade. A mesma inclinação, com a mesma nota, teve a este desenfado el-Rei D. Afonso; muitos querem que fôsse afectada, por imitar a el-Rei seu pai. Não affectava o imitá-lo em muitas virtudes, e quis imitá-lo; mas o certo era que o que parecia inclinação própria, não passava de ser obediência a conselho de seus, que lhe faziam crer que só um gosto extravagante era digno de reinar. Entrou no govêrno o Príncipe D. Pedro, que nunca fêz entretenimento de semelhantes abu-

sos, e veio facilmente em que a Câmara observasse seu antigo estilo; e assim mandou logo fazer os palanques no Rossio, publicando os touros para 13 de Agosto.

Chegou o confessor da Princesa, que tinha ido a Roma, donde não deu novas por se ter detido em Saboia, por donde fez sua jornada (por fazer alguma coisa). São os intrometidos como os contratadores; triunfam à custa alheia, e não os alteram as quebras, porque nunca pagam as custas; e o Padre confessor tem para o ser a profissão própria (de Padre da Companhia) e o natural de estrangeiro. No último de Julho, deu o Embaixador de Roma à vela, com tempo feito para sua viagem, importando muito a brevidade dela. Nas Côrtes dos Príncipes vale pouco a agência sem o respeito. Diferente confiança tem para propor os negócios o poderoso, que o limitado; todos dão ouvidos ao poder, poucos à razão.

Chegou nesta ocasião nova de Angola, em como havia tornado àquele pôrto uma nau que veio da Índia, que dali fazia viagem para o Estado do Brasil a esperar a companhia para vir para o Reino, donde chegam em estado que, ou anunciam o fim daquele, ou mortificam o daqueles que vem fazendo semelhantes escalas. O certo é que falta na Índia um João Fernandes Vieira para a restaurar, como fez o Brasil.

No 1.º de Agosto, se avisou que pela altura da cidade do Pôrto passara uma esquadra de trinta fragatas inglesas; depois se soube que fôra sobre Argel com desígnio de assolar aquela ladroeira, sobre a qual vinha el-Rei de Fez com grande poder de Mouros, pactuando com os Ingleses que, tomada a cidade, fôsem os despojos dos marítimos, e a terra ficasse ao Mouro.

A Rainha de Inglaterra pediu aos seus os cativos Católicos Romanos que lhes tomassem, para lhes dar liberdade. Sentiu-se nesta costa o efeito desta empresa, porque muitos navios de Turcos e Mouros, que a infestavam, desapareceram dela; os inimigos não os faz atrevidos o seu valor, senão o nosso descuido; com pouco cuidado e limitado dispêndio os poderemos enfrear, mas parece castigo de nossas culpas não despertarem os Príncipes Cristãos tantas ofensas, assim contra a reputação, como contra a fazenda, quantas recebem, nos mares, desta canalha; insensível parece aquêlê que a gritos e a golpes se não dá por entendido, e Deus, quando castiga, se não permite que os homens se convertam em pedras, ao menos tira-lhes o discurso, deixando-os obrar como brutos. Num príncipe bárbaro nos deixou o exemplo; em muitas polítics choramos a imitação. Têm os Reis obrigação do defenderem e assegurarem a seus vassallos as vidas e as fazendas; obrigadas as partes do corpo à direcção que recebem da cabeça, a sustentam, ensinando assim a Natureza às cabeças dos Reinos e das Monarquias que a contribuição do povo obriga aos Príncipes a tratar da utilidade deles. Chegou o abuso a fazer hereditário o que é electivo, imaginando os Reis que não é a contribuição dos vassallos estipêndio, senão foro. Oprimidos os povos da tirania, ofereceram parte das suas fazendas, que pagam no Consulado, para o Príncipe com ela armar e defender o contrato, assegurando os mares; mas como a mão que o havia de cobrar e destruir foi a mesma, experimentou o intento o mesmo desvio, comprando mais caro seu próprio dano. Não sei como poderá ter desculpa para com Deus quem assim rouba aos homens; que o

furto não muda de natureza porque se faz na Córte ou na estrada, porque o faz o Rei ou o vassalo; tanto furta o que recebeu o alheio, e não paga, como o que toma por fôrça o que se lhe não deve.

Assim como as Córtes são um composto de variedade de gentes, assim as forma uma contí-nua variedade de sucessos e casos, que cada dia sucedem a dar matéria a se entreter a ociosidade na relação déles. Tratou um homem uma mulher casada (pouco valia a jóia, que a mulher que não tem honra não tem valia, mas há tam infames génios que gostam do mais vil). Pediu o agressor ao ofendido perdão do furto com a restituição da honra e da dívida (como se fôra tam fácil a restituição, como o perdão da culpa); achou a diligência resistência no agravo e aborrecimento na cobrança. Tomou D. João de Castro por sua conta concertar as partes, sem fazer caso das quebras; falou ao ofendido, e, porque se escusou resolutamente, o descompôs (que não é Fidalgo nesta era quem não afronta). Soube-o S. A. e mandou-o prender; resistiu ao ministro, e aumentou no Príncipe o furor, de sorte que o mandou meter na Torre de Belém, carregado de ferros; pudera satisfazer, obediente, com poucos dias de prisão o que depois não pagou sem muitos de retiro. O temerário, por erros de contas, encontra primeiro com o despe-nho que com o desvio.

Em 13 de Agôsto correram-se os primeiros touros, não como os quere o povo, senão como devia querê-los quem saía a tourear; mansos os buscou a indústria, por que não ficasse vencida a destreza de quem saía a público a primeira vez. Foi este D. Miguel da Silveira, Tenente-General que foi da cavalaria de Trás-os-Montes, irmão

do Conde das Sarzedas; entrou no corro com doze lacaios, vestidos de chamalote tostado, com trenas de prata; pôde mais a fortuna que a cautela, porque o touro o investiu, e, errada a sorte, o deitou a rodar juntamente com o cavalo, e buscando-o com as pontas lhe pegou numa o toureiro, e com a espada na outra mão, com pouco ar, andou nêle sem o poder ferir, mas pôde ser ferido numa mão, dos que acudiram a socorrê-lo; livrou do perigo mas não do desar, saindo com a cara escalavrada e tam cheia de pó e terra, que por não estar para aparecer desapareceu do corro. Em 16 se correram os segundos; e como para o primeiro dia se escolheram os mansos, ficaram para êste todos os ferozes. Entrou a tourear o Galvão, segundo estribeiro de S. A., com doze lacaios de chamalote encarnado, guardado de palhetões de prata, e num formoso cavalo do Príncipe fêz gentis sortes. Mudou-se-lhe a fortuna, descompô-lo um touro; mas êle, brioso, se apeou, com perda do cavalo, e o feriu animosamente. Montou em segundo cavalo, e com o segundo touro lhe succedeu pior, porque, descomposto, o seguiu largo espaço, fugindo-lhe o bruto; de sorte que em muitas voltas o não pôde ferir o cavaleiro, mas um homem de pé se avançou a êle e o subjugou; custou-lhe a gentileza uma perigosa pontada por uma virilha. Em 19 se correram terceiros; saiu a tourear o Parada, da Casa de S. A.; fêz suas sortes sem coisa que se possa referir.

Em 14 de Agôsto nomeou S. A. a Martim Afonso de Melo em o Bispado de Miranda. Êste é aquêle fidalgo a que S. A., por falsas informações, tirou o lugar do Algarve, em que o tinha nomeado na primeira eleição que fêz de Bispos, e assim veio a ser esta nomeação mais

restituição que graça. Muitas vezes erram os Príncipes como homens, ou porque a informação os engana, ou porque a afeição os cega; mas, conhecido o êrro, deve emendá-lo o Príncipe, se o cometeu como homem. Os desacertos não afrontam a Majestade, cometidos, senão sustentados; porque o primeiro acusa o engano, o segundo a malícia.

Neste mesmo tempo chegou a Lisboa António da Sousa de Macedo, favorecido tanto de sua confiança, como da benevolência dos Reis de Inglaterra; deu cartas de Suas Majestades ao seu Residente, nas quais lhe ordenavam levasse uma a S. A., em que lhe pediam recebesse em sua graça a António de Sousa. Satisfez o Residente às ordens de seus Reis. Viu S. A. as cartas, deu perdão ao culpado; e pedindo-lhe licença para lhe beijar a mão, a negou o Príncipe, dizendo que lhe perdoava a culpa e lhe permitia que comesse suas fazendas fora da Côrte, mas que o não admitia à sua presença, porque a vista do agressor não despertasse o sentimento da ofensa. Bem se viu, na temeridade d'êste homem, que foi mais pecado de limitação do que intelligência. Não há homem tam pouco discursivo, que se atreva à Majestade, descobrindo a cara à ofensa; escondendo-a nos termos da dissimulação, ofenderam muitos a Majestade. António de Sousa estudou não só como havia de agravar, senão também como poderia ficar manifesto o agravo. Êle, sem ver a cara ao Príncipe, se retirou a uma quinta sua, duas léguas da Côrte; e seu procedimento, com os tempos, o desviará ou o encaminhará para ela.

De Roma se avisou que havia embaraço em passar as bulas dos Bispos; topava em que, passando-se como a Príncipe, haviam de vir

abertas ; passando-se como a Rei, haviam de vir fechadas. Desta sorte as queria o nosso Agente, daquela as dava o Pontífice. Estudam os Italianos a política como ciência mais própria a seu génio (sendo êste de adquirir), para cujo efeito são industriosos sôbre tôdas as Nações. Facilitaram a concessão, porque neste ponto determinavam embargar o despacho; esperavam Embaixador, e êste dependente para entrar officioso, e por lhes chegarem à bôlsa, embaraçaram as bulas; que esta é a Chancelaria por donde passam os negócios daquela Curia, fazendo a ambição dos Ministros com que se altere a natureza das graças que concedem os Pontífices, dando motivo aos herejes para falarem indecorosamente contra o proceder do Vigário de Cristo, querendo pôr a nota naquela pessoa que é isenta da falta; muito necessário era o remédio, mas deve fazê-lo impossível o desvio da natureza.

Alguns dias havia se falava em ir o Padre António Vieira a Roma; achou o intento disposta a ocasião para esconder o motivo, e em 14 de Agôsto deu à vela numa nau inglesa. Que de juízos se fizeram sôbre esta jornada! Os Padres da Companhia publicavam que ia a tratar da canonização de uns Mártires do Japão; mas desfazia-se no ar esta voz, sabendo todos que para êstes negócios tem a sua Província de Portugal agente em Roma. Os Palacianos afirmavam que o mandava o Príncipe a negócios do Reino (êstes eram os parciais); encontrava êste parecer o haver poucos dias que tinha partido o Embaixador, e alguns meses que naquela Cúria estava a êste fim João de Roxas; e o Padre Vieira não tinha, de mais a mais, prendas de que se pudesse fiar melhor negociação, pois a matéria

não se havia de discutir no púlpito, como doutrina, senão em consistório, como razão de Estado. A emulação de alguns dos seus semeava, com affectado segrêdo, que ia chamado de seu Geral, para lhe despir o hábito. A malícia, fundada na presunção do Padre, tinha para si que era chamado do Pontífice, para ser condenado em suas proposições, que, ainda que refutadas, as cria o Padre como verdadeiras. O certo é que foi, e tudo o mais incerto.

O Conde de Schomberg, a quem escusou em Portugal a paz, o chamou à França a guerra, donde parece que levou consigo o sossêgo, porque o mesmo foi chegar àquela, que achá-la concertada com Castela. Fêz o Francês estimação do homem, medindo-o pelo préstimo mais que pela necessidade, oferecendo-lhe título e estado, querendo-se reduzir a ser Católico Romano; desprezou a mercê por não deixar a seita. Agora escreveu a S. A., pedindo-lhe licença para vir viver a Portugal, com sua mulher e filhos; deu-lha o Príncipe, com o que se esperava por êle na Côrte, mas seria mal agasalhado. Tinha êste Conde 18.000 cruzados de sôldo em cada ano dos que serviu esta Coroa na Província do Alentejo; feneceu a guerra, e por seus grandes serviços lhe confirmou S. A. os ditos 18.000 cruzados, e que os pudesse comer onde quer que estivesse; porém destes lhe não quiseram pagar emquanto esteve em França mais que 6, e isto por assento, que não sei com que política, fazendo-se maior baixa na palavra e mercê do Príncipe, que no sôldo do servo. Os superiores, primeiro que prometam, podem faltar em exceder os méritos, sem quebra; faltar é emenda de burel na rotura da púrpura.

Divulgou-se pela Côrte que S. A. dava títulos de Duque aos Marqueses de Gouveia e Marialva; de Marquês, aos Condes de S. João e Tôrre; de Conde, a D. Rodrigo de Meneses. Também correu voz que António de Mendonça tratava de ficar Inquisidor Geral; o Bispo de Targa, Arcebispo de Lisboa; Sebastião César, de Braga. Pareceu aos entendidos que a pretensão, com artificiosa política, divulgou a nova, para que chegasse ao Príncipe da bôca do povo, que até esta hora não sabemos que saísse para a bôca do povo da mente do Príncipe. Príncipes houve em Portugal que usaram dêste ardil, para saberem, pela aprovação ou reprovação do povo, se eram acertados seus intentos, querendo dar títulos e postos; mas agora os pretendentes dos postos e dos títulos queriam dar e entender ao Príncipe que o povo os escolhia por beneméritos dêles.

Entrou o mês de Setembro de 669, e com êle um navio de Pernambuco, que entrou na cidade do Pôrto e certificou a nau da Índia, e como o Viso-Rei João Nunes da Cunha era morto. Por nova ruim, se lhe deu crédito. Notável desgraça é que entre os mortais o mal não faça dúvida, e o bem sim! Assim como a natureza viciada pela culpa é propensa ao mal e oposta ao bem, facilita o crédito do vício e dificulta o da virtude; donde nasceu o provérbio: *cuida mal e acertarás*.

Neste mesmo tempo, obrigado S. A. das apertadas diligências daqueles que fizeram vida da guerra, gastando com a franqueza que dá o roubo (a que não chega a mais grossa renda), decretou que todos os Cabos de Infantaria fôsem para as praças e fortes ocupar seus postos, e se lhes pagasse um mês de sôlido, e depois

meias pagas. Consultaram-lhe a necessidade que havia de sustentar as fortificações e exercitar nas armas os paisanos, com receios sonhados que o inimigo se inquietava; tudo falso, e só verdadeiro que os interessados, com estes pretextos, inquietavam o Príncipe, fazendo-lhe entender que era necessário à necessidade comum o que era só interesse particular. Aos Príncipes pintou a antiguidade um cetro todo de olhos; não houvera de ter ouvidos o Príncipe, porque estão sujeitos ao engano; olhos houvera de ser todo, porque só de seus olhos se houvera de fiar; todos enganam o poder, ou por desviarem o golpe ou por encaminharem o avanço.

Por ordem de S. A. punham na Côrte os Ministros da Justiça todo o cuidado em atalhar os escândalos e demasias. Valia-se o atrevimento das licenças da guerra, e da dissimulação do Príncipe, a que o obrigava a necessidade e dependência; faltou a esta a causa, e àquela o motivo; porém os ânimos, acostumados à liberdade, dificultosamente obedecem aos dictâmes da reformação, e mais dificultosamente os dos Portuguezes, porque aquêlê natural que os faz briosos os faz menos sofridos. Uma senhora de qualidade, casada com um cavaleiro de porte, passava pelas Portas de Santa Catarina em seu coche, acompanhada de seus criados, das nove para as dez da noite; assaltaram-na nove homens, cortaram os tirantes das mulas, cercaram o coche, e pelas portinholas dum e outro lado meteram duas lucernas, e como havia luz não só reconheceram a mulher, mas deram a causa da descompostura, porque logo viraram o coche dum lado, deixando a pobre senhora afrontada da diligência e mal tratada do golpe. Não nomeio os ofendidos,

por que não fiquem de pior partido que os agressores; mas censuro a vingança, que é vilíssima a que se toma duma mulher com armas tam desiguais. Pouco fia da razão quem se vale da fôrça; ajuntar poder para tomar vingança da língua duma mulher, indício é do muito que se teme; e a língua não corta senão com o fio da verdade. Mandou o Príncipe fazer diligência para se descobrirem os autores do delicto, mas se os não descobrir a justiça descobri-los-á a vingança.

Com pretexto de desterrar do Reino tôda a forma de govêrno castelhano, tornando ao que sempre observaram os Reis Portugueses, tirou S. A. (acabados os três anos de sua presidência) a António de Mendonça da Mesa da Consciência. Havia anos que occupava o lugar, reconduzido muitas vezes nêle. Murmuravam-no os escândalos, porém faziam-no sofrível os donativos; quem aceitava êstes lhe permitia aquêles. Deu S. A. o lugar ao Conde de Aveiras, porque lhe tirara o de Regedor da Justiça, de que era proprietário por mercê dos Reis de Castela; o lugar de Regedor da Justiça proveu o Príncipe no Conde de Vilar Maior; o que lhe faltava de anos supriram os serviços e autorizaram as prendas, fazendo-se por elas bem visto de todos. Ao Marquês de Niza tirou o Príncipe de Vedor da Fazenda, aposentando-o com o seu ordenado; tanto ao largo o alcançou a ruína do Conde de Castel-Melhor, cresceu à sombra dêste edificio, e sua caída o deixou exposto a não ter melhor fortuna. Em seu lugar entrou a ser Vedor da Fazenda o Conde da Tôrre, dando esperanças de ser zeloso ministro da Fazenda Real, porque é rico de fazenda; assim será, se não entrar nêle o desejo de ser mais rico. São as riquezas

como elos da cadeia, que uns puxam pelos outros. Maiores piratas faz a abundância que a necessidade, porque esta remedeia com pouco e aquela costuma não se sustentar senão com muito. Também se aposentou o Conde de S. Lourenço; tomou-se por motivo a idade, mas o certo foi que lhe faltou o ânimo.

Veio o Conde de Medelim, depois de assentadas e publicadas as pazes alguns meses, pedir a Casa de Vila Real, que lhe pertencia pela Condessa sua mulher; gastou meses nesta pretensão, aposentando-se em casa de Luiz de Sousa, irmão do Conde de Miranda, a quem veio remedido em razão de terem conferido que casaria um filho do de Medelim com uma filha do de Miranda. Saiu descontente da pretensão, porque se lhe respondeu que os bens dos confiscados e ausentes se não haviam de dar senão a quem os viesse comer no Reino. Com esta ocasião avisou S. A. ao de Miranda, ordenando-lhe que com tôda a cautela procurasse saber como os castelhanos entendiam o capítulo das pazes, que trata da restituição dos bens de confiscados e ausentes. Andou o Conde de Miranda tam divertido, ou tam libertado, que, tomando da confiança motivo para vingar a queixa, ou ocasião para desestimar a ordem, fêz um escrito ao Secretário de Estado em Madrid, em que lhe dizia estas formais palavras: «O Príncipe, meu Senhor, me ordena procure saber como se há-de entender o capítulo das pazes, no tocante aos bens de ausentes e confiscados; V. M. se sirva mandar-mo dizer à margem deste». Respondeu o Secretário: «Pouco tem que entender o que V. S. pergunta, pois está claro que os contratos universais não admitem nenhuma excepção nem condição; e as pazes não são outra coisa mais

que um principal contrato entre os Príncipes ». Escreveu o Conde a S. A., e como prova de que havia feito a diligência lhe mandou o escrito. Viu-se em Conselho de Estado, e, conferindo a resposta com a ordem, ficaram os Conselheiros assombrados, não sabendo escusar ao Conde, ou de limitado, ou de atrevido, pois ordenando-se-lhe que fizesse a diligência com a sagacidade e cautela que se lhe encomendava (sacando a conclusão sem dar a entender as premissas, que é a negociação dos Embaixadores, colhendo pelas mãos do árdil a verdade e sentimento dos ânimos, sem que se entenda o intento nem ainda debaixo da dissimulação, porque se não acautela o contrário), fez pública a negociação, faltando às obrigações de fiel e de entendido, não se podendo escusar de culpado, ou na falta do talento, ou na demasia do desprezo.

Mandou o Francês um grosso socorro a Cândia, apertada do Turco, o qual socorro apanhou outro do Pontífice. Cabos dum e outro, dois tios da nossa Princesa: do socorro do Pontífice, o Cardial de Vandoma; do de França, o Duque de Belfort. Haviam de acometer por duas partes ao mesmo tempo, com pacto de se moverem a certo sinal. A impaciência da cólera francesa os fez adiantar, e bastou a desordem para se não lograr o intento, pondo ao Turco em defesa; que, suposto os católicos pelejaram valorosamente, conheceram na desigualdade do número a diferença que vai de assalto a batalha; e a perderam, com perda de muitos Católicos, entre eles os dois Generais: o Cardial, morto, e o Duque, cativo. Chegou no princípio de Outubro esta nova à Côte de Lisboa, obrigando os nossos Príncipes a demonstrações públicas, como luto, janelas do Paço fechadas, e recebimento de pêsames por

alguns dias; e verdadeiramente as puderam fazer com maior razão todos os Príncipes da Europa, aos quais os bons sucessos do Turco ameaçam primeiro, porque de mais perto; porém é desgraça muito válida no mundo não sentirem os homens o golpe quando ameaça, senão quando fere.

Em 21 de Outubro fizeram os Padres do Carmo Calçados, uma majestosa procissão, em que celebraram a canonização duma Santa da sua Ordem, Santa Madalena de Pazzi, com tanto número de carros, figuras de cavalo, invenções e danças, que se viu vencida a riqueza da arte, e o majestoso da novidade; e porque se deu à estampa, não relato individualmente as particularidades do acto, que foi vistosíssimo o concurso de inumerável gente, assim da Côrte como de fora dela.

Neste tempo se divulgou que Castela mandava o Marquês de Heliche por Embaixador extraordinário a este Reino, para nêle tomar o desejado e pactuado assento de se restituirem os bens dos confiscados e ausentes, porque, como foi o Plenipotenciário no ajuste das pazes, com êle presente se desatariam bem as dúvidas que se levantaram sôbre este capítulo delas; o que entendido, se tratou da nossa parte que era bom ir a Castela outra personagem, a propor nossa razão, e se falou em ser este o Marquês de Gouveia; mas, ou porque se acharam inconvenientes nas pessoas escolhidas, ou porque se tomou novo caminho à matéria tratada, se suspendeu por então a jornada destes Senhores. Também seria a causa de se suspender a vinda do Heliche, o cessar o receio que havia em Castela de que o Francês quebraria as pazes, afirmando-se que se dispunha a romper a guerra; e, se o discurso

me não engana, nasceu o receio aos Castelhanos mais da própria consciência que os acusava, que dos movimentos do Francês, que nenhum fazia. Não sei que tem o delito, que faz temer o agressor, não porque a justiça o persegue, senão porque o crime o acusa. Funda-se meu discurso neste papel que me veio à mão, remetido de Madrid neste meio tempo, do qual ponho aqui a cópia, fielmente trasladada.

CÓPIA DE UN CAPITULO DE UNA CARTA QUE ESCRIBIÓ EL PADRE SALINAS, RELIGIOSO DE LA COMPAÑIA, AL PADRE EVERARDO, CONFESSOR QUE FUÈ DE LA REINA DE CASTILLA.

« En quanto a lo que v. e. me dize, se renunciarà o nõ, lo que le aconsejo es que esté perseverante en no desistir de su intento, que segundo lo que voy dizendo i viendo, el quarto de v. e. serà de tras de la Reina, i la sala donde morió el Rei será el Tribunal, que, con la escolta puesta, ni el Castillo de Emaus es tan seguro. Di en mano de S. M. la carta que leió Aytona. Respondióme: Quien tuvo paciencia, conseguí; v. e. no me retroceda, que, como su Confessor que soy, se lo mando, i si no obedece serà mal hijo. Ya yo tengo apuntados los que siguen a el hijo, de lo que por su interés se aqui haze en la farça; esperase de Alemania buen refuerço; mucho tiene v. e. que estimar en el amparo del Almirante, que dió a sus hijos para la coroneleria, con que los Señores han levado papilla. El Presidente anda poniendo esfuerço que la jura del Emperador sea a 20 de Outubro; bien paga la merced que v. e. le hizo. Dixome S. M. remetia a v. e. por extraor-

dinario 56.000 ducados de plata, para ayuda del capello. V. e. rompa esto luego, porque ya sabe el riesgo, i mas de mi Religion el detrimento que corre; a v. e. guarde Dios, &c. ».

« Para la inteligencia de lo que sucedió con esta, es de saber que la Reina metió en su palacio 3.000 soldados, que hasta aora no ha despedido, i espera por otros tantos Alemanes. La causa fué defender al Padre Everardo, que no se le quitassen; però, como se sabe, por fuerza le remetieron a Roma, i le desterraron de España. El Padre Salinas, de cuya carta es lo referido, es Religioso doctissimo, Corrector de todo lo que se escreve i imprime de la Sagrada Scriptura, en lo tocante a las divinas letras, Consultor del Sancto Officio, Confessor que ha sido del Padre Everardo, Inquisidor general e Confesor de la Reina. Este Religioso levó tan mal la expulsion del Padre Everardo, i se puso a su defensa con tal vigor, que ni el Señor Arçobispo, ni el Conde de Peñaranda, estavan seguros de su lengua. Sabiendo pues estos Señores se carteava con el Padre Confesor de la Reina, asistente en Roma, tuvieron ardil para se coger una carta al primero de Setiembre deste año de 669, de la qual es el capitulo referido.

« Assi como la huvieron a la mano, el Duque de Alba, i D. Antonio de Contreras, fueron los dos, i la pusieron en las manos de Monseñor Nuncio de Su Sanctidad, metiendole en conciencia, si esto no tuviesse castigo, se havian de que-rrar ante el Tribunal de la Rota, que seria la total ruina de España, i que pues no eran indicios, obrasse como jues. Socególes el Nuncio, i pidióles se fuessen; i prevenido un coche de camino, le hizo estar desde las quatro de la tarde

hasta las dos de la noche en la Arabaca. A las ocho de la noche, se fuè el Nuncio en su carroça, i poco acompañamiento, al Colegio Imperial, i se entrò en la celda del Padre Salinas, que se quedò mortal, viendole entrar tan de salto, i a aquellas horas; i diziendole el Nuncio a lo que iba, se quedò aturdido; e diziendole *Monseñor*, para que le oyese, lo que el no quiso, volvió a replicar se diese cuenta a su Superior. Respondiò el Nuncio que no havia mas superior que el. Dixo el Padre Salinas: *Illustríssimo Señor, mire que mi credito si pierde, que confieso en esta Corte a las mas de las Duquesas, Marquesas, i Condessas de España; yo saldrè dentro de dos dias, pero nó se publique mi distierro; ¿en que he peccado?* Mostrò el Nuncio la firma de la carta, i le preguntò si era suya. Confessò que si, i que el mas avisado lo yerra; con lo que se vino el Nuncio con el a su casa. Embiò luego Su Illustrissimo por el Provincial Rector, Padre Francisco Esquer, i otros Religiosos graves, i teniendolos presentes, les mostrò la carta, con que ellos recibieran no poco pesar; i a no estar delante el Nuncio, se entiende le dieron cabo. Dixeronle: *Venga ca, mal Religioso. Illustrissimo Señor (dixeron), v. illustrissima disponga del, i haga lo que fuere servido, que de muy buena gana se lo entregan.*

« Fueron los Padres a su colegio, i el Nuncio se metiò con el en su carroça (sacandole primer la llave do seu aposento), i levandole al coche tenia prevenido en Arabaca le remetiò a Valladolid a cierto Monasterio muy recatado, i alli le tiene preso, hasta orden de Su Sanctidad. Esto sucediò lunes, 2 de Setiembre, en la noche. Al otro dia de mañana, se fuè el Nuncio a la celda

del Padre Salinas, i mirando los papeles hallò cartas del confessor de mucho peor calidad.

«Fuè el Nuncio, con unas i otras, a la Reina, hizo le una succinta relacion de todo (dizen que lo sentiò, aunque se hizo desentendida); el Nuncio le dixo que, se S. A. el Señor D. Juan le gara a entender esto, que tal el coraçon se le pondria. Aqui (segun el Nuncio diò a entender a estos Señores) saltò la Reina, i dixo: *por cierto que lo que a D. Juan le havia de dar plato assima, se lo diera plato abaxo, i se estará bien hazerse sordo; que, a meterse en algo, no piense ha de ser como lo passado. Que! de que me sirve el palo, é el mando?* Lo que oyendo el Nuncio, le dixo con descoto su parecer, i que tenia lastima de ver que la Monarchia presto daria al través; i que assegurava a S. M. que havia governado todos los puestos de la Iglesia, hasta ser Governador de Roma, con rason i con Justicia, castigando delictos i favoreciendo virtudes, palos en que se sustentan las Monarchias, i que estava deseando que S. M. lo hiziesse assi, que tomasse el consejo de S. A., que ocupasse al Castrillo, hiziesse Presidente al Montalto, embiasse al Arçobispo a su Arçobispado, dexasse de su lado Aytona que le era prejudicial, que los soldados embiasse a las fronteras; i que, si esto hazia, todo se lograria bien, i en servicio de S. M. Respondiò la Reina que hartos Consejeros tenia, i que ella sabia lo que havia de hazer, i por donde se encaminava el agoa, que se fuesse con Dios, i le quedava obligada. Vinose el Nuncio, i la Reina quedó disgustada i pensativa. De lo que resultar se dará aviso».

Até aqui a carta que tive de Madrid, e é a razão em que fundo meu discurso de que se

temesse rompimento com o Francês, se não foi também causa de se suspender a vinda do Heliche o temerem-se que cá se apaixonassem por D. João de Áustria, porque com estes receios (diziam) o queriam da Côte tirar, e se falava em o mandarem para Roma por Embaixador. Seja o que fôr; é certo que sua vinda cá se suspendeu, como também a vinda do nosso Embaixador que estava em Madrid, e a do de Castela que estava em Lisboa. São os tempos os demonstradores do relógio do govêrno; importa pouco que o demonstrador se mova pelas rodas, se o sol mostra que vai errado o curso; as horas do dia não são as que dá o relógio, são as que mostra o sol; é o sol relógio do tempo, e pelo tempo se há de governar o relógio do govêrno.

Chegou nova à Côte de ter chegado o nosso Embaixador de Roma a Leorne, a salvamento, com quarenta e cinco dias de viagem; tomou pôrto em 7 de Setembro, donde soubera, por inteligências que tinha, que o Pontífice o esperava com tôda a benevolência e desejo de cortar por inconvenientes, para lhe fazer o devido recebimento e o despachar a gôsto de S. A. No navio que trouxe esta nova, veio um Monsenhor Italiano que trazia ordem do Papa para arrecadar o dinheiro do quindénio das Religiões monacais, que pagam cada quinze anos à Câmara Apostólica, pedindo também, das rendas caídas dos Bispados, socorro para Cândia. Mas acharia na necessidade de nossa defesa a razão total da escusa. Nesta ocasião se agravou uma doença de que o Bispo de Targa, nomeado Arcebispo de Braga, estava de cama, de sorte que desconfiado da vida tomou os últimos sacramentos.

Sucedeu que um Corregedor se pôs à porta do Conde de Pontevel, esperando para prender

um homisiado que recolhia em sua casa; teve aviso o Conde, e descendo com seu irmão descompuseram o Corregedor. Sentiu S. A., como era razão; e mandando prender ao Conde e seu irmão, ordenou que fôsem levados à fortaleza de S. Filipe de Setúbal, onde o castigo lhes advertisse o respeito que deviam ter aos Ministros da Justiça, na execução dela. Não querem entender estes Senhores que são vassallos e que tem Príncipe. E o não querer entender é ignorância que não tem remédio; mas o sabê-los castigar com rigor é só o remédio que tem esta ignorância, porque é desengano de presunção, e a dos Portuguezes só a muito custo se desengana.

Em 22 de Outubro deu a frota à vela, que havia quasi um mês que esperava tempo feito. Constava de 40 navios, seu General o maltês Fr. António de Sousa Montenegro.

Em o fim deste mês entrou a naveta da Índia com mais cinco navios do Estado do Brasil. Das cartas que da Índia vierão a S. A. se sabe o quanto a morte do Viso-Rei João Nunes da Cunha foi sentida naquele Estado, pelas grandes esperanças que se tinham de que com seu governo o aumentaria muito. Felicidade grande de um Governador, deixar saúdaes e imprimir sentimentos; e maior felicidade em nossa idade, e entre os Portuguezes, donde não ouvimos ordinariamente senão queixas de tiranizados e aborrecimentos de Governadores mal procedidos. As obras dizem quem cada qual é, porque estas lhe dão immortal nome; o que se herda com o sangue nem deixa memória, nem infunde qualidade; viver para a fama é a mais illustre vida.

Entrou Novembro, e com este vários casos; e alguns tam estranhados, que não os publicou o

escândalo, ainda que os fabricasse a malícia. Lourenço de Mendonça, filho morgado do Conde de Val de Reis, porém não morgado na modéstia e fidalguia de seu pai; e não se duvida que seja este o maior pesar dos progenitores, não puderem infundir os costumes donde comunicam o sangue. Safu este cavaleiro tam dessemelhante em tudo ao pai, que lhe deu o ser, que, a não ser quem é, se poderá duvidar de ser filho de tal pai. Tinha Manoel de Sousa da Silva duas filhas, primas do dito Mendonça; e este com o parentesco, confiança para a comunicação; profano está o sagrado da confiança, que permite o parentesco, quando falta nos sujeitos o respeito a Deus e aos homens. Com escritos e promessas de casamento, alcançou de uma e outra prima consentimento de sua vontade (assim se afirma), imaginando cada qual que era só no delicto, e na esperança se guardava o segredo entre ambas. Tratou casamento com uma filha do Marquês de Niza; divulgou-se, souberam-no as filhas de Manoel de Sousa; e o crime, que tinha occultado a vergonha, descobriu-se, comunicando-se as duas irmãs, iguais na desgraça, mas desiguais no efeito, porque a mais nova se achava prenhada de três meses. Buscaram estas duas senhoras o pai para o remédio, que escusaram se o buscaram para o conselho; dous crimes sem desculpa, em mulheres de tam grande qualidade, não sei se maior, por mais nocivo, o de omissão; e para o pai (fidalgo illustre nos procedimentos e no sangue) dois golpes, cuja dôr pode só curar a morte, porque priva do sentimento para tôdas. Considerou que a vingança da ofensa seria, nos têrmos em que estavam as coisas, fazer maior a ofensa que a vingança; que há feridas de tal condição que se curam com os mes-

mos instrumentos que as dão. Recorreu ao favor da Justiça, e propondo o caso a S. A., lhe propôs também que no segredo consistia o remédio. Obrigado o Príncipe, tanto das lágrimas, como da culpa, mandou chamar ao Corregedor da Côrte, Diogo Marachão; certificado de que o agressor estava no Páteo das Comédias, vendo uma, o mandou que fôsse, e que lhe trouxesse prêso a Lourenço de Mendonça, e o fizesse de sorte que lhe não escapasse. Entendendo o Ministro que tinha seguro o delinqüente, e que levava na vara del-Rei companhia bastante, escusou-se à diligência de levar mais gente, por se livrar do rumor que poderia servir de aviso ao culpado. Entrou no Páteo das Comédias, chegou-se a Lourenço de Mendonça, e lhe disse que S. A. o mandava prender, e que não podia fazer outra cousa senão levá-lo prêso diante dêle, porque assim o ordenava. Respondeu que não havia de ir prêso, sem lhe mostrar o decreto que levava do Príncipe; disse-lhe que aos Corregedores da Côrte não era necessário levarem ordens por escrito; a êste tempo se entremeteram os companheiros que estavam no seu camarote, que eram Luiz de Saldanha, Fernão de Sousa Coutinho, Diogo Gomes de Figueiredo, e outros fidalgos, com que lhe tiraram o prêso das mãos, e o mandaram com uma sôbre outra.

Tomou S. A. pesadissimamente o caso, e passou ordens para se prender o agressor e todos os cúmplices na resistência, que depois dela se ausentaram, uns para uma parte, outros para outra, tendo notícia das diligências que se faziam para os prenderem, com que puseram terra em meio; e Lourenço de Mendonça se passou a Castela. Soube-o S. A. e mandou por carta de êditos que apparecesse o agressor e todos os

cúmplices, e logo mandou vir prêso o Conde de Val de Reis, seu pai, e prendeu em sua casa a António de Mendonça, seu tio, pondo-lhe à sua custa guardas à porta, com comminação de que dessem conta de Lourenço de Mendonça por seu procurador, sob pena de confiscação de bens e privação de honras. Apertavam os cordéis, e muito em que lhe pese, entenderam os ditos Senhores que tinham Príncipe, de quem não haviam de zombar. Apareceu logo Lourenço de Mendonça, por seu procurador, e lhe mandou S. A. que logo recebesse a filha de Manoel de Sousa por mulher, aquela a quem avultava mais a razão da promessa e o testemunho da des-honra, e que depois se faria o que dispusesse a justiça. Daí a alguns dias mais, se veio meter na prisão do Limoeiro o mesmo Mendonça. Neste comenos morreu Manoel de Sousa da Silva, pai da contraente, enfêrmo havia dias, de desgosto; foi maior o mal que a medicina, e sem lhe aproveitar a medecina, veio a morrer do mal, e sua morte exasperou mais a S. A.

Neste estado de cousas, não posso deixar de dizer o sucedido a D. João de Castro, porque se verifique a verdade de quem diz que o ser Fidalgo em Portugal, é o mesmo que professar ser Turco em Constantinopla. Estava o sobredito prêso na Tôrre de Belém, como deixamos dito, e por ocasião de ser a procissão que fizeram os Carmelitas na canonização de Santa Madalena de Pazzi, de sua Ordem, pediu licença ao Capitão da Tôrre para a ir ver, prometendo-lhe à fé de cavaleiro de ir no sábadó e vir no domingo, com tanto recato, que nenhuma pessoa o soubesse. Fiado na palavra (em que não devera fiar, quem sabe que Turcos não costumam guardar fé) lhe deu a tal licença, lembrando-lhe que

o não lançasse a perder, o que seria fácil se S. A. o soubesse. O mesmo foi representar-lhe o mal que lhe podia suceder, que meter-lhe valias para o executar. Foi-se, faltou à palavra e à fé, com que não faltou ao ser de Fidalgo; deu consigo em Badajoz, fêz lá tais cousas, que não escapara da morte, se o empenho de muitos o não livrara. Alguma o espera, donde pagará com uma só vida, tirada de sorte que seja equivalente o castigo aos desmanchos.

Levou Deus para si o Bispo de Targa, precedendo a sua morte alguns dias que esteve sem juízo, causa porque se lhe não faziam visitas; daqui tomou o povo motivo para levantar que estava morto, e o tinham embalsamado, porque seus parentes queriam receber um golpe de dinheiro, que se lhe mandava de Braga, donde estava nomeado Arcebispo. A vida de cada um é argumento donde os homens fundam os discursos que fazem em sua morte. Creram os homens que Baco plantara as vinhas, porque em sua vida foi todo dado à doçura do seu licor. Com a morte do Bispo, e ficar o Reino sem nenhum, ressuscitou el Rei D. Sebastião na prática de todos, que é o refúgio para onde apelam todos os descontentes. Em o naufrágio faz o amor da vida parecer a cada um dos homens que um junco o ajudará a livrar da morte. Esperam os Indios pelo Messias, e morrem todos fartos de esperanças; êste é o prémio de esperanças loucas, e não há maior louco que o que espera impossíveis.

Aos 2 de Novembro, chegou uma embarcação de Itália, pela qual o Conde do Prado escreveu de Roma a S. A., dando-lhe miúda conta do processo de sua jornada até aquela Cúria; cópia da carta é o seguinte:

«Pelas fragatas que despachei de Liorne, dei conta a V. A. do que até àquela hora havia de que fazer aviso; em 12 de Setembro parti de Leorne para Roma, por terra. E porque João Vanichelli me advertia que todos os Embaixadores e Príncipes que vinham a Liorne, antes de se partir, mandavam um parente seu, se o tinham, com um recado ao Grão Duque, e também porque, de mais da cortesia que teve comigo enquanto assisti naquela Praça, me contou havia mandado prevenir, agasalhar-me em todos os lugares de seu Estado por onde havia de passar de necessidade, mandei, dois dias antes de partir, a Florença meu filho D. Pedro, com um recado de agradecimento ao Grão Duque, e avisar a Grã Duquesa, e a Princesa sua nora, e o Cardial dos Médicis.

«O Grão Duque fez a meu filho desusadas cortesias, e o obrigou à fôrça a agasalhar-se no palácio, desobrigando-se meu filho quanto pôde, na forma da instrução que lhe dei, porém chegou o apêrto a quási violência, com que meu filho se não pôde escusar. A Grã Duquesa o recebeu nos braços com notável carinho e estimação; e com a mesma a Princesa sua nora, e o Cardial fez igual cortesia.

«A primeira jornada fiz à Cidade de Pisa, aonde me receberam com salvas reais de artilharia com mais de oitenta tiros; e fui acompanhado e assistido do Governador da Cidade. O mesmo se me fez na segunda jornada a Castel Eresino, aonde meu filho D. Pedro se veio juntar comigo. Na cidade de Siena, aonde fiz a terceira jornada, foi igual o recebimento e maiores as salvas; e últimamente, por todos os lugares do Estado de Florença por onde passei, se me fez todo o agasalho, marchando os oficiais

do Grão Duque a prevenir-me o necessário; e porque me obrigou a marchar em carroça sua, e os coches têm ruim caminho, meia jornada antes de Surio mandou esperar duas liteiras, uma delas de pessoa da Grã Duquesa, com que marchei o resto do caminho, não por ter necessidade de carruagem, porque trazia a necessária, mas por comprazer à cortesia do Grão Duque. A noite que cheguei a Siena, chegou àquela cidade pela posta o Marquês del Cler, Camarário-mor do Grão Duque, a saber como havia passado a calma daqueles dias, assim da sua parte como do Cardial seu irmão. Despedido já do Estado de Florença, entrei em Aqua Pendente, primeiro lugar do Estado da Igreja. O Papa mandou a Monsenhor Durazo, com a sua carroça a seis, uma légua de Viterbo, e me recebeu com grande cortesia e demonstração; fui agasalhado no Palácio Apostólico com grandeza e generosidade, a maior que tenho visto; e quando me apeei à porta do palácio, concorreu grande número de gente; e assim como saí da carroça, levantaram a voz com muitos vivas ao Embaixador de Portugal, cousa que por estas partes se não costuma fazer. Em o outro dia, pela manhã, havendo o mesmo concurso e vivas, me acompanhou Monsenhor Durazo, uma légua da cidade. É este Monsenhor Durazo genovês de nação, homem riquíssimo e de maior estimação, Governador de Viterbo e de todo o Estado patri-mónio da Igreja. Marchei de Viterbo a Monte Rossi, e achei, uma grande milha antes daquele lugar, esperando-me Monsenhor Rossi, Mordomo do Papa, como estava no papel assentado, de que mandei cópia a V. A. pelas fragatas; e tôdas as cerimónias que contém o dito papel se executaram; fui hospedado, e servido pela famí-

lia do Papa, com a grandeza usada com os Embaixadores extraordinários da obediência de testa coroadada. Concluída aquela função, e partido a dar aviso o Mordomo ao Papa, depois de me acompanhar até à carroça, me parti para Roma, e a um tёрço de légua me encontrou o Cardial Protector, com um xerez volante, e se passou ao meu coche, e néle marchámos até Lastrosa, aonde nos passámos ao seu. Veio encontrar-me a carroça do Cardial Rospigliosi, com Monseñhor Espinosa, seu Mestre de Câmara; passámos àquela carroça como é estilo, e fomos nela, o Cardial, eu, e meus filhos, e Monsenhor em uma estribeira; começou o encontro das carroças, e dizem se não viu nunca maior cortejo. Ultimamente não houve Cardial, nem Embaixador, Príncipe, nem Senhor de Roma, de quem não viesse carroça a seis, cheia de Gentis homens, que apeados me davam as boas vindas da parte de seus Senhores, com muitos oferecimentos. Com tôda esta barafunda, entrei em Roma, sábadò, 19 do corrente, às quatro da tarde, com dia de sol, pela via Flamina, e sendo dali mais de légua e meia ao Palácio do Cardial Ursino, aonde me fui apear, com dificuldade se podia romper pela muita gente que concorreu; e na dilatada rua do Corso foi notável o concurso da gente e carroças; o Embaixador de Castela me mandou encontrar com duas carroças cheias de Gentis homens. Do Palácio do Cardial saímos, êle e eu sòmente, de rebuço, em uma carroça de dois cavalos; e não obstante ser noite, dali até Monte Cavalò se não podia romper com gente que concorria; ao apear, sair, e entrar do Palácio do Papa, me achei fatigadíssimo com tanta gente e com tanto cumprimento. Cheguei a Ostiòla dela Sedia (que vale o mesmo que anteparo

da Sede) uma porta antes donde o Papa estava; entrou o Cardinal das cerimónias de dar o recado; chamou-me, entrei, fiz as genuflexões costumadas, beijei o pé e a mão a Sua Santidade; meio levantado o Papa da cadeira, me levou nos braços, e me deu o primeiro abraço da parte esquerda, e o segundo da direita, e neste se deteve Sua Santidade tempo considerável, com grande ternura e affecto paternal; tornei-me a pôr de joelhos, comecei a expor os motivos da embaixada; mandou-me assentar em um banco de pau, com encôsto, sem braços; assentei-me, e prossegui a começada prática, dizendo substancialmente a impaciência com que V. A. desejou, logo que se encarregou do Reino e seu govêrno, mandar dar a Sua Santidade a devida obediência, e que tendo V. A. os exemplos dos Senhores Reis de Portugal, avós de V. A., para prosseguir aquella veneração com que no período de tantos séculos amaram e obedeceram aos Sumos Pontífices, predecessores de Sua Santidade, havia em V. A. especial razão para a pessoa de Sua Santidade, de cuja clemência começava a experimentar tam paternal affecto, servindo não só de consolação ao dilatado império que V. A. governa, mas de certo testemunho que achará V. A. e seus Reinos em Sua Santidade todos os favores e graças que merece, assim apostólicas, como tam obediente à Cadeira de S. Pedro, cujas provas no conhecimento de Sua Santidade se acharam melhor que na minha explicação. Respondeu-me o Papa com estilo elegantíssimo, em sub-tância, que o entranhável affecto com que amava a V. A. e a Princesa, minha Senhora, e a Nação Portuguesa, merecia justamente os affectos que lhe expunha, da parte do Senhor Príncipe D. Pedro, por êste têrmo, e que não haveria tempo,

nem ocasião, em que V. A. não experimentasse no seu ânimo tôdas aquelas demonstrações que se deviam a tam grande Príncipe, e Nação tam obediente à Igreja Romana. E por dizer a V. A. tudo, depois de se dizer em ordem tudo o que se pode recopilar à substância, me disse o Papa que, havendo (em ordem a V. A.) tôda a disposição referida, me não podia ocultar que a tinha muito especial à minha pessoa, cuja qualidade e virtudes lhe eram muito presentes, e que se achava com sumo desejo de que eu fizesse experiência de seu ânimo, e que me confessava que, sendo de tantos anos, e visto tantas expectativas de Embaixadores, não vira alguma com satisfação tam universal como a minha, e que eu o experimentaria, assim na alegria comum como no mais; e certo que assim o conheço, porque quando entrei na antecâmara do Papa, aonde havia muitos Patriarcas, Arcebispos e outros muitos Senhores, não lhe faltou mais que levar-me no colo. Afirmo a V. A. que em minha casa não podia ser recebido de meus filhos com maiores demonstrações de amor. Passou o Papa a conversar, perguntando-me como havia passado o trabalho de tam larga jornada; e daqui passou a falar em histórias do mundo e conferências políticas, e correram mais de duas horas de conversação. Eu falei a Sua Santidade em português, que êle entende muito bem, e êle me falou em Italiano, e quando quis entrar a conversar me disse: «V. s. me fala em português, e nós sabemos que fala muito bem o italiano». Eu lhe respondi: «Beatíssimo Padre, falei a Vossa Santidade em português porque sei que esta língua mais que tôdas agrada a Vossa Santidade». Mostrou contentamento do dito, e eu prossegui em italiano, o qual pude falar.

«Acabada esta função, baixei a ver no seu quarto ao Cardial Nepote, em que achei agasalho e estimação; dali me meti na carroça, e fui ao Palácio de D. Camilo, irmão mais velho do Papa, e de tam fidalgo coração como seu irmão; ali visitei primeiro a D. Camila, sua filha, e me recebeu assistida das Senhoras de Roma, tôdas de gala e com jóias; feito este cumprimento, que também foi largo a D. Camilo, e a seus dois filhos, o Abade D. Fradique e João Bautista Rospigliosi. O tratamento do irmão do Papa, e seus dois nepotes, é título Excelência, assim estabelecida com os Embaixadores de França e Castela. Quando me recolhi ao Palácio do Cardial Protector, aonde me obrigou a ficar aquela noite, nêle achei um presente grandioso do Papa, de cousas comestíveis, cerimónias que se fazem aos Embaixadores de obediência. A tôdas estas funções me acompanhou e assistiu o Cardial Ursino, com notável amor e zêlo do serviço de V. A.: êle me parece homem de bellissima condição, sem invenção, nem doblez.

«Ao dia seguinte me trouxe ao meu palácio; nêle me têm mandado visitar todos os que mandaram carroças aos encontros, que são todos os que há, com grandes oferecimentos. O segundo dia, na mesma forma me vieram visitar António Grimos, Embaixador de Veneza; no dia seguinte vieram os Embaixadores todos, de Malta e Bolonha, por porta pública, porque se lhe não permite porta secreta, em razão de que aquela introdução só se pratica com Embaixadores de testa coroadada, a quem se dá a mão direita, e melhor cadeira, e entrada da porta, adiante, e se fala de Excelência; a todos os outros se fala de *Lei*, como por *êle*, abstraindo, e se precede na mão direita, na entrada diante, e na cadeira;

sentando-me debaixo do dossel, e em lugar preeminente aos tais Embaixadores fronteiros a mim, cadeira fora do dossel. E enquanto estou oculto até fazer a cavalgada, aos Embaixadores dos Reis e Cardiais recebo no primeiro degrau até o terceiro da escada da portinha secreta, e dali os levo à casa principal, da parte de dentro, e ao sair os acompanho até o mesmo lugar, sem descer os degraus, como se faz ao receber; aos Embaixadores que não são de testa coroada, recebo à porta da casa principal, da parte de dentro, e quando se vão dou um passo fora, e lhe volto as costas antes que se partam; aos Embaixadores de Sabóia e Florença se dão mais alguns passos ao sair; aos Cardiais se não faz mais que recebê-los à porta principal; e quando se vão se fica nela, porque como precedem na mão, na entrada, e no assento, não necessitam de mais, enquanto estou oculto. Como fizer a entrada, e me puser em público, há outras cerimónias, de que darei conta a V. A. como as executar, para que na Secretaria de Estado fique memória, para que outros Embaixadores que vierem não necessitem de mendigar as notícias destes estilos, que são necessárias.

« Os Turcos estão de posse de Cândia por capitulações, como se vê do papel junto que me mandou o Embaixador de Veneza; com esta notícia as galés de França, Malta e Igreja estão já em seus postos. D. Fr. Vencio, sobrinho do Papa, general da Igreja no socorro de Cândia, fica já em Castel Gandolfo; um dia destes virá beijar o pé a Sua Santidade, e voltará outra vez a Castel Gandolfo.

« Ajustou-se o casamento do sobrinho do Papa, João Bautista Rospigliosi, com Maria Palavincino; ao dia seguinte em que se fêz o casamen-

to, me mandaram os Rospigliosis dar conta do casamento, pai e filhos. Por não confundir as matérias em uma só carta, escrevo a V. A. outra. Guarde Deus a Real Pessoa de V. A. como seus vassallos hão mister. Em Roma, 26 de Outubro de 669 ».

Em o mesmo dia 2 de Novembro chegou a Lisboa o Conde de Schomberg, com tôda casa e família; foi bem recebido, e aposentado em as casas e quinta que D. Maria Pereira de Sande tem em Alcântara. Da parte del-Rei de França, donde vinha, propôs a S. A. o quanto importava fazer guerra a Castela, para o que o Cristianíssimo assistiria com gente e dinheiro. As artes da política têm reduzido os Príncipes a duas máximas: engano e conveniência. Sua própria conveniência tratava o Francês neste intento, desejando meter-nos em casa o engano, pintado com as côres da sua comodidade. Ouviu-se a proposta, conheceu-se o intento, e não se deferiu à oferta; e com tam boas razões, que, se não concluíam, obrigavam. Entendeu o Conde de Schomberg que o entendiam, e passou a pretender o que desejava alcançar, propondo como, tanto pelas correspondências de amizade como pelas leis da política, devia Portugal negar a Castela todo o socorro e assistir a França com tôdas as forças. A esta proposta se respondeu ao largo, esperando que o tempo ensinasse a tomar a resolução. Destas conferências nasceu (não sei se motivado de algum segredo) o resolver-se que os fronteiros do Reino acudissem a seus postos e levantassem em suas províncias alguns tёрços de Infantaria, para fomentarem as fortificações e exercitarem a milícia. Este é o pretexto; outro muito diferente se discursava,

que era o desígnio; para o povo o melhor freio da obediência é o que lhe põe o medo, facilitando-lhe os donativos com lhe dar a entender que são para sua conservação; política de que se valem os superiores, destruíssimos para introduzir seus intentos por estes meios. Houve um Governador da província de Lícia, condado criado por Mausolo, rei de Ásia, o qual, para tirar dinheiro dos povos para el-Rei, conhecendo o grande cuidado com que os Licienses curavam o cabelo pela estima que dele faziam, publicou que tinha ordem de seu Rei, para juntar tóda a quantidade de cabelo que houvesse na província, para lhe remeter, porque tinha necessidade d'ele. Tomou-se agramente a ordem, porque era contra o gosto; desejava cada qual remi-la, ainda pelo maior custo; concorreram todos com o preço, pedindo ao Governador que se mandasse comprar o cabelo à Grécia; podendo tanto o ardil, que tirou mais dinheiro, voluntariamente oferecido, do que pudera tirar com tóda a violência e fôrça executado. Tanta é a destreza com que os que governam sabem persuadir o que querem alcançar, que, sendo o mesmo para o povo a contribuição que tirar-lhe os cabelos, o trazem pelos cabelos à contribuição.

Em 5 de Novembro avistaram à Roca dois navios do Rio de Janeiro. Adiantando-se um d'elles, de menos fôrça e mais veleiro, com o desejo de chegar ao pôrto, e dobrando o cabo de Cascais, deu nas mãos de uma fragata de Turcos, que com brevidade o investiu e abordou, a tempo que o segundo navio, de que era capitão Francisco André, natural do lugar de Matozinhos, descobriu o conflito, que estimulado do apêrto largou o pano, e investindo o Turco, que tinha o Português aferrado pelo lado descoberto,

lhe deu uma valente carga; voltou e lhe deu a segunda, com tanto valor e tam boa sorte, que obrigou o Turco a largar a prêsa, mais ligeiro para fugir ao perigo, do que andou sua cobiça para o lucro. Entendeu-se, pelo mal que marchava, que saíu castigado da emprêsa. Livres e triunfantes saíram dela os nossos navios, com alguns poucos mortos e feridos, porém tam ufanos e alegres da vitória, que entraram no pôrto de Lisboa, publicando-a com tantas línguas, quantas eram as bombardeiras e galhardetes, em que os viu a Côte. Obriga-se a fortuna do valor; raras vezes desacompanha o temerário, e raras favorece o temeroso. Nunca os Portuguezes os venceu a fôrça alheia; muitas, sim, a cobardia própria, conhecendo esta verdade o historiador que disse que os Lusitanos, se se não venciam a si mesmos, nenhuma Nação os venciam; certeza bem qualificada nos presentes anos.

Mandou S. A. prender os mestres da naveta que tinha vindo da India em o fim do mês passado, porque, faltando às ordens que trazia, tomou a América, e diziam que sem necessidade, ainda que os uteis que se acham em estas escalas os pudera desculpar à vista da injustiça em que lhes coarctam as antigas liberdades. Com elas, perdiam-se os homens em tomarem as velas fora do pôrto de Lisboa; sem elas, se perdem se só em Lisboa as tomam; sempre vai a perder quem não sabe obrigar.

Era meado o mês de Novembro, quando entraram em Lisboa as fragatas que levaram a Itália o Conde Embaixador de Roma; chegaram a salvamento, depois de se deterem alguns dias em Liorne; não disseram de novo cousa alguma, mais que ser o Conde recebido do Grão Duque de Florença com honra e ostentação.

Neste tempo se divulgou na Córte que tratavam casamento o Conde de Vila Flor e António de Melo, que veio de governar a Índia, cada qual de um filho e uma filha, por troca. Despertaram as lembranças da causa da sua prisão; pareceu aos arbitristas, inimigos comuns, disposta a ocasião; mandou-se-lhe pedir, por modo de advertência, que desse 100.000 cruzados, e se negociaria sua liberdade. Respondeu que nem um ceutil havia de dar, que a sua causa estava posta em termos de justiça, que se fizesse o que ela julgasse. Êste fidalgo, quando veio da Índia, oferecia um donativo de 70.000 cruzados; julgou-se a oferta por remissão de culpas, e supuseram que o temor esforçaria a peita; pediram-lhe 200.000 cruzados. Ê António de Melo discreto, penetrou o motivo, e retirou a mão do fogo e a vontade do donativo; com o que adiantou sua causa, de modo que menos temia a condenação, do que o custo da oferta. Ninguém se cansa em cavar a terra de onde não espera tirar fruto. A esterilidade das árvores as livra da vara; todos esperam de quem dá, nenhum de quem não dá nada.

Tam fatal como fértil de novidades foi êste mês para a Córte de Lisboa. Ouça-se o caso que vou referir, que entendo que nem os ciumes do valimento, nem a malícia de uma mulher, podiam chegar a tam alto ponto: o Conde de S. João, a quem S. A. deu o título de Marquês de Távora, e o Conde da Torre, eram os dois mais bem vistos do Príncipe, êste mais que aquê, razão bastante para serem émulos do Duque de Cadaval, que por ocupação de Mordomo-mor da Princesa, e por sua qualidade e prendas, se fazia estimar muito da dita Senhora. No valido, nenhum inveja os attributos com que merece, todos

sim os favores que alcança. Servia-se a Princesa de uma Senhora, dama sua, tam crescida na idade como no corpo, dois ingredientes que fazem sobressair muito a fealdade. Esta, e o ser o Duque particular amigo de dois irmãos seus, lhe assegurava a confiança de falar com ela mais vezes, que com nenhuma das outras damas; tomou daqui motivo, ou a limitação do sexo, ou a viveza da emulação, ou tudo junto (como se presume), para sair a público com uma resolução temerária. Foi-se esta dama à Princesa, e com cara lastimosa e palavras sentidas, tudo enfeite de seu intento, lhe disse que importava ao crédito de S. A., e à sua própria honra, casar com o Duque do Cadaval; dizendo nestas breves palavras mais do que pudera declarar em dilatados períodos. Suspensa a Princesa, entre a dúvida, que lhe propunha a relação, e a verdade, assentou consigo dar conta a S. A., como o fêz. Sentiu com extremo, e fêz demonstrações grandes, crendo mais a testemunha, ainda que suspeita, do que a razão, ainda que desenganada; porque facilmente mais lhe parecia cair o Duque sem tentação, que deshonorar-se uma mulher de bem, a si mesma, sem delito. Achou a emulação brecha, se não para acusar o crime, ao menos para descompor a pessoa; e mandou S. A. ao Duque não entrasse mais no quarto do Palácio da Princesa. E porque caísse de todo o edificio, acusaram a seu irmão D. Teodósio de embarçar a mercê que S. A. tinha feito a Luiz de Sousa, do lugar de Capelão-mor. Mandou dizer S. A. ao Duque que escrevesse a seu irmão (que estava em Coímbra, para se formar, em ordem a entrar no mesmo lugar, por mercê que tinha da Rainha mãe e de el-Rei D. Afonso) que desistisse dos embargos que tinha pôsto a Luiz

de Sousa. Obedeceu a razão à fôrça e ao tempo, e tomou posse de Capelão-mor Luiz de Sousa, com grande festa, em os últimos de Novembro de 669.

Em 28 de Novembro, nomeou S. A. ao Padre mestre Fr. Luiz da Silva, Religioso da Trindade, Bispo cortesão. Em o tempo dos Suevos, tendo sua Côrte em Braga, sabemos que só foi S. Martinho em Dume Bispo, sendo a sua Diocese a Capela Real, e suas ovelhas todos os ministros, oficiais e criados de Palácio. Desde então, não lemos que houvesse semelhante Bispo, menos em o tempo dos nossos Reis de Portugal; estas antiguidades ressuscitou agora, não sei se o zêlo, se a emulação. A título de substituir ao Capelão-mor nos Pontificais e officios da Capela, se divulgou esta nomeação, e juntamente a queixa do Capelão-mor, a quem coarctaram a grandeza e jurisdição, entendendo-se que lhe cometeriam os exames dos opositores às Igrejas do Padroado. Razão teve na queixa Luiz de Sousa, pois devendo-se-lhe consultar a pessoa que lhe havia de assistir, primeiro lhe chegou a notícia da nomeação que da escolha; primeiro o facto, que o intento. Ajudou a conveniência de muitos a subir ao lugar de Capelão-mor a Luiz de Sousa; enganou-os a presunção, e, arrependidos do êrro, o quiseram emendar com um absurdo. Diferem os ditames da razão dos da vontade, que esta obra por gôsto, aquela por crédito.

Deu fim êste mês com S. A. dar ao Conde de S. João o título de Marquês de Távora. Seu merecimento aprovou com aplauso comum a mercê. Nenhum vassalo serviu a seu Rei, nem com maior zêlo, nem com mais fortuna; competiam no Conde de S. João o valor e a diligência com que empreendeu e saíu com tudo quanto

intentou; nunca o interesse o moveu, sempre a honra o estimulou; foi extremado em honrar os Cabos e soldados que o mereciam, e rigoroso em castigar os que se descuidavam. Viu-se tam temido em Castela, que o sonhavam, e tam respeitado em Portugal, que o temiam; sua presença em tôdas as ocasiões era fiador das vitórias; e só o Conde podia dizer, com Júlio César, a seus soldados, que não temessem, porque levavam consigo a sua fortuna e o seu valor.

Entrou Dezembro, e nomeou S. A. a Luiz de Mendonça Furtado por Viso Rei da Índia, dando-lhe o título de Conde de Lavradio. É este Fidalgo, por suas prendas e qualidades, digníssimo do lugar, e se prometiam todos que em seu govêrno e indústria se melhoraria muito o Estado da Índia. Prepararam-se cinco vasos para levar em sua companhia; prendiam-se pelo Reino (e se começou pela Côrte) todos os inquietos e divertidos; muita gente se alistou voluntariamente para a milícia; para marear se prenderam muitos homens que nada sabiam do mar. Nenhum ministro serve aos Príncipes para os servir, senão para se acrescentar; e para este fim tratam de que avulte o número, quando para os empregos se houvera de buscar o preséntimo. Dignos os tais de rigoroso castigo, pois sem reparar em o damno do Reino, atendem só a melhorar-se nos prémios. Em tôdas as matérias, o melhor é o que mais aproveita, e não o que mais avulta.

Chegou a nova triste da Ilha de Cândia. Sentiu-se como era razão, e como não era razão se pôs a culpa ao Francês. Nenhum Príncipe acudiu ao socorro mais empenhado, e de nenhuma outra Nação se pode dizer que no conflito errou, porque nenhuma outra se achou nêle a socorrê-la

(falo nas Nações que tem portos no mar Oceano); a perda foi grande, e as cousas grandes só se sabem estimar depois de perdidas. Não soube estimar o Imperador Valentiniano ao valoroso capitão Caio enquanto o serviu, senão depois que lhe faltou. Tôdas as cousas se estimam mais na falta, que na posse. Era a Ilha de Cândia porta para Itália; em se conservar se asseguravam os Príncipes das invasões dos Turcos; nenhum estimou a importância na posse, agora todos a confessam na perda, mas com a desgraça que não vale a confissão, por mais que o arrependimento acuse a tibieza e desatenção.

Não faltou em socorrer a Cândia o Papa Clemente IX, com todo o cuidado e dispêndio; e assim fêz nêle tanto abalo o sentimento da perda, que dentro de poucos dias lhe deu um acidente de apoplexia, que o deixou sem sentidos; acudiram-lhe os médicos com todos os medicamentos, até lhe deitarem na cabeça um botão de fogo, com que tornou ao uso do seu juízo; e com esta melhoria, em 6 de Dezembro, dispôs de tôdas as cousas pertencentes ao supremo lugar da Igreja e de sua alma. Criou oito cardiais; a quatro dos antigos encomendou o governo da Igreja, enquanto se não elegia novo Pontífice, já que não podia assistir a êle; e aos 9 do dito mês deu a alma a seu Criador, com universal sentimento da Cristandade, e mais dêste Reino, a cujos particulares se tinha manifestado sumamente affecto.

Notou-se neste Reino ao nosso Embaixador o não se aproveitar da ocasião de 6, em que o Pontífice esteve liberalíssimo em a concessão de graças e favores a todos os Embaixadores, porque, se em público não estava ainda como os mais (por o tempo não dar lugar), pudera entrar

na Câmara por porta secreta, tendo para guia o Cardial Ursino, nosso protector, que também se notou de remisso em ocasião tam oportuna. Porém, no fim do mês seguinte, chegou a S. A. carta do Embaixador, em que se pode ver as razões de o não executar, fazendo sua entrada ao Sacro Colégio em Sede Vacante, em 13 de Dezembro de 669, cuja cópia é a que segue:

« Em 29 de Novembro dei conta a V. A. do estado da doença do Papa, e da criação que fez de oito cardiais. Em 7 de Dezembro, escrevi a V. A. que o papa não pôde assinar o Breve, sem o qual eu não lhe havia de dar em a cama a obediência e entregar a carta credencial de V. A. Em 9 do dito escrevi a V. A., por um correio despachado a Paris, dando conta a V. A. do falecimento do Papa, que deu a alma a Deus no mesmo dia 9, às seis horas da manhã. O desejo que tenho de dar boa conta dêste grande negócio, que V. A. foi servido recomendar-me e fiar do meu zêlo, me obrigou ao intento que referi a V. A. nas cartas de 29 de Novembro e de 7 de Dezembro; e como isto se desvaneceu com a morte do Papa, discursei que caminho tomaria para me não arriscar a que o novo Pontífice pudesse alterar o que estava estabelecido com seu antecessor Clemente IX. Achei que, se eu pudesse ser recebido à visita pública do Sacro Colégio, ao pésame da morte do Papa, à persuasão do acêrto da futura eleição, à entrada do Conclave, a tôdas as mais cerimónias que tocam aos Embaixadores dos Reis, com as mesmas honras e circunstâncias, impedia, com o consentimento comum do Sacro Colégio, tôda a dúvida principal, que ao diante podia nascer; e suposto que estou em terra donde dizem que quem quizer ser Papa que o meta na cabeça,

me determinei a pôr a proa neste mar de dificuldades, em que achei terriveis obstáculos; porém, graças sejam dadas a Deus, tôdas venci gloriosamente; depois do negócio ser argumentado com os Cardiais cabeças da facção, e com todos privadamente, se ajuntaram e puseram em votos com escrutínio e escritos fechados; ajuntaram-se os que não estavam impedidos por doença, e foram 38, dêstes votaram por mim 34, e os 4 que se não conformaram foi com o fundamento de que eu estava incógnito, e que antes de dar a carta credencial ao Papa, e ser declarado, não me tocava nem convinha ao Sacro Colégio receber-me e admitir-me àquelas funções, que eram só lícitas aos Embaixadores régios declarados e admitidos; sexta-feira, 13 do corrente, me esperava em S. Pedro todo o Sacro Colégio, às onze horas da manhã; fui em público, com frocos e com cortejo numerosíssimo; vieram-me buscar a minha casa, por sua cortesia, os Prelados que contém a memória abaixo, e me acompanharam, cinco dêles à minha mão esquerda, e os outros, segundos nas precedências, nos estribos e nas cadeiras de diante; mandaram os Embaixadores, e Príncipes, as suas carroças, e Gentis-homens ao cortejo, e sempre o Embaixador de Castela é o primeiro neste favor; vieram muitos Títulos, e Cavaleiros Franceses ao meu palácio; e todos foram no cortejo, que, sôbre numeroso, foi luzidíssimo e festejado de tôda esta Côte.

«Cheguei a S. Pedro, saíu-me a receber Mon-senhor Febei, Mestre de cerimónias, que foi do Papa e o é do Sacro Colégio; nenhuma outra pessoa mais que eu e êle, e detrás de mim se fechou a porta. Achei sessenta Cardiais em bancos, girando por tôda a circunferência da casa, e co-

bertos; parei na abertura dos bancos, fiz genuflexão, e tiraram os barretes com inclinação; levantei-me e cobri-me, antes que o Decano, Francisco Barberino, que ficava no centro, frente à porta diante da qual eu me achava, me acenou, me cobri logo; sem embargo que se me havia advertido que esperasse o acêno, não me pareceu esperar por êle. Falei a mesma substância, e palavras, que contém a cópia que remeto a V. A. Eu não soube fazer melhor sermão, mas ainda assim me mandaram dizer alguns Cardiais que não cuidavam que os Governadores Generais sabiam ser tam grandes oradores. Eu refiro a V. A. o que passa, como sou obrigado, e protesto aos pés de V. A. que não é minha intenção referir desvanecimentos, nem ostentar acertos; é só de individuar a V. A. em verdadeira narração tudo o que se passou, o que disse, e o que me dizem. Acabada a minha arenga com felicidade, porque não troquei palavra, fiz segunda genuflexão, a que todos com respeito cortês corresponderam com os barretes e inclinações; cobri-me, como primeiro fiz. O Cardial Decano, Francisco Barberino, se concertou no assento, e se preparou para a resposta, que foi o que se segue à minha prática. Quando me começou a falar, me descobri, e todos, e logo nos cobrimos; acabou o Decano a prática, fiz terceira genuflexão, e em pé sauí com inclinação de cabeça, em roda, a todos os Cardiais, e me saí dando muitas graças a Deus de me não perder naquele acto tam excessivamente severo. Quando na minha prática, ou do Cardial, se falava no Papa, ou em V. A., todos se desbarretavam. Êste caso, Senhor, é admirado, e eu confesso, e o confessam, por um singular favor nesta Côrte, discursando-se que, se

fôra digno de estimação persuadir na pessoa do Papa uma vontade a que desse ao Embaixador de V. A. as honras de Embaixador de testa coroadada, foi sessenta vezes mais persuadir sessenta vontades à mesma recepção, a mais poderosa que se conhece na Igreja de Deus em acto do Sacro Colégio. Um só caso houve, que refiro a V. A. para maior estimação do presente, e foi que, vivendo Inocência Undécimo, mandou o Imperador poderes ao Condestável Colona, pai do que hoje é vivo, para a função de Embaixador extraordinário de obediência ao mesmo Inocência; quando chegou este despacho ao Condestável era falecido Inocência, procurou ser admitido a função do Sacro Colégio, opuseram-se rijamente a maior parte dos Cardiais; porém, como o Condestável tinha no Sacro Colégio a seu irmão o Cardinal Colona, depois de muitas disputas, venceu, com o Decano e outros, que entrasse; entrou, foram-se os Cardiais, ficaram somente sete a ouvi-lo; o pobre Embaixador, que devia trazer estudada a prática para muitos Cardiais, vendo-se ao principiar a prática tratar desta sorte, se saíu desconsolado, como era justo.

«O Cardinal Ursino não só fez muito neste negócio, mas com razão posso dizer a V. A. que fez tudo, trabalhando de noite e de dia, com ânsia e desvêlo incrível; merece o Cardinal que V. A. lhe escreva uma carta de agradecimento, e não com palavras ordinárias. Senhor, em Portugal ouvi que o Cardinal Ursino era um homem de quem aqui se não fazia caso, e que não sabia qual era sua mão direita, que não prestava para nada, e que nos negócios de Portugal não fazia o que devia. Estas informações, ou nasceram de muita ignorância, ou de muita maldade, por-

que o Cardial Ursino, sôbre ser um Príncipe grande por seu valimento e nascimento, não é só discreto, mas discretíssimo; é muito respeitado e muito amado, satisfaz à sua obrigação no serviço de V. A. com uma vontade verdadeira, zela o crédito do Reino como o soubera fazer o mais fino Português; tem um coração e uma vontade incomparável. Tudo isto tenho experimentado no Cardial Ursino, e tal é o Cardial; e assim o dirão a V. A. todos os homens que o conhecem, e quiserem falar verdade.

« Comecei logo a visitar o Sacro Colégio em particular, com frocos (insígnia de Embaixador extraordinário de obediência de Rei) a tôda a extensão necessária. A primeira visita é sempre ao Cardial Decano Francisco Barberino, a segunda à Rainha da Suécia; depois aos Cardiais, como se acertam. Acabando as duas primeiras visitas, a fiz ao Cardial António Barberino, protector de França; disse-me que tinha ordem de el-Rei para comigo, como Embaixador de S. M. Cristianíssima, e me disse que era comissão esta que êle aceitara com grande gôsto. Ontem à tarde visitei o Cardial Delche, e vou continuando com os mais, bem que me ensina a boa política a ir vendo os sujeitos papalinos; é incrível as cortesias, e os oferecimentos, e o agrado com que todos êstes Cardiais me festejam.

« A rainha da Suécia, que como já escrevi a V. A. pode em Roma tudo o que quere, me recebeu com agrado e cortesia notável; e quando me levantei para sair, me disse que queria ver meus filhos e a minha côrte; agradeci aquela honra; mandou pelo seu Mestre da Câmara entrar meus filhos e criados na mesma casa; meus filhos lhe falaram, e, virando para mim, me disse:

— Senhor Embaixador, não pode dar-se mais bizzaria e luzida côrte; e por me fazer maior honra, depois que me pus na marcha, se passou ao quarto da rua, patente a uma janela, a ver as carroças e as librés.

« O Embaixador de Castela, no mesmo dia à tarde (porque eu fui pela manhã) foi visitar a Rainha. Esta manhã fêz a oração do Sacro Colégio o Embaixador de Venesa, e eu o mandei acompanhar como me fêz a mim. Amanhã creio que vai à mesma função do Sacro Colégio o Embaixador de Castela; não se praticam procedências, vai adiante o que primeiro pediu audiência. Em outras cartas dou conta a V. A. de outros negócios, com a mesma data. Guarde Deus a Pessoa Real de V. A. como seus vassallos havemos mister. Roma, 17 de Dezembro de 669. *O Marquês das Minas* ».

O Marquês, estando com as galas de côr vermelha de veludo carmesi, mandou fazer libré de veludo negro para sessenta pessoas, dentro de vinte e quatro horas, para ir ao Sacro Palácio dar a embaixada.

Prática que o Marquês fêz em o Sacro Colégio dos Cardiaes, em Sede vacante, em 13 de Dezembro de 669

« Em nome do Sereníssimo Príncipe D. Pedro, meu Senhor, cujo Embaixador sou extraordinário de obediência à Santa Sede Apostólica, venho significar a êste Sacro Colégio o filial amor com que o Príncipe meu Senhor sabe sentir a perda da Santidade do Papa Clemente IX, digníssimo Pontífice na Igreja de Deus, corres-

pondendo com estas verdadeiras lágrimas àquela obrigação herdada, repetida, e experimentada na duração de tantos séculos, no singular amor e reverência, com que sempre os Sereníssimos Reis de Portugal, pais e avós do Príncipe meu Senhor, respeitaram e obedeceram aos Sumos Pontífices Romanos. Espera o Príncipe meu Senhor com grande fundamento o remédio de tamanha perda na criação nova do Pontífice, que achando-se na presente lástima composto este Sacro Colégio de ministros de tam raras qualidades e singulares virtudes, é certo que a eleição futura será correspondente à expectação de tóda a Cristandade, para conservação e aumento da Sede Apostólica. Para este fim da criação do novo Pontífice, e sua conservação, e para todos os que respeitarem o estabelecimento de tóda a Igreja Romana, ofereço em nome do Príncipe meu Senhor a este Sacro Colégio o muito que valem a potência e as armas do Reino e Estados do Príncipe meu Senhor, que não tardará mais em concorrer com os meios necessários, que o que tardar o Sacro Colégio em dizer-me o de que necessita a Igreja de Deus para a sua quietação, conservação e defesa ».

Resposta pelo Cardial Francisco Barberino, Decano no Sacro Colégio.

A expectação que V. E. faz no Sacro Colégio, em nome do Senhor Príncipe D. Pedro, por parte do qual é mandado a dar obediência, é com muita razão aceita e agradecida de todo o Sacro Colégio, como vinda de um Príncipe e de um Reino tam benemérito da Sede Apostólica, pela memória da piedade dos Reis de Portugal,

que renovaram e estabeleceram a fé nas mais remotas partes da Índia, donde em princípio a tinham introduzido os Apóstolos. E quanto à atestação do sentimento da morte do Pontífice, esta é muito bem devida às raras qualidades que ornavam a sua pessoa e ao affecto que havia sempre mostrado a Portugal. O Sacro Colégio dá os devidos agradecimentos ao Senhor Príncipe D. Pedro das ofertas feitas da sua assistência em ocasião de tanta importância. Emquanto à extensão que V. E. faz de se eleger um novo Pontífice, que nas tribulações presentes possa ser apto para o bem universal, este será o primeiro e único objecto do Sacro Colégio ».

**Memória dos Prelados
que acompanharam ao dito Embaixador
na função do Sacro Colégio**

Monsenhor de Angoli, Arcebispo.

Monsenhor Baldechi, Arcebispo.

Monsenhor Castiglioni, Bispo.

Monsenhor Farceti, Protonotário.

Monsenhor de Fotis, Referendário de assinatura.

Monsenhor Crecêncio, o mesmo.

Monsenhor Cavalher, o mesmo.

Monsenhor Valeti, o mesmo.

Emquanto estas cousas sucediam em Roma, nomeou S. A. em Portugal a D. Veríssimo de Lencastre, primo do Duque de Aveiro, Inquisidor da Mesa Grande e sumilher da cortina, em Arcebispo de Braga; varão em cuja pessoa concorriam com excesso todos os requisitos para o

lugar: a qualidade grande, as letras muitas, a virtude muito mais, a modéstia extremada, a benevolência conhecida, a idade de quarenta e cinco até cinquenta anos; com aquêlê vigor que era necessário para reformar o distraído e escandaloso dos Capitulares daquela Igreja primaz, há trinta anos sem Pastor e sem reformação. Foi a nomeação de todos aplaudida, como a pessoa de todos é venerada.

A 13 de Dezembro morreu em Lisboa D. Gerónimo de Ataide, Conde da Castanheira, que ao depois de estar em Castela perto de quarenta anos veio para Portugal o ano de 668, para morrer em sua pátria; faziam-lhe de idade noventa anos.

Em êstes dias entregou Rui de Moura Teles seu neto Lourenço de Mendonça a S. A., metendo-o dentro do Limoeiro, por tirar da porta de seu cunhado, o Conde de Val de Reis, e da de António de Mendonça, as guardas que os encarceravam e consumiam. Pareceu-lhes a êstes Senhores que, pôsto o negócio em litígio, seria fácil provar o poder o contrário do que publicava o escândalo; e que uma moça, destituída de pai e irmãos, que defendessem sua causa, se não atreveria a acusar uma deshonna. Obrigado dêstes dous estímulos, mandou S. A., por sentença definitiva, que casasse Lourenço de Mendonça. Era terrível a condição, e foi menos dificultoso o preceito. Casou, recebendo por mulher a mesma que havia acusado por puta, satisfazendo, com lhe dar a mão de marido, à obrigação e à deshonna. Aos homens pinta seu próprio capricho as cousas como desejam que sucedam, e não como podem succeder; e com os mesmos passos que dão para fugir ao perigo, se metem no laço, ficando-lhes em

casa a infâmia da negociação para a nota do castigo.

Poucos dias depois, partiu S. A. da Côrte para a banda de além, a uma quinta que chamam Pancas, donde há muita caça. Deixou a Princesa para os despachos, o que ela não tomou bem, picada de alguma desconfiança, que o tempo lhe certificou. Passados alguns dias, voltou S. A. para assistir à festa dos três dias de Santa Engrácia, e voltou achacado; a causa que se divulgou foi de trazer um joelho molestado, mas a certa estava mais acima; punha-se a culpa ao cavalo, e a pena não sei se a causavam mulas; o desenfreado foi do apetite. Cresceu o mal e avultou; foram necessárias sangrias, recusou-as o Príncipe; deram-lhe bichas, não sei se se recolheu o mal, estava condenado a suores a título de frialdades; que até as doenças e achaques se nomeiam por títulos decorosos, porém êste é bem indecoroso para um Príncipe; e enquanto estava de cura, ia a Princesa correndo com os despachos.

Publicaram-se pelos Reis os títulos de Marquês da Fronteira ao Conde da Tôrre, o de Marquês das Minas ao Conde do Prado; a D. António, filho de D. Francisco de Castelo Branco, o condado de Redondo, que ficou devoluto à Coroa por morte de seu tio D. Duarte de Castelo Branco, e lho deram agora em dote com uma Senhora, dama de Palácio; honras verdadeiramente merecidas de todos êstes Senhores. Falava-se também em se dar o título de Duque ao Marquês de Marialva, porém até agora não teve efeito, estando neste tempo gravemente enfermo. Entrou o novo ano com estas mercês; e com se pôrem em execução, o que havia muitos meses se tratava.

Pretendendo os Fronteiros tornar a seus postos, saíram com a sua pretensão. E assim, partiu para o Alentejo o Conde de Schomberg; para o Minho, D. António Luiz de Sousa, filho do Marquês das Minas; para Trás-os-Montes, o Marquês de Távora; e para a Beira, Gil Vaz Lobo. Mas não sei se saíram descompostos das empresas, porque os povos, conhecendo a causa, e não temendo da parte dos Castelhanos a guerra, hão de sofrer muito mal a repetição do jôgo. Sei que na província do Minho, fizeram alguns desaccatos a D. António; e caída a reputação e o respeito, tudo vai perdido. Contarei uma que se lhe fez. Estava em Viana este Fidalgo, e do Minho se lhe mandou um salmão (peixe muito estimado) e quatro lampreias, elas e êle os primeiros que este ano apareceram em aquêl rio; e saíram quatro homens disfarçados ao encontro dos portadores, tomaram-lhes o peixe, e mandaram-lhes levar as cartas, com recado que advertisse no fim que lhe prognosticavam aquêles princípios, e que não errasse as contas.

Os Sebastianistas ressuscitaram nas esperanças, vendo o Pontífice morto, o Reino sem Bispos, o Govêrno sem leme, o Reino sem Rei, os povos com guerra, que lhe querem fazer os naturais, a Princesa impossibilitada para conceber por achaque habitual que lhe procedeu do parto (outros querem que seja castigo merecido pelo casamento); e parece que tem desculpa sua esperança, se a não condenara a individuação da pessoa. Para Deus melhorar o estado das cousas, razão tem a esperança que se funda na maior ruína delas, porque é estímulo para sua bondade acudir com o remédio, chegando as cousas a maior necessidade; mas cortarem-lhe o infinito de seu poder, a que forçosamente se

aproveite d'êste ou daquele instrumento para obrar, é ignorância; um Senhor que dá ser a todos os homens não necessita de um homem para melhorar uma Monarquia, e é loucura bárbara querer a humana esperança dar modo à divina Providência; erro que em os de Betúlia condenou àsperamente Judite, e que nos de Portugal pode estranhar todo o fiel. Ressuscitou com estas esperanças a lembrança del-Rei D. Afonso, tam morto para memória dos homens como que se estivera no sepulcro há muitos séculos. Fácilmente esquece de todo quem não é visto de nenhum; assim o entendeu quem na fortaleza da Ilha o sepultou, metido em um aposento donde só vive para o sepulcro, que lhe não tira o ser a largueza do aposento, cercan-do-o quatro paredes donde não podia sair; que, se a vida o livra da corrupção, o corpo não está fora da sepultura, pois os que lhe assistem é com tanto apêrto, que mais o enterram do que o prendem; e não havendo quem o ouça, nem quem o veja, fora dos guardas (aos quais é inviolável preceito o segredo), não sei por donde os Sebastianistas podiam saber que el-Rei D. Afonso não descansa, de dia e noite, de clamar por el-Rei D. Sebastião, seu tio, que acabe de chegar a dar-lhe sua liberdade e seu Reino.

Nestes dias queria comprar o Embaixador de Castela as casas de Henrique Henriques de Miranda, que êle fêz em o Campo de Santa Ana. A todos admirou o facto, deitando muitos e vários discursos sôbre qual seria o intento. Publicava que queria viver em Lisboa, namorado do clima, pago da grandeza, satisfeito das comodidades, seguro nas pazes; porém, como o consideravam estadista, o imaginavam falso. Tem a malícia reduzido a razão de Estado a uma refi-

nada falência, fundando-se no engano e na dissimulação, reparando-se destes golpes a desconfiança; não havendo fé sem dúvida, com esta se penetra o desígnio do contrário em quanto obra. Em a política, quem melhor acerta o alvo é o que dêle mais desvia a mira. Assim quiseram muitos dizer que o Embaixador, com os seguros que nos mostrava da paz, nos pretendia encobrir a guerra; e para no tempo dela ficar com seguros de espia, se fingia obrigado do País e namorado da terra, dispondo nossa segurança com sua renúncia, para que, sucedendo a guerra que dissuadia, ficasse para connosco na opinião de que a encontrava. Êstes eram os discursos; o tempo ensinará a verdade com os sucessos.

Os da experiência nos tem mostrado que da parte de Castela não há homem do povo, nem dos magistrados, que queira tornar a tomar armas; e confessam, com protestos, que ainda que os Portugueses lhes tomem as fazendas, as casas e os filhos, se não hão de defender. O mesmo juram os Portugueses, por mais que a diligência os inquiete; e as cousas postas neste estado, vêm a ser tôdas as prevenções mais efeito do mêdo, em razão das dúvidas que se levantaram sôbre a restituição dos bens dos confiscados, em que Castela porfia com obstinação. O Conde de Miranda, que há dias mandou para Portugal sua casa, recâmara e criados, se deixa lá estar, ou porque nossa comodidade o detém, ou porque sua conveniência o convida; tudo dizem, e acrescentam que a Rainha de Castela o obrigava, parecendo-lhe que, com o ter em Madrid, tinha contra os movimentos de D. João de Áustria o favor de Portugal; e já poderá ser esta a causa que tenha aquêle Príncipe sossegado quanto aos exteriores, que de seu ânimo,

tocado uma vez da ambição, sempre se teme inquieto; contudo as suspensões vão dando largas ao tempo, e este aumentando a idade a el-Rei de Castela para os refrear, tomando na mão o cetro e a espada.

Deixámos dito como o Padre António Vieira partiu numa nau inglesa para Itália em 14 de Agosto de 669, e não fazendo o Embaixador menção de sua chegada, antes alheio de toda a notícia do dito Padre, se murmurava que havia desaparecido, assinando-lhe diferentes partes donde poderia estar, muito contra sua religião e fidelidade; e em prejuízo do dito Padre se falava largamente. Há homens tam desgraçados, que em suas prendas têm seus maiores inimigos; mas muito mais infelizes são aquêles que fazem seus maiores inimigos de suas prendas; porque se o primeiro tem a desgraça de provocar a inveja, o segundo tem a culpa de dar ocasião à suspeita. O certo é que o Padre Vieira andou em Itália, furtado às notícias do Embaixador, e se afirmou que não à dos Cristãos-novos, que em toda a parte lhe fizeram grandes passagens; se era inclinação ou desempenho, não corre por minha conta o averiguá-lo. Depois do nosso Embaixador estar em Roma, se escreveu de lá que em aquella Cúria estava o dito Padre, e a Companhia teve cartas suas, sabendo-se por elas da pessoa, porém não do negócio, se nos havemos de fiar dos autores.

Em este mês de Janeiro de 1670 passou o Marquês de Tenório, irmão maior do Visconde de Vila Nova de Cerveira, por o Minho, à Corte de Lisboa, a instar na pretensão da casa. Da primeira vez que fez esta diligência se voltou descontente, pelo mau despacho que levava; devia experimentar que as diligências em Castela

lhe não adiantavam sua causa, e desenganado se veio segunda vez a pretender em Portugal, dando-nos a entender o motivo com publicar que por mais sem-razões que houvesse da nossa parte, não havia de Castela romper com Portugal. Sucessos são estes que verificam aquela sentença tam certa « *da boa guerra nasce a boa paz* », pois tôda a firmeza desta vemos nascer da viveza e rigor daquela. Assim como o destemido refreia o contrário, assim a cobardia é reclamo que chama pelo inimigo.

Neste mesmo tempo, saíram da Cidade do Pôrto três navios, para o Brasil dois, e um para Buenos Aires, e depois vieram novas como todos três deram nas mãos dos Mouros. É muito para reparar nas ânsias com que os homens caminham à sua perdição, quando fiam menos de Deus que de suas diligências. Era tanta a cobiça dos mestres dos navios, que, sôbre qual havia de sair primeiro, chegou a dar um 1.000 cruzados, e comprou o ser primeiro que se perdeu; e um, que era o quarto, que não saíu em aquela maré, chegou a salvamento. Aqui se vê como a melhor fortuna não é do que mais cedo madrugá, senão do que Deus ajuda. Que de bens conseguiram os homens se se deram por entendidos dos desejos de seus intentos? Avaliam o não conseguir por desgraça, e em a não conseguirem consiste tôda a ventura. Tôdas as acções humanas tomam o ser do fim, e como nenhum dos homens tem presente os fins de sua acções, nenhum deve avaliar por felizes, nem infelizes, seus intentos.

Tardava a nova da eleição do Pontífice, não para os que o entendiam, senão para os que assim o desejavam; queriam que a eleição se dilatasse, e a causa fôsse haver divisão no Con-

clave, para fundarem as esperanças em alguma aparência. Acham em seus cartapácios que, não havendo Bispos, e havendo cisma na Igreja, virá el-Rei D. Sebastião; e à fôrça querem que seja, opinião que não tem nenhuma fôrça. O espelho mais enganoso é o desejo dos homens, nêle se representam as coisas, não como devem ser, senão como elles querem que sejam. Terrível mal é esperar o incerto, e pior doença viver amarrado à esperança de um impossível, porque esta com o mesmo tempo que desengana se aumenta, e aquêle acha fim nos desenganos do tempo. Tumultuosamente em corrilhos se praticava esta matéria, com que os apaixonados desabafavam, e os advertidos padeciam; fàcilmente se foi apagando o fogo, que o desta opinião não é como o de Prometeu, que lhe animou, e deu vida ao corpo de um homem, se não convertido em terra, composto de terra.

O Conde de Monsanto, filho do Marquês de Cascais, que desde a prisão de Lourenço de Mendonça se havia ausentado da Côrte, ou por seguro, ou por disfarce, passou a Castela, de onde voltou meado Fevereiro; fêz fidalguia da confiança, como se a falta de respeito tivera algum parentesco com a generosidade; e houvera-lhe de custar caro o discurso. Assim como entrou na Côrte, o mandou S. A. prender no Limoeiro; e se dizia que sem dúvida iria para a Índia desterrado, o que se devia inferir da cólera e da razão do Príncipe, que tomou muito mal ir um Título, seu vassalo, a reinos estranhos sem sua licença. O sogro, e o tempo, moderaram o castigo, ainda que não puderam diminuir na culpa. Saíu do Limoeiro, dando-lhe homenagem para continuar a prisão em sua casa, e se lhe mandou que se livrasse ordinária-

mente da morte que deu ao Mestre de Campo José de Sousa, em a vila de Cascais, como deixámos dito.

Entre os Títulos que S. A. deu, foi um o de Marquês da Vila da Fronteira, na Província do Alentejo, ao Conde da Tôrre, com cláusula que o seria querendo os moradores, por ser até agora Vila del-Rei, e não quererem os povos sujeitar-se ao dominio de outros Senhores, que emfim são vassalos, e não podem com a fortuna de se verem senhores déles; e este Fidalgo por sua altivez não se fez amável. Recusaram os moradores o novo Senhor, não os podendo vencer nenhuma diligência, de quantas fez o Conde para lhes ganhar a vontade. Por último ataque, foi à dita vila Diniz de Melo em pessoa para os reduzir com o respeito; perderam-lho, e achou que livrara bem em se acolher. Tomou o Conde da Tôrre caminho mais seguro; houve provisão absoluta de S. A., com a qual não tiveram remédio os moradores senão obedecer, com que sem impedimento tomou o Conde posse do título de Marquês de Fronteira. É vila murada, de terreno algum tanto agreste, falto de águas constará de quasi 800 vizinhos.

Viu Castela a renitência que havia em Portugal em satisfazer à condição das pazes, de se restituírem os bens e honras aos ausentes; esforçou o empenho por tôdas as vias, e com apêto, por seu Embaixador, puxava pelo complemento do dito capítulo. Respondeu-se-lhe que emquanto Castela não restituísse ao Duque de Medina Sidónia o senhorio das terras de que o havia privado, não esperasse que em Portugal se restituísse cousa alguma a pessoa que em razão das guerras a houvesse perdido; viu-se o castelhano atalhado e convencido, e procedeu menos fogo-

so, parecendo-lhe a seu pundonor mais fácil não restituir ao Duque só, que não restituir Portugal a todos, e por não reduzir a própria sem-razão, aprovou tácitamente a razão que Portugal tinha para não restituir.

Com a entrada dèste mês de Março se entrou com todo o cuidado no apresto da armada que havia de partir no fim dèle para a Índia. Constava de cinco vasos, com 2.000 homens de guerra, havendo muitos que voluntariamente se alistavam, e não foram necessárias algumas pessoas violentadas. No maior do apresto, entraram em Lisboa cinco fragatas francesas, e, persuadida esta Nação de sua mesma inconstância, fugiram delas para as naus da Índia cinqüenta marinheiros. Vendo o cabo a gente que lhe faltava, a mandou pedir, dizendo lhe era necessária para marear as suas fragatas. Reparou-se na reputação (que a necessidade própria não obrigava a reparo, porque nos não faltavam marinheiros), e chegou o negócio a se fazer Conselho de Estado, mas com pouco estudo. Resolveu-se que se não dessem os marinheiros ao francês, o qual, irritado, ameaçou que se saíria do pôrto ao mar largo, e que os cobraria por fôrça. Pôde o ameaço mais que a razão, e mandaram-lhos entregar. Os conselheiros representava a Antiguidade em um cetro todo cercado de olhos, querendo dizer que hão-de ser circunspectos em medirem o presente, vendo o passado e o futuro, com tudo o que pode succeder para a prevenção, e o que tem succedido para o documento. Muito curto é de vista o conselheiro que vota sem ponderar o que pode resultar do que pelo seu voto se resolver. Quem nas matérias vota melhor é o que mais considera nos inconvenientes, ou para os romper, ou

para os atalhar; cousa que as vêlhas de Portugal têm ensinado com a certeza do adágio: *Quem adiante não olha, atrás fica*. Neste caso se viu o que se pode fiar nestes conselhos. Quem sabe que não pode romper, busca remédio para atalhar, que só um Alexandre se atreveu a romper o que não pôde desatar, em o nó de Gordiano.

Para falarmos com mais inteligência nas matérias de Castela e de D. João de Áustria, é necessário dar um salto atrás, referindo alguns casos, que suposto não venham aqui em seu lugar, os encaminharemos com o fio dos sucessos que vamos contando. Depois da batalha de Montes Claros, vendo os Grandes da Côrte de Madrid, que a el-Rei Filipe se enganava, dizendo-lhe que fôra um choque em que houvera igual perda de parte a parte, e que todo o exército de Castela estava formado e o de Portugal destruído porque constava o seu grosso de gente de ordenança, e que o mesmo se lhe havia dito da batalha do Ameixial, sendo êstes enganos a total causa da ruína última de Castela, se resolveram a desenganar a el-Rei, o que fizeram com tôda a liberdade; parecia-lhe a el-Rei duro de crer o desengano, tanto pela ofensa da majestade, como pelo amargoso da nova, que é certo não crer o juízo, se o não suborna a vontade. Apertaram com argumentos que eram evidências, e últimamente lhe disseram que, se lhes não dava crédito, mandasse pessoas de sua confiança às fronteiras do Alentejo, de onde lhe levassem algum português, sem um nem outro saber o fim, e que lhe perguntasse a verdade dos sucessos, e a ouviria da bôca de um inimigo com mais fidelidade que das de seus privados e ministros. Combatido da dúvida, se rendeu el-Rei a fazer a

diligência com tôda a cautela e segredo. Mandou um seu moço da câmara, que entrou em Portugal, com doze cavalos, pelos campos de Estremoz; achou um homem que andava à caça, e, tapados os olhos com um lenço, o fêz montar sobre um cavalo, e marchou para Madrid, entrando com o prisioneiro até à câmara del-Rei, onde lhe tirou o lenço dos olhos, sem saber em que parte estava, nem quem era a pessoa que via deitada sobre uma camilha, suposto que pela riqueza do ornato suspeitava ser pessoa grande. Preguntou-lhe por tudo o que queria saber, e nenhuma cousa deixou o português de lhe declarar, sem se desviar um ponto da verdade. Deu el-Rei fim às perguntas com um suspiro, que lhe safu do íntimo do coração. Fêz mercê de mil dobrões ao português, e o mandou pôr no mesmo sítio onde o aprisionaram; e tornados a vender os olhos, do mesmo modo foi levado, que havia vindo.

Desde êste ponto, foi el-Rei quebrando na saúde e nas fôrças, tomando as do sentimento o achaque, alterando-se-lhe de sorte os humores, que a natureza, vencida do mal, se desconcertou de maneira que em 12 de Setembro do ano de 1665 se desatou em fluxo de câmaras, que por horas lhe ia prostando as fôrças; não obedeceu a enfermidade aos remédios, conheceram os médicos o perigo, advertiram a el-Rei o estado, e aos 14 se confessou, uma, e muitas vezes, e tomou o Viático com grandes demonstrações de cristão, sendo o que melhor que todos conhecia o como a vida por instantes se lhe acabava. Aos 15 se dispôs a fazer algumas advertências sobre o testamento, que muitos dias havia que tinha feito e fechado e aprovado com tôda a legalidade; e se foi despedindo de todos os

Grandes, e Ministros da sua Côrte, encarregando-lhes a fidelidade ao Príncipe, o respeito à Rainha, e o temor de Deus e obediência à Sé Apostólica, porém tam debilitado que apenas podia formar as palavras. Continuou el-Rei esta noite e manhã, conhecidamente, em perder a vida, porque nem a febre, nem as evacuações de sangue por ambas as vias, cessavam. Mostrou desejo e devoção de comungar, e querendo o Marquês de Aytona dar ordem ao Patriarca para que o dispusesse, acudiu o Padre confessor del-Rei e disse que se não podia dar Comunhão, não estando em jejum, e havendo recebido já o Viático; e respondendo o marquês que sim, podia, por opinião mui recebida e praticada, se travaram em a porfia, até chegar a palavras descompostas. O espaço que ocupou a porfia desta dúvida bastou para que chegasse o tempo em que disseram os médicos necessitava S. M. de comer e recolher-se um pouco, com que foi preciso executá-lo, ficando sem a consolação que tanto desejava.

Nesta manhã chegou a Madrid D. João de Áustria, apeou-se em casa do Marquês de Zerralvo, seu cavalhariço-maior, sem se deixar ver de pessoa alguma; e podendo entrar directamente em palácio, a ver seu pai, fêz uma diligência, que geralmente pareceu escusada, se bem mostrou nela sua grande capacidade e entendimento; porque tendo licença geral del-Rei para que viesse a vê-lo sempre que quisesse, e sendo êste o caso em que, se não a tivera, não necessitara dela, se resolveu em escrever dois escritos, um à Rainha, outro ao Conde de Castrilo, em os quais dava conta de sua chegada e da causa dela, que era vir a tomar a bênção del-Rei; respondeu-se-lhe que já el-Rei estava em estado,

que não poderia receber sua visita. El-Rei queria muito a este filho; e S. A., sem embargo disso, ficou privado do direito natural de receber a última bênção de seu pai; porém recebeu esta repulsa com grande submissão, e, ainda que foi aconselhado se detivesse mais em a Côrte para descansar do trabalho da jornada, não o quis fazer e se voltou na noite do mesmo dia para Consuegra, partindo à uma depois da meia noite.

Depois que el-Rei acabou de repousar, reconheceram os médicos (e éle melhor que todos), que o fim da sua vida se ia chegando; pediu que lhe dessem a Extrêma Unção, e se executou em as quatro da tarde; repousou algum tempo depois de haver recebido este Sacramento, e então disse se queria despedir da Rainha e de seus filhos; entrou primeiro o Príncipe com bom semblante da sua inocência, e lhe deu o pai a mão a beijar, saltando-lhe as lágrimas com a dor do apartamento, e lhe disse estas palavras: «Hijo, Dios por su infinita misericordia, os haga mas dichoso de lo que me hizo a mi»; e abençoando-o, o despediu. Entrou a Imperatriz, e, beijando-lhe a mão, a abençoou, encomendando-lhe muito o acatamento e respeito à Rainha sua mãe, e a obediência à Sé Apostólica, e com o último abraço a despediu. Veio últimamente a Rainha, e se despediu dela, porém eram já tantas as lágrimas e suspiros em todos os presentes, que nenhum atendeu, nem ouviu o que lhe disse. Recolhida ela, sossegou el-Rei algum espaço.

Aos 16, havendo passado el-Rei a noite com mais trabalho e em meio de tantas penas, se lembrou somente que desejava receber a Deus Sacramentado. Em um instante se lhe armou o altar, e disse missa o cura de S. João, e lhe

deu a Sagrada Comunhão. Depois das dez do dia, se despediu dos Grandes, dos Conselheiros de Estado, e dos criados que estavam presentes; e chegando o duque de Medina de las Tôrres, lhe disse: «Ai Duque, que grande amigo perdeis em mi!». Ao almirante de Castela lhe disse «que en la memoria tenia la gran lealdad de sus antepassados, e que esperava la continuaria en el servicio de sus hijos, como ellos lo hicieron siempre con los señores Reyes sus predecesores». Desta sorte foi falando com todos; pediu logo aquela santa imagem de Cristo crucificado, com que morreram em suas reais mãos seu pai, avô e bisavô (e a deixou S. M. com cláusula no testamento a seu filho para o mesmo efeito), a qual lhe ministrou o confessor da Raíña.

Aos 17, pelas quatro da madrugada, deu el-Rei o último alento, e trataram de o compor para a sepultura, tendo de idade sessenta anos, cinco meses e sete dias. Neste mesmo dia se abriu o testamento com as legalidades necessárias, e se achou nêle nomeada a Raíña por Governadora de seus Reinos, emquanto não tivesse idade o Príncipe para governar, e por assistentes a seu serviço, e despacho, o Presidente de Castela, o Arcebispo de Toledo, o Vice-Chanceler de Aragão, e o Inquisidor Geral; êstes quatro chamava pelos ofícios, e não pelas pessoas; além dos quais deixava nomeado um Grande, que foi o Marquês de Aytona; um Conselheiro de Estado, que foi o Conde de Peñaranda; êstes dois foram chamados a assistirem à Raíña pelas pessoas; compondo a Junta do Despacho, que havia de assistir a Raíña, dos seis Ministros, como os tenho referido. Em falta do Príncipe e de geração sua, chamava para o Reino à

Imperatriz D. Maria de Áustria, e tóda a sua descendência, e faltando êles, ao Imperador Leopoldo, e em defeito dêle ao de Sabóia, com declaração que, sucedendo viubar a Rainha de França, e voltar para o Reino, se nêle de legítimo matrimónio tivesse filhos, êstes precederiam a todos os que chamava, em falta do Príncipe, para a herança do Reino. Deixou mais uma cláusula particular neste testamento a D. João de Áustria, em que S. M. dizia quanto o amava, assim por ser seu filho, como por suas muitas partes e valor, e encarregava muito à Rainha o estimasse, e favorecesse, e ocupasse em seu serviço; e que, se S. A. quisesse viver na Córte, o pudesse fazer; e, se não tivesse bastante para sustentar a autoridade de quem era, S. M. lhe desse o que lhe parecesse necessário para seu luzimento.

Da desconfiança de D. João de Áustria, e de conhecer o ânimo da Rainha, e de seu confessor, em lhe impedirem aquela natural e piedosa licença de beijar a mão a seu pai, e a seu Rei, em aquela hora, nasceram os efeitos que neste livro temos referido e os que agora referiremos, em que se verá o que custa uma desatenção, e como se paga uma impiedade; e os êrros com facilidade se cometem, porém seus efeitos com dificuldade se escusam; e aquêle gôsto que teve a vingança, quando se executou, se paga com mil pesares e custosas satisfações sem nunca satisfazerem. Por apartarem da Córte a D. João de Áustria, tomou a Rainha, e seus assistentes, o pretexto, de lhe deixar el-Rei mui recomendada a pessoa de S. A., e o nomearam por Vigário Geral de Aragão, Navarra e Catalunha, fazendo secretos avisos aos Títulos, e particulares Governadores daqueles Reinos, que o não recebessem, nem lhe assistissem com o decôro devido,

diligência a que só obedeceu o Conde de Aranda, Viso-Rei que era de Aragão, erro que depois quis sanar, e não pôde; para os mais foi incentivo de veneração, saindo todos os Senhores e Magistrados, assim eclesiásticos como seculares, a receber a S. A. muitas léguas fora dos lugares, com vivas e aclamações do povo; e mui em particular a cidade de Saragoça, cujo alvoroço e alegria se mostrava bem nos aplausos com que foi esperado e recebido. Soube-se na Córte de Madrid; e temendo os culpados, trataram de remediar um erro com outro maior erro, e um escândalo com outro maior escândalo. O Marquês de Aytona com o Conde de Peñaranda, que se tinham levantado com todo o poder da Rainha, se resolveram (com consentimento seu, como logo se presumiu) em dar veneno a S. A., para que com a falta daquela vida ficassem seguras as suas. É mui covarde a culpa, e com o que atemoriza, não só afeia o delicto, senão que da própria consciência faz verdugo com que atormenta. Prepararam o veneno; e necessitando esta acção de pessoa grande, e de grande confiança, para a reduzir a acto, se escolheu o Conde de Aranda, ao qual se deram instruções, do modo como se havia de haver na execução das ordens; e logrado o intento e forma com que havia de proceder na composição das cousas, publicando importantes negócios, que se tomaram por dissimulação, o remeteram à cidade de Saragoça, dispondo-se de tal sorte a comunicação dos avisos, que iam e vinham as coisas, remetidas dos Corregedores de uns lugares aos de outros lugares, e assim chegavam às mãos de uns e outros.

Os segredos que passam de um ficam sujeitos à notícia de todos, e aquela mesma dissimu-

lação que os esconde os publica, porque o recato, que desperta a curiosidade, acha nos homens o natural desejo de saber; e seguindo-se a este os discursos, ou por as circunstâncias infere, ou pelas evidências que descobre o tempo conclue; e tanto que tem fundamentos para a suspeita, com facilidade se senhoreia da notícia. Largo tempo havia que o Conde de Aranda estava em Saragoça, quando em Madrid, por via de confissão, se obrigou um Religioso Capucho a que fôsse pessoalmente avisar a S. A., dando-lhe notícia do caso, sem dêle faltar ao mínimo acidente. Partiu o Religioso, chegou a Saragoça, falou a S. A., repetiu-lhe o intento, declarou-lhe os autores, explicou-lhe as circunstâncias, e obrigou-o a dar-lhe crédito, com o certificar que por via de confissão se lhe havia encarregado aquela diligência.

Não se podia persuadir S. A. a que no mundo houvesse semelhante maldade, e mais para o exame que para o castigo, saíu ao outro dia de manhã, acompanhado de alguns criados de sua casa, todos a cavalo, e chegou a casa do conde de Aranda, com muita gente do povo, que já o seguia obrigado, ou do affecto, ou da novidade, pela hora, pelo modo, e pela companhia. Ao tumulto despertou o agressor, que acusado do seu mesmo delicto, se deu por culpado, fechando-se por dentro no aposento onde dormia. Deram golpes na porta, acompanhados da voz que abrisse a S. A.; a nada obedeceu. Não deixa discorrer o medo, quando nasce da culpa; persuade ao criminoso que se livra com as mesmas diligências com que o acusa. Mandaram-se vir instrumentos para romper a porta, e como já a resistência tinha condenado o autor, pôde a deliberação tirar o obstáculo para o entregar ao castigo. Treta diabólica, empenhar ao delinquente

a que se publique, e logo persuadí-lo a que se entregue. Abriu, e prostrado por terra aos pés de S. A., sem mais cordéis que os da própria consciência, lhe disse que o não matasse e lhe confessaria tudo. Respondeu-lhe o Áustria que não queria tirar a vida a ninguém, e só tratava de assegurar a sua. E fechado no aposento, com o Conde de Tril e alguns de sua maior confiança, tirou o de Aranda da gaveta de um contador uma bocetinha de tartaruga, em que vinha disposto o veneno, e a entregou com todos os papéis das ordens que lhe haviam dado, confessando em como já tinha comprado um cozinheiro de S. A., que nomeou, para lhe dar o veneno em havendo ocasião oportuna.

Leram-se os papéis, viu-se a verdade; e S. A., com ânimo de Príncipe, que em tôdas as coisas deve ser maior que os casos, mandou pôr um cavalo na porta do jardim das casas donde estava o de Aranda e lhe disse que se salvasse por uma porta falsa, porque, se lhe dava a vida, não lha podia assegurar do povo, que era já inumerável, chamado da notícia do crime. Deu-lhe lugar a que a distância o apartasse do perigo, e logo saíu do aposento e da casa, e com porfiados vivas voltou a seu palácio. Deram-se tratos ao cozinheiro, que aconselhado da publicidade confessou tudo, e sem dilação foi enforcado. Succedeu o referido em 11 de Março de 1670. Poucos dias depois, mataram em Saragoça ao Conde de Tril, de um clavinaço, por confidente de S. A., filho da Camareira-mor da Imperatriz; e o matador se dizia que fôra um criado do Marquês de Aytona, mandado a Saragoça só a êste fim. Sentiu muito S. A. aquela morte, e muito mais não poder haver às mãos o matador, que se soube pôr em salvo.

De todos os papéis, que S. A. colheu do Aranda, mandou fazer um manifesto, que se deu à imprensa e se divulgou por tôda Castela; principalmente o remeteu a todos os Grandes, e Ministros da Côrte, e em particular remeteu uma cópia ao Secretário do despacho, Pedro Hernandez del Campo, com ordem que, se lhe parecesse, a mostrasse à Raíña, e se não, não. E à mesma Raíña escreveu uma carta, que também deu à estampa, da qual é a seguinte cópia.

Cópia de la carta del Señor D. Iuan de Austria, escrita a la Reina, em 24 de Abril, año de 1670

«Señora. Ordenòme V. M., en despaxo de 31 de Março, que participasse las noticias que pudiesse sobre la alebrosia meditada contra mi persona; obedeci a V. M. el mismo dia que la recebi, dandole noticia de todo lo que pude, sin faltar a la conciencia, i al honor, i embiè a sus reales manos copias de los instrumentos (cuyos originales estan en mi poder), en que con circunstancias muy individuales se haze manifesto haverse ido traçando esta maldad, desde el mes de Março antecedente, por la violencia i el veneno, encargandose la execucion al conde de Aranda, por medio del marqués de Aytona (que Dios perdone); ser este, i el Inquisidor general Valladares, los principales directores de ella, fabricandose el veneno en essa Corte, i embiandose a esta Ciudad. Propuse tambien a V. M. los caminos por donde se devia llegar a mayores evidencias de todo, i sobrando la menor parte desta materia a los menos interesados para suspender indiferentes las rectas balanças de la

justicia hasta mayor calificacion del delicto, i esperandolo yo assi, aunque V. M. se olvidasse de que era su sangre la que se queria verter, i no considerasse en mi otra calidad, que la del mas despreciable vassallo; se me avisa que ha admitido V. M. al conde de Aranda a una favorecida i confiada audiencia, i permitido a los principales ministros que se dexasen visitar del, que viene a ser lo mismo que haverle declarado por inocente i inculpable, sin que se haya dado lugar a alguna diligencia, que poderia comprobar el hecho, como si huviesse havido gran dificultad en que, con el motivo de falta de salud, ò otro que no fuesse en descredito del Conde, le defiriesse V. M. esta publica absolucion, si quiera hasta examinarlo, que se proponia para comprobacion de cargos tan execrables i feos. Y si estas acciones han podido tan justamente llenarme de sentimiento i de admiracion, mucho mas aun me la deve causar el que (segun tambien se me avisa) haya permitido V. M. que el Inquisidor general assistiesse a la Junta de la lectura i inspeccion de mis despachos i papeles, sobre negocio en que es acusado de principal cumplice, i despues de la solemne i sagrada palavra, que V. M. me tiene concedida, de que esto Ministro no intervendrã en materia alguna que me toque, reconociendole i dandole por sospechoso en todos mis intereses, i en este caso ha sido tanto mas perjudicial i irreparable su noticia, quanto ha oido los medios por donde se empezò a descubrir esta machina, i los que subministravan para acabar de aclararla, con que se han puesto en sus propias manos las armas que le havian de offender, i dandole disposion para que ajuste las cosas con tales resguardos, que aunque se quiera proseguir el camino de la comprobacion,

se hallan zanjadas i ciegas todas las veredas que pudieran conducir a ella. Los quilates de estas demonstraciones (que juzgo no deslucen a mi razon) no es menester que yo los toque, ni descubra, però no he podido dexar de dolerme dellos, sentido i rendidamente quexoso a los pies de V. M. Yo, Señora, no pretendo que otro padesca por mi el menor detrimento contra justicia, antes Dios me confunda que esto suceda; lo que por todas las razones devo desear es que V. M. quede enterada de la verdad; i assi como hasta la presente hora, por la Divina Misericordia, no tengo el mas leve escrupulo de haver obrado con ligeresa o priesa en estas materias, antes quiçás le poderia tener demasiada lentitud i confiança, el dia que me hallasse com fundamentos para desculpar a los mismos que agora acuso seria el primero que los publicasse inocentes. V. M. lo consultará todo com su soberana obligacion i recto animo, que el mio está quietissimo en la fe, i en las experiencias de el Señor, que no puede engañar ni ser engañado, me assistirá i defenderá mi vida i honra; i si nõ, ni la quiero, ni la deseo. El conserve i prospere la de V. M. felicissimos años, para bien universal de la Cristandad.»

Chegou esta carta às mãos da Rainha em 28 de Abril, havendo-a precedido (o que dela se colhe), que chegou o de Aranda em 16 do mesmo e foi bem admitido da Rainha, havendo-se divulgado o negócio e tumulto de Saragoça em 18 do mesmo, por tôda a Côrte. O que se achou ser principal agressor, que foi o Marquês de Aytona, depois de estar alguns dias enfermo, morreu em 17 do mesmo; e estava tam malquisto, que foi o dia da sua morte o dia de

uníversal alegria para a Côrte, com tam públicas demonstrações, que, levando-se a sepultar o corpo, se chegou ao coche um cavaleiro de bom porte, e, levantando a cortina, disse que folgara de ser demónio em aquella occasião, para ver a festa e alvorôço que naquele dia se havia de fazer no Inferno, à entrada da alma do Marquês, como prêsa tam importante e tam própria de seus senhores, e ver a grande ceia que se lhe teria preparado. Sendo assim que, deixando à parte os motivos que na vida lhe grangearam tamanho ódio, se afirma que morreu com demonstrações de bom cristão, e ao tempo de tam amargo transe fêz a todos os circunstantes uma proposta em que disse tomava a Deus por testemunha, a quem havia de dar brevemente estreita conta, que nunca havia intentado coisa alguma de que entendesse poderia resultar dano a alguma pessoa; e que se em algum tempo se descobrisse cousa que pudesse causar alteração a esta verdade, não o atribuissem a culpa sua, porque não havia nascido de má tenção, nem se havida governado por seu ditame.

Poucos dias depois chegou nova da eleição do novo Pontífice, feita em o Cardial Altieri, de nação Romano, da casa Ursina e da facção de Espanha, tendo de idade oitenta e cinco anos, e sete meses de capêlo. Safu eleito em 30 de Abril de 1670, e foi o processo da eleição o seguinte.

Em 29 de Abril à noite, depois do escrutínio quotidiano, e acesso da manhã, vendo-se que os Senhores Cardiais concorriam unicamente em a pessoa do Senhor Cardial Altieri, solicitando o dito escrutínio, se foram de comum sentimento à cela do dito Altieri, e levaram sua pessoa, destinada ao Sumo Pontificado, à Capela de Sixto IV,

que está em a clausura do dito Conclave, em o Palácio Apostólico do Vaticano, e todos acomodados em seus próprios lugares, postos de joelhos, disseram o hino *Veni Creator Spiritus*, com a oração *Deus, qui corda*; e logo que se assentaram em seus lugares os senhores cardiais destinados para o dito escrutínio, se começaram a refazer os votos; e acabada esta diligência, se recolheram os votos, e se achou que concorriam os senhores cardiais em a pessoa do dito cardinal Altieri; e feito o devido exame das cédulas, ou votos, foi visto que *omnia et omnes concordabant*, e que ficava eleito com plena voz o dito Cardinal Altieri em Sumo Pontífice; e logo foram entrados em a dita capela com o dito senhor, a quem perguntou o Cardinal Decano Francisco Barberino: *Acceptasne electionem de te factam in Sumum Pontificem?* A que respondeu que queria tomar o conselho da Divina Providência; e pôsto de joelhos, depois de uma breve oração, respondeu: *Accipio*. E chegando-se a êle o dito cardinal Barberino, lhe perguntou: *Quomodo vis vocari?* Respondeu o cardinal eleito: *Clemens Decimus*. Então Monsenhor mestre das cerimónias fez o auto da aceitação, e, depois de feito, os Cardiais de Este e Barberino puseram em o meio de todos o novo Pontífice em o altar, donde de joelhos fez oração; e acabada, o levaram detrás do altar e os mestres das cerimónias o despiram das vestiduras cardinalícias; e vestido em as de Sumo Pontífice, se assentou em a cadeira pontifical, diante do altar, donde inclinado, começando pelo Cardinal Decano, lhe foram todos beijar a mão, abraçando êle a todos, de uma e outra parte, e o cardinal Camarlengo lhe meteu em o dedo o anel piscatório; e então, feita já a adoração, e demais funções, o cardinal de Este com

um dos mestres das cerimónias, saíu a uma janela, que cai sôbre a praça de S. Pedro, e mostrando a cruz ao povo (que havia concorrido em grande multidão), disse em altas vozes as palavras seguintes: *Annuncio vobis gaudium magnum, Papam habemus; Eminentissimum Cardinalem Altieri electum est in Summum Pontificem, et imposuit sibi nomen Clemens Decimus.* Então o povo romano começou com festivas aclamações: *Viva o novo Pontifice Altieri* — disparando ao mesmo tempo o castelo de Santo Ângelo, e repicando todos os sinos da cidade de Roma. Logo se fêz a segunda adoração por todos os cardiais diáconos, que, tirando-lhe o capelo e a barretinha, o vestiram de pontifical, e, desde o cardinal decano até o último, lhe foram beijando o pé, indo o Pontífice abraçando a cada um. E levantados com a cruz diante, cantando os músicos a antífona *Ecce Sacerdos magnus*, foi levado em a cadeira pontifical à igreja de S. Pedro, e se assentou no altar maior; e o cardinal decano entoou o hino *Te Deum laudamus*, que prosseguiram os músicos, e neste comenos lhe fizeram os cardiais a terceira adoração; a qual acabada, se virou o Papa para o povo, e lhe lançou a primeira e desejada bênção; e metendo-se em uma cadeira cerrada, se voltou a seu aposento, acompanhado de inumerável cortejo. Aquela noite, e as três seguintes, disparou o castelo tôda a sua artilharia, com universais repiques e luminárias; particularmente em as praças dos Embaixadores de Castela e Portugal, alegres com eleição tam acertada, excederam a todos os mais nas demonstrações festivas.

Em 11 de Abril, partiram cinco embarcações para a Índia, duas da carreira, e as três menores; com discreta indústria as bandeiras, porque, su-

posto que levaram as quinas, não levaram a coroa por timbre. S. A. as foi visitar à partida, e suposto que o mar estava alterado, não pôde alterar o ânimo com que este Príncipe favorece a seus vassallos em tôdas as ocasiões, e particularmente em esta, que vê que, pelo servir, não repararam em os perigos e descómodos de tam larga e arriscada viagem; e o amor que em portuguezes há para com seus Príncipes é de qualidade, que se dão por premiados quando sua vista os deixa favorecidos.

Fernão Teles, melhor conhecido por seus procedimentos que por seu sangue, apagando o illustre dêste com a vileza daqueles, depois da nunca ouvida traição que cometeu em Holanda, passando-se de embaixador de seu Rei a ser traidor para sua Pátria, e infame para a alheia, andou na Côrte de Madrid tam abominado como fementido; quem o via, primeiro via a traição que a pessoa, e assim nem do Rei, nem dos vassallos, alcançou os favores que esperava, suposto que sempre os desprezos que merecia. Ao fim de tantos anos de pretensão, lhe deram o lugar de Mestre de Campo para Flandes, mais por se desembaraçarem do aborrecido, que por se aproveitarem do culpado. Saíu-lhe o despacho em Abril; com êle chegou a Flandes, donde seu destino o levava para acabar a vida, nos países donde cometeu a aleivosia. Correu-se a terra de sustentar vivo a quem como por vingança sepultou morto, só porque pudesse reduzir a cinza depois de morto a quem por abominável não trouxe vivo.

Em este mês de Abril, por queixas da Província do Minho, chegaram novas a S. A. das extorsões que António Luiz de Sousa, filho do marquês das Minas, por si e por seus officiaes,

executava em os paisanos. A este fidalgo mandou S. A. para que reconduzisse algumas tropas de cavalos e companhias de infantaria, porque a Província não ficasse de todo desprevenida, e elle se houve de sorte, que pareceu a todos a que ria deixar assolada. Por estas boas obras o mandou S. A. chamar à Côrte, e resultou mandá-lo prêso para a Tôrre de Belém, em os primeiros de Maio. Não acabam de entender os fidalgos de Portugal que a insolência não é fidalguia, e para o que obra como vil não importa o nascer como nobre. O sol sempre é lustre em seus raios, porque sempre é favorável em seus influxos. Aquêlê resplendor que o raio tem em seu nascimento perde em seu sepulcro, porque acaba destruindo o resplendor que teve nascendo. Uma mesma qualidade tem o sangue de todos, e as obras de cada um tornam o ser mais claro ou mais escuro, como o espelho que apresenta as boas obras ou feições que se lhe mostram. A nobreza herdada primeiro foi adquirida: preze-se cada qual mais do que adquire que do que herda, se quere parecer o que em sua estimação é.

Neste mesmo tempo mudaram a Henrique Henriques de Miranda, do Castelo para o Limoeiro; muitas causas se davam a esta mudança; sôbre o que se discorria, não pude eu alcançar a certeza de nenhuma, e assim deixo por reprovadas a tôdas. Menos mal é faltar, quem escreve, ao desejoso, que à verdade.

Em estes mares se encontraram cinco fragatas inglesas com oito naus de turcos; investiram-se, foi porfiada a batalha, matou uma bala o general inglêz, cuja morte vingaram seus soldados animosamente, metendo-lhes, aos turcos, duas naus a pique; e as mais, aproveitando-se das velas, e favorecidas do vento, escaparam, destroçadas.

Em este tempo se embarcou o Conde de Schomberg em uma esquadra de cinco fragatas francesas, e partiu de Lisboa para França. Já dissemos o negócio a que vinha, que era a persuadir a quebrar as pazes com Castela e conveniência para os intentos de seu Rei, e não para o estado e conveniência deste reino. Vencidas suas razões de nossa razão, tomou outro meio; e foi, pedir liga entre Portugal e França, persuadindo-nos com razões políticas as utilidades que se seguiam a esta coroa de ter firme aliança com França. Respondeu-se-lhe com as inconveniências de sua inconstância, experimentada tôdas as vezes que importava a seus úteis; a que satisfez com a diferença de tempos e dos ministros, carregando as culpas e os erros sobre os mortos, como sempre sucede; e com propostas e condições, tanto para nossa conveniência, como para nossa reputação, se partiu com elas para França, do que resultou o que adiante se dirá.

Neste Maio entrou pela Côrte D. Luiz da Silveira, genro do Marquês das Minas, de viagem de Roma, donde o mandou seu sogro a negócios pertencentes a sua embaixada, para se proporem e vencerem algumas dificuldades que se opunham ao bom fim dela; quais foram individualmente, se não divulgou, só com esta generalidade se publicou na Côrte a vinda deste fidalgo de Roma para Portugal, sobre a qual se praticou pouco, porque deu novo assunto à curiosidade a chegada do Conde de Miranda da Côrte de Madrid a Lisboa, mal contente e pouco bem recebido. Em Madrid não ficou bemquisto depois de ser pouco respeitado, e assim veio mal satisfeito; por esta mesma razão, o ficou menos em Portugal. Trazia-o desejo de ser Governador do Pôrto donde suas demasias (por permitidas nos

seus) o tiraram nas Côrtes; S. A., por remediar o absurdo, donde nasce aos homens a insolência, lhe tirou a propriedade intrusa, e decretou que fôsse trienal, como antes que o Castelhana tiranizasse o domínio. Os governos das praças e dos povos não hão-de ser hereditários, hão-de ser trienais, não só porque o Príncipe possa escolher o sujeito, medido pela ocupação, senão porque também quem sabe que o não hão-de remover do lugar anima-se a proceder como não deve, porque, com medo de vingança, sabe que não haverá quem o acuse; e se conhecer que ha-de deixar o pôsto, sempre teme que fora dêle o capitule o ofendido, e o castigue o Príncipe como a culpado. Esta razão tiveram nossos Príncipes para mandar que, acabando cada um de seus ministros os três anos em que o servem nos lugares, se ausentem fora dêles enquanto se lhes toma residência. Tantos tempos havia que S. A. tinha nomeado ao conde de Vila Flor por Governador do Pôrto, quantos tinha a pretensão de se vir de Madrid o conde de Miranda; a êste deteve a indústria até que aquêle determinou a partida; e quási o mesmo foi entrar em Lisboa um e pretender a continuação do govêrno, que sair o outro a governar para lhe atalhar a pretensão. Quis S. A. divertir ao de Madrid com o ocupar, e deu-lhe o lugar de Veador da Fazenda; rejeitou-o com escusa honesta, ainda que não justificada; insistiu em pedir o seu govêrno do Pôrto, e saiu com despacho que requeresse ordinariamente.

Houve nisto uma confiança ridícula, por ser fundada em uma equivocação suposta. Desgostado o de Miranda, de lhe não darem o lugar da presidência do Paço, foi dizer a S. A. que lhe desse licença para se retirar para sua casa; e

são suas as em que vivem os Governadores do Pôrto, pelo mesmo fundamento que o era o mesmo governo. S. A. lhe disse que fôsse muito embora; não esperava sua presunção esta resposta, e devia esperá-la sua experiência; esta tem mostrado que em todos os Reinos não faz falta no serviço um homem que se retira, pois há mil que o substituam. Viu-se desenganada sua imaginação, que é limitada a do que não penetra que o Rei não deixa de ser Rei pela falta de um vassalo, e que o vassalo deixa de o ser se lhe faltar o Rei. Pegou-se à licença, querendo entendê-la equivocadamente; escreveu ao Conde de Vila Flor, que tomou posse do lugar em o 1.º de Junho, que lhe deixasse as casas e o governo, porquanto S. A. lhe havia feito mercê de o restituir ao seu, e foi pedir ao Secretário de Estado as portarias necessárias. Ao que lhe respondeu que não tinha ordem para isso. Falou com S. A.; espantou-se da novidade, mandou chamar o Miranda, perguntou-lhe em que fundava a diligência. Respondeu que em S. A. lhe dar licença de ir para sua casa, a qual era a dos Governadores do Pôrto. S. A. lhe disse: — «Para vossa casa, sim; para o Pôrto, não».

Em o fim deste mês, ordenou S. A. ao Marquês de Gouveia (a quem tinha nomeado por Embaixador extraordinário para a Côrte de Madrid) que se aprestasse com tôda a diligência para partir, e mandar vir o Doutor João de Roxas de Azevedo, que lá estava por Assistente, nomeando-lhe por Secretário da Embaixada o Doutor João de Andrade, colegial de S. Pedro; pedia o Marquês o Doutor Lançarote Leitão, Desembargador dos Agravos, porém êle se escusou.

Em êste tempo saíu uma pragmática, pela qual S. A. ordenou que nenhuma pessoa pudesse

andar em besta muar, tirando ministros de beca e eclesiásticos, a qual se observa rigorosamente em todo o Reino. Não havia quem tratasse de cavalos para seu serviço, tudo eram machos e mulas, no que padecia o Reino grande detrimento, e na ocasião nem haveria quem soubesse andar a cavalo, nem se acharia um cavalo para a guerra. Ordenar-se que os tivessem por outro meio fôra remédio violento, e ordenar-se por este meio foi prevenção suave, porque a necessidade particular faz prevenir para o remédio comum.

Em o 1.º de Junho entrou na cidade do Pôrto o Conde de Vila Flor, D. Sancho Manoel, com tôda a sua casa, e a de seu sogro, e cunhado de D. António Álvares da Cunha. Tomou posse do govêrno da Relação, e juntamente do Govêrno das Armas de seu distrito. São os marqueses de Fontes, por condes de Penaguião, Alcaide-mor da cidade do Pôrto; o governador da fortaleza de S. João da Foz, com este pretexto, alcançou do Marquês, que agora vive, um decreto para ir tomar posse ao Pôrto do govêrno, que era seu; quis o Marquês entender por nova mercê o que era confirmação da antiga, e tirar o Govêrno das Armas ao Conde de Vila Flor. Apresentou os papéis na Câmara da dita cidade, explicaram-lhe o decreto, e esbulharam-no da pretensão (com a nota de mal entendido) por assento da Câmara, pois não tendo o decreto muito que entender, êle entendeu o decreto muito mal, ficando-lhe servindo de censura de indiscreto.

Estava na cidade do Pôrto um galeão ao qual puseram o nome S. Pedro de Alcântara, acabado com tôda a perfeição, uma das melhores e das maiores embarcações que se fizeram neste Reino; esperava as águas vivas desta lua

para puder sair pela barra em razão da sua grandeza; safu com boa fortuna, com a gente do mar e guerra necessária, e com a mesma entrou no pôrto de Lisboa, donde foi visto com admiração de todos. Ele partido, por ordem de S. A. se começaram duas fragatas de guerra em o lugar do Ouro, donde se fabricam as embarcações del-Rei com grande comodidade, pela abundância das madeiras desta Província.

Avisou o Marquês embaixador de Roma o luzimento e grandeza com que dera a obediência ao novo Pontífice, fazendo entrada em público em 19 de Maio. Veio também de fora parte uma carta de um Gentil-homem da casa do mesmo Embaixador, que referia o mesmo, acrescentando com maiores quimeras a entrada. Não podemos deixar de crer que o Embaixador faria a sua função como Embaixador de Portugal, sendo pessoa tam discreta e rica, mas com os encarecimentos e excessos se descobriu o intento, que foi encarcerar os gastos, para cobrar com avanço as custas de 300:000 cruzados, que pedia, e remeteram-se-lhe logo.

Havia tempos que não viera embarcação alguma da Ilha Terceira, com que as brazas que tinham coberto as cinzas, assopradas da imaginação, se descobriram em aquêles peitos, onde o desejo de liberdade e soltura queria o tempo e a pessoa que a permitia. Levantaram que a ilha estava levantada, e el-Rei D. Afonso aclamado nela; e as conseqüências que daqui se podiam seguir afirmavam por certeza, como era que mandara degolar e enforcar a todos os ministros de sua prisão, que avisara a Inglaterra para lhe vir socorro com que pudesse restaurar-se no seu Reino, que ali faria aportar a frota quando viesse, etc. Outros, os imaginados futuros faziam já

passados sucessos, e se davam os parabens das promessas da esperança e da pouca dilacção da posse; e nestas práticas, segrêdo entre muitos, se foram entretendo algum tempo, até que no Agôsto seguinte vieram embarcações da ilha, e nelas desfeita tôda a fábrica que o desejo fingia.

Em a entrada do mês de Julho, nomeou S. A. diferentes Embaixadores para diversas partes, a saber: para França, o Marquês de Fronteira; para Inglaterra, o Marquês de Távora; para Sábóia, D. Luiz de Meneses; para Suécia, Luiz Mendes, de Elvas. Quem viu a multidão de Embaixadores nomeados a um mesmo tempo, creu com razão que todos se despediam a um mesmo negócio; êste se avaliava por grande, e, como se não penetrava, cada qual o inferia como sua paixão lhe ditava. Os da quimera da ilha confirmavam sua imaginação; pintava-lhes o desejo serem estas nomeações efeito do successo, e queixar-se por elas o Príncipe a todos os Reis da Europa. Os que não tinham ofuscado o discurso com esta paixão, buscavam causa ao excesso, e lhes parecia que seria esta o divórcio a que o Reino de Inglaterra obrigaria a el-Rei, visto não ter successão da Rainha. Alguns (e não sei se acertavam melhor o alvo) tiveram para si que o fim destas embaixadas era querer justificar-se S. A. com todos os Príncipes da razão que tinha para não dar cumprimento ao capítulo das pazes da restituição dos bens e casas dos ausentes. Suspendeu-se o efeito das embaixadas por novos accidentes que ocorreram, e só se mandou aviar com nova presteza ao Marquês de Gouveia para Madrid. Desta resolução procedeu mandar-se vir ao Conde de Castel Melhor, com apertadas ordens, o qual estava resolutu antes disto em vir

para o Reino, assegurando-se no patrocínio do Duque de Sabóia, que vinha com o Conde Filiberto, e não sei as razões que o detiveram.

Em Março passado, sôbre algumas conduções, se alterou a cidade da Guarda, porém foi cousa de pouco momento. Agora, em o principio dêste Julho, se tornou a atear o fogo com mais fôrça, porque com mais causa. Gil Vaz Lobo, a quem S. A. deu o pôsto de Superintendente nas reconduções e fortificações da Beira, e de ordinário assistia em a vila de Castelo Branco, havendo-se com demasiada exacção em a cidade da Guarda, achou o povo renitente às suas ordens, e contra elas a Nobreza, e ainda os ministros da Justiça. Determinou levar a cousa com violência, sendo que a pudera acabar com suavidade. Veio sôbre a Guarda com tropas de cavalos, como se viera a conquistar inimigos ou rebelados, sendo que nenhum recusava a razão, senão o excesso. Entrou na cidade, prendeu o Juiz-de-fora, e o mandou carregado de ferros para a enxovia de Almeida; prendeu outras pessoas, supondo e agravando culpas àquelas donde sentia cabedal, para tirar condenações; e sossegado o motim (que êle chamava o que tomou por motivo para seus fins), se passou a Almeida. Ali o foi visitar António Soares, o Machuca, que era morador na Guarda, e Alcaide-mor nela, e General da Artilharia naquele partido, homem grande a tôdas as luzes, e bem conhecido por sua valentia e ciência na guerra; convidou a Gil Vaz a cear, e despedido dêle, pelas dez da noite, o estava esperando a morte, dando-lha na rua com um bacamarte, que lhe não deixou vida, senão para dizer estas palavras: — «Para isto me chamaram?». De todos os homens de conta foi sentida esta morte e esta perda de tamanha

peessoa. S. A. o não sentiu menos, e mandou o Doutor João Coelho tirar devassa; digno é o caso de grande castigo.

Em o fim d'este mês saíu de Argel uma esquadra de seis fragatas de Turcos, que vinham andar a corso. Passou o Estreito, sem dar fé dela, outra esquadra de Ingleses, que estava no pôrto de Tânger. Ao desembocar o Estreito, deram os Turcos por davante com outra esquadra de Holandeses de quatro naus, que logo os acometeu; eram mais ligeiros os navios dos Turcos, contudo uma das fragatas de Holanda lhes deu alcance, e os deteve até chegarem as outras; acendeu-se a peleja, ouviram os Ingleses os ecos dos tiros, saíram guiados do estrondo, chegaram ao lugar do conflito; vendo-se os Turcos em o meio de uns e outros perdido o ânimo, duas fragatas foram varar em terra e escapou a gente, duas foram cativas, as outras se foram a pique; todos os Turcos e Mouros morreram a ferro e a fogo; deu-se liberdade a mais de 200 cristãos cativos; às naus da prêsa se pôs fogo, ardendo tudo o que nelas havia, por se escusarem dúvidas entre os vencedores, em se averiguar a qual pertencia a prêsa.

Entrou o mês de Agôsto com rigorosos calores; andava o Barão de Botavila, Embaixador de Castela em a Côrte de Lisboa, mal convalescido de uma doença de que recaíu, e a poucos dias, não obstante a assistência de médicos, assim Castelhanos, como Portugueses, entrou em agonias da morte e tomados os Sacramentos da Igreja, passou desta vida; sentiu-se sua morte, porque era homem de grande talento, de resolução madura, e mui versado em negócios; havia tratado os da Coroa de Castela em Alemanha, Inglaterra e França. Deixou por seu testamen-

teiro a um cavaleiro de sua casa, homem de boa feição.

Em os primeiros dêste mês, entrou na Côte de Lisboa um procurador da Senhora D. Maria de Lencastre, irmã do Duque de Aveiro, D. Raimundo, que morreu em Cádiz depois de feito por el-Rei de Castela General do mar; seu corpo está sepultado por depósito em o lado direito da capela-mor dos Capuchos Barbados, elevado do chão quatro varas, em um caixão coberto de um pano de veludo raso, franjado de ouro, com um dossel do mesmo, e nêle bordadas suas armas; tinham nêle os Castelhanos tanta confiança que sentiram sua morte não menos que a de el-Rei Filipe. Com coche e liteira, entrou o dito procurador a procurar sua justiça em ordem a succeder na casa, com a razão de ter esta Senhora filho varão do Conde de Arcos, com quem está casada em Castela; e suposto que a instituição da casa exclue fêmea, a benefício da representação não lhe falta justiça.

Aos 12 dêste mês saú de Lisboa Pedro Jaques de Magalhães, General do mar, e por Almirante Miguel Carlos, com quatro embarcações de guerra, a esperar a frota, que não encontrou; fatalidade de nossas armadas, que, no mar, nem vêem, nem são vistas, como se levaram consigo a pedra Giges, que fazia invisível. Depois de entrar a frota, appareceu a nossa Armada, e entrou em Lisboa, com a fortuna de ser pequena, e não fazer nada, e com o costume de trazer gastados os mantimentos.

Em 24 chegou a Lisboa um gentil-homem do Embaixador de Roma. O negócio a que veio não foi tam secreto que ninguém o penetrou; quarenta dias o detiveram, não porque a resolução o pedisse, senão porque se entendesse que assim

o pedia. Mandou-lhe S. A. dar boa ajuda de custo, e com o despacho se tornou a voltar pela posta. Por êle se soube que a detença da nomeação dos Bispos não era por o Pontífice os não querer dar, senão porque se lhe pediam com condições que aos Italianos não estava bem concedê-las, porque era com desfraudo da jurisdição da Igreja. Dá o Sumo Pontífice os Bispos a Castela, por nomeação daqueles Reis, mas são do Pontífice os espólios dos Bispados, cobrando a Câmara Apostólica os rendimentos das Sedes vacantes. Quer Portugal conservar o fóro do Reino, que é não arrecadar a Câmara Apostólica os ditos espólios, e quer a preeminência de lhe confirmarem os Bispos que nomear, como a Castela; e *quien todo lo quiere, todo lo pierde*. Deu nova de estar nomeado Núncio para êste Reino, e que muito cedo chegaria a êle.

Andava S. A. molestado de algumas frialdades, e esperava a entrada dêste mês de Setembro para se pôr em cura, e dizem tomou suores, com que se achou bem e ficou de todo são; não faltou quem dissesse que a mesma cura se fez à Rainha, que era indício de haver padecido o mesmo achaque, não obstante que neste tempo houve grandes desconfianças entre ambos, porque S. A. se picou dos ciumes, e talvez poderia ser a causa dêles, e de uma e outra sorte é a mesma de que se valeu a desconfiança.

Por morte do Embaixador de Castela, se venderam muitos móveis seus; entre os que tinha de estima eram alguns cavalos de preço; tratou com o testamenteiro D. Cristóvão Manoel, filho do Conde de Vila Flor, de comprar um que lhe pareceu melhor; e pondo-se nêle o passeou, e assentou o preço, dizendo que ficava por sua conta, que o deixasse estar. Ao outro dia, veio

D. Cristóvão com o dinheiro para pagar e levar o cavalo. Respondeu-lhe o Castelhana que já o vendêra; a resposta que levou foi uma bofetada; puxou o Castelhana pela espada, e com êle todos os seus criados; defendeu-se o Português com valentia, e se apartou a briga. Êste caso deu muito que disputar aos Doutores *del duello*; e todos concluíram em que D. Cristóvão fêz o que devia, e que o Castelhana levou o que merecia.

A êste propósito relatarei um desafio, feito em a cidade de Cádiz. Um Cavaleiro do hábito de Sant'Iago, chamado D. João de Vila Marin, desafiou a outro do mesmo lote sôbre um lugar de comédia; e o cartel dizia que o desafiava para o campo de S. Braz da cidade de Évora, em Portugal, donde o esperava todos os dias do mês de Junho dêste ano de 1670, das sete da manhã até às onze, e das três da tarde até às sete. Partiu e veio-se a Évora (que dista de Cádiz cinqüenta léguas), donde esteve no campo todo o tempo prometido no cartel do desafio; o outro (do qual me não lembra o nome) saíu de Cádiz em seguimento do desafiante, e em S. Lucar deu conta a um Capucho de sua derrota, de que resultou mandá-lo prender à Justiça maior de Sevilha, alcançando-o em uma povoação, adiante cinco léguas, que chamam os Cabêços. Houve grandes debates entre os Senhores Castelhanos se era ou não era obrigado a aceitar o desafio fora do Reino, e se ficava bem pôsto, depois de o aceitar, por ter revelado o segrêdo, por haver sido causa de o não cumprir. Julgue cada um o caso, que eu só o posso referir.

De Veneza se avisou em como todos os portos daquela República estavam assistidos de muitas embarcações de Turcos, com as quais tem

pazes; a causa se escreveu que era mandar o Grão Turco que em sua Côrte se não pudesse gastar nem vender roupas, que não fôsem compradas aos Venezianos, ou trazidas por eles. Devia ser negociação da mesma Senhoria, porém a mim me parece fatalidade. Foi-o para Espanha verem-se nela, no tempo del-Rei D. Rodrigo, último dos Godos, Mouros pintados; ¿que preságio pode ser para Itália o verem-se nela tantos Turcos vivos? Pondere-se quanto tempo há que se pratica que os Turcos hão-de senhorear Itália e destruir Roma; agora faça-se combinação desta com a tradição do tempo dos Godos — de que, quando se abrisse aquela tórre donde se escondia, com nome de Tesouro, a universal ruína, se perderia Espanha — e forme-se juízo; que este discurso não é profecia, senão inferência, e prouvera a Deus que o tempo o não qualificara.

Deu fim este mês com sucessos tam escandalosos aos olhos da Cristandade e da razão, que me falta o ânimo para os relatar. Prenderam-se na Côrte um Mestre de meninos, e doze ou quinze rapazes seus discípulos, por lições infames que lhes dava. Esta foi a culpa, e agora dizem que a culpa foi tôda de quem o acusou. Um poderoso, que só merece nome de bárbaro tirano, vendo que não podia alcançar uma moça, pobre de cabedal, mas rica do melhor, que é a honra, e por tal estava dotada da Misericórdia, a mandou forçar de noite em sua casa, por lacaios e Mouros, espancando primeiro a mãe, que com lágrimas a defendia; e com bruta violência lhe tiraram a honra, revezando-se até lhe tirarem a vida. Muito a peito tomou S. A. o castigo; alguns dos agressores se prenderam; o autor não tenho notícias que fôsse prêso. Tarda a nova da execução, e devera vê-la sem dilação o escân-

dalo. Não se há-de guardar o estilo da lei com os delinquentes cujos crimes não pode supor a lei; o rigor da pressa é o que mais emenda, porque como acha com sangue fresco o escândalo, atemoriza com a aclamação do castigo e com a aprovação do rigor. Donde nenhuma se lastima todos condenam; é grande confusão para o criminoso ver que paga com aplauso de todos e que não acha piedade em nenhum. Ao pároco de S. Sebastião da Pedreira, clérigo de muito porte, lhe atirou com uma pistola um freguês seu (do que Deus lhe guardou a vida), porque o advertiu que deixasse o escandaloso estado em que vivia, de que sua devassidão fazia gala. Não sei eu a que pior estado se pode chegar que querer vingar por agravo o que se houvera de agradecer por aviso. Não faziam mais os idólatras; aos que lhes prégavam a lei de Cristo, abominando o cativo do demónio, tiravam a vida e coroavam de martírio. Infeliz tempo o em que os cristãos se parecem em tudo com os infiéis.

Em o último de Setembro, pelas quatro da tarde, avistou a frota do Brasil a cidade do Pôrto; trazia norte por pôpa, e êsse têsso; navegava o General com intento de meter neste pôrto os navios, que por sua carregação vinham em direitura a êle; porém, como reforçou o vento, não pôde deixar de seguir sua derrota para Lisboa, seguindo o mesmo rumo algumas embarcações das sobreditas, por se acharem da barra para o sul. O 1.º de Outubro entraram dezasséis navios da frota por esta barra do Pôrto com feliz successo e tempo; antes disto tinham entrado quatro em diferentes dias, da mesma frota; os mais vasos dela eutraram em Lisboa a 3 do mesmo. A nau da Índia *Nossa Senhora da Ajuda*, com a almirante da frota e mais alguns poucos navios

dela, haviam entrado em Lisboa a 24 do passado. Cristóvão Ferrão de Castelo Branco, seu Capitão, teve algumas contendas com o General Montenegro em querer tirar alguma fazenda da nau; mas com as guardas que lhe pôs, tratou aquêlê de exceder em algumas cousas no Brasil, com que o mandou S. A. prender, saindo purgado dos fumos da cabeça e das fleimas da bôlsa.

Dava S. A. pressa à partida do Marquês de Gouveia para Castela; havia razão que fazia precisa sua presença em aquella Côrte. Tinha-se publicado que estava concluída a liga entre Portugal e França; a forma dela se não sabia e a ignorância publicamente afirmava que Portugal se obrigava a romper as pazes com Castela e fazer-lhe guerra. Tomava-se esta voz tam mal como soa, tanto pelo perigo, como pelo escândalo: êste de se faltar à razão e justiça, aquêlê certo em não valerem nada as fôrças sem Deus, que com Deus acabaram tudo. Sossegou-se êste rumor com se divulgar que S. A. havia comunicado o ponto aos Teólogos mais insignes do Reino, e resolveram que a tal guerra se não podia fazer em boa consciência e que nesta forma se resolvera em Conselho de Estado a resposta que se deu a França.

Neste tempo saíu um papel impresso, seu autor um Mestre de Campo reformado, natural de Beja que intitulou Emblema Político, em o qual mostrava ao Marquês de Marialva, a quem o dedicou, o muito que é necessária a guerra, para conservar o Reino, dando número às tropas e aos têrços, que há-de haver nos exércitos, como que se adivinhara o poder do inimigo ou como se estivera em sua mão a disposição das fôrças contrárias; papel igualmente rombo no estilo e nos discursos. A êste responderam na Côrte al-

guns manuscritos sem nome, bem discretos, ajustados, e políticos; pesadíssima censura contra tôda a opinião de guerra, quando Deus nos deu na paz aquêle bem em cujo alcance o Reino trabalhou tantos anos. As notícias destas vozes populares era fôrça chegassem a Madrid, acreditando-as a falta de Embaixador seu em Lisboa; e por esta razão era necessário partisse o Marquês para aquela Côrte e desenganar a credulidade e sossegar os alvoroços, que podia causar esta prática entre os que aspiram a fazer guerra, para tornar à vida licenciosa dela.

Em 22 dêste mês partiu para Madrid o Marquês de Gouveia levando consigo tôda a sua casa com tôda a grandeza e luzimento. Era atualmente Presidente da Mesa do Paço e S. A. lhe fêz mercê da retenção do lugar, pessoa que enche todos os que ocupa, unindo-se em seus procedimentos a qualidade e a modéstia, em tal grau que se pode dizer que, ou neste tempo não é Fidalgo de Portugal, ou é Fidalgo em Portugal de outro tempo. Motivo semelhante teve o Séneca para dizer que os tempos não faziam diferentes aos homens, sim os homens são os que fazem os tempos diferentes.

O tempo, como tudo manifesta, de tudo dá razão e é o mais claro espelho em que a verdade se representa. Partiu o Padre António Vieira para Roma; o fim da sua viagem tam escondido que suspendeu a todos e para poucos passou de opinião a ciência; a variedade dos discursos desenganou agora a certeza do fim e foi o ser mandado a procurar o lugar de Inquisidor Geral para um sujeito da Companhia, sendo que os dela não são ditosos neste lugar. Também nos postos há fatalidades para as famílias; fausto foi para os Romanos o Consulado dos Scipiões;

para uma família infausto, para a família dos Gracos. Tinha emendado o lugar os erros do Procurador e não acertou quem o fez Procurador do lugar. Menos acertado andou o Procurador em aceitar a missão e muito menos se a procurou, porque quando por este meio se lhe representasse ficar-lhe de casa o favor, chegava mais assim à justiça e a deste Tribunal em toda a distância é a mesma; e é certo que o fogo, se se não toma em proporcionada distância, ou queima ou não aquece.

Eram passados poucos dias depois de haver entrado na Corte de Lisboa o Conde de Schomberg, de volta de França aonde havia ido (como deixámos dito), quando o assaltou uma febre que em breve tempo passou de remissa a intensa e lhe tirou a vida; não se soube aproveitar dela para as melhoras da sua alma, morrendo na mesma seita herética em que havia vivido. Deste Cavaleiro se afirma, que no tempo que serviu no Alemtejo teve impulsos de abraçar a fé Católica Romana, conhecendo ingenuamente o erro que seguia e que por respeitos humanos deixara de se reduzir, dizendo que aguardava para tempo oportuno. Dá Deus vida ao homem para se aproveitar do tempo da vida e tratar dela para merecer a Glória e o melhor tempo é aquêle em que melhoram de estado; quem conhece o mau estado e deixa perder o tempo, fia ao tempo sua perdição, que ordinariamente falta a quem falta ao tempo; sendo tam fácil o morrer e tam incerta a hora de acabar, não sei quem se fia na duração da vida! Achaque de sua morte queriam muitos que fôsse o não achar dispostos os meios da sua pretensão para fazer guerra a Castela. Parecia-lhe havia de prevalecer sua política à nossa Religião e com o ódio desta, porque ven-

cia, acabou castigado daquela, porque pugnava. Esta causa davam muitos ao achaque da sua morte. E bem podia ser; que, assim em sagradas letras, como em profanas histórias, lemos os exemplos de muitos que morreram porque seus ditames se não seguiram tam namorados são alguns homens de seus próprios pareceres que morrem e se perdem por eles; escapou da morte e se foi para França.

Em o princípio deste mês de Novembro morreu D. João de Castelo Branco, filho de D. Francisco de Castelo Branco; era este D. João segundo e último filho de seu pai, herdeiro de sua casa, a quem S. A. tinha feito mercê do Condado de Redondo, por ele casar com uma Dama do Palácio, e antes de tomar posse dele o levou Deus de doença. Foi este Condado neste século para a família dos Castelos Brancos, não Condado de Redondo em que sucederam vidas, senão réde de cordão com que pescava a morte. Foi D. João de Castelo Branco casado com D. Guiomar Coutinho, por a qual seus filhos pretendiam ter direito ao Condado sobredito, depois da morte do último Conde de Redondo, que morreu sem sucesão. Deste D. João ficaram dois filhos legítimos, a saber, D. Duarte de Castelo Branco, e D. Francisco de Castelo Branco. D. Duarte casou a primeira vez com uma filha de D. António Mascarenhas, que chamaram o Sujo, a qual morreu sem ter filhos. Casou D. Duarte segunda vez com D. Mariana, filha de Francisco de Melo, Monteiro-mor; depois de casado, lhe fez a Rainha D. Luíza mercê do Condado, e o logrou tam pouco tempo que parece que só para morrer Conde lhe deram o título. Por sua morte, ficou um menino de três anos em o qual el-Rei D. Afonso confirmou a mercê e de pouco mais

de quatro anos o levou o título à sepultura. Passou o morgado a seu tio D. Francisco e com êle a pretensão do Condado; e quando a tinha melhor entabulada, pedindo a mercê para seu primeiro filho, D. António, morreu de doença já mancebo crescido; fêz o Príncipe mercê a seu último e segundo filho, D. João, e primeiro dêle tomou posse a morte, do que êle a tomou do Condado. Por castigo do Céu avaliam as sagradas letras a falta de sucessão nas famílias illustres; não sei se a culpa desta seria a vaidade de se presumir esta a mais illustre de tôdas as famílias, pois não bastou para lhes abater as asas da soberba o faltar-lhes a fortuna com os bens que fazem ricas as casas illustres.

O Entrega, mais conhecido pela causa que lhe deu êste nome, que pela indústria com que se fabricou sua próspera e adversa fortuna, depois de experimentar os afagos e rigores dela, indo uma noite em sua liteira pelo Chiado, lhe meteram pelos lados dois bacamartes e lhe tiraram a vida. Notável se fêz êste homem neste século nas guerras entre Portugal e Castela. Introduziu-se com ambos os Reis de um e outro Reino com tal arte, que cada um se dava por bem servido, julgando ao contrário por enganado, sem que os melhores discursos pudessem averiguar qual era fementido; foi-o a muitos vassallos, aos quais se ofereceu fiel e entregou aleivoso; título que lhe deu o de Entrega. Um e outro Rei lhe deu seguro real e a realidade do seguro o entregou à morte. Enganou-se a si mesmo, depois que não achou a quem enganar, porque o mesmo que em prejuízo de muitos passou a vida, em prejuízo de sua vida se veio meter na Côrte, donde a devia a muitos. Chamavam-lhe o Entrega, porque o foi; chamavam-lhe o Frade, por-

que deixou de o ser; por sobrenome tomou o apelido de Andrade e por êle foi tam conhecido no Reino e no Paço, como desconhecido pelo nome da pia.

Eram 20 de Novembro, quando por horas se esperavam letras dos Bispos, não chegaram estas, mas não deixaram de chegar as de muitas cartas, em as quais se avisava de Roma que de novo se haviam alterado as cousas com um successo tam desatinado, que não só acusa ao autor, mas a tôda a Nação Portuguesa. É estilo daquela Cúria, observado de tempo imemorável, que, passando o nepote do Pontífice por qualquer rua, param as carroças dos Principais e Senhores, assim eclesiásticos, como seculares, emquanto passa a do nepote. Só os Embaixadores do Imperador e dos Reis coroados param, e pára juntamente o nepote, e feitas as recíprocas cortesias perpassam um e outro. O Conde da Atalaia, genro do Marquês das Minas, nosso Embaixador (que é o Conde do Prado e lhe deu S. A. o título de Marquês tanto que entrasse em Roma), encontrou-se na sua carroça com a do nepote do Papa, cujo cocheiro disse logo *ferma*; parou o cocheiro do Português e êle com barba soberba lhe disse que andasse adiante, e passou pelo nepote, não só violando o sagrado daquelas leis, senão ainda as da ordinária cortesia, que afirmam que lhe não tirou o chapéu, desacato de que se corra o mais bárbaro Geta. Levantou o caso notável revolução em tôda a Córte e foi tam mal tomado que todo o favor se voltou em ódio, avaliando-nos por indómitos Scitas e crendo de nós tudo quanto contra nossa reputação e fé, tinha em Roma divulgado o ódio e a inveja, que não só com o Vigário de Cristo pretende igualdades, senão que também se atreve a fazer-lhe in-

júrias. Que despachos pode alcançar o mesmo, que, mandado a facilitar os negócios, os dificulta? Nenhum Reino mais fiel à Igreja, nem que com mais veneração e culto assista ao serviço de Deus que Portugal; e contrapesados os merecimentos de todo o Reino com a soberba de qualquer Fidalgo dêle, entendo que mais é o que esta ofende do que o que aquela veneração obriga. Assim o avaliou a Côrte de Lisboa divulgando que o Papa mandara deter o Núncio, mas como havia muitos dias que estava embarcado e havia saído de mar em fora, se averiguou que era falso e se esperava por êle cada instante.

Entrou o mês de Dezembro, e S. A. se partiu para Pancas à caça; dias havia que a jornada estava disposta, para ir passar até a festa do Natal ao seu Palácio de Salvaterra. A Rainha, que fez muitas diligências por acompanhar a S. A., (como em Pancas não há comodidade para dar agasalho a duas Casas Reais) ficou de acôrdo que saíria da Côrte alguns dias depois e iria em direitura a Salvaterra. Havia indícios de que andava prenhada de dous meses; requereram os Médicos que se não abalasse; pôde mais o gôsto que a razão, saiu de Lisboa, embarcando-se para fazer a viagem por rio com mais sossêgo; o das águas não é constante, alterou-se o tempo, sentiu-se a Rainha abalada, tomou pôrto em Vila Franca, seis léguas da Côrte, e aí moveu. Acudiu logo S. A. a visitá-la e assistí-la, sentindo-se o successo igualmente de todos; faltar successão aos Reinos porque Deus a não dá, perda é em que não tem razão a queixa; mas dá-la Deus e malográ-la a desatenção, com o fundamento da queixa se aumenta a razão da mágoa.

Deixo relatadas as ansiosas diligências que o Conde de Miranda fazia por tornar a governar a Cidade do Pôrto e como S. A. lhe mandou que requeresse ordinariamente por sua pretensão em pleito; acharam-lhe os Ministros justiça e ordenou S. A. ao Secretário de Estado que escrevesse ao Conde de Vila Flor (que estava governando esta Cidade e Relação), em que lhe dizia que S. A. se daria por bem servido se quisesse largar o govêrno e aceitar a presidência da Câmara de Lisboa ou a do Conselho Ultramarino. Caíu o aviso no regaço à Condessa, a quem não aquentava o sol fora da Côrte, donde nasceu, se criou e viveu sempre; persuadiu ao Conde que aceitasse. Respondeu que se era gôsto de S. A. não podia deixar de ser também seu e que desde logo se preparava para sair para a sua quinta da Azambuja, sem deferir aos lugares referidos. No mesmo ponto que o de Miranda teve esta notícia, se quis pôr ao caminho e vir desalojar ao de Vila Flor, com tenção (como se afirmava) de lhe fazer alguns dissabores; ao que S. A. acudiu, mandando ao de Miranda que não saísse da Côrte sem primeiro o de Vila Flor sair do Pôrto. Sentiu esta Cidade, tudo quanto se pode encarecer, o perder tal Governador; nenhum procedeu com mais justiça, nenhum com mais benignidade; faziam-no temer as memórias da guerra, faziam-no amar as lhanezas da milícia. Em a Relação era o primeiro, com que os Ministros todos faziam muito por nenhum ser o último; em suas resoluções, igualmente considerado e effectivo; seu trato afável e decoroso; igual para o poderoso e para o desvalido; não lhe muda a fortuna o semblante; seu coração é maior que os casos; visto, infunde respeito; tratado, produz confiança; emfim, varão a tôdas as luzes grande e merece-

dor de grandes postos, suposto que nenhum poderá ser grande para um homem tamanho que triunfou das armas inimigas, quando Castela empunhou o resto de seu poder e arriscou a pessoa de seu Príncipe em a memorável batalha do Ameixial.

Aos 20 de Dezembro saiu o Conde de Vila Flor com seu sogro e cunhado, D. António Álvares da Cunha e as famílias de um e outro da Cidade do Pôrto. O de Vila Flor, achacado e sentido, e com tam rigoroso tempo que não passou da outra parte do rio, adonde dormiram aquela noite, e fazendo jornadas de duas e três léguas por o tempo não dar lugar a mais; chegou o Conde a Coimbra, apodera-se dele já o mal de gôta artética, donde esteve muito mal até Fevereiro, e com melhora se partiu até à Vila de Tomar, donde ficou, com resolução de não sair de aí, até se não acabarem os três anos que tinha de Governo da Cidade do Pôrto. A generosidade não sente tanto a descomposição pelo que lastima aos próprios, como pelo que alegra aos contrários. Desejaria ver na Côrte, despojado ao Conde do Governo, quem lhe cortou o tempo; e quis o Conde cortar-lhe o gôsto, com dilatar o tempo de entrar na côrte. Destreza discreta é fazer opposição ao poder com indústria, porque diferente cousa é padecer o infortúnio, que sujeitar-se à fortuna. O valor em tanto vence, em quanto se não dá por vencido.

Chegou a Lisboa o Conde da Atalaia em o fim de Dezembro, mandado de Roma pelo Marquês de Minas, assim por satisfazer aos que esperavam esta demonstração, como por o não arriscar às que podia fazer o Nepote; que não faltaria naquela Côrte quem, por adular o ofendido, descompusesse o agressor. Não sabemos

que o Príncipe o castigasse, nem repreendesse; todos o esperavam, ninguém o viu; fundamento devia ter a dissimulação, qual fôsse não se divulgou. Há casos que mais escandalosos os faz o castigo que os lembra, que a dissimulação que os sepulta.

Acabou-se este mês de Dezembro, com saírem em o fim d'ele do pôrto de Lisboa para os Estados do Brasil e mais conquistas, alguns navios.

Entrou o mês de Janeiro de 671, com um successo, que deu muito que ajuizar a tôda a Côrte. Fernão Teles, cuja infâmia fará durável sua memória, deixou um filho bastardo em Lisboa; de volta de Castela e entrando no Páteo das Comédias a ver representar uma, picou com uma espôra a um Cavaleiro. Seria desatento, porém a opinião o fêz parecer propósito; à queixa do offendido, houvera de sair a satisfação e saíu a liberdade; remeteu-se a razão às espadas e com elas se definiu a razão; apartou-se a briga, fugiram os agressores à obrigação da justiça e cada uma das partes seguiram os amigos; e passando pela rua dos Escudeiros, o Teles, dizendo aos seus como deixava passado com uma estocada mortal a seu contrário, caíu morto de uma que seu contrário lhe havia dado, que elle não havia sentido ou por soberba calava dissimulado. Admiraram-se todos que, como não sabiam da ferida, presumiram que o matara a jactância; despiram-no e ponderaram que ao tempo da jactância o matara a ferida. A justo juízo de Deus o atribuíram (costume do vulgo), porém nesta ocasião e neste homem, ponderação do escândalo. Correu-se a vida de animar sangue tam manchado da infâmia, maior em quem se não corre da infâmia, que herdou no sangue.

Nestes dias partiu de Lisboa o Conde de Miranda para o seu governo da Cidade do Pôrto do qual tomou posse em 20 de Janeiro. Entrou de noite e foi sua entrada sem demonstração alguma de alegria; se fôra de dia pudera ver nas caras de muitos o pouco gôsto com que era recebido. Não devia esperar muito, quem sabia o muito que havia feito aquella Cidade, por se ver livre do jugo do seu governo. Acusado da própria consciência teme a injúria quem lhe foge.

Assistiu S. A. à festa do Senhor em Santa Engrácia, que se acabou em 18; e aos 19 se partiu para Salvaterra com a Rainha e pessoas precisas para seu serviço, donde chegaram com bom successo, ainda que o tempo que lá estiveram foi rigorosíssimo de frios e chuvas. Os Príncipes, por seguirem seu gôsto, fazem dêle tema e nunca se dão por entendidos das opposições de seu gôsto, sabendo dissimular a impossibilidade de as vencer; por que se não imagine que não podem o que querem, fazem gôsto do mesmo que lhes dá pena. Se os nossos Príncipes puderam deixar o monte e voltar-se logo à Côrte, sem que o mundo o entendesse, tenho para mim que seria nesta ocasião a ida por vinda, porém foi razão de Estado até o Entrudo, que se voltaram para o Paço sem succeder cousa de que se faça caso.

Deu êste mês fim com o dar a vida D. Rodrigo Teles, Conde de Unhão, tam apressadamente que, entre o fim da vida e o principio da doença, não houve mais espaço que o de três dias. Foi êste Fidalgo filho de Fernão Teles, primeiro Conde de Unhão, e de D. Francisca de Castro, que foi Dama de Palácio em Madrid. Casou a primeira vez com D. Juliana de Alencastre, viúva do Duque de Caminha D. Miguel

de Noronha, por morte da qual ficou viúvo e sem filhos; casou segunda vez com D. Joana de Alencastre que deixou viúva com dois filhos. Poderia ter idade, quando morreu, quarenta e seis anos. Viveu este Fidalgo sempre em a Vila de Santarém, retirado da Corte, donde em sua vida entrou tam poucas vezes e tam de caminho, que poucos cortesãos poderiam dizer que o conheceram de vista; afeição a Castela quizeram muitos que fôsse a causa do retiro da Corte, assim por criação da mãe, como pela obrigação do título, que a seu pai deu el-Rei D. Filipe o 3.º, mas eram juízos, ou da malícia ou do ódio, e podiam ser também da inveja, por ser um dos mais bem herdados e ricos Títulos de Portugal, e hoje a Condessa sua mulher é Mordoma maior da Rainha e Camareira.

Em o princípio de Fevereiro, chegou uma embarcação da Ilha Terceira com novas de S. M.; as que se divulgaram, foram que o não largavam vômitos e cruexas de estômago, por êle se não moderar no comer, que o faz com excesso e que os Médicos lhe prometiam muito limitada vida. São as promessas dos Médicos, como as dos prognósticos que acertam por erro; todos ignoram as causas, e ajuízam ignorantemente os efeitos; mais desculpa têm os Astrólogos que inferem os efeitos futuros das causas, muito menos os Físicos que não sabem conhecer as causas pelos efeitos. Os tempos, e a vida, tem Deus em sua mão; que a vida que deixa obrar livremente as causas segundas, só êle sabe como e quando obram. O mesmo excesso e o mesmo achaque tinha S. M. em Lisboa, que agora tem na Ilha; e o mesmo dizem agora na Ilha os Médicos, que diziam então em Lisboa, prometendo-lhe muito pouca vida. O certo é que

prognósticos de tempos e de Médicos, nunca prometem vinho, nem asseguram saúde.

Chegaram à Côrte novas de Roma por um Próprio, que enviou o Marquês das Minas, que como vencidas tôdas as dificuldades e alhanadas tôdas as dúvidas, tinha Sua Santidade concedidos todos os Bispos, e se ficavam passando as Letras; e foi a vitória dos Italianos, porque na mesma forma em que o Papa Urbano VIII os dava a Portugal, os deu agora o Papa Clemente X, e aceitamos agora o que então recusámos. Agora desenganados do tempo, caímos na razão; então, cegos da desconfiança, não admitíamos nenhuma. A cólera, que nos cegava com as armas na mão, nos fazia parecer sombra o que desapaixonados confessamos que é luz. Lembra-me que nos Conselhos de Estado, que sobre esta matéria se fizeram em vida del-Rei D. João o 4.º, se votava tam desconfiada e coléricamente, que queríamos vencer Roma com a sem razão, como vencíamos Castela com a justiça.

O Conde de Aveiras, Presidente da Mesa da Consciência, pediu licença a S. A. para se retirar da Côrte e ir viver a Santarém, e com tanta instância, que chegou a porfia; a causa não pude alcançar com certeza, o que se dizia era que intentava casamento para cousa sua com a Condessa, viúva do Conde de Unhão; porém este negócio, quando fôsse o motivo, de qualquer parte se podia concluir e tratar; o que sabemos é que se lhe negou a licença que pedia e que êle se acomodou com a vontade de S. A., e que, ou o empenho não era muito ou foi muita sua obediência.

Em Novembro de 669 deixámos dito como D. João de Castro, faltando à fé de sua palavra,

saiu da Tôrre de Belém, e como se passara a Castela e se acolhera a Badajoz. Em o ano seguinte acharam algumas pessoas em Sevilha suas memória frescas e vivas, em as galas de uma comediante, que representava com elas igualmente a louca vaidade dêste Fidalgo e o papel da comédia, sendo mais celebrada pelo que dava que dizer, que pelo que dizia. Nesta Cidade, por uma desconfiança que teve em uma publicidade, desafiou a tôda Sevilha; e descendo pelo rio para San Lucar, chegando-se ao seu barco três, de oito aduaneiros que vivem em o lugar de Cória, e registram tôdas as embarcações que sobem e descem, perguntaram que levava o barco, ao que êle puxando pela espada, abriu a cabeça a um, respondendo: *Leva isto*. Apelidaram os feitores da aduana à voz del-Rei, amotinou-se o lugar (que é cousa pouca), apertou o seu barco os remos e primeiro chegou a San Lucar a culpa, que o agressor. Destas andou fazendo muitas, com que não parava em nenhum lugar; e fugindo de todos, voltou a buscar por valhacouto a Portugal e chegou à Côrte, representando bem as aventuras de D. Quixote, que lhe puseram o mesmo nome em a acomodação dos títulos das comédias, que se fêz com muita propriedade a muitos Cavaleiros da Côrte, como fica dito atrás. Fêz logo pública sua chegada seu próprio desenfado; chegou à notícia de S. A. e o mandou prender e arrecadar em o Castelo da Cidade, donde esteve até o fim dêste Fevereiro em que o mandou com guardas para a Tôrre de Belém e com tanta estreita prisão que ordenaram ao Capitão o tivesse de noite e de dia com sentinela à vista. As causas que de novo aumentaram o rigor do castigo, deviam trazer comsigo a importância do segredo, porque se não divulga-

ram. No mesmo lugar, donde o tirou a culpa, o entregou a culpa, para que a mesma parte que o viu fermentido o visse castigado. A diligência com que foge o culpado, é a que mais depressa a traz ao castigo; que é condição do pecado entregar pelo caminho por donde persuade que desvia.

Neste mesmo tempo também mandaram para o forte de S. Gião a Francisco de Brito Freire, apertando-lhe mais a prisão de que estava aliado.

Duas prisões se fizeram na Córte por mandado de S. A., que por serem em pessoas conhecidas direi os nomes e relatarei as causas. Mandou S. A. prender a D. Francisco de Lima, Fidalgo que depois de viver muitos anos na Índia veio para Portugal no ano de 666 com muito cabedal e foi bem recebido e estimado. Agora dizem que por queixas que vieram da Índia, que ordinariamente o cabedal que se traz das conquistas, assim como deixa a uns ricos, deixa a muitos queixosos. Também mandou prender ao maltês Montenegro; diziam que por se convencer de culpado na morte de António de Andrade, o Entrega; mas o certo deve ser por a descomposição com que enxovalhara na Baía ao Provedor del-Rei. De ambos se mandou devassar; para a Índia foi ministro particular, para o Brasil se cometeu aos que lá assistem.

Em 2 de Março fêz entrada pública o embaixador de Malta que era um Cavaleiro do hábito de S. João, irmão do Montenegro, a quem o Grão-Mestre nomeou para esta função. Fêz êle sua entrada com tôda a grandeza e pompa, porque neste dia, dando-lhe audiência S. A. e mandando-o acompanhar por D. João de Sousa, Cavaleiro do mesmo hábito, e ocupado na casa da

Rainha, safu o sobredito Embaixador de sua casa em uma carroça tam vistosa que parecia se apostava a vencer a tôdas na gala ; levava vinte e quatro lacaios com libré de veludo raso, verde, guarnecido de trenas de ouro; não menos lustroso o acompanhou o Embaixador de França à ida e vinda de Palácio, em cujo forte lhe deu S. A. audiência ; a substância da embaixada foi dar os parabens ao Príncipe do govêrno que havia tomado e oferecer-lhe o Priorato do Crato para qualquer filho seu, com condição que havia de trazer o hábito, ainda que não professasse a Religião, confessando com este título que era data da Religião o Priorato. É tam ambicioso o poder que é necessário tôda a cautela para lhe impedir que não faça próprio o alheio. Alguns houve que se fizeram adorar nos ídolos de sua ambição, e, sendo por todas as razões tam alheios do Céu, como se foram Deus se faziam senhores do Céu, sendo para êles o Céu a cousa mais alheia.

Em 6 dèste mês se mostrou o tempo favorável para navegar, e com peça de leva avisou Afonso Furtado de Mendonça, que com o cargo de Governador da Baía estava também nomeado General da frota para a conduzir à ida, e por seu almirante Vitório Zagal, para lhe substituir o cargo à vinda. Deram à vela Governador e Almirante, com mais uma nau da Companhia; não puderam seguí-los os mercantes por o repente da partida; quando o quiseram fazer, acharam o tempo contrário, tam tempestuoso, que quiseram muitos adivinhar a perdição dos três que haviam saído; porém quererá Deus levá-los a salvamento e ter livrado dos perigos do mar a quem com tanto valor venceu os da terra, alcançando com seu braço muitas vitórias dos Castelhanos

e ocupando todos os postos da guerra, até o último de General das armas em a Província da Beira, procedendo em todos de sorte que se igualava o temor que dêle tinham os contrários com a estimação com que o veneravam os próprios.

Dias havia que o Conde de Mesquitela andava no Reino homisiado, animava-se sua confiança do silêncio em que estava o delito, pareceu-lhe respeito o que era indústria, e esquecimento o que era cautela (ordinária cegueira dos poderosos quando são delinquentes, imaginarem que a justiça está obrigada a acomodar-se com seu gosto, e que no ofendido não dura mais a mágoa, que enquanto dura a queixa), e com esta suposição temeu menos os públicos, alentando-se a cometer novos delitos, ofendendo bárbaramente o mesmo sagrado que lhe servia de valhacouto. Vivia amparado na casa de seu sogro, e dizem que nela emprenhou uma sua própria cunhada; há delitos tam bárbaros que os publica a verdade e nunca acaba de os crer a razão. Para o traidor nem vale o sagrado, nem pode haver amigo. O sogro (que não nomeamos, pelo não publicarmos tam ignominiosamente afrontado), parecendo-lhe que tomando por sua conta a vingança fazia mais pública a deshonra, e que com um mesmo golpe privava uma filha de marido e a outra de ter estado, deu conta do caso a S. A., para que, sendo castigado o agressor por justiça, se attribuisse o castigo a diferente causa. Deu ponto de onde o poderiam achar e o mandou S. A. prender ao Mosteiro de Odivelas pelo Desembargador João de Melo; e preso, o sentenciaram para a Índia, a desterro perpétuo. Grandes diligências fizeram a mãe e parentes, para se moderar a sentença, porém

S. A. constante a tôdas, a fêz cumprir, e para a Índia partiu desterrado em as naus dêste ano; para onde se dizia ia também um Fidalgo e um Título, mas devia dizê-lo, ou seu merecimento, ou o desejo de muitos, pois as naus foram e elles ficaram.

Muito caso fêz Lisboa de entrar em seu pôrto uma esquadra inglesa, trazendo uma nau de Turcos prisioneira, de quatrocentas pessoas entre Cristãos cativos e Turcos. Alvorçam as cousas de pouco porte, ou pelo muito que se desejam, ou pelo espanto com que se vêem. É cousa tam rara ver-se em Portugal prêsa de Mouros e Turcos, que lhe causou espanto esta; e é tam ordinário fazerem-nas os Turcos em embarcações de Portugal, que não desejam os Portuguezes, ofendidos do damno, senão verem padecer o mesmo damno a quem lho faz. A Cádiz dizem que foram os Ingleses vender a prêsa. Tem esta canalha em aquelas partes mais serviço e acha lá mais estimação, pois das três partes da gente do Pôrto de Santa Maria, uma é de Mouros e Mouras.

Chegou nova à Côrte de Lisboa de como em Madrid dera um acidente de paralisia ao Marquês de Gouveia, que naquela Côrte assiste por Embaixador de Portugal, com tanta fôrça que ficava desconfiado da vida, porém em os correios seguintes vieram novas de sua melhora, e com elas a falsidade dos prognósticos de muitos que tinham para si não deixar Castela de nos enterrar um nosso Embaixador, quando Portugal lhe enterrou um seu, como que se a morte estudara pela política dos vivos. Sei eu que não faltarão ao Marquês muitos vivos que peçam a Deus por sua saúde, assim pelo merecimento da pessoa, como pela lástima da casa, se se vir pri-

vada duma vida que não deixa outra alguma para a sucessão.

Em 21 dêste mês de Março, pelas onze da noite, chegou o correio a S. A. com as Letras do Arcebispo de Lisboa, D. António de Mendonça; do Bispo de Coímbra, D. Manuel de Noronha; do Bispo da Guarda, D. Fr. Álvaro da Silva; do Bispo de Leiria, D. Pedro da Silva; do Capelão-mor, Bispo de Bona, D. Luiz de Sousa; do Arcebispo de Goa, D. Fr. Cristóvão da Silveira; e do Bispo da Baía, D. Estêvão dos Santos. A forma das Letras, concedidos os Bispos às pessoas nomeadas, *ad supplicationem Domini Petri, Principis, et Gubernatoris Regni Portugaliae*, com tôdas as circunstâncias e cerimónias com que a Sé Apostólica os concedeu a todos os Reis de Portugal, que precederam aos intrusos Castelhanos, desaparecendo à vista do sol da verdade as névoas com que o queriam cobrir a desafeição de uns e louca esperança de outros. Veio dispensado o Bispo da Guarda para o poderem sagrar um Bispo e duas dignidades; o de Leiria, dois Bispos e uma dignidade; os mais, na forma do estilo canónico. Notável foi o alvorôço e alegria com que se divulgou a nova; foi de todos o festejo, porque havia sido de todos o pezar. À falta de tantos anos, subiu o gôsto da posse em uns, porque viam o Reino restituído ao legítimo govêrno eclesiástico, em outros porque chegavam a ver o que nunca tinham visto no Reino; e se alguns faltaram a esta geral alegria, foram os Cónegos de alguns Cabidos que costumados à liberdade lhes amargava o reduzirem-se à reformação. Não sabe como há-de poder obedecer o que está costumado a mandar, e o que vive distraído

sente a par da morte o considerar que há-de viver reformado.

Deu fim este mês com se divulgar que S. A. nomeara em o govêrno do Maranhão a Pedro César, Fidalgo de muitas prendas e valor, e que nas guerras, ocupando os mais autorizados postos, igualou o luzido de suas proesas ao illustre de seu sangue, adiantando-se seu ânimo às maiores esperanças de sua idade. Até agora não sei que aceitasse o lugar, porque em tam pequeno lugar não cabe tamanho homem. Também dizem que nomeara S. A. para o govêrno de Cabo Verde a Manuel Pacheco, melhor conhecido por seus serviços que por seu nascimento. Glória é de sujeitos tomarem de suas obras tam illustres nascimento que escurece o de sua ascendência, ainda quando não é escuro.

Em 2 de Abril partiram duas naus para a Índia, e por Cabo ou Capitão-mor Cristóvão Ferrão de Castelo Branco, que veio da Índia na nau Nossa Senhora da Ajuda e se livrou tam bem, que venceu as queixas e foi restituído, não só com prémio, senão também com honra, na confiança que dele se fêz, à vista de Fr. António de Sousa Montenegro, e das culpas porque se fêz, ficou suspeitosa a que se impunha ao dito Ferrão. Quem há-de capitular dos outros, não há-de ter obrado de modo que dêem capítulos dele.

Em 6 de Abril chegaram à Côrte as Letras do Arcebispo de Braga, D. Veríssimo de Alencastre; do Bispo do Pôrto, D. Nicolau Monteiro; do Bispo do Algarve, D. Francisco Barreto, que se solenizaram em tôda a parte com muita mais alegria que as primeiras, porque as dificultava o discurso de muitos, publicando que os nomeados nas primeiras haviam de ser os últimos. S. A.

escreveu a todos os Cabidos fizessem devotas acções de graças a Deus por lhes conceder pastores. Com festivo alvoroço aplaudiu a Cidade do Pôrto as Letras do seu Bispo, que lhe chegaram à mão em 13 de Abril. Concorreram três razões muito particulares para alegrarem a todos. A primeira os méritos da pessoa: varão apostólico e já de idade, e que em tôda a idade foi o mesmo, sempre modesto e exemplar, ouro sôbre que suas letras realçam e sua muita caridade para com os pobres sobressai. A segunda, ser natural da mesma Cidade de que é Bispo, obrigada da honra que recebe, não de sujeito estranho, senão de um filho próprio, vendo nêle Prelado, natural, e filho. A terceira, estar presente no mesmo lugar de que as Letras o fazem Bispo, a quem todos desejam agradar. A dependência, que na ausência dissimula com os obséquios, na presença os aumenta.

De Andaluzia se escreveu que em 15 de Março, em a Ilha ou Cidade de Cádiz, houvera uma repentina tempestade, que não só no mar submergiu muitas embarcações, senão que também na terra arruinou muitos edifícios, com morte de grande número de gente.

Por particulares razões, mandou S. A. ao Marquês de Marialva visitar tôdas as Praças do Alentejo, assim para tratar de que se conservem as fortificações feitas, como de que se restaurem as arruinadas; queira Deus não fique tudo peor do que está e arruinada a Província, que semelhantes diligências mais as procura a conveniência que o zelo.

Tinha-se efectuado casamento entre o Duque de Cadaval e Madama Henriqueta, filha do Conde Arcur (sujeito de grandes prendas), e prima da Rainha nossa Senhora, negócio que intentou

e concluiu o Doutor Duarte Ribeiro, que assiste em França por Enviado de Portugal, o qual por procuração se recebeu com a dita Senhora, sendo padrinho el-Rei de França, em cujo Palácio se fez o acto do recebimento, com assistência de toda a Côrte, celebrado com saraus e banquetes, que se continuaram por alguns dias, com majestade e concurso, cujas particularidades não especifico, por andarem impressas em nome do dito Ribeiro e chegarem à Côrte de Lisboa em este mês de Abril, onde foram aplaudidas dos pequenos e invejadas dos Grandes, em cujo ânimo arde a emulação como fogo vestal.

Com o correio de 20 de Abril, chegaram as Letras de alguns Bispados do Reino e ultramarinos, e nos correios seguintes as de quasi todos, faltando algumas dos Bispados das Conquistas, que se têm dilatado sem chegarem, não sei se por falta de dinheiro, se por incúria do Embaixador; querem dizer alguns que por falta dos Eleitos, que não puderam acudir com as alvíscaras para o despacho das Bulas. Com os novos pastores se ia chegando à reformação das ovelhas, e parece que se davam pressa os Cabidos a continuar nas demasias, por se ir acabando o tempo das liberdades; e em a Sé de Évora matou o Chantre dela, que é um filho do Conde de Vila Flor, a um prebendado do mesmo Cabido; não sei a causa porque a não deixou divulgar a afronta; tal devia ser, que foi de menos escândalo o delicto. Nos últimos deste mês succedeu em o jôgo da péla uma pendência entre o Marquês de Fontes e D. António, filho do Marquês das Minas, muito para ser celebrada. Estranharam os chapéus, porque os desconheceu a cabeça, e para que se visse quais eram as cabeças, andaram às punhaladas sôbre se trocaram os chapéus. Ambos ficaram feridos,

confirmando em seu próprio sangue a fidalguia, como se fôra derramado em os campos de África; feneceu a batalha com S. A. os mandar prender a ambos em suas próprias casas; e com a mesma facilidade com que se feriram, se aquietaram, não havendo mais razão para a amizade, da que houve para a pendência.

Entrou pela barra de Lisboa o Núncio Francisco Raviza, Arcebispo de Sidónia, em 5 de Maio, nova tam aplaudida como estimada, desbaratando sua chegada tôda a fábrica da malícia, que com infaustos discursos persuadia, que nunca o havia de ver o Reino. Desembarcou em Belém, e foi aposentado em uma quinta dos Religiosos da Graça, que para êste fim havia dias que estava composta, onde esteve alguns dias, visitado, e assistido do melhor da Côrtes, De ali se veio para o Mosteiro de S. Bento da Saúde, donde se lhe tinha adornado e provido um famoso quarto, capaz do agasalho de Sua Ilustríssima e de tôda sua família, dando-se por tam bem aposentado que nenhuma tenção tinha de se mudar dêle.

Poucos dias durou em Portugal o gôsto e alegria de se ver de todo restituído a seu antigo ser, com Bispos e Núncio, porque succedeu o mais horrendo caso que pudera solicitar o luto para cobrir todo o Reino de profunda tristeza. Há um lugar, junto ao Mosteiro de Odivelas, que lhe dá o nome; fica de Lisboa para o norte uma boa légua, poderá ter duzentos vizinhos; na extremidade da povoação, para o meio dia, está situada a igreja dêste lugar, edificio capaz, mais ornado que artificioso. Pelo lado externo, que olha para o sul, tem uma escada de pedra de dez ou doze degraus, que fenece em um tabuleiro, onde está uma porta, ao antigo, por onde

o Tesoureiro entra para o côro e dela sobe ao sino a dar as Ave Marias, servindo por dentro da igreja uma mesma escada para subir ao sino e para descer do côro para a igreja. A noite de 10 para 11 dêste Maio, que foi um domingo para segunda feira, entraram por a dita porta (que a confiança e o tempo tinham facilitado para se render a qualquer violência), ou Judeus ou herege, e, descendo à igreja, ofenderam as imagens de Nossa Senhora e de um Menino Jesus, de Santa Catarina, e de S. Braz, com sacrílegos desprezos, e, abrindo o Sacrário, roubaram as partículas consagradas, deixando a igreja feita um exemplar de diabólicos atrevimentos. Amanheceu a segunda feira, abriu o Pároco a igreja, viu o sacrílego destrôço, achou tôda a prata, frontais, toalhas, sacras e castiçais, e chegando ao Sacrário viu que só nêle se fêz roubo; e a vozes e gritos, publicou o furto, e convocou o povo, que com zeloso sentimento chorou o infausto atrevimento. Correu o aviso a S. A., ao Tribunal da Inquisição e ao Cabido, e cada qual por sua via fêz tôdas as diligências que pedia o caso, devassando-se dêle em tôda a Côrte, casa por casa, pessoa por pessoa, sem querer Deus que se descobrisse o menor indício dos agressores. Vestiram-se em todo o Reino os templos, e pessoas de todo o porte, de luto, fazendo-se em tôdas as partes inumeráveis procissões de lágrimas e penitências, conhecendo todos que eram grandes os pecados em tempo em que se viam tam horrendas permissões de Deus. O único indício, que se descobriu então, foi de que uns Cristãos-novos na manhã do furto, muito ao romper da alva, se embarcaram em um navio Francês, que já estava despachado e em continente deu à vela, que, forcejando contra maré e vento,

saíu de Lisboa; e atrás d'ele se mandou uma cavaleira, mas como se despachou com malícia, mentiu a derrota. Algumas pessoas se prenderam por leves indícios, mas ao depois se acharam algumas cousas pertencentes ao furto em oco de uma oliveira, sem se saber quem ali as pusera. Alterou-se não só a Côrte, senão todo o Reino, amotinando-se muito povo contra os Cristãos-novos, o que S. A. atalhou com prometter deitá-los todos fora do Reino, e por um decreto seu, que quis tivesse valor de lei, mandou que todos os Cristãos-novos que de quarenta anos a esta parte haviam saído comprehendidos no Auto de fé, e todos que daqui por diante saíssem, os desnaturalizava do Reino, com tôdas as suas famílias; porém foram tantos os inconvenientes, outros dizem que tantas as conveniências, que não foi a execução por diante.

Passados vinte dias veio S. A. com tôda a Côrte a Odivelas, e com grandes festas e aplausos se levou o Senhor do mosteiro para a igreja do lugar onde se havia feito o roubo, fazendo-se em todo o Reino festivas e alegres demonstrações em louvor do Santíssimo Sacramento e exaltação da fé católica.

Neste intermeio succedeu a festa de *Corpus*; e achando-se o Forragaitas na Rua Nova, se lhe queixou um mercador de que não tinha com que adornar a sua casa para a procissão, ao que o Judeu respondeu que a armasse de baetas negras. Logo foi prêso e condenado em 4.000 cruzados para as obras da igreja donde se fêz o sacrilego roubo, com destêrro de quatro anos para Mazagão.

Sôbre o caso saíram vários papéis, assim de verso, como de pasquins; ponho aqui êste por me parecer melhor :

DÉCIMA

Pedro, Príncipe da Igreja,
No horto puxou da espada;
Grande acção, para louvada,
Matar gente tam sobeja.
Puxe Vossa Alteza, e veja,
Pois Pedro Príncipe é,
Pelo montante da Fé,
Que convém num caso tal
Não ficar em Portugal
A Nação Hebrêa em pé.

GLOSA

Príncipe da fé zeloso,
Amparo da Cristandade,
Amado por piedade,
Temido por justicoso,
O génio brando, e amoroso,
Mude Vossa Alteza, e seja
Tam rigoroso, que veja
Esta Hebraica Nação;
Que é de fé na defensão
Pedro, Príncipe da Igreja.

Fatal ruína ameaça
Esta culpa, atroz e horrenda,
Porque adonde falta a emenda,
Sobeja sempre a desgraça.
Pedro é Vossa Alteza, e faça
O que Pedro, quando armada
Judas trouxe a turba errada,
E vendo ao Mestre ofender,
Valente, sem mais sofrer,
Puxou no Horto da espada.

Atrever-se Pedro tanto,
Quando ao Mestre mais queria,
Nem foi nêle demasia
Cortar, ainda que santo;
Corte-se, e fira-se, enquanto
Esta progénie malvada
Trouxer a luz tam fechada;
Porque se ela nada vê,
Dar-lhe uma luz grande é
Grande acção para louvada.

Uma turba inteira via
No Horto Pedro, porém
Mais se remessou a quem
Dava luz à companhia;
Investe ao que mais luzia,
Zeloso não por inveja;
Se Vossa Alteza deseja
Que as luzes se apaguem logo,
Mande, a ferro e a fogo,
Matar gente tam sobeja.

Vai crescendo muito a rama
Desta árvore tam fecunda,
E temo que haja segunda,
Se não tiver ferro e chama;
Ouça Vossa Alteza a fama,
Que pode ser tôda esteja
Fora do adro da igreja,
E porque anda tôda mixta,
Da espada igual, e da vista,
Puxe Vossa Alteza e veja.

A Pedro fêz seu Pastor
Cá na terra o mesmo Deus,
Dando-lhe os poderes seus
Para a brandura e rigor;
Esta, Príncipe e Senhor,
É acção em que se vê
O maior zelo da Fé,
Como Pedro fira e corte;
Mais que Pedro dê a morte,
Pois Pedro Príncipe é.

Como pastor mais astuto,
Tosqueie o rebanho novo,
Porque o que tem neste povo,
Traz a lã crescida muito;
Como Príncipe absoluto,
Este o tempo, Senhor, é
De degolar, até que
Nenhum hereje se veja,
Que denotado não seja
Pelo montante da fé.

Por um pomo que roubou
Eva da árvore vedada,
Foi por Deus tam castigada
A gente que não pecou,
Muito adiante passou
Êste roubo tam fatal;
Castigue-se cada qual
Que da Hebrêa Nação fôr,
Com todo aquêle rigor
Que convém num caso tal.

Se Cristo lança aos que vendem
No templo santo de Deus;
; Onde hão de parar Judeus,
Que mais gravemente o ofendem?
Ah Senhor! Daqui dependem,
Ou muitos bens, ou um mal;
Vá-se esta turba infernal
Por êsses mares além,
Porque a Deus e a nós convém
Não ficar em Portugal.

Não se deixe crescer tanto
Nesta católica herdade
A sizania de maldade,
Que destrói o trigo santo;
Arranque-se com espanto
Esta sizania; e pois é
Tam perniciosa à Fé,
Pelo que se há de arrancar,
Para que não possa estar
A Nação Hebrêa em pé.

Em 18 de Maio foram cinco fragatas dos Ingleses sôbre o pôrto da Bogia, distante de Argel vinte e tantas léguas, e depois de alguma resistência lhe cortaram uma cadeia de ferro que defendia os navios de Mouros, queimando-lhe oito, em que todos êles tinham boa artilharia; e demais de muitos cativos que se passaram a nado para os Ingleses, lhe mataram muita gente, assim

nos navios como em terra, custando a empresa aos Ingleses 17 mortos e 48 feridos.

Aos 19 de Maio levou Deus para si a D. Manoel de Noronha, Bispo de Coímbra, de uma queda, não sendo tam perigosa como seus muitos anos. Tinha tomado posse do Bispado por seu procurador, e, antes de o ver e de se sagrar o chamou a morte a melhor vida, como piedosamente se pode crer de varão tam apostólico e ajustado como sempre foi este Fidalgo, assim enquanto Padre da Companhia, como enquanto Prior de Tôrres e D. Prior de Palmela.

Em o domingo da Trindade, 24 deste, se sagraram em o Mosteiro de S. Bento da Saúde os Bispos da Guarda e da Baía, dispensados por Breve particular de Sua Santidade para serem sagrados por um Bispo (que foi o Núncio) e duas dignidades; e estes depois, no domingo seguinte, sagraram em o mesmo Mosteiro ao Bispo de Leiria, e dali por diante se foram sagrando todos em vários dias e lugares.

Em o fim deste mês pegou o fogo no Mosteiro de S. Lourenço do Escurial, obra que merece o lugar de oitava maravilha do mundo, e foi tam grande o incêndio que obrigou a querê-lo exagerar, não topando em menos encarecimento, que correr fama que todo o edificio abrazara, não perdoando ao metal dos sinos, que se afirmava derreteria, e por acreditarem o excesso, avaliaram a perda em oito milhões.

Em domingo, 14 de Junho, se celebrou o Auto de fé em Coímbra, em que saíram 221 pessoas, e 10 a queimar, sendo tal a infâmia desta canalha que quanto mais se atalha mais cresce, verdadeiramente condenada ao fogo por natureza, que na peor matéria ceva com mais actividade. O mesmo Auto de fé se celebrou em Lisboa, em

em que saíram 90 pessoas, e 8 a queimar; e da mesma sorte em Évora; diabólica obstinação da perfídia judaica, crescer com a repugnância e multiplicar com a opposição.

Da parte de Castela pela Andaluzia, em o Condado de Niebla, saíu tanta cópia de gafanhotos, e tam grandes, que em nuvens cobriam a terra, não deixando cousa verde em campos e montes, fazendo grande dano no Alentejo, pelas partes de Beja. Logo se alteraram os descontentes, e buscando-lhe as conseqüências como as desejavam, se deitou fama que a Andaluzia ardia em peste, fazendo crer esta nova, de sorte que em todo o Reino de Portugal se levantaram bandeiras da saúde, com guardas em todos os lugares suspeitosos; parou a diligência, e o medo, com se saber que em alguns lugares de Andaluzia morria muita gente de garrotinhos, originados do destemperamento da primavera húmida e fria.

Levantou a malícia o mais desatinado testemunho que se pode imaginar ao Contrato do Tabaco: queriam os particulares vender sem dependência e com avanço, e divulgou-se que o tabaco dos estancos tinha veneno, deitado nêle para matar a todos. Ama-se muito a vida e deu-se crédito à fama, sem se ponderar o fundamento; porém, como a patarata não tinha nenhum, caiu em breves dias o engano por terra, levando debaixo de si os que o fulminaram, porque os contratadores deram sôbre os particulares e não só fizeram muitas tomadias, senão que cortaram e puseram por terra tôdas as plantas de tabaco que havia no Reino, sem respeito a lugar nem a pessoa.

Meado êste mês, foi o Núncio para S. Sebastião da Pedreira, para dali fazer sua entrada,

donde esteve três dias por conta de S. A., dando-lhe audiência em 18 dêste; saíu acompanhado de Italianos e fêz sua entrada muito à patifa como italiano; que não saem da sua pátria para gastar, senão para adquirir, no que os imitam os mais dos estrangeiros. Ouviu-o S. A., com majestade, em o forte; despediu-se, tratou de lhe darem licença para executar sua justiça, que se lhe concedeu com as limitações da concordata. Criou tribunal da Legacia, e logo começou a mostrar o fio de seu génio, dando officios a pessoas de tanta incapacidade, que públicamente se murmurou que os vendera; porém, ou fôsse que tivesse aviso de S. A., ou da murmuração, escolheu para o tribunal outros ministros mais capazes do lugar.

Correu fama neste tempo que o Rei de Inglaterra se tinha declarado por Católico Romano e estava em campo com numeroso exército contra o Parlamento; tudo novas achadiças, que se crêem com a facilidade com que agradam. Da mesma côr foi outra nova que se levantou, dizendo que o Turco descia sôbre Itália e o Pontífice pedia socorro a todos os Príncipes Cristãos, fazendo mais crível esta prática o saber-se que S. A. mandava preparar alguns navios de guerra, destruindo-se todo êste artefacto com se divulgar que eram para mandar ao Reino de Angola, divulgando-se que nêle perdêramos 500 Portugueses em um conflito que tivemos com os negros do Reino do Congo, levantados por oppressões que não quizeram sofrer. Por um navio que veio da Baía se soube como daquela cidade mandaram socorro de gente a Angola, com que os marinheiros que se prenderam, e três fragatas que estavam aparelhadas, saíram em o mês seguinte a correr a costa, e se re-

colheram em Outubro, indo por General dêles Miguel Carlos.

Divulgou-se na Côrte que de Roma avisavam tinha feito o Padre Vieira grandes diligências por alcançar perdão geral para os Cristãos-novos; se não é assim, não poderá ninguém negar que tem dado bastantes motivos para se crer isto dêle.

D. João de Castro muitas vezes figura nestas relações por haver representado diversas vezes diversos papéis, assim em Portugal como em Castela. Fazia-o agora de prêso; e por algumas gentilezas que obrou em crédito do valor da Nação (foi uma delas defender que se não representasse uma comédia, em que se introduzia el-Rei D. João o 4.º com o título de Duque de Bragança, o que conseguiu a-pesar de todo um pátio de Castelhanos, que estavam presentes para ver e ouvir representar), o mandou S. A. soltar. Pode-se duvidar se foi castigo, se favor, porque se a prisão lhe recusava delitos a liberdade lhe negocia prisões.

Despediu-se êste mês com se despedir o Conde de Aveiras da Presidência da Consciência; e esta foi a segunda vez que se despediu (mas não teve efeito), dizem que desgostado de lhe não darem o lugar de Regedor das Justiças, de que os Reis de Castela o fizeram proprietário, e é o Conde por esta mercê senhor dêle.

Entremos no mês de Julho com darmos razão dos sucessos de Hierónimo de Mendonça Furtado. Veio êste Fidalgo do Govêrno de Pernambuco, expulsado na forma em que todos sabem; tratou-se de sua causa com as interpoções que ocasionaram os tumultos da Côrte, destêrro do Conde de Castel Melhor, divórcio da Rainha, privação do Govêrno e deposição del-Rei; e prosseguindo-se a alteração com os

negócios de pazes e outras importâncias de mais péso, se foram esquecendo, ou dissimulando, as da expulsão deste Fidalgo, até seu irmão Luiz de Mendonça Furtado partir para a Índia em Abril de 670; e ou fôsse resulta de devassas, ou novidade de crimes, o mandou S. A. prender no Limoeiro; e de enfadado ou temeroso, fugiu o dito Hierónimo de Mendonça no principio deste mês, dando sua fugida dilatada matéria aos discursos e paixões de todos, para condenarem e absolverem a fugida, cada qual como queria que fôsse, e não como verdadeiramente foi.

Concorreram os Senhores e Títulos de Portugal, depois que o Nuncio teve audiência de S. A., a dar-lhe as boas vindas. Em os primeiros deste mês de Julho vinha o Arcebispo de Lisboa, D. António de Mendonça, para o fazer, com todo o estado e pompa da dignidade, precedido de cruz alçada; e descendo a última parte da Calçada do Combro, lhe mandou dizer o Nuncio que abaixasse a cruz, pois a não podia levantar em sua presença, que era Legado *a latere*. Não obedeceu o Arcebispo, devia ter fundamentos, e se voltou sem fazer a visita. Até agora se não resolveu a questão das preeminências, dividindo-se as opiniões; e sei que nenhum há de ceder sem Sua Santidade sentenciar a causa, que será tarde ou nunca.

Por justas causas se partiu do Pôrto para a Côte o Bispo D. Nicolau Monteiro, a sagrar-se; foi recebido com grande honra que lhe fez S. A. (que havia sido seu mestre), sagrou-se e voltou para o seu Bispado, donde foi recebido, como era esperado, com luminárias e repiques e comum alegria de todos; deixando entendido que Deus é o que dá as fôrças, e não estes ou aquêles anos, porque os homens, com sua paixão, não

podem coartar as vidas, por mais que taxem o discurso delas. Tem por si o Bispo as orações dos pobres, que podem mais com Deus que as ambições dos ricos.

Entrou uma esquadra francesa, que vinha comboiando a nau em que vinha a Duquesa de Cadaval, com ordem para voltar a incorporar-se com outras fragatas, que navegavam para o Estreito, para que, à obediência de um General, fôsem sôbre Salé a fazer dano aos Mouros, dos quais el-Rei de França estava ofendido, e de presente se via poderoso. A senhora Duquesa não foi visitada de nenhuma senhora da Côte, por se divulgar que não havia de dar nem mão direita, nem *excelência*, a nenhuma pessoa, e assim tôda a sua assistência é com a Rainha, tanto pelo ser, como por natural e parenta.

Neste mês morreu em Lisboa Martim Afonso de Melo, Conde de S. Lourenço, Fidalgo a quem deve muito êste Reino pelas leis que pôs aos soldados, sendo General das Armas na província do Alemtejo, e executando-as com todo o rigor, porque depois da batalha de Montijo com facilidade fugiam os nossos Portugueses dos Castelhanos, e assim privou a muitos capitães de cavalos, dando os postos a homens de valor, e ordenando que, se fugissem os soldados, fôsse para Castela e não para Portugal, porque os havia logo de enforcar, com o que êles, daí por diante, ou por medo, ou por vergonha, se vieram a fazer grandes homens na milícia, tendo sempre nossas armas bom successo, e o maior que se há visto. El-Rei D. João o 4.º o fêz Conde e lhe deu quatro comendas, e por sua morte fêz mercê S. A. delas ao filho.

Lembrado fizeram os Fidalgos êste mês de Agôsto, com saírem com uma pretensão em que

há muitos tempos andavam; tiveram agora ocasião, sendo a maior a grande sêde de querer zada um tudo para si e o verem-se sem os postos da guerra, donde comiam sem medida; e acabaram com S. A. que os Vereadores da Câmara de Lisboa fôsem Fidalgos e não Bacharéis, querendo agora comer pela taxa os mesmos que até agora comiam sem taxa: tal é a variedade dos tempos e a constância dos Príncipes, que uns aprovam o que outros censuram, e o que muitos abominam outros o defendem. Em o mês seguinte saíram por Vereadores o Marquês de Távora, Garcia de Melo, Monteiro-mor, e D. Rodrigo de Menezes, até o ano seguinte.

Adiante passa a hipocrisia; pretendem agora os lugares de Corregedores das Comarcas do Reino, e saíram com o que pretendem, mas não sei se sairão dos lugares como esperam, porque os povos, experimentados nas tiranias da guerra, não hão-de sofrer as da paz, pois é certo que cada um destes com a vara de Corregedor há-de roubar mais do que rouba com o bastão de Fronteiro. Muitas vezes procuram os homens o castigo com a diligência da bonança, que há capacidades tam limitadas que por se representar um dia de bonança se arrojam a um mar de tormenta.

O desejo do zêlo católico divulgou por êste tempo que na cidade da Guarda se haviam prendido uns Judeus, autores do sacrílego roubo de Odivelas; foi certa a prisão, e incerto o motivo; para o certificar, o desejo noticiou o caso com tantas particularidades, que persuadiu a credulidade de muitos, indústria de que se vale quem quer dar à mentira côres de verdade. O que foi certo é que neste mês festejaram os Senhores da Côrte o triunfo do Sacramento em a igreja de

Santa Engrácia, com tôda a pompa e majestade com que se devem celebrar as disposições divinas, pois é certo que sempre são mistérios, e nunca Deus permite males senão para dêles tirar bens; e assistiu S. A. à festa.

Nomeou S. A. ao Duque de Aveiro, D. Pedro de Alencastre, por Inquisidor dêstes Reinos. A muitos admirou a nomeação, por não esperada. Por avisos de Roma se esperavam Letras do lugar para Sebastião César de Menezes, em o qual o faziam todos, e êle o tinha por sem dúvida; donde se infere que alguma razão houve para esta novidade. Tais são as inconstâncias da fortuna, que falta com os bens ao tempo em que promete a maior certeza dêles. Muitos querem que fôsse negociação do receio e do ódio, porém as resoluções dos Príncipes sempre se devem respeitar; e, se é lícito o sabê-las quando se divulgam, é demasia inferi-las quando se recatam. Os que conhecem os merecimentos e talento dêste Fidalgo, guiados pela razão do sujeito, esperavam que S. A. lhe desse outro lugar.

Entrou êste mês com sair uma ordem de S. A., bem apertada, sôbre os hábitos e tenças que se deram depois da morte del-Rei D. João o 4.º. Nesta matéria se tocou logo que S. A. entrou no govêrno, e por haver cousas mais precisas a que acudir se suspendeu a execução dela, ainda que já então era vulgar a queixa de que tinha alcançado a aderência e o subórno o que se devia ao merecimento e à justiça. Com o tempo cresceram as noticias, e com elas as queixas, e resolveu o Príncipe que em tôdas as partes de seus Reinos se fizessem rigorosas diligências com todos os que alcançaram tenças e hábitos, por despachadas mercês, para que exhibissem os títulos e merecimentos; e os que se achassem sem

êstes, fossem castigados; e logo se prenderam em diversas partes alguns, convencidos ou de serviços fantásticos ou de decretos falsos (que dizem que de tudo havia muito); e verdadeiramente foi a resolução de S. A. católica e política, pois não menos é justa, que útil; padece censuras o Góvêrno, quando se vê o merecimento sem prémio e com mercês o demérito.

Com a assistência na Córte do Embaixador de França, e falta do de Castela, foi fácil de persuadir aos Fidalgos Portugueses a conveniência que trazia consigo a guerra no acrescentamento de seus estados, aumento do Reino, conservação dos Cabos, e no senhorio de mandar; e para isso prometia o Francês grandes ajudas de dinheiro e soldados. Propuseram-se estas, e outras mais razões em Conselho de Estado fomentando-as os mesmos Ministros, que iam interessados na guerra, dando cada um seu parecer; e se mandou também pedir o do Marquês de Cascais, que assistia em Ançã e mandou o seguinte.

**Discurso político que fêz o Marquês
de Cascais, mandado pelo Príncipe
nosso Senhor, sôbre a proposta abaixo
feita ao dito Senhor.**

PROPOSTA

«Que a Majestade Portuguesa se não pode conservar com o luzimento dos mais Monarcas da Europa; para o qual é forçoso lançar tributos ao povo, o que se não pode ou deve fazer sem haver guerra, a qual é justo que se faça novamente à Espanha, ainda que seja intentada por

algumas ocorrências leves; com o que fica o Príncipe tendo o luzimento necessário, e muitos Fidalgos pobres com que viver, e os espíritos guerreiros de Portugal, tantos e tam bons como nêle há, com novos e honrados empregos para mais merecer.»

RESPOSTA

«Manda-me V. A. que discurse sôbre esta proposta, e porque me manda quem pode direi o que entender, contanto que V. A. me perdoe se tropeçar no que entendo; para o que me é necessário invocar, não as Musas como o Poeta Mantuano, mas o Divino Espírito, donde vêm todos os acêrtos. Da resposta ligeira, não se infere saber; subtileza, sim. E para os conselhos reais não servem subtilezas; discurso, saber e juízo, sim. Senhor, tam fácil é o preguntar, como dificultoso o responder com propriedade. Os Portugueses querem ser tam senhores de suas acções (sendo a Nação menos subtil e astuta), que nem buscam a Deus, nem consultam os oráculos, que os sábios são no mundo os oráculos; donde vem que tanto erram no propor, como no deferir. Errar sem conselho é costume dos homens; errar advertido é condição dos demónios. Os prudentes, ainda preguntados, não respondem; os simplices, sem falar, dizem tudo. Aquela ciência que se fia só no saber humano é tôda monstruosa, porque tôda é cheia de êrros. Quem quizer começar a saber entre pelo temor de Deus e então proporá bem e aconselhará bem e responderá com acêrto. Vêlho e santo era Simeão, e havendo de tomar o Menino Deus em suas mãos, primeiro ouviu do Divino Espírito o

que havia de fazer e o que havia de responder. Na infância do mundo a razão alimentou a justiça, hoje a justiça conserva a razão, e, como boa mãe e boa filha, vivem mal uma sem a outra. Defender o próprio é razão e justiça; querer o alheio, nem é de razão, nem de justiça, porque este, como se possui com má fé, nem adquire posse, nem se logra com descanso, nem chega a terceiro possuidor. O que se adquire com ansia, defende-se com cuidado; não na Ásia, nem na América, temos o exemplo; na nossa Monarquia o temos. Aquêlê segundo Séneca de Espanha, Felipe, o Prudente, com mão armada, e sem justiça, tirou da mão dos progenitores de V. A. o cetro dêste Reino; e ouvimos e vemos que êle o governou com cautela, seu filho com receios, e que seu neto o perdeu. Grandes cousas ajuntaram à sua Coroa os Monarcas Castelhanos com a semrazão das armas; mas ao tempo que sem justiça as tiraram, vimos ir perdendo as do pratimónio real, como foram os largos Estados reais de Flandres, e outras muitas partes que começaram a descompor sua Coroa. O grande Capitão Moisés tirou do cativeiro de Faraó aquêlê tam amado povo de Deus, e pô-lo em liberdade e em paz; as graças que rendeu a Deus êste povo foi o idolatrarem a fundição de um bezerro e suspirarem pelas cebolas do Egipto, culpa que os fêz andarem errantes quarenta anos pelo deserto, sem nunca entrarem na Terra da Promissão. Gemiam e com grande razão suspiravam os Portuguezes pela liberdade sempre amada e por Rei natural; dá-lhes Deus liberdade e Rei natural, com grande consolação; mas, ou por que se esqueceram do que suspiravam, ou por seus grandes pecados, os castiga Deus com quási trinta anos de guerra, largo prazo para ruína da

maior Monarquia, se a mão de Deus nos não defendera. Senhor, três vezes se viu em Roma fechado o templo de Jano: a primeira, em tempo de Numa Pompílio; a segunda, depois de se acabar a segunda guerra de Cartago, sendo Cônsul Tito Mânlio; a terceira, em tempo de Augusto César, quando Deus feito Homem e menino nos trouxe a paz. Senhor, a paz trouxe-a Deus, deu-no-la Deus, deixou-no-la Deus; a guerra introduziu-a o Príncipe das trevas, Satanás. Se a paz é amada dos bons, por consequência há-de ser aborrecida dos maus; donde se segue que só os maus e perversos desejam a guerra; e livrou Deus a V. A., e livrou os Portuguezes das unhas do Leão, pondo-os em paz, e não se soube, nem se sabe, que acção de graças obrassem para com Deus por tam admirável mercê; só vemos que, induzidos da cubiça (que é a raiz de todos os males, e será, que jamais se fartou), faziam diabólicas máquinas e poltícas de Satanás. Oh se Deus quizesse que forjassem outra de Perillo! Bem galante e certo provérbio é aquêlo dos Gregos, que diz: Da guerra a paz, da paz a abundância, da abundância o ócio, do ócio a malícia, da malícia a guerra. Entre qualquer destas cousas me parecia a mim entremeter-se um bom século de anos, mas os Portuguezes querem-se parecer com Deus, querem em poucos dias fazer muito, querem que o que havia de ser séculos sejam dias, porque na segunda feira ainda estávamos na guerra, na têtça na paz, na quarta na abundância, na quinta no ócio, na sexta na malícia, e no sábadô outra vez na guerra. Senhor, aquêlo que aconselha guerra, para luzimento da Majestade, não ama a Majestade, ama a guerra para luzimento próprio. A Majestade não vive de

comer ouro, nem de vestir diamantes; vive da virtude, da bondade e da verdade. Entre as palhinhas de Belém buscaram os Reis ao Menino e não no Tabor, que as muitas luzes até aos Apóstolos desvanecem. Ciro, Rei dos Persas, com ser gentio, dizia que não era merecedor de ser Rei senão aquêle que for melhor para os vassalos. O grande Alexandre, à hora da sua morte, perguntando-lhe a quem deixava seu império, disse que ao melhor e mais digno. El-Rei D. Afonso, o Sábio, de Aragão, com seu vestido de pano, dizia que na pessoa, não na púrpura, consistia a autoridade maior. Os que querem a autoridade ou a Majestade luzida tirem do seu luzimento para o da Majestade, e não dos pobres e da Majestade para o seu. Senhor, os que não trouxerem suas lâmpadas providas, não entrem às bodas, e diga-lhes V. A.: *Nescio vos*. As guerras, que os povos sustentaram (que sempre as guerras são à custa dos povos), os deixaram tam mal tratados, que ainda hoje as chagas que ela lhes fêz não estão sãs; e por isso tam aborrecidos da guerra, que, se outra vez a virem sem ser muito justificada, hão-de rebentar em despenho ou em buscar alheios climas se não fôr Príncipe extranho, que a corda, ainda que fina, se apertam muito com ela, estala. Os Reis fazem os povos felizes, e os povos fazem os Reis grandes. Perguntando um Rei ao Capitão Apolónio que remédio teria para governar seu reino quietamente, respondeu que dando crédito a poucos, e a êsses ainda com cautela, porém comunicar a todos. Sofre mal a República que o Príncipe, sendo Senhor de muitos, se comunique a poucos. O respeito, a soberania, e o poder, não os conservam os Reis com a estremada esquivança, senão com o suave

trato e agradável conversação. Desgraçado é o Príncipe a quem os vassallos não servem por amor, e de pouca dura é a República a quem o Príncipe não paga senão por serviços. O amor entre vizinhos sofre-se que seja aguado, mas o do Príncipe para com o povo importa que seja puro. Mais Príncipes se perderam por austeros, que por familiares e fáceis; porque, assim como do trato nasce o amor, nasce da estranheza a esquivança. Por soberbo perdeu Tarquínio o Reino, e não por adúltero. Não inculco a V. A. virtudes porque lhe faltem, que estas e outras mui copiosas reconheço em a real pessoa de V. A.; mas para que lhe não fujam da memória as repito, porque do que é lícito devemos recatar-nos, que do ilícito é obrigação fugir. ¿Quem alcançou paz na alma, com os ídolos no seio? A memória do que se amou não é bastante que se corte, mas que se arranque, que cousas há que só acordadas são delicto. Os espíritos guerreiros amem muito embora a guerra, mas não a ponham em prática sem causa. Se a desejam, busquem-na nos Reinos estranhos; com os infieis sempre é justa, com os Cristãos poucas vezes. Os nossos Príncipes Portugueses, desde o Senhor D. Afonso Henriques até el-Rei D. Sebastião, sempre se portaram com luzimento real, e com a pequenez do seu Portugal obraram mais que muitos Reis, senhores de largos Impérios. O Senhor D. Afonso Henriques ainda não possuía meio Reino quando venceu os famosos Leoneses, e tantas vezes os valentes Agarenos. O Senhor D. Denis, com o pouco de Portugal, fêz tantas e tam grandes obras nêle como ainda hoje estão dando público testemunho, além do que ajuntou àqueles copiosos tesouros que seu filho D. Afonso mal gastou quiçá porque alguns déles procedessem

de tributos, que sempre são chorados. O Senhor D. João o 1.º, com estar grande parte do Reino por Castela, que não empreendeu, que batalhas não deu, que não venceu, não só afugentando a D. João, Rei de Castela, mas entrando-lhe por suas terras, tomando-lhe parte considerável delas! O Senhor D. Manoel, bisavô de V. A., com só o de Portugal, conquistou os largos estado Brasil, Maranhão e Ilhas, vencendo tantas vezes as bárbaras gentes da Índia, conquista que por ser tam desviada d'este Reino pareceu a muitos desproporcionada e portentosa, causando admiração a tôdas as quatro partes do mundo o agigantado valor dos Portugueses na Índia, onde poucos, heróis, souberam vencer e fazer tributários a esta felicíssima Coroa mais de quarenta Reis coroados. Se me preguntarem que fera péssima devorou ou comeu estas cavalheiras acções dos Portugueses na Índia, direi que aquêlê venenoso drago da cobiça, que é tam semelhante à hidra. Então venciam os Portugueses tudo, porque todo o seu cuidado era servir a seu Rei com sumo amor e fidelidade e pela honra que tanto apeteçiam; hoje perdem lá tudo, porque põem a honra no interêsse e o coração na cobiça; e quando o coração está onde o tesouro, não se peleja; e por isso vemos hoje tantos Portugueses sem coração. Não há muitos tempos que vinham os Viso-Reis honrados da Índia, e pobres, porque davam seu cabedal e o do Rei aos soldados; hoje vem riquíssimos, porque trazem o seu cabedal o do Rei e o dos soldados, e não sei se o dos pobres. Os sábios Romanos, quando mandavam algum Tribuno ou Cônsul a governar as Gálias, faziam-lhe ao partir inventário do que tinha, e também do que levava; e quando voltava do govérno, se lhe achavam mais

do que levara, não só lho tomavam para o Senado, mas incapacitavam-no para mais servir. Grande cousa fôra haver outra tal lei em Portugal, e víramos os soldados fartos e luzidos, e os povos sem clamores, e o Rei melhor servido. Sirvam os Ministros e esperem que el-Rei lhes pague e não queiram pagar-se por sua mão, que é contra a lei, porque quem faz o contrário, ou duvida da liberalidade do Príncipe, ou fia pouco do que merece. Aquêlé que serve com os olhos no prêmio, não serve por amor, serve por se pagar; porque o amor verdadeiro não vive do que possui, vive do que logra. Pobríssimo seria o Rei que houvera de pagar a todos os que o servimos. Aquelas duas inimigas tam contrárias, liberalidade e avareza também tiram e dão qualidade aos Reis. O Príncipe, para ser perfeito, há-de saber distinguir o que vai de pródigo a liberal, e o que vai de parco a avarento. Os Reis não hão-de saber da Aritmética, mais que aquela parte de multiplicar, e não a de diminuir os vassallos. Os muitos haveres não fazem luzir o Príncipe, mas sabê-los ministrar e bem distribuir. ¿De que serviram os tesouros a Midas, se a fome o matou? ¿Que montaram a Heliogábalo as cordas de séda, se a desordem o chegou àquêlé lugar tam ascoroso adonde se não pôde aproveitar delas? Senhor, nunca tributos; e quando tributos, poucos tributos, porque dos muitos tributos vimos já terríveis casos. Não no Novo Mundo buscaremos exemplos, caseiros os acharemos. Espanha por muitos tributos perdeu a Flandres, e por muitos tributos perdeu a este Reino, e por muitos teve perdido a Nápoles, Milão, Sicília; e dos muitos tributos dará Catalunha grão testemunho. Tirar aos povos cinco para lhes retribuir com doze é acção de Deus; porém tirar-lhes

doze para lhes retribuir com cinco é costume dos homens. Quando Cristo, Senhor nosso, deu aquêlé banquete às turbas que famintas o seguiam, com cinco pães e dois peixes os satisfizes e fartou, e logo alcançou o grande título de Profeta de Deus, não porque com pouco os satisfizesse, mas porque, tirando aquêles cinco pães e dois peixes do mesmo povo, não só (como digo) os fartou, mas fêz que sobejassem doze alcôfas; tantas sobejaram nas mãos de Cristo! Oh, como haviam de faltar nas mãos dos homens, se foram repartidores dêstes bens! Dizia o imperador Carlos 5.^o que os Monarcas do mundo deviam trazer seus povos nos olhos; preguntando-se-lhe porquê, disse: «porque nenhuma outra cousa os tocasse senão a mão de seu Príncipe». Dizia aquêlé tam guerreiro, como tam mal afortunado, Francisco de Valois, Rei de França, que mais amava e mais estimava o povo da menor Cidade de seu Reino, que todos os Fidalgos dêle; e preguntado porquê, disse: «porque uns me vestem e os outros me despem». Aquêlé Príncipe que quizer seus vassallos amantes de seu serviço e cuidadosos de seu luzimento escolha ministros cheios de olhos e de pés, mas sem mãos. Ora, meu Senhor, ame V. A. a paz, viva em paz e reine em paz, porque emquanto tiver paz, será absoluto senhor de seus vassallos e mandará os alheios; e, com guerra, de fôrça será dependente de uns e outros. Os que querem guerra não querem que V. A. os mande, querem mandar a V. A., porque um Rei com guerra nem paga, nem castiga, nem manda; os que querem guerra querem mais do que o Rei quere: quere o Rei na necessidade quando muito a fazenda, que é justo que lha demos, pois a não quere para si, senão para nossa própria conservação; quere Deus

dos frutos do mundo só os dizimos, sendo que tudo é seu; mas os ministros da guerra querem mais do que Deus e o Rei quiere, pois elles querem a pessoa, a fazenda, a honra e o gôsto dos homens; os que aconselham a guerra são demónios tentadores que procuram adorações, e a estes tais diga-lhes V. A. «Vade retro, Satanás, tornai-vos atrás», porque se da guerra feia nasce a paz formosa, porque hão-de querer os homens que da paz bela torne a nascer a guerra torpe? Aquêlle que não aborrece as licenciosas monstruosidades da guerra é monstro. A guerra justa tem desculpa para com Deus e crédito com os homens; a injusta nem tem fortuna nem crédito com os homens, nem desculpa para com Deus. A paz, por ser dos anjos, dá descanso, faz os reinos ricos, conserva a fé, faz os homens melhores cristãos. Não desconsolle V. A. o povo, porque um Rei sem povo não é Rei, e o povo sem Rei sempre é povo. E suposto V. A. me veja tanto de paz, não desejo que se esqueça de tal sorte da guerra como se nunca a houvesse de haver, porque o tempo é vário e os homens inconstantes. Os Persas, quando estavam em paz, não desbaratavam tanto seus presidios e exércitos, que não os exercitassem como na guerra viva. Tantos Reinos conservou e livrou da ruína da guerra a cautela, como destruiu o descuido. Emquanto Roma contendia com Cartago, bem se sabe que mandava o mundo; desde que a venceu, dando-se aos saborosos descanços e aos deliciosos e lascivos appetites, todos vêem o que perdeu. Mande V. A. aos ministros da paz que exercitem os povos, que não deixem comer de ferrugem aquelas honradas armas que tanto venceram e tanto custaram, não porque eu espere ver a V. A. em guerra com Príncipes

Cristãos, mas porque sei que lhe hão-de servir a seus descendentes para a conquista de tóda a Berberia, para ela levando as armas de Cristo, que são as de Portugal, as gloriosas quinas, à Casa Santa; emprêsa que de razão, de justiça e de propriedade pertence a V. A., adonde dignamente poderá empregar os altos espíritos guerreiros de Portugal; e êles, lá vencedores, voarão nas asas e naquelas tantas línguas da fama, a espantar outra vêz o mundo, porque êsses são os empregos dignos de mármore e merecedores de bronzes; e os que lá morrerem sendo Cavaleiros de V. A. ficarão Cavaleiros de Cristo. O desejo de servir a V. A., o amor da Pátria e os longos dias me ditaram êstes discursos; se parecerem mal (que, sim, parecerão; as cousas dos desterrados nunca foram mui agradáveis), assim como se lançou no rio Ebro a viola de Orfeu, assim se pode deitar no rio Letes êste papel, porque nem eu nem êle nos queixaremos das sem-razões dos homens, porque nem êle é tam bom, nem eu tam santo, que mereçamos comemorações. A real pessoa de V. A. guarde Deus, conforme o desejo dos vassallos e a necessidade do Reino. *O Marquês de Cascais.* »

FIM DO TÔMO II

**MONSTRUOSIDADES
DO TEMPO
E DA FORTUNA**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO ———
COMPANHIA EDITORA DO MINHO
BARCELOS ———

MONSTRUOSIDADES
DO
TEMPO E DA FORTUNA

Nova edição publicada sob a direcção de

DAMIÃO PERES

Professor da Universidade de Coimbra

VOLUME III

(1671-1674)

PÓRTO — 1939

Monstruosidades do tempo e da fortuna

(Continuação)

EM 22 de Junho dêste ano de 671 safu um decreto de S. A. contra os Cristãos-novos; é o seguinte:

«D. Pedro, &c. Porquanto tenho resolluto que sejam exterminados os Cristãos-novos confessos, que saíssem nos autos de fé desta Côrte, Coímbra e Évora, na forma que mandei declarar à Mesa do Paço, e concorrerem as mesmas razões nos ditos, e nos que saírem e saíram com abjuração de veemente, hei por bem que todos, assim uns como outros, compreendidos nos autos passados, e que o forem nos futuros, sejam exterminados com suas famílias, sob pena de incorrerem nas penas declaradas na lei que mando estabelecer, como também o tempo e circunstâncias necessárias para incorrerem nelas. O Desembargo do Paço o tenha entendido assim, para o executar na mesma conformidade. Em Lisboa, a 22 de Junho de 1671.»

Não teve efeito a execução desta lei pelos inconvenientes serem maiores que a razão; complicavam-se na prática dêste decreto, defraudan-

do-se o Reino de honras e fazendas, e foi necessário dissimular com a cizania, por não arrancar o trigo. Ordinariamente desfaz a consideração aquellas pragáticas que publica o alvorôço.

Em o mês de Julho morreu o Conde de S. Lourenço, verdadeiro Português na pessoa, na fidelidade e no valor. Deve Portugal saüdosas memórias a seu zêlo e a seu préstimo. Na paz foi cuidadoso Ministro; na guerra, valoroso Cabo, supposto que teve ocasiões de mal afortunado, que alguns attribuíram à culpa de remisso. Não tem culpa nos sucessos quem não falta às disposições dos meios. Deve-se-lhe no Alemtejo a reformação militar, e S. A. deu a seu filho as comendas pelos serviços do pai.

Consultava-se na Côrte o remédio para se atalharem os abusos, assim no vestir, como os de atravessar os mantimentos e pôr em subido preço as cousas usuais; não se tomava pé em nada, porque muitos dos que votavam no remédio eram parciais na ruína; e tenho para mim que queriam, os que aspiravam aos lugares da Câmara, dar a entender ao povo que melhorava de govêrno; persuadiam que não se conseguiam os efeitos da reformação porque eram pacíficas as becas, e que necessitavam das espadas nas mãos de Vereadores qualificados para que o mêdo e o respeito obrassem o que não podia por si só a razão. O tempo, como mestre de desenganos, mostrou que *qual más, qual menos, toda la lana es pelos*.

Tinha a morte dizimado os Bispos do Reino e para fazê-lo também nos das Conquistas, em 24 de Agôsto levou o Bispo de Malaca, D. Fr. António da Paz, Religioso Beditino, de um acidente de rotura causado de um espirro, que deu com tanta violência que lhe saíram as tripas pelo lugar

leso, que nenhum remédio pôde tornar ao que lhes deu a natureza, e em breve tempo deu a alma a Deus com todos os Sacramentos. Era Religioso de virtudes e de partes, assim naturais, como adquiridas. São as dignidades como sombras de rios, cujas águas passam e as fôrças ficam.

Em Castela se praticavam novos movimentos, fomentados pelos descontentes; todos queriam governar e não podia ser; sem obediência não há domínio, o mando do superior funda-se na sujeição dos inferiores. Escogitava-se remédio para o sossêgo dos ânimos; tomou-se por único expediente que se desse casa ao menino Rei Carlos 2.º, com officiaes e ministros próprios. Batalhava-se na eleição e cada um queria que se proporcionasse com seu particular interesse, razão que dificultava a escolha. A Rainha considerava e não decidia, porque desejava que para o futuro govêrno se achassem nêle feitura suas, que, obrigados à mão que os levantasse, a beijassem sempre como devedores.

Em o princípio de Setembro tomaram posse da Câmara, com título de Vereadores anuais, o Marquês de Távora, D. Rodrigo de Meneses e o Aposentador-mor. Choveram as pragmáticas e puseram de lado as presunções: que as ruas se limpassem, que o peixe se vendesse aos arráteis, que todos vestissem à portuguesa, que os donos dos géneros os vendessem por si e não por terceira pessoa. E se alguma cousa se conseguiu, logo acabou. A nenhum pôs no lugar o zêlo do comum, senão a conveniência particular; e a esta se explicava o cuidado e tôdas as mais malogrou o descuido. O costume envelhecido é como o tronco robusto com o tempo; não se corta senão à fôrça de muitos golpes. Além de que, com di-

ferentes rédeas se governa a grandeza da carroça e a docilidade do potro; um mesmo freio não pode domar o potro e o ginete. Uma Cidade, que é um mundo, não se sustenta com taxa, senão com abundância.

Havia queixa dos ministros de Justiça, que pecavam por omissão, despachando tarde e mal; acudiu-se ao remédio aposentando velhos e imperitos; e foram muitos os aposentados, castigo de eleger para os officios ministros indignos, pagando com a retenção dos ordenados os erros da escolha e da eleição, dando de comer ao inútil porque se não deu o lugar ao benemérito, com a pensão de ficar obrigado ao dano que occasionou constituindo no posto ao inhábil e ao flexo.

Pelas novas que se tinham de Roma, se assentou em Conselho de Estado que com resolução se mandasse vir o Marquês das Minas. Suspeitou-se que da Cúria vieram queixas que obrigaram a tomar esta resolução, mas o certo devia ser estar concluído o negócio a que fôra e que para as contingências bastava um Assistente. Concorriam em o Doutor Gaspar Abreu Freitas as partes e requisitos necessários; foi nomeado para este lugar, e, se o fôra antes, não tivera occasião o Marquês para se expor aos perigos de sua pessoa que depois lhe sobrevieram.

Com política negociação pretendia o Embaixador de França renovar a guerra entre as Coroa de Portugal e Castela; tinham valedores as sofisticas razões que dava para as conveniências deste Reino e andou a cousa alterada. O povo, como aquêle que havia de pagar as custas, sustentou firme a opinião de que se conservasse a paz, ameaçando que havia de escusar a guerra das fronteiras com a fazer um dia aos traidores de Lisboa; assim chamava a todos os que, leva-

dos dos sôldos, se desejavam ver com o nome de soldados; e com tam pouca água como esta apagou de todo aquêlo fogo da ambição em que se abrazavam muitos. Viu-se o Francês desenganado de que seu intento e seu negócio estava conhecido; mudou de meio e fêz novo argumento, dizendo que o seu Rei, enquanto duraram as guerras com Portugal, nos assistira com regimentos pagos à sua custa, e que agora pedia a boa correspondência lhe assistisse S. A. com um regimento de Infantaria pago, de Portuguezes, na campanha que determinava fazer contra Holanda. Ouviu-se a proposta e se deu a promessa com cautela, nomeando-se ao regimento Cabos, e para Major de todos a D. João da Silva, para que o levantassem com tal arte que nunca chegou a ter efeito, rebatendo umas aparências com outras e se veio a partir o Enviado com fracas esperanças, deixando-nos com firmes inteligências.

Multiplicavam-se os excessos e com êles os escândalos e queixas de casos cometidos em os mosteiros de Religiosas; que faz a malícia gôsto de pecar no mais vedado. Não tinha tanta culpa a vaidade do sexo como o atrevimento da conquistista; e para que êste vivesse com freio e aquêlo com retiro, mandou S. A. passar apertadas ordens a todos os Ministros de suas justiças, que a todo o secular que tivesse correspondência com Freira o prendessem por louco, e castigassem por vão em dinheiro considerável; e aos Prelados, que não consentissem nos Mosteiros, nem tratos, nem vestidos imodestos, avisando aos superiores das Religiões que a nenhum súbdito seu permitissem nem ainda o mais leve trato com as Freiras, e que, se algum excedesse, o castigassem, e quando não que êle o faria. Observou-se

a pragmática com tanta exacção, que cada dia se executa com maior rigor, não faltando exemplos que serviram ao mêdo e à reformação; e sem dúvida que foi obra do Céu, porque corria tam desbocado o vício, como que se se professara aquêle estado ou se tivera por instituto.

Em 10 de Outubro saíu Carlos, Rei de Castela, da criação pueril, com casa posta, criados e officiais, como de tamanho Príncipe, havendo nascido em 6 de Novembro de 661. Tinham os descontentes publicado que o filho havia de romper as pazes que fizera a mãe; acautelou-se S. A. e mandou guarnecer as fronteiras do Reino, por que se mostrasse que nós adiantávamos a resistência, nomeando Ministros e Cabos para execução das ordens. Veio nova em como o novo Rei o primeiro acto que fizera de Príncipe soberano fôra o confirmar as pazes. Caíu o ânimo a todos os que desejavam a guerra e pararam tôdas as prevenções dela, das quais estava Castela tam receosa, que, sendo-lhe necessário afastar da Côte e dos contornos de Toledo e Valladolid algumas tropas de Cavalaria (escusas já pela desatenção de D. João de Áustria) e mandar que se alojassem pelas praças da fronteira de Portugal, donde o costume faria toleráveis suas demasias e o exercício das armas dos paisanos menos confiados seus atrevimentos, mandou o Govêrno chamar o Marquês de Gouveia, Embaixador de Portugal na Côte de Madrid, e lhe deu conta da determinação, para que a causa tirasse tôda a suspeita. Ao que respondeu o Marquês que a razão de S. M. era justa, mas arriscada pelo grande desejo que os Portugueses tinham de tornar à guerra, e que, para material disposto, bastava qualquer faisca para levantar um incêndio. Quadrou o parecer aos Ministros e mudaram o

que tinham determinado, mandando alojar a Cavalaria pelas fronteiras de Catalunha.

Meado êste mês de Outubro, chegou a êste Reino a frota do Rio de Janeiro, a salvamento, tomando os navios dela diferentes portos, assim como vinham fretados. Logo se disse que a frota da Baía e de Pernambuco havia chegado à costa, e que, obrigada do vento sul, havia tomado as rias de Baiona e de Galiza; porém foi nova falsa, e que logo se convenceu com que até agora não houve tempestade êste ano que obrigasse os navios a êste desvio; muitas e repetidas chuvas tem havido em todos êstes meses, mas com tempo tam quieto, que mais parece calmaria que outra coisa.

Cinco meses havia que tinha sucedido o furto de Odivelas, quando em a noite de 18 dêste Outubro, por estranho motivo e peregrino modo, prenderam dentro da cêrca do mesmo Convento das Religiosas daquele lugar a um mancebo chamado António Ferreira, natural de uma aldeia que se diz Lavarrabos, da Comarca de Coímbra. Olharam-no como a ladrão e na algibeira lhe acharam uma cruz de prata, que mostrava ser remate de algum vaso; várias perguntas lhe fizeram, a que respondia aèriamente; deram-lhe tratos, confessou que a furtara a seu amo entre um pouco de dinheiro; convenceram-no de perjuro e veio a confessar que êle fôra o autor do furto sagrado, sem mais intento que o de roubar. Tiraram-se exactas inquirições *de moribus et genere*, e se achou Cristão-novo por pai e mãe; e ùltimamente, como se pode ver na sentença abaixo, foi condenado, por rústico e leso, a que lhe cortassem as mãos e, dado garrote, o queimassem em mastro grande no meio do Rocio. E se executou a sentença em 23 de Novem-

bro, com inumerável concurso de gente, fazendo a publicidade do crime universal a notícia do suplício.

SENTENÇA

Acórdão em Relação, &c. Sem embargo da excepção declinatória e mais artigos, que não recebem por sua matéria, qualidade do caso e o mais dos autos, deferindo ao merecimento déles, que com parecer do seu Regedor se fizeram sumários ao réu prêso António Ferreira, dos quais havendo vista, disse e alegou tudo a bem de fazer sua defesa. Mostra-se por parte da Justiça achar-se em a manhã de 11 de Maio próximo passado a igreja de Odivelas, térmo desta Cidade de Lisboa, com a porta principal aberta e com o Sacrário fora do seu lugar, aberto com violência, faltando dêle dois vasos de prata, um branco, outro dourado, em o qual estava o Santíssimo em dez ou doze partículas e duas Hóstias grandes, faltando também do mesmo Sacrário a luneta da Custódia, corporal e um sanguinho, e levado o espaldar do dossel; achou-se outro-sim a imagem do Menino Jesus, que estava sôbre o dito Sacrário, deitado sôbre o mesmo altar em camisa, despido das roupas e meias que tinha; e assim mais a imagem de Nossa Senhora do Rosário sem umas contas de cristal com extremos de ouro. Mostra-se mais achar-se a imagem de Nossa Senhora do Egipto, que estava em o altar colateral da mão direita, despojada indecentemente do manto, toalha e vestidos exteriores, achando-se no pé do altar a coroa amassada, da qual faltava uma jóia; e em os outros altares as imagens dos Santos, que nêles estavam, tra-

tadas com indecência e descompostura, como também o Santo Sudário tirado da gaveta de uma mesa em que se guardava e deitado sôbre um altar, desenrolado, faltando-lhe o tafetá em que estava envolto e levado o pano de serafina encarnada da dianteira da dita mesa, como mais largamente consta do auto e certidão do Padre cura; o que tudo causou, não só nesta Côrte, senão em todo o Reino e Cristandade, uma geral desconso-lação e notável escândalo. Mostra-se fazerem-se, para averiguação dêste caso e prisão dos culpados nêle, as mais exactas diligências que humanamente se podiam fazer, sendo preguntadas repetidas vezes por discurso de muito tempo tôdas as pessoas do lugar do delito, desta Cidade e seu térmo; e se mandou fazer em todo o Reino, com o mesmo cuidado, as mesmas averiguações, não faltando em o mesmo tempo muitas e públicas demonstrações religiosas, que o sentimento geral de tam abominável sacrilégio pedia; e continuando-se com o mesmo fervor sôbre o caso em o lugar de Odivelas, succedeu que aos 16 de Junho dêste mesmo ano foram achados em uma vinha os dois vasos sagrados, atados em um lenço, faltando em o dourado a cruz do remate, e com êles uma trouxa de vestidos de Nossa Senhora e do Menino Jesus e o espaldar do dossel e tafetá do Santo Sudário, tudo envolto em a fronteira da mesa da Irmandade do Senhor, as quais peças foram logo reconhecidas serem as mesmas que se haviam furtado em a dita igreja, com a qual ocasião cresceram tanto mais as diligências, que sôbre o reconhecimento do lenço em que os sagrados vasos se acharam foram examinadas tôdas as tecedeiras e lavandeiras desta Cidade e seu térmo, sem até o dito tempo se descobrir notícia alguma do dito sacrilégio.

Mostra-se que em 18 de Outubro do dito ano, sendo o réu prêso das dez para as onze horas da noite em a cêrca do Mosteiro de Odivelas, adonde já tinha entrado outras vezes a furtrar galinhas, lhe foi achada em a algibeira em uma bôlsa a cruz de prata dourada do remate do vaso sagrado, em que estava o Santíssimo, a qual foi logo reconhecida ser a mesma, e sendo o réu trazido a esta Cidade, fazendo-se-lhe perguntas judicialmente, declarou haver caído da gaveta do escritório de certa pessoa com quem morava e que êle a tomara, e depois tornou a dizer que a tirara da mesma gaveta, indo de noite a furtrar dinheiro ao mesmo senhor, sôbre a qual declaração fazendo-se todos os exames e mais diligências necessárias sôbre a averiguação da verdade, assim com o dito seu amo, como com as mais pessoas de sua casa, ficou resultando maior presunção de falsidade contra a declaração do réu. Mostra-se que sendo achadas ao réu duas chaves em a algibeira e perguntando-se-lhe em esta ocasião de que serviam, respondeu que uma delas era do seu fato, que quando saíra desta Cidade dera a guardar a uma mulher sua conhecida, com a qual se mandou logo fazer diligência pelo dito fato e constou legitimamente haver-lho entregue sem ela saber o que era, em um sacco cosido como estava, o qual, sendo aberto em presença do mesmo réu e reconhecido por êle estar em a mesma forma em que o havia deixado, se acharam entre a roupa do réu uma bola do remate do lampadário da capela-mor, a jóia da coroa da Senhora, a luneta da Custódia, o corporal e sanguinho que estavam em o Sacrário; e sendo o réu perguntado como tinha em seu poder escondidas em seu fato as ditas peças, vendo-se convencido à vista delas, confessou que êle fôra

em companhia de três homens fazer o roubo e sacrilégio de que se trata, sem ter notícia alguma do intento que levavam, e que os não conhecia, nem lhes sabia os nomes, nem a parte onde moravam; e parecendo inverosímil esta confissão, pelas circunstâncias que se provaram dos autos e variedades com que o réu tinha deposto, sendo admoestado que dissesse a verdade, confessou judicialmente que achando-se em o lugar de Odivelas um domingo, que se contaram 10 de Maio, estando vendo jogar a uns homens do mesmo lugar em o sítio que fica defronte da porta travessa da igreja paroquial, sendo já quási noite, e vendo dois moços que abriam a porta, se foi detrás dêles e entrou na dita igreja; e porque um dos ditos moços havia subido ao campanário para tanger as Ave Marias e o outro estava divertido em acender a lâmpada da capela maior sem dar fé do réu, êle então, cobiçando o manto da Senhora do Egipto, se deixou ficar dentro em a dita igreja, escondido em uma mesa, em que dormiu; e depois de acordar, pelo discurso da noite, persistindo ainda no mesmo intento, foi ao altar lateral, adonde estava a mesma Senhora, a despiu e tratou com a indecência acima declarada, e logo, passando com tentação diabólica ao altar-mor, tomou as contas a Nossa Senhora do Rosário, despiu e Menino Jesus, cortou o espaldar do dossel e abriu o Sacrário violentamente com uma lima, e com uma faca a porta, donde tirou os vasos sagrados; e fazendo por abrir o em que estava o Santíssimo, com a fôrça que lhe fêz quebrou a cruz do remate, e depois de aberto, querendo tirar de dentro dez ou doze partículas e duas Hóstias consagradas, lhe dera um tam grande pé de vento que o fizera cair no chão donde estivera por espaço de tempo sem acôrdo;

e sem embargo d'êste misterioso successo, se levantou ainda obstinado em sua cegueira e irreverentemente, com as mãos sacrílegas e imundas, tomou as sagradas partículas e Hóstias consagradas e as comeu, furtando ambos os vasos, luneta, corporal e sanguinho, que estavam em o dito Sacrário; e que depois de cometer êste bárbaro e sacrílego desatino, discorrendo pelos mais altares da dita igreja, furtou de S. Sebastião uma toalha, descompôs juntamente as imagens de Santa Catarina, Santa Luzia, e, em o altar das Almas, a S. Braz e Santo Amaro; e tirara de uma gaveta da Irmandade do Senhor o Santo Sudário, que estava envolto em um tafetá encarnado, o qual tafetá também furtou e juntamente a frontaleira da dita mesa, em que entrouxou os vestidos das imagens e mais peças que havia roubado, para o que, sendo-lhe necessária uma corda, a tirara do lampadário da capela-mor, do qual furtara em o mesmo tempo a bola de prata do remate d'êle; e feita a dita trouxa dos vestidos e atados os vasos sagrados em um lenço que levava, se saíra pela porta principal da igreja, tirando-lhe a tranca e fecho que sómente por dentro se fechava, deixando a igreja com as mais imundícies acontecidas em o acto; e por vir já amanhecendo e sentir gente pela estrada, escondera a trouxa e os vasos sagrados em o sítio em que ao depois foram achados, com ânimo de os ir buscar, trazendo consigo para esta Cidade as outras peças de menos volume, que ao depois de préso se lhe acharam; e que tudo o referido fizera sem companheiro ou indução de alguma pessoa, porém sómente por tentação do Diabo e com ânimo de furtar; e sendo outra vez admoestado dissesse com que pessoas mais fizera êste execrável delicto, por não ser verosímil que um homem

só se atrevesse a obrar tantas e tam graves irreverências, tornou a dizer constantemente e a ratificar em o dia seguinte a mesma confissão, com as mais circunstâncias notadas, que só e sem companhia obrara tudo o que tinha declarado. Mostra-se finalmente, que, sendo requerido pelo Procurador fiscal da Justiça e Procurador da Coroa que o réu devia ser metido a tormento, para declarar os outros, vista a graveza do crime, qualidade do sacrilégio e variedade de suas confissões, e deferindo-se-lhe como requeriam, foi o réu metido a tormento; e por fazer com êle nova confissão, declarando cúmplices, se fizeram logo com êles e outras mais pessoas os exames e diligências necessárias para averiguação da verdade, convencendo-se legitimamente de falsa a dita última confissão; em tanto que, sendo o réu mandado vir a juízo para ratificá-la na forma de direito, declarou então que quanto tinha dito era falso e que se valera daquele meio para se livrar das dores, que não pudera mais suportar, e que pedia perdão às pessoas a quem levantara tam falso testemunho, porém que a verdade era haver cometido o dito crime e sacrilégio só e sem companhia nem conselho de pessoa alguma. O que tudo visto, com o mais dos autos, disposição de direito, como o réu não alega cousa que de condenação o releve, antes se mostra estar convencido, por sua própria confissão, reiterada tantas vezes, antes e depois do tormento, e pelas peças da igreja que lhe foram achadas, ser êle o que sòmente cometeu êste execrando furto e abominável sacrilégio, despindo e roubando as santas imagens, profanando bárbara e cegamente os altares, atrevendo-se sacrilegamente a furtar os vasos sagrados em que estava o Santíssimo Sacramento, pondo-lhe as mãos indigna e irreve-

rentemente, comendo as sagradas partículas, os quais furtos, irreverências e desacatos, cometidos pelo réu, sendo um homem vil, de maus procedimentos, trabalhador de jornal e criado de soldada, ofenderam universalmente os corações dos fiéis Católicos, perturbando com sentimento comum a todo o Reino e causando um geral escândalo em tôda a Cristandade; e havendo porém respeito a ser o réu um homem rústico e de pouco juízo, o condenam a que sòmente com baraço e pregão, pelas ruas públicas e costumadas, seja arrastado e levado à Praça do Rocio desta Cidade, onde lhe serão decepadas as mãos e queimadas à sua vista e depois será subido a um mastro alto, onde morrerá morte natural de garrote, e, depois, seu corpo será queimado e feito por fogo pó e cinza, para que dêle não haja mais memória; e o condenam outro-sim em perdimento e confiscação de todos os seus bens, que aplicam para a Irmandade do Santíssimo Sacramento, novamente instituída em a mesma igreja ofendida do lugar de Odivelas; e pague os autos. Lisboa, 20 de Novembro de 1671. *Marchão. Lampreia. Gouveia. Andrade. Pereira de Sousa. Leitão.* Fui presente, *Mousinho.*»

Inquirição do inquisidor Manoel de Moura

«O Cabeço das Vendas de Simel é a terra de onde era natural António Ferreira, delinqüente em o caso. É êste lugar freguesia da Vila de Vilarinho, que é do Estado de Bragança. Foi baptizado a 28 de Março de 1648; vai em vinte e três anos de idade. A avó materna dêste miserável se chamava Joana Ferreira, foi para aquêle lugar do termo de Ançã, donde chamam Lavarrabos, com três filhas e filhos que teve; houve a

Isabel Ferreira, mãe do moço, que casou com o dito Manoel Francisco, do Cabeço das Vendas de Simel, e quando casou com elle estava já prenhe de cinco meses de um Gonçalo de Matos, homem de nação, que era rendeiro de Famalicão, o qual Gonçalo de Matos andava amigado com a dita Isabel Ferreira antes de ella casar; e ao depois de casada, daí a quatro meses, pariu este moço. Sua mãe Isabel Ferreira e avó Joana Ferreira, ambas eram de nação, e a avó natural de Lavarabos; com que António Ferreira, filho do dito Gonçalo de Matos, de nação, fica sendo por ambas as partes Cristiano novo.»

Em o presente mês chegaram à Côrte de Lisboa 213 Portuguezes que a Redenção de Cativos livrou das masmorras de Argel. Desembarcaram no Terreiro do Paço, donde formados em procissão, com a comunidade dos Trinitários, foram dar graças à Divina Majestade, pelos haver libertado do áspero jugo dos infiéis e trazido com liberdade a terra de Cristãos. Assistiu S. A. a acto tam pio, enternecido das lágrimas que via chorar à compaixão e ao gôsto; e com sua natural brandura mandou chamar os dois Religiosos Redentores e lhes disse que se preparassem para voltar ao resgate dos Portuguezes que lá ficavam; e porque o merecimento fôsse de todos, quis que fôsse de todos a contribuição, exortando eclesiásticos e seculares a que com suas esmolas concorressem para obra tam piedosa. Tomou o Marquês de Fronteira a seu cargo tirar as esmolas da Côrte, e os principais dos lugares as de tôdas as povoações do Reino, e os Bispos as dos eclesiásticos de sua jurisdição; diligência que ajuntou muito dinheiro para tam santo emprêgo, de que cada dia se espera ver o fruto.

A 3 de Novembro chegou D. Veríssimo de Alencastre, Arcebispo Primaz de Braga, àquella Cidade, onde foi esperado e recebido com o maior concurso e alvôrço que podia ser, merecendo os amorosos affectos de todos, com a afebilidade e alegria com que honrou a uns e outros, deixando tam contentes os seus vassallos e súbditos com sua presença, quanto merecem suas letras, sua qualidade e sua modéstia; e bem podem dizer todos que não logrou Braga arcebispo em que concorressem tantas partes juntas.

Com os primeiros dias de Novembro vieram novas de desgosto a S. A., que mandavam de Roma a desculpa e a queixa. Toparam-se de cara em uma rua daquella Cúria a carroça do Cardial Guisi, nepote do Pontífice, com a do filho do Embaixador de Portugal. É estilo parar a de qualquer Príncipe (não sendo Embaixador de Rei) até que a carroça do Cardial passe; parecendo à soberba do esvaecido moço que era menoscabo de sua pessoa seguir o estilo dos Príncipes, que o puderam ser seus, mandou ao seu cocheiro que andasse; fizeram-lhe opposição os Gentis-homens do Cardial e chegou o excesso a haver feridos da outra parte, ficando a de Portugal de melhor partido, se o motivo fôra menos desarrazoado. Tomou Roma a loucura por desprezo e com esquadrão de dois mil homens se preparavam os Italianos para castigar a injúria; e chegara a efeito a vingança, se o nosso Embaixador não tivera por auxiliar ao de Castela, que se preparou para lhe assistir. Teve o Pontífice notícia dos aprestos e mandou pelo Governador de Roma atalhar os movimentos, obrigando ao Embaixador de Portugal a que fôsse humilhar-se ao Cardial e desculpar a ofensa, com a confessar rapazia, e a satisfazer com demonstrações públi-

cas, como foram deitar criados fora do seu serviço, etc. Fêz confissão da culpa, seguindo-se a um erro altivo muitos e muito indecorosos.

A este enfado acompanhou outro, que S. A. sentiu com não menos razão. Tem o contôrno de Lisboa, meia légua da Côrte, dois campos para a parte de Alvalade, que chamam Campo Grande (êste mais apartado) e Campo Pequeno (êste mais vizinho), que são do povo e servem ao pasto das réses, que obrigados e livres trazem para sustento da Cidade. Tinha o Marquês de Távora uma quinta, passado o chafariz de Arroios, confinante com o Campo Pequeno; viu-se com o govêrno da Câmara e com o favor do Príncipe, e convidado da insaciável sêde do poder pediu e alcançou o dito Campo Pequeno, para o recolher no circuito da quinta. Entendeu que o povo não havia de consentir na lesão, e antes que a notícia desse ocasião a algum tumulto, lhe fugiu com o corpo, fazendo-se ao desentendido e deixando a Marquesa que obrasse na matéria. Mandou ela sem perder tempo valar o dito Campo; ouviu-se na Côrte o eco dos primeiros golpes das enxadas; encarecidos e exagerados pelo zêlo de uns e inveja de outros; foram os marchantes à Câmara e depois a S. A., seguidos de multidão de povo, e S. A. mandou chamar o Marquês e entre repreensões e perguntas lhe mandou que logo tornasse a arrasar o que tinha valado. Desculpou-se o Marquês com a própria ignorância e com a desinteligência da Marquesa; e para se sanear do excesso, o fêz no castigo dos que tinham cooperado na circunvalação da tomada. Tam caras como isto saem aos poderosos as soberbas e as cobiças.

Em os últimos dêste mês, pediram licença a S. A. os Embaixadores de França e Malta, para

se saírem da Côte; êste lhe beijou a mão e se foi para a Província de Entre-Douro-e-Minho, sua pátria, enquanto não voltava a dar resposta ao seu Grão-Mestre; aquêle se despediu e se embarcou a dar razão ao seu Rei do pouco que tinha obrado, officioso e diligente, na execução dos negócios a que tinha vindo.

Nos primeiros dias de Dezembro enfermou a Senhora Rainha e deu cuidado aos Médicos seu achaque, enquanto se não descobriu que eram bexigas; conhecido o mal, se curou como mal conhecido. E como o desta qualidade tem seu accidente de contágio, se passaram as Pessoas Reais para o quarto do Forte. Com os medicamentos convalesceu brevemente, livrando a todos de cuidado e ficando livre do receio que traz consigo esta doença para o sexo feminino, que sente menos a doença que os sinais que deixa.

Foi nomeado na Cathedral de Viseu o Cônego Manoel de Saldanha, varão exemplar e zeloso do serviço de Deus. Tanto que se sagrou, foi para o seu Bispado e entendeu na reformação do estado eclesiástico, não só distraído, mas devasso. Malquistou-se com o vício e se diz que êste se aproveitou do veneno para enterrar a virtude. O que sei decerto, é que, poucos dias andados dêste mês, passou desta para a imortal vida, com geral sentimento de suas ovelhas, as quais deixou primeiro saúdosas que obrigadas. Não assim aos seus Cônegos, que, com o pretexto de repicarem a *sede vacante*, lhe fizeram as exéquias com repiques; se estavam inocentes da suspeita, deram fundamento à imaginação.

Chegava o tempo aos 15 do mês, quando pela barra de Lisboa entrou a frota do Brasil, seu cabo Vitório Zagal. Dilatou-lhe a navegação a porfia de ventos contrários e foi esta a causa

que houve para que todos os navios tomassem este pôrto. Entraram 42 navios, e 2 que se desgarraram tomaram as rias de Baiona, donde passados alguns dias saíram e entraram no pôrto. O não lhe alcançar a perda, fêz ditosa a detença da viagem.

Ao seu Residente avisou o Francês que propusesse ao Governo de Portugal a obrigação que tinha de lhe pagar os regimentos com que servira a esta Coroa o tempo que durou a guerra na Província do Alemtejo; na observância da liga assentava a condição do dispêndio que fazia com a cavalaria que pagava, e assim que, faltando à principal condição do contrato, tudo ficava nulo e lhe haviam de dar o gasto, suposto que elle estava desobrigado do custo; fàcilmente se desembaraçaram os nossos da proposta.

Nos últimos deste mês e deste ano, chegaram a Lisboa as Letras de Inquisidor-maior, para o Duque de Aveiro D. Pedro de Alencastre, com o título de Arcebispo de Sidónia, assentando bem na maior pessoa do Reino o maior cargo d'ele: no sangue mais illustre está o sêlo da fé mais luzido; o acêrto das eleições resplandece no crédito que os lugares recebem dos sujeitos. Também vieram as Letras para o Bispo de Anel de Lisboa, D. Fr. Cristóvão de Almeida.

Tempos havia que Castela tinha nomeado para Embaixador de Portugal a D. Francisco de los Cobos, Conde de Humanes, que de presente governava o Reino de Galiza com título de Viso-Rei. Davam-lhe pressa os receios de Madrid; aprestou-se, e nos primeiros dias de Janeiro entrou em Portugal pela Vila de Chaves; e assim nesta, como em tôdas as povoações, foi recebido com festivas demonstrações: a todos tinha S. A. mandado fazer aviso para a prevenção do agasa-

lho. Na Cidade do Pôrto, como maior, foi maior o aplauso, saindo o Governador, Conde de Miranda, a recebê-lo fora da Cidade, com tôda a Infantaria em ala até à Rua das Flores; aqui o aposentou e serviu a Câmara com tôda a honra e regalo. Trazia em sua companhia um irmão seu, Marquês, (que da Cidade do Pôrto se voltou para Galiza) e quarenta pessoas de seu serviço. Teve pelas partes por onde passou lanços de liberalidade e grandeza. Foi em direitura a Sacavém, porque quando chegou estava S. A. em Salvaterra.

Em dia de Reis de 672 fêz S. A. mercê a Miguel Carlos do título de Conde de S. Vicente, mercê que tinha feito a João Nunes da Cunha quando o mandou governar a India. Pretendeu o genro a mercê por morte do sogro, apadrinhou a diligência com o merecimento de se embarcar em duas armadas, deu valor ao serviço o valimento do Marquês de Távora seu irmão e conseguiu a pretensão.

Assistiu S. A. aos dias de Santa Eugrécia e aos 19 se partiu com o mais luzido da Côte para Salvaterra, e alguns dias depois o seguiu a Rainha com tôda sua casa, donde voltaram em 19 de Fevereiro.

Meado Janeiro chegou carta de Gaspar de Abreu de Freitas, que ficara em Roma por Agente, na qual relatava o estampido que dera naquella Cúria o successo que o Marquês das Minas tivera no caminho de Roma para Portugal, com uma quadrilha de bandoleiros que lhe saíram ao encontro. Contavam que, trazendo o Marquês vinte e tantos homens de serviço, o assaltaram quarenta bandidos de cavalo (suspeitava-se que a assaltada fôra disposta pelo cardial Guisi, desejoso de se vingar do desacato referido), e

que, ordenando o Marquês os seus na forma que o permitiu a brevidade que lhe dera o tempo, recebera com valor o encontro, ficando dez mortos dos contrários e os outros feridos; fugiram os mais, deixando três criados do Marquês mortos e cinco feridos. Escreveram de Roma, dando os parabéns ao Embaixador (que chegou a Lisboa em o mês seguinte de Fevereiro) do successo; o que desenganou que nada lhe sucedera no caminho da hostilidade.

Providos todos os lugares eclesiásticos, se sustentava a esperança de Sebastião César de Meneses, que vivia desterrado na Cidade do Pôrto, com a única amarra de Inquisidor Geral; rompeu-se esta com virem Letras do lugar a D. Pedro de Alencastre, e aquêlê coração feito a golpes de infortúnios desmaiou de sorte, que se interpôs pouco tempo entre o desengano e a morte. Deu-lhe um acidente de paralisia, que depois de alguns dias o levou à cama. Conheceu o fim de sua vida, com aquêlê juízo com que avaliava as cousas, e soube, como discreto, converter uma desgraça caduca em uma ventura eterna. Recebeu todos os Sacramentos, dispôs de tôdas as cousas cristã e discretamente, e com humilde conhecimento de sua fragilidade e cega presunção acabou a vida em 29 de Janeiro pelo meio dia; mandou que seu corpo se sepultasse no átrio da igreja dos Carmelitas Descalços com uma pedra, gravando nela êste desenganado epítáfio: «Aqui jaz Sebastião César, indigno Clérigo». Foi Sebastião César o monstro da fortuna da nossa idade. Uma e muitas vezes o subiu ao cume da dita e outras tantas o despenhou ao ínfimo da desgraça; porém varão de tamanho valor, que em todo o estado o viu o mundo o mesmo. A compreensão e juízo, que lhe formaram

o vôo, lhe cortaram as asas, sendo seu talento o maior contrário da sua dita. Conhecia-o a inveja digno da maior estimação, e tratou de destruir a quem não podia imitar. Seus émulos com o desvio o encaminharam para o melhor fim; ditoso mil vezes o que morre desenganado, com as lições de perseguido; que não há morte mais arriscada que aquela que tira a vida nos cúmulo da ventura.

Com diligências e merecimentos tinha Martim Afonso de Melo feito bastante negociação para ser nomeado no Bispado de Coímbra; porém pesaram mais as razões de ser o Bispo da Guarda irmão do Marquês Embaixador que está em Castela, para que precedesse a todos; e o nomeou S. A. por Bispo de Coímbra, onde foi aceita a nomeação com aplauso comum de todos.

Em o fim dêste mês chegou a Lisboa um Enviado de França, que logo passou a Salvaterra; pareceu-lhe que quanto se adiantasse na diligência ao Embaixador de Castela, tanto adiantava sua negociação; porém eram mui encontradas as pretensões e assim foi despedido de Salvaterra com palavras gerais e que na Côrte se ouviria sua embaixada e se lhe deferiria. Êste tal Enviado deu novas dos grandes aprestos que seu Rei fazia por mar e por terra, para invadir os Estados da Holanda, não se descuidando o Holandês em fazer as mesmas preparações para se defender. O Inglês armava-se com a voz de neutral, porém as inteligências secretas diziam que em favor de França, a qual por êste Enviado nos persuadia, com sofisticos argumentos e razões aparentes, a que rompêssemos com Castela, prometendo-nos assistências de dinheiro e de gente; temia que Castela favorecesse a Holanda e por êste meio

queria divertir-lhe o poder. Enquanto S. A. não voltava para a Córte, negociava nela o Enviado de França com os Ministros e Titulares, procurando fazê-los parciais de seu intento; foi avisado por ordem do povo que se moderasse, senão que lhe poriam o fogo.

Em o princípio de Fevereiro se partiu de Lisboa (havendo alguns meses que a ela havia chegado) um Príncipe da casa otomana, chamado João Miguel Cigala, tio do Grão Senhor que hoje existe; seu pai e avô eram naturais de Itália, da família dos Cigalas. Indo para um govêrno, foram cativos; o avô viveu sempre católico em Constantinopla; o pai, como era de doze anos quando o cativaram, deixou a fé e seguiu a seita de Mafoma e casou com uma irmã do Imperador que então existia, e um dos filhos que teve é este de que tratamos. Foi Viso-Rei de Jerusalém e lá converteu à fé ocultamente e deu liberdade a muitos Cristãos; depois o fizeram Governador das armas contra os Cristãos em o cêrco de Cândia, onde os ajudou em tudo o que pôde, libertando a todos os cativos; últimamente tendo passado por mercadores Florentinos mais de dois milhões em jóias, se passou para a Alemanha com alguns cativos, onde recebeu o baptismo. Foi casado em Constantinopla com a Sereníssima D. Candor, que, desejando e fazendo as diligências para se passar à cristandade, não lhe foi possível e veio a morrer em Novembro de 669; depois se passaram para Itália dois filhos seus, um morreu e outro assiste em Veneza. Alguns anos se deteve pelas Córtes dos Príncipes católicos, chegou à de Portugal e se aposentou no Mosteiro da Divina Providência. S. A. lhe fez as devidas honras, e tódas as Cidades do Reino, até passar à Galiza, onde o levava o voto que

tinha feito de visitar o corpo do glorioso Apóstolo Sant'Iago.

Neste mês chegaram à Côte muitos vagabundos e inquietos, que por lista dos Párcos S. A. mandou prender por tôdas as povoações de seu Reino, para irem pagar e servir à Índia; verdadeiramente ordem cristã e política, para limpar os povos de agressores e escandalosos, que sem temor de Deus e dos homens faltam às obrigações de seus estados e fazem gala de livres, cometendo tantas demasias quantos são os males que fazem com a culpa e com o exemplo; e tem sido este meio utilíssimo para apartar o joio do trigo e enfrear os excessos do vício e do escândalo.

Chegou S. A. à Côte, onde teve notícia da grande moléstia que padeciam seus vassallos, solicitando as causas que traziam na Legacia, por causa de viver o Núncio em S. Bento da Saúde e seu Auditor com os Ministros daquele tribunal em partes mui distantes. Quis atalhar o desconforto e mandou propor ao Núncio a incomodidade dos litigantes, pedindo-lhe se passasse para as casas que tinha tomado, onde unido com seus Ministros, o ficasse a cabeça ao corpo daquele despacho. Obedeceu logo o Núncio, convencido da razão e obrigado da cortesia e se mudou na entrada de Março.

Reprimidos das armadas de Inglaterra estiveram os meses passados os corsários de Berberia, não ousando saírem de seus portos a infestarem os mares da bôca do Estreito para fora, porque os Ingleses os perseguiram e desbaratavam; e no intento do roubo pagavam a tenção, sem chegarem a cometer o latrocínio. Concluíram pazes com Inglaterra e neste mês de Março saíram dos portos de Argel e Salé uma inunda-

ção de piratas, que coalharam êstes mares; e permitiu Deus que fôsse menos o dano, do que o presumiu o mêdo.

Meado êste Março, partiram de Lisboa duas naus e um navio para a Índia, com muita e escolhida soldadesca, a mais dela voluntária. Dizia-se que o Viso-Rei Luiz de Mendonça a pedia para conquistar Ceilão; mas o certo foi persuadir-nos o tempo a utilidade da ocasião, sendo de grandes esperanças a ocupação de Holanda, tôda revôlta com os ameaços de França. Foi por capitão-mor João Correia de Sá, e na almirante o Arcebispo de Goa e o Conde de Mesquitela, que ia degradado.

Tumultuava a Côrte nas parcialidades de Castela e França, êstes persuadindo a guerra, aquêles apelidando a paz. Todos os que haviam militado, saúdosos do roubo, aconselhavam a guerra, não lhe faltando razões para apadrinhar sua opinião; o povo, com o Eclesiástico e muitos Senhores zelosos e desinteressados, abominavam por iníqua semelhante opinião, descobrindo a cara na opposição, com fundamentos sólidos e ajustados, pois para faltar a paz não só era ingratição, senão escandalosa soberba, pecados que Deus castiga com ruínas e destruições de Reinos e de Impérios. A fôrça da opposição fazia dissimular os parciais da opinião de França, porém não os aparta de fazerem suas partes com tôdas suas fôrças. Rebateu-as o mêdo do povo, que ameaçava com mortes e incêndios os que na guerra as procuravam para o povo.

Esta matéria era tôda a ocupação dos discursos e todo o assunto das práticas, quando em o 1.º de Abril entrou na Côrte o Duque de Aveiro, D. Pedro de Alencastre, Inquisidor Geral; esperava-se que a beijar a mão a S. A. Pomposa

e de grande ostentação foi sua entrada: trazia quatro carroças com Capelães e oficiais de sua casa, uma de estado e a liteira em que vinha, de singular riqueza e artifício; quarenta lacaios, muitos escudeiros e pagens; em tudo mostrou que era Príncipe. Fêz caminho da Esperança para a Inquisição sem ir a Palácio, cousa que deixou suspensos a todos os que esperavam o contrário; discursava a atenção de muitos sôbre qual seria o motivo, não sabendo cada um definir se o desvio do Paço fora proibição, se escolha. Não faltou ministro do seu tribunal que o não acompanhasse. Alguns Senhores o fizeram, porém a maior parte lhe faltou, ou porque os não chamava o agrado, ou porque os não conduzia a obrigação.

Em 7 d'êste mês fêz sua entrada o Conde de Humanes, Embaixador de Castela, com luzimento e pompa, assim de carroças como de criados. Conduziu-o a Palácio o Marquês das Minas, e dizem que o encaminhou tam mal no modo que havia de observar no dar da embaixada, que de todo o desviou de conseguir o intento. Era o Marquês o mais cego apaixonado que tinha França; ¿como havia de guiar o negócio de Castela? Entrou na sala onde o Príncipe estava, para dar a embaixada; fêz as continências tam escassas, que negou a soberania que se devia ao Príncipe; e não sei se por o que aprendeu, se por o que viu, se cobriu, tanto que S. A. o fêz. Advertiu-se-lhe o êrro, porém não se conseguiu a emenda; deu a carta de crença e preguntando-lhe o Príncipe como ficava el-Rei seu primo, lhe virou as costas, sem lhe ouvir a embaixada. Entraram sôbre êste désar a fazer seu officio os apaixonados de França; afiando as artes de Castela, atribuiam a desprezo o que não passou de desaten-

ção e afirmavam ser esta bastante causa para romper a paz; e puderam tanto, que fizeram passar decreto pelo qual se mandava despejar da Côte ao Embaixador de Castela. Repliou o Embaixador, desculpando a falta por erro da sua imperícia e não por instrução que trouxesse de seu Rei. Pediu segunda audiência para emendar os desacertos da primeira; fêz-se Conselho de Estado, nêle se resolveu e venceu a malévola tenção dos contrários, votando os melhores que se devia admitir o que o Embaixador pedia, pois não era razão que o Príncipe pagasse os erros do vassalo. Concedeu-se-lhe audiência; entrou, não só liberal, senão pródigo de acatamentos e continências. Propôs sua embaixada, cuja substância se resumia na confirmação das pazes, oferecendo da parte de seu Rei liberdade para que a Coroa de Portugal pudesse mandar cada ano aos portos das Índias de Castela, e que a cinco embarcações suas se concedesse a mesma franqueza, para poderem navegar aos portos do Brasil, para que, com o trato do comércio e comunicação das viagens, se germanassem as Coroas e os vassalos; sendo igual em todos os interesses, foi bem ouvida a proposta e emudeceu a malícia à vista das conveniências.

Deu-se também audiência ao Enviado de França, que fêz sua entrada conforme sua esfera. Com arrogância, propôs que ou Portugal havia de fazer guerra a Castela, ou França a havia de fazer a Portugal; que escolhêssemos, como políticos, ou a conservação da Coroa, ou a ruína dela, e como estadistas considerássemos quanto melhor nos estava fugir do inimigo, que do amigo, que sempre seu Rei o fôra nosso, qualificando suas obras seu ânimo, pois com dinheiro e gente nos assistira sempre, e que do mesmo

modo e com vantagens se oferecia agora às mesmas assistências, que para as melhorar lhes sobravam milhões, soldados e armas. Ouviu-se a matéria e o argumento; a todos descontentou o modo. Dividiu-se o parecer dos assistentes, cada qual o dava como lhe parecia. Respondeu-se que se consultariam as cousas e se daria a resposta que melhor conviesse ao estado presente do Reino. Saíu-se o Francês confuso de ouvir resolução tam independente de seus ameaços e promessas.

Neste tempo nos propunha Holanda, por via do Cônsul de Castela, consideráveis partidos para que não aceitássemos os de França; e quem dissera, alguns anos antes, que se havia de ver Portugal árbitro das armas da Europa? Não se desprezaram os oferecimentos e se entreteve a pretensão de todos com a generalidade de não se negarem as esperanças de cada uma das partes. Tôdas estas negociações, com todos os particulares delas, divulgou a pretensão de cada um dos agentes com uma voz vaga de que, inclinado o Governo a França, se romperia com Castela. Notável fogo acendeu esta prática no povo; tumultuava furioso, ameaçava com incêndios e mortes aos que suspeitava apaixonadas por França, nomeando-os por traidores, e em voz baixa se publicava o desejo de tornarem o governo a el-Rei D. Afonso. Intimidou a todos o movimento, e o Príncipe, por si e por seus Ministros; sossegaram as alterações dos ânimos com se publicar que a paz se havia de observar; e para se conferirem as propositas dos três pretendentes, se nomearam cinco Titulares, em cujo tribunal se resolvessem e assentassem as matérias das embaixadas.

Neste mesmo tempo se declarou Inglaterra por França contra Holanda, com indecorosa oca-

sião. Navegavam os Cabos de Holanda com a frota de Smirna, que constava de cinquenta navios mercantes e quatro fragatas de guerra, e ao entrar no Canal se viu obrigada do tempo a buscar o pôrto de Dunwich, donde saíu o Inglês com dezassete fragatas preparadas para esta ocasião (contra tôdas as leis da neutralidade) e deu sobre a frota, que não pôde alcançar, impedido das quatro fragatas de Holanda, que pelejaram com valor e com razão, e com ela meteram a pique a almirante inglesa e se foram retirando, dando escolta à sua frota, da qual perderam um só navio, ou três, como querem os Ingleses.

Coroou-se êste Abril com mercês e casamentos. Casou o Marquês de Fontes com D. Joana de Alencastre, viúva que foi do Conde de Unhão, D. Rodrigo Teles, com dote de 50:000 cruzados.

Nomeou S. A. no Bispado de Viseu ao Inquisidor Francisco de Miranda, o qual se escusou por inhâbil, confessando sê-lo por falta de vista; todo olhos há-de ser o báculo pastoral: o cego não pode ser pastor que guie, senão escuridade que despenhe.

A André Furtado de Mendonça, Reitor que era da Universidade de Coímbra, nomeou S. A. por Bispo de Miranda; parecia-lhe, e a seus parentes, menor o lugar que a pessoa (verdadeiramente concorrem grandes prendas no sujeito); porém aceitou, com a modéstia com que em todos os lugares procedeu.

Em o 1.º dêste Maio se resolveu a questão dos Embaixadores. Saíu recusado o requerimento de França, com resposta que não havia causa lícita para rompermos com Castela. Instou o Embaixador que nos declarássemos contra Holanda; saíu respondido que Holanda nos não merecia semelhante excesso, principalmente quando se

oferecia à restituição das praças que depois da aclamação del-Rei D. João o 4.^o nos havia tomado na Índia, e cedia da pretensão do dinheiro que pedia de Pernambuco; e que, quanto à guerra com que nos ameaçava, que seria injusta e que nos acharia com os mesmos braços e ânimos para a defesa com que nos achou Castela. Ouviu, calou e partiu para França no fim deste Maio.

Cópia da carta do Cardial Eberardo para o Senhor D. João de Áustria

«Serenissimo Señor. Aunque la dignidad cardinalicia, en que Su Santidad me ha constituido a instancia de la Reina N. S. en lo Consistorio que se servió tener el lunes, es de grande honor, como se dexa de considerar, en mi es mas estimable esta honra, pues da motivo de besar a V. A. la mano, i offerecerme de nuevo a su servicio; con la sacra purpura cumplo con tan devida atencion, suplicando a V. A. admita este obsequio de mi afecto i buena voluntad. Sirvase de darme las ocasiones del agrado de V. A., que mas le pueden acreditar. Guarde Dios la serenissima persona de V. A. con las felicidades que desea. Roma i Maio 18 de 672. De V. A., su maior servidor. *Cardeal Eberardo.*»

Resposta de Sua Alteza

Eminentissimo i Reverendissimo Señor. La franquez con que V. Em.^a ha querido participarme su exaltacion a la purpura, me obliga a responderle con sinceridad. Si V. Em.^a es Carde-

nal com el beneplacito de Dios N. S., i para mayor honra i gloria suya, se puede tener por muy afortunado, i yo le doy la en hora buena con ingenuo corazon; quiera su Divina Magestad, por su infinita misericordia, que el nuevo estado funda en V. Em.^a tan prudentes i pacificos dictames que yo pueda conservarme en la quietud i silencio, que hasta aqui he observado, i las cosas de estos Reinos en felis tranquilidad, que el servicio del Rei N. S. i de su real Madre han menester, i lo deseo mas que la propria vida; la de V. Em.^a haga nuestro Señor muy dilatada i dichosa. Çaragoça, 7 de Junio de 672. A servicio de V. Em.^a — *D. Iua n.*»

Sôbre a barra de Lisboa andaram êste mês de Maio diferentes navios de Turcos, onde tiveram diferentes encontros com navios franceses e hamburgueses e de todos ficaram escalavrados, retirando-se a suas terras com muita pressa e com pouca prêsa.

Corriam por tôda a Europa as novas do poder com que por mar e terra se preparavam Inglaterra e França contra Holanda, e as fôrças com que Holanda se achava para se defender; e suposto que os ânios subiam o poder ao auge do desejo, na relação direi o que se tinha por mais certo. Saíu o Francês a conquistar aquêles estados por terra com três exércitos: um governava el-Rei, outro conduzia o Delfim, o terceiro obedecia ao Príncipe de Condé. Entrou no Canal o Inglês e Francês com cento e setenta navios e o Holandês com cento e cinqüenta, senão que lhe melhorava a esperança de Holanda, de que os Príncipes da Alemanha e Castela se tinham declarado em seu favor. O poder inimigo chamou contra si a todos os confi-

nantes, temendo arder no fogo em que se abraçassem os vizinhos. Tõda a Europa esperava o successo de tamanhas preparações, medindo cada qual o fim pela paixão, ou pelo interêsse próprio.

Em os últimos de Maio saíu um decreto do Inquisidor Geral, fundado sôbre o do Príncipe, de que temos feito menção, contra os Cristãos-novos ou Judeus vélhos que fõssem comprehendidos em o crime de judaismo, pelo qual os privava de todo o cargo honroso e officio público da república, e que nenhum pudesse andar em coche, liteira, nem cavalo, nem vestir sêda, nem usar de ouro, prata ou pedraria em cousas de seu uso; nem rendeiros de rendas reais pudessem ser de nenhuma sorte, nem gozarem de comendas, hábitos, ou qualquer insígnia de honra, tanto de cada uma das Ordens militares, como dos postos da milícia e do govêrno político; o qual decreto fêz publicar e observar com todo o rigor, a-pesar da opposição que o favor de muitos Grandes, comprado pelo dinheiro desta canalha, lhe quis fazer.

Em o 1.º de Junho se passaram os nossos Príncipes da Cidade para Alcântara, onde S. A., seguindo sua arriscada inclinação, esteve perigosíssimo, buscado dos cornos de um touro, que lhe rompeu o freio do cavalo; e êste, desbocado, o despenhara, se o Príncipe se não apegara a uma coluna, largando a sela do cavalo. Parece que porfia êste Senhor com Deus nos riscos que busca e de que Deus o livra; êle no-lo guarde como havemos mister.

Não foi êste mês favorável para os Turcos piratas, que infestavam estas costas. Os Franceses lhes tomaram um navio com 90 Turcos e muitos Cristãos. Os Holandeses lhes tomaram duas poderosas naus, de 40 peças cada uma e

400 Turcos, dando liberdade a 250 Cristãos cativos, com que entraram na Corunha.

Para correr a costa nomeou S. A. ao Maltês Montenegro por Cabo de três fragatas, com gente escolhida e soldados vélhos, com os quais safu do pôrto de Lisboa em 15 deste, replicando às ordens, que lhe davam, de que se não apartasse da costa mais que vinte léguas, dizendo que lhe atavam as mãos para tôda a emprêsa; deixaram-lhe a navegação livre e êle o ficou para se aproveitar das ocasiões que lhe desse o tempo. Discreta e valorosamente arguiu e convenceu o êrro dos governos, que estando em terra querem pôr leis aos mares e preceitos aos futuros.

**Relação do combate das armadas
de Inglaterra e França, contra a de Holanda,
tirada dos avisos que o Enviado
de Inglaterra teve dos Ministros
de S. M. Britânica**

«Aos 6 de Junho, tendo os Holandeses um vento muito favorável para se passarem às costas de Inglaterra, se resolveram naquela tarde a se fazerem à vela, para investirem a armada inglesa de improviso na manhã seguinte, com intento de empregar tôda a fôrça dos navios de fogo e tôda a armada holandesa contra os Governadores das esquadras inimigas; e nesta conformidade, aos 7 de Junho, às seis horas da manhã, começaram os holandeses a combater os ingleses, que estavam descuidados e surtos em Soultsbay. Primeiramente atacaram a cada qual dos maiores navios com quatro ou cinco navios de fogo, os quais ainda que não conseguiram o último de seus desígnios, contudo fizeram aos In-

gleses menos aptos para se defenderem, e a seus inimigos mais audazes para os cometerem, de maneira que o General de Ruyter atacou a esquadra do Duque de York; Van Goes a do Conde de Sandwich; Van Helst general de Zelândia, a dos Franceses. O navio de S. A. Real, havendo perdido um mastro, foi êle forçado a passar-se à nau *S. Miguel*, e daí se passou à nau *Londres*; porém, sendo o seu próprio navio em poucas horas consertado, tornou a êle antes da noite. O Conde de Sandwich abordou ao almirante de Holanda e foi ao mesmo tempo abordado por um dos maiores navios de Holanda, o qual se soltou outra vez e como dizem foi a pique. O almirante de Holanda se rendeu, e logo veio um navio de fogo holandês e queimou ambos os navios, o do Conde e o do Almirante Van Goes. O Conde morreu, porém o seu Capitão e muitos marinheiros se salvaram. Ao mesmo tempo a nau *Henrique*, depois de haver deitado a pique cinco navios de fogo, que se queimaram junto a ela, foi abordada por dois navios de guerra; e sendo o Capitão e mais oficiais já mortos, foi rendida, porém o Capitão Strinaland [?] na nau *Plymouth* a tornou a recuperar. Da mesma maneira abordaram a nau *Catarina* e levaram o Capitão e um dos seus oficiais; porém os marinheiros, que estavam debaixo da coberta, romperam as escotilhas e subiram ao convés, e recuperaram sua nau. Todo êste tempo, que seria espaço de cinco ou seis horas, pelearam os Ingêleses com vento contrário, e doze de seus maiores navios sustentavam a fúria de todos os navios de fogo de Holanda e dois têrços de tôda sua armada. Às três da tarde, D. Duarte Sparge [?], e o Almirante do Conde de Sandwich, com a sua esquadra da bandeira azul, ganhou o barlavento, e os France-

ses se ajuntaram com a esquadra da bandeira vermelha e combateram ambas as armadas com grande valor até às nove da tarde, quando os holandeses fugiram para suas costas, seguindo-os o Duque e havendo vista de seus faróis tôda a noite e esperando acometê-los pela manhã seguinte; porém não pôde alcançá-los até às duas da tarde, quando caiu uma névoa tam densa que até o comprimento do navio não se podia ver bem. Às sete horas da noite aclarou, porém já não apareciam os Holandeses; e S. A. Real, achando-se perto das rias de Ostende, virou um pouco para o mar e ficou lá ancorado o dia seguinte, não podendo suas espias dar-lhe conta da armada holandesa, a qual, como lhe avisaram de Flandres, se retirou a seus portos, deixando a S. A. absoluto dominador do mar. Neste combate não perderam os Ingleses mais que um navio, que era o do Conde de Sandwich, chamado o *Real Jacobo*, e os officiais seguintes: o Conde de Sandwich, General da esquadra azul; os Capitães D. Francisco Hollis, D. João Cost, Capitão de S. A.; D. João Shelley, Capitão da nau *Catarina*, prisioneiro. A perda dos Holandeses ainda se não sabe pontualmente; seus próprios avisos falam na morte de Van Goes e de treze navios de guerra que lhes faltam, fora os navios de fogo.*

Nos últimos dêste mês chegaram novas de Roma, em como no princípio dêle houvera medonhos e estranhos terramotos na Marca de Âncona, com geral ruína de edificios e lugares, subvertendo-se alguns com inumerável mortandade e destrôço de árvores e fazendas.

Divulgou-se na Côrte e pelo Reino que o Pontífice mandara oferecer a S. A. o capêlo de Car-

dial para a pessoa que elle apresentasse, e que a Rainha o pedira para um Francês tio seu, e que sobre esta matéria houvera discórdia nos votos dos Conselheiros de Estado.

Repetiram-se as relações dos progressos do Francês, tam várias, que uns diziam ter conquistado tôda a Holanda e estar sobre Amsterdão, e que os Holandeses, desesperados da fortuna, se entregavam a diferentes Príncipes, que os defendessem. O certo foi que, favorecidos de todos, deram sobre o Francês e o tiveram apertado; suposto que elle com seus exércitos lhes tomou muitas praças, obrigando ao Holandês a levantar os diques de Amsterdão e destruir todo o País, e se vê senhor da campanha. O Holandês dividiu em esquadras a sua armada e tem feito grave dano por todos os mares, não perdoando a cousa de Inglaterra e França, tendo-lhes tomado muitos navios de mercadorias.

Entrou este Junho com capuz pela morte de D. Teodósio de Bragança, irmão do Duque de Cadaval. Morreu de tísico na flor da idade; foi perda para aquella casa. A falta da sua pessoa foi pouco sentida, porque naturalmente era orgulhoso e inquieto, e buscava occasiões para exceder de altivo; em nenhuma parte cabia, e a morte o reduziu ao estreito lugar de um sepulcro, convertida em cinzas tôda a viveza daquelas brasas.

Poucos dias andados deste mês, chegaram as Letras de D. Fr. Álvaro de Silva, para Bispo de Coímbra. Tais são os lugares a que os homens aspiram como nos ensina a natureza, que para vestir as árvores no verão, primeiro as despe no inverno.

Neste mês chegaram novas do Norte mais certas e individuais. Ao Principe de Condé, na

passagem do Reno, lhe mataram muita gente e lhe quebraram um braço com um balásio; mas como levava grande poder, teve gente para deixar na campanha e para passar avante. El-Rei com o Delfim, assim como conquistavam a terra, assim levantavam os templos e coroavam os magistrados do Governo, católicos romanos. O Inglês neste tempo propôs em Parlamento que era bem se desse liberdade de consciência aos Católicos Romanos; teve o voto de seu irmão e dos melhores, e se concederam aos Católicos Romanos quatro templos, onde públicamente pudessem exercitar a Religião Católica. No mar tinha o Holandês tomado ao Inglês muitos navios e outros metido a pique. A gente de nação, que estava em Holanda, temerosa do fogo, fugiu para os potentados herejes da Alemanha.

D. Francisco de Lima, que S. A. tinha prêso por queixas que dêle vieram da Índia (e tinha lá mandado devassar de seus procedimentos), vendo que se chegava o tempo de virem naus e nelas suas culpas, corrompeu as guardas e fugiu do Castelo, tendo pôsto em salvo muita fazenda, porém ainda foi muito o que lhe confiscaram. Grandes diligências fêz S. A. pelo colher, despachando vários correios a tôdas as fronteiras; mas a culpa sempre foi mais ligeira que o castigo que a busca.

Por aviso de que à Ilha Terceira tinha chegado uma nau da Índia, mandou S. A. ao Montenegro que com as fragatas da armada a fôsse comboiar; foi, e voltou no fim de Agosto, entrando em Lisboa com três: a que estava na Ilha e mais duas que encontrou. Foi sua fortuna aplaudida, e a chegada das naus excessivamente festejada.

Acabou êste mês com espanto pela prisão de nove casas de cristãos-novos da Côrte, dos mais

grossos contratadores dela. A casa dos Moga-douros, pais, filho e família; a do Penso; a de Francisco Carlos; a dos Chaves, que são três irmãos; a de Rodrigo Nunes del Cano, castelha-no; a dos Pestanas, em que prenderam onze pessoas. Pasma o juízo quando pesa a obsti-nação destes pérfidos, sempre punidos, nunca emendados.

Continuaram-se por Agôsto os touros, que se haviam começado por Julho, festa que já todos viam com fastio e com aborrecimento, pelos pe-rigos que ocasiona ao Príncipe; de novo es-teve no Côrte Real arriscadíssimo e saiu com necessidade de sangrias, que não quis tomar; Deus o guarda e êle desestima o favor de Deus.

Renovou-se na Côrte a prática de guerra com Castela, diligência de descontentes, que trata-vam só de irritar o povo, que, enfadado de tanta porfia, se mostrava saudável do governo del-Rei; não tinha sua paciência outro sagrado a que se acolher; já se afirmava que tinha lançado mão da nau da Índia e apostavam que dentro em bre-ves dias aportaria em Cascais com o poder com que o desejavam. E como o cego sonha com a vista que deseja, diziam que uma imagem de Nossa Senhora, que na Ilha há, milagrosa, tinha dado perfeita saúde, assim no corpo, como no juízo, a el-Rei; durou esta voz até que com a vinda do Montenegro se desfez tôda esta fábrica da imaginação.

Entrou na Côrte um navio de Holanda, que deu por novas como o Francês ia de caída e os Holandeses melhoravam, favorecidos dos socorros do Sueco e do Imperador, e principalmente de D. João de Áustria, que se achava com alguns terços de Portugueses em seu exército, com que punha temor a todo o Norte. Tal foi

a opinião que o braço português cobrou entre tôdas as Nações do mundo, ganhada nas vitórias contra Castela, em cujos exércitos militavam diversas gentes, que só serviram de testemunho e de crédito a todos os estranhos, do valor que na Nação Portuguesa viram e experimentaram.

Entrou em Lisboa o Montenegro com as três naus da Índia e na mesma maré entrou um navio de Angola com a cabeça del-Rei de Dongo e das Pedras, rebelado e vencido em batalha, e prisioneiro seu irmão D. Diogo e um filho del-Rei, chamado D. Filipe, de poucos anos, o qual S. A. mandou doutrinar ao Mosteiro de Alcobaça; e ao tio, que era General do exército, o mandou meter na Tôrre de S. Gião, para se processar a culpa e castigá-lo pelos merecimentos do processo.

Deu fim este mês com a nomeação dos Bispos ultramarinos: de Angola, o Padre Fr. António do Espírito Santo, Religioso do Carmo descalço; de Malaca, o Padre Bernardo da Madre de Deus, Religioso de Santo Elói; de Cochim, o Padre D. Bernardo de Santa Maria, Cónego regular de Santo Agostinho.

Já por este tempo corria na Côrte a nova da morte do Bispo da Baía, D. Estêvão, que Deus levara em 6 de Junho deste ano de 672. Dizia-se que fôra ajudado dos escandalosos, achaque que presumem os que desejam eternizar as vidas, ou pelo que amam, ou pelo que interessam. O veneno que a todos mata é a morte. Na parte mais sensível de seu crédito o feriu quem o notou de ambicioso, porém não lhe poderá tirar o que a piedade católica concede aos que acabam a vida com todos os Sacramentos. Em o Mosteiro de S. Bento os recebeu; a sepultura em a

Sé junto à pia da água benta; não sei se foi sua a escolha do lugar.

Havia tempos que se praticava no successo do galeão *S. Pedro de Alcântara* e motim dos soldados e homens do mar, levantado na altura do Cabo da Boa Esperança. Ia nesta embarcação o Arcebispo e o Conde de Vila Pouca com sua mulher, que da Índia tinham vindo. Daquelle pôrto se voltou o galeão para a Índia, em complemento das ordens que se lhe mandaram.

Chegaram à Côrte bulas do Pontífice, pelas quais deferiu algumas pretensões de S. A.; uma delas fazer comendas de certo número de Igrejas do padroado, outra dos quintos dos Bispos, para remediar a pobreza de muitos necessitados e corresponder aos serviços de muitos beneméritos—uma e outra cousa efeitos de quasi trinta anos de guerra. A estes indultos se seguiram logo as Letras de Martim Afonso de Melo para Bispo da Guarda, que se sagrou dentro de poucos dias.

Em Setembro passado tinha tomado pôrto na Côrte de Lisboa um Enviado de França, para que, unido com o Residente de Inglaterra, que nela assistia, fizessem o último esforço com as últimas resoluções para que esta Coroa rompesse com Holanda e com Castela; esta, porque a paz se confirmasse, oferecia liberdade para que seis navios nossos pudessem ir todos os anos às suas Índias em companhia de suas frotas e que três castelhanos o pudessem fazer ao nosso Brasil na mesma forma, obrigados uns e outros aos direitos de uma e outra Coroa. Holanda, pela mesma razão, prometia perdão geral das cousas que pedia a Portugal com nome de dívidas, que carregava sobre o Brasil, dizendo que os moradores se levantaram com suas fazendas. Injus-

tíssimo era o pedido, mas podia a fôrça o que não podia a razão, e se lhe tinha consignado a satisfação em o sal de Setúbal. Vários Conselhos de Estado se fizeram sôbre a matéria, com que o negócio se foi dilatando até este mês, em que imos escrevendo. Destreza de que se valeu a indústria, para que o tempo ajudasse a tenção. Resolveu-se que não podíamos quebrar as pazes com os aliados sem causa nem razão, principalmente quando da conservação dela resultavam tam avançados úteis à Coroa; mas assentou-se que a resposta se lhe desse indifferente, com lugar para as esperanças da pretensão.

Era esta a matéria em que de ordinário se praticava na Côrte; em qualquer corrilho se votava e resolvia com a costumada inconsideração dos que dão as matérias ao parecer da sua conveniência e de sua paixão, que reprovavam os melhores discursos; e andava tam acesa a prática, que se temia algum alvoroço. Passou-se com novo assunto a nova conversação. Sucederam no Alentejo uma furiosa tempestade, que a modo de corda seguiu a vereda desde Évora até o Algarve, levando diante de si edificios, cruzeiros, homens, gados e árvores, com tal violência, que, se abrangera maior circunferência e durara mais que hora e meia, tudo destruíra; pareceu mais furor do Inferno, que excesso natural do tempo. Passaram logo a ouvir e discorrer sôbre o successo, espantados todos, atemorizados muitos na consideração do castigo e do prognóstico, servindo-se o receio de dizer que no Paço se riscaram alguns parágrafos no prognóstico de Galhano; suspeitando a razão, confirmavam os discursos em um prognóstico de mão, que se afirmava ser achado na algibeira de um Francês depois de morto, tam parabólico e equi-

voco, que inculcava a ficção e o intento, que foi de quem queria mais entreter que avisar.

Mui entrado estava o mês de Novembro, quando a frota do Brasil entrou em Lisboa; um temporal que na altura das Ilhas padeceu, a espalhou e derrotou de sorte, que muitos tomaram Baiona e outros diversos portos do Reino. Nove entraram na Cidade do Pôrto, em cuja praia tocou uma fragata de Viana e abriu, com tanto desamparo dos homens do mar, que, podendo-se-lhe salvar meia carga, só o que vinha sôbre coberta se salvou. Sucesso digno de exemplar castigo. Há descuidos com tais circunstâncias, que os não deixa sofrer a desculpa e sempre os condena a malícia, e a mais culpável é a que livra do perigo para perigar no seguro.

Sucedeu nestes dias o destêrro da Marquesa de Távora e a morte do Marquês seu marido; as causas se referem com tanta variedade, que dentro de sua mesma casa se ouvem com diferença. Relatarei a mais recebida e menos escrupulosa. Criava a Senhora Infanta de Portugal uma ama, senhora se não do melhor sangue, das mais lindas prendas; entre outras tinha singulares mãos para compor o adôrno da cabeça ao costume daquele tempo, em que cada dia variavam as cabeças de muitas. Sucedeu pedir-lhe a dita Marquesa para sua filha um toucado (assim chamavam ao costumado adôrno), com o encarecimento que fôsse o mais vistoso que pudesse ser; saíu tanto a seu gôsto, que, para o ter na singularidade, lhe pediu o não fizesse semelhante a outrem, do que alcançou palavra de promessa. Visto o toucado, foi gabado e apetecido de muitas; entre tôdas se empenhou a mulher de um valido em que a artífice lhe havia de fazer outro toucado, que em nada fôsse dessemelhante do

visto; fê-lo assim a pobre senhora; appareceu aos olhos da proibição, e, cegos da ira, que ascendeu a soberba, foi a Palácio e com palavras e mãos descompôs a que compunha a cabeça das outras. A Senhora Infantinha, vendo maltratar a ama, levantou a voz e foi correndo até topar com S. A., que, voltando a saber a causa, achou na descomposição da agressora e da paciente manifestos indícios do excesso. Afirma-se que na gravidade com que S. A. se reprimiu nesta ocasião mostrou bem a grandeza de seu real ânimo.

Mandou S. A. passar um decreto, pelo qual desterrava a Marquesa de Távora quarenta léguas fora da Côrte, pelo atrevimento de violar com tanta demasia o sagrado do Paço. Viu-se a altivez abatida, e, impaciente na publicidade que a obrigava à sujeição, buscou meios para se absolver da obediência, sem reconhecer o império. Era o Marquês o sujeito de quem S. A. fazia mais estimação, tinha para si que sua assistência era inescusável na Côrte (engano de que enfermam os validos, cegos de imaginação, que os presuade que sem elles não poderão viver os Príncipes sem grande quebra dos expedientes); foi falar ao Príncipe e lhe disse que naquela hora lhe haviam dito que por decreto seu ia a Marquesa desterrada e que era fôrça acompanhá-la como sua espôsa, para o que pedia licença a S. A., o qual lhe respondeu que lhe parecia muito bem, que fôsse em boa hora. Confuso ficou o Marquês, vendo, na resposta, destruída tôda a sua esperança, pois nem ainda lhe deixava caminho para segunda diligência. Entregue a esta consideração, se foi para a sua quinta do Campo Pequeno; recebeu pêsames de muitos Senhores da Côrte (excepto o Duque de Cadaval, que não quis admitir), e occupado da veemência

de sua imaginação morreu repentinamente em a noite de 25 dèste Novembro. Sua morte foi ouvida na Còrte com a differença dos affectos, a uns com lástima, a outros com divertimento. Porém nenhum pôde negar que nêle faltou ao Reino um grande Capitão. Em o seguinte mês se lhe fizeram as exéquias, em que prègou o Bispo Cortesão e disse a missa o Bispo Capelão-mor, tempo em que já Suas Altezas estavam em Almeirim, para onde tinham ido neste mês de Novembro.

Em a mesma semana morreu o Conde de Aveiras, de sua doença, com os Sacramentos, fidalgo muito benquisto de todos, e geralmente foi sentida sua morte. Também neste tempo se divulgou a morte de D. João de Castro, que foi falsa, mas teve fundamento a nova. Estava em Almeirim, assistindo a S. A.; ouviu-se a nova da morte do Marquês de Távora; eram cunhados, pediu licença, montou a tôda a pressa para Lisboa, quis saltar uma vala, era mais larga a distância da que o cavallo podia vencer, caiu na corrente da vala e lhe valeu a brandura do colchão para escapar com vida, porém tam maltratado que lha não julgou segura quem publicou que o perigo o matara.

Pelejavam na pessoa do Bispo do Pôrto, D. Nicolau Monteiro, a vida com a idade; venceu o número dos anos, e em 20 de Dezembro, pelas oito horas da noite, deu a alma ao seu Criador, fortalecido com todos os Sacramentos e antecipado conhecimento de lhe ser chegada a última hora. Morreu como viveu, que é morte de cada um eco de sua vida. Acharam-lhe cingido um largo cilício, tam germanado com a carne, que parecia porção do corpo. Em a Colegiada de Cedofeita, donde muitos anos foi Prior e viveu,

tinha escolhido sepultura e em seu testamento se mandou enterrar nela, porém o seu Cabido lhe deu entêrro na capela maior da Sé do Pôrto; e pareceu seguir a vontade do Céu quem se opôs à sua, porque, em se abrindo o carneiro, saíu dêle notável fragrância, causada do Bispo D. Frei Gonçalo de Moraes, Religioso de S. Bento, que unicamente nêle estava porque foi êle o que edificou a dita capela maior. Achou-se incorrupto e todo inteiro e com tôdas as vestiduras de pontifical sãs, frescas e novas, de mais de cinqüenta anos sepultadas. Admirou o prodígio a muito concurso de gente, fêz-se instrumento público, e a memória de sua vida canonizou sua morte, de sorte que a veneração fêz fechar o sepulcro. E bem pudera dizer a piedade que um Bispo esperava outro que verdadeiramente foi em suas acções varão apostólico; foi sua vida digno em-prêgo de melhor pena e assim neste particular abate a minha o vôo.

Entrou o novo ano de 1673 e S. A. em Dia de Reis fêz mercê à Marquesa de Távora de 1:000 cruzados de tença em cada um ano, e a seu filho 200. À Condessa de Penaguião deu o mesmo; a esta por sua pobreza, àquela por os serviços de seu marido. Nomeou em Bispo de Viseu a D. João de Melo, Bispo de Elvas. Propôs a Sua Santidade a pessoa de D. Pedro de Alencastre, Inquisidor Geral, para o capêlo de Cardial. Deu o govêrno de Angola a Pedro César de Menezes, merecedor de empregos maiores, assim pela qualidade e talento, como pelos serviços.

Desgraçado quiseram fazer êste ano alguns Cristãos, novos de crença, Judeus de sinal; alguns quiseram dizer que enviados de Roma, a persuasões do Padre António Vieira, outros que

resolvidos pela opinião de seus fundamentos; porém o certo é que trazidos da negociação de quem pretendia tirar dos cárceres sem sentença a muitos homens de nação e grosso contrato, que neles estão presos. Vinham a propor a S. A. conveniências grandes para o obrigarem a que não impedisse um perdão geral, que Sua Santidade queria conceder a todos os que tivessem incorrido em crime de heresia nos Reinos de Portugal; e para facilitarem o menos, intentaram o mais, que foi prometerem quatro milhões, e no mar trariam seis galeões com gente portuguesa paga, se aos professores da Lei Moisaica desse licença para viverem em Lisboa em Sinagoga, para o que escolhiam o bairro de Vila Galega, que fica por detrás de Santa Clara.

Imagina Portugal que está livre das pestes que perseguiram o Reino em todos os tempos e não está livre da maior e mais contagiosa de todas, por mais nociva e por mais contínua, no pestífero sangue desta maldita gente; nunca seus donativos nos serviram senão de estragos e suas ganâncias das mais sensíveis perdas, sendo irreparável a que hoje padecem muitas famílias, claras por seus ascendentes e últimamente escurecidas com o infame sangue desta amaldiçoada Nação; e é tanta a cegueira da cubiça, que ainda acharam as suas propostas votos que as favoreciam, sendo tam perniciosas que, só imaginadas, puseram este Reino a pique de uma desgraça, como adiante relataremos.

Havia o Céu dado um filho ao Conde da Erireira; pediu ao Capelão-mor Luiz de Sousa que lho baptisasse, para o que foi impetrar do Arcebispo de Lisboa licença, o que elle lhe negou, entendendo devia pedir-lha o Capelão-mor e porque, ou por experiência, ou por notícia conhecia

que lha não havia de pedir, e que pelo não fazer se valeria do Núncio, pôs pena de excomunhão a todos e a cada um dos Párocos, que lhe dessem os santos óleos. Era a porfia entre dois Fidalgos igualmente teimosos e cada um buscava meios para sair com seu intento; foram-se buscar os óleos fora da Côrte e o Arcebispo pôs a Côrte de interdito e *cessatio a divinis*, e o Núncio o mesmo interdito sôbre a pessoa do Arcebispo, ferindo-se ambos com a mesma espada. O povo gemia oprimido e escandalizado; a Côrte dividia-se em parcialidades, dando matéria em que o fogo da discórdia se acendesse com mais veemência; foi necessário mandar S. A. chamar os autores da contenda e os repreender da demasia e mau ânimo diante de muitos Senhores, ordenando ao Capelão-mor se não metesse a inquietar a jurisdição do Arcebispo o que êle quis recusar, porém obedeceu obrigado de cominações de castigo. Porém o Diabo fêz a sua, porque nos três dias de entrudo, que foram os interditos, não houve na Côrte confissão, nem comunhão, nem jubileu, nem outra cousa mais que escândalos e queixas. Os Padres da Companhia assistiam a todos os três, dizendo a cada um que tinha razão.

Alegrou a Côrte o parto da Senhora Duquesa de Cadaval neste mês de Fevereiro, dando a sua casa uma filha e esperanças de copiosa sucessão. Pouco entristeceu a morte de Pedro Fernandes Monteiro, Ministro que de humildes princípios chegou à altura de ocupar os maiores lugares e adquirir fazenda em cópia, que testou 400:000 cruzados, deixando a seu filho Roque Monteiro um morgado de 14:000 cruzados. Agora diremos o como adquiriu o valimento e a fazenda. À hora da sua morte mandou dizer ao Príncipe

que restituísse à sua graça o Conde de Castel Melhor, confessando que por sua malícia e inveja o caluniara falsamente com S. A. e lhe levantara que lhe queria dar veneno, só pelo ver destruído; que, pela hora em que estava, lhe afirmava que não tivera S. A. nem mais zeloso, nem mais fiel vassalo; e que o mesmo lhe confessava do Lucena, ao qual pela mesma causa lhe fizera dar a morte injustamente. E à Marquesa de Castel Melhor, mãe do Conde, mandou pedir perdão de tudo o sobredito. Com êste desafogo morre um homem criado aos peitos da Igreja, pede perdão da culpa e não restitue os danos que fêz na honra e na fazenda alheia, tendo tanto por onde. ¿Com que arrependimento se confessa quem pode satisfazer e não quere? E se quisermos crer que deixou a seus herdeiros a obrigação de restituir, ¿que desculpa lhe podemos dar, em pôr sua salvação em mãos alheias, quando a tinha nas próprias? Oh ¿a quantos dá Deus na morte o conhecimento da culpa, para lhes tirar a causa? Alma que de outros se fia, como alheia se trata.

Havia queixa que muitas pessoas ajuntavam dinheiro e por modo de contrato o mandavam para fora do Reino, em grave prejuízo dêle. Para remediar êste dano, saíu em o princípio da Março um decreto de S. A. com rigorosas penas a quem quer que fôsse compreendido neste particular.

Em 12 do mesmo se celebrou Auto de fé em Coímbra, em que saíram 213 pessoas de ambos os sexos, muitas com fogo revolto e 6 a queimar. Ervas más, que quanto mais se cortam mais crescem; queixa que o mesmo Deus dava de sua natural pravidade. O costume e a malícia faz em todo o tempo como natural desta Na-

ção o delicto da heresia. ¿Que fôra do mundo, se em todo êste, esta vil canalha se não sopeara? A espada dêste santo Tribunal da Inquisição deve Portugal a puresa da fé em que se conserva, e nós aos Príncipes dêle o maior bem que temos.

Desejava S. A. que a navegação da Índia tivesse aquelas monções que antigamente a faziam ditosa e com zeloso cuidado foi pessoalmente picar as amarras a três naus, que estavam de vêrga de alto, preparadas de tudo para fazerem viagem, de eram à vela com vento em pôpa, em 14 dêste Março. Ia por Capitão-mor D. Rodrigo da Costa. Muita gente, fiada na costumada fleima e tardança, estava em terra, e nela ficaram cento e trinta pessoas, que as não puderam tomar.

Em os últimos dêste Março teve fim a vida de D. Manoel da Câmara, Conde da Ribeira Grande, Fidalgo de lindas prendas, necessárias tôdas para esconder o infame labéu, que em seu sangue pôs o último Conde de Vila Franca, seu pai, com os impropriedades de sua vida; servia o título de lembrar o crime, e com seus costumes quiseram seus descendentes sepultar o título, e o deu a D. Manoel el-Rei D. João o 4.º de Conde da Ribeira Grande para que nêle começasse esta illustre família. O sangue herdado não faz illustre o mais antigo princípio, senão o mais claro procedimento. Era D. Manoel da Câmara, de compleição fogosa e perseguido de um fluxo de humor cáldo, que lhe descia aos narizes, nêles lhe causou internas chagas, que desobedientes às medicinas ganharam herpes e o mataram.

Instavam os Residentes e Enviados de França e Inglaterra pela resolução de suas propostas, tanto mais ousadas quanto o Francês se via mais

altivo com as vitórias e conquistas de muitas Praças de Holanda, onde andava a guerra tam viva, que se tinha proibido o comércio com pena de perdimento de vidas e fazendas, para que todos servissem as armas.

O rigoroso das instâncias e a indústria dos Conselheiros tinha espalhado pela Córte a certeza de rompimento com Castela; praticava-se em novas imposições e pedidos para os gastos das campanhas e conduções; a êste fim se dizia que era necessário chamar o Reino a Córtes e para se dar mais crédito a êste negócio, se propunha da nossa parte a importância de se jurar a Senhora Princesa por sucessora nestes Reinos. Importava entreter com a dilação as pretensões estrangeiras e gastava-se o tempo em conferir o lugar, para onde se haviam de chamar os Procuradores dos Três Estados, em cujo debate se trabalhou muito sem concluir nada, divididos os pareceres entre Santarém e Tomar. Os descontentes buscavam sua satisfação em diferente govêrno e deitavam fama que el-Rei D. Afonso estava obedecido nas Ilhas, e favorecido seu partido de todos os Príncipes da Europa. Nesta confusão de matérias flutuavam os discursos de todos, e se escusavam os Ministros de não deferirem aos de França e Inglaterra, cuja pretensão se foi esfriando e afrouxando os aproches dela.

O que totalmente alterou a Córte foi a instância com que os Cristãos novos puxavam pelo consentimento da aceitação de suas pretensões e ofertas. Tocaram-lhe aos Portugueses na Religião, em cuja observância excedem a tôdas as Nações do mundo; ¿ que havia de resultar, senão oposições e desatinos? Apostados estavam todos a romper pela obediência, em defesa da menor injúria que se determinasse em prejuízo da Reli-

gião, tendo-a por enorme perdoarem-se delitos e admitirem-se professores da lei hebraica. Acérrimo defensor de semelhante concessão se mostrou o Senhor Inquisidor Geral D. Pedro de Alencastre, tam desvelado neste particular que não sossegava em dissuadir e convencer muitos, que por seus interesses persuadiam se deviam admitir os Judeus de sinal, pois os admitia Roma, e aos baptisados, que haviam delinquido, se lhes devia consentir o perdão geral, como outras vezes se fizera; sendo os mais empenhados neste parecer uns Religiosos de certa Religião, sempre arrastados da conveniência do mundo, tam metidos nêle, que em tudo se metem. Os do Governo, entre temerosos e interessados, discorriam indecisos. O povo e eclesiásticos prometiam castigos e protestavam danos; emfim tôda a Côte se não entendia e se receava.

O Senhor Duque de Aveiro, Inquisidor Geral, instigado dos impulsos de sua obrigação e animado do valor de seu sangue, nem descansava, nem dormia. Os dias gastava em diligências, falando todos os dias com S. A. As noites nos cuidados, ocupando muita parte delas em falar com Deus; pedia-lhe não desamparasse o bom coração do Príncipe, combatido de persuasões que coonestavam as conveniências da Coroa, vestindo o absurdo com capa de piedade, entrando nesta diligência as instâncias de certos Teólogos que escondiam a ofensa debaixo das côres do serviço, à imitação do Demónio que persuadia com textos da Escritura a Cristo, a que se despenhasse e adorasse o ouro e as ofertas dêle. Combatido por seu espírito de tam reforçadas instâncias, se veio a render a fragilidade de seu corpo a um acidente de febre, que o levou em nove dias, em os quais se lhe ouviram muitas

vezes repetir estas palavras: «Senhor, se por nossos pecados haveis de permitir à Nação Portuguesa esta afronta e a vosso santo nome esta injúria, levai-me antes disso desta miserável vida». E logo se lastimava dos que pela conveniência das promessas se esqueciam da salvação das almas e da perdição do Reino, que por estes meios se seguiria, até que entre protestações de fé e petições de misericórdia passou desta vida em 25 de Abril.

Em seu testamento deixou por sua universal herdeira a sua irmã a Condessa de Faro. O procurador da Senhora D. Maria, sua sobrinha, que reside em Castela, tomou logo posse do Ducado de Aveiro. Em segundo lugar (como pretendente a êle) a tomou também o Conde de Figueiró. Por parte de S. A. a tomaram seus procuradores, como bens devolutos à Coroa; e será fácil o decidir-se a quem pertence de direito, por haver poucos anos que se processou a causa e se julgou o Ducado a D. Pedro de Alencastre, por cuja morte estava vago.

Foi geralmente sentida a morte do Inquisidor, e com maior excesso dos mais zelosos do Reino e da Igreja, porque a êste arrimo fiavam a vitória da Fé. Não assim os da facção dos Judeus, que com a referida morte lhes pareceu que ficara seu pleito sem parte (e não faltaram suspeitas de que tiveram os Cristãos-novos parte nela), porém Deus nosso Senhor não desamparou as boas tenções, nem permitiu que semelhante pretensão se conseguisse pelos mesmos caminhos da ruína, como logo veremos.

Já por êste tempo se falava em se aprestarem Holanda e França para saírem ao mar com poderosas armadas a dar batalha, melhorado o partido dos Holandeses na terra onde saíam, co-

brando as forças perdidas, favorecidos dos Príncipes confinantes, ciosos do poder de França. Grossas apostas se fizeram entre os contratadores de uma e outra Nação, seguindo cada qual o ditame de seu desejo, que esperava sair vitorioso. Prática que de algum modo mitigou os alvoroços do povo, divertido e apaixonado por esta ou aquela Nação.

Em 26 de Abril, dia de S. Pedro de Rates, em que S. A. fez anos, nomeou em Bispo do Pôrto ao Inquisidor Fernão Correia de Lacerda, irmão do Secretário de Estado Francisco Correia, e no Bispado de Elvas o Inquisidor Alexandre da Silva, um e outro sujeitos verdadeiramente dignos de ocuparem maiores lugares. Tôda a Côrte aplaudiu a escolha. Em saber eleger consiste a maior fortuna dos Príncipes, e na aprovação do povo o crédito das eleições.

Em os primeiros dias de Maio chegaram novas à Côrte dos movimentos que os herejes fomentavam em Inglaterra, impacientes do que se aumentava a fé Católica Romana naquele Reino com a permissão dos Príncipes e favor da Rainha. Ordenou o Parlamento político que se atalhassem os progressos dos Católicos, desterrando-os do Reino com limitação de tempo, findo o qual incorressem em pena de morte; foi o assento ao Parlamento supremo e se confirmou, decretando-se nêle (vista a permissão del-Rei) que se lhe preguntasse em que seita vivia e que lei professava. Fêz-se a diligência com S. M. e respondeu, com discreta equivocação, que na sua mesma. Ainda a dureza daqueles corações não está capaz da divina piedade; pois, cegos à razão, se armam contra a verdade, não podendo sofrer a luz da verdadeira Religião, porque lhes mostra as torpezas dos erros em que persistem.

De Madrid mandou o Marquês de Gouveia, Embaixador de Portugal, um correio a S. A., pelo qual lhe pedia licença para se vir para o Reino, visto não haver negócio de tal importância que pedisse naquela Córte sua assistência e serem excessivos os gastos que nela fazia pela careza das cousas. Ordenou S. A. que se lhe deferisse e para êste fim nomeou por Embaixador, que o rendesse no cargo, ao Marquês de Fronteira; entendeu êste que a nomeação tinha mais da indústria de seus émulo, que da escolha de seu Príncipe, de cujo valimento o queriam apartar, e com artilosa destreza se escusou. O mesmo fêz o Conde de Vimioso, com diverso motivo e com o mesmo efeito; com o que por então se dissimulou com o requerimento do Gouveia.

Solapada andou alguns dias a negociação dos Cristãos-novos, porém se puderam esconder o fogo, não puderam reprimir o fumo, pelo qual se veio no conhecimento do muito que andava quente a diligência, com que se repetiu a prática em tôda a Córte e se desejou atalhar o trato com se introduzir novo govêrno, que insinuava o povo a ter para si o que, ou o desejo, ou a credulidade, divulgou, afirmando-se que el-Rei D. Afonso, deixando a Ilha na sua obediência, se havia retirado dela, uns diziam que para França, outros que para Inglaterra, aonde já o faziam com uma poderosa armada para se vir a restituir no Reino. Não há dúvida que esta fama, ainda que falsa, esfriou muito o negócio dos Cristãos-novos nas mãos dos que o favoreciam. Uma consciência culpada da menor sombra tem mêdo.

Em os primeiros dias de Junho avistou terra, na altura de Lisboa, uma caravela que vinha da Baía e, perseguida de alguns navios de Mouros,

que inficionavam a Costa, se recolheu nas rias de Baiona. Deu por novas que no Brasil ficava uma naveta da Índia, o que se festejou por fruta nova. Da raridade das cousas nasce a estimação delas. Mais disse que em uma entrada que os moradores de S. Pedro haviam feito no sertão, tendo uma batalha com o gentio rebelde, saíram vitoriosos, com morte de 1.500 Índios, trazendo grande cópia de cativos.

A persuasão dos Médicos, se determinou S. A. em ir passar alguns meses nas Caldas, o que se suspendeu por vários e forçosos incidentes que não permitiam ausentar-se da Côrte, principalmente na ocasião presente em que o povo alterado poderia fácilmente ser persuadido a acumular algum excesso. À suspensão desta jornada quizeram alguns dar por causa a falta de dinheiro, para desculparem sua sêde e persuadirem o fundamento de apadrinharem a pretensão dos Judeus.

Em os últimos dêste mês, fizeram os criados do Embaixador de Castela um pesado excesso na Côrte de Lisboa. Passava pela rua onde êste vivia o Juiz da Índia e Mina, com a vara do seu officio na mão; saíram os ditos criados e o descompuseram, quebrando-lha e dizendo-lhe que pela porta do Embaixador de Espanha não passava nenhum Ministro com vara alçada. Nunca os Portuguezes andaram tam moderados como nesta ocasião; milagre foi não queimarem as casas do Embaixador com quantos Castelhanos estavam nelas. Sentiu-se o desacato, não obstante que se desculpava com ser uso observado na Côrte de Madrid. Fêz-se Conselho de Estado; mandou-se ao Embaixador que não entrasse em Palácio, nem usasse das preeminências de seu cargo até nova mercê da Rainha de Castela,

castigo e demonstração que o deixou tam cortado na consideração do perigo em que se pusera, que a todos se confessou arrependido.

Eram já os últimos do mês quando Pedro Jaques de Magalhães safu pela barra fora de Lisboa com três fragatas de guerra, que se aprestavam para outro fim, a deitar fora da Costa alguns navios de Mouros que a infestavam, o que fêz sem bornear peça de artilharia, porque com a vista se deram por entendidos e não esperaram a fôrça.

Ordinariamente nas Côrtes discorrem os homens com o desejo e não com o juízo. Levantou-se uma voz que encheu a Cidade, dizendo que Pedro Jaques era mandado à Ilha a destruir os culpados na fugida del-Rei e pô-la na obediência de S. A. Não só assentava a fama sôbre fundamento aéreo, se não que também supunha um impossível, porque, se a Ilha estava levantada, ¿que poder era o de três fragatas para a deixar rendida? Assim discursa quem se ata ao que deseja.

Entrou o mês de Julho e tôda a ocupação de Palácio era dispor e ordenar a jornada de tôda a Casa Real para as Caldas, para onde partiram Suas Altezas com a menina Princesa e os officiais da Casa. Rompeu-se, ou por notícia, ou por suspeita, que deixava S. A. assinado o perdão geral para os Cristãos-novos e a licença para que os Judeus pudessem levantar Sinagoga na forma pedida e para que de tudo alcançassem de Roma permissão. Foi tal o sentimento em todos os fiéis, que romperam em públicas demonstrações, não só zelosas, mas atrevidas, enchendo-se os públicos de Lisboa de pasquins, assim indecorosos como resolutos, dos quais calarei alguns mais livres, por decôro da Majestade e da Religião.

Nas portas da Misericórdia :

Se deres o que os Judeus dão,
Não se lhes dará perdão.

Nas portas do Mosteiro de S. Roque :

Um Apóstolo o vende,
Os Judeus o comprarão.

Na Capela :

Con el Rei, con el Papa, y con la Inquisicion,
Chiton.
E senão,
Irão buscar seu irmão.

DÉCIMAS

A Lei vélha, que Deus fêz
Nas táboas da Lei da Graça,
Torna por nossa desgraça
A ser Lei vélha outra vez.
Se esta Lei é de Moisés,
Conforme dizem os seus,
E a espada do nosso Deus
Não degola as heresias,
Em menos de poucos dias
Seremos todos Judeus.

Em tam notável opressão,
Como a Lei de Deus se vê,
Para exaltação da fé
Morra todo o Juden cão;
A espada tome na mão,
De Cristo todo o soldado,
E em caso tam apertado,
Pois de ser seus nos prezamos,
Crucificados morramos
Com Cristo crucificado.

Todas as vidas rendamos
Com os peitos descobertos,
Pois êles estão libertos
E nós cativos estamos.
O nosso Deus defendamos.
Pondo em blasfemo registo;
Resgatemo-nos com isto,
Vendamos o sangue todos,
Pois por êstes feios modos
Se vende o sangue de Cristo.

A Divindade ofendida,
O nosso Deus ultrajado,
O Príncipe enganado,
A Cristandade vendida,
A Igreja escurecida,
O triunfo da fé sem palma,
A Inquisição em calma,
Desvalida a Lei dos Céus.
Ai de ti, Reino sem Deus!
Ai de ti, povo sem alma!

Animado do zêlo da fé, tumultuava o povo, acesos os corações com a repetição dêstes pasquins, e dêstes e outros semelhantes versos, que não relatamos, uns por tôscos, outros por livres, e algum por condenado, enquanto nêle se applicavam textos sagrados a matérias profanas. De noite se gritava pelas ruas o que de dia se praticava em particular. Quis a ronda atalhar tam pernicioso desassossêgo e lhe saíram ao encontro doze homens com roupetões até o artelho, chapêus de abas grandes e armados de bacamartes. Preguntou-se-lhes da parte de S. A. quem eram. Responderam que doze Apóstolos, e que se voltassem. Obedeceu a ronda à resolução e ao perigo e os doze continuaram por muitas noites, gritando pelas ruas: «Viva a fé de Cristo, morra o Judaísmo!». A nenhuma pessoa ofendiam, só não permitiam que os conhecessem, nem até agora se sabe quem fôssem.

Havia muitos tempos que Sua Santidade tinha despachado em Roma nova pessoa para exercer o cargo de Nuncio nestes Reinos, sujeito qualificado em sangue e letras, Genovês de nação, e já o que estava em Portugal tinha despejado as casas e vivia retirado em o Mosteiro de S. Bento da Saúde. Nesta ocasião chegou de Itália à Côrte de Lisboa e como disfarçado se aposentou nas casas que seu antecessor lhe tinha largado, o qual se embarcou para Roma aos 20 de Agôsto.

Desaforava-se a liberdade, o zelo passava a ser abuso, e o atrevimento escândalo. Os paquins eram sem número, e muitos sem forma nem juízo. Criava-se a suspeita com o texto e se julgava no tribunal do ódio e da vingança o merecimento da sentença. Os Padres da Companhia, ou por empenhados, ou por intrometidos, eram os que mais acusava a queixa. Por onde passavam, ouviam; e temerosos de alguma descomposição, se retiravam dos públicos. E davam êles a causa, com defenderem que S. A. obrava bem em admitir as pretensões de uma e outra gente; cria o povo que era nêles mais adulação que próprio sentimento; apareciam os pretendentes com pareceres em seu favor e diziam serem feitos pelos sobreditos Padres, ou pelos autorizarem ou por nos convencerem; publicamente se murmurava do Govêrno com geral fastio.

Chegaram algumas embarcações da Ilha; como não houve cartas, e nas que houve não se dava novas de S. M., nem os navegantes davam às interrogações as respostas que se desejavam, tinham todos para si que era preceito e não acaso.

O Arcebispo de Évora, D. Diogo de Sousa, vendo a pressa com que a inquietação caminhava a um desatino, se pôs a caminho e foi às

Caldas dizer a S. A. o que lhe importava e o que devia obrar como Príncipe e como Católico. Falou com liberdade de Prelado e de vassalo fiel; foi ouvido, e não ficou muito aceito. Quis o Juiz do Povo acompanhá-lo; não o permitiu, dizendo-lhe que sossegasse o povo e não desamparasse a Côrte, assegurando a todos tomar à sua conta o negócio, até ir diante do Pontífice, e morrer na demanda se fôsse necessário; com esta resolução se apartou de S. A., que ao caminho lhe mandou um decreto, que se fôsse governar a sua Igreja e dela não saísse.

Com estas notícias crecia a murmuração, dizendo-se com publicidade que os Ministros tinham recebido muito dinheiro das mãos dos Cristãos-novos e que não haviam de permitir que o negócio tornasse atrás, com o que chegava em muitos o sentimento a desesperação. Os doze Apóstolos tinham já dobrado o número e eram vinte e quatro; êstes foram uma noite à Cotovia, aonde reside o Padre confessor de S. A., Manuel Fernandes, e nomeando-o por seu nome lhe disseram que para o queimarem e ao Mosteiro não faltavam barris de pólvora e tójo, e lhe deixaram na porta uma pintura que constava de uma imagem de Cristo crucificado, ladeado de dous Padres da Companhia, enforcados. Emfim foi necessário dar aviso a S. A. de quanto importava sua presença na Côrte, referindo-lhe o estado das cousas, e o como o povo se ia alterando cada dia mais, fomentado com o pretexto da Fé e da Religião por ânios que aspiravam a mais altas consequências. Assentou-se ser importantíssima a partida; pôs-se o Príncipe ao caminho, deixando nas Caldas a Rainha e todos os officiaes da Casa, e à ligeira entrou na Côrte, meado êste Agôsto.

Mandou se reformasse o Tribunal da Inconfidência. Nomeou por Presidente d'ele a Roque Monteiro, filho de Pedro Fernandes Monteiro, a quem ordenou que devassasse dos autores dos pasquins e alvoroadores do povo, e dos que o desassossegavam. Despachou uma carta a todos os Bispos e Prelados do Reino, que encomendassem aos súbditos a moderação, assim nos púlpitos, como nas conversações em que se tocasse na sobredita matéria. Mandou preparar a artilharia do Castelo e que n'ele assistissem os soldados do Têrço da Armada, desalojando d'ele a gente inútil. Conduziram-se algumas tropas de cavalaria, por Cabo delas se nomeou o Duque de Cadaval, e por Capitães de cada uma um Título. Destas demonstrações resultou grande sossego, e das devassas o recolherem a Henrique Henriques para a casa dos segredos e a um Mestre de Campo, natural da Beira; prisões com que os Afonsistas não ficaram muito contentes, porém os ânimos de todos com novas desconfianças de que a fôrça se determinava em opprimir a razão.

O que de todo mitigou a inquietação foi um papel (dizem que feito na Companhia) que adiante relatamos; e ainda se não fiava n'ele muita gente, inteirada nas invenções de seus autores. Mas também esta dissidência se aplacou com se publicar que S. A. tinha mandado a três Lentes de Cânones da Universidade de Coimbra que discutissem o ponto, e o resolvessem conferindo-o com todos os Lentes de Teologia e Leis. Eram as propostas: 1.^a Se devia S. A. em boa consciência favorecer com o Pontífice a deprecação que os Cristão-novos lhe faziam, pedindo-lhe perdão geral de todos os crimes de heresia contraídos até o presente tempo e que d'ele por diante

ficassem os que de novo cometessem sujeitos ao tribunal da Inquisição, como de antes. 2.^a Se podia e devia impedir aos Cristãos-novos a dita deprecação, e, em caso que o Pontífice concedesse o perdão, se era obrigado a replicar-lhe e não o consentir em seus Reinos.

Ventilaram-se estes dois pontos e se definiu com textos, autoridades e razões, que S. A. não podia, nem devia, apadrinhar semelhante petição, antes era obrigado a não consentir a execução dela, em caso que Sua Santidade a concedesse. Visto o parecer da Universidade, mandou S. A. que se pusesse perpétuo silêncio na matéria.

Relação do sucedido em o negócio da nação

Representou a gente de nação a S. A. que tinha razões espirituais e temporais para pedir a Sua Santidade que a Inquisição de Portugal os julgasse assim como Sua Santidade os julgava em Roma no seu tribunal do Santo Offício, para que por esta vez somente lhes concedesse perdão geral; e requeriam a S. A. permissão e ainda promoção para chegarem à audiência de Sua Santidade, ajuntando que, se Sua Santidade lhes deferisse, ouvidas as suas razões, eles em agradecimento, para a exaltação do Reino e mui especialmente da fé, ofereciam para as Conquistas a S. A. e a seus sucessores o seguinte:

1.^o Porem na Índia, o primeiro ano, 5.000 homens em serviço da Coroa onde quer que S. A. fôsse servido.

2.^o Em cada um dos anos seguintes, porem na mesma Índia 1.200 homens, e havendo nela guerra viva mais 300, pagos à custa deles suplicantes; e querendo S. A. esta gente em outra

alguma parte, a poriam nela, pagando a dinheiro a maioria da despesa que havia de fazer conduzindo-os à Índia; e não sendo a tal gente necessária, pagariam em dinheiro o custo, como que se realmente o houvessem de dispender neste emprêgo.

3.º Que se obrigavam a dar todos os anos 20:000 cruzados, para ajuda do sustento da gente de guerra do Reino.

4.º Que se obrigavam a pagar de sua fazenda todos os custos que fizessem os missionários, que vão a prègar a fé pelas Conquistas.

5.º Que pagariam o custo das Letras de todos os Bispos ultramarinos.

6.º Que poriam na Índia à sua custa, fazendo todos os gastos pessoais que fizerem à Coroa, os Viso-Reis ou Governadores que forem mandados à Índia.

7.º Que dariam todos os meses 200\$000 réis para as mesadas dos Embaixadores ou Residentes que o Reino tiver em Roma.

8.º Que havendo no Reino algum movimento de guerra, fariam para os gastos o donativo possível.

9.º Que levantariam uma Companhia para a navegação da Índia e a engrossariam de cabedais, de sorte que nêles interessassem muito os direitos reais.

Outras muitas promessas úteis fizeram, que por justas causas se não divulgam. Esta proposta mandou S. A. ao tribunal da Inquisição, para que a Mesa grande votasse nela; e respondeu, impugnando os dois pontos essenciaes da petição seguinte:

A gente de nação representa a V. A. que tem razões espirituais e temporais para suplicar a

Sua Santidade que a Inquisição de Portugal os julgue na forma que Sua Santidade o faz em Roma e que por esta vez sòmente lhes conceda perdão geral, e requerem a S. A. permissão e ainda promoção, para chegar à audiência ao Pontífice. Pergunta-se se pode S. A. permitir e ainda promover esta petição, escrevendo a Sua Santidade ouça êstes seus vassalos e lhes defira na forma mais conveniente ao aumento da fé e observância da justiça e que aceitará como filho obediente da Igreja qualquer resolução que a Sé Apostólica tomar neste caso.

Vistas umas e outras razões por muitos e vários Lentes, Mestres, Doutores, Ministros do Santo Officio e Prelados de grandes cargos na Igreja e Religiões, assentaram que S. A. não podia impedir êste recurso à gente de nação, porque eram vassalos seus e recorriam ao Supremo Pastor, cabeça da Igreja e juiz privativo dos sobreditos pontos; antes que tinha obrigação, não só de lhes permitir êste recurso, mas ainda de o expedir e promover, assim porque os suplicantes tinham razões por si muito prováveis, como porque o Reino não podia acudir às Conquistas, principalmente à da Índia, que se perdia, e que por êste meio se podia restaurar, sem que os povos com novos tributos se empenhassem; e a êste modo outras muitas razões, que se poderão ver em particulares pareceres.

Com êles resolveu S. A. dar conta ao seu Residente de Roma, em como a gente de nação recorria a Sua Santidade sôbre os dois pontos referidos, que êle da sua parte pedisse ao Pontífice os ouvisse e lhes deferisse como fôsse mais serviço de Deus e de sua Igreja. Ao tribunal da Inquisição mandou a consulta, dizendo como

estava bem aconselhado e não podia em consciência negar este recurso à gente de nação e que aquêle santo Tribunal podia também representar ao Papa as razões que tivesse em contrário.

Esta é a verdade d'este negócio, em que S. A. fêz o que não podia deixar de fazer, como dirá qualquer Casuísta, visto nos casos da Bula da Ceia, Can. 13.

Pelo que é falso dizer-se que vem Judeus profítentes da Lei Moisaica e que no Reino se admitem Sinagogas, porque em semelhante coisa nem palavra se falou, porque, dado que o Papa lhes conceda o que pedem, nunca concederia, nem sua concessão se admitiria, de virem para o Reino judeus de crença. Também é falso dizer-se que para a Índia haviam de buscar soldados d'este ou aquêle sangue, senão os que os Cabos levantassem, conforme succedeu sempre. Não é menos falso dizer ou afirmar se deu ou assinou o perdão e outras patranhas que a ignorância e má inclinação de muitos tem divulgado, dizendo mais que a gente de nação, para satisfazer ao prometido, havia de vexar o povo com a careza das drogas, sendo que tem meios suaves e decentes para satisfazer ao prometido, como tem apontado.

Finalmente é erro imaginar que o perdão geral se estende a culpas futuras, e que com êle viverá esta gente mais à larga na observância da Lei Moisaica, porque, com o perdão sôbre uma plena absolvição dos crimes passados, ficam em pé as mesmas penas e o mesmo tribunal da Inquisição, para com maior severidade castigar a quem de novo delinqüir. Esta absolvição concederam os Sumos Pontífices à gente de nação no decurso de setenta anos quatro ve-

zes, e agora já se contam quási setenta anos depois do último perdão.

Pela parte dos Cristãos-novos se apresentou uma proposta do Padre António Vieira, que já outro tempo fôra apresentada.

Por não embarçar o que íamos escrevendo, me pareceu mais conveniente pô-la neste lugar, com mais respostas.

**Proposta do Padre António Vieira,
religioso da Companhia, em tempo
de el-Rei D. João IV**

«Senhor. Ainda que a particular providência, com que Deus tem assistido à restauração e conservação de Portugal e a boa fortuna de V. M., verdadeiramente grande, como em tam diversos casos se tem experimentado, nos está prometendo a continuação de felicíssimos successos e parece que segurando-nos a perpetuação do Reino; como tôdas as coisas humanas estão sujeitas à inconstância do tempo e nenhuma mais que as Monarquias, aquelas principalmente que tendo inimigos vizinhos e poderosos, por estarem em seus princípios não têm ainda lançado firmes raízes; o amor da Pátria, o zêlo do Reino, o desejo de que a Coroa de Portugal se conserve sem fim na gloriosa descendência de V. M. e a mesma Providência Divina, que sempre quere ser ajudada das diligências da indústria humana, põe em obrigação a um mui leal vassalo de V. M., e muito obrigado, a que, prostrado a seus reais pés, represente a V. M. neste papel os perigos que se podem temer a êste Reino e os meios eficazes, com que se lhe deve acudir e procurar os seguros de sua conservação.

«O Reino de Portugal, Senhor, não melhorando do estado em que de presente o vemos, pode-se duvidar de sua conservação, porque ou a consideremos fundada no poder próprio, ou no alheio, um e outro estão prometendo pouca firmeza.

«O poder alheio, em que se funda a conservação de Portugal, é a diversão que fazem a Castela as armas de França, e ainda enquanto esta durar parece que estaremos seguros como até agora; contudo por muitas e mui eficazes razões se deve considerar pouco durável.

«Os sucessos da guerra são muito vários, e, como as armas de França estão hoje vitoriosas, o poderão estar amanhã as de Castela, principalmente quando os danos da guerra e a insolência do Império Francês (nunca bem sofrida de nenhuma Nação) vão já desafeiçoando os ânimos dos Catalães e em muitos se reconhece o arrependimento. A nação Francesa é naturalmente inconstante, inquieta, amiga de novidades, fácil de corromper-se com dinheiro, e se a vimos tantas vezes rebelada e em nossos dias o foi o Duque de Orleans contra seu irmão, um Rei tam belicoso, ¿como se não receará que o mesmo Duque, ou outro Conde de Soissons, se atrevam contra um Rei menino de seis anos e que aspirem quando menos a perturbar a paz, que já não defende o respeito de um tam grande Rei, nem a assistência de um tam grande Privado? Principalmente que se não descuidarem as inteligências de Castela de solicitar e comprar estas inquietações de França, quando delas depende o seu remédio; nem os herejes franceses duvidarem de as aceitar para melhorar seu partido.

«Também não pode durar muito esta guerra, porque, como as rendas reais de França não são

bastantes a sustentar tam grande número de exércitos e armadas, todos êstes gastos carregam sôbre os povos, que estão molestados de gravíssimos tributos, e os clamores de tôda a França estão pedindo pazes, não remediando esta impossibilidade as vitórias de suas armas, porque estas não lhe dão, nem lhe acrescentam as riquezas, antes lhas diminuem, multiplicando novos empenhos, como se vê na assistência de Catalunha e na das outras praças, que êstes anos tem ocupado em Itália e Alemanha; pelo que, nunca França esteve mais perto de fazer pazes com Castela e com outros Príncipes da Europa; e a êste fim se encaminham tantos exércitos levantados êste ano e tanto número de navios nos portos do Oceano e Mediterrâneo, pretendendo com esta superioridade serem os árbitros da Dieta e ficarem nos concertos com avantajados partidos; sendo sem dúvida que Castela aceitará todos os que lhe fizerem, pois dêles depende sua quietação, como bem o mostram as diligências públidas e secretas, com que solicita os meios da paz.

«E ainda que nas pazes, ou compridas tréguas (se se efectuarem), entrem também os Reinos de Portugal, é certo que não nos durará mais o efeito delas, que enquanto o Castelhana prevenir as armas para as voltar sôbre nós, sem por isso o Francês, nem outro algum Príncipe, romper guerra com Castela, por mais que o tenham prometido e jurado, porque nenhum segue mais leis que as da conveniência própria. Imaginar o contrário é querer emendar o mundo, negar a experiência e esperar impossíveis; antes se deve recear, politicamente, que folgarão os Franceses de ver (o que nunca viram) chegado Portugal a uma desesperação como a de Cata-

lunha, para trocarem o nome de amigos no de protectores, como já se pratica entre elles, e para isso desenterram histórias, fundam direitos e acomodam filosofias e etimologias; e não seria muito que a ambição franceza aspirasse ao domínio de Portugal, quando em vida do nosso Cardial trataram da entrega da nossa Ilha de S. Lourenço e outros lugares das Conquistas, como V. M. foi avisado.

«Por tôdas estas razões se conclue que a diversão com que França suspende as armas de Castela, quando menos, é duvidosa e pouco firme; e ainda que haja outras razões (que não podem ser forçosas) pela parte contrária, poderão os franceses entendê-las de outra maneira e a conservação que se funda no parecer, poder e na vontade alheia, bem se vê quão fraca é e quão mal fadada. Isto quanto ao poder estranho.

«O poder próprio em que se funda a conservação de Portugal, ou são as fôrças interiores do Reino, ou as exteriores das Conquistas; e nenhuma por si, nem ambas juntas, são bastantes a o conservar naturalmente, em caso que tenhamos guerra com Castela, do que se não ha-de duvidar.

«Pôsto que o poder militar consta de gente, armas, munições e bastimentos, tudo isto se reduz a dinheiro; e é certo que, perseverando as cousas de Portugal no estado presente, nunca o Reino poderá socorrer a V. M. com maiores somas do que fêz êstes anos; porque além dos direitos, das décimas e mais tributos, cresceram donativos, confiscações e cunho de moeda e outros aumentos da fazenda, que se não podem esperar cada ano, dispendendo-se tudo isto em proveito do Reino e estreitando V. M. (com

exemplo verdadeiramente de pai da pátria) os gastos de sua Real Pessoa e Casa, vemos contudo que as fronteiras e cidades principais estão sem fortificações, os portos abertos, a costa e lugares marítimos desprovidos, o rio de Lisboa quasi sem armada, Alentejo com pouca cavalaria e as outras províncias sem nenhuma, não bastando nem a providência de V. M., nem o cuidado dos Ministros a suprir com a indústria os efeitos a que não chega o cabedal; porque sendo precisamente necessários dois milhões e duzentos mil cruzados para as lotações das Praças e mais aderentes forçosos para a nossa defesa, não tem V. M. na contribuição das décimas, e mais efeitos deputados para a guerra, mais que um milhão e seiscentos mil cruzados.

«Pois, Senhor, se o dinheiro de três anos não foi bastante a fazer as prevenções necessárias para a guerra, ¿que tesouros tem Portugal para se socorrer de um súbito, quando seja acometido? Se tôdas as rendas e tributos, sendo os maiores que pode levar o Reino, apenas bastam para sustentar a guarnição das nossas fronteiras, com meia paga aos soldados, ¿com que se há-de sustentar um poderoso exército, para resistir às fôrças de Castela e com que se há-de refazer este exército, no caso que se rompa, ou diminua? Se a pouca opposição que hoje nos faz o inimigo nos consome todo o cabedal, e ainda são necessários empréstimos e empenhos, ¿que será se Castela meter em Portugal todo o seu poder? ¿Que seria se arrimasse a êle todo o que tem divertido em Catalunha e que será quando o faça?

«Estas razões, Senhor, são evidentes, e ainda é maior a fôrça delas, considerando-se que o dinheiro com que o Reino assiste e serve a V. M. não só não pode crescer mais, antes, procedendo

da mesma maneira, cada vez será muito menos, porque as confiscações e cunho da moeda foram accidentes que se não podem repetir, as rendas e comendas estão empenhadas para muitos anos, os juros, as tenças e os salários não se pagam; com o levantamento da moeda cresce o preço às mercadorias e os estrangeiros trazem prata em vez de drogas, com que quebram muito os direitos das alfândegas; as terras das fronteiras, infestadas do inimigo, deixam de se cultivar por muitas léguas; as lavouras e artes, levando-lhes os officiais e lavradores para a guerra, diminuem; o que tudo vai consumindo e atenuando as fôrças do Reino com passos tam largos, que em poucos anos não poderão os homens manter as vidas, quanto mais pagar os tributos e sustentar as despesas da guerra.

«As Conquistas (que são a outra parte do nosso poder) estão reduzidas a tal estado, que nada melhoram esta esperança. De três anos a esta parte, tem V. M. mandado à Índia uma nau e nove galeões e em retôrno de todo êste cabedal temos visto só três caravelas, servindo-nos aquella Conquista — pela gente, navios e dinheiro que nos tira — de muito maior estôrvo e gasto que proveito.

«E com pouca probabilidade se pode esperar melhora a êste dano, porque a pouca fé e falsa amizade com que os Holandeses nos tratam bem mostra que, debaixo do nome da paz, nos querem fazer na Índia a mesma guerra que nos fizeram em Pernambuco, em Angola, Maranhão e S. Tomé, entendendo-nos com fingidas promessas de restituções e embaixadas, para nos divertirem e segurarem as suas Conquistas.

«O Brasil, que é só o que sustenta o comércio e alfândegas e chama aos nossos portos êsses

poucos navios estrangeiros que vamos vemos, com a desunião do Rio da Prata não tem dinheiro, e com a falta de Angola cedo não terá açúcar, porque já este ano se não recolheu mais que meia safra e nos anos seguintes será forçosamente cada vez menos, porque a falta de negros de Angola não se pode suprir com escravos de outra parte, por serem incapazes de aturar o trabalho dos canaviais e engenhos, como a experiência mostra; nem o socorro que vai a Angola, suposto o poder e resolução com que os Holandeses a tomaram, promete mais efeito que mostrar V. M. a seus vassallos o desejo e zêlo que tem de os ajudar e socorrer por tôdas as vias.

«Este é o pouco cabedal com que se acha Portugal no estado presente da paz, o qual no tempo da guerra forçosamente será menos, porque com as entradas e temor dos inimigos impedem-se as lavouras, suspendem-se os comércios, cessam as artes, falta a gente nos lugares, seguem-se fomes, carestias e outras consequências naturais da guerra, com que serão muito difíceis e quási impossíveis de pagar os tributos; e quando o zêlo dos vassallos acuda com tudo quanto possuir, e a necessidade última obrigasse a tirar a prata das Igrejas, este socorro, quando muito, será bastante para o provimento do primeiro e segundo ano; e a guerra de Portugal não pode deixar de durar muitos, pois pelejamos dentro em Espanha, com o mesmo inimigo que tam longe dela faz guerra aos Holandeses há mais de setenta anos, sem esgotar o cabedal, nem o poder.

«De todo este discurso se colhe com evidência que a conservação do Reino de Portugal, enquanto se lhe não busca outro remédio, quando menos, é muito duvidosa e arriscada; e assim o

sentem todos os políticos do mundo, que pesam facilmente as forças das Monarquias e medem os sucessos pelo poder; e de o sentirem assim, nasce a pouca correspondência que os Príncipes da Europa hão tido com este Reino; o Papa não recebendo o nosso Embaixador; Dinamarca não admitindo a confederação; Suécia não continuando o comércio; Holanda não guardando amizade; e ainda França (que é mais obrigada) não nos mandando Embaixador assistente; sendo coisa muito digna de reparo e sentimento que se não veja em Lisboa uma embaixada de algum Príncipe da Europa, quando têm saído desta Corte doze Embaixadores e actualmente estão hoje sete em diversas partes; o que tudo é evidente demonstração do menos conceito que os Príncipes fazem do nosso poder e da pouca probabilidade com que discorrem sobre nossa conservação.

«Esta mesma desconfiança têm todos os homens de negócio, cujos juízos, como fundados no próprio interesse, são sempre os mais seguros e, como de homens tanto inteligentes do mundo, não são os menos acertados; e vemos que os mercadores estrangeiros receiam meter suas fazendas nos portos de Portugal e os mercadores portugueses passam seus cabedais a outras Praças, porque assim uns como outros não têm por segura sua fazenda neste Reino.

«Este é, Senhor, o estado da nossa conservação e esta a verdade do seu perigo, a qual V. M. deve ouvir e considerar, não como dita por um vassalo particular, mas como representada pelo zelo dos mais fiéis e inteligentes e pela voz e receio comum de todo o Reino, que assim o discorre e pratica, e pela opinião geral de todas as Nações estrangeiras, que, enquanto não

melhorarmos os fundamentos da nossa conservação, nos profetizam a nossa ruína.

«Não considere V. M. estas razões como nascidas de temor, desafeição ou outro algum efeito menos nobre e menos português, porque os que mais amam a V. M., os que não têm dependência, nem podem ter esperança em Castela, e os que hão-de dar a vida e o sangue por V. M. são os que isto entendem e dizem, e só o calam aquêles a quem emudece a neutralidade, ou cega a ambição e lisonja.

«Assim que, Rei e Senhor, V. M. tenha por suspeitas as razões aparentes com que se lhe persuade o contrário, porque são conselhos nascidos de pouca fé, ou de pouca inteligência; e sendo a matéria que a V. M. se representa de tanta evidência e importância, deve V. M. logo, sem nenhuma dilação, mandar tratar de seu remédio, para o que se propõe a V. M. o mais eficaz e efectivo, que é o seguinte.

«Supôsto (como se tem mostrado) que o perigo da conservação de Portugal se funda todo na limitação do nosso poder e maioria do inimigo, bem claro fica que, se se achasse um meio que diminuísse o poder de nossos inimigos e acrescentasse juntamente o nosso, êste seria o mais eficaz remédio para estabelecer e fundar os seguros de nossa conservação. Tal, Senhor, é o que a V. M. se representa neste papel.

«Por todos os Reinos e Províncias da Europa está espalhado grande número de mercadores portugueses, homens de grandíssimos cabedais, que trazem em suas mãos a maior parte do comércio e riquezas do mundo; todos êstes, pelo amor que têm a Portugal como pátria sua e a V. M. como Rei natural, estão desejosos de poderem tornar para êste Reino e servirem a V. M.

com suas fazendas, como fazem aos Reis estranhos; se V. M. fôr servido de os favorecer e chamar, alentando o comércio, como Rei que se intitula dêle, será Lisboa o maior empório do mundo e crescerá brevissimamente o Reino a grande opulência e seguir-se-ão infinitas comodidades a Portugal, juntas com a primeira e principal de tôdas, que é a sua conservação.

«Porque primeiramente se diminuirá em grande parte o poder de nossos inimigos Castelhanos e Holandeses, porque os homens de negócio Portugueses, que são os que em Madrid, Sevilha e Anvers assistem aos assentos da fazenda real, tomando e dispendendo sôbre seu crédito milhões enquanto não chegam as frotas, podem ainda na maior necessidade sustentar o pêso da guerra e as despesas excessivas de grandes exércitos, que sem a assistência dêstes homens seriam dificultosos e quási impossíveis. Os Holandeses da mesma maneira ficarão mui diminuidos no poder de suas Companhias, com que nos têm tomado muita parte da Índia, África e Brasil; porque, ainda que os mercadores Portugueses não sejam as pessoas imediatas das bôlsas, entram nas mesmas Companhias com grandes somas de dinheiro, que, divertidas de Portugal, não só lhe fazem grande falta, senão também grande guerra.

E não só virão para êste Reino os mercadores de Holanda e Castela, senão os de Flandres, França, Itália, Alemanha, Veneza, Índias Ocidentais, e outros muitos, com que o Reino se fará poderosíssimo e sua conservação ficará mais facilitada; crescerão os direitos das alfândegas, de maneira que êles bastem a sustentar os gastos da guerra sem tributos nem opressão dos povos, com que cessarão clamores e descontentamen-

tos; pagar-se-ão os juros, as tenças, os salários e ordenados, a que as rendas reais hoje não chegam, e terão os vassallos com que poder ir servir, porque a impossibilidade retira a muitos da campanha; crescendo o comércio, abaterá o preço das mercadorias estrangeiras e crescerá a gente, que é uma grande parte do poder, e estará o Reino provido e abundante de mantimentos e bastimentos; os homens de negócio que nêle assistem (que com a desconfiança de pouco favorecidos, se diz que são pouco confidentes e prejudicam ao Reino com avisos e diversões de dinheiro) ficarão por êste meio assegurados e restituídos a maior confidência; razão que, quando não houvera tantas, era esta só de grande peso, pelo muito número e importância destes homens; e não só se sanará a sua fidelidade, senão a de muitos Cristãos-vêlhos, que, por julgarem pouco provável a conservação de Portugal, ainda têm o ânimo em Castela; e é certo que quanto o Reino crescer em poder, tanto mais firmes raízes lançará a fidelidade dos mais zelosos Portuguezes. Terá V. M. grande número de poderosos navios de seus vassallos, sem os comprar, nem alugar aos estrangeiros, ou os conservará próprios, quando queira fazer armadas, ou mandar socorros às Conquistas; engrossarão as frotas do Brasil, restaurar-se-á o comércio da Índia; se os Holandeses quizerem vir em algumas conveniências sôbre as Praças que nos têm occupado, terá V. M. vassallos que possam emprestar quantidade de dinheiro e esperar as consignações com que se resgatem, e, quando os Holandeses (como é certo) continuarem na falsa paz em que se vão senhoreando das nossas Conquistas, será V. M. quem levante Companhias contra as suas e poderá responder à trégua e

aceitar a boa vontade do Conde de Nassau e effectuar outros tratos com os Capitães das suas fortalezas, mais fáceis de render pelo interesse que pelas armas; e só desta maneira se pode restituir a Índia, Angola e Brasil.

«Ajudar-se-á também V. M. da intelligência e indústria destes homens, porque não só por sua indústria se poderão trazer das Nações estrangeiras por mui acomodado preço as cousas necessárias para a guerra, mas também por suas intelligências secretas se poderão saber os desígnios e grangear as notícias dos Reinos estranhos, sem as quais se não pode bem governar o próprio.

«Finalmente estes homens hão-de meter neste Reino grande número de milhões, dos quais se poderá V. M. socorrer em um caso de necessidade, sem opressão do Reino, nem ainda dos mesmos mercadores; porque, fintando-se os homens de negócio que havia em Lisboa, para um donativo com que serviram a el-Rei D. Sebastião, achou-se pela finta que a fazenda dos que havia nesta Côrte subia a cinquenta milhões, de negócio em Lisboa; e como esta fazenda está sempre entrando e saindo, é coisa averiguada que em cada três anos pagam os mercadores de direitos quanto manejam de cabedal; e a este respeito se deixa bem ver quanto crescerão as rendas de V. M., admitindo estes homens de negócio, que nunca foram tam ricos e poderosos como hoje estão no mundo.

«Finalmente, Senhor, Portugal não se pode conservar sem muito dinheiro; para este dinheiro não há meio mais eficaz que o comércio e para comércio não há outros homens de cabedais e indústria mais que os de nação; admitindo-os V. M., poderá sustentar a guerra contra Castela,

ainda que dure muitos anos, como vemos no exemplo dos Holandeses, que, fundando a sua conservação na mercancia, não só têm cabedal para resistir, como têm resistido, a todo o poder de Espanha, mas para senhorear os mares e conquistar províncias em tôdas as partes do mundo; pois por falta de comércio se reduziu a grandeza e opulência de Portugal ao miserável estado em que V. M. o achou, e a restauração do comércio é o mais certo caminho de V. M. o restituir ao antigo, e ainda a mais feliz, estado.

«E se o castelhano, para reduzir Portugal a Província e lhe quebrantar as fôrças, tomou por arbítrio retirar-lhe os mercadores e chamar para as Praças de Castela os homens de negócio, chame-os V. M. e restitua-os a Portugal, que não pode ser boa razão de estado para nossa restauração e conservação o continuar e ajudar os mesmos meios que escolheram os nossos inimigos para nossa ruína.

«É porque são duas as causas que desnaturalizam dêste Reino os homens de negócio, ou as culpas de que estão acusados na Inquisição, ou o receio com que as coisas da fé se tratam em Portugal, para que com segurança possam tornar para êle V. M. lhes deve dar sua real palavra de admitir o perdão que êles alcançaram do Papa àcerca do passado e para o futuro a moderação do rigor que Sua Santidade julgar ser mais conveniente se guarde nas Inquisições dêste Reino, como se tem feito em outros da Cristandade onde há Inquisidores.

«Mas porque haverá alguém que, com mais piedoso que bem fundado zêlo, cuide que nesta permissão se encontra a pureza de nossa santa fé, e que na aparência, pôsto que não no efeito, ficará parecendo Portugal menos católico, admi-

tido uns homens que, ou públicamente foram condenados, ou por fugirem do Reino se fizeram suspeitos de heresia, a este escrúpulo se responde com muitas e mui congruentes razões, com que mais se persuadem as conveniências desta proposta.

«Primeiramente, favorecer aos homens de nação, ou admiti-los neste Reino, na forma que se propõe, não é contra lei alguma divina nem humana, antes e mui conforme aos sagrados cânones, doutrina dos Padres e resoluções de muitos Concílios gerais e particulares, que não se põem aqui por não embaraçar este discurso e se alegarão sendo necessário. E também conforme à sentença comum de todos os Teólogos, os quais ensinam que para defesa e conservação dos Reinos podem os Príncipes confederar-se e chamar e unir a si qualquer género de infiéis; e se alguns Doutores limitam esta conclusão, é só em caso que os tais infiéis fôsem tam bárbaros e insolentes, que houvessem de destruir os templos, profanar os altares, afrontar os sacerdotes e violar as virgens consagradas a Deus; o que se não teme que façam os mercadores de nação, antes é certo que enriquecerão e aumentarão o culto divino, como sempre fizeram e fazem neste Reino.

Confirma-se o mesmo com o exemplo da História Sagrada, em que os Príncipes e varões mais amigos de Deus se uniram muitas vezes com infiéis e idólatras para fazerem guerra a seus inimigos, ou se conservarem na paz, aprovando estas acções o Espírito Santo, autor das mesmas Escrituras; e assim lemos que Abraão se confederou com Abimelech, David com Achis, e os Machabeus com os Romanos, que são exemplos fortíssimos e de autoridade irrefragável

« Também se funda esta verdade na doutrina do Evangelho, onde Cristo, Senhor nosso, falando em próprios termos, aconselha que se deve dissimular com a cizânia por sustentar as raízes do trigo, entendendo por cizânia os infiéis e por trigo os Católicos, como afirmam todos os Doutores; e no mesmo lugar repreende o Senhor o falso e mal entendido zelo dos que, com perigo da conservação do trigo, queriam arrancar a cizânia, e mandou que os deixassem estar e crescer juntos na mesma seara.

« Isto mesmo julgam, aprovam e aconselham universalmente tôdas as Nações do mundo católicas e políticas; e o sentem assim os mesmos Portugueses, tirando alguns poucos que levados mais da apreensão geral, que de fundamentos sólidos e verdadeiros, o contradizem, sendo os que o aprovam e desejam as pessoas mais qualificadas no Reino, assim na limpeza de geração, como nas letras, virtude, religião, inteligência e experiência do govêrno, e as mais zelosas da propagação da fé, aumento e conservação da Coroa e honra da Nação Portuguesa.

« E quando nada disto houvera, bastava o exemplo e consentimento universal de todos os Príncipes da Cristandade que assim o fazem; porque não podemos negar aos Reis Católicos de Castela serem muito zelosos da Religião Cristã, e sabemos que admitem e favorecem os homens de nação e que os chamam e convidam para os seus Reinos, como fizeram nestes anos próximos a tantas mil casas de mercadores Portugueses, a quem entregaram os assentos e contratações reais, por experimentarem nêles mais fidelidade e menos interêsse que nos Genoveses.

« Os Reis de França, no nome e nas obras Cristianíssimos, e particularmente em nossos dias

Luiz XIII, o Justo (e tam grande defensor e propagador da fé, que por estender a Religião Católica quasi destruiu o seu Reino, arrazando tantas Cidades de herejes), tam longe esteve de despedir de França os mercadores de nação, que no mesmo tempo lhes estava fazendo grandes favores e se servia muito dêles e se ajudava de suas fazendas para sustentar os exércitos nas emprêsas em que Deus o ajudou tanto; e no mesmo favor continuou a Rainha Regente e o novo Rei Luiz XIV; o Imperador, a República de Veneza, o Duque de Florença, e todos os Potentados Católicos, guardam o mesmo estilo; e finalmente o Sumo Pontífice, Vigário de Cristo, verdadeira regra da fé. não só admite os que nós chamamos Cristãos-novos (entre os quais e os vélhos nenhuma diferença se faz em Itália tôda), senão que dentro da mesma Roma, e em outras Cidades, consente Sinagogas públicas e Judeus que professam a lei de Moisés.

« Pois se na cabeça da Igreja se consentem homens que professam públicamente o judaísmo, ¿ porque não admitirá Portugal homens cristãos baptizados, de que só pode haver suspeita que o não serão verdadeiros ?

« E se os Príncipes Católicos admitem e favorecem os mercadores Portuguezes por suas razões e conveniências, ¿ como pode ser razão e conveniência, que nós os lancemos de nosso Reino ? Isto é querermos ser demasiadamente justos, contra o que aconselha o Espírito Santo: *Nolle esse nimis justus*; e por seguirmos a virtude, veremos a dar nos extremos em que a mesma virtude se perde.

« Se os mercadores Portuguezes foram vasallos de outros Príncipes, devera Portugal chamá-los, pelas mesmas conveniências por que os

outros Príncipes Cristãos os chamam e desejam; ¿pois que razão pode haver para que lancemos de nós, por serem nossos, os que, se foram estranhos, devêramos admitir e convidar com prémios?

« Mas, para persuadir esta razão de estado e convencer aos que a contradizem, não é necessário recorrer a exemplos de fora; porque dentro em Portugal os temos tam evidentes, que, se bem repararmos nêles, advertiremos que admitimos por muitas vezes o mesmo que por esta difficultamos.

« Pelas conveniências do comércio, admite Portugal (como se vê em Lisboa e em tôdas as cidades e portos marítimos) muitos herejes de Holanda, Inglaterra e França; ¿que muito é logo que se admitam e conservem os homens de nação, sendo nêles muito maiores as razões do nosso interêsse? Tudo o que ganham os mercadores Holandeses, Franceses e Ingleses enriquece Holanda, França e Inglaterra; e o que negoceiam os mercadores Portugueses fica em Portugal. Verdadeiramente é dificultosíssima de entender a razão de estado de Portugal, por que, sendo um reino fundado todo no comércio, lança os seus mercadores Portugueses para os Reinos estranhos, e aos estranhos admite-os dentro em si, para que o interêsse e proveito da negociação venha a ser todo dos estranhos e nada seu; e é evidente êste argumento, porque o que os mercadores Portugueses ganham em reinos estranhos lá fica e o que os estranhos ganham neste para lá vai.

« Também vemos que não só consente Portugal, antes chama à sua custa, e está sustentando com excessivos sôldos, muitos herejes estrangeiros, entre os quais e os Cristãos-novos há

diferença, que uns vêm-nos levar o dinheiro e outros vêm-no-lo trazer; uns publicamente são Calvinistas e Luteranos e outros publicamente professam a fé católica; uns profanam os templos e outros edificam-os e enriquecem-os; uns, se delinquem publicamente contra a fé, dissimulamos-lho, outros, se delinquem, ainda que seja occultamente, queimamo-los e tomamos-lhes a fazenda.

«Finalmente, a heresia das outras Nações é muito mais contagiosa que o Judaísmo, porque o que está mais distante pega-se menos, e como o Judaísmo não confessa a Cristo, dista mais da fé católica que a seita dos outros herejes, que todos o confessam; e assim vemos que França, Alemanha, Inglaterra, Holanda e quasi toda a Europa está infeccionada da heresia e o judaísmo não passa dos homens da mesma nação. Pois se a necessidade da guerra nos obriga a admitir entre nós heresias mais contagiosas, ¿porque não admitiremos as que são menos arriscadas?

«Principalmente se com não admitirmos estes homens se alimpara Portugal de gente de nação, parecera matéria mais considerável reparar em os chamarmos; mas, quando Portugal em todas as partes está tam cheio desta gente, ¿que importa que sejam mais alguns? Salvo se é razão, para termos uns e não admitirmos outros, podem estes ser-nos de muita utilidade e os outros de nenhuma. Se temos connosco os que não podem acudir, ¿porque não admitiremos entre nós os que nos hão-de ser de tam grande proveito? Quanto mais que os homens de nação, que estão espalhados por toda a Europa, nós os não lançamos de Portugal; eles se foram voluntários; ¿porque dificultamos pois logo admitir os mes-

mos, que haviam de estar connosco, se se não tiveram ido? Principalmente que os danos, que Portugal experimentou na sua ausência nas quebras do comércio e opulência, e o que com êles cresceram nossos inimigos, nestas duas partes tam consideráveis, antes são motivos para os chamarmos, que razões para os despedirmos.

«E não só não é contra a pureza da nossa santa fé admitir os homens de negócio e de nação neste Reino, como até aqui se tem mostrado, antes bem consideradas estas conveniências e utilidades de sua administração, será obra de grande serviço de Deus, glória da Cristandade e aumento da mesma fé; porque estando (como estão por nossos pecados) ocupadas pelos herejes Holandeses tantas partes das nossas Conquistas, onde florescia a fé católica, é tam certo como digno de lástima que não só nos gentios e Cristãos daquelas Nações se tem ateado o fogo das heresias e abrasado as novas searas de Cristo, senão também que, pela vizinhança, conversação, largueza de vida, falta de doutrina e de Sacramentos, se vão introduzindo os mesmos êrros nos Portugueses e seus filhos, de que se tem achado muitos exemplos em Pernambuco e outras partes.

«Pois se, admitindo a gente de nação, se espera que terá fôrças o Reino com que conquistar e restituir a V. M. e à fé aquelas Praças e as do Brasil e Índia, ¿porque se enjeitaram meios tam eficazes de conseguir um fim tam piedoso e católico?

«Se o dinheiro dos homens de nação está sustentando as armas dos herejes, que semeiam pelo mundo a seita de Calvino e de Lutero, ¿não é maior serviço de Deus e da Igreja, que sirva êste mesmo dinheiro às armas de Rei mais Ca-

tólico, para propagar e dilatar pelo mundo a lei e a fé de Jesus Cristo?

«Sirva-se V. M. de considerar o pêso desta razão tam católica, e não deseje maior glória o piedoso zêlo de V. M. que ser o David dêste Gigante. Vença V. M. a infidelidade com as suas próprias armas e a idolatria com a espada do Judaísmo, assim como os mesmos Judeus, quando Deus os governava, conquistaram a Terra da Promissão com os tesouros dos Egípcios.

«E não só nos gentios das nossas Conquistas melhorará o partido da fé, senão nos mesmos homens de nação fugitivos dêste Reino, porque é certo que nos estranhos, onde vivem com liberdade de consciência, muitos dêles são verdadeiros Católicos, nos quais se aumentará a fé e piedade; todos os seus descendentes morrerão baptizados, e se salvarão tantas almas que por falta de Baptismo se perdem; e ainda os que forem interiormente infiéis, vivendo entre os Cristãos, à vista dos bons exemplos, verdade e doutrina da nossa santa fé, terão ocasião de se converterem a ela, o que entre os herejes lhes falta; porque pôsto que a experiência tenha mostrado que há fingimento na cristandade de muitos, a mão de Deus não é abreviada, nem havemos de desconfiar dos poderes de sua Graça, pois sabemos que desta mesma nação há e houve em tôdas as idades da Igreja Católica muitos homens santos e doutos, que com a pureza da vida e verdade da doutrina a ilustraram, e muitos que com o seu mesmo sangue a ajudaram a plantar e defender, porque, emfim, desta nação foram os sagrados Apóstolos e a Virgem Maria Santíssima; e êste foi o sangue que o Filho de Deus se dignou tomar para preço da nossa redenção e união da sua divindade, que é uma razão que entre tô-

das deve mover muito a clemência de V. M. a se compadecer da miséria desta gente e procurar o remédio, ou de sua inocência nos bons, ou de sua cegueira nos maus, devendo-se esperar, com muito fundamento, que por meio do favor que V. M. fizer a estes homens se alcance dêles o que da severidade do rigor se não tem ainda conseguido; porque, além de ser de fé que tôda esta nação se há-de converter e conhecer a Cristo, as nossas profecias contam esta felicidade entre os prodigiosos efeitos do milagroso reinado de V. M., porque dizem que o Rei encoberto virão ajudar os filhos de Jacob e que por meio dêste socorro tornarão ao conhecimento da verdade de Cristo a quem reconhecerão e adorarão por Deus.

«Suposto pois que esta matéria, sendo de tanta importância para a conservação do Reino, em nada encontra, antes pode ajudar muito, ao bem da nossa santa fé católica, V. M. a deve mandar resolver sem nenhum escrúpulo de consciência, nem receio de que Deus se desagrade desta acção verdadeiramente justa e piedosa; e em prova dêste seguro, alego só a V. M. a memória dos Senhores Reis D. Manoel, D. João III e D. Sebastião, em cujos diferentes sucessos nos dá a conhecer a oculta disposição da Providência Divina que se não desagrade Deus de que os Reis católicos usem de piedade e clemência com estes homens.

«O Senhor Rei D. Manoel, de gloriosa memória, os admitiu neste Reino e lhes prometeu os favores que se contêm nas palavras seguintes, que são de uma Provisão real sua: *E lhes prometemos, e nos apraz, que daqui em diante não faremos nenhuma ordenança, nem diferença como de gente distinta e apartada, mas assim*

nos apraz que em tudo sejam havidos como próprios Cristãos-vêlhos, sem serem distintos e apartados em cousa alguma.

«Isto mesmo confirmou depois el-Rei D. João III o qual favoreceu muito aos homens de nação e se serviu dêles em postos e negócios de grande confiança e é certo que êstes dois Reis foram os mais felizes de Portugal, e seus anos os mais prósperos e gloriosos, assim espiritual como temporalmente, pelo muito que dilataram a fé e enriqueceram o Reino.

«A el-Rei D. João III sucedeu el-Rei D. Sebastião, o qual revogou a lei ou contrato que os Reis seus antepassados tinham feito com a gente de nação; a qual revogação, por grandes fundamentos de direito, julgaram muitos ser nula e inválida, e dos sucessos de Portugal no tempo do seu reinado são boas testemunhas as lágrimas de sessenta anos, que a feliz aclamação de V. M. nos enxugou.

«Não se infere, nem se pode inferir daqui, que o favor ou desfavor com que os Senhores Reis trataram a gente de nação foi a causa da igualdade ou desigualdade dos sucessos; mas infere-se sòmente, e prova-se com tôda a clareza e evidência, que nem o favor com que os trataram os dois primeiros Reis lhes retardou o curso de suas felicidades, nem o rigor com que procedeu contra êles o terceiro bastou a melhorar os sucessos da sua e nossa fortuna.

«Assim que, Rei e Senhor nosso, não é esta matéria de escrúpulo nem receio, principalmente quando V. M., como se propõe, deixa a resolução dela ao juízo e disposição do Sumo Pontífice, a quem como Vigário de Cristo e primeira regra da nossa santa fé pertence ordenar, variar e dispor o que, segundo os tempos e estados da

Igreja, parecer mais conveniente ao proveito das almas e glória divina, da qual a de V. M. principalmente, que é o princípio de tôdas as nossas felicidades e esperanças, depende.»

**Proposta de D. Pedro Vieira,
Bispo de Leiria, sôbre o perdão geral
que pretendem os Cristãos-novos**

«O Bispo de Leiria, que é o Prelado mais vizinho à Côrte, constringido da maior obrigação de seu ofício e da de ser criatura de V. A. e de seus gloriosíssimos pais, representa a V. A. com a maior humildade e acatamento que pode, e com o grande sentimento que pede a matéria dêste papel, que sendo êle, como são os mais Bispos, parte legítima em qualquer causa que toque à pureza e bom govêrno da nossa santa fé católica, além de outras muitas razões por serem os Bispos os Inquisidores mais antigos, em que reside a jurisdição ordinária, sem cujo voto os Inquisidores, que a têm delegada, não podem julgar prêso algum; e sendo os Bispos só em quem consiste e se representa todo o estado eclesiástico dêstes Reinos, e sendo costume ouví-los nas matérias desta qualidade, soube êle Bispo que V. A., mal informado, se resolvera a conceder à gente de nação dos Cristãos-novos, com licença de Sua Santidade, um perdão geral de tôdas as culpas do Judaísmo, assim para os que estão prêsos, como para todos os delitos semelhantes daquela nação que tiverem cometido até o dia da concessão da graça. Pede o Bispo a V. A. lhe perdoe qualquer cousa, se lhe parecer áspera neste papel, considerando que é dita por um Pre-

lado de setenta e cinco anos, a quem governam a língua a obrigação e o amor com que esteve aos reais pés de V. A. e dos Sereníssimos Reis que Deus haja vinte e oito anos, além de perto de vinte que tinha de Ministro quando o escolheram para Secretário de Estado e Escrivão da Puridade, que também serviu.

«Foi d'ele Bispo muito estranhada esta resolução de V. A. porque está muito bem lembrado que V. A. mandou há muito pouco tempo convocar uma Junta grande em que entraram dois Arcebispos e cinco ou mais Bispos e os maiores Títulos do Reino, com Letrados, Teólogos e Juristas escolhidos entre os mais illustres da Côrte, para castigar, extinguir e diminuir por todos os meios que fôsseem possíveis os desta nação, que vivem neste Reino e suas Conquistas, parecendo mais leves os castigos que lhes dava o Santo Officio dos que pedem a razão e a justiça; e se começou a execução do que ali se resolveu com diferentes leis, tôdas em afronta desta nação e extinção daquela gente; e agora vê elle Bispo mudado este santo zêlo e justo rigor em um favor tam mal merecido e tam mal recebido de todos os que cristãmente o concederam, acrescentando a mágoa o haver V. A. concedido esta graça à vista do successo próximo da Galiza, tam lamentado pela Cristandade; e o pior e o mais feio será se alguns dos Ministros daquela grande Junta, que os julgaram mercedores de tam grandes castigos, sejam os mesmos que agora os julgam mercedores de tam grande benefício, servindo e dando-lhes os mesmos actos jurisdicção para absolver e para condenar, porque até agora não houve cousa alguma que pudesse mudar ou alterar o processo de um para outro caso, se não é dizerem que compram estes homens com di-

nheiro este favor; a mais torpe cousa e mais condenada pelas leis divinas e humanas, muito em particular pelas dêste Reino, é o vender o Juiz, que elas fizeram fiel balança da justiça das partes, as sentenças das causas que houver de julgar. Diz o Fiscal ao Juiz: *Condena este homem, porque, sendo filho de Cristo, criado e ensinado em sua casa e remido com seu sangue, se rebelou contra êle.* Responde o Juiz: *Não posso, antes o absolvo, porque me comprou sua sentença.* E se isto é torpe em um só, ¿o que será em comum absolver uma nação, que merece tantas sentenças quantas são as pessoas? E é um crime geral, com muitas circunstâncias maiores às vezes, se pode ser, do que é o delicto; e isto cegamente, sem ver nem saber o que absolvem: pode haver um réu, que negasse a divindade em Cristo Senhor nosso e que não passasse a maior escândalo o seu delicto; e pode haver outro, que se confessasse, e que, além daquele delicto, esbofeteou, açoutou e cuspiu o rosto sacratíssimo das imagens de Cristo Senhor nosso e de sua Mãe Santíssima; ¿pois estas injúrias e outras muito maiores, que a imaginação considera e a língua não pode pronunciar, hei-de perdoar, sem saber o que perdôo? ¿Sem ouvir a Deus, ou a quem em seu lugar defende sua causa, negando-lhe a êle mesmo o preceito, que nos mandou guardar neste mundo? ¿Como poderão os Ministros condenar um Ministro impuro, à vista desta resolução de V. A., e como poderá haver justiça nos Ministros e bom governo na República, com exemplo tam prejudicial?

«Não faltará quem diga a V. A. que não foi esta a primeira vêz que esta culpa se cometeu no mundo; assim é, Senhor, mas esta escusa é o fundamento mais forte para fugirmos e abo-

minarmos, ainda com o pensamento, tam execrável delito; e ficará clara esta razão, apontando os casos em que se cometeu. Deixando os perdões dos Senhores Reis D. Manoel e D. João 3.º, que converteram a estes homens à fé quasi por força e lhes perdoaram por estarem ainda mui fracos na fé e por convir assim à mesma fé, com conselho dos Ministros que procuravam arraigá-la em seus corações, nos tempos mais adiante, tendo eles já tempo de terem conhecido a verdade e a mentira, foi o Príncipe que primeiro concedeu graças a estes homens por dinheiro el-Rei D. Sebastião, aceitando por certos favores que lhes fez nas confiscações de suas fazendas 100.000 cruzados, para ajudar com eles sua mesma ruína naquela infeliz jornada de África; perdeu-se e succedeu-lhe el-Rei D. Henrique, seu tio, e uma das primeiras cousas que fez em seu governo foi revogar o Alvará da graça, entendendo fôra a causa do lamentável successo daquelle Príncipe.

«O segundo exemplo foi o de el-Rei D. Filipe 3.º, que recebeu um milhão por outro perdão geral semelhante ao que V. A. agora lhes concede, a saber 100.000 cruzados para repartir por Ministros (que até esta torpeza teve aquella graça) e 900.000 cruzados para uma armada. Ouvi eu naquela ocasião ao bispo do Pôrto, que últimamente faleceu, que não tinha lástima dos Ministros que entraram nisto, porque Deus os havia de castigar, mas que a tinha muito grande das pessoas que sem culpa alguma da sua parte se haviam de embarcar na armada, porque tudo se havia de perder; e assim succedeu, como vimos, com muitas lágrimas de todo o Reino, e lá se foram em breve tempo com ruins fins os Conselheiros desta maldade, o milhão que cobraram

e a armada que fizeram. Chegou a este Rei a hora da morte, e conhecendo nela os enganços, como costuma ser, andando às voltas na cama com as vascas e angústias daquela hora, lhe ouviram dizer por vezes: *Miserável de mim, que por seguir ruins conselhos estou a risco de perder-me*; assim o referem as relações impressas da sua morte. Além destes danos, fez também outros aquella triste graça, e foram os motins em que se revolveu o Reino, particularmente Lisboa e Coimbra; nesta foi a devassar com grande estrondo o Conde de Miranda, Henrique de Sousa, Governador então da Relação do Porto; e na outra tiraram devassas diferentes Ministros, que duraram muito tempo, e muito mais os livramentos dos culpados. Deu-se também comissão aos mesmos homens a quem se fez a graça para lançarem e tirarem pelos da sua nação aquêlo dinheiro, e o fizeram de maneira que se não ouvia por aquêlo tempo outra coisa mais do que queixas de Cristãos-vêlhos, a que elles fintavam a dinheiro como se foram Cristãos-novos; e foi tam poderoso este embaraço, que obrigou el-Rei a nomear dous ou três Ministros de muita autoridade para julgarem estas queixas e averiguarem a limpeza de cada um.

«O terceiro exemplo foi del-Rei que Deus tem, gloriosissimo pai de V. A., da pátria e de todos os que o servimos e conhecemos, que, mal aconselhado, concedeu a estes homens a graça sôbre as confiscações, semelhante à del-Rei D. Sebastião; não vimos interêsse algum temporal que se ganhasse com esta resolução, e os espirituais sabe-os Deus; e os sucessos adiante nos mostraram que nada se ganhou na reputação. Já têm dado contas a Deus os que deram este conselho, tam encontrado com a piedade e pu-

reza de intenção daquele grande Rei; e apertou à Rainha nossa Senhora e aos Ministros tanto os escrúpulos e as contradições desta graça, que foi ela servida de a revogar por outro Alvará seu.

« Já êstes Príncipes tiveram os pretextos, a que chamam razões, para intentarem aquelas novidades, que foram estar um empenhado com todo o seu poder e com sua real pessoa em uma guerra contra os inimigos da fé e em exaltação e acrescentamento dela, e o outro estar por muitas Praças da Monarquia apertado dos herejes, com muitas Praças ganhadas, principalmente na Índia, arriscadas a se perder de todo e as novas Cristandades, que se tinham feito e se iam fazendo naquele Estado; e o último estar cercado de guerra, não só na circunferência de todo o Reino, mas em tôdas as partes de suas Conquistas. ; Porém V. A., a quem Deus fêz a mercê de o pôr singularmente em paz entre os mais Príncipes da Europa, reconhecido e unido com todos, amado e invejado dêles; V. A., a quem Deus fêz tôdas as mercês que o desejo de V. A. podia pretender, lhe ha de pagar com favorecer, ajudar e amparar seus inimigos e nossos ?

« Não seja assim, Senhor, por reverência de Deus. Os exemplos que ficam apontados são mais para escarmentar do que para seguir; e são os que mais me obrigam a pedir a V. A. seja servido não querer desprezar tantos agouros; e será fatalidade que a vista dêstes sucesos persuada a V. A. pode tirar utilidade donde todos tiram tam grandes desgostos e danos; V. A. conhece a todos melhor que todos e sabe muito bem quais são os conselhos que deve seguir e quais os de que deve fugir. Não podem os Príncipes achar desculpa para com Deus, se

seguirem conselhos particulares em matérias comuns, porque não são esses os caminhos que Deus lhes deu para se governarem; sendo os tribunais, e conselhos, comuns dos Reinos, é obrigação seguir a cada um conforme os negócios para que foi criado, e isto ainda que errem os Conselheiros, porque neste caso são eles os que hão-de dar conta a Deus, e não o Príncipe, que ouvidos eles poderá escolher com fim justo o que lhe parecer melhor. Fie V. A. em Deus, espere nêle, que é amigo fiel, e não espere nem fie de homens, em que tudo é engano; e seja muito certo que o seu dinheiro não só nos não há-de aproveitar, mas, como mal ganhado, não consinta que se vendam por dinheiro tam sujo as afrontas do nosso Deus e entenda que tôdas estas ofertas são manifestos enganos, que o fazê-los é o estudo e exercício desta gente.

«Dirá V. A. que é conveniente neste embaraço das guerras da Europa, particularmente dos Holandeses, cobrar nas Conquistas o que nos têm levado e estão possuindo com grandes ganhos seus e perdas nossas. Senhor, êste fim está todo nas mãos de Deus e pouco ou nada nas mãos dos homens. Seja a prova; perdemos o Brasil, um Estado tam grande e tam rico desta Coroa; fizeram pelo cobrar os Reis de Castela as despesas e armadas que viu o mundo, desentranhando-se esta Coroa e aquela em grandes socorros, por continuar e acrescentar aquela guerra, sem aproveitar; mas não montou nada tudo isto; quis Deus Nosso Senhor, sem armada, sem exército e sem despesa, restitui-lo, lançando fora dêle aquêles inimigos tam poderosos; e ainda que nesta ocasião se assinalaram tanto, como sabemos, Fidalgos muito honrados, que, sendo muito illustres por seu sangue, o são muito mais

por seus feitos e por seu incomparável valor; também Deus, querendo mostrar que isto era obra muito sua, tomou por instrumentos o Camarão e Henrique Dias. Quem cuidara que com trinta anos de guerra nos havíamos de livrar dum contendor tam poderoso no mundo, e, quasi todos estes anos, sem outra ajuda mais que nosso sangue, vidas e fazendas, obrigando nossos inimigos a que nos viessem rogar com paz a nossa mesma casa, trazendo padrinhos, que foi o Embaixador de Inglaterra em nome de seu Rei, para que os quiséssemos ouvir e admitir. Fazer guerra e cometer emprêsas por meios encontrados com o serviço de Deus, é perder tudo e perder-nos também a nós.

«Prometem a V. A. 500.000 cruzados, nos prêsos que hoje estão nos cárceres do Santo Officio, se merecerem ser condenados e confiscados, ainda que não sejam todos; tem V. A., com leis justas e santas dadas por Deus, muito maiores somas, e as terá ao diante, com os socorros do fisco, que sempre (como V. A. achará, se o procurar) acudiu ao Reino em suas necessidades e apertos com grandes somas. E seja V. A. outrossim certo, que tôdas estas ofertas são feitas muito contra a honra de Deus, da Nação Portuguesa, e ainda contra os Ministros que dão a V. A. estes conselhos. E sobre tudo peço mui humildemente a V. A. seja servido de ouvir sobre esta matéria os Prelados, a quem mais diretamente toca; e eu, como mais vizinho, a quem primeiro chegaram estas novas, e que com a boa vinda de V. A. por esta parte tenho esta ocasião tam boa de lhe representar meu sentimento, o faço, deixando em suas reais mãos o Memorial; e por mim e pelos meus fico pedindo a Deus, e êle sabe com que lágrimas nos olhos,

que no-los abra e nos dê luz da verdade, para que a conheçamos e evitemos nossa ruína, antes que ela chegue e a não possamos remediar.

« Em Leiria, de Agôsto 6 de 1673 anos ».

Em o 1.º de Setembro, entrou pela barra de Lisboa uma naveta da Índia, comboiada de uma fragata de guerra nossa, do número de algumas que a foram esperar; e foi útil a diligência, porque a livraram das garras de cinco naus de Mouros, que lhe vinham dando caça.

Chegaram novas de fora do Reino de que o Francês, depois de muitos meses de sítio, tinha ganhado a praça de Maestrich com muita perda de gente de uma e outra parte; afirmava-se que morreram na defesa mais de 3.000 homens dos cercados e entre elles a melhor gente que nela estava.

Neste mês desembarcaram na Cidade do Pôrto três Religiosos Arrábidos em traje secular, que vinham de Inglaterra, os quais afirmaram que os do Supremo Govêrno fizeram expedisse el-Rei um Decreto contra os Católicos, que já se executara em tempo da Rainha Isabel, pelo qual privava a todos os Católicos Romanos de todos os cargos, honras, dignidades, officios e benefícios da República; estabelecida a lei, foram um irmão del-Rei, Almirante-mor do Reino, e o Tesoureiro-mor dêle ao Parlamento renunciar todos os postos que tinham, declarando-se Católicos Romanos.

Alterou o sossêgo de Lisboa a demasia de dous Clérigos, que sem propósito nem causa apelidaram *Viva a fé, morram os Judeus*, dando principio a um motim, que se não conseguiu pela boa diligência que se pôs em o atalhar. Fez-se grande diligência na Côrte e por todo o Reino

pelos prenderem, amotinando-se já a malícia; que muitos fomentavam o zêlo de alguns, e era com intento pernicioso, como logo se verá. Em algumas paragens prenderam alguns, enganados das semelhanças; porém como logo constou de sua inocência, os soltaram logo.

Em os últimos d'êste mês, a benefício das pesquisas e inquirições que se faziam, se veio a descobrir uma meada, cujo fim se encaminhava a uma diabólica traição, urdida por uma indiscreta infidelidade. Indiciado de fuga, se mandou prender o Licenciado Diogo de Lemos, pessoa de que nunca se fez caso para despacho algum em todo o tempo do Senhor Rei D. João o IV, por se entender que tinha o coração castelhano e tinha de idade perto de setenta anos. Êste tal se embarcava para a Ilha; deram-lhe escrutínio à matalotagem, acharam-lhe quantidade de dinheiro e papéis, de que resultaram as prisões das pessoas seguintes: António Cavide, a quem logo confiscaram a fazenda, que dizem importar um milhão; Jerónimo de Mendonça, que fugia para Castela e acoitado de um acidente, por se levantar da cama muitas vezes sangrado, se escondeu em um moínho por não poder continuar a fuga, e nêle foi prêso; D. João de Melo; D. João de Almada, Comissário que foi da Cavalaria da Beira; Fernão Mascarenhas; D. Gaspar Maldonado, Chanceler do Reino, e seu filho D. João Maldonado; José Pessanha; o arcediago Gabriel Marques; alguns frades de várias Ordens, com outras pessoas de menos conta, que faziam o número de quarenta. Foram êstes confessando as suas culpas e cúmplices, e se foi prendendo mais gente. Na forma da culpa não há certeza, porque tudo são inferências de algumas circunstâncias, em que redundam o segredo que se

observa nos Ministros; porém todos convêm que era conjuração contra o Príncipe, disposta nesta forma. Tratavam de ajustar casamento entre el-Rei D. Afonso e a Rainha viúva de Castela, e de D. João de Áustria com a Infanta filha del-Rei D. João o IV, que está recolhida em o Mosteiro de Carnide; e como D. Gaspar Maldonado tinha o sêlo de S. A., determinavam com decreto falso que o Governador da Ilha entregasse el-Rei. Também se alcança avivarem-se estes contratos por pessoas castelhanas, com intento de se tornarem a senhorear do Reino por este meio, acabando de um golpe com tôda a Casa Real e Fidalguia Portuguesa.

Sem dúvida se perdera Portugal por este caminho, se Deus o não atalhara. Ardia este fogo encoberto com a fiel causa que o povo tinha para as alterações referidas, e se assoprava pelos conspirados para que nesta água envolta saíssem com seu intento. Muito devem os Príncipes temer qualquer movimento dos povos, porque de ordinário se valem dêle os sediciosos para executarem facinorosos intentos, a que se não atrevem senão à sombra de algum desastre comum, sendo seu principal intento embeber o povo em diversa matéria, para que quando advirta no delicto seja a tempo que lhe não possa dar remédio; maior é o perigo onde é mais sagrada a causa do movimento. Aquêlo zelo da Religião que obriga os homens a perder a própria fazenda e vida mete fãcilmente debaixo dos pés todos os mais respeitos e conveniências; e perdida uma vez a reverência à Majestade por uma razão, por tôdas se continua no desprezo, passando este a ódio se se vê o crime com olhos de castigo. Nunca cabeça, de que o sacrilégio tirou a coroa, se tornou a restituir nela. Nas ruínas dos edifi-

cios padecem os tectos o maior destrôço, não só porque caiem de mais alto, senão também porque são de matéria mais frágil. Aquelas paredes que levantados os sustentam, caídos os oprimem e sepultam. O zêlo da Religião no Príncipe é firme columna, porque os vassallos que o vêem observante, o temem justo e o amam religioso e nenhum se atreve a quem entende que Deus patrocina.

Assentou-se que se fizessem Córtes para se cortar o fio a semelhantes intentos e que se guardassem as Praças das fronteiras, para que, se o Castelhana fizesse algum movimento, nos achasse prevenidos, e se tinha concebido alguma esperança se descartasse dela. Com êste motivo se ordenou ao Conde de Prado, filho do Marquês das Minas, e ao Conde da Ericeira, que partissem para as Províncias de Trás-os-Montes e Minho, a alistar Cabos e Cavalaria e dispor o sustento dela. Antecipou-se o apresto desta Província às demais, não sei com que mistério; suposto que se diziam diversas causas, em nenhuma achavam os homens fundamento. O mais certo é que se abriu porta aos fronteiros nomeados, para furtarem com licença. Para três fins principais se dizia chamavam a Córtes: para novos tributos, para romper com Castela e para S. A. se coroar.

Foi fama que correu pelo Reino (não o tenho por muito certo, mas refiro-o por nova vaga) que por ordem del-Rei de França se resolveram a dar veneno ao Imperador de Alemanha; e que em uma enfermidade o determinou fazer um Bispo, comungando-o. Avisou um criado ao Imperador da sacrílega maldade, já em outra idade cometida, e ao dar a comunhão ao Imperador êle a recusou, dizendo que havia bebido, que ao outro dia a receberia, e que assim comungasse

o Bispo a partícula. Respondeu que a levaria ao Sacrário; disse o Imperador que não, senão que logo ali diante dêle a comungasse; fê-lo assim e dentro em breves horas morreu. Não nego a possibilidade do caso, porque sei é muito maior a malícia dos homens do que quanto nosso juízo pode considerar, mas duvido, pelas circunstâncias, da verdade do juízo.

Tiveram os estrangeiros novas das armadas de França, Inglaterra e Holanda, a substância das quais foi que haviam tido três encontros entre algumas esquadras, com recíproco dano, porém sempre o Holandês ficou mais airoso. Retiraram-se as naus de Inglaterra a seus portos, sempre seguidas e perseguidas do Holandês, que ficou senhor do mar e tem assolado com notável dano as embarcações mercantis aos dois Reinos e com tanto excesso que não appareceu este ano navio de bacalhau em Portugal; o mesmo seria nas mais partes. Bastou a perda para ocupar o cuidado dos Príncipes de Inglaterra e França, de sorte que nêle se amortalhou a viveza com que estavam na porfia de que Portugal havia de romper com Castela.

Em Madrid succedeu um desarranjo bem notável. Em certo lugar público quizeram os Castelhanos falar com desprezo nos Portugueses; estavam presentes os criados do nosso Embaixados e mataram uns poucos para seu ensiuo. Alterou-se a Côrte, amotinou-se o povo, carregaram sobre os Portugueses, já então assistidos de criados dos mais Embaixadores, e todos se foram retirando até as casas do Marquês de Gouveia. Não valeu aos nossos o sagrado; acudiram os Embaixadores dos mais Reinos, fazendo a causa de um comum a todos. Mandou a Rainha a sua Guarda Real, sossegou-se o motim e ficou a

mesma Guarda, em obséquio do nosso Embaixador, que, sentido do atrevimento, se retirou a um lugar chamado Caramanchel, fora da Côrte, do qual escreveu à Rainha a seguinte carta:

«Senhora. Vim de Portugal Embaixador extraordinário do Príncipe meu Senhor a V. M. e nada mais desejei que ser um instrumento da paz e boa correspondência entre estas duas Coroas, encaminhando quanto em mim foi a êste fim. Tôdas as minhas acções se lograram tam mal, que, pelo agradecimento que por elas merecia, recebi o grande agravo que na noite de 27 do passado se fêz à Alteza do Príncipe meu Senhor em minha pessoa, chegando a descompor, apedrejar, entrar e saquear a casa onde vivia, violando o direito das gentes, conforme ao qual tôdas as Nações do mundo respeitam a pessoa e casa de um Embaixador com venerações de sagrada. Recolhi-me a esta pousada, tendo por certo que entre a ofensa e a satisfação se não metesse tempo, em que eu pudesse entender não era êste successo senão do maior desagrado de V. M., sendo crime contra êle êste insulto; mas vejo, Senhora, o delito sem castigo, o desacato sem satisfação, minha pessoa e família sem segurança, não só pelo desatinado furor do povo precipitado, mas pelo desatento dos Ministros da Justiça, que o moveram, conduziram e incitaram a um tam execrando excesso, obrigando as pessoas que encontravam a tomarem as armas e as munições que êles lhes distribuíam, formando nas ruas públicas corpos de guarda e guiando os amotinados a escalar esta casa de um Embaixador de um Príncipe amigo, como se fôra uma praça de inimigos; o que tudo me obriga a retirar-me desta Côrte, assim pelo que devo à auto-

ridade e regalia do Príncipe, de que sou vassalo e ministro, como ao resguardo de minha pessoa e família; e em uma aldeia vizinha esperarei o que me ordenar o Príncipe meu Senhor. A Deus, ao mundo e aos Príncipes dêle, cujo decôro igualmente neste péssimo exemplo se ofendeu, tomo por testemunhas da justificação de meu sentimento, para que nem Deus, nem os homens deixem de se scandalizar de uma tal acção, para a qual não pode achar-se exemplo, motivo ou desculpa. Em 2 de Outubro de 1673».

Com esta nova pediu o Embaixador de Castela, que estava em Lisboa, uma companhia de guarda, que lhe deram, temeroso de que o povo o assaltasse em vingança do desacato dos seus em Madrid.

Em o fim dêste Outubro se despacharam correios a tôdas as Comarcas do Reino, que têm voz em Côrtes, para que elegessem e mandassem seus Procuradores a elas para o 1.º de Dezembro de 673. O Marquês das Minas mandou pedir a tôdas de Entre-Douro-e-Minho que o elegessem Procurador, pois escusavam gastos; êste era o pretexto, a tenção era de que com a voz de tôda a Província se poderia perpetuar no Governo das Armas dela. Assim o murmuravam tôdas, algumas lhe mandaram procuração, porém outras não quiseram; e duas vezes acertaram, porque S. A. não consentiu que algum fôsse Procurador mais que de uma só Comarca. Penetrou-se-lhe o intento, e seus émulos lhe cortaram o fio.

Pùblicamente se afirmava que o crime dos conjurados estava provado na forma que acima deixamos dito e se esperava cada dia por sentença e castigo.

Safu pela barra fora Pedro Jaques de Magalhães, por Cabo de três fragatas de guerra, com promessa de um título de Conde quando voltasse. Dizia-se que o mandavam à Ilha; uns, que a buscar el-Rei; outros, que a trazer prêsos o Bispo (cunhado do Cavide) e outras pessoas comprehendidas na conjuração. Ao sair da barra, o não pôde fazer uma fragata, por fazer muito água; das duas, arribou uma logo, desaparelhada pelo rigor do tempo; a capitânia se recolheu a Lisboa quasi perdida, com o General maltratado, por querer forcejar contra os ventos. Segunda e terceira vez cometeu a saída, e sempre se recolheu com o mesmo successo; mas, na última, mal ferido Pedro Jaques do golpe de um hastilha; com o que se dilataram as Côrtes para os 20 de Janeiro do ano futuro de 674.

Copiosa matéria deu este successo aos discursos da Côrte, metendo-se muitos a profetas, inferindo do sucedido o que seus desejos lhes ditavam; e alguns, com temeridade, queriam que fôsse juízo de Deus o que foi efeito de tempo. Diziam que, nem o tempo, nem o Céu, queriam que el-Rei viesse, porque o guardava para grandes coisas. Outros, que sem dúvida por este caminho o livrara Deus de algum perigo; e nenhum sabia de certo a que negócio saía esta armada, nem a que pôrto se encaminhava; faziam em seus conceitos as ordens e os successos, e os fingiam como desejavam para os fins que queriam, achando em seus ânímos as causas e os efeitos.

Chegou ao Arcebispo Primaz decreto para se achar nas Côrtes; replicou que iria se nelas se lhe guardassem tôdas suas preeminências. Respondeu-se-lhe que fôsse, que em tudo se lhe faria justiça. Partiu aos 9 de Novembro; opôs-se-lhe o Arcebispo de Lisboa, dizendo que as

Côrtes se faziam em sua diocese e devia êle presidir a todas nelas; correu o litígio em Conselho de Estado, até se dar sentença, a qual referiremos a seu tempo.

Em Castela deram grande cuidado as novas das Côrtes, atemorizada tôda com os receios de que nelas se assentasse lhe pedissem conta do atrevimento com que em Madrid se houvera o povo, perdendo o respeito às casas do Embaixador de Portugal; e assim mandou a Rainha por um Enviado a S. A. a memória do castigo que mandara fazer nos motores da alteração contra o Embaixador, e que, se fôsse necessário para satisfação do agravo, mandaria executar tôdas as penas que em Portugal se julgasse mereciam. Afirma-se que em Madrid se executaram grandes castigos nos delinquentes.

Em 29 de Outubro entrou a frota da Baía e Pernambuco; constava de trinta embarcações, sete das quais tomaram a Cidade do Pôrto, tôdas a salvamento, que foi grande dita, em razão dos tempos em que buscaram esta barra.

No último dêste mês fêz S. A. mercê ao Conde de Miranda do título de Marquês de Aronches, de que era Alcaide-mor, e de uma comenda do lote de mil cruzados, dando logo a seu filho Diogo Lopes o título de Conde de Miranda. Tinha o Conde servido em várias missões e gasto muito de sua fazenda, nelas havendo-se bastantemente em os negócios, ao menos com zelo e fidelidade, e para se lhe remunerarem êstes serviços lhe valeu muito o ser o Capelão-mor, seu irmão, bem visto do Príncipe.

Aos 2 de Novembro fêz entrada o Núncio Marcelo Durazi, Arcebispo de Calcedónia, e foi públicamente beijar a mão a S. A. Safu de Alcântara com luzidíssima ostentação e copioso

acompanhamento, assim de Italianos como Portuguezes, eclesiásticos e seculares. Foi em direitura a Palácio, beijou a mão ao Príncipe, e dali voltou com a mesma pompa para sua casa e palácio, que está ao Paço do Duque. Logo no dia seguinte se abriu o Tribunal da Legacia e começaram a correr os negócios, que havia tempos estavam empatados e os Ministros do dito Tribunal queixosos da suspensão do rendimento de seus officios.

Tratou-se casamento entre o filho herdeiro da casa do Marquês de Távora e D. Leonor, filha segunda do Conde de Miranda, já Marquês de Arronches, que se concluiu nestes dias, e partiu o noivo de Lisboa para o Pôrto, onde estava a esposada; chegou em 6 d'êste Novembro, e se celebraram logo os esposórios como de tais pessoas.

O Marquês de Gouveia, tanto que escreveu à Rainha de Castela a queixa referida, fundando nela a razão de sua volta para Portugal, se pôs a caminho com tôda a sua casa, e chegou à Côte de Lisboa a 6 d'êste mês, aplaudido de todos e bem recebido, tanto pelo acêrto com que havia obrado, como pelo modo com que se havia partido. Daí a poucos dias se partiu de Lisboa o Embaixador de Castela e veio em seu lugar um Residente, Abade secular de qualidade, virtude e juízo.

A frota do Rio de Janeiro achou os tempos tam rijos na costa de Portugal, em razão de ser já muito entrado o inverno, por sua detença, causada da maior distância ou da pior navegação, que, desgregados os navios, tomaram uns o pôrto de Lisboa, e outros, que eram quatro, levou consigo o vento às rias de Baiona, onde estiveram muitos meses, pelos não favorecer o tempo,

e entraram no pôrto a 23 de Maio. Perdeu-se um navio, em que vinham 140 pessoas, que tomaram os Mouros.

Fidalgo bem conhecido foi na Côrte D. Afonso de Faro, não só pelo avultado do corpo e esclarecido do sangue, senão também pelo extravagante do modo. Estando a caber em muitos lugares, não deu sua condição lugar a que os Ministros o propusessem para algum; e fora de todos acabou a vida, meado êste mês. Murmurava do Govérno só porque não governava; não tinha e desprezava; viveu sem arte e morreu com sorte, pois a teve com S. A. lhe pagar os funerais e algumas dívidas que deixou.

Puseram-se nas portas e lugares públicos da Cidade de Lisboa cartas de éditos, pelas quais se chamava a Francisco de Mendonça, irmão mais vêlho de Luiz e Jerónimo de Mendonça, o qual na ocasião das prisões fugiu para Castela, indício certo de estar culpado na conjuração; e admira, porque era Fidalgo quieto, casado e com filhos, e não sabem os homens atinar a causa que o poderia mover a semelhante desatino; nenhum maior que ser um homem o verdugo de si mesmo, fazendo gôsto de meter o pescoço no laço.

Neste mês de Dezembro mandou S. A. ao Corregedor de Coímbra que prendesse o Collegial de S. Paulo, D. Luiz de Almeida, sobrinho do bispo de Lamego, e que o levasse à prisão do Limoeiro de Lisboa; assim o fêz o corregedor, metendo-o na cadeia pública de Coímbra, enquanto não partia. Pediram-lhe os Collegiais e o Reitor da Universidade que se encarregariam do prêso até com êle se partir, o que lhes não concedeu. Levou-o à prisão de Lisboa, e, voltando para Coímbra com tôda a gente que foi com êle,

querendo-se à porta de sua casa tirar da liteira, se chegou a êle um homem em um cavallo, dizendo que tinha uma palavra de segrêdo com o Corregedor, e, apartando-se a gente, o matou com uma clavina e se acolheu. Alguma gente se prendeu por alguns indícios e últimamente se soube que o matara um Collegial de S. Paulo, D. José de Melo, sobrinho do bispo de Viseu, que se passou para Castela, donde escreveu uma carta a S. A., dizendo que não fizesse mais diligência sôbre o caso, pois êle fôra o que matara o Corregedor. Mandou o Príncipe ao corregedor da Côrte João de Melo com trinta mosqueteiros, a devassar o caso e se ausentaram todos os Collegiais de S. Paulo, por todos concorrerem para a dita morte.

Em 10 de Dezembro se celebraram autos de fé em Lisboa e Évora; em nenhuma das partes saíu contratador algum, dos presos nos cárceres. Em o auto da Côrte saíram noventa e três pessoas, queimaram três em carne, e sete em palha, algumas Freiras saíram com fogo revólto e sambenitadas, e um Frade de certa Religião sambenitado também. Em Évora saíu dobrada gente o mês passado, e se queimaram duas Freiras e um homem. Em o dia antecedente se fizeram muitas prisões na Côrte de gente ordinária, e muita dela familiares das casas dos contratadores presos.

Muita Fidalguia se tinha retirado da Côrte nos meses antecedentes, persuadidos de avisos e suspeitas que os acautelavam das resoluções referidas, temerosos de que chegassem a motim descoberto e percessem ao golpe de um tumulto, que, cego, corta por inocentes e culpados, sem mais processo que a voz do ódio ou da vingança e de ordinário a da cobiça, que encaminha o

povo às casas mais ricas e prósperas. Agora se mandaram vir alguns dos retirados para a Cidade em razão das Côrtes.

Entrou o ano de 674 com fúnebres prognósticos. Chegou ordem de Lisboa, que logo se mandasse para lá o verdugo do Pôrto; demonstração é de haver muita obra o buscarem muitos officiaes. Dizia-se que dos presos seriam muitos os convencidos e condenados, pois eram necessários muitos ministros para o suplicio.

A Diogo Lopes de Sousa, Conde de Miranda, filho do Marquês de Arronches, deu um mal estando à ladaíinha de Nossa Senhora, de quem era muito devoto, em S. Francisco da cidade do Pôrto; levaram-no para sua casa com alteração grande dos pulsos; imaginaram os Médicos ser ramo de paralisia por lhe haver já dado outra vez; deram-lhe uma bebida, com o que o mataram antes da segunda sangria. Foi sua morte geralmente sentida, porque era moço muito cortês, afável, comedido e devoto. Deixou uma filha, menina de dois anos, herdeira de sua casa. Muitas vezes castiga Deus os pecados dos pais nas pessoas dos filhos, por fazer o golpe mais sensível; mais se sente o tormento que dura, que a ferida que acaba; advertência grande é para o culpado avisá-lo Deus com a morte do innocente; leva para si os bons para que se salvem, deixa os maus para que se emendem; abram os mortais os olhos. Levaram o Conde de Miranda a 21 dêste ao Mosteiro dos Dominicanos de Aveiro, em cuja capela-mor tem seu encêrro.

Em 20, dia de S. Sebastião, se fêz o primeiro acto de Côrtes. Presidiu a êle o Arcebispo de Lisboa; em o dia de antes se tinha dado sentença em seu favor; para esta injustiça se vale-

ram do exemplo das primeiras Côrtes depois da Aclamação, em as quais presidiu D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Lisboa, e não D. Sebastião de Matos, Arcebispo Primaz. Esconderam as razões que então houve e valeram-se do facto para o exemplo; materialmente julgaram. Então deram o primeiro lugar ao mais fiel, porque assim o pedia o caso; agora, tirada aquela causa, e com que razão o podiam tirar o quem o dava o direito da primazia? Não vieram a estas Côrtes por justas causas o Arcebispo de Évora e os Bispos de Miranda e Algarve. O Arcebispo de Braga, queixoso da injustiça, foi logo beijar a mão a S. A. e pedir-lhe licença para se voltar para seu Arcebispado; perguntou-lhe S. A. a causa, deu-lha com razões tam certas, que no mesmo dia mandou chamar a conselho e nêle censurou a pouca justiça da sentença, propondo a muita que tinha o Primaz. Constrangidos da razão, julgaram dever-se o primeiro lugar do Eclesiástico ao Primaz de Braga, e S. A. lhe mandou logo recado que se não abalasse, porquanto saíra julgada a causa em seu favor.

Em este primeiro acto das Côrtes fez a oração o Bispo de Lamego e o Procurador das Côrtes pela cidade de Lisboa, o Doutor José Pinheiro, e jurou o Reino a Senhora Infanta por Princesa e legítima herdeira da Coroa, em caso que S. A. não tivesse filho varão. Deputaram-se lugares para as Juntas dos Três Estados do Reino e se ordenou a cada um deles que as matérias que nêles se propusessem se não definissem e que se votasse por escrito, assinando cada qual seu voto, e nesta forma sem andassem os pareceres ao Conselho de Estado. Recusaram os Procuradores a ordem, como contrária ao fôro de suas liberdades,

O primeiro intento dos Três Estados do Reino era obrigar S. A. a tomar a Coroa, porém esta resolução tem suas dificuldades e lhas acham as consciências de muitos e mais que todos o dificulta o Príncipe, que se afirma que de nenhuma sorte o quer consentir. Pede-se nova contribuição do povo e se debate sôbre que modo seja mais suave para os vassallos a pagarem; porém o tributo era tam grande, que mal o poderiam pagar os povos, não os ajudando o Eclesiástico e Nobreza; com que as Províncias fizeram a S. A. suas propostas, de que farei menção de duas.

«A Província de Entre-Douro-e-Minho, por seus Procuradores, com o devido acatamento à real pessoa de V. A., lhe fazem presente o miserável estado de seus povos, cuja pobreza os impossibilita de mostrarem os fidelíssimos extremos de seu amor, oferecendo aos reais pés de V. A. largas contribuições para o reparo do Reino, luzimento e esplendor da Nação e segurança da real pessoa V. A. E considerando com ponderação prudente, examina o reparo de alguma inopinada inundação, prevista prudencialmente pelo desvêlo e aplicação de V. A. e de seus Ministros, se ajustarem a guarnição que V. A. manda propor pelo Decreto de 25 deste presente mês, de dois tёрços de Infantaria paga, com o número de 500 homens cada um, com declaração que hão-de ser pagos, na forma que da paz até aqui o foram, por seis meses sòmente, e que os entretidos devem acomodar-se nos tёрços para ajudarem a preencher o número dêles, com o que se poupa a despesa daqueles soldos, que se escusam com a occupação dêstes; examinando o cômputo, que se faz em várias adições deste Decre-

to, achamos, Senhor, não virem bem ajustadas estas partidas por descuido do Escrivão; e ajustando o que importa a guarnição da Infantaria em todo o Reino, sendo que seja precisamente necessária, nos oferecemos a contribuir com o que nos tocar para este efeito, entrando com as suas partes o Eclesiástico e a Nobreza, pois sendo a causa comum não será justo que sigam reparo particular.

«A guarnição da Cavalaria é escusada, principalmente na nossa Província, pois a experiência o tem mostrado, que ainda no tempo da guerra era esta para fazer mais formidáveis os exércitos, que para a utilidade e segurança deles, pois com o áspero do terreno e o apêrto dos cercados em alguns valos se impossibilita o manejo, e fazem que seja despesa infrutífera a que com ela se faz; além da condução dos provimentos ser total ruína dos paisanos, principalmente a das palhas, com que destroem, abrindo-se caminho a latrocínios, com que os vassallos se desanimam e avaliam a violência intolerável, ainda no tempo da guerra sendo necessidade precisa, quanto mais agora, que vendo-se no seguro da paz, esperam convalescer do achaque da guerra, com mais justificada razão terão esta desnecessária vexação insuportável; e sôbre tudo os soldados de cavalo, com o vício da ociosidade, em que os terá a falta de ocasião por respeito da paz, as buscarão indignas nas estradas, ou para violarem o real seguro da amigável composição dêstes Reinos com o de Castela, entrando nos limites desta a fazer prêsas com que satisfaçam a sua cobiça, e conseqüentemente pondo em perigo a conservação da paz, como se tem por infalível darem princípio ao manejo das armas, que V. A. deve impedir, pois o maior crédito

dos Príncipes perfeitos é atenderem cuidadosos a conservar em paz a seus vassallos.

« Os tórços auxiliares bem tem mostrado a experiência quanto são muitos e desnecessários, pois só serviam de fazer mais avultados os exércitos, mas nunca vimos que nas ocasiões se lhes fiassem postos de importância; e só se valiam os Generais deles para guarnecerem as Praças em suprimento dos soldados pagos, que delas tiravam para formarem corpo de exército razão que agora não há, pois só se atende a Infantaria que baste para guarnição das ditas Praças e como esta há-de persistir nesta occupação, é escusado este vexame aos povos. E é certo que os Officiaes destes milicianos no tempo da guerra nunca foram pagos, quanto mais agora que com a paz não padecem os descómodos das marchas, nem as despesas das campanhas; e o ditame mais político e a prevenção mais ajustada parece que será ordenar V. A. aos Sargentos-mores das Comarcas façam ordenar as ordenanças e lhas façam tomar todos os meses, ensinando-lhes o manejo delas com a doutrina militar.

« Pelos presidios das fortalezas de Setúbal é certo que a consignação do almoxarifado da táboa real da dita Vila, com que se deve ajustar este cômputo sem esta adição, pois assim nem faltamos ao necessário, nem seremos gravados com mais contribuição que a precisa.

« Crédito é da nação, Senhor, e do Reino, o esplendor e manifesto tratamento dos Embaixadores de V. A.; mas os povos não podem vir em que seja este luzimento à sua custa, pois lho não permite o miserável estado em que se acham; e assim como soffremos não poder armar tanto número de formidáveis baixéis como os outros Príncipes, também devemos acomodar-nos a que

os nossos Embaixadores não façam igual ostentação senão na excelência do sujeito, em que melhor se acredita o Príncipe e a Nação.

«Sobretudo em todo o género de tributos se deve atender não sòmente ao gòsto com que os povos o prometam, senão também à possibilidade com que se acham para satisfazê-los; e quanto maior é a importância deles, tanto mais vagarosa e difícil será à sua cobrança; e não se deve fazer que sòmente à quantia de que se necessita, senão à necessidade com que o Reino se acha para esperar dos povos grandes contribuições, pois reparam que tenhamos nome de paz com effeito de guerra, para objecção dos que mais suavemente serão tolerados, se os impuserem em muitas cousas em que se devia fazer pragmática.

«E vimos, Senhor, a concluir que, feito còmputo ao que importa o subsídio da Infantaria paga, precisamente necessária para os presídios e guarnições das Praças, e officiaes vivos entretidos, que entrarão no número dos têtços para preencher o de 500 homens cada um, e não entrando nesta conta as guarnições dos fortes de Setúbal, pois têm consignações particulares, aceitaremos a contribuição que nos tocar por justa repartição entre os braços da Nobreza e Eclesiástico, que serão companheiros na defesa, pois o são no risco e duração dèste tributo. Será, Senhor, pelo tempo que o Eclesiástico assentar, que o mesmo que tiver de duração a sua contribuição terá a nossa; que animada de nosso amor a nossa impossibilidade não quer permitir vantagens nas zelosas demonstrações do real serviço de V. A. a nenhum dos Estados do Reino.»

Relação do dinheiro que é necessário para o sustento das guarnições das fronteiras e entretidos, despesas da Côrte, conforme o número de gente que se deve na primeira lotação, depois da reformation geral, e também com distincção do que mais se manda acrescentar aos Têrços e Infantaria e Cavalaria, que há de haver novo, e Têrços Auxiliares nas Comarcas do Reino, quanto importa em um ano conforme as relações dos Senhores Generais

PROVÍNCIA DO ALENTEJO

1. — Para a Província do Alentejo, onde há cinco terços de Infantaria, é necessário	65:238\$840
2. — E para 230 soldados, que se mandaram acrescentar a cada um dos cinco terços, para terem a 500 cada um	20:700\$000
3. — Importam os soldos de 462 officiaes entretidos, que há nesta Província	43:957\$200
4. — E para os 400 cavalos em 8 companhias, entrando sòmente os soldados pagos	30:672\$000
5. — E para os officiaes de sete terços de auxiliares desta Província em um ano . . .	14:416\$800
Importa a despesa desta Província em um ano.	<u>174:984\$840</u>

PROVÍNCIA DA BEIRA

6. — Para os dois partidos desta Província da Beira, que têm de guarnição dois ter- ços de Infantaria, é neces- sário	24:422\$796
7. — Importam os soldos de 93 ofi- ciais entretidos, que há nesta Província	10:924\$800
8. — E para 230 soldados, que se mandam acrescentar aos dois terços desta Província, para cada um deles ter 500, é necessário	8:280\$000
9. — E para 150 cavalos em 3 com- panhias, entrando sòmente sòldo dos pagens dos ofi- ciais, porque êstes devem ser dos entretidos, são ne- cessários	11:502\$000
10. — E para os officiaes de 7 terços de auxiliares, que há nas Comarcas desta Província, que também a servem . .	26:224\$800
Importa a despesa desta Província em um ano.	<u>81:354\$396</u>

PROVÍNCIA DE TRÁS-OS-MONTES

11. — Para a Província de Trás-os- -Montes, que tem 2 terços de Infantaria, é necessário	22:523\$196
12. — Importam os soldos de 76 officiaes entretidos, que há nesta Província	6:626\$400
A transportar	<u>29:149\$596</u>

	Transporte . . .	29:149\$596
13. —	Para 230 soldados, que se mandam acrescentar em cada um dos terços, para terem a 500 praças, é necessário	8:280\$000
14. —	Para 100 cavalos em 2 companhias, entrando sòmente os soldos dos pagens, porque estes devem ser dos entretidos, é necessário .	7:668\$000
15. —	E para os officiaes dos 4 terços dos auxiliares que há nas comarcas desta Província, que também a servem, é necessário . . .	10:840\$800
	Importa a despesa desta Província em um ano.	<u>55:938\$396</u>

PROVÍNCIA DO MINHO

16. —	Para a Província do Minho, que são dois terços de Infantaria, é necessário . . .	25:110\$840
17. —	Importam os soldos de 180 officiaes entretidos, que há nesta Província	16:251\$600
18. —	Para 230 soldados, que se mandam acrescentar em cada um dos terços, para terem a 500 praças, é necessário	8:280\$000
19. —	Entrando sòmente os soldos dos pagens dos officiaes, por- A transportar . . .	<u>49:642\$440</u>

Transporte . . .	49:642\$440
que estes devem ser dos entretidos, são necessários	7:668\$000
20. — E para os officiaes de 14 ter- ços auxiliares, que há nas Comarcas desta Província, que também devem acres- cer, é necessário	38:244\$000
Importa a despesa.	<u>95:554\$440</u>

REINO DO ALGARVE

21. — Para o Reino do Algarve, que tem um tẽrço de Infan- taria, é necessário	15:532\$596
22. — Importam os soldos dos offi- ciaes entretidos	602\$400
23. — E para 249 soldados, que faltam para os 600 da lota- ção do tẽrço, é necessário	4:482\$000
24. — E para os officiaes de dois terços auxiliares é neces- sário	2:508\$800
Importa a despesa.	<u>23:125\$796</u>

SETÚBAL

25. — Para a Praça de Setúbal, que tem um tẽrço de Infantaria e três fortes, é necessário.	10:378\$800
26. — Importam os soldos dos dois officiaes entretidos.	720\$000
27. — Para 110 soldados, que acrescem para ter o tẽrço	
A transportar	<u>11:098\$800</u>

Transporte . . .	11:098\$800
500 praças de lotação, entrando também o sóldo dos oficiais de duas companhias para serem dez, é necessário	553\$600
28. — Para os oficiais do têtço de auxiliares	530\$400
Importa a despesa.	<u>12:182\$800</u>

PENICHE E BERLENGA

29. — Para estas duas Praças de Peniche e Berlenga é necessário	<u>5:556\$000</u>
---	-------------------

CASCAIS

30. — Para esta Praça de Cascais, onde há um têtço de Infantaria e 32 fortes, é necessário	14:898\$024
31. — Para 174 soldados, que faltavam para 500 da lotação da Praça, é necessário	3:132\$000
32. — Para 40 artilheiros, que faltam para os 120 da lotação, é necessário	1:152\$000
33. — Para os têtços auxiliares, que tinham o pagamento nesta Praça, das Comarcas da Estremadura e têtmo da Cidade de Lisboa, é necessário	2:652\$000
Importa a despesa.	<u>21:834\$024</u>

CÔRTE DE LISBOA

34. — Para os pagamentos que se fazem nesta Côrte, entretidos dela, Artelharia, Conde Schomberg, é necessário 28:361\$960 réis, dos 33:159\$923 réis, que se lhe deu em consignação, porquanto pertenciam à Praça de Setúbal e vão já incluídos nesta	28:361\$960
35. — Para 300 cavalos em 6 companhias, que se mandaram levantar nesta Côrte, incluso os officiais da primeira plana, é necessário	29:340\$000
Importa a despesa desta Côrte em um ano	<u>57:701\$960</u>

RESUMO

Além Tejo	174:984\$840
Beira	81:354\$396
Trás-os-Montes	55:938\$396
Minho	95:554\$440
Algarve	27:125\$796
Setúbal	14:182\$800
Peniche e Berlenga	5:556\$000
Cascais	21:834\$024
Lisboa	57:701\$960
	<u>534:232\$652</u>

36. — Os Embaixadores de Castela têm de mesada 1:000 cruzados postos ali

	livres do custo da passagem; e vem a importar cada mesada, do nosso dinheiro, 750\$000 réis; em 12 meses importam	9:000\$000
37. —	Os de Inglaterra, 300\$000 rs. de mesada, que postos naquele Reino importam 562\$500 réis; em 12 mesadas fazem	6:750\$000
38. —	Os de França tem de mesada 1:000 cruzados, que livres do custo da passagem importam 624\$850 réis; em 12 mesadas fazem	7:498\$200
39. —	Ao de Roma se deram de mesada 520\$000 réis, e postos livres em Roma da passagem, importa em réis 1:211\$600, em 12 mesadas fazem.	13:539\$200
40. —	Os Regentes de Holanda tem de mesada 100\$000 réis, que postos lá livres do dano da passagem fazem 185\$200 réis; em 12 mesadas.	2:222\$400
		<u>39:009\$800</u>

«E não entram nesta despesa as ajudas acima lidas, como na assistência, porque há ocasiões em que são consideráveis; nem entram também as despesas e mesadas, e ainda do custo dos Secretários das Embaixadas; nem também entram os portes das cartas e despesa do caminho,

que importam fazenda; porque um caminho a Roma de ida e volta faz despesa de um conto de réis.

Proposta que a Junta dos Procuradores do Algarve mandaram a S. A., das Côrtes, à proposta que se pedia ao Reino um milhão quatrocentos e setenta mil cruzados

« Os Procuradores do Reino do Algarve, conhecendo em S. A., que Deus guarde, não só a razão de Príncipe e Senhor, mas o amor com que trata a seus vassallos e inteireza com que nos administra a justiça, o zelo com que ama nossa conservação e grande cuidado e vigilância com que procura manter-nos em paz, com as mais virtude que em sua real pessoa se reconhecem, razões tôdas que qualquer delas era bastante para constituir um Príncipe perfeito, nos confessamos sumamente ditoso e damos a Deus graças, por ser servido dar-nos um Príncipe tam cheio de virtudes, e em fé de leais e verdadeiros, e, mais que nenhuns, obrigados vassallos, prostrados a seus reais pés, lhe oferecemos nossas pessoas, vidas e fazendas, com intento de nunca faltarmos em seu real serviço.

« E porquanto S. A., depondo as razões de Príncipe e Senhor, para não usar da sua regalia, se abraça com o amor de pai, representando-nos as nossas necessidades, para que nós como amorosos e obedientes filhos tratemos de as ponderar, pondo-nos em nossas mãos os meios com que melhor as possamos socorrer na consideração de que as rendas reais e os efeitos com que se acode às necessidades públicas não são bastantes para as que acrescem de presente, a que

convém tanto acudir, como único remédio de nossa paz e conservação; e assim precisamente é necessário valer de alguma contribuição, equivalente a reparar e conservar esta Monarquia, a que todos por tôdas as razões estamos obrigados.

«Considerando o que de presente S. A. se nos representa e dispondo-nos a todo o possível, que nem é bem nos escusemos ao preciso, pois para êle sòmente se pode pôr tributo, porquanto para êste se impor legitimamente deve concorrer necessidade precisa de todo o Reino e que as rendas reais estejam esgotadas de todo, razões que reconhecendo na dita proposta, nos devemos esforçar a todo o possível; porém, como nela S. A. não só nos representa as necessidades, mas parece nos consulta para o remédio delas, nos pareceu expendermos neste papel as razões que nos parecem mais eficazes para êste fim.

«Pretende S. A., segundo se colhe da proposição, que seus vassallos concorramos com uma contribuição efectiva e annual equivalente a conservarmos a paz que gozamos, para cujo efeito foi servido mandar-nos fazer presente se necessitava da reformação de terços pagos e de nova reformação da Cavalaria e terços auxiliares, para que assim se conseguissem as fronteiras guarnecidas, os intentos do inimigo frustrados e nossa quietação segura. Mas é tam excessivo o dispendio para tôda esta prevenção, que temos entendido que nêle se nos assegura a maior guerra, porque correndo ao tempo dela achamos que não contribuíamos então com mais do que agora o havíamos de fazer, em razão de que naquele tempo, com ser mais urgente por ser mais apertado, se não faziam despesas com Infantaria auxiliar, a qual, se no tempo da guerra se achou

não ter conseqüência, com mais razões neste de paz se devia ter entendido o mesmo, porque esta é composta dos moradores, que, como homens de suas casas, vivem de suas agências, e de facto não podem produzir efeito algum na defesa do Reino; e caso que necessidade houvera, que com perigo evidente nos ameaçara, e estes foram necessários para a defesa, com se puxar por elles se remediara a suposta prevenção, vimos em conhecimento que para os casos futuros se erigem estes terços; e como elles, ainda que formadas com Cabos se pague, não podem em nenhuma maneira diferir de suas naturezas, é infalível que tanto efeito hão-de produzir criados agora, como puxados então.

« Além de que, dando a estes terços auxiliares Cabos pagos, que os governem, é certo que elles, por não faltarem à sua obrigação, devem tratar de lhes darem exercício, o que não pode ser sem total detrimento dos povos; respeito que por este caminho ficam sujeitos às obrigações de soldados, sem que como vassallos fiquem escusos à razão do tributo. E é tam insuportável aquella inquietação, que por se remirem se hão-de fazer aos seus Cabos novamente tributários, circunstância que ainda no apresto da guerra se praticava, e com mais razão neste da paz, pois ella permite maiores dissimulações.

« E caso que S. A. ache que é conveniente a seu real estado e serviço que haja terços auxiliares, que se conservem distintos das ordenanças, se podem reformar com Cabos, como até agora, homens honrados, cada um nas suas terras, os quais terão por obrigação dar exercício a tempos, de sorte que consigam disciplinados e pela mesma razão prestes para as ocasiões futuras, e se ainda assim nestes se achar que é conve-

niente dar-lhes soldados que os governem, nelas se pode fazer e consigne-se o mesmo efeito que se desde logo se lhe houvessem dado, e por este meio se fica obviando tôda a despesa a que desde logo havíamos de assistir.

«E quanto à Cavalaria com que se pretende guarnecer as Províncias, achamos que é o meio mais eficaz para se romper a paz e tornar à guerra, porque, sendo em todos os soldados natural a inquietação, nos de cavalo o é mais natural e achada esta natureza, por ser o seu exercício, mais que nas praças, nas campanhas; e é infalível que nelas hão-de dar ocasião a que os Castelhanos se queixem e que queixosos se desquittem, com que fica assegurado a guerra pelos mesmos caminhos com que pretendemos afiançar a paz, e sem esta circunstância acresce a da opressão que se dá aos povos nos alojamentos; e se no tempo da guerra a necessidade embarçava a queixa, neste da paz se fará insofrível, e ainda exasperada pelos riscos que trazem consigo tam atrozes, como se experimentou, pois o menos que se expunha era a fazenda, pois o mais que se arriscava eram as honras, e em contingência as vidas em defesa delas. É como todavia achamos conveniente, que haja neste Reino o maior número de Cavalaria que fôr possível, esta se pode conseguir, lançando-se como se faz aos moradores dela, com tal igualdade que se não escusem os que tiverem cabedal para sustentar cavalo, e se obrigue aos que o não têm, para cujo efeito se deve encarregar a pessoa ou pessoas, a cujo cargo estiver este ministério, que façam este ajuntamento em tal forma que se evitem as queixas e por este meio se consiga um grão número de Cavalaria, com tal prontidão que tôdas as vezes que se oferecer ocasião de S. A.

se aproveitar dela, o faça com indubitável certeza e achá-la-á mais proporcionada por mais poupada, do que se desde logo a fizera efectiva, porque nas mãos de seus donos é certo há de estar com melhor tratamento que na dos soldados; e nesta conformidade não só se assegura o efeito da Cavalaria, mas se escusa do dispêndio que desde logo se havia de fazer; contudo achamos ser conveniente a reforma dos terços na conformidade que aponta a proposta, porque se nos não oferece dúvida a isso, respeito de se não seguir inconveniente, suposto existem já os terços e os moradores estarem já nisso conformes; nem é nossa tenção evitar o necessário, antes, advertindo o preciso, nos conformamos em que haja os 300 cavalos nesta Côrte para guarda da real pessoa de V. A., e da mesma maneira convimos no mais que a proposta faz menção; sem embargo de que temos entendido que muitas destas cousas têm applicação certa, o que supposto, devemos em primeiro lugar apontar a despesa e custo que se fazia necessária para tudo o que se propunha, em que são lançados os terços auxiliares e Cavalaria; e conforme a mesma proposta achamos importar 156:927\$600 réis, abatidos dos 534:259\$652 réis, que vale tôda a importância da proposição, ficam líquidos 377:332\$052 réis.

«E como esta quantia se faz desigual à possibilidade dos vassallos, é fôrça que descubramos algum meio com que a minorar, de sorte que fique mais suave, para que a possam tolerar; e achamos que, sem que se falte ao em que convimos, se assegure o alívio na contribuição, sem innovar cousa alguma do que em tempo de guerra se praticou.

«É certo que naquele tempo se não pagava à Infantaria e Cavalaria todo o sôlido por inteiro, e

suposto que os atrasados ficavam em dívida, nunca se pagavam estes atrasados e nem porisso havia queixas; e de presente, por ordem de S. A., se não assiste à guarnição dos presídios mais que com seis meses do ano, com que parece se faz praticável se continue e guarde a mesma forma, e mais sendo em ocasião de paz, em que não há o trabalho e despesa das campanhas, nem se dá o risco da vida, que logram os soldados de usarem de sua liberdade.

«Isto assim assentado e reduzido a meios soldos, se devem reduzir os 377:332\$052 réis em metade somente, que são 188:666\$026 réis, os quais fazem 501:266\$026 réis.

«A esta quantia, que nos parece é a que basta para consignação da guarnição das Províncias, e é tal que podemos dizer legitimamente fica a nossa paz bem armada, devem contribuir não só os povos, mas o Clero e Nobreza do Reino, pois estes são os Três Estados de que se compõe a Monarquia, e quanto maior é a opulência de cada um dos dois, tanto mais urgente se faz o seu empenho para a conservação dela e mais quando nêles se dão as maiores rendas que ela pode dar de si; e pelo contrário os povos, sôbre não terem nenhuma, ficaram atenuadíssimos da contínua guerra que padeceram por espaço de trinta anos; e concorrendo o Clero com o que espontâneamente quizer concorrer, como esperamos, e a Nobreza com o que legitimamente é obrigada, pois é o braço direito desta Monarquia e a que tem em si as rendas dos bens da Coroa, património próprio de S. A., cuja applicação pertence em primeiro lugar às expensas da guerra e necessidades públicas, e logra as comendas das Ordens Militares, cujos quintos são obrigados a semelhantes necessidades, pois com este

pretexto se lhe concedem; e outrossim são do mesmo património real as alfândegas e almoxarifados do Reino, e assim as tenças nêles consignadas estão pela mesma cabeça obrigados às necessidades dêles. O mais que restar oferecemos em nome dos mesmos povos, cuja disposição está tam pronta aos reais pés de S. A. em desempenho de suas fidelidades, que não só entrarão gostosos a esta satisfação, mas também oferecerão as fazendas e sacrificarão as vidas em obséquio de seu real serviço e defesa de sua real pessoa, circunstâncias que só podem ver logradas nos casos futuros, quando nos presentes se lhes assegure o alívio que pretendem e que prostrados imploram.»

De novo se mandaram aprestar três fragatas e se nomeou por Cabo delas ao Montenegro, que dizem aceitou constrangido, e se infere que o mandam com as mesmas que leva Pedro Jaques; porém algum motivo houve, porque partiram estas fragatas em Junho, levando por Cabo ao Jaques.

Continuaram-se as Côrtes por alguns meses adiante e concederam-se nelas a S. A. 500\$000 cruzados em tempo limitado, obrigando-se a haver Breve de Sua Santidade para que se pusesse êste tributo nos usuais de vinho e carne e nêle entrassem os Eclesiásticos; prognóstico de que será infrutifera a contribuição. Com as orações da Igreja se enriquecem os Príncipes e não com os frutos dela. Gritam os exemplos e não os ouvem os interêsses dos Ministros. Piedoso andou o Príncipe, pois sendo um milhão o de que necessitava, por alguns anos tomou sôbre si 500:000 cruzados, fazendo estanque do tabaco. Oneroso se fêz aos povos o tributo das carnes

e do vinho, certos que se abria a porta a contribuir muitas vezes mais do que se pedia e que o roubo havia de exceder muito ao donativo; e provou o receio a grande diligência com que muitos sequiosos correram à fonte. Muitos povos pediam se orçasse o que lhes cabia e os deixassem com a arrecadação; não o consentiram os que com os braços arregaçados até o cotovêlo, desejavam meter a mão neste sacco. Pôde o Arcebispo Primaz livrar a sua Cidade de Braga deste latrocínio, porque se obrigou a pagarem seus vassallos 900\$000 réis que lhe coube por rata, e os escusou de 5 para 6:000 cruzados, que importava de mais a mais o tributo deitado nas carnes e nos vinhos de seu domínio. Tudo sobrou aos Príncipes se houvera zêlo de seu serviço em seus Ministros.

Propôs-se aos Três Estados o consentimento do perdão geral que o Sumo Pontífice concedia aos homens de nação, em que não quiseram vir de nenhuma sorte o Eclesiástico e o Povo; a Nobreza, que olhava o negócio com outros fins, dissimulava e favorecia.

Proposta que no Congresso do Estado Eclesiástico se mandou, que os Ilustríssimos Senhores Bispos de Leiria e Titiopoli levassem ao fidelíssimo Congresso do Estado dos Povos; e se mandou lha dessem por escrito na forma seguinte:

«Vendo-se neste Congresso do Estado Eclesiástico a resposta que o Príncipe N. S. foi servido dar à consulta, que o mesmo Estado lhe havia feito em 2 de Março deste ano sôbre

a pretensão dos Cristãos-novos dêste Reino, em que S. A., que Deus guarde, não defere mais que à licença que se lhe pediu da parte dêste Congresso e da do Conselho Geral do Santo Offício, para mandar pessoas a Roma, para informarem a Sua Santidade dos inconvenientes e prejuízos que se seguem à nossa Religião Católica, salvação das almas e bem espiritual e temporal do Reino; e não defere a segunda parte da súplica dêste Congresso, com que se lhe pedia mandasse S. A. impedir em Roma esta pretensão dos Cristãos-novos pelo seu Residente, escrevendo a Sua Santidade e aos Eminentíssimos Cardiais da Igreja Romana, da Congregação do Santo Offício, fazendo pôr nela perpétuo silêncio. Pareceu que se devia render as graças a S. A. da mercê da licença para mandar pessoas a Roma, mas que se lhe devia pedir por outra Consulta, representando-lhe a desconsolação dêste Congresso por S. A. não deferir a mais substancial parte da nossa petição, e que instantíssimamente se lhe devia pedir esta mercê, como se faz pela inclusa que pareceu comunicar ao fidelíssimo Congresso do Estado dos Povos, para que continue com o Príncipe N. S. as instâncias com que começou, ajudando e favorecendo esta causa, tanto do serviço de Deus N. S. e da salvação das almas e bem comum de tôda esta Monarquia.

«S. Domingos, 13 de Abril de 1674.

† *M. Bispo da Guarda.*

**Consulta que o Estado Eclesiástico fez
a S. A. sobre a resposta que foi servido dar
a outra Consulta que o mesmo
Estado lhe fez sobre o perdão geral**

«Dêste Congresso dos Bispos se fez a V. A. uma consulta em 2 de Março dêste ano, sobre o requerimento que com V. A. e em Roma têm os Cristãos-novos dêste Reino, para alcançarem perdão geral de suas heresias e mudança das leis, regimentos e estilos das Inquições dele; e na dita Consulta se pedia a V. A. com tôda a submissão e instância não só licença para mandarem os Arcebispos e Bispos de Portugal e o Santo Ofício pessoas a Roma a impedir êste dano tam prejudicial à Crmandade e Religião Católica Romana que professamos e ao bem e conveniências temporais do Reino, mas juntamente pedíamos a V. A. nos quisesse fazer mercê não dar favor nem assenso a êste requerimento dos Cristãos-novos em Roma, antes mandá-lo impedir pelo Residente de V. A. que assiste naquela Curia, escrevendo V. A. ao Padre Santo e aos Cardiais da Congregação do Santo Ofício e ao Cardial Protector, a favor da nossa causa, para impedir as ruínas do Reino, que o estão ameaçando; e V. A. foi servido responder a esta Consulta, dando licença ao Estado Eclesiástico e ao Santo Ofício para mandarem pessoas a Roma, para fazerem presentes a Sua Santidade as razões e fundamentos que há para não se conceder o que os Cristãos-novos intentam. Rendemos a V. A. as graças, tendo êste favor por muito grande e conhecendo que com êle ficamos mais obrigados e mais rendidos ao serviço de V. A., em o qual nunca faltará o nosso amor e o

nosso grande agradecimento, não só pelas mercês e honras recebidas da liberal mão de V. A., senão por esta que estimamos e avaliamos por mais singular de tôdas. Porém, Senhor, permita-nos V. A. que prostrados a seus reais pés, declaremos a V. A. a nossa desconolação e o nosso sentimento, que V. A. não se serviu deferir mais que à primeira parte da Consulta sôbre a licença e não foi servido mandar-nos deferir à segunda e mais substancial parte dela, sôbre mandar favorecer a nossa causa da fé e da Religião e impedir a pretensão e requerimentos dos Cristãos-novos, tam prejudicial a ela e ao Reino e império de V. A. É certo que, ficando desamparados em Roma do patrocínio e auxílio de V. A., que ficarão os Cristãos-novos conseguindo o que intentam e que se entenderá em Roma que, uma vez que V. A. nos desampara, ampara a causa dos nossos contrários. Sendo isto, Senhor, tam oposto à grande cristandade e piedade de V. A. por todos os Três Estados do Reino juntos em Côrtes, com tanta instância e com tam jurídicos, doutos, cristãos e políticos fundamentos, como se acham expressados em tôdas as três Consultas dos Três Estados, não sabemos, Senhor, como se poderá evitar o escrúpulo e o pecado, não se acomodando V. A. com todo o seu Reino e com todos os Prelados dêle, com tôda a Nobreza e com todos os Povos representados em seus Procuradores, com tôdas as Inquisições e com tôda a Universidade de Coímbra. V. A. se desengane, que ninguém o ama mais que os Prelados do Reino, que por suas qualidades, letras e virtudes mereceram serem feitas de V. A., de que fazem todos a maior estimação, e ninguém deseja mais a conservação desta Monarquia na pessoa de V. A. e de seus reais descendentes. Êstes, Senhor,

e os Inquisidores são aquelas pessoas a que V. A. deve ouvir e seguir nestas matérias, porque tôdas as vezes que elas se desviam das tais pessoas, sucedem infelizes fins. Já em outra Consulta, Senhor, que, ainda não veio respondida, se disse a V. A. que se V. A. quer averiguar a verdade, que ordene que as pessoas que lhe aconselham o que não convém se descubram e venham disputar neste negócio a êste Congresso, ou diante de V. A., ou onde V. A. ordenar, com os Bispos, e conhecerá V. A. que tudo são profetas falsos, que não tratam mais que enganar a V. A. por suas conveniências e interêsses; e não entenda V. A. que, ainda que em algum tempo parecesse o contrário, que é defeito mudar de parecer, depois de disputada a matéria e ouvir os conselhos dos Bispos e da Universidade de Coímbra e de todo o Reino; antes é esta mudança a maior prova da sabedoria e entendimento de V. A., porque se V. A., que não estudou letras, lhe pareceu justo o requerimento dos Cristãos-novos, dizendo-lhe letrados a V. A. que o era, não se deve estranhar; mas que depois de conhecido êste negócio, com tantas Consultas das Inquisições, com tantas cartas dos Bispos, com tantos papéis de homens doutíssimos, com o uniforme parecer da Universidade de Coímbra, com as Consultas dos Três Braços do Reino, não se pode deixar de discutir muito não se poder V. A. conformar (como é obrigado em consciência) com nosso sentimento, que somos os verdadeiros e competentes juizes desta matéria e não temos nenhum empenho mais que o da salvação da alma de V. A. e das mais que nos estão encarregadas e bem espiritual e temporal do Reino, que consideramos tam arriscado, alcançando a gente hebreia estas graças que procura. E para que V. A. se desengane,

que não procuramos nem instamos tanto neste particular por nenhum outro fim, senão pela honra de Deus N. S., salvação das almas e conservação do Reino, pedimos a V. A. com tôda a submissão seja V. A. servido de comunicar êste negócio, e as nossas Consultas e as dos outros dois braços do Reino, com todos seus Tribunais, e fazer V. A. negar esta mercê tam justificada, para desengano das pessoas que dizem a V. A. que nós não somos bons Conselheiros neste negócio, sendo que não há nenhuns a que V. A. deva em consciência dar crédito, senão aos Bispos e Inquisidores. Além de que, quando êste Congresso do Estado Eclesiástico, com tam grande affecto do serviço de V. A., sem procurar eximir-se por sua imunidade da contribuição, se oferece a concorrer (na forma em que de direito o pode fazer) com a quantia que com grande amor e generosidade arbitram os Povos, e com a mesma o fêz o Estado da Nobreza, procurando todos os três braços uniformemente obedecer ao real Decreto de V. A., fazendo um tam considerado serviço, não deve V. A. por sua grandeza negar-lhes o que tam justa e piamente pedem todos os ditos Três Estados, porque o que fêz animar mais a esta tam grande contribuição foi a segurança, que se lhes ensinou, de que V. A. havia de mandar pôr neste negócio dos Cristãos-novos perpétuo silêncio. E assim se disse e esperou sempre da cristandade e da piedade de V. A. e com as mesmas esperanças fica êste Estado, tendo por infalível que V. A., consideradas estas razões, se acomodará com nosso conselho para honra e glória de Deus, aumento dêste Reino, conservação da Monarquia e império de V. A., que o mesmo Senhor em agradecimento de acção tam católica e pia dilatará a V. A. por infinitos

anos, com as grandes felicidades que desejamos a V. A. E porque êste negócio é o de maior importância que há, nem pode haver em muitos séculos, e os Três Estados do Reino na contribuição que tem oferecido incluem também as despesas das Embaixadas a Sua Santidade, podiam e deviam os Três Estados esperar da grandeza de V. A. que sôbre êle fôsse servido mandar Embaixador a Sua Santidade, para que não concedesse as graças que os Cristãos-novos requerem e procuram alcançar da Sé Apostólica, tam prejudiciais ao serviço de Deus, salvação das almas e bem político e público de todo êste Reino; porém, quando V. A. não lhe pareça usar dêste meio, ao menos esperamos, e com tôda a instância pedimos e rogamos a V. A., que pelo Ministro e Residente, que está em aquela Cúria de Roma, mande V. A. fazer tôdas as diligências e requerimentos necessários para se impedir êste negócio e nêle se não falar mais em nenhum tempo. Assim, Senhor o esperamos e tornamos a rogar e pedir a V. A., prostrados a seus pés, não procurando o remédio de tantos males senão pela mão de V. A. para ser de maior estimação esta felicidade. A pessoa de V. A. guarde Deus N. S. como desejamos e havemos mister.»

«Lisboa, em S. Domingos, 16 de Abril de 1674.

† *M. Bispo da Guarda.*»

«Senhor. O Estado Eclesiástico participou a êste Congresso a Consulta com que o seu zêlo e agradecimento se encaminha aos reais pés de V. A., rendendo as graças pelo benefício recebido, em V. A. se servir de lhe dar licença para mandarem a Roma, e repetindo as instâncias para que V. A. se sirva de interpor favorável seu poder nesta causa, que tanto é

de V. A. e todos seus vassallos, pedindo efficacissimamente a V. A. mande ver as Consultas dos Três Estados por todos os seus Tribunais, para que com o necessário conselho se tome resolução em matéria tam importante, que desde o céu até a terra abarcam os seus interesses. E parecendo-nos que o douto, jurídico e santo de suas razões deve de acompanhar o reverente, humilde e affectuoso de nossos rogos, pedimos a V. A., pelo amor com que derramamos tanto sangue no seu serviço, pela lealdade com que restituímos o Senhor Rei D. João o 4.º ao seu Reino, e pelo que é mais que tudo, que são as Chagas de Cristo, que ouça V. A. atentamente os suspiros dos seus povos, que com católica piedade acodem pela honra de Deus e reputação deste Reino. Ponha V. A. os seus olhos em as nossas lágrimas, já que permite que ponhamos as nossas nos seus pés, e verá V. A. que é glória e felicidade sua ser Príncipe em tempo que consolando seus vassallos pode exaltar a Igreja e defender a fé. Permita V. A. que o nosso sentimento lhe exponha que não pode ser decente à sua grandeza não declarar V. A. vontade positiva nesta matéria, porque V. A. como Príncipe é obrigado a favorecer o justo e a encontrar o injusto; e se a graça que a gente da nação hebreia pede em ruína do Santo Officio é justa, deve V. A. favorecê-la; e se injusta, deve V. A. encontrá-la. Em outra qualquer matéria poderá ser decôro da Majestade occultar V. A. a sua resolução de Católico, declarar V. A. a sua vontade, porque nas matérias de Estado somos nós vassallos e V. A. Príncipe; mas na da Religião nós e V. A. todos somos vassallos, porque Deus é o Senhor, todos temos a mesma fé e assim a mesma obrigação, se bem que em V. A. tanto maior

quanto vai de ser Príncipe a ser vassalo. Certo é, Senhor, que, se alguém aconselhou a V. A. neste particular, lhe devia persuadir que havia nêle proveito da Monarquia sem prejuízo da Religião, porque tam católico e tam justo é V. A., que nem a temeridade terá atrevimento para lhe aconselhar por conveniente o que lhe não persuadir por justificado. Mas se a nossa Lei é a de Jesus Cristo, a quem os Judeus crucificaram e em quem ainda hoje negam obstinadamente a Divindade de Filho de Deus, ¿ como não será injúria da Lei o que é afronta do Legislador, e como poderá a V. A. (sendo Cristão) conhecê-lo fielmente por seu Príncipe quem sendo hereje nega ingratamente a Jesus Cristo por seu Deus? Disse o Papa Inocêncio 3.º que qualquer negócio se havia de ajustar com a razão, com a justiça e com a lei divina, porque, não sendo assim, que nenhum pode ser lícito, útil e decente; e como na lei divina se incluye a justiça e a razão, ¿ que resolução pode haver sem ela, que não seja ilícita, inútil e indecente? Primeiro deve um Príncipe Católico entrar no conselho de sua consciência, que no de seu Estado; nunca os Romanos trataram negócio grande no Senado, a que não fôsse prelúdio o sacrifício no Templo, porque, ainda que supersticiosamente, punham o aumento das felicidades no culto de seus mentidos deuses; em êste escrupuloso cuidado com que os Romanos observavam as circunstâncias da sua falsa religião pode achar motivo a emulação católica para fomentar a Religião verdadeira. Grandes foram todos aquêles Príncipes que em Deus fundaram seu império; com que justamente disse Josué que, quando por Deus se pelejava, que cada soldado era mil; e quando assim o não dissera, em Portugal o vimos, porque sempre com o favor

divino fomos vencedores de inimigos mais poderosos. Descendente é V. A. do Senhor Rei D. Afonso Henriques, em cujo socorro mandou Deus em Santarém braços de Anjos com asas, porque, quando a causa é de Deus, nestes braços se seguram as vitórias e nestas asas se dilata a fama. Coroando-se em Aquisgran por Imperador Rodolfo 1.º de Áustria, lhe puseram na cabeça a coroa; e não estando pronto o cetro, tomou uma cruz de um altar e disse: *Esta que é a insígnia de nossa redenção será o meu cetro.* Cetro de V. A. é a Cruz de Cristo, e os Judeus negam todo o Rei que tem por cetro a Cruz. O Imperador Teodósio dizia que para vencer todos seus inimigos não necessitava de mais armas, que de levar em uma mão a Cruz e na outra os Evangelhos. Tome V. A. nas mãos estas armas e verá na verdade dos mesmos Evangelhos quanto os Judeus são inimigos da Cruz. Ao grande Imperador Carlos 5.º pediram muitas vezes, na Dieta de Alemanha, que desse liberdade de consciência; e sempre respondeu que antes perderia o império, os reinos, os domínios, os amigos e a vida. Não menos Católico que todos os Príncipes é V. A., mas como algumas opiniões particulares poderão ter escrupulosa a sua real consciência, é preciso que V. A. tomando o conselho de seus tribunais perca todo o escrúpulo nesta matéria, porque já pode ser de pecado a obrigação a V. A. pedir a todo o conselho. Dizia el-Rei D. Afonso, o Sábio, que os Ministros eram os olhos, os ouvidos e as mãos dos Príncipes; e se V. A. quer ver esta matéria com seus olhos, mande comunicá-la aos seus Ministros; e se V. A. quer ouvi-la com seus ouvidos, mande vê-la nos seus Tribunais; e se V. A. quer palpá-la com suas mãos, mande consultá-la aos

seus Conselheiros. E se este sábio Rei leu em Aristóteles que quantos olhos, ouvidos e mãos se acrescentava um Rei, quantos Ministros prudentes e zelosos consultava, consulte V. A. todos os Ministros, porque não pode haver no mundo matéria que mais dignamente mereça os olhos, os ouvidos e tôdas as mãos de um Príncipe. Alguns bárbaros antigos punham nas coroas dos seus Reis sete orelhas; e esta barbaridade não foi indiscrção, porque a cabeça de um Rei há-de ter muitas partes por onde ouça. El-Rei D. Fernando-o-Católico dizia que os Ministros eram os óculos dos Reis, porque lhes alargavam a vista. Se V. A. com vista mais larga quere ver o que deve fazer nesta matéria, mande vê-la pelos seus Ministros. E se alguém temerariamente disser a V. A. que pode não usar de Conselheiros, êrro foi do ímpio Maquiavelo e do cruel Bodino, com que se opuseram ao Espírito Santo que nos ensina o contrário, dizendo que o sábio com o conselho fica mais sábio. E sendo Salomão o oráculo de tôda a Sabedoria, ouvia a seus Conselheiros, porque em negócios árduos periga na temeridade tôda a própria resolução. Sendo axioma político que é menos pernicioso um Príncipe mau com bons conselhos, que com maus conselhos um Príncipe bom; admirando nós em V. A. por suas heróicas virtudes o maior Príncipe que viu o mundo, infalível será que, ouvindo V. A. a seus bons Conselheiros, tome neste negócio a resolução digna da sua real grandeza e de sua católica piedade; que se Vespasiano pedia ao Céu que lhe desse sábios a quem mandar e bons a quem obedecer, seguindo o seu conselho muitos são os sábios a quem V. A. pode mandar e muitos os bons a quem pode seguir. Prostrados aos reais pés de V. A. com tôda a veneração e

obediência de vassallos, lhe pedimos affectuosamente seja servido de deferir à Consulta dos Prelados dêste Reino, cujo zêlo no serviço de Deus se acomoda tanto com o de V. A., para que, vista esta matéria dos Tribunais, se veja que o ditame de V. A. é o conselho de seus Ministros e que o seu intento é a exaltação da fé, com que serão tam felizes os anos de V. A., que confesse o mundo que Portugal é o império de Cristo.

«S. Francisco, 20 de Abril de 1674. *Mendo de Foyos Pereira.*»

O Príncipe, por assegurar sua consciência, a quem só o serviço de Deus occupava o ânimo, mandou à Universidade Coímbra pedir os pareceres dos Catedráticos, com esta proposta já atrás referida, mas aqui em seu próprio lugar relatada :

«Pergunta-se: 1.º — Se pode S. A. impedir aos Judeus o recurso a Roma, ou se lho deve permitir;

«2.º — Se pode ou deve S. A. propor a Sua Santidade por seu Agente que ouça a instância dos homens de nação e lhes defira segundo a maior conveniência da fé e da Igreja, oferecendo-se a aceitar sua resolução como filho obediente da Sé Apostólica;

«3.º — Se, concedido o perdão geral por Sua Santidade, poderia S. A. aceitar da gente de nação o donativo que lhe oferece para o serviço da Igreja e nas Conquistas, à maior utilidade do Reino.»

Encarregou a Universidade a dois Catedráticos de Cânones que fizessem a devida solução a estas dúvidas; o que obraram douttissimamente, resolvendo que tam longe estava S. A. de

poder favorecer a pretensão dos Cristãos-novos, que antes era obrigado a impedi-la e que devia recusar a dispensa do Papa pela experiência dos perdões passados, no governo de Castela, de que se seguiu crescer mais a heresia e conhecer-se que os infestados do sangue judaico abusam da misericórdia e só os refreia a justiça. Menos se devia aproveitar dos donativos com que se comprava a liberdade da culpa, pois em tôdas as idades se viu castigar Deus com os sucessos o preço dos pecados. Deu-se o parecer aos Mestres de tôdas as demais Faculdades e todos concordaram nêle e se assinaram.

Ajustou-se S. A. com êste parecer e saíram os Cristãos-novos com nova pretensão, avisando-se de Roma que Sua Santidade lhes concedia abertas e públicas e que suas causas se julgassem como tôdas as mais; o que conseguido, nenhum deixava de justificar suas causas e o Tribunal do Santo Officio perderia o respeito; a fé, o remédio; e a heresia, a vergonha. Assim como se rompeu esta nova, instaram os Três Estados a S. A. com a opposição, e últimamente com maior diligência o Tribunal do Santo Officio e o Estado Eclesiástico; e foi servido S. A. deferir-lhes com a carta seguinte:

«Parecia-me que para o bom successo dêste negócio, que eu sumamente desejo seja como convém ao serviço de Deus, salvação das almas e bem do Reino, que bastava o que havia resoluta na Consulta do Estado Eclesiástico, de 16 de Abril; porém vejo o que últimamente se me diz nesta Consulta. O que os Três Estados me representam nas suas lembrarei juntamente a Sua Santidade na que lhe escrever, a grande desconsolação e o escândalo que causaria, assim aos

Bispos como aos Estados da Nobreza e Povos de Portugal a mudança dos estilos e regimento do Santo Officio, como se manifesta de tam repetidas instâncias como todos me fizeram sôbre esta pretensão dos Cristãos-novos, tendo-a ainda por mais nociva que a do perdão geral, a qual, sendo muitas vezes repetida depois da criação do Tribunal do Santo Officio, nunca os Santos Padres predecessores de Sua Santidade lhe quiseram deferir, pelo que é certo se replicará como o permite o direito de Sua Santidade tomar resolução em contrário. Aos Ministros do Santo Officio mandarei entregar a carta para que a ponham nas mãos de Sua Santidade; e mandando os Bispos por sua parte pessoa particular a este negócio lhe mandarei dar semelhante carta; e ordeno ao meu Residente Gaspar de Abreu de Freitas não fale nesta matéria uma palavra, sem embargo que assim o tem executado.

«Lisboa, 9 de Maio de 1674.»

Em o fim de Julho dêste ano de 674 se deu o último fim às Côrtes e se despediram os Comisários dos Três Estados do Reino, que haviam ficado para concluir os assentos que pediam conferências. Não particularizamos o que nelas se passou, porque seria trabalho inútil e molesto; antecipamos o referido por não confundirmos as matérias.

Voltando ao Janeiro dêste ano de 1674, nêle aportou a Lisboa uma embarcação inglesa e nela um enviado del-Rei de Inglaterra, pelo qual mandava pedir a S. A. a vida de António de Cavide, e que em Inglaterra lhe daria com que viver conforme o seu estado; advertia as obrigações para facilitar a piedade, sendo uma delas o ha-

ver sido Aio de S. A., e nos trabalhos del-Rei supplicante executor dos socorros que lhe tinha feito o Sereníssimo Rei D. João IV. Pôde a súplica mais que a culpa e deu-lhe o Príncipe a vida e depois a fazenda e honra, saindo livre; porém a morte, que a ninguém perdoa, lhe não deixou gozar muito tempo esta graça.

Em Fevereiro se complicaram os negócios das Côrtes; o da Coroação de S. A. parou, porque êle o não permitiu, e tanto que nem ainda consentiu que se lhe falasse em semelhante matéria.

Procedia-se na causa da rebelião, para a qual estavam deputados Juizes; dizia-se que se provava o delicto, com aquelas demasias com que o vulgo apaixonado costuma encarecer o que deseja. Fazia-se diligência por haver à mão os culpados que tinham fugido para Castela; porém êles se souberam guardar, acusados da consciência que os condenava a morrer, e o mesmo fizeram todos os que se suspeitaram cúmplices na conspiração.

Em Março passou desta vida Luiz Mendes de Elvas, bem conhecido por sua fortuna e por seu talento, que para negócios de fazenda e aumentos próprios o teve grande; sabia adquirir e dispende com juízo, era grandioso em seu trato e com os pobres não era escasso; muitas esmolas fazia de consideração, e às igrejas e conventos muitas; os avaros as atribuíam a vaidade, mas nenhum o imitava, nem por virtude, nem por vício; foi bom para amigo na vida, e na morte mostrou que o sabia ser. Testou 500.000 cruzados; dêles a maior parte deixou a S. A. e o mais que se repartisse entre o Marquês de Niza e o de Marialva, D. Martim da Ribeira, e seu irmão e sobrinhos. Depois de seu entêrro e sufrágios, foi sepultado na sua capela de S. Escolástica,

que no Mosteiro de S. Bento da Saúde tinha fabricado seu pai, António Gomes de Elvas.

Nestes dias se rompeu na Côrte uma nova, saída dos Contratadores Ingleses, mercadores em tudo. Publicaram que o Duque de York viuvara da primeira mulher, filha do Chanceler maior do Reino, e se tinha por certo que morrera Católica Romana; e que para segundo casamento se praticava queria receber por espôsa uma Senhora Italiana, o que impedira o Parlamento por ser Católica e que em desprezo da fé fizeram os herejes naquella Côrte alguns excessos, que por escandalosos não repetimos. Tudo se pode esperar de semelhante gente, mas não ouvimos mais repetir estas notícias.

Em Quinta-feira Maior, 22 de Março, estando S. A. na tribuna da Capela real assistindo aos officios divinos, se lhe deitou aos pés a mulher de Fernando Mascarenhas, irmã do Conde de Arcos, pedindo perdão para seu marido, comprehendido e prêso por cúmplice na conjuração; intercediam as lágrimas e persuadiam as razões, dizendo que só lhe pedia a vida e que se havia culpas as pagasse a fazenda; que pelas portas dos fiéis pediria uma esmola para o sustentar e a seus inocentes filhos, que juntamente perderia com o pai, se a infâmia os privasse da fazenda e da honra; era o lanço apertado e S. A. piedoso, o dia obrigava com o exemplo, o sexo com a lástima, e, perplexo seu real coração, olhou para os circunstantes a ver se movidos da compaixão se punham da parte da cristandade; porém um, com as esperanças da comenda que vagava, atropelou o que a razão persuadia, e tomando a mão disse: *V. A. não pode perdoar o delicto a que tem dado Juizes, principalmente prejudicando a terceiro, e este é o reino, ao qual o*

dellto intentou fazer maior dano. Respondeu o Príncipe que elle mandaria ver a causa por seus Ministros, e se lhe faria o favor a que desse lugar a justiça. Replicou a desconsolada Senhora: *O dia em nada é de justiça, todo é da misericórdia de um Deus que perdoou a seus homicidas, e deve V. A. imitá-lo como seu retrato na terra, o que não são os seus ministros.* Dizem que alguns dos que estavam presentes, temendo que a instância vencesse a opposição, a retiraram da presença de S. A. Entre todos os vícios, nenhum mais cruel que a ambição, porque atropela os privilégios da natureza, os ditames da razão e os dogmas da fé.

Nos últimos de Março se avivou o calor do apresto de duas embarcações, que de vêrga de alto esperavam tempo para levar ferro e fazerem viagem para a Índia; dava grande cuidado o governá-la Luiz de Mendonça, irmão de Francisco de Mendonça, fugido para Castela por cúmplice na traição, e de Jerónimo de Mendonça, prêso em Lisboa por vários crimes. Suspeitava-se que ao golpe do sangue vacilasse em Luiz de Mendonça a fidelidade e se mandaram ordens secretas para atalhar qualquer incidente que succedesse; segura política é a que atalha, arriscada a que scandaliza; a uma e outra cousa se acudiu com o segrêdo e com o reparo, e a experiência tem mostrado que com a ausência de Luiz de Mendonça faltou aos irmãos o freio e com a infidelidade deles se descobriu naquelle a generosidade do ânimo. O mesmo sangue que na doença se corrompe, na saúde se apura. Em a nau capitânia se mandaram fazer alguns camarotes particulares por ordem de S. A.; o não se saber para que pessoas deu causa a diferentes juízos; todos pegavam da ocasião para imagina-

rem que os ocupariam alguns Religiosos e sacerdotes, cúmplices ou prêsoes com essa voz na rebelião intentada; e suposto que acertaram na inferência, não acertaram nas pessoas, porque se afirmou que em um deles fôra o Arcediago da Sé de Lisboa, Gabriel Marques Godinho; foi enganado e ordinariamente o padece quem se mete a julgar as causas sem ser juiz delas. Fidelíssimo amigo de António Cavide foi o Arcediago Gabriel Marques, e como tal acudia a sua casa (porque vizinho da porta na quinta de Chelas) e lhe pôs em côbro tôda a importância de seus papéis, tanto que soube de sua prisão. Quem o viu tam fiel amigo do prêso, o imaginou compreendido no caso, como se não foram cousas muito distintas a pessoa e a culpa, o traidor e a traição. Perto de dous anos esteve prêso, parte em Lisboa, parte na fortaleza de Setúbal; apurou-se sua inocência e S. A. o restituiu a sua casa, a sua honra e a seu lugar, e ficou com a glória de ser único em saber ser amigo, em uma idade em que nenhum o sabe ser. Em o 1.º de Abril partiram as duas naus que nos deram motivo a esta digressão.

Chegaram novas de Roma em como o Conde de Mesquitela, desterrado para a Índia por tôda a vida pela morte do Marquês de Sande, D. Francisco de Melo, e outros crimes, acabara seus dias naquela Cúria, em casa de D. Francisco de Lima, fugido de Goa para Roma para buscar aquella limitação que ocupa uma sepultura. O que os homens não querem pagar na vida, pagam com a vida, porque não foge a Deus quem não pode fugir aos homens. Conserva-a nos mortais o arrependimento e corta-lha a protêrvia. Enquanto o culpado não foge de si mesmo, não foge do castigo, porque não tem a morte a con-

dição da fortuna, que se muda com o mudar de terra.

Tinham saído de Castela alguns Religiosos Franciscanos, com zêlo suspeito, a prègar emenda de costumes, introduzindo a devoção dos paços em castelhano com o título de *via sacra*, e como novidade luziu muito e durou pouco; que também entre os Portugueses há devoções ao costume, e a dos castelhanos é desejarem-nos a todos no Céu, para lhes deixarmos livre o Reino. Com êste intento, dizem, prègavam dois em Lisboa, induzindo ao povo a sedições, com capa de zêlo, com que devia desejar a vida e o cetro a seu Rei. Mandaram-lhes que não prègassem e se depositassem no Mosteiro de Santo Elói, enquanto se justificava se eram verdadeiros Frades ou seculares simulados com o hábito, representação de que já a malícia se tinha aproveitado algumas vezes, e esta ocasião não sei se o verificou, porque nestes dias fugiram ao exame; mas não escaparam às diligências com que se buscaram, porque em o lugar de Ota, nove léguas da Côrte, os prenderam e nunca mais se soube dêles.

Neste mês chegaram novas à côrte em como o Inglês, ofendido da cautela com que o Francês procedia nas ocasiões da Liga que tinham feito contra Holanda, celebrou pazes com Holanda, ficando o Francês só no campo; castigo ordinário de Príncipes, que com enganos querem fundar os aumentos de seu império. Aquela política, tam praticada entre os dominantes, de meterem os vizinhos nos perigos fugindo com o corpo aos reparos, para na ruína alheia assegurarem a conservação própria, pôde-se lograr enquanto a singularidade das gentes a não chegou a entender; mas agora que os exemplos e sucessos têm tam

advertidos os homens, contra si levanta as pedras quem pretende lançá-las sôbre os outros.

Em 10 de Maio saíram a padecer os cabeças da conjuração; foram os seguintes: 1.º Francisco de Mendonça Furtado, em palha, com este pregão — «Justiça que manda fazer o Príncipe N. S. em Francisco de Mendonça, que morra degolado por cabeça da conjuração contra a vida do Príncipe e estado do Reino, seus filhos infames e tôda sua descendência; suas casas arrazadas e salgadas e seus bens confiscados para a Coroa por ter incorrido na pena da lei»; 2.º Fernão Mascarenhas, degolado, dizia o pregão, por ter incorrido na pena da lei, seus filhos infames e seus bens confiscados para a Coroa; 3.º D. Gaspar Maldonado; 4.º D. João de Melo; 5.º D. João Maldonado, filho de D. Gaspar Maldonado. Dizia o pregão, destes três, que morressem degolados, seus bens confiscados, por terem incorrido na pena da lei. Da mesma sorte saíu José Peçanha, Capitão de cavalos, natural da Lourinhã, condenado a morte de fôrça. D. António Cachopim, Castelhana de Nação e Procurador da casa de Caminha; este foi arrastado e esquartejado, e a cabeça posta em um pau defronte da fôrça donde morreu. Diogo de Lemos, Bacharel e Advogado da Casa da Supplicação, foi enforcado e com as mesmas penas que o de cima.

Neste dia amanheceu o terreiro do Rossio com um cadafalso encostado às casas dos Lencastrés, três fôrças altas (mais altas duas, e defronte de cada uma um poste mais alto que as fôrças), dois têrços de Infantaria, com uma companhia de cavalos. Fêz-se justiça nos degolados; e ao fazer-se nos arrastados, succedeu puxar um Beneficiado por uma faca para outro homem, e foi tal a confusão que se levantou de tam leve

princípio, que sem tino fugia a gente, atropelando-se uma à outra, correndo palavra que era motim. Mas brevemente se sossegou o alvoroço e esvaeceu a esperança que, com a revolução, teve o Bacharel Diogo de Lemos; com obstinado coração se persuadia que Castela o livrava e morreu, sem querer confessar a culpa. Foi este Bacharel, toda a sua vida, todo Castelhana no ânimo, sem se saber a causa, e lhe acharam um livro feito por sua mão em favor do direito de Castela contra a Coroa de Portugal e contra o da Sereníssima Casa de Bragança, com muita paixão e poucas letras. Perdoe-lhe Deus. Todos os mais justificados morreram com mostras de Cristãos e de arrependidos.

No fim deste Maio partiram para Roma os dois enviados dos Bispos e do Tribunal da Inquisição; este nomeou o Bispo Inquisidor de Évora, Jerónimo Soares; os Bispos, ao Promotor do Santo Ofício Gonçalo Borges, melhorado em Deputado. Com bom successo chegaram e entraram naquela Cúria, e pela suspensão do negócio se inferiu que sua diligência o empatava, ainda que não havia certeza se se concluía, mas esperava-se, não obstante a fôrça e favor que se dizia tinham os Judeus comprado.

FIM DO TÔMO III

**MONSTRUOSIDADES
DO TEMPO
E DA FORTUNA**

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO ———
COMPANHIA EDITORA DO MINHO
BARCELOS ———

MONSTRUOSIDADES
DO
TEMPO E DA FORTUNA

Nova edição publicada sob a direcção de

DAMIÃO PERES

Professor da Universidade de Coimbra

VOLUME IV

(1674 - 1680)

PÔRTO — 1939

Monstruosidades do tempo e da fortuna

(Continuação)

COM o mês de Junho entrou na Côrte de Lisboa um Embaixador del-Rei da Polónia, com cartas também do Grão Duque de Moscóvia. A substância de sua embaixada era pedir socorro contra o Turco, que se armava para assaltar um daqueles Estados. Ouviu S. A. ao Embaixador, respondeu com aquelas palavras gerais estiladas em semelhantes actos. Consultou-se a resolução, e se concluiu que, vista a distância e o estado do Reino, se despedisse com esperanças, porque, ainda que não socorrem, não desanimam. Mal contente se despediu da Côrte o Embaixador, e se disse que passava às Córtes dos mais Príncipes Cristãos a fazer a mesma diligência. Queria o indiscreto zêlo de alguns que S. A. se empenhasse em socorrer os sobreditos Príncipes, visto ser causa comum, sem pesarem a possibilidade e estado do Reino vizinho, as garras de Castela que de relanço está com os olhos vendo o tempo em que poderá mais a seu salvo fazer prêsa, e o pouco que se pode fiar de quem se rende oprimido, pois é certo que a dissimulação que cobre o agravo não apaga o desejo da vingança.

Chegou à Senhora Duquesa de Cadaval o tempo do parto, e foi a hora tam infeliz, que passadas muitas de agonias e ânsias lhe chegou primeiro a da morte que a do parto; por se acudir ao feto, se abriu, porém achou-se a criatura morta. Sentiu a Côte o successo e o Duque a perda, pois se vê a sua casa sem successão de repetidos matrimónios. Das telhas abaixo parece castigo, e será engano; crer que tudo se move pela Divina Providência é o juízo que deve fazer quem tem juízo; querer sondar os de Deus é ignorância; não lhe dar graças por tudo o que ordena é desesperação sacrílega. As coisas que sucedem hão se de olhar com os olhos da obediência e não com os da curiosidade.

A D. Rodrigo de Meneses deu um acidente de apoplexia; tirou-lhe a fala, com lhe engrossar a língua, e o movimento de todo o corpo, deixando-lhe todos os mais sentidos. Que discursos fez o agravo, a lástima, a dependência, a vingança e a inveja, tam encontrados uns e outros quanto eram os affectos que os formavam! Têm os Ministros a desgraça de morrerem sem amigos, porque lhes relatam as acções da vida com a língua da ingratitude e da queixa; o povo, que na vida os respeita, poderosos, na morte os despreza, caídos, e se consola com os esperar melhorados, querendo que os males de uns sirvam de lição a outros, doutrina que não deixa aprender a ambição de todos. Olham para os degraus que levantam e não para o risco que despenha; e a presença, que faz mais sentidos os males, obriga a que a memória, sem a dor dos passados, faça parecer intoleráveis os presentes; viveu D. Rodrigo muitos dias desta sorte, não para si, senão para os outros, permitindo Deus que porfiasse a continuação do pasmo, para que com-

pungisse o exemplo; mas aquella desatenção com que os homens cometem o pecado é a mestra que os não deixa advertir no castigo. A duração da vida e a perseverança do achaque se uniram a consumir a fazenda, sendo sem conta o que se gastou nos remédios. Em ombros de homens, dentro de um camarote portátil feito de madeira, foi levado às Caldas da Rainha, sem que os banhos obrassem cousa alguma naquele corpo, que como tronco durava e não vivia. Naquele miserável estado o tornaram a sua casa, aonde no mesmo sangue se intensava a dor com os desejos e impossibilidades do remédio; nenhum teve até que Deus o levou, como diremos a seu tempo.

Em particular decreto de S. A., como temos escrito, tinham os Prelados do Reino reformado os Mosteiros de Religiosas que cabiam nos limites de suas jurisdições; não entendendo as ordens materialmente, senão impedindo tôda a correspondência ilícita e escandalosa. O Arcebispo Primaz, D. Veríssimo de Alencastre, entendeu que se mostrava mais observante das ditas ordens e quis observar o decreto *ad litteram*, e, como dizia, que se impedisse tôda a ocasião de ofensa de Deus, de sorte que nas grades se atalhasse a tôda a malícia, não permitindo que uma mão pudesse alcançar o vão delas. Êste decreto lhe foi dado em Lisboa no princípio dêste ano. Logo de lá escreveu aos seus Ministros, que obrigassem as Abadessas dos três mosteiros da cidade de Braga, Salvador, Remédios e Conceição, a que tirassem os anteparos que nos locutórios, assim da banda de dentro como de fora, dividiam as grades. Com alguma resistência dos Conventos se executou, imaginando as Freiras que naquela diligência topava todo o rigor da reformação.

No Abril ordenou o Senhor Arcebispo, por carta sua aos mesmos seus Ministros, que em todos os três Mosteiros tirassem as grades e as apartassem de sorte que entre os ferros das de fora e das de dentro ficasse espaço de oito palmos. Intimaram os Ministros as ordens que tinham às Abadessas com modo tam imprudente, que na persuasão da obediência lhes deram motivo a rebeldia; e havendo de curar a resistência com lenitivos, a obstinaram com agravos, não considerando que em negócios dêste género acaba mais o afago que o mêdo, e que mulheres em tôda a matéria se reduzem melhor por amores que por ameaços. Fulminaram contra as Preladas censuras, e contra as Religiosas cominações de interditos e cêrcos. Puseram-se em armas, arrancaram os crivos dos mirantes, e dêles fizeram baluartes, donde com armas de fogo não deixavam chegar às portas das igrejas e pátios pessoa que lhes parecesse podia fixar ou ler papel algum. Ao Arcebispo escreveram logo os executores, encarecendo a culpa e exagerando o desacato com tôdas as hipérboles que lhes pareceram necessárias para cobrir a imoderação com que procederam. Irritou-se o Arcebispo, e, esquecido das quebras que se deviam dar ao estado e ao sexo, pediu a S. A. um Desembargador do Pôrto para ir devassar do caso, presumindo que, culpados na devassa os parentes e conhecidos que lhes ministravam as armas e as criadas que lhas levavam, tratariam de obedecer à persuasão dos receosos e aos gritos das servas. Mal conhece a ferina condição de uma mulher ofendida e obstinada, quem imagina que a pode reduzir à obediência o ameaço; nenhuma mais indômita fera do que uma mulher assanhada e empenhada na vingança; nem tem conta com a vida, nem

com a honra; aquella facilidade com que a ira lhe sopeia o juízo lhe não deixa advertir o que o fogo queima, o que o ferro corta, nem o que o poder domina.

Apertadas diligências fizeram muitas pessoas religiosas e de respeito em cada um dos Mosteiros, para que as Religiosas dêles se capacitassem da gravidade da culpa e enormidade do excesso que tinham cometido, encarecendo o muito que o povo estava scandalizado da demasia com que se opunham às ordens de seu Príncipe e de seu Prelado; e, com esta ser a verdade, não achava aceitação porque a não recebia o gôsto, empregado em ouvir o contrário que muitos loucos lhes aconselhavam, adulando-as com o mesmo delicto, vestido de brio e de valor. Contudo as do Mosteiro do Salvador, como de gente mais escolhida e mais reformada, caíram na razão, e deixada a protervia se resignaram na mão de S. A. e de seu Prelado, renunciando à liga que tinham feito com os dous Mosteiros. Levantaram-se-lhes as censuras, permitiu-se-lhes a comunicação e uso religioso; e tôda a gente mais autorizada ia empenhada no sossêgo e crédito de filhas e irmãs e parentas, que no dito Convento professam a regra do Pratriarca S. Bento, a cujo favor se attribuíu o successo.

Entrou na Cidade de Braga com alçada o Doutor João de Carvalho, Desembargador de S. A. na Relação do Pôrto, e com muita prudência deu princípio a negócio tam árduo; falou às religiosas dos dous Mosteiros e com promessa de perdão e com cominação de castigo as quis encaminhar; de nenhuma sorte o quiseram ouvir. Começou a devassar do caso; não houve testemunha que culpasse pessoa alguma; fêz rigoroso exame nas criadas de fora e lhes não pôde tirar o menor

indício do que queria saber. Tornou segunda vez a fazer diligência com as Religiosas, levando em sua companhia o Doutor Gaspar de Moraes, Ouvidor da Cidade de Braga, Ministro muito honrado e muito Português, a quem as Freiras folgavam de ouvir porque se punha da parte do seu erro, para as aconselhar como amigo tirando-lhes tôda a suspeita de contrário; mas tanto que lhes falavam no Provisor José Soares de Carvalho, ou em algum Ministro seu parente, levantava a ira das Freiras tal tumulto, que a nada tinham respeito, e com resolução disseram que não se cansassem, que por meio dos Carvalhos não queriam nem a mesma salvação; tal era o ódio que tinham a esta gente, e não sei se com razão, porque a olhavam como causa da sua ruína; que viria o Senhor Arcebispo e que em sua presença fariam tudo quanto lhes ordenassem. Nesta mesma forma se lhe escrevia a Lisboa, pedindo-lhe pessoas zelosas do serviço de Deus que mandasse suster a execução dêste negócio até sua vinda; o que nada aproveitava porque (como era fama) os sobreditos Carvalhos, como se viam comprehendidos e culpados no incêndio, escreviam metendo lenha no forno, para que o fumo e labareda não deixasse de resolver tôda a sua culpa em cinza; o que se conhecia pelas respostas das cartas que vinham de Lisboa, negando o Arcebispo todo o crédito aos avisos da verdade e dando-o aos da mentira; que não se pode crer de Príncipe tam discreto que obrasse por teima.

Mandou ao Desembargador João de Carvalho que puzesse aos dous Mosteiros dos Remédios e da Conceição de cerco, e à Relação e Câmara da cidade que em tudo estivessem às suas ordens; e sendo que as do Arcebispo eram que viesse Cavalaria paga, o não consentiu aquêle Ministro,

porque fôra maior a sem razão da crueldade que todo o rigor dos castigos, cercando as ovelhas de lobos, metendo nas garras dos tigres a inocência dos cordeiros e procurar que se assolasse a Cidade assim no divino como no profano. Em 17 de Junho, que foi um Domingo, com as companhias da ordenança pôs aos dous Mosteiros de sítio, e os privou de tôda a comunicação de fora; prendeu-lhes tôdas as criadas da igreja, portaria e sacristia. Poucos dias continuou o cêrco, quando se disse que as Religiosas estavam deliberadas em sair dos Mosteiros a buscar o necessário, com determinação de porem fogo às casas do Provisor e de todos os Carvalhos. Dizia-lhes o coração que o merecia o que tinham obrado; e por agência e conselho de um, se fêz uma tranqueira de paus de carvalho, pregados com grossas travessas; e em uma noite, de 19 para 20 do mesmo, se obrou, bem desviada dos Mosteiros, e amanheceu trancada a porta do pátio dos Remédios, cujas Religiosas, chamadas dos golpes com que a queriam firmar na mesma porta, se alvoroçaram, e repicaram o sino a rebate, sinal para que as da Conceição saíssem de socorro, e buscaram as chaves da clausura para saírem a romper a estacada. A Abadessa, que inferiu o fim do tumulto, se fechou dentro do cartório do Mosteiro, levando consigo tôdas as chaves da clausura; suspeitaram as Freiras a cautela da Prelada, valeram-se dos instrumentos com que se partia a lenha, e arrombaram a porta interior da clausura, e porque a exterior tinha mais dificuldade, fizeram as rodas da portaria em rachas e por elas se foram, saindo ao pátio que fechava a tranqueira. Aqui as deixaremos, porque nos chamam as da Conceição, com os gritos do maior excesso que ouviu nossa idade.

Assim como ouviram tocar o sino dos Remédios, se puseram tôdas em armas, e, despidas de toda a sujeição e obediência, tomaram as chaves da clausura, que a Abadessa não pôde esconder, e advirta-se que a de um e outro Mosteiro eram Religiosas reformadas; a dos Remédios era naquêle tempo Ana de S. Francisco; a da Conceição, Ana do Salvador, que com grande dor de semelhantes desmanchos choravam as demasias que não podiam atalhar, desfavorecidas, excomungadas por seus superiores, que deviam assistir-lhes com o braço de seu poder, para que o respeito não passasse a desprezo, como passou. Abriram as portas e em forma de comunidade saíram por elas fora, com seus mantos e véus, que lhes cobriam os rostos até ao peito, rezando por seus livros e seguindo uma cruz que nas mãos de uma Religiosa antiga, que havia sido Abadessa, as guiava a unirem-se com as dos Remédios. As Companhias e Cabos de que se formava o sítio, pasmados e reverentes se não moveram, guardando o fiel decôro que se devia a uma comunidade de espôsas de Cristo, consideração que nem aos olhos dava licença para o menor atrevimento. Correu em um instante a voz do excesso por tôda a Cidade; o temor do perigo recolhia a todos, ponderando que a defesa e a resistência os meteria em igual culpa. Os que governavam, e por forçosa obrigação haviam de sair a atalhar a ruína, se fecharam em suas casas, temendo nelas o incêndio primeiro que em outra parte, fazendo agora estimação do ameaço, de que antes faziam riso. O Desembargador que tirava a devassa, oprimido da própria confusão, não tinha discurso para atinar qual fôsse o caminho do remédio. Todos se retiravam e nenhum se resolvia. As Freiras, postas em

marcha, caminhavam pela rua dos Pelames acima, com seguro e vagaroso passo, e quiseram dizer muitos que com armas debaixo dos mantos. Cremos que se tenha entendido que em todo êste dia se não viu fora de sua casa mais Carvalhos, que os da madeira da jangada ou cancela, que foi a que abriu caminho a tamanha desordem.

**Relação que mandou a Abadessa dos Remédios
ao Padre Procurador Geral de S. Bento,
do que succedeu neste dia.**

«Em Domingo, 17 de Junho, puseram sítio a êste Mosteiro por ordem do Desembargador do Pôrto; e quanto que tive estas notícias, fui logo fechar as portas da portaria de dentro e de fora, sem mais as abrir senão para médico e sangrador, eu mesma em pessoa, que só para êstes concedeu licença o Desembargador, por lha pedir muito o mesmo Médico representando o perigo das doentes; e assim elas com a mais comunidade padeceram muitas necessidades, por nos porem êste sítio, tanto de repente, que de tudo ficou o Convento desprovido. Aos 20 dêste mês amanheceu na porta da portaria uma tranqueira de caibros, e ao pregar dela os soldados que estavam de guarda falaram às Freiras mil atrevimentos e liberdades, e pelos muros da cêrca faziam o mesmo; e elas tudo sofrendo sem dizerem palavra, até nos ameaçarem que nos haviam de tirar o Santíssimo Sacramento. Vendo-se as religiosas tam vexadas e perseguidas e de tudo necessitadas, se resolveram enquanto eu estive na prima em saírem fora; e como eu tinha as chaves das portas da portaria na minha mão, fo-

ram pela sacristia e quebraram uma porta que ia para a portaria, e depois quebraram uma das rodas da portaria e por ela saíram para fora; e ao tempo que o soube, acudi, e achei a maior parte da comunidade ou quasi tôda da parte de fora da portaria. Pedi-lhes a tôdas com lágrimas que se recolhessem e obedecessem a seu Prelado; tôdas me responderam com tais razões, que, para me não descomporem, me recolhi com as chaves à casa do cartório e de lá tomei na ponta de uma lança a absolvição que me mandou o Doutor Provisor à vista de todo o mundo. O Doutor Ouvidor, vindo para ter mão nas Freiras, que não saíssem fora, as achou ainda dentro, mas tam fora da razão que não quis chamar por mim, para elas não quebrarem as portas que já estavam rachadas; e me chamou à grade da igreja e aí me pediu lhe fôsse abrir a porta da portaria, que queria entrar só, e com as Religiosas queria falar, porque trazia ordem do Desembargador para fazer quanto elas quisessem; elas não quiseram entrar para dentro, senão depois que elle lhes prometeu que todo êste negócio e perseguições estariam acabadas até a vinda de Sua Ilustríssima. Com esta promessa se recolheram as Religiosas, confessando que em presença do seu Prelado fariam tudo o que elle determinasse. Isto foi tudo o que se passou».

Tanto que se divulgou o que se passava nos Mosteiros, acudiram o Doutor Ouvidor, o Doutor Juiz de fora, que o era Luiz Álvares de Sousa, o Doutor Francisco de Antes, a quem deve muito a Cidade pelo que neste dia trabalhou, o Doutor António Pereira Cardote; levados todos do zêlo do serviço de Deus, do Príncipe e do Prelado, acudiram, e foram todo o reparo das desgraças que se temiam. Repartidos, tiveram o encontro

às dos Remédios, que tratavam de sair à rua, e às da Conceição, que já estavam nela, atalhando umas e outras com discretas rezões e justificados requerimentos. No entretanto os Senhores do Cabido, pedindo aos Clérigos que encontravam os acompanhassem, saíram com cruz alçada, acudiram ao desmancho, achando as Freiras quási rendidas, celebrando partidos com os Ministros acima referidos. Que se recolheriam a suas clausuras, se logo lhes soltassem as criadas, que se lhes levantasse o sítio, e se lhes assegurasse o fim de tôdas as vexações que lhes faziam com censuras, etc.; e que feito isto, se davam por satisfeitas. Tudo se lhes prometeu, mas elas disseram que se não fiavam na promessa, senão na execução. Pendia esta do Desembargador e dos Governadores do Arcebisado; em suas casas os buscaram, e feito assento do muito que convinha na ocasião presente conceder-se tudo o que as Religiosas pediam, se mandou retirar a soldadesca dos sítios, as criadas da prisão, levantar tôdas as censuras; e as Religiosas se recolheram à clausura de seus Mosteiros, permitindo Deus que em caso tam arriscado não succedesse descomposição que pusesse a Cidade em contingência de se perder; o que sem dúvida succederia se as duas comunidades se chegassem a encorporar. Succedeu o caso em 20 de Junho de 674.

A relação de tudo quanto temos referido chegou ao Arcebispo, que residia na Côrte, por diversas vias e com diversas côres, porque os mais culpados em acender e em não atalhar o fogo pintavam sua remissão e seu mêdo da tinta de uma razão de Estado bárbara, condenando o religioso zêlo com que se impediu o destrôço e o escândalo que sem dúvida succedera, porque cor-

taram o passo ao último precipício em que aquellas Religiosas haviam de dar, crescendo com sua culpa a razão de seu castigo. Desta política se deu conta ao Senhor Arcebispo; e se deu por bem servido, e do maior serviço por mal satisfeito, com a impiedosa sentença de que as houveram de deixar andar e fazer tudo quanto quisessem, que como se enfadassem elas se tornariam a recolher; e pagava-se tanto desta opinião que muitas vezes depois a repetiu. Voltou da Corte, porém não de seu parecer, até que, convencido do tempo e da razão, aborreceu o engano e gratificou o serviço. Reformou as grades do Mosteiro do Salvador; aos dous Mosteiros dos Remédios e da Conceição não quis ir, nem elas receber a reforma senão em sua presença; ao que o Mestre de Campo General António Jaques de Paiva acudiu e remediou, com lhes achar razão em quererem que lhes emparedassem as grades, mas que só em presença do Arcebispo haviam de consentir que se bolisse nelas. Não puderam conseguir o segundo, e obrou-se o primeiro, perseverando a contumácia de uma e outra parte até este tempo em que escrevemos, que são 20 de Maio de 676, sendo igual de ambas o desgosto e o dano. Demos tam miuda razão deste successo, tanto pelo exquisito do caso, quanto pelo eco da causa, que se ouviu pelo Reino, menos fiel e com maior corpo do que lho deu o golpe.

Em o princípio de Julho entrou em Lisboa uma naveta da Índia, de que já havia notícias, e a esperá-la era saído com três fragatas Pedro Jaques de Magalhães, em razão de se ter aviso certo que do pôrto de Argel tinham saído trinta e duas fragatas a corso pelas costas de Portugal e Castela; e o terem feito estes dias algum dano

nos mares destas costas fêz parecer particular mercê de Deus o entrar a salvamento. Deu novas que o Arcebispo de Goa, que havia saído de Lisboa em o ano passado, acabara a vida na viagem; com espanto de não achar novas do galeão *Nossa Senhora da Ajuda*, afirmou partira de Goa havia quinze meses, sem que na Índia houvesse notícias de ser perdido, antes se imaginava ter chegado a salvamento. O pouco lucro que os homens tiram de fazer esta viagem os desvia dela; e como falta a navegação, faltam os experimentados nela e se perdem as embarcações, ordinariamente por imperícia dos pilotos. Computem agora os Estadistas, que tiram aos homens seus particulares interêsses a título de aumentar os do Príncipe, se perdem ou avançam.

Ao Marquês da Minas deu neste mês um acidente de apoplexia, com tanta fôrça que logo o privou dos sentidos e lhe deitou a língua pela bôca fora, tam desmarcada e medonha, que nunca lha puderam recolher sem lha cortar; e a parte e a ocupação onde o colheu o mal era muito peor, e muito mais a pressa com que morreu. Discretamente o ponderou aquêle que chamou à morte eco da vida, porque as horas de tôda uma vida recopila e pinta uma só hora da morte. Quem julgou semelhante morte por castigo dizia que a não tivera a lume de palhas, que tantas ajuntara para arder e acabar. A língua, que a natureza a voltou forçada do mal, se dizia fôra castigo doutro tanto maior, como haver orado muitas vezes a favor dos Judeus. Estas foram as proezas com que o povo lhe fêz as exéquias; porém Deus, como infinitamente piedoso, lhe poderia perdoar seus pecados, permitindo a horribilidade da sua morte para freio dos vivos. Che-

gou a nova a seu filho, o Conde do Prado, que andava em Viana ajuntando mais palha para maior fogo; partiu pela posta e deixou ordem que tôda sua casa o seguisse; e quando o mundo se persuadia que se afastaria do fogo, todo seu empenho foi aumentar o incêndio, pretendendo tornar a juntar mais palha, e o conseguiu, como adiante se verá, que costuma Deus deixar perder a quem, sem dar pelas rédeas de seus avisos, se deseja precipitar.

Poucos dias andados do mês de Julho, nomeou S. A. em Bispo da Baía ao Dr. Fr. Constantino de São Paio, Geral que foi da Congregação de S. Bernardo em Portugal, tam carregado de anos e de achaques, que o inhabilitavam para o cargo, deformidade em que S. A. não contraía a menor culpa. Mandou ao Conselho Ultramarino que consultasse Bispo para a Baía, homem letrado, exemplar e com idade e fôrças para passar os mares e poder durar no lugar, em razão que tinha feito súplica a Sua Santidade levantasse a Catedral da Baía a Arcebispado e metropolitana da América, criando-lhe de novo, para sufragâneos, Bispos em Pernambuco, Rio de Janeiro e Maranhão. Por respeitos particulares andava o Padre confessor Manuel Fernandes empenhado em que se consultasse o Padre mestre Fr. Constantino; falou aos Conselheiros e em cima abonou o sujeito a S. A., que fiado em seus Ministros o nomeou. Depois, em presença do mesmo Confessor, disse para alguns titulares: *Não nos faça o Bispo eleito alguma peça depois de sagrado, que se não embarque nos primeiros navlos, como têm feito alguns ultramarinos.* Ao que respondeu o Capelão-mor: *Peça não pode êle fazer, porque há oito meses que está entrevado em uma cama.* Turbou-se o Príncipe e

com olhos irados virou as costas ao Confessor, significando-lhe o quanto sentia o tê-lo enganado.

Em 11 de Julho, dia da trasladação de S. Bento, entraram em Lisboa dous navios, um da Baía, que dela partira acompanhado com a nau que chamavam *Coronel*, que por tormenta se haviam apartado, outro de S. Tomé, que de viagem tomou a Terceira, e se divulgou que relatava motim na gente dela em favor del Rei. Sonhos do povo; o que é certo foi trazer novas da perdição de Pedro César de Meneses, que obra de oitenta léguas da costa de Angola tocou, e, querendo-se salvar no batel com muitos, cafu sôbre êles o navio, em que ia o Bispo, e todos se afogaram. A mesma desgraça teve o outro navio em que ia o Bispo na mesma paragem, se bem dêle se meteram no batel vinte cinco pessoas, com o Bispo, com que padeceram notáveis trabalhos, servindo-lhes de vela uma esteira; e como andavam pelo mar muitas capoeiras de galinhas do naufrágio, acertou de voar uma para o batel e dela fizeram isca e de uma lâmina do Bispo anzóis e de uma meia sedela; e algum peixe que tomavam o comiam cru, sem beberem água. Desta sorte andaram sete dias até que encontraram o patacho, e tomou a sete, que os mais eram já mortos; e o Bispo ia tam mal tratado, que logo morreu em terra. Sentiu-se a perda, pela perda e também pela causa, que foi querer Pedro César, que ia por Governador da terra, governar também o mar e contra o parecer do pilôto buscar a morte para si e para todos. Os acertos não são feitos de quem mais pode, senão de quem mais sabe; e muito pouco sabe quem imagina que pode vencer as oposições da natureza e da razão, desprezando os avisos da experiência. Não é o mesmo governar uma tropa

na terra que uma nau no mar ; em uma e outra cousa se necessita das lições que ensina a arte, e, em tôdas as matérias, sem ela vale mui pouco a fôrça, e muito menos quando a loucura imagina que com os alentos de um mosquito há de contrastar um penhasco. Com muita consideração e parecer de muitos se hão de fazer aquelas acções, que uma vez erradas se não podem emendar. E para que a nova desta desgraça não viesse desacompanhada, chegou também a que se publicou logo, que um patacho que de Angola despachara Francisco de Távora, Governador a quem ia render Pedro César, dera nas mãos dos Mouros à vista da barra de Lisboa.

Em os primeiros dias de Agosto levou Deus o Marquês de Cascais, D. Álvaro Rodrigues de Castro, na sua vila de Ancião, poucas léguas de Coímbra, para onde se tinha retirado. Fino Português e varão grande, discreto com extravagância e celebrado por sua galantaria, dizia as verdades, mas tam saboreadas, que se recebiam sem desabrimto. Por sua mão dava esmolas aos pobres e comia com êles e fazia doutrina aos meninos. Acompanhava o Santíssimo quando saía fora, tomando uma sobrepeliz e um turbulo, tam reverente e humilde que no desprezo da pessoa escondia o valor do merecimento. Por louco o avaliava a soberba de muitos, e sabemos que por êste meio pretendia mortificar a vaidade própria e a de todos. Nas ocasiões de ostentação nenhum o excedeu, e nas de merecer não sabemos se algum o imitou. Viveu fiel a seu Rei e morreu fiel a seu Deus, com todos os Sacramentos da Igreja. Quási no mesmo tempo passou desta vida o Correio-maior do Reino, na Córte de Lisboa.

Sôbre os vagares com que se aprestavam umas embarcações, chamou S. A. ao Marquês

de Fronteira, a quem tinha dado o cargo de aprestar as naus, e perguntando-lhe a causa da remissão, respondeu que era a falta de dinheiro. Fêz diligência com um contratador a quem ordenara lho entregasse; afirmou que logo lho contara. Tornou a chamar o Marquês e o descompôs como merecia, e se afirma que não foi só de palavra. Com o sentimento que merecia a causa se retirou o Marquês a sua casa, magoado do castigo; passou a demonstração a levar sangrias, para que o desgosto parecesse doença e a compaixão do Príncipe lhe cobrisse a cólera; arдил com que foi recebido da piedade, quando o assaltava o temor de se não cobrar na privança; tornando a ela, se esqueceu logo dos meios por os quais se conserva e se perde.

Pela entrada de alguns navios do norte se divulgou que se tratava da liga entre alguns Príncipes, e que França, Castela, Inglaterra e Holanda aparelhavam armadas, mas que se não sabia o fim para quê.

Em 18 d'êste Agôsto entrou uma naveta da Índia, e se disse que era uma das duas que em conserva partiram de Goa; mais entraram três navios do Brasil, aos quais acudiram com tôda a pressa os contratadores do estanque do tabaco, proibindo tôda a entrega d'êle com estranha exactão. Imprudente fúria para quem depende da quantidade de semelhante droga, sabendo que quem nela não ganhar em Portugal, a não ha de trazer do Brasil, e que lá não hão os moradores de lavar tabaco, se nêle se perderem em Portugal. Não quere os fins quem não lhes procura os meios.

Andavam os Mouros neste verão tam destemidos e desaforados, que não havia pôrto nesta costa de Portugal sôbre que não estivessem; e

como a rêde era de malhas tam estreitas, lhes caíram nas mãos alguns navios, assim nossos como estrangeiros; entre êles foi um do Brasil, outro de Angola e muitos barcos de pescadores, com que o Reino se viu pôsto de cerco enquanto à falta do pescado; e não houve navio que entrasse ou saísse, que escapasse senão a furto ou por força de armas; a alguns valeram as velas.

Tinha chegado aviso da ilha da Madeira em como era morto o Bispo do Funchal, D. Fr. Gabriel de Almeida, Monge de S. Bernardo, e suposto que trazia o hábito não herdou a prudência do Santo, porque, ou desvanecido ou arrebatado, se fêz intolerável a tôda a sorte de gente. Com os Religiosos se encontrou logo no princípio, e com aquela pouca razão que tem quem os não respeita; depois com todos, querendo levar tudo à espada, o que não fizera se tivera entendido que o báculo dos pastores nem tem fio com que corte, nem ponta com que fira, tem só o acêno com que guia e governa seu rebanho. Emfim morreu porque não reformou e não reformou porque não entendeu.

Em o princípio de Setembro nomeou S. A. para Arcebispo de Goa ao Doutor Fr. António Brandão, Monge e actualmente Geral da Congregação de S. Bernardo de Portugal. Também saiu nomeado para Bispo do Funchal o Padre mestre Fr. António Teles, Monge do grande Patriarca S. Bento e pessoa em que assentou bem a dignidade pelas letras e pela virtude.

Em 20 dêste mês entrou pela barra de Lisboa Pedro Jaques de Magalhães com os vasos de sua esquadra e com uma naveta da Índia, que comboiou da Ilha Terceira para Portugal, e um navio da Baía que vinha para êste reino. O negócio a que saíu, foi a ir buscar a el-Rei

D. Afonso para este Reino. Os motivos que houve para esta segunda mudança não sei com verdade; os que dava o povo não refiro, porque sempre discorre como deseja. Lançou ferro Pedro Jaques defronte de Paço de Arcos, esperando as ordens que havia de seguir; com elas chegou àquele sítio o Duque de Cadaval, Cabo das tropas de cavalo que residem na Côrte, acompanhado de algumas e de alguns Senhores e Officiais da Milícia. Saíu el-Rei da nau em um bergantim, acompanhado dos Cabos, e foi recebido em terra com a veneração que se lhe devia; todos lhe beijaram a mão, e se diz que ao Duque de Cadaval a não quis dar, virando-lhe a cara; que fogem os olhos donde os não leva a vontade. Metido S. M. em um coche, e na estribeira dêle Manuel Nunes Leitão, acompanhando-o a Cavalaria, tomaram em direitura para a Vila de Cintra, onde já estavam preparados aposentos para el-Rei e seus criados; metido no Paço e ordenadas as guardas que lhe haviam de assistir, ficou por Governador da casa, e assistente a el-Rei, o sobredito Manuel Nunes Leitão, com miúdas ordens do que havia de seguir e observar. Conta-se que, vendo-se S. M. em Sintra, preguntara se dali o haviam de levar para outra parte. E dizendo-lhe que não, levantara as mãos para o Céu. Aquêles excessos que mais facilmente se cometem, com mais dificuldade se remedeiam, porque o arrependimento que chega depois do castigo mais chora a pena que a culpa; e as dos Príncipes na extensão do tempo tem a medida do dano, e de grandes quedas poucos se levantam. Morre para todos Majestade que não pode fazer bem a nenhum.

Destinaram-se para a guarda del-Rei aquêles soldados de pé e de cavalo que pareceram mais

convenientes; o número, o que bastava para o giro e para a alternativa. Como se viram favorecidos da confiança, perderam o medo ao castigo e começaram a vexar os vizinhos com roubos, com agravos e com desprezos; mal sofridos da desordenada licença, se valeram das armas e em uma pendência mataram um e feriram outros. A dous agressores (eram dos principais da terra) trouxeram os soldados presos à Corte; ouviu S. A. as partes, e dentro de dous dias absolveu os presos e repreendeu os soldados, advertindo-lhes que aprendessem a proceder entre gente que os podia matar; com o que ficou tudo em sossêgo. A maiores delitos animo o favor do Príncipe que a malícia dos súbditos, e só onde se pesam os sucessos na balança da justiça se refreiam os excessos.

Por caso novo, diremos o que succedeu a um navio português que vinha do Brasil. Na altura de Peniche lhe deu caça uma fragata de Mouros; e pelo costume dos tais se lhes renderem sem réplica, estranharam o vê-lo arrear as velas e esperá-la em tom de guerra; quis abordá-lo, e achou tam boa defesa, que lhe não pareceu útil a vizinhança e fêz-se em outra volta; e o navio português seguiu sua derrota, buscando a barra de Lisboa com um patacho estrangeiro, prêsa que fizeram largar ao Mouro. Viram por proa dous navios de piratas, que vinham arribando sôbre êles; animados com o primeiro successo, não temeram o segundo ameaço, e defendendo-se, com perda considerável do inimigo, entraram pela barra com aquela alegria e demonstração do triunfo que ostenta quem vence, ainda que com mortos e feridos, que é ordinário descontento das vitórias. Fêz S. A. mercê do hábito de S. Tiago ao Cabo, agradecendo a obrigação como

se fôra serviço. Se mandara enforcar aos que se não sabem defender, foram menos as perdas e muito menos a ousadia dos Mouros, pois é certo que temem tanto o nosso ferro, como desejam nossa fazenda.

Com alvôrço se falava na boa fortuna dêste sucesso, quando outro cobriu de tristeza a prática daquela dita. Mandara S. A. fazer na Vila da Pederneira uma fragata de guerra; com aviso de que estava acabada e que naquele pôrto se não podia completar de mastros, cordoagem e velame, a mandou buscar em bandolas. Saíu de Lisboa uma fragata de 40 peças, com 400 infantes, a comboiá-la; na breve viagem que há da Pederneira a Cascais, encontrou quatro naus de Turcos, os quais com a ordinária confiança arribaram sôbre a nossa fragata, que se preparava para a peleja; repartia-se a pólvora aos mosqueiros com tam bisonha cautela, que chegavam alguns a tomá-la com os murrões acesos na mão; de um caíu uma faísca no paiol, que levou pelos ares a todos, e a fragata se foi a pique; com o que, sem contradição, levaram os Turcos a que vinha em bandolas e nela um bom navio para andarem a corso e um claro testemunho de nossa afronta, podendo-se dizer que damos armas aos inimigos contra nós mesmos.

Sucedeu a desgraça referida nos últimos de Setembro; favorecidos os Mouros do sucesso, infestaram tôda a Costa por todo o mês de Outubro com lamentável dano do Reino e de muitos particulares. Entre as mais prêsas e danos que fizeram, foi o de uma embarcação, na qual o Governador da Baía, Afonso Furtado de Mendonça, mandava um seu filho, por nome João Furtado de Mendonça, que fizeram dar à costa na altura da Ericeira, e milagrosamente saíu à praia com

vida para dar notícia a S. A., que seu pai por êle mandava, de se descobrirem naquelas partes da América minas da prata e esmeraldas.

Com a opressão dos reais de água, que se acrescentaram nas carnes e nos vinhos para se fazerem os 500:000 cruzados que nas Côrtes se prometeram a S. A., gemia o povo; e se furtava três vezes dobrado do que se pedia. Acudiram a êste dano os Procuradores de Lisboa, Evora e Pôrto, e se obrigaram a dar o dito serviço, ficando em seu alvedrio a repartição dêle: o de Lisboa tomou sôbre si 250:000 cruzados, os outros 250:000 ficaram por conta de todo o mais Reino, com bastante dor dos que já tinham gostado do lucro. Tem o alheio a condição da formosura que se gasta e não custa.

Deu fim êste mês com o da vida de Martim Correia de Sá, Visconde de Asseca, que estava governando Setúbal, e com se praticar nas muitas hostilidades e danos que Holanda por mar tinha feito no Canal aos Franceses e no Estreito aos Mouros.

Em o primeiro dia de Outubro entrou em Lisboa o Redentor dos cativos com 302 resgatados em uma nau, por preço tam subido quanto nunca se viu; e foi a causa saberem os Mouros o empenho com que a piedade de S. A. acudiu, por si e por seus vassallos, a esta obra de misericórdia. Insolentes se fazem aquêles bárbaros com nossa piedade; para lhes diminuir o motivo, se passou ordem, na qual se decretou, não que se não resgatassem, que fôra resolução ímpia, senão que se não deixasse fazer viagem para as Conquistas a navio que não tivesse 30 peças de artilharia, 24 mosquetes e a gente necessária para manear estas armas; que para o Brasil não pudessem partir senão em esquadras, com capi-

tânia e almiranta, escolhida de entre êles, com pena que todos a seguissem até à linha. Assim se executou então, porém logo esqueceu lei tam justa e útil, podendo mais a cobiça dos Governadores e ambição dos particulares, que tôdas as pragmáticas. Tanto cega o interêsse, que nem deixa olhos para o crédito, nem vista para o dano.

De ânimo mal intencionado saíu, sem dúvida, uma voz que a todos entristeceu e se ateou na prática de muitos crédulos, que dizem o que ouvem sem considerar o que dizem, e era afirmar-se que S. A. vendia ao francês as Praças que Portugal possui na Índia por uns tantos milhões, vestindo de tais circunstâncias o corpo desta mentira, que se não podia ouvir sem mágoa; porém como tudo era sonho da malícia, brevemente se resolveu em sonho a quimera.

Em os primeiros dias de Novembro se publicou em Coímbra auto de fé para os 18. Ocupados andavam os Ministros com aprestos quando chegou um Próprio de S. A. que sobrestivessem até nova ordem; e a razão foi porque os homens de nação lhe persuadiram tinham Breve de Sua Santidade para se não innovar cousa alguma enquanto se tratava do perdão geral. Examinou-se o negócio, e dentro em três dias despachou a Inquisição segundo próprio, que se fizesse o auto para o dia publicado, porém que os relaxados se retivessem na prisão; e foi conhecido favor do Céu, porque tôda a Universidade se havia alterado, de maneira que se tinha por certo levantar-se motim por zêlo da fé, romper os cárceres e queimar vivos a quantos Cristãos-novos nêles estavam; caso que não podia acontecer sem total perdição da Cidade. Celebrou-se o auto, e nêle saíram 120 penitenciados, fora 12 estátuas de outros tantos que morreram nos cárceres,

Tinha sucedido nos dias passados um encontro entre D. Miguel, por alcunha o Toucinho, irmão do Marquês de Fontes, e D. Diogo de Almeida, o Tavernilha, no qual este ficou morto e aquêle levemente ferido; porém como andava galicado, veio a morrer dêle neste mês de Novembro. Todos morrem dos mesmos achaques de que vivem: quem bem conheceu a um e a outro sujeito, veria no modo das mortes pintados os cursos das vidas; e permita Deus que nelas se não retratassem também os estados das almas. *Requiescant in pace.*

Por cartas de 19 de Agôsto, que tiveram os Contratadores de seus correspondentes, neste mês de Novembro se soube na Côrte de Lisboa em como se deram batalha os exércitos de França e Holanda, tam porfiada que primeiro o holandês perdeu 10.000 soldados que largasse o campo, não custando menos a vitória ao francês, em cujas mãos ficou tôda a artilharia e bagagem do vencido; depois pôs cêrco o Holandês à Cidade de Grave, situada nas margens do rio Mause, confins de Gêldria, que lhe tinha tomado o Francês; custou-lhe a emprêsa dous meses de cêrco e muita gente primeiro que a recuperasse.

Neste mês se resolveu e começou a pôr em execução o apresto de uma armada com voz de que S. A. determinava mandar no verão seguinte 10 fragatas de guerra a correr as costas de Argel, e se dizia que para o mesmo aprestavam armadas Castela e Holanda. O cuidado e pontualidade com que se trabalhava deu muito que discursar aos homens, parecendo-lhes era outro o fim, muito diferente do que se publicava, porque entendiam ser ardil da guerra em semelhantes aprestos desviar a mira do alvo para lograr

o tiro, e assim tudo eram discursos e tudo variedade nas ocasiões do emprêgo.

Pela festa dos Reis fêz S. A. mercê ao Padre mestre Fr. António da Luz, Monge de S. Bento, Catedrático de Véspera e de Prima por substituição nas cadeiras de Teologia, do Bispado de Angola. Aceitou a honra da lembrança, porém não a do lugar, porque se não compadecia o trabalho da viagem nem o doentio da terra com sua pouca saúde; foi bem recebida sua escusa porque todos conheceram que procedia da impossibilidade e não de altiveza, que a não tem quem públicamente confessa a insuficiência, ou por achaque ou por incapacidade. Também nesta ocasião nomeou para Bispo de Cabo Verde ao Padre mestre Fr. Manuel da Natividade, que de presente era Provincial da Observância; em um e outro lugar concorriam os mesmos desvios, porém não as mesmas razões nos sujeitos.

Em 14 de Fevereiro deixou a vida mortal D. António de Mendonça, Arcebispo de Lisboa, acompanharam-no à sepultura muitos anos e muitas queixas; morreu de enfêrmo, e mais que de enfêrmo de vélho. Deixou a seu sobrinho, o Conde de Val de Reis, por seu herdeiro, e não era necessário, porque sempre o foi de quanto o tio pôde adquirir. Acharam-se no cofre 50:000 cruzados, em um saco quinhentas e tantas moedas de ouro de 4.800, mais em outros quantidade de dinheiro em ouro e prata, e o recheio de sua casa que era grande.

Com sua morte se inquietaram muitos pretendentes à promoção daquele lugar; os mais forçosos D. Luiz de Sousa, Capelão maior, D. Verfssimo de Alencastre, Arcebispo Primaz, D. Fr. Álvaro da Silva, Bispo de Coímbra; porém D. Diogo de Sousa, Arcebispo de Évora,

não se quis opor à pretensão, ou por menos ambicioso, ou por mais adiantado, sendo que a todos precedera na eleição do Príncipe, se quisesa.

Em 31 de Julho saiu pela barra a armada de Portugal. Constava de 11 fragatas de guerra bem guarnecidas e artilhadas; 4.000 soldados velhos levava, fora os Cabos e Officiais e muita Fidalguia, e entre ella os títulos seguintes; os Marqueses de Fontes, Távora e Monte Belo, os Condes de S. Vicente e Atalaia; seu General Pedro Jaques de Magalhães, Almirante o sobredito Conde de S. Vicente, com ordens fechadas para se abrirem em certa altura. Saiu a armada sem que pessoa alguma atinasse com certeza na parte onde ia, segrêdo que se guardou inviolavelmente, sendo que para o apresto dela se fizeram exquisitas diligências por todo o Reino, assim em fabricar novas armas como em escolher espertos soldados; causa de muitos e vários juízos, que não repetimos por sua incerteza.

Nesta armada foi o Conde de Atalaia por embaixador de S. A. a Sabóia, dar os pêsames ao Duque da morte da Duquesa, com 20.000 cruzados de ajuda de custo e ordem para que a armada o deitasse em o pôrto mais acomodado como depois fez.

Poucos dias andados do mês de Agôsto nomeou S. A. no lugar de Inquisidor geral a D. Veríssimo de Alencastre, Arcebispo Primaz, que aceitou com gôsto, imaginando se lhe fizesse em tudo o que para luzimento do lugar pedisse; esperava lhe dessem o capelo de Cardial e o Dom Priorado de Guimarães, e que em pensões lhe fizessem 14.000 cruzados; vendo em parte frustrada a confiança, se desgostou, e diziam se arrependera de largar o lugar que tinha, cuja conveniência se não conhece senão depois que se larga.

Partiu-se este mês com a morte do Marquês de Marialva, D. António de Meneses, fidelíssimo Português e destemido Capitão, a quem deve Portugal muita parte da sua conservação. Seu valor sempre vitorioso, chorará sempre Castela com as lembranças das batalhas da Índia, das Linhas de Elvas, de Montes Claros, e conquista de Valença de Alcântara, em que serviu a Coroa de Portugal sem reparar em riscos de vida; emfim digno por seus serviços de todo o prémio e estimação dos Príncipes. Nas fortificações de Lisboa e Cascais trabalhou com todo o cuidado, não obstante que nelas lhe achava a mururação que servia mais a seu interesse, que a nossa utilidade; mas que zêlo não levou da inveja e da ociosidade desta inveja!

Ao tirar-lhe os intestinos para embalsamarem seu corpo se achou um coração tam grande, que só nêle podera caber o muito que dissimulou e venceu; um palmo se afirma que tinha de diâmetro. Aos pés do sepulcro do Senhor Rei D. João o 4.º mandou S. A. que se sepultasse este coração, honrando assim a posteridade de varão tam benemérito; seu corpo foi levado à sua Vila de Cantanhede com aquella pompa funeral e bélica que lhe permitiu a distância de mais de trinta léguas, querendo ser sepultado na parte onde o estavam seus progenitores e onde de presente se funda um Mosteiro de Capuchos da Província de S. António. Em tudo fôra clara sua memória se a não escurecera a pertinácia e ambição com que se quis fazer Padroeiro do Real Mosteiro de Santa Clara de Vila do Conde; casa onde as Religiosas, desamparadas até da mesma justiça, se defenderam a todo o risco, cortando a morte do Marquês a duração da competência, e vencendo nela a justiça, que Deus

defende quando a sem-razão do poder parece que a contrasta.

Em seu testamento deixou que se pagassem 80.000 cruzados, que ficava devendo a pessoas particulares, com recomendação a seus herdeiros que logo os pagassem de sua prata e do valor de duas quintas que mandou se vendessem. Importava-lhe o descargo e só de si o houvera de fiar, que as importâncias da salvação própria não se fiam a remissões alheias, e Deus não julga pelo que está por fazer, senão pelo feito; pouco se doi de si quem podendo por sua mão tirar a dor que o aflige espera que lha remedeie quem a não sente. A seu filho Marquês fez S. A. mercê de que por três anos lhe corressem os ordenados de Marquês para ajuda de satisfazer as dívidas; e tomando para sua pessoa o posto de General das Armas de todo o Reino, emendou o erro de o haverem dado a quem não era rei. Várias poesias se fizeram ao coração do Marquês e os sonetos seguintes me pareceram os melhores.

Explicação do Soneto.

Comparação que tem el-Rei D. Pedro com o Príncipe D. Pedro e excesso que faz o segundo ao primeiro. O 1.º mandou abrir o túmulo da Rainha D. Inês de Castro, sua consorte; o 2.º fez abrir o túmulo del-Rei D. João o 4.º, seu pai. O 1.º mandou arrancar de seu centro para castigo os palpitantes corações de dois Fidalgos moribundos, que condenou à morte, queimando-os juntos do real Palácio, em vingança das mortais feridas que deram a sua mulher. O 2.º mandou tirar de seu peito para prémio o grande

coração do famoso Marquês de Marialva, sepultando-o dentro do régio mausoléu em remuneração dos heróicos serviços que fez a seu pai. O 1.º partiu a coroa com a beleza defunta; o 2.º partiu a coroa do Rei com o valor sepultado.

Ceda o Jove na paz, Marte na guerra,
Pedro o primeiro a Pedro sem segundo,
Pois êste humano, aquêle furibundo,
Corações tira e mortos desenterra.

Ah! expira Inês, João se enterra;
Um mêdo ao Reino, outro amor ao mundo,
Pois faz a um morto, a dobre moribundo,
Grave êste o fogo, leve aquêle a terra;

Três corações, dois Janos e um Mavorte;
Entrega ao Lethes um, outro à memória;
Um coroa o Marquês, outro a consorte.

Mas vai, com claro excesso, alta vitória,
De Pedro a Pedro, o que de glória a morte:
Ele é morte de dois, vós de um só glória.

Ao Príncipe

Tôda Europa entre assombros vos aclama
Prodigioso, ó Príncipe perfeito,
Pois a quem já em cinza está desfeito
Tornais a renovar a ardente chama.

O vosso alento o coração lhe inflama,
Animando-lhe as obras que tem feito,
Que se a fama alcançou dentro no peito,
Fora lhe dá vosso favor mais fama.

Junto da Majestade Vossa Alteza
Colocar manda o coração, que altivo
Em paz e em guerra o mundo teve absorto.

Tal serviço merece tal grandeza:
Se António se fêz César quando vivo,
Vós Augusto o fazeis depois de morto.

Ao Marquês

Êsse triunfador do adverso fado,
Assunto ao pasmo em partes dividido,
Amado pelas suas e temido,
E nas quatro do mundo respeitado ;

Deu a alma a Deus, em Deus todo elevado,
As entranhas à Côrte enternecido,
A Cantanhede o corpo mais sofrido,
Ao Rei o coração mais alentado.

Êsse cuja grandeza ainda respira
Na viva fama emulações de Marte,
Que Portugal venera e o orbe admira,

Por poder sepultar-se se reparte,
Porque, se em partes não se dividira,
Não pudera caber numa só parte.

Nomeou S. A. no Arcebispado de Lisboa a Luiz de Sousa, com retenção do lugar de Capelão-mor. As árvores que por crescidas estão expostas a maior impressão dos ventos e por arraigadas não pode derribar a tempestade, esgarça o peso do fruto ; que não sofrem os ramos com a carga, o que não sucede quando a moderação do fruto se mede com a fôrça dos braços ; e para a conservação dos indivíduos não é tam favorável o mais fértil, como o é o mais útil.

Em 11 de Outubro entrou pela barra de Lisboa a Armada que tinha saído o último Julho, sem que até à sua volta se atinasse com a parte nem com o intento com que saíra ; soube-se então ao que fôra e o que fizera, e o relata miúda e fielmente a relação diária que se segue, feita por um curioso Oficial da milícia, que viu e observou todos os sucessos da viagem.

« Saíu pela barra fora a nossa Armada o último de Julho, com 11 velas, das quais a primeira era o galeão Nossa Senhora da Conceição, em que ia por General Pedro Jaques de Magalhães e seu Capitão de mar e guerra Álvaro Dias Gomes.

« A segunda era de Santiago Maior; ia por Cabo dela o Mestre de campo Gonçalo da Costa, e seu Capitão de mar e guerra Lourenço Nunes.

« A terceira, a Rainha S. Isabel; ia por Cabo D. João.

« A quarta, S. Maria de Sabóia; ia por Cabo dela Henrique Jaques.

« A quinta, Nossa Senhora do Pilar; ia por Cabo Manuel Morim Gonçalves.

« A sexta, S. Bernardo; ia por cabo Simão Coelho.

« A sétima, S. Francisco Xavier; por Cabo Miguel Carlos, Conde de S. Vicente, que ia por Almirante.

« A oitava, S. Pedro, que era da Junta; ia por Cabo o Conde da Atalaia.

« A nona, Nossa Senhora da Conceição, que era da Junta; ia por Cabo João Rodrigues Sequeiros.

« A décima, a Madre de Deus; ia por Cabo D. Rodrigo, e seu Capitão de mar e guerra Diogo de Mendonça.

« A undécima, uma fragata genovesa; ia por Cabo um Genovês.

« Todos êstes saímos pela barra fora o último de Julho, e logo nos fizemos ao mar distância de quarenta léguas, e perdemos a nossa almiranta de vista e a não vimos por espaço de três dias, que pusemos de navegação até o Cabo de S. Vicente; e aí a fomos achar defronte de um forte, com ferro lançado e a nossa capitânia salvou e ela lhe correspondeu e o forte salvou à nossa

armada com grande artilharia; e fomos navegando e avistámos outro com sua ilha muito boa, e espaço de meia légua vimos outro à beira do mar, e voltamos sôbre Nossa Senhora da Piedade, e fomos dar fundo à Cidade de Lagos, aonde estivemos três dias; e vimos três (*sic*) Vilas, que chamam Vila Nova de Portimão e Alvor. Neste tempo avistou a nossa almiranta dois navios; deu à vela, e os foi reconhecer, e logo tôda a armada; e lhe atirou para que arriassem e chegaram à fala, dizendo que eram ingleses e que iam para Málaga. E fazendo nossa marcha por diante avistámos S. Lucar, com uma grande enseada, e muito fortificada, vendo também Cádiz com seu forte à beira do mar, muito bem obrado; e pelas oito horas do dia avistámos as Areias Gordas, terra baixa e despovoada; e continuando nossa viagem avistámos entre os montes Medina Sidónia, ao que parecia era cousa boa; e às onze para as doze horas do dito dia avistámos Tânger, muito fortificada, com uma tôrre grande, e sua enseada aonde ancoram navios que ali vão; e da parte de Castela avistámos Tarifa, muito boa Vila; e fomos pelo estreito dentro dar ferro a Gibraltar, o novo, em uma ilha que tem muito boa, e vimos esta Vila muito forte em redondo, com seus baluartes e com povoado. Tem três moínhos de vento em uma praça, e em espaço de uma légua sete atalaias à beira do mar para defensão dos Mouros. Vimos Ceuta, muito boa praça que está em Berberia, e a sustenta Castela. E neste pôrto de Gibraltar nos vieram os Castelhanos vender melancias, e outras frutas e legumes. Estivemos nesta baía ancorados três dias, e aos 15 de Agôsto avistou a nossa almiranta quatro navios, e se foi a êles a reconhecê-los, lançando ban-

deiras inglesas; e chegando a elles reconheceu serem Turcos, e logo despediu a fragata Sabóia com aviso adonde à nossa capitânia e mais navios da armada; e foram seguindo, mas o vento não nos ajudou; e neste tempo avistámos outra vez Ceuta, e indo seguindo nossa derrota nos deram os navios em calmaria, adonde não podemos alcançar a nossa almiranta, e de noite lhe ouvimos atirar bem artilharia, mas como elles velejavam mais do que nós, se safaram, e a nossa almiranta os foi seguindo, adonde tardou dez dias. Aos 18 andámos bordejando e avistámos Málaga, com sua enseada muito boa e bem fortificada, e no mesmo dia vimos as Graças, terras de neve; e indo a viagem adiante, nos deram ventos contrários, e arribámos a uma ilha que chamam Rabo de Gata; tem um forte muito bom à borda do mar com suas atalaias, e acendem facho tôdas as noites por razão dos Mouros; e duma enseada à borda do mar duas léguas, tem uma Cidade que chamam Almeria, muito bem fortificada, com uma tórre muito grande, e da Cidade nos vieram os Castelhanos vender muitas melancias, melões, uvas e tânhas muito grandes; e neste tempo que íamos a dar fundo nesta enseada, com grande vento que tivemos, se atravessou a nossa nau com a da Madre de Deus, e tam grande foi o encontro que tiveram, que foi Deus servido o arredar-nos, e ficou a nossa nau à proa muito descomposta. Na sexta-feira, 30 do corrente, andámos bordejando, com os ventos serem contrários. No sábado, 31, avistámos os montes de Cilis, terra de Berberia. Na tērça-feira, 3 de Setembro, nos fizemos na volta do mar, tomando o rumo para Oram, mas com os ventos não pudemos lá chegar e lhe não vimos mais que as muralhas

a esta terra adonde vínhamos fazer o efeito, porque os Mouros tinham esta Cidade em sítio, e vínhamos pelejar com êles, mas chegando a nossa armada a Gibraltar nos disseram os Castelhanos que já o Mouro tinha levantado o sítio, e se presume que o Francês o avisou da nossa armada; contudo fomos seguindo nossa viagem para diante, por não cuidar o Mouro que o Príncipe de Portugal não tinha armada que lançar; e assim, tanto que chegámos a Oram, logo o nosso General despediu um navio lá com aviso, adonde tardou dous para três dias, andando nós bordejando à vista, esperando que chegasse. Na quinta-feira, 5 do dito mês, veio o nosso navio Pilar que lá era, e atravessou-se a capitânia para falar com êle, e do que lhe disse não sabemos; e andámos ali bordejando até que Deus nos desse tempo para tomar o rumo para Argel, que são dali àquela Cidade cinqüenta e quatro léguas. No sábadó, 7 do dito mês, avistámos de tarde uma vila de Berberia, que chamam Argil, muito bem povoada. Na quinta-feira, 13, andámos bordejando, e de tarde avistámos Alicante, e fomos dar fundo a uma baixa que estava neste pôrto. Em si a Cidade não é grande; tem muralhas com suas tórres, há nela um penedo muito grande, atado com uma cadeia de ferro para não cair, porque arruinara mais de meia cidade, e se diz nêle todos os dias uma missa a Santa Maria Maior, por respeito de não cair êste penedo. Tem dous Mosteiros de Frades, e, distância quási de uma légua, outro adonde está a Santa Verónica em que Cristo Senhor Nosso se alimpou. Estivemos nesta enseada três dias. Na tērça-feira, 17 do mês, se levantou ferro, e fomos tomando o rumo para Argel, que são de Alicante lá quarenta léguas.

Aos 19 amanhecemos com dous navios de Turcos na Costa de Argel, e fomos sôbre eles, e os metemos em uma enseada onde não havia povo algum, e neste tempo se lançaram cinco lanchas para os irem trazer, ou lançar fogo, mas acharam que eles deram à costa; e se levantou neste tempo tam grande tempestade, que os mares se levantaram com grande fúria contra nós, com que miraculosamente as lanchas se salvaram; nesta ocasião o galeão S. Pedro, que estava pegado mais à terra, bravamente pelejou a nossa artilharia com a sua; e a nossa capitânia meteu outro navio em uma enseada debaixo de um forte. E por cima dêste está um lugar muito grande e bem povoado que chamam Sargel, e tem por fora do lugar muitos jardins. Nesta ocasião se levantou um grande vento, com que a nossa capitânia e todos os mais navios se fizeram ao mar. Na terça-feira pela manhã, o 1.º de Outubro, avistámos o Cabo de S. Vicente, e esperando sempre até agora pela nossa almiranta, que ainda não tinha chegado, appareceu, e se fêz à vela a capitânia com todos os mais navios, e viemos seguindo a viagem para Lisboa; e com os ventos nos detivemos alguns dias, por serem contrários, até que chegámos a avistar Cascais; e indo cometendo a barra para dentro, a nossa almiranta foi a última; e como na entrada está o forte do Bugio, e junto a elle estão os cachopos, que é parte muito perigosa, aí nos vimos com a almiranta em grande perigo, arriscados em se toparem as naus uma com outra, em que nos perderíamos mais de 1.000 almas; e isto por duas vezes nos vimos nestas tribulações, mas Deus nos guardou a todos, e fomos com todo o pano, e carregando no leme passámos ávante dela, e a 11 fomos dar

fundo em Alcântara, adonde estava já a capitânia com as mais ».

Não ocupava muito o coração do novo Marquês de Marialva, nem a memória, nem a má-gua, nem o descargo da alma de seu pai, pois lhe deixava lugar tam livre, que cabia nêle o divertimento de festejar uma mulher dama; e sem dúvida que o pintar a antiguidade o amor despedido foi para mostrar que estava apto para tomar qualquer gala que lhe quisessem dar, pois neste caso o vemos coberto de luto. Apertava-lhe os cordéis da confiança o saber que o Senhor de Pancas se lhe adiantava no direito da preferência, e com os olhos do ciume presumiu a dama na liteira do competidor; sem mais exame fêz um tiro à liteira, com que matou um macho, sem que nela houvesse pessoa que recebesse o emprêgo. A perda publicou a causa, e uma e outra cousa obrigaram ao de Pancas a que desafiasse o de Marialva. Pela via ordinária chegou a notícia a S. A., que antes de saírem a campo os mandou prender, e levar um ao Castelo, outro ao Limoeiro, ficando no ar o desafio e o agravo.

Entrou Janeiro de 676 e em seus primeiros dias se acabou de restituir o Reino de Portugal em tôdas as suas preeminências. Concedeu Sua Santidade a S. A. para poder nomear um capêlo de Cardial, o que fêz em o Bispo de Coímbra, D. Fr. Álvaro da Silva, por cuja nomeação festejou a Cidade de Coímbra com alegres demonstrações a singularidade de seu decôro e honra entre tôdas as do Reino, e a família Franciscana o bem que sai a púrpura sôbre o burel.

Chegaram as letras do novo Arcebispo de Lisboa, que tomou posse em 22 do corrente, dia

do ínclito Mártir S. Vicente, Padroeiro daquela Sé, servindo a pompa ao lustroso da festa, com a presença de um Capelão de suas relíquias, que juntamente o é das Pessoas Reais, grande por esta razão, maior por aquela.

Desejava o Marquês das Minas tornar outra vez para a Província do Minho, com pretexto de encher os têrços (diligência que já tinha feito António Jaques), e chegou a Viana depois do Entrudo; e como nestes tempos não dá tanto de si a Milícia, buscou outros meios honrados de sua milícia, para se recuperar dos que com tal ofício costumam fazer; e assim mandou lançar cavalos por tôdas as Vilas e lugares, com tal avexação que foi necessário acudir a Côrte, representando a ladroíce que daqui seguia sem haver necessidade, com que mandou S. A. não fôsse por diante com a tal diligência.

Tanto que se recolheu a nossa Armada, saíu de Argel uma esquadra de Mouros a infestarem estas costas, em que nos tomaram duas embarcações, onde em uma vinha o Governador do Maranhão; com que S. A., buscando o meio mais conveniente para obviar tantas perdas, comunicou o negócio com pessoas marítimas e de experiência, e saíu com o decreto seguinte:

« Eu, o Príncipe, como Regente e Governador dos Reinos de Portugal e Algarves, faço saber, aos que este alvará virem, que, tendo respeito a não ser bastante a forma em que os navios de licença navegam, por a experiência ter mostrado necessitarem de maior prevenção para os encontros que sucedem ter com o inimigo, o qual pelos muitos navios que traz, e ter crescido muito na fábrica das embarcações, e ser justo buscar-se todo o meio para que o inimigo não per-

siga, ou, quando o faça, ache na resistência um grande dano; mandando comunicar esta matéria com pessoas de maior experiência no mar, respeitando também ao prejuízo que o Reino e os vassallos recebem em estes navios não andarem com a força competente a livrar os homens do cativo e o prejuízo à mercância, fui servido resolver que cada um dos navios de licença, que navegam, haja de trazer vinte e seis peças e seis pedreiros, com seus reparos e todo o necessário de talhas, vergueiros, cunhas, soleiras, lanadas, cocharras, e tôdas de sobressalente; e os calibres das vinte e seis peças hão de ser: quatro de oito libras, doze de seis, dez de quatro; balas redondas para as de oito, quarenta e oito; para as de seis, cento e quarenta e quatro; para as de dez, cento e vinte; palanquetas de oito; trinta lanternas para os pedreiros. Estas balas são para doze tiros cada peça, e a este respeito são necessários onze quintais de pólvora, de balas de chumbo quatro arrôbas, de cordas um quintal; quarenta espingardas e mosquetes; vinte pistolas, doze rodellas, vinte terçados, e oito machadinhas. E assim também serão obrigados a trazerem trinta marinheiros, seis mancebos de três quartos, oito grumetes, Condestável e Ajudante, dez Artilheiros, Capitão, Pilôto, Mestre e Contramestre, Capelão e Barbeiro. E estes sessenta e dois homens hão de ser efectivos da obrigação do navio, sem entrarem nêles passageiros ou escravos, porque todos hão de ser mui capazes no seu exercício; e morrendo algum, o justificará nesta Côrte diante da pessoa por quem forem visitados, assim quando chegarem, como quando partirem, e nas Consultas pelos Provedores da Fazenda. Levarão um velame inteiro novo e outro usado; e quando

sejam os dous usados, levarão vela de gávea e traquete novo, ou em tal uso que possa sofrer volta de viagem; levarão de sobressalente cinquenta varas de lona, ou de traçada, e cem varas de treu, e quatro quintais de enxárcea miúda, cabos de laborar; e das mais cousas ténues levarão as necessárias. Nenhum navio destes de licença poderá vir do Brasil fora do corpo da frota, senão três juntos, os quais virão em conserva, e se não poderá apartar um do outro até o pôrto para que vierem; e aquêle que se apartar, ou faltar em algum dos particulares que se referem, assim de ida como de volta, pagará cada um 1.000 cruzados, e o Capitão e Mestre terão seis meses de prisão. E para que se saiba com certeza que estes navios vão deste pôrto, ou vêm a êle com tudo o que se ordena, o Juiz da Índia e Mina terá obrigação, como Conservador que tenho nomeado dos dois troços dos Marinheiros e Artilheiros, ir a todo o navio de licença, que estiver para sair ou vier de fora, averiguar do que acha em cada um, de que fará auto, declarando por extenso o que tal navio é obrigado trazer, e o que com efeito tem, para que, faltando em alguma cousa, poder o mesmo Juiz da Índia e Mina proceder contra êle na forma desta ordem, dando apelação e agravo na forma de direito. E quando os navios estejam com tudo na forma que se refere, se passará certidão pelo auto, para que cada um dos navios que daqui fôr poder apresentar à pessoa do Provedor da Fazenda para o admitir; do qual quando voltar, trará outra na mesma forma, por que conste partir com tudo aquilo que é obrigado trazer. E de tudo o que constar dará conta ao Vedor de minha Fazenda da Repartição da Índia, para êle me dizer a observân-

cia que há nesta minha ordem, em razão da qual o Juiz da Índia e Mina fará tôdas as diligências que o dito Vedor de minha Fazenda lhe ordenar. E os navios que forem ao Pôrto serão, logo que chegarem e partirem, visitados pela pessoa que tem obrigação de o fazer por parte da Junta de Comércio, o qual a fará na mesma forma que neste se aponta, passando as certidões e procedendo como nêle se contém; e de tudo o que se achar nas visitas que fizerem farão aviso ao dito Vedor da Fazenda. E os que forem a Viana fará nêles a diligência o Juiz daquela Alfândega, obrando na mesma forma, e fará os mesmos avisos. Pelo que mando a todos os Ministros da Justiça ou Fazenda, a que o conhecimento dêste Alvará pertencer, o cumpram e façam inteiramente cumprir e guardar como nêle se contém, o qual terá fôrça e vigor, pôsto que seu efeito dure mais de um ano, sem embargo da ordenação em contrário, e de não passar pela Chancelaria. Manuel Dias do Amaral o fêz em Lisboa a 22 de Fevereiro de 1676. Manuel Guedes Pereira o fêz escrever. *Principe. Conde da Ericeira.*

« Alvará por que V. A. manda dar forma aos navios da licença, que navegam para o Brasil fora da frota, o qual não passará pela Chancelaria. Para V. A. ver ».

Ao primeiro de Abril partiu de Lisboa a frota para o Brasil, que constava de quarenta e tantos navios (neste mesmo tempo partiram do Pôrto vinte), e duas naus para a Índia, cujo Capitão-mor era André da Silva, e duas fragatas de guerra, uma que levava o Governador de Angola, Aires de Saldanha, com o Bispo, e a outra com o Bispo de Cabo Verde com o Governador João Cardoso Pizarro.

Não deixava de haver grandes murmurações na Côrte pelo rigor que se executava nos que achavam comprehendidos no tabaco que não fôsse do estanque; e agora se inventaram outros de chocolate, rosa solis, aguardente, com que fica tudo nas mãos dos Ministros, e de quem leva os ordenados. Neste tempo saíu um curioso com a décima seguinte :

Portugal está feito Roma,
O Duque está condenado,
No Reino nada é pecado,
Em que seja o de Sodoma.
Mais vale o que mais toma,
Seja o Prelado um velhaco,
O Ministro seja um Caco;
Nada disto é contra lei,
Só dizer bem del Rei
Ou pisar algum tabaco.

Em Junho passado morreu D. João de Castro, da Charneca; e neste mês se prendeu em Braga a Domingos Leitão, criado de sua casa, por haver indícios que lhe dera peçonha por mandado do filho D. Francisco de Castro e sua mulher, para ficarem governando à sua vontade a casa e morgado; foi grande o empenho de S. A. para o prenderem, e tendo notícia de sua prisão, fizeram o mesmo a tôda a casa de D. Francisco de Castro; êste foi para S. Gião, e os mais foram recolhidos no forte, em casas particulares de segrêdo.

Neste mês de Junho saíram três fragatas a correr a costa, enquanto se preparavam quatro, que saíram no mês seguinte, indo por General Pedro Jaques e Almirante Miguel Carlos.

De Sicília vieram novas como em 8 de Janeiro se encontrou a Armada Holandesa com a de França, que era de 30 vasos, levando manti-

mentos para Messina; durou o combate das sete até o sol pôsto, em que o Holandês lhe meteu a pique dous navios de guerra e dous de fogo. Acabada a batalha, saíram nove galés de Espanha do pôrto de Melazo a juntar-se com os Holandeses, e lhe impediram o meter socorro, contudo o fizeram daí a alguns dias. Da parte de Ruither ficou maltratado um navio, não lhe podendo vedar a água; e indo as galés comboiando-o para Palermo, se foi ao fundo, mas salvou-se a gente.

Morreu o Conde de Santa Cruz, e se foi enterrar a Montemor, onde tem sua capela, não deixando menos dívidas que seu pai.

Vieram cartas de Roma de Sua Santidade para o Núncio, as quais levou a S. A. em 19 dêste, e logo chegou outro Próprio do Arcebispo Embaixador; as do Papa continham tratasse de castigar ao Embaixador pelo desacato e excesso que, seus criados obraram por seu respeito na Cúria de Roma; as do Embaixador vinham só a justificar-se. Foi o caso (conforme referem) que, morando no bairro do Embaixador uma mulher de mau viver, aonde se iam recolher alguns capeadores, tratou o Governador de Roma pôr cobro nisto, visto ser privilegiado aquêlê bairro (como é costume guardar-se a todos os Embaixadores), e mandou aos esbirros que por algum engano ou dissimulação a tirassem daquêlê bairro para a prenderem; e assim o fizeram, e daí a dois dias chegou a notícia ao Embaixador; mandou sair de sua casa três carroças de gente armada, e, encontrando-se os esbirros, mataram dois, feriram outros, e se recolheram. Alvorçou-se a Cúria, e concorreram todos os Embaixadores a socorrer o nosso, com que fêz o caso

mais grave; e lhe negou o Pontífice, enquanto viveu, audiência.

Aos 13 de Julho safu o Bispo do Pôrto com uma explicação dos Cardiais, em que nenhum Religioso pudesse falar com Freiras de seu Bispado, nem ainda com irmãs, debaixo de pecado mortal, e com poderes de pôr censuras e privar de voz activa e passiva pelo tempo que lhe parecesse. Antes de se fixar o decreto foram todos os Prelados do Pôrto pedir-lhe vista do tal Breve, para avisarem a seus maiores se queriam que o aceitasse (visto se usar em Espanha nem aceitar, nem estarem os Regulares sujeitos aos preceitos dos Bispos), pedindo-lhe o despacho por petição. Aceitou a petição, e a tornou a dar sem despacho, mandando fixar o papel, que se lhe tirou de noite, e em lugar d'ele se puseram vários pasquins e versos, e entre elles saíram estas décimas:

Para poder escapar
Do povo ao fatal ruído,
Deixou o mundo Cupido,
E se meteu Regular;
Mas é muito de notar
Não lhe valer traje vário,
Antes obrar o contrário
Sua sorte triste e negra,
Pois por andar com a regra
O persegue o Ordinário.

¿Para que tanto zelar,
Lacerda, as pobres Freirinhas?
Não as mateis, coitadinhas,
Deixai-as sequer falar;
Não temais que o Regular
Lhes pegue de alguma vez,
Como vós, o mal francês,
Porque quando fôr na grade
A Freira com algum Frade,
Só será mal português.

Para deshonrar teu Rei,
 Vassalo mais desleal,
 Escreveste em Portugal,
 Sem Deus, sem fé e sem lei.
 Agora muito bem sei,
 Que pois não podes estar
 Já sem catastrophear,
 Com tais letras e papéis
 Seus vassallos mais fiéis
 Queres também afrontar.

Não é bem no mundo fique
 Tôjo tam mau de levar,
 Que se não pode tratar
 Sem que a todos mortifique;
 Destroça-se, vá-se a pique,
 Não haja fumo de tal
 Peste em nosso Portugal,
 E porque não haja, não,
 Rastro de tal geração,
 Fogo sôbre êste tojal !

Em Agôsto morreu o Bispo de Miranda, D. André Furtado de Mendonça, varão em tudo grande e perfeito, e digno de maiores lugares ; foi sua morte de todos sentida, por sua virtude, letras e qualidade.

Chegaram novas ao Núncio da morte do Papa Clemente (entrando em 97 anos de idade), que as levou a S. A. ; e como estavam os palanques feitos com outros gastos para os touros, ficaram as exéquias para a semana seguinte, e S. A. deu aviso a todos os Bispos, e êstes às Religiões, para se lhe fazeram os officios.

Em França foram prêsas duas Freiras por fazer moeda falsa, e foram condenadas em acabar a vida em a Tôrre das Penitências.

A 21 de Setembro foi eleito por Pontífice o Cardial Odescalchi, pessoa de grande capacidade e mérito ; é natural de Como, praça do Ducado de Milão, onde nasceu no ano de 1611,

e tomou por nome Inocência XI. Enviou a el-Rei de Polónia 200.000 cruzados de seu próprio dinheiro, avisando-lhe continuasse a guerra com o Grão Turco até restaurar a Caminiec.

El-Rei de Castela no princípio deste mês de Novembro disparou uma pistola junto ao Escorial, e feriu em uma perna ao Marquês de Vila Serra; porém, em mostra do sentimento que S. M. teve do successo, o foi visitar a sua própria casa, fazendo-o Grande de Espanha. Aos 6 deste entra em idade de dezasseis anos.

Recolheu-se a nossa armada nos princípios de Outubro. Dois navios que chegaram destracados se aparelharam para acompanharem os navios que iam para Cuama; dois ficaram de fora a esperar a frota, às ordens de um Mestre de campo. Não obrou a Armada mais do que fica referido; com que se pôs na Capela o seguinte pasquim :

Qual é a cousa, que vai e vem, e não faz nada?
É a nossa Armada.

Andava o Arcebispo de Lisboa discorde com D. João de Mascarenhas, Arceidiago da Sé, sobre querer lhe assistisse em todos os actos de pontifical, fora e dentro dela. Corria pleito sobre a dita causa, e se não falavam as partes. Da doença de que morreu, enfermou o Conde de Óbidos, pai do dito Arceidiago; levava-lhe o Cura de Santos o Viático, a tempo que o Arcebispo o encontrou, e apeou-se da liteira e tomando o Senhor o levou ao enfermo, e ficou corrente com todos.

Quarta-feira, 13 deste, amanheceu a casa de D. João de Castro cercada de Cavalaria e Infan-

taria, e um Corregedor da Côrte para o prender. Viu-se cercado, saiu e deu-se à prisão; foi levado à Torre de Belém, e prêso com grande estreiteza, com ordem que o não deixassem falar com ninguém. Variamente se ajuíza sôbre a causa, porém, não se sabe qual seja.

Pratica-se que o Turco e Moscovita se apressam com tôdas suas fôrças para saírem a campanha, e se receia que façam pazes e o Turco dê sôbre a Prússia; suspeita que tem inquieta a tôda Itália.

Foi um menino, filho de um Senhor de Lisboa, beijar a mão a S. A., e lhe disse: *Fale-me V. A. em qualquer língua que quiser, que em tôdas lhe responderel.* Disse-lhe o Príncipe: *Sabeis vós o Credo?* Respondeu-lhe: *Não, Senhor.* — *Pois dizel a vosso pai que vos ensine as orações, que a língua cristã é a que vos importa.* E sabe-o ser S. A. tam bem, que tôdas as sextas-feiras do ano jejua a pão e água, os sábados todos jejua; todos os dias ouve missa com ambos os joelhos em terra, e sem consentir que se fale palavra enquanto a ouve. Levantase para a missa no verão às sete, no inverno às oito. Com estas e outras virtudes ensina a todos a linguagem cristã, mas aprendem-na tam mal, que, mandando dar a uns têrços pagos, que com a Cavalaria se exercitavam no Terreiro do Paço, cem moedas para repartirem entre si, lho impediram. Daqui nasceu amanhecer em todos os públicos da Côrte este pasquim:

Viva o Príncipe meu Senhor,
Morra o Fronteira e o Vilar Maior.

Ofereceu-se o lugar de Regedor da Justiça de Lisboa ao Conde de Vimioso, que êle não acei-

tou, dizendo se desse a seu sobrinho, o Conde de Aveiras, a quem pertencia.

Esta semana succedeu um caso bem desgraçado. Havia em Lisboa um pagem de um eclesiástico autorizado; por razão de um furto, se lhe ausentou de casa este tal pagem (de quatorze para quinze anos e órfão), ia buscar os Mouros da galé ao Cais do Carvão (que é aonde assistem os forçados) para com elles cometer o peccado nefando. No delito o prendeu a justiça secular com quatro Mouros: agora puxou o Tribunal por todos. As circunstâncias desta maldade a fazem tam abominável, que se tem sentido muito principalmente entre a piedade cristã.

Prendeu-se um Clérigo por dizer seis missas cada dia. Desaforadíssimo está o mundo!

Quarta-feira prenderam e meteram no baixo do Forte a Pascoal de Bragança por traidor; era secretário do Secretário de Estado, deitava patacas ao mar, e como vendia o que não tinha, não tinha segredo no que vendia, e os das Monarquias estranhas a todo o custo. Em o mês seguinte morreu na prisão, e afirma-se que nos tratos; acharam-se-lhe 6:000 cruzados em dobrões castelhanos; cara lhe custou a moeda, pois com ser corrente não foi de lei. Outas pessoas se prenderam, que, dado seu testemunho, soltaram.

Em uma estalagem de Santarém estava ceando um Religioso Castelhana; entrou nela um arrais de Santarém, viu que levava dinheiro, rogou-o que fôsse no seu barco, e nêle o despiu e roubou, e carregou com muita pancada e o pôs na praia, e deu à vela. Veio fazer queixa a S. A., que lhe mandou dar ajuda de custo para a jornada, e ordem às justiças para que buscassem e prendessem o agressor.

António de Sousa Meneses, parente dos Mendonças Furtados Rios, casou com uma mulher nobre, sobrinha de Pedro Sanches Fariuha, e bem dotada, mas dizem que com parte de Cristã-nova, haverá dezasseis meses. Não quiseram os parentes dêle tratá-lo, nem vê-lo. Pôs em Castela o cabedal que pôde, e em 30 de Agosto de manhã matou a mulher às facadas, e, dizendo que ia à caça, ordenou à gente da casa que a não acordassem até êle voltar. Mandou S. A. fazer diligência por prender o agressor e até agora só prenderam tôda a gente de sua casa. Sentiu-se esta morte por cair em sujeito inocente, de virtude e de pouca idade.

Aos 12 de Setembro se recebeu o filho do Conde de Vilar Maior com uma filha do Conde de Sarzedas, e a êste o nomearam por Governador do Algarve.

Nomeou S. A. por Estribeiro-mor ao Conde de Vimioso, e para Vedor ao Conde Barão.

Um dia dêstes se baptizou um filho de S. A. já de dois meses, e do Infante tem cuidado Teodósio de Frias.

Teve o Bailio de Leça carta de Fr. António de Sousa Monte Negro, General das galés de Malta, em como neste ano tomou aos Turcos cinco prêsas grandes, em que livraram cativos; e rendendo uma galé, mandou ao Maltês mais vêlho (que era um sobrinho do mesmo Bailio de Leça) tomar posse dela; e estando dentro lhe pôs fogo um Turco no paiol da pólvora, com que todos foram pelos ares; e dos que andavam lutando com as águas conheceu um marinheiro ao Maltês, e o livrou do perigo.

Chegou aviso a S. A. como, estando el-Rei de Inglaterra só em um jardim de seu palácio, se lhe pôs diante um homem em hábito disfarçado, e,

apontando-lhe uma pistola ao peito, lhe errou fogo. Abraçou-se el-Rei com êle, prenderam-no, e resultou o prenderem muitos Católicos Romanos, divulgando-se que o agressor fôra mandado pelo Duque de York, irmão del-Rei. Sem dúvida tudo artifício dos herejes, como se suspeita.

O primeiro de Dezembro entrou em Lisboa o corpo de D. Francisco de Melo, Embaixador em Inglaterra; foi a enterrar ao Mosteiro dos Terceiros; ao outro dia se fêz um officio, em que assistiram todos os Senhores da Côrte.

Cópia da primeira carta do Conde de Castelo Melhor, residente em Inglaterra, em a cidade de Londres, para Simão de Vasconcelos e Sousa, seu irmão, em que se trata das coisas de Inglaterra

«Meu irmão e senhor. A Rainha manda êsse homem; leva uma relação do que lhe pertence. Remédio a seus males, não sei quem lho possa dar, mais do que Deus, e depois el-Rei, que não há dúvida que, tendo poder, lho dará; mas estando as coisas tam incertas, que ninguém sabe como caminham, tudo se pode temer. A Rainha se acha acusada, por ditos, de ter parte na conjuração e ser S. M. quem devia dar o veneno a el-Rei (como estava concertado), declarando que lhe ouviram dizer em uma sala de Somerset-haus, aonde estava com três Jesuítas, que se queria vingar del-Rei. Êste negócio, que êste homem disse a el-Rei, não fêz nêle impressão alguma, antes, conhecendo a maldade do homem, S. M. declarou e declara a falsidade do testemunho. Neste estado deu el-Rei conta a seu conselho, que deputou à Rainha o Chanceler, o

Tesoureiro e o Grão Chambolão, que são os maiores officios do Reino, para fazerem um compromisso à Rainha, o que fizeram. Fêz a prática o Chanceler, dizendo que el-Rei e o seu Conselho, vista a deposição dêste homem, que era tal que não havia Gentil homem em Inglaterra que de uma Princesa de suas virtudes o pudesse crer, (e por aqui outros grandes elogios seus) que os mandava ali assegurar a S. M. do seu sentimento e pedir-lhe que tivesse uma pouca de paciência, pois não permitia hoje o tempo que se apertasse com êste homem até se não acabarem os pleitos, que êle intentava contra os Senhores que estavam presos; porém que em isto dando lugar se faria justiça, dando-se satisfação a S. M. Respondeu a Rainha que a ela lhe não era necessário justificar uma coisa que êles mesmos não criam, e pois os interêsses do Reino pediam tivesse paciência por algum tempo, a S. M. dava a mão de boa vontade a isso, e confiava muito na justiça del-Rei, e na sua, que não faltariam a fazer-lha.

«Betelo um dia dêstes mandou dizer à Câmara baixa que tinha uma coisa de grande consideração que relatar, havido o perdão del-Rei de o ter encoberto. Recusou el-Rei dar-lho, a primeira vez; até que ontem lho deu. Depôs êste que, em Abril fêz um ano, estando êle na igreja de Somersethaus, estava a Rainha na sua tribuna, estando com ela Milord Belesos, dois Padres da Companhia e dois Abades Franceses, e que havia uma grande consulta, e que o tal Colman viera abaixo e lhe dissera: *Graças a Deus, que temos rendido a Rainha a fazer o que queremos, e não foi isto sem muito trabalho, porque com muitas lágrimas tomou o juramento.* Êste é o estado do negócio. Bem creio

que havemos de vencer, e que esta verdade, que é patente, se há-de verificar com o castigo de quem levanta testemunhos, porém aqui não há quem possa falar com autoridade. O Rei está muito com a Rainha; de outra parte os seus Ministros temem o Parlamento, e el-Rei está em tanta necessidade de dinheiro, que cuida esta gente lhe não pode faltar no que pede. No Parlamento está mal recebida a deposição destes homens, porém há ali um partido muito oposto ao Rei, e, com a capa de Religião, para ela tudo interprende. Êste mesmo é contra a Rainha, e o foi no negócio passado, que deu tanto cuidado; não sabemos de onde a fôrça desta gente chegará. Aqui não se falta com a diligência; bem creio que ainda que tivesse o carácter de Ministro, não aproveitaria mais; porém isto toca outro ponto, porque sempre era aqui necessária pessoa da parte de S. A. para assistir à Rainha. O cargo não é para apeteecer, e se eu vira já por estas bandas quem o pudesse fazer, não há dúvida que fizera tôda a diligência para que se lhe encarregasse; porém eu não vejo por cá ninguém, nem quem possa vir de Portugal, que neste estado possa dizer uma palavra. Eu vejo-me em talas; de uma parte considero a dificuldade de poder hoje fazer coisa alguma que convença; da outra, que devo à Senhora Rainha tudo; e assim não sei o que diga. Êsses Senhores puderam ter provido; o que vos digo é que, se resolverem e mandarem ordem para aqui fazer figura alguma, que só o ver o estado em que está a Rainha me obrigará a tudo. Vós deixai-vos ir com as águas. Os Católicos naturais são todos lançados fora do Reino; os criados ingleses da Rainha obrigados a se irem; e assim ninguém sabe como está, e menos em que isto há-de vir

a parar. A fortuna de vir aqui em tal tempo não é a maior. D. Francisco de Melo até a isto escapou por fortuna. Deus vos guarde.

«Londres, 28 de Dezembro de 1678».

Segunda carta

«Meu irmão e senhor. Othos tem acusado os Milordes e mais gente da conspiração; se o fizeram acusar agora pelo que fez contra a Rainha, caíra o seu testemunho, e como éle acusava por respeito da religião, e de mudar o governo neste Reino, e isto são matérias mui delicadas neste tempo, pelo fogo com que o Parlamento está, não pode el-Rei separar o negócio da Rainha dos outros, e assim é necessário deixá-lo passar. A Rainha disse que el-Rei estava bem com ela».

Não continha no treslado mais.

Terceira carta

«Meu irmão e senhor. Das antecedentes vereis o que temos passado aqui; de novo, graças a Deus, tereis mais razão de vos contentardes. Já vos disse que a Câmara baixa, sobre o testemunho de Othos e Betelo, que falaram contra a Rainha, o primeiro dizendo o que vereis na carta antecedente, fez uma aderessa à Câmara alta, pedindo-lhe por ela se quisessem juntar ambas, para pedirem a el-Rei que afastasse a Rainha de si e todo o seu séquito, e saísse do palácio todo o Católico e toda aquela pessoa que fôsse suspeita de católica. Fui à Câmara

alta, falei a el-Rei, mostrando-lhe a importância de que era que S. M. mostrasse nesta ocasião o seu affecto e justiça no que tocava à Rainha; que se seguiria a ruína da Sereníssima Rainha, e immediatamente a de S. M.; que os mal intencionados nenhuma outra coisa procuravam por este caminho, mais que dividir a Suas Majestades, arruinando inteiramente ambos; que já havia dias que andavam por aqui práticas que cheiravam a repúblicas, e que a facção presbiteriana, da qual boa parte era hoje contra a Côrte, esse governo estima mais. Estas razões lhe foram ditas três vezes em um dia, e outras muitas. Respondeu-me sempre que estivesse descansado, que esta era a maior sem-razão que se fizera nunca, a maior maldade; que elle havia de fazer o que pudesse, e finalmente concluiu sempre dizendo: *O negócio não é da Rainha, é meu.* Falei ao Duque, irmão del-Rei, mostrando-lhe o interesse que S. A. tinha na conservação da Rainha, e a honra que grangearia em procurar os seus interesses, e por aqui aquelas razões que então me ocorreram, e que faziam a proveito do negócio; respondeu-me sempre bem, e que não havia de faltar em servir a S. M. Falei a dois Ministros, que são o Secretário de Estado Concentri e o Tesoureiro, e finalmente falei a Milord Arlington, com quem tenho muita amizade, e tem grande affecto para as coisas da Rainha, perenemente; digo assim, porque muitas horas do dia e da noite estamos juntos; ajustei-me com Milord Clarendon, filho do Chanceler que casou a Rainha, cujo zelo para o serviço de S. M., se houvesse de trocar o meu, o não trocaria senão por elle, e com Milord Osserei, que é o Camareiro-mor de S. M., dos maiores Senhores destes Reinos, e que a serve com affecto

particular. Isto feito, chegou o dia em que a Câmara alta havia de considerar o que lhe dizia a baixa. Começou ela por mandar chamar as duas testemunhas, depuseram estas o mesmo que já tinham dito, com a mesma franqueza e segurança com que o tinham feito. Entrou-se no debate da causa; era questão saber-se se haviam de ajustar com a Câmara baixa; dizia a nossa parte que não, porque as disposições daqueles dois homens não eram de maneira que pudessem dar motivo a se imaginar a menor culpa da Rainha, e que o apartá-la era pena; falaram por esta parte alguns Milordes. Dizia a parte contrária que havendo estes homens deposto contra a Rainha, e sendo descobridores de uma conjuração neste Reino contra a vida del-Rei, contra o Governo e contra a Religião, não era razão em nenhuma maneira enfraquecer o seu testemunho, se se não acordassem com a Câmara baixa; falaram por esta parte alguns também. Houve razões de parte a parte, foi el-Rei solicitando os seus votos, e disse aos Bispos, que são muitos e têm voto no Parlamento, que se queriam perder os seus lugares que votassem contra a Rainha, que era certo que os não teriam oito dias depois, como também elle o perderia quatro dias depois, sendo certo que este era o fim com que isto se intentava; fizeram as pessoas acima, criados e afeiçoados da Rainha, o que deviam, e o fez também Milord Arlington; falou-se várias vezes com práticas mui eloquentes, e finalmente foram cinco os que votaram contra a Rainha; falaram não directamente contra a sua pessoa, senão contra debilitar o testemunho daqueles dois homens; dois ou três não quiseram votar, e oitenta, mais um menos um, votaram pela Rainha, com os maiores

elogios que até agora se viram de Princesa alguma, numerando-se muitas de suas virtudes, pois que tôdas era impossível fazê-lo. Disse-me Milord que a Rainha se devia contentar de haver passado estes trabalhos, só por ter a glória de se dizer na Câmara alta o que de S. M. se referiu.

«Considerarei que no número desta gente há muitos que são contra a Côrte, e que foram pela Rainha; e foram os que maiores elogios fizeram dela. Durou esta contenda desde as dez horas da manhã até às seis da tarde. Às oito estava eu no Paço, e tinha falado a el-Rei como vos digo; às dez vi a Sereníssima Rainha, que com o seu grande juízo penetrava muito bem o fim que isso levava, que era separá-la de seu marido, acusá-la, e chegar-se ao último. As histórias assaz de exemplos nos trazem em Inglaterra infastos a Rainhas, ainda que alguma inocente. Falavam-nos em prisão, em cutelo, na brevidnde do tempo; e ainda que eu entendesse o mesmo, era necessário não o dizer, e por isso não ser crido. Chegou a hora do jantar, jantou a Rainha privadamente, assistiam-lhe os seus dois Sumilheres e três Damas da primeira qualidade, e poucos bocados; os rostos tristes, que S. M. via, e a enterneceram de maneira, que, parando e começando a chorar, acabou a mesa; entrou para dentro para sua casa, e, acompanhando-a eu, em quási meia hora não fez a Rainha outra coisa que desculpar-se de sua ternura e dizer que lhe viera ao pensamento a sua criação, e que se via ainda entre gente da sua nação, e que isso a fizera chorar. Disse-lhe o que me parecia conveniente por que nos desse ânimo, e não perdêssemos o que até aquela hora se tinha feito. Antes de outra coisa, é necessário saber que a Rainha tem mostrado a maior prudência e maior

valor nesta ocasião, que até agora mostrou pessoa alguma; está vendo tôdas as horas quem lhe é contrário, e faz-lhe a mesma cara e o mesmo riso que dantes; ouve que a acusam, põe os pés sôbre tudo; e assim esta gente e os Ministros estrangeiros que aqui estão, que são muitos, estão admirados.

«Passámos assim nesta aflicção todo o dia; alguma hora estive com S. M., e sempre no Paço. A Rainha fêz os mesmos exercícios que fazia, do térço, com seus Capelães; não há dúvida alguma que nêles acha alívio. O Padre Confessor, e os padres da Companhia que aqui estão, o são também; Bento de Lemos o é de grande importância. Neste estado se estava, tendo-se já retirado os Padres, e a Rainha entretendo-se com Madama de Arlington, e Osseri, quando veio o marido desta e nos trouxe a nova do que havia passado, que é o referido. Em meus dias não tive gôsto igual a êste. Beijámos a mão à Rainha; fui dar conta aos Portugueses. A Rainha o agradeceu a todos. Quando veio el-Rei, a quem a Rainha deu as graças do que tinha obrado por ela, S. M. com a bôca cheia de riso lhe respondeu que não queria cumprimentos, e lhe disse muitas coisas do seu affecto. Antecipadamente a isto, vendo a Rainha o que el-Rei obrava por ela, lhe disse que a tinha tam obrigada, que podia dispor da maneira que quisesse, porque ela só queria obedecê-lo. Disse-lhe el-Rei que a havia de defender, e que estivesse descansada, que tudo o que pudesse havia de fazer por amor de S. M. Eu não tenho faltado em mostrar à Rainha o que deve a el-Rei, e quanta graça nos fêz Deus, em que ela nesta ocasião faça o que faz, e a Senhora Rainha é tam advertida em tudo, que sem nenhuma diligência faz tudo o que é necessário.

«Este negócio vencido na Câmara alta, o caminho que há de seguir agora é responderem os Senhores à Câmara baixa que eles não podem concordar com ela, e dar as razões porque o não podem fazer. Procuramos que na Câmara baixa se contentem das razões que dão os Senhores, e que digam que eles fizeram o que entendiam, não porque vissem que contra a Rainha havia nada, senão porque assim o julgavam conveniente à segurança de el-Rei. Sairemos com grande glória se isso succeder; porém, havendo na Câmara baixa mais de quatrocentas pessoas, não nos prometemos sair com o intento. O caminho natural da Câmara baixa é dizer que, pois os Senhores se não querem juntar com eles, eles irão pedir a el-Rei o referido. Neste caso, tendo el-Rei o conselho da Câmara alta encontrado ao da Câmara baixa, é certo que refutará a petição da baixa; porém eu tomara, para maior glória da Rainha e de todos nós, que alcançassemos o primeiro partido. Bem podeis crer que não se falta com a diligência. A el-Rei se lhe diz a glória que tem de acabar este negócio; ao Duque, o que é necessário para o que faça; e eu não tenho divertimento nem coisa que me impeça fazer quantas diligências cabem em mim, e muitas mais, e graças a Deus todos me ouvem. Este é o estado em que estamos; para saberdes o que podíamos temer, sabei que há aqui um partido que uma das coisas quere: ou descasar el-Rei, e casá-lo para que tenha filhos, ficando a Rainha separada; ou com aleive, ainda que iníquo, porém mais seguro para eles, porque o primeiro sempre deixa pretexto ao Duque de York e ao Príncipe de Orange; o segundo não menos, se el-Rei se mostrasse frio no que tocava à Rainha. Isto podia ir muito adiante, o fermento está

aqui; o successo não chegou, porém segurai-vos que Boquinhahan, que é alto velhaco, não desistirá de seu intento enquanto viver, e isto é verdade. Considerai se tinha eu razão de temer; qualquer pessoa que aqui estivesse teria os mesmos temores; não sei se todos teriam ocasião de fazerem as diligências que aqui fazemos. El-Rei disse hoje à Rainha que elle também era acusado, porque diziam que elle queria se fizesse a elle a accusação, porém que elle estava tam innocente como ella mesmo. Está hoje com ella da mesma maneira que no principio de seu matrimonio; não é crível o que se lhe deve nesta ocasião, e o bom coração que tem mostrado para as coisas da Rainha. Eternamente lhe deve nossa Nação ser obrigada; elle se tem grangeado muita glória nesta ocasião. Nós não contamos aqui o que ganhamos; contamos só o que perdêramos, se fôra ao contrario. Se a Rainha fôra apartada del-Rei, sendo os intentos referidos, era certo que carregariam testemunhas falsas, e em um negócio destes duas bastavam em Inglaterra para se chegar à última miséria.

«Hoje se despediram os criados da Rainha de S. M., não lhe ficando mais que os Portuguezes, e nove mulheres inglesas e protestantes. Este golpe é duro, mas havendo el-Rei passado o bile de expulsão dos Católicos, não podia ser de outra maneira. A Rainha leva isto com paciência, e el-Rei diz que, passado este fogo em que está o Parlamento, haverá caminho para que elles tornem. É certo que, se o Parlamento se ajusta com a el-Rei, e que passem boa intelligência, tudo isto se pode esperar, senão é necessário ter paciência. Este é o estado em que ficamos, de que vos dou conta por miudo; espero em Deus que sairá a Rainha bem deste

embaraço, e que haja tempo para a ver com seus criados; com isto me contentarei. Do que escrevo ao Secretário de Estado vereis o que lhe digo; se vos quiser ouvir, podeis-lhe relatar tudo; e se não, aquietai-vos, e tende muita saúde. Deus vos guarde.

«Londres, 10 de Dezembro de 1678».

Quarta carta

«Meu irmão e senhor. Esta é a última que faço por este homem. Ele vai despachado ao Padre Manuel Dias; assim o ordenou S. M. O que importa é que dessa banda não cuidem que os negócios estão aqui acabados; pode cada dia renovar-se o mesmo. Acuda-se a isto como é razão. El-Rei tem feito nesta ocasião tudo quanto se podia desejar, no affecto que mostrou à Rainha. Hoje me disse S. M. que havia dito à Rainha que de tudo o poderiam acusar, porém que nunca o fariam de ser traidor. Disse-me algumas coisas tocantes a minha pessoa, de muita honra; elle conhece, como todo o mundo, que o meu zêlo é bom para o serviço de S. M.; ponha-nos Deus em paz. Vós declarai que convém acudir-se a isto; faça-se o que quiserem. Segundo as notícias que me dão, pode ser que a Câmara alta não responda à baixa sôbre o negócio da Rainha, e não será pequena a vitória que temos alcançado. Esquecia-me contar-vos uma história da Rainha e del-Rei. Quando Othos quis acusar a Rainha, el-Rei o disse a S. M., dizendo que havia de ouvir uma coisa que lhe tocava. Inquietou-se muito a Rainha e perguntou a el-Rei várias vezes o que era, persuadindo-se que era algum testemunho ou aleive tocante a sua pessoa; disse a el-Rei se tinha disso

alguma suspeita, mui inquieta; respondeu-lhe el-Rei que era coisa mais trabalhosa. Apertou, e respondeu el-Rei que a haviam de acusar de querer dar peçonha a S. M. Serenou-se a Rainha, e disse: *Como não falem mais que nessa matéria, deixai dizer o que quiserem.* Respondeu-lhe el-Rei, com muita galantaria, que lhe dava as graças do favor que lhe fazia, que mais facilmente sofreria tôda a outra coisa, que ser envenenado uma vez. Eu espero ver êstes maganos castigados; e êstes criados da Rainha, que hoje se vão, restituídos. Deus o faça. Êle vos guarde como desejo.

«Londres, 11 de Dezembro de 1678».

Em 10 de Janeiro entraram em Lisboa duas fragatas de guerra, que com temporal se apartaram de doze de Castela, que levavam a gente que saíu de Sicília a invernar a Galiza. Entraram derrotadas, e S. A. lhes mandou dar tudo o que fôsse necessário, assim para fornecimento como para aparelho das fragatas. Em 20 aportou na barra do Pôrto um galeão, que era a capitânia dos navios que saíam de Sicília, derrotado de mastros e falta de mantimentos; jogava o galeão 84 peças de bronze e trazia 1.200 praças.

João Corrêa, que estava acoutado em casa do Núncio, fugiu para Cádiz em uma nau inglesa; dizem se vai casar. Fizeram boas diligências pelo prender; porém foram sem proveito, que anda mais quem voa que quem corre. Seu pai, Salvador Corrêa, raposo vêlho, foi deitar-se aos pés de S. A., dizendo que se achava incapaz de o servir, fazendo deixação do lugar de Conselheiro Ultramarino. Causou lástima, conseguiu piedade, e voltou favorecido.

D. Francisco de Lima morreu em S. Lucar, e deixou a Misericórdia de Lisboa por sua universal herdeira; e dizem que importa a herança um milhão. Veio o testamento, e a mesa tem nomeado um irmão da mesa, que é Rafael de Paiva, e um Bacharel, que é José de Faria, para irem a esta arrecadação.

Vieram novas dos Rios de Cuama, em como os navios que para lá foram chegaram a salvamento, e ficavam os Portuguezes bem recebidos dos gentios e bem acomodados.

O que de presente teve arriscada a Côrte de Lisboa a um motim contra os Cristãos novos, ou homens de nação, foi chegar ao Núncio um breve de Sua Santidade, pelo qual lhe ordenava se lhe remetessem cinco processos (nomeados os originaes) de cinco Judeus, já condenados há anos, e que, não os querendo entregar o Tribunal dentro em quinze dias, declarasse aos Inquisidores por excomungados; demanda que em Sua Santidade anda há muitos tempos. Fêz S. A. Conselho de Estado dos melhores Teólogos e Canonistas da Côrte; nêle se resolveu que se não consentisse semelhante entrega. Mandou chamar o Inquisidor Geral, e lhe mandou que tais processos não entregasse, aliás que o haveria por desnaturalizado de seus Reinos; e ao Núncio mandou dizer que da sua parte avisasse a Sua Santidade de que poderia extinguir a Inquisição nestes Reinos, mas alterá-la em cousa alguma da forma em que foi concedida o não havia de consentir, e que se até o S. João não desse a última resolução nesta matéria, mandaria sair seu Embaixador da Curia, e ao Núncio não guardaria os foros de Embaixador que lhe guardava; e estaria em seus Reinos com o respeito só de Ministro de Sua Santidade. Muitas

particularidades houve no referido que não escrevo, porque só se permitem dizer, escrever não; e assim damos razão do facto, e não dos affectos nem das tenções que nelle se descobriram.

Na noite seguinte se pôs nas portas do Santo Officio um descomposto pasquim, que é o seguinte, e dizem que pela manhã o tirou o Inquisidor Geral, e o levou a S. A.

Pasquim

« Quem quiser ser Judeu, hereje, somitigo, e casar três vezes, vá falar com o P.^o Manuel Fernandes, confessor de S. A., e com Manuel da Gama de Pádua, e Pedralvares Caldas, que têm Bulas do P.^o Quental para tudo ».

Em 6 de Março chegou carta ao Cônsul de Inglaterra por uma embarcação que ia em direitura a levar uma ordem do Inglês às fragatas que traz no Estreito, com a qual foi falar com S. A.; e por ela se viu em como aquêle Rei estava em Londres com 20.000 homens, dos quais é General o Duque de York, e todos os Cabos feitura suas, a-pesar dos Parlamentários que intentavam desfazer esta gente; e conhecido seu mau intento pelo Rei, os despediu, e absolveu de procuradores, dizendo que havia dezoito anos o eram, e mandou ordem aos povos que elegessem novos Parlamentários para virem quando fôssem chamados. Alegrou esta nova a tôda a Côrte, porque se colhe dela o estar o Rei seguro, e unido com seu irmão, e os herejes menos orgulhosos.

Da Gazeta de Amsterdam, dêste mês de Fevereiro, se tirou o seguinte: « Por contentar ao

Parlamento permitiu el-Rei de Inglaterra se executassem as sentenças dadas contra os dous Padres da Companhia, chamados Grove e Urlande, que foram arrastados e enforcados, e feitos quartos, porém a seu companheiro concedeu S. M. dez anos de vida, por mostrar-se mui sentido do intento que teve contra a real pessoa, e por haver prometido descobrir outros cúmplices em a conspiração; e como consta de diversos testemunhos jurados que quatro Padres da Companhia se haviam recolhido ao Condado de Stafor, que eram os principais da cousa, se publicou um decreto real contra elles, para que ninguém lhes dê alojamento, socorro, nem ajuda, oferecendo-se certo prémio a quem entregar a todos, ou algum d'elles em poder da justiça. Cada dia se conduzem diversas pessoas prisioneiras, e entre ellas muitos Fidalgos culpados de ser cúmplices em a conspiração referida ».

« Ao muito amado em Cristo filho nosso, Pedro Príncipe, irmão do Rei de Portugal e Algarves.

INOCÊNCIO XI

« Muito amado em Cristo filho nosso. Muitas vezes temos mandado pelo venerável irmão Marcelo, Arcebispo de Calcedónia, e pelos nossos Breves, como vós muito bem sabeis, ao venerável irmão Veríssimo, antigamente Arcebispo de Braga e agora Inquisidor Geral dos Reinos de Portugal e Algarves contra a herética pravidade, que nos remetesse alguns dos processos já finidos e terminados de judaísantes, como também de negativos, em pena ordinária condenados, e como quer que assim vosso Embaixador, como

o Inquisidor, aqui mandados, e outros, nesse meio tempo alegassem muitas cousas, com as quais pretendiam apartar-nos dêste nosso propósito, nós, examinadas diligentemente tôdas as ditas cousas, e não achando nelas causa que relevasse, proferimos por decreto nosso nos remetessem os ditos processos, o qual por outras muitas vezes justamente repetimos, ao que tam sómente até agora se não tem satisfeito, antes, buscando vários pretextos, experimentámos que os Ministros da Inquisição cada vez mais se abstinham, e nos contradizem; pela qual razão, considerando os gravíssimos incómodos que daqui facilmente podem resultar aos fiéis Cristãos se dilatarmos mais aos mesmos Ministros que remetam, como se lhe tem mandado, os processos, mandamos ao dito Inquisidor que, sem falta, dentro de dez dias, entregue os ditos processos na mão do venerável Marcelo, Arcebispo de Calcedónia, nosso Núncio. Neste termo, com todo o affecto, admoestamos e rogamos ao nosso muito amado filho que pela vossa exímia piedade e real observância, que em muitas ocasiões experimentámos para com a Sé Apostólica, na qual Nosso Senhor Jesus Cristo, não por nossos merecimentos, mas pelos inexcogitáveis juízos da sua divina Providência, quis que como pai e pastor de tôda a República Cristã presidíssemos, que totalmente procureis que sejam obedecidos nossos mandados tam justos, e neste particular vos mostrareis amante e obediente filho da mesma Sé, vossa mãe, lembrando-vos dos claríssimos Reis vossos antecessores, que não desejaram ser dela conhecidos por outro título que aquêle que para com ela manifestasse mais o seu obséquio e obediência; porém se vós fordes causa como êles para se executar a que se não

dê a devida obediência à nossa autoridade, obriga-nos o amor de pai, com o qual somos obrigados a procurar vossa eterna saúde, que Nosso Senhor vos conceda, a que vos admoestemos que será vossa consciência diante do rigoroso Juiz encarregada com gravíssima culpa, e que dareis conta dos males que daqui possam resultar, contra o que alguns pouco doutos ou pios intentam persuadir-vos; e nós entretanto com todo o affecto de coração Pontifício vos deitamos a bênção Apostólica.

« Dada em Roma, dia 24 de Dezembro de 1678 ».

Em o primeiro de Abril, foi S. A. cortar as amarras aos dous navios, um que ia para a Índia e outro para os Rios de Cuama.

Chegou o nosso Embaixador que ia para a Inglaterra a Calais de França, onde deixou a seu filho António Rosendo unguido, em companhia do Secretário Domingos Barreiros, e ali morreu, e o Embaixador prosseguiu a jornada.

Em Inglaterra queimaram aquêles herejes o oratório da Senhora Rainha, e tôdas as alfaias dêle. Desnaturalizaram mais do Reino a todos os Católicos, e o Duque de York se passou a Holanda.

O estado em que estão os Cristãos-novos, que occupam os cárceres, é que estão do mesmo modo e tratados com o mesmo estilo que antes e pelos mesmos administradores; só não têm mesas a que sejam chamados, que como o tratar dêles é temporalidade, e de suas fazendas os sustentam, deu o Príncipe suas vezes neste particular a D. Veríssimo de Alencastre, para que fôsse superintendente nesta matéria.

Da Índia veio correio por terra, que de lá partiu o Julho passado, com aviso de ser morto o Arcebispo de Goa, Monge da Ordem de S. Bernardo.

Neste Julho passou desta vida a mulher de Francisco de Mendonça, que fugiu para Castela, a qual estava depositada no Mosteiro das Freiras do Bom Sucesso, com tanto apêto que com pessoa alguma de fora podia falar. Esta senhora era irmã do Monteiro-mor.

Tomara o hábito de Freira no Mosteiro do Calvário uma filha de Aires de Saldanha, onde viveu tempos, lidando na teima de que não era Freira, e assim fugiu do Mosteiro; e não querendo tornar a êle, a recolheram em Santa Clara há anos. Sucedeu que uma destas noites foi o Núncio logo à prima-noite para falar a S. A.; mandou-lhe dizer que o outro dia lhe daria audiência, por ser fora de horas a que pedia. Replicou que era negócio que não sofria dilação. Ouviu-o S. A., e da prática resultou ir o Núncio, e tirar do Mosteiro a dita Freira, e depositá-la em casa de seus parentes; e se afirma que a dita fêmea se converteu em varão. Porém passados dous meses se fêz o exame, e foi recolhida em Santa Clara.

Em uma destas manhãs apareceram nas portas da Capela os pasquins seguintes :

Portugal

Pegou-me França o seu mal,
Jamais serei Portugal.

Rei

Para Deus sómente apelo,
Pois me tem neste Castelo.

Príncipe

Fronteira, diga o que manda,
Vilar Maior e Miranda.

Princesa

Duque, juntemos dinheiro,
E destruíamos o Reino.

Inquisidores

Já isto não tem remédio,
Acabou-se o nosso império.

Eclesiástico

Pago sem razão tributos,
E governam-me os brutos.

Fidalgos

É o governo de três,
Tirar-lho-ão em que lhes pez.

Nobreza

Dizem sou nada os Fidalgos,
Hei ainda degolá-los.

O Governo

Morra todo o traidor,
Viva el-Rei meu senhor.

Marquês Presidente

Manda o Príncipe D. Pedro
Que não se fale em segredo.

Freiráticos

Torne a mulher a seu Rei
Para se observar a lei.

Judeus

Temos em parte razão
E famosa ocasião.

Cidades, Vilas e Lugares

O que melhor nos tratar,
Êsse havemos de aclamar.

Papa

O Príncipe e Inquisidores
Querem ser meus superiores.

Imperador

Eu entrarei nesta dança
Porque entra Castela e França

França

Fará o que eu lhe mandar
Pois que a soube casar.

Castela

Tenho viva a confiança
De haver alguma mudança.

Inglaterra

Portugal, vê o que fazes,
Se me observas as pazes.

Sabóia

Falar-me em casamento,
Isso é falar ao vento.

Florença

De ouros é meu jôgo,
Pode ser que ganhe o bólo.

Temos dado notícia como há tempos se prenderam cinco Mouros e um pagem, que havia sido do Tesoureiro-mor da Sé de Lisboa, pelo pecado nefando, cometendo-o êste dito pagem com todos os cinco Mouros, com tal desamparo de Deus que os buscava e os servia com tudo o o que alcançava, como dizia a sentença. Foram todos presos pelo secular, e, depois de examinados pela Inquisição, tornados ao juízo que os prendeu. Têrça-feira, 22 de Agôsto, saíram a queimar os cinco Mouros; e o pagem, por menor, condenado a passar três vezes pelo fogo, e desterrado, depois de açoutado, para Cabo Verde por tôda a vida. Fêz-se a queima no Cais do Carvão, onde se cometeu o delito. Concorreu inumerável povo; e mereciam o acto, porque três Mouros se converteram à nossa santa fé, e diante de um altar já para êste fim preparado foram baptizados, e assim ficaram seus rostos outros depois do baptismo, que nêles se via a graça que haviam recebido. Os dous morreram em sua seita, dos quais um que teve impulsos de se converter, repreendido do outro, o não fêz; e de companhia se foram ao inferno.

Neste Agôsto faleceu o Bispo do Algarve, D. Francisco Barreto, morte sentida de todos porque foi dotado de excelentes virtudes, e ver-

dadeiramente dignas de Prelado, resplandecendo entre tôdas a de esmoler e a do zêlo sacerdotal.

S. A. fez seus Conselheiros de Estado aos dous Arcebispos, Inquisidor e de Lisboa, ao Marquês de Fronteira, e Conde de Vilar Maior, e ao Conde da Ericeira, o vêlho.

De Roma se espera favorável resolução em o negócio dos Judeus, porque contra êles se uniram os Embaixadores de Portugal, Castela, França e Sabóia; e assim se avisa fôra tomado grandemente bem o modo com que o Príncipe se houve e os Inquisidores nas matérias passadas. Sôbre êste negócio escreveu o Pontífice ao Príncipe um Breve de gratificações grandes. No fim dêste mês de Setembro morreu Manuel da Gama Pádua, um Cristão novo, dos principais procuradores dos homens de nação, de que êle era.

As cousas de Inglaterra dizem que vão tomando melhor côr, porque el-Rei deitou de si a manceba, e se não aparta da Rainha, e se vai senhoreando do Parlamento, privando uns e admitindo outros.

Quarta-feira, 6 dêste Setembro, de manhã, mandou S. A. notificar aos tribunais em como estava concluído o casamento da Senhora Infanta com o sereníssimo Duque de Sabóia. Subiram todos a dar-lhe o parabém e à Rainha. De tarde escreveu o Capelão-mor a todos os Prelados da Côrte, notificando-lhes o mesmo da parte da S. A., e pedindo que dessem a Deus graças, e festejassem com luminárias e repiques os três dias. Na quinta foi tôda a Fidalguia, e foram todos os Prelados, de manhã, beijar a mão a Suas Altezas. Para Maio se afirma virá para o Reino; queira o Céu seja para bem dêle. Saíram nossos Príncipes do

Côrte Real e foram à Capela dar graças, onde, em acção delas, se cantou Missa, assistindo o Príncipe em baixo, e lhe assistiu o Núncio fazendo tôdas as funções de Capelão-mor. Deu-se fim ao acto com o *Te Deum laudamus*. Até agora não se publicam as condições do casamento, dizem se publicarão em Côrtes. Pelo casamento ficam unidos a este Reino os Estados de Sabóia, onde há de residir um Conselho de Portugal, e de Portuguezes.

El-Rei de Castela se recebeu por procuração com a filha do Duque de Orleans em dia de S. Bernardo, com grande alvoroço e alegria de tôda a Côrte de Madrid; o Assistente de Castela festejou o casamento de seu Rei com grande luzimento e concurso; muita gente se abalou a ver o fogo êstes três dias, sôbre os quatro torres das casas do Marquês de Montalvão (onde se aposenta), onde levantou outros quatro de fogo. Em todos êstes três dias houve comédias de Castelhanos, bailes, entremeses e músicas, a que assistiu o melhor da Côrte.

Têrça-feira, 26 de Setembro, foi o Enviado de Castela entregar a S. A. uma carta de seu Rei, política e discreta, pela qual lhe dá conta de seu casamento, já consumado o matrimónio. S. A. tem nomeado a Mendo de Foios para Assistente da Côrte de Madrid, e por êle escreve ao Rei, dando-lhe conta do casamento da Senhora Infanta em Sabóia.

Convocaram-se para Novembro todos os Bispos e Procuradores de Cidades e Vilas para assistirem em Côrtes, a que deram princípio a 20 de Novembro, e até o fim dêste se gastou o tempo em as disposições dos congressos. Em S. Domingos se ajuntou o Eclesiástico, que constava de treze Bispos; a Nobreza em S. Ro-

que, constava de trinta Fidalgos, que se nomearam entre todos; o Povo, em S. Francisco, constava de cento e tantos homens. Em Quarta-feira, 22 dêste, se fêz o primeiro acto na sala dos Tudescos, armada com os panos do Condestável D. Nuno Pereira, trono para S. A. Pelas tribunas esteve o Núncio, e as Damas, e Senhoras; a Rainha não assistiu, por não levar a Princesa, que andava de convalescença. Fêz a prática o Bispo do Pôrto, que não ficou muito aceito; pelo Povo a fêz o Doutor João Pinheiro, e ficou mais aplaudido. Enviados de S. A. para os Congressos, o Visconde de Ponte de Lima e o Conde de Val de Reis; da Junta Eclesiástica para a Nobreza e Povo, o Bispo de Elvas e o que foi do Rio de Janeiro; do Povo para a Nobreza, os dous Procuradores do Pôrto; para o Eclesiástico o de Viana; o outro não sei qual. Deu S. A. conta do casamento e conveniências dêle. Responderam-lhe os vassallos com aprovação e graças pelo cuidado com que tratava de dar successão à Casa Real e Príncipes ao Reino.

Os dias atrás entrou um Enviado da Polónia a pedir socorro contra o Turco; sua petição se remeteu às Côrtes. A semana passada entrou outro de Sabóia com a conclusão do casamento de sua parte.

S. A. pediu para os gastos do casamento da Princeza um milhão por uma vez, e que os três Braços do Reino conferissem entre si o modo mais suave para se cobrar êste dinheiro. Alguns dias se passaram sem tomar pé nesta matéria, porque todos queriam contribuir, sem que o dar passasse por sua casa. Os Fidalgos não queriam que se deitasse nos bens da Coroa, comendas, tenças, juros, etc. S. A. apertava que se resolvesse. O Eclesiástico dizia que

sem Breve de Sua Santidade não podia contribuir; o Povo só estava pronto para a parte que lhe coubesse. Últimamente vieram a concordar que para o milhão prometido se fintassem as fazendas a tanto por cento, de sorte que não faltasse nem excedesse; e assim, que se lançasse aos Contratadores mais um cruzado em cada arrátel de tabaco, para S. A., e que elles o não vendam em nenhuma parte por mais de 1\$600 réis o arrátel; cousa que não prejudica a República por ser vício.

Da parte dos três Estados do Reino foi o Bispo de Elvas e seu companheiro falar com o Núncio, com cartas de cada um dos Braços do Reino para Sua Santidade, em que lhe representavam a muita necessidade que tinha o Reino do Tribunal da Inquisição, pelo muito que os Cristãos-novos se iam desaforando, referindo-lhe casos particulares; pedindo ao Núncio informasse da verdade, porque tanto que esta matéria se tratou nos Congressos, logo os Cristãos-novos despacharam um próprio a Roma, dizendo que eram muito poucos os que concorriam para as ditas cartas, e que tudo era affectação.

Escreveu S. A. ao Núncio apadrinhando as cartas dos três Braços do Reino. Em 19 de Dezembro partiu próprio pela posta, que sua S. A. pagou.

Dia do Apóstolo S. Tomé prègou na Capela real o P.^e António de Almeida, da Companhia, que não sei por que título dão sempre êste sermão a um deles; e descaradamente defendeu a causa dos cristãos-novos, dizendo que se não julgavam as causas sem se verem os processos, e que apparecessem os processos e logo se julgariam as causas e todo o sermão foi de processos vão e processos tornam.

Quási que se amotinou o auditório, e todos os Senhores requereram ao Príncipe que o mandasse castigar, e queimar o sermão, se não queria que apparecesse em Roma impresso, que fora prègado em sua presença. Mandou S. A. ao seu Superior que logo o desterrasse para longe da Côrte. No mesmo dia prègou na Sé o P.^e Amarral, do mesmo modo; não sei se com o mesmo prémio.

Por terra veio o correio da Índia com cartas a S. A., nas quais diziam como o Viso-Rei D. Pedro de Almeida saíra de Gôa com armada, a favor del-Rei de Pate, que por se fazer cristão se lhe rebelaram muitos estados do seu Reino, e estavam os rebeldes fortificados, aos quais o Viso-Rei venceu e desbaratou, tomando-lhes a principal fortaleza, e deixando ao Rei em posse pacífica do seu Reino; e voltando para Goa, desbaratou uma armada de Arábios, queimando e metendo a pique uns, e apresando outros; os que escaparam se foram meter em um rio, seguidos do Capitão-mor António de Melo, e não houve algum que não fôsse tomando ou queimando; e que na barra de Goa desbaratara uma armada de inimigos com grande glória dos Portugueses.

Em 3 de Janeiro de 1680 se sentenciou Jerónimo de Mendonça, que esteve alguns anos na fortaleza de S. Gião, a que morresse degolado no pelourinho por traidor. Logo se mandou vir da fortaleza por dous Corregedores e duas companhias de cavalo. Embargaram os parentes a sentença, modificou-se no tocante ao pelourinho, e se mandou fazer um cadafalso no Rossio, para nele ser degolado na sexta-feira, 5 do dito. Na mesma manhã foi a Princesa pedir ao Príncipe seu pai, por Reis, a vida do condenado, que

êle concedeu; e foi muito aplaudida a resolução, porque tocava a infâmia a muitas Casas illustres da Côrte. Dizem que ajudou muito o Marquês da Fronteira, por querer casar uma filha com um meio-irmão do condenado, que vive em Évora, a quem o Viso-Rei Luiz de Mendonça deixou por seu herdeiro, em falta de seu irmão Jerónimo de Mendonça, que por traidor perdeu tudo.

Em o ano passado deixámos dito como Cris-tóvão de Almada o mandou S. A. para Governador de Mazagão; e embarcando-se em Lisboa com sua mulher, teve tal tempestade no mar, que arribaram no Algarve, e a mulher se tornou para Lisboa, a que lhe assistia seu primo Pedro Furtado de Mendonça, com alguma murmuração de escândalo, obrigando-a S. A. a que se recolhesse no mosteiro de Santa Clara; e a êle o mandava para a Índia por Mestre de Campo, para sempre, porém a 8 de Março lhe atiraram de uma casa da Calçada do Combro dous soldados, e o mataram, e montando a cavalo se foram embarcar a Paço de Arcos em uma caravela que ia para Mazagão, que só esperava por êles; e por mais que uma tropa foi em seu seguimento os não puderam colher; contudo prenderam depois um em Cofimbra, etc.

F I M

ÍNDICE

VOLUME I

	PÁGS.
Observação Preambular	5
Advertência Preliminar.	7
Princípio do governo del-Rei D. Afonso VI	11

1662

Trata a Rainha de tirar a seu filho algumas ruínas ilhargas. Prisão e destêro dos culpados	12
Junta dos Conselheiros para reprender a el-Rei	13
Opõe-se o Conde de Castel Melhor	»
Acompanham el-Rei para Alcântara os Condes de Castel Melhor e Atouguia e Sebastião César de Meneses	14
Tiram o governo à Rainha	15

1663

Recolhe-se a Rainha a um Mosteiro	»
---	---

1666

Carta da Rainha para el-Rei	»
Carta da Rainha para o Infante	16
Estorva o Castel Melhor o despedirem-se el-Rei e o Infante de sua mãe	»
Trata o Castel Melhor de encontrar o gósto a S. A. Chega a Lisboa o Marquês de Sande de França. Re- pugna S. A. o casar-se. Tira o Castel Melhor a S. A. os criados	17
Pede S. A. outros criados e lhos negam	
Atrevimento de Simão de Vasconcelos para com S. A. Lança fora S. A. ao Vasconcelos	18
Sai à luz um livro das preeminências de Escrivão da Puridade	»

	PÁGS
Presidências dos Conselhos	19
Acomodação das comédias aos Fidalgos da Corte	»
<i>Acomodação dos nomes das ruas e becós de Lisboa ás aposentadorias</i>	22
Desembarca a Rainha em Lisboa	»
Pede S. A. ao Valido criados e lhos impede	»
Dão a S. A. criados para seu serviço	»
Desconfiança del-Rei para com S. A.	23
Governa o Reino absolutamente o Castel Melhor	»
Dá o Valido os melhores lugares do Reino aos seus	»
Vê-se a Rainha aborrecida del-Rei e desprezada dos Ministros	24
Intenta S. A. matar ao Valido	25
Pactuam-se alianças entre França e Portugal	»
Não se admitem tréguas entre Castela e Portugal	»

1667

Festa em Lisboa a Santo António. Assistem Suas Majestades aos touros	»
Ciumes da Rainha para com el-Rei	26
Atevimento do Secretário	»
Pede a Rainha ao Rei que castigue ao Secretário	»
Dissimula-se com o castigo	»
Diligências com a Rainha para perdoar ao Secretário. Manda o Valido dobrar as guardas	27
Carta de S. A. para el-Rei	»
Propõe-se a carta de S. A. em Conselho de Estado. Não se defere. Inquieta-se o povo	28
Torna S. A. a escrever a el-Rei	»
Pede licença S. A. para seguir as armas	29
Carta del-Rei para S. A.	»
Escreve S. A. às Câmaras do Reino	30
Pede o Juiz do Povo a el-Rei que defira a S. A.	»
Ameaça-se a Henrique Henriques que não entre no Paço	31
Delibera-se el-Rei a apartar de si ao Valido	»
Aproveita-se o Valido de 25.000 cruzados para a jornada	32
Propõe o Valido a el-Rei os Ministros que há-de tomar	»
Parte o Valido para Tôrres Vedras	»
Amotina-se o Cartaxo contra o Conde da Feira, cuidando que era o Valido	33

	Págs.
Alegria na Córte pela ausência do Valido	33
Vai falar S. A. com el-Rei	»
Exercita o Secretário o seu officio	34
Proŕbe-se a S. A. entrar no Paço	»
Determinam matar ao Henriques	»
Aconselham a el-Rei que castigue	35
Morte do Esmoler-mor	»
Decreto para se prender a D. Sancho Manuel, etc.	»
Avisa S. A. aos Tribunais para se acharem no Paço	36
Entra S. A. no Paço	»
Desterra-se o Secretário	37
Desaparece o Antunes	»
Inquieta-se o povo	38
Deixa aplacado tudo S. A.	»
Faz diligências el-Rei pelo Secretário e Antunes	»
Elege S. A. pessoas para tomar contas	39
António de Cavide, Secretário	»
Assaltada a Rui Fernandes e Salvador Correia	»
Provê a Junta alguns officios	40
Manda el-Rei buscar ao Antunes e Henriques	»
Pasquim no Paço	41
Pede o Juiz do Povo a el-Rei Córtes	»
Concede el-Rei que haja Córtes	»
Assiste el-Rei a alguns despachos	»
Lançam fora da Córte algumas pessoas	42
Publicam-se touros sem effeito	»
Despede a Raíña a Camareira	»
Não obedece	»
Recolhe-se a Raíña na Esperança	43
Carta da Raíña para el-Rei	»
Determina el-Rei tirar a Raíña do Mosteiro	»
Carta da Raíña para o Cabido	44
Carta do Cabido para a Raíña	45
Nomeia o Cabido Juizes à causa	»
Manda chamar a Raíña a S. A.	»
O Marquês de Cascais fala com liberdade a el-Rei	»
Nomeia el-Rei a S. A. por governador do Reino	46
Pedro Vieira, Secretário	47
Prisão del-Rei	»
Reforma S. A. o estado de cousas	»
D. Pedro de Almeida, Valido del-Rei	48
Sucesso do Conde de Monsanto	49
D. João de Castro mata a um Capitão	»
Manda vagar S. A. alguns lugares	»
Notificação a Schomberg para estar às ordens de S. A.	50

	Págs.
Eleição de Procuradores de Côrtes	50
Faz a Rainha Procuradores à sua causa	»
Tiram a el-Rei as armas	51
Decreto de S. A. para darem conta os da Fazenda.	»
Frota do Brasil	»
Sucesso desastrado	»
Morte do Marquês de Sande	52
Escapa D. João de Castro da prisão	»
Diligências para prenderem o Conde de Mesquitela	53
Buscam o Castel Melhor para o prenderem	»
Prisão de Manuel de Miranda	»
Chega à Côrte o Montenegro	»
Destêrro de António de Sousa	»
Diligências para achar o Castel Melhor	54
Cita-se a el-Rei para a causa da Rainha	»

1668

Decreto de S. A. para desterrarem ao Confessor del-Rei.	»
Morte do Confessor.	»
Chega de Holanda o Secretário da Embaixada	55
Presente do Papa	»
Enviado de Castela para entrar em Portugal o Marquês de Heliche	»
Propõe-se entrar o Enviado	»
Eleição do Juiz do povo.	56
Impede o Francês as pazes	»
Assiste S. A. na festa de St. ^a Engrácia	»
Assaltada em casa de Rui Fernandes	»
Vem a pactuar as pazes o Conde de Sandwich	57
Vão 200 soldados de cavalo em busca de Castel Melhor.	»
Avisa-se a França pedindo Plenipotenciário	»
Dá S. A. audiência ao Sandwich.	»
Descrição da sala das Côrtes	58
Primeira sessão de Côrtes. Prática de D. Manuel de Noronha.	59
Prática de Pedro Fernandes.	61
Assembleias dos Três Estados	»
Persuadem a coroarem a S. A.	»
Repugna S. A. o coroar-se	»
Impede França as pazes	62
Ameaça o Juiz do Povo a quem encontra as pazes	»
Dá-se a liberdade ao Heliche	»
Mostra o Heliche os poderes da sua Rainha	63

	Páos.
Continua o povo em querer coroar a S. A.	63
Continua-se a conferência das pazes	64
Ajustam-se as pazes	»
Dá um acidente a el-Rei	65
Resolução dos Doutores para se não coroar S. A.	»
Persuadem os Camaristas que se coroe	66
Impede-o S. A.	»
Festejam-se em Madrid as pazes.	»
Continuam-se as Côrtes	67
Carta de um soldado	»
Impede-se para que não haja nas fronteiras presídios	68
Publicação das pazes	69
Generosidade do Heliche	70
Dá-se pressa a sentenciar a causa da Rainha	»
Sentença em favor da Rainha	71
Casamento da Rainha com S. A.	72
Generosidade de Luiz de Mendonça	73
Recebe-se a Rainha com S. A.	»
Celebram-se as bodas em Alcântara	74
Avisa-se a França do casamento	»
Desfazem-se os terços, e a Cavalaria se reparte	»
Tributo de 400.000 cruzados	75
Pragmática sôbre os vestidos	»
Murmuração do valimento do Torre e S. João.	76
Ida do Heliche para Castela.	»
Entrega das Praças.	»
Botavila, Embaixador de Portugal	77
Descomposição do Secretário	»
Quer-se retirar o Secretário. Impede-o S. A.	»
Passadiço para o Paço	»
Impede-o D. Rodrigo de Menezes	78
Não se aceita o parecer	»
<i>Embaixadores para Castela e Roma</i>	»
Informação de sujeitos para Bispos	79
Ajustamento de pazes entre França e Castela	»
Tropas mandadas a Guimarães	80
Tiránias que lá fizeram.	»
São chamados os Cabos a Lisboa	»
Fica o Francês com Lila. Embarca D. João de Austria gente para Flandres	»
Celebram-se os anos de S. A.	»
Sente-se a Rainha pejada	81
Proíbem-lhe o sair fora	»
Variedade sôbre a prisão del-Rei	»
Escreve o Castel Melhor a S. A.	82

	PÁGS.
Pede-se liberdade para S. M.	82
Juram a S. A. por Governador destes Reinos . . .	»
Camaristas de S. A.	»
Camareira-mor da Rainha, a Marquesa de Ma- rialva	»
O Castel Melhor em Madrid.	83
Cita-se ao Castel Melhor para dar contas. . . .	84
Oferece-se seu irmão e dá-las	»
Faz-se uma companhia de cavalo dos Cabos da Milícia	»
Querem nomear Comissários para as Côrtes . . .	»
Embaixada de Inglaterra	85
Destêrro de Fidalgos	»
Pede S. A. mais 100.000 cruzados	86
Perdem-se seis naus. Murmura-se do Confessor da Rainha de Castela	»
Mandam a D. João de Áustria governar a Flandres. Escusa-se. Desterram-no para Consuegra . . .	»
Prende o Marquês de Cascais o govêrno das ar- mas	87
Descompõe-se com S. A.	»
Desterram-no para Porto de Mós	»
Pragmáticas sôbre trajes e desafios	»
Oposição sôbre a Prelasia de Tomar	88
Patarata que se levantou na Côte	»
Aviso do Conde de Miranda	»
Enviado para Inglaterra. Mandam preparar o Conde do Prado para Roma	89
Dissenções sôbre a capellania-mor	»
Desfaz-se a companhia de cavalos de S. A. . . .	»
Agrava-se o Conde de S. João	»
Preparam-se casas para o Embaixador de Castela .	90
Manda-se vir para a Côte a Condessa de Castel Melhor	»
Morte do Viso-Rei de Cerdenha	91
Alteração do Reino de Aragão	»
Praga de pássaros em Castela	»
D. João de Áustria chamado a Madrid	»
Letras em uma lousa	»
Nomeação de Bispos	92
Engeitam alguns	»
Recolhem-se as nomeações. Saem outros. Excluem a Martim Afonso	93
Aviso da embaixada do Conde de Miranda	94
Recolhe-se a armada. Socorre-se Mazagão . . .	»
Tomam os Turcos um navio.	»

	PÁGS.
Pede Holanda a Portugal o que lhe devia	95
Decreto sobre os 500.000 cruzados	»
Pendência à porta do Paço	96
Embarga o Duque de Aveiro a nomeação de Évora	»
Chama S. A. a Martim Afonso	»
Reprende S. A. ao Secretário. Deixa o officio.	97
Avisa o Conde de Miranda a S. A.	99
Persuadem a S. A. para que tome a Coroa. Recu- sa-o. Fragatas de França para servirem a S. A.	»
Murmuração da Rainha de Castela	»
A Rainha de Castela manda para Flandres a D. João de Áustria. Escusa-se. Manda-o para o seu prio- rato	100
Assistência de títulos ao Áustria.	»
Ausenta-se o Castel Melhor de Madrid	101
Absolve S. A. a Simão de Vasconcelos do desterro.	»
Entram duas naus da Índia.	102
Governa com acerto o Viso Rei	»
Prisão de António de Melo	»
Nomeação de Bispos ultramarinos	»
Excluem ao Duque de Aveiro do Arcebispado	103
Aceita o Conde do Prado o ser Embaixador	104
Memória da prisão del-Rei	»
Decreto para D. João de Áustria.	105
Carta de D. João de Áustria para a Rainha de Castela	106
Chega a Lisboa um Enviado da Rainha de Castela	108
Parcialidades em Castela	109
O Embaixador de Castela chega a Lisboa	»
Apressa-se o Conde do Prado para Roma.	110
Ordem de Roma para o Confessor da Rainha de Castela.	»
O Embaixador de Castela se retira para a quinta do Duque de Aveiro.	111
S. A. vai caçar a Pancas	»
Pretende o Conde da Torre ser Secretário da Puri- dade	112
Queixa dos povos	»
Vem de Castela os Condes da Castanheira e Li- nhares	114
Notícias da vinda do Príncipe de Florença	»
Frota do Brasil com dois navios da Índia	115
Manda o Governador de Mazagão sua mulher para Lisboa	»
Visita os templos de Nossa Senhora a Rainha.	116
Chega o Enviado de Sabóia a Lisboa	»
Nomeia S. A. ao Roxas para Roma	»

	Págs.
1609	
Parto da Rainha	117
Parte o Roxas para Roma	»
Morte da filha do Duque de Cadaval	118
Entrada do Embaixador de Castela	»
Entrada do Príncipe de Florença	119
Presente de S. A. para o Príncipe	»
Embarca-se António de Sousa	120
Carta de António de Sousa para S. A.	121
Prisão do filho do Sousa	»
Chega a Lisboa o Geral de S. Francisco	»
Entrada do Embaixador de França	»
Escusa-se a Rainha de Inglaterra a ser madrinha da infanta	122
Inquietação da Côrte	»
Inquietação de Castela	123
Avista-se o Áustria com o Príncipe de Condé	124
Manifesto do Confessor da Rainha de Castela.	»
Levas de gente em Castela	»
Pasquins em Madrid	»
Intenta D. João de Áustria entrar em Madrid	125
Aviso de D. João de Áustria para a Rainha	»
O Conde de Miranda pede licença a S. A. para vir para Portugal	»
O Conde de S. João pede licença para ver as suas terras	»
S. A. vai a S. Bento	126
Nova falsa.	»
Retiro de D. João de Áustria	»
Avisa a Rainha ao Áustria que despeça a sua gente	127
Desgosto da Côrte com o Governo	»
Altiveza do Conde da Torre	128
Manda S. A. prender o Conde da Torre	»
Homens mortos na praia de Lisboa	»
Proposta da Rainha de Inglaterra para S. A.	129
Entrada de um Enviado de Inglaterra	»
Várias novas falsas.	130
Nova falsa do Secretário da Puridade	131
Prepara-se o Conde de Prado para Roma.	»
Pendência entre dois Fidalgos	132
Chega a Génova o Roxas	»
Destêrro del-Rei para a Ilha Terceira	133
O que succedeu até se embarcar	»
Ateia-se o fogo na fragata del-Rei	136
Recusa Francisco de Brito a missão que tinha	»

	Págs.
Pede o hábito da Companhia	137
Prisão do Brito	»
Nomeação para Alcaide del-Rei a Manuel Nunes .	139
El-Rei de Inglaterra pede a S. A. favoreça ao Sousa	»
Aparelham-se caravelas para a Ilha Terceira . .	140
Juizos vários sôbre a ida del-Rei.	»
Escreve o Roxas de Roma	141
Morte do Conde dos Arcos	142
Oposição sôbre a capelania-mor	»
Licença para poder vir o Conde de Castel Melhor .	143
Quer seguir S. A. o govêrno do pai	»
Nomeia S. A. Secretário a Nuno da Cunha. Escu- sa-se	»
Catástrofe contra el-Rei.	144
Francisco Correia, Secretário	145
Ocupação do Marquês de Cascais	»
Proposta sôbre o Inquisidor Geral	146
Repugnância do Arcebispo de Évora	»
Insta o Conde de Miranda para se vir para o Reino	»
Chega a Cascais o Conde do Prado	147
Escreve o Roxas de Roma	148
Declaração dos Bispos de Portugal	149
Chamam os desgostosos a D. João de Áustria . .	»
Despede a Rainha de Castela alguns Ministros .	150
D. João de Áustria, Vigário Geral	»

VOLUME II

Pretende o Duque de Cadaval ser Presidente da Fazenda	5
Ordena-se ao Conde do Prado que parta para Roma	6
Toma-se conta das armas	7
Conservação das fortificações	»
Carta do Secretário	8
Livro do Catástrofe	9
Escreve a Rainha de Inglaterra a S. A.	10
Escreve a S. A. o Cabido e Câmara da Ilha Ter- ceira	»
Quere a Câmara de Lisboa que se corram os touros no Rossio	11
Chega a Lisboa o Confessor da Rainha	12
Parte o Conde do Prado para Roma	»
Nau da Índia sôbre Angola	»
Armada inglesa para Argel	»
Descomposição de D. João de Castro	14

	PÁGS.
Prisão de D. João de Castro	14
Correm-se touros no Rossio. Toureadores	»
Nomeação do Bispo de Miranda	15
Chega a Lisboa António de Sousa	16
Retira-se o Sousa para a sua quinta	»
Embaraço nas Bulas dos Bispos	»
Parte para Roma o P. ^e Vieira	17
Pede licença o Conde de Schomberg para vir para Portugal	18
Fala-se em dar títulos S. A.	19
Morte do Viso Rei da Índia	»
Decreto de S. A. para os Cabos de guerra Atrevimento na Côte	20
Ofícios perpétuos em trienais	21
Chega a Lisboa o Conde de Medelhim	22
Dúvida sôbre os bens confiscados	»
Socorre o Francês a Cândia.	23
Procissão dos Carmelitas	24
Divulga-se a vinda do Marquês de Heliche	»
Carta do P. ^e Salinas para o Confessor da Rainha de Castela	25
Destêrro do P. ^e Salinas	26
Fala o Núncio de Castela com a Rainha	28
Discurso sôbre o Marquês de Heliche	29
Aviso do Conde do Prado	»
Chega um Italiano a Lisboa.	»
Doença do Bispo de Targa	»
Prisão do Conde de Pontevel	»
Frota para o Brasil.	30
Naveta da Índia	»
Sentimento da morte do Viso Rei	»
Ofende a honra de duas irmãs o filho do Conde de Val de Reis.	31
Manda S. A. prender o Mendonça	32
Tiram ao prêso das mãos do Corregedor	»
Passa ordens S. A. para se prender o agressor e cúmplices	»
Manda S. A. prender o Conde seu pai e pôr guar- das	33
Aparece o Mendonça por seu Procurador.	»
Manda S. A. que receba a filha do Sousa	»
Mete-se na prisão o Mendonça	»
Morte do Sousa	»
Sucesso de D. João de Castro	»
Morte do Bispo de Targa	34
Carta do Conde do Prado para S. A.	»

	Págs.
Tomam os Turcos a Cândia	41
Ajustamento de casamento	»
Chega a Lisboa o Conde de Schomberg	42
Facilidade com que se engana o povo	43
Defendem-se dois navios dos Turcos	»
Prisão dos Mestres da naveta da Índia	44
Chegam as fragatas que levaram o Conde do Prado	»
Divulga-se casamento entre os filhos do Conde de	
Vila Flor e António de Melo	45
Arbítrio contra o Melo	»
Pretende uma Dama da Rainha casar com o Duque	
de Cadaval	46
Enrêdo da Dama	»
Privam ao Duque de Cadaval de entrar no quarto	
da Rainha	»
Manda S. A. a D. Teodósio que desista da preten-	
são	»
Bispo cortesão, Fr. Luiz da Silva	47
Dá S. A. ao Conde de S. João o título de Marquês	
de Távora	»
Nomeação de Viso Rei para a Índia	48
Perda considerável de se não socorrer a Cândia	»
Doença do Papa	49
Morte do Papa	»
Murmura-se do Conde do Prado	»
Carta do Conde do Prado para S. A.	50
Prática do Conde do Prado aos Cardiais	55
Resposta do Cardial Barberino	56
<i>Memória dos Prelados que acompanharam ao</i>	
<i>dito Embaixador</i>	57
Nomeação de Arcebispo de Braga	»
Morte do Conde da Castanheira	58
Entrega Rui de Moura prêso a seu neto Mendonça	»
Manda S. A. que case o Mendonça, ou que lhe cor-	
tem a cabeça. Obedece, e a recebe	»
Vai caçar S. A. a Pancas. Adoece S. A.	59
Publicam-se os títulos	»
Partem os Governadores para as fronteiras	60
Esperanças dos Sebastianistas	»
Árdil do Embaixador de Castela	61
Memória do P. ^c Vieira	63

1670

O Marquês de Tenório chega a Lisboa	»
Tomam os Mouros três navios	64

	Págs.
Opinião dos Sebastianistas	65
Prisão do Conde de Monsanto	»
Não aceitam os moradores da Fronteira ao Conde da Torre	66
Diligências sobre os bens dos confiscados.	»
Preparam-se três navios para a Índia	67
Embarcam-se para a Índia alguns Franceses	»
Pendência para que não vão para a Índia	»
Origem da doença e morte del-Rei de Castela.	68
Chega a Madrid D. João de Áustria	70
Recebe Aragão com vivas a D. João de Áustria	74
Querem dar peçonha a D. João de Áustria	»
Entra o Áustria em casa do Conde de Aranda.	75
Generosidade do Áustria	76
Manda o Áustria enforcar ao seu cozinheiro	»
Manifesto do Áustria para o Conselho	77
Carta do Áustria para a Rainha de Castela	»
Morte do Marquês de Aytona	79
Eleição do Papa Clemente VII	80
Partem cinco naus para a Índia	82
Morte de Fernão Teles	83
Extorsões do filho do Conde do Prado no Minho	»
Sua prisão	84
Mudam da prisão a Henrique Henriques	»
Peleja das naus inglesas com os Turcos	»
Embarca-se para França o Conde de Schomberg	85
Chega a Lisboa D. Luiz da Silveira	»
O Conde de Miranda chega a Lisboa.	86
Pretende o Conde de Miranda a Presidência do Paço	»
Pretende tornar para o Pôrto	87
Apresta-se o Marquês de Gouveia para Castela	»
Pragmática que não andem os seculares em bestas muares.	»
Entra o Conde de Vila Flor na Cidade do Pôrto	88
Quere o Marquês de Fontes tomar posse das armas do Pôrto	»
Parte um galeão do Pôrto para Lisboa	»
Avisa o Marquês das Minas do luzimento com que dera a obediência ao Papa	89
Variiedade de novas sobre el-Rei D. Afonso	»
Nomeação de Embaixadores.	90
Alteração na Cidade da Guarda	91
Morte de António Soares	»
Perda de seis navios de Turcos	92
Morte do Embaixador de Castela	»

	Págs.
Entra em Lisboa um Procurador de D. Maria de Alencastre	93
Pedro Jaques sai com quatro navios	»
Chega a Lisboa um Gentilhomem de Roma	»
Novas de Núncio para Portugal	94
Achaques de S. A.	»
Descompõe o filho do Conde de Vila Flor a um Castelhana	95
Desafio entre dois Castelhanos	»
Amizade entre Turcos e Venezianos	»
Sucessos escandalosos em Lisboa	96
Frota do Brasil e não da Índia	97
Apresta-se o Marquês de Gouveia para partir	98
Emblema político	»
Parte o Marquês de Gouveia para Madrid	99
Pretensão em Roma do P. ^o António Vieira	»
Morte do Conde de Schomberg	100
Escapa da morte	101
Morte do Conde de Redondo	»
Morte do Entrega	102
Descortesia que o Conde da Atalaia usou com o Nepote	103
Parte S. A. para Pancas	104
Móvito da Rainha em Vila Franca	»
Ordena S. A. que o Conde de Vila Flor deixe o govêrno	105
Parte o Conde de Vila Flor do Pôrto	106
Adoece em Coímbra	»
Chega a Lisboa o Conde da Atalaia	»
Partem navios para os Estados do Brasil	107

1671

Morte do filho de Fernão Teles	»
Parte o Conde de Miranda para o Pôrto	108
Suas Altezas partem para Salvaterra	»
Morte do Conde de Unhão	»
Novas del-Rei	109
Despacham-se as Bulas dos Bispos	110
O Conde de Aveiro pede licença para Santarém	»
Aventuras de D. João de Castro	»
Prisão de D. João de Castro	111
Mudam de prisão a Francisco de Brito	112
Prisões em Lisboa	»
Entrada do Embaixador de Malta	»
Vai por Governador da Baía Afonso Furtado	113

	PÁGS.
O Conde de Mesquitela homisiado do Reino . . .	114
Barbaridade do Conde de Mesquitela . . .	»
Prisão do Conde de Mesquitela. Seu desterro . . .	115
Entra em Lisboa uma nau prisioneira . . .	»
Acidente em o Marquês de Gouveia . . .	»
Chegam Letras dos Bispos	116
Nomeações de Governos	117
Naus para a Índia	»
Chegam Letras dos Bispos	»
Tempestade em Cádiz	118
Vai o Marquês de Marialva ver as praças do ALENTEJO	»
Casamento do Duque de Cadaval	»
Chegam Letras dos Bispos	119
Sucessos de Évora	»
Pendência entre dois Fidalgos	»
Entra em Lisboa o Núncio	120
Caso admirável de Odivelas	»
Vai S. A. com tôda a Côrte a Odivelas	122
Sucesso do Forragaitas	»
As fragatas inglesas sôbre o pôrto da Bogia	125
Morte do Bispo de Coimbra	126
Sagração de Bispos	»
Fogo no Escurial	»
Acto da fé em Coimbra	»
Acto da fé em Lisboa e Évora	»
Gafanhotos em Andalusia	127
Falsidade sôbre o tabaco	»
Entrada do Núncio	»
Variedade de novas	128
Diligências do P. ^o Vieira	129
Variedade de D. João de Castro	»
Despede-se o Conde de Aveiras da Presidência	»
Sucessos de Jerónimo de Mendonça	»
Variedade sôbre o Núncio	130
Vai o Bispo do Pôrto sagrar-se a Lisboa	»
Esquadra francesa com a Duquesa de Cadaval	131
Morte do Conde de S. Lourenço	»
Pretensão dos Fidalgos sôbre a Câmara	»
Pretensão dos Fidalgos para serem Corregedores	132
Nova falsa	»
Festa em Lisboa do triunfo do Sacramento	»
O Duque de Aveiro Inquisidor-mor	133
Decreto sôbre os hábitos e tenças	»
Diligências do Embaixador de França para haver guerra	134

	PÁGS.
Proposta para o Marquês de Cascais	134
Resposta do Marquês	135

VOLUME III

Decreto de S. A. contra os Cristãos novos.	5
Não tem efeito esta lei	»
Morte do Conde de S. Lourenço	6
Querem-se atalhar alguns abusos	»
Morte do Bispo de Malaca	»
Movimento em Castela pelos descontentes	7
Vereadores novos em Lisboa	»
Aposentação de Ministros	8
Manda-se vir o Marquês das Minas	»
Pretende o Embaixador de França renovar a guerra	»
Proibição de amantes de Freiras.	9
Dão casa a el-Rei de Castela	10
Successo no Reino de Castela com o Marquês de Gouveia	»
Frota do Rio de Janeiro.	11
Prisão de quem furtou o Senhor de Odivelas	»
Sentença	12
Inquirição da Inquisição	18
Entram em Lisboa cativos de Argel	19
Entra em Braga o Arcebispo	20
Sentimento de S. A. Soberba do filho do Marquês de Marialva	»
Ardil do Marquês de Távora	21
Pedem licença a S. A. os Embaixadores de Malta e França para se partirem	»
Adoece a Rainha	22
Morte do Bispo de Viseu	»
Frota do Brasil	»
Requerimento de França	23
Letras para o Inquisidor-mor	»

1672

Entra em Portugal o Embaixador de Castela	»
Miguel Carlos, Conde de S. Vicente	24
Partem Suas Altezas para Salvaterra	»
Notícias falsas em Roma	»
Morte de Sebastião César	25
O Bispo da Guarda mudado para Coimbra	26
Enviado de França se parte a Salvaterra	»
Parte de Lisboa um Príncipe da Casa Otomana	27

	PÁGS.
Prisões para a Índia	28
Ordena S. A. que o Núncio se mudasse de S. Bento	»
Saiem Mouros de Argel a infestar a Costa	»
Partem naus para a Índia	29
Persuade França que haja guerra com Castela	»
Entrada do Inquisidor-mor	»
Entrada do Embaixador de Castela	30
Inadvertência do Embaixador	»
Pede o Embaixador segunda audiência	31
Dá-se audiência ao Enviado de França	»
Oferece Holanda grandes partidos a Portugal	32
Declara-se Inglaterra contra Holanda	»
Casamento do Marquês de Fontes	33
Não aceita Francisco de Miranda o Bispado de Vi- setta	»
André Furtado, Bispo de Miranda	»
Não aceita Portugal o romper as pazes	»
<i>Carta do Cardinal Eberardo para D. João de Áus- tria, e resposta d'este</i>	34
Navios de Turcos sobre a barra de Lisboa	35
Armada de Holanda e França	»
Decreto do Inquisidor-mor	36
Vão Suas Altezas para Alcântara	»
Perda que tiveram os Turcos no mar	»
Sai com três fragatas o Montenegro	37
Combate entre Holandeses e Ingleses	»
Terramotos em Itália	39
Capelo de Cardinal para dar S. A.	»
Progressos entre Holandeses e Franceses	40
Morte do irmão do Duque de Cadaval	»
Letras do Bispo de Coimbra	»
Novas do Norte	»
Foge da prisão D. Francisco de Lima	41
Entram em Lisboa três naus da Índia	»
Prisão de Cristãos novos	»
Continuam-se os touros	42
Notícias falsas del-Rei	»
Melhora de sucessos dos Holandeses	»
Nau de Angola com prisioneiros	43
Nomeação de Bispos	»
Morte do Bispo da Baía	»
Arriba à Baía um galeão que ia para a Índia	44
Bulas do Papa	»
Instam os Ingleses e Franceses para Portugal fazer guerra a Castela	»
Tempestade no Alentejo	45

	PÁGS.
Frota do Brasil	46
Destêrro da Marquesa de Távora	»
Pede licença o Marquês de Távora para acompa- nhar a Marquesa	47
Morte do Marquês de Távora	48
Morte do Conde de Aveiras	»
Sucesso de D. João de Castro	»
Morte do Bispo do Pôrto	»

1673

Mercês que fêz S. A.	49
Pretensão dos Cristãos novos	»
Discurso sôbre os Cristãos novos.	50
Encontros entre o Arcebispo de Lisboa e o Cape- lão-mor	»
Parto da Duquesa de Cadaval	51
Morte de Pedro Fernandes	»
Testemunhos contra o Conde de Castel Melhor	52
Proibição que não vá dinheiro do Reino	»
Auto de fé em Coimbra	»
Naus para a Índia	53
Morte do Conde da Ribeira Grande	»
Pedem Inglaterra e França resolução de suas pro- postas	54
Instância dos Cristãos novos.	»
Zêlo do Inquisidor-mor	55
Morte do Inquisidor-mor	»
Tomam posse do Ducado de Aveiro	56
Sentimento da morte do Inquisidor-mor	»
Apresto das armadas do Norte	»
Nomeação de Bispos	57
Inquietações de Inglaterra	»
Pede licença o Marquês de Gouveia para vir para o Reino	58
Nomeação de Embaixador ao Marquês de Fron- teira. Escusa-se	»
Naveta da Baía. Vitória contra o gentio do Brasil	»
Não teve efeito o ir S. A. às Caldas	59
Excessos dos criados do Embaixador de Castela	»
Sai Pedro Jaques com três fragatas	60
Discurso do povo	»
Parte tôda a Casa Real para as Caldas	»
Pasquins	61
Inquietação de Lisboa	62
Chega o Núncio a Lisboa	63

	Págs.
Perigo grande em que se vê Lisboa	63
Vai ter com S. A. o Arcebispo de Évora	»
Cresce o temor e murmuração em Lisboa	64
Chega S. A. a Lisboa	»
Reforma-se o Tribunal da Inconfidência	65
Reparação do Castelo	»
Mudança de prisões	»
Aquieta-se o povo.	»
Propostas de S. A.	66
Resolução dos Lentos	»
Relação dos Cristãos novos, do que prometem	»
Proposta dos Cristãos novos	67
Resolução dos Doutores	68
Resolve S. A. dar conta ao Residente de Roma	»
Opinião do povo	69
Proposta do P. ^e Vieira.	70
Proposta do Bispo de Leiria	92
Entra em Lisboa uma naveta da Índia	100
Maestrich pelo Francês	»
Arrábidos vindos de Inglaterra. Decreto contra os Católicos	»
Zêlo indiscreto de alguns clérigos	»
Sucesso notável em Lisboa	101
Prisões	»
Conjuração contra o Reino.	102
Razões políticas	»
Ordena-se que haja Côrtes.	103
Partem os Governadores para as fronteiras	»
Escapa o Imperador da morte.	»
Peleja das armadas estrangeiras	104
Desacato ao Embaixador de Portugal	»
Carta do Embaixador para a Rainha de Castela	105
Pede o Embaixador de Castela guarda a S. A.	106
Decreto para virem a Côrtes	»
Prova-se o crime dos conjurados	»
Sai Pedro Jaques com armada.	107
Sucesso das fragatas	»
Discurso dos políticos	»
Oposição do Arcebispo de Lisboa com o de Braga	»
Satisfação da Rainha de Castela com S. A.	108
Frota do Brasil	»
Nomeação do Conde de Miranda em Marques de Arronches	»
Entrada do Núncio	»
Casamento do Marquês de Távora	109
Chega o Marquês de Gouveia a Lisboa	»

	PÁGS.
Frota do Rio de Janeiro	109
Morte de D. Afonso de Faro	110
Cartas de éditos	»
Morte do Corregedor de Coimbra	»
Auto de fé em Évora e Lisboa	111
Ausência de alguns Fidalgos da Córte.	»

1674

Parte o verdugo do Pôrto para Lisboa.	112
Morte de Diogo Lopes, Conde de Miranda.	»
Primeiro acto de Córtes	»
Precedência sôbre os lugares	113
Juramento da Infanta	»
Modo para se votar. Impugna-se a ordem	»
Dificulta-se o que se propõe	114
Proposta de Entre Douro e Minho.	»
<i>Relação do dinheiro que é necessário.</i>	118
Proposta do Algarve	125
Aprestam-se as fragatas	131
Tributo	»
Querem os povos escusar o roubo. O Arcebispo Primaz o escusa	132
Não consentem em o perdão geral.	»
Proposta do Eclesiástico	»
Consulta que o Eclesiástico fez a S. A.	134
Consulta dos Povos para S. A.	138
Consulta S. A. a Universidade.	143
Parecer dos Catedráticos	»
S. A. ajusta-se com o Parecer. Pedem os Cristãos novos abertas e públicas	144
Resolução de S. A.	»
Dá-se fim às Córtes	145
Perdoa S. A. a António de Cavide.	»
Não se quiere coroar S. A.	146
Procede-se na causa da rebelião	»
Morte de Luiz Mendes de Elvas	»
Novas de Inglaterra	147
Sucesso da mulher de Fernando Mascarenhas com S. A.	»
Aprestam-se as naus para a Índia. Publicam que vão desterrados alguns Eclesiásticos para a Índia. Sai livre da prisão Gabriel Marques	148
Partem duas naus para a Índia	149
Morte do Conde de Mesquitela	»
Prendem a dous Franciscanos.	150

	PÁGS.
Pazes entre Holanda e Inglaterra	150
Morte dos condenados na conjuração. Forma da sentença. Quais foram os condenados	151
Como se executa Diogo de Lemos obstinado	152
Partem para Roma dous Enviados.	»

VOLUME IV

Embaixador do Polaco	5
Morte da Duquesa de Cadaval	6
A D. Rodrigo de Meneses lhe dá um acidente de apoplexia	»
Não melhora nas Caldas	7
Decreto de S. A. para reformar as grades das Frei- ras ^u	»
Trata o Arcebispo de executar o Decreto. Resis- tem as Freiras. Pede o Arcebispo alçada	8
Diligências para atalhar o dano. Reduzem-se as do Salvador	9
Entra alçada em Braga	»
Põem cerco às Freiras. Excesso que as mete em desesperação. Arrombam as portas para sai- rem à rua	11
Saiem as da Conceição em forma de comunidade. Os ministros culpados se fecham e temem	12
Carta da Abadessa dos Remédios	13
Atalham os zelozos o excesso. A forma em que o fazem	14
Dá-se conta de tudo ao Arcebispo. Dá crédito a informações falsas	15
Entra em Lisboa uma naveta da Índia	16
Morte do Arcebispo de Goa	17
Acidente e morte do Marquês das Minas	»
Nomeação do Bispo da Baía	18
Naufrágio do Bispo e do Governador de Angola	19
Tomam os Mouros um patacho	20
Morte do Marquês de Cascais. As obras que exercitava. Morte do correio-mor	»
Desabrimto entre S. A. e o Marquês de Fronteira	21
Armam os Príncipes do Norte	»
Entra em Lisboa uma naveta da Índia com outros navios	»
Infestam os Mouros as nossas costas	»
Morte do Bispo do Funchal	22
Nomeações do Arcebispo de Goa e Bispo do Fun- chal	»

	Págs.
Recolhe-se a nossa Armada. Desembarca el-Rei D. Afonso, e o levam para Sintra	23
Castigam os de Sintra a demasia dos soldados	24
Um navio português se defende de alguns de Mouros.	»
Desgraça com a perda de uma fragata e um galeão nosso	25
Continuam os Mouros com os danos. Minas descobertas na América	»
Repartem os Procuradores do povo a paga do donativo	26
Morte do Viscondê de Asseca. Sucessos do Holandês	»
Cativos resgatados. Como se atalha a cobiça dos Mouros	»
Nova falsa	27
Auto de fé em Coímbra. Indústria com que os Cristãos novos os querem impedir	»
Mortes violentas de dois Fidalgos	28
Batalha entre França e Holanda	»
Apresta-se a Armada em Lisboa	»

1675

Nomeação do Bispo de Angola, e do Bispo de Cabo Verde	29
Morte do Arcebispo de Lisboa.	»
Pretendentes ao lugar.	»
Sai a nossa Armada	30
Vai Embaixador para Sabóia	»
Nomeação do Inquisidor geral.	»
Morte do Marquês de Marialva	31
Grandeza do seu coração	»
Dívidas que deixa.	32
<i>Sonetos em sua honra</i>	»
Luiz de Sousa nomeado Arcebispo de Lisboa	34
Entra a armada em Lisboa	»
Relação do successo da armada	35
Desafio, a causa e fim d'ele	40

1676

Nomeação para capêlo de Cardial.	»
Letras e posse do Arcebispo de Lisboa	»
Chega o Marquês das Minas ao Minho	41
Tomam os Mouros duas embarcações	»

	Págs.
Alvará de S. A. sobre os navios	41
Frota que vai para o Brasil	44
Tributos postos em estanques	45
Prisão de D. Francisco de Castro	»
Sai a Armada	»
Sucesso dos Holandeses	»
Morte do Conde de Santa Cruz	46
Sucesso do Embaixador em Roma	»
Entende o Bispo do Porto com os Religiosos	47
Morte do Bispo de Miranda	48
Morte do Papa	»
Prisão de Freiras	»
Eleição do Papa	»
Sucesso del-Rei de Castela	49

1677

Recolhe-se a Armada	»
Pasquim	»

1678

Acção do Arcebispo de Lisboa	»
D. João de Castro prêso	»
Dissenções entre o Turco e o Moscovita	50
Prática de S. A. com um menino. Devoção de S. A.	»
Pasquim	»
Não aceita o Conde de Vimioso o ser Regedor	»
Caso desgraçado	51
Prisão de um Clérigo	»
Prisões	»
Furtos	»
António de Sousa de Menezes mata sua mulher	52
Casamento	»
Offícios em Palácio	»
Baptismo de um filho de S. A.	»
Sucesso do Montenegro	»
Livre de perigo el-Rei de Inglaterra	»
Entérro de D. Francisco de Melo	53
Cartas do Conde de Castel Melhor	»

1679

Fragatas castelhanas	64
Foge para Cádiz João Corrêa	»
Morte de D. Francisco de Lima	65

	Págs.
Novas dos Rios de Cuama	65
Contenda sôbre os Cristãos novos	»
Pasquim	66
Novas de Inglaterra	»
Execução em Inglaterra	67
Carta do Papa para o Príncipe (datada de 24 de Dezembro de 1678)	»
Navios para a Índia	69
Morte de António Rosendo	»
Perseguição dos Católicos	»
O estado dos Cristãos novos nos cárceres	»
Morte do Arcebispo de Goa	70
Morte da mulher de Francisco de Mendonça	»
Caso particular de uma Freira	»
Pasquins	»
Morte de cinco Mouros	73
Morte do Bispo do Algarve	»
Conselheiros do Estado	74
Boas esperanças de Roma. Morte de Manuel da Gama	»
Inglaterra	»
Casamento da Princesa em Sabóia	»
Casamento del-Rei de Castela	75
Carta del-Rei de Castela para o Príncipe	»
Côrtes em Lisboa	»
Enviados de Polónia e Sabóia.	76
Pede S. A. um milhão.	»
Necessidade que tem o Reino da Inquisição	77
Sermão, dja de S. Tomé	»
Novas da Índia	78

1680

Sentença de Jerónimo de Mendonça	»
Morte de Pedro Furtado	79

**CONCLUÍDA A IMPRESSÃO DÊSTE LI-
VRO NAS OFICINAS DA COMPANHIA
EDITORA DO MINHO — BARCELOS —
EM 15 DE OUTUBRO DE 1939.**

CRÓNICAS E MEMÓRIAS

Colecção dirigida por DAMIÃO PERES,
professor da Universidade de Coimbra



História Trágico-Marítima

5 volumes

Viagens e Naufrágios Célebres

4 volumes

Monstruosidades do tempo e da fortuna

4 volumes



Em publicação:

Restauração de Portugal prodigiosa



A seguir:

Crónica da tomada de Ceuta



